UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**SAÚDE E ESCRAVIDÃO NA ILHA DE SANTA CATARINA
(1850-1888)**

Débora Michels Mattos

(Versão corrigida)

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**SAÚDE E ESCRAVIDÃO NA ILHA DE SANTA CATARINA
(1850-1888)**

Débora Michels Mattos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor.

Orientador(a): Professora Dra. Maria Helena P. T. Machado

(Versão corrigida)

São Paulo
2015

SAÚDE E ESCRAVIDÃO NA ILHA DE SANTA CATARINA (1850-1888)

Débora Michels Mattos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor.

COMISSÃO JULGADORA

Julgamento:

Orientador(a):

Professora Dra. Maria Helena P. T. Machado
Universidade de São Paulo

Banca:

Professora Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian
Universidade Federal de Santa Catarina

Professor Dr. Flávio dos Santos Gomes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso
Universidade do Estado de Santa Catarina

Professora Dra. Tânia Salgado Pimenta
Fundação Oswaldo Cruz

São Paulo
2015

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar o presente trabalho de tese, sinto-me imensamente agradecida. Em primeiro lugar, à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, através do Programa de Pós-Graduação em História Social que oportunizou, mais uma vez, a continuidade de meus estudos, apostando na importância em se realizar uma pesquisa voltada para a história da escravidão em Santa Catarina. Certamente, toda a investigação desenvolvida junto aos acervos de consulta e as condições materiais necessárias à execução deste trabalho não teriam sido exequíveis sem o subsídio financeiro oferecido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Nesse sentido, dedico também a ela os meus mais sinceros agradecimentos, estendendo-os, igualmente, aos nossos trabalhadores, que através de seus esforços físicos e mentais distribuem uma parte de sua renda para que o ensino público no Brasil e as entidades de fomento à pesquisa possam viabilizar o desenvolvimento da ciência.

Das pessoas que cruzaram o meu caminho eu reconheço a importância que foi ter como orientadora Maria Helena P. T. Machado. A ela devo cada linha aqui escrita, cada nova ideia surgida, cada pensamento formulado. De fato, Maria Helena soube como ninguém apontar caminhos. Por causa dela havia sempre algo mais a se inquirir e a se perceber.

Deixo também aqui os meus agradecimentos aos componentes da banca de defesa, Beatriz Galotti Mamigonian, Flávio dos Santos Gomes, Paulino de Jesus Francisco Cardoso e Tânia Salgado Pimenta. Todos estiveram presentes em minhas leituras e reflexões. Seus estudos se caracterizaram fontes de inspiração constante. Especialmente a Paulino, devo ser grata pelo incentivo inicial. Sem dúvida alguma não sei em qual lugar estaria, hoje, se numa tarde de sábado, lá pelos idos de 2006, você não tivesse me chamado para uma conversa, afirmando o quanto seria importante uma pesquisa que trouxesse à luz a história da escravidão na Ilha de Santa Catarina sob a perspectiva da saúde. Tarefa difícil, esta! Espero pelo menos ter cumprido parte dela!

Cabe aqui salientar a importância que foi ter, como avaliadores do exame de qualificação, Enidelce Bertin e Jaime Rodrigues. Ambos se constituíram figuras centrais, realizando uma análise atenta do que, naquele momento, havia sido produzido. Através de uma gentileza ímpar em sugerir leituras, emprestar livros, oferecer outros olhares sobre aquilo que, em princípio, parecia apenas ter um lado, socializaram de maneira única seus próprios conhecimentos.

Mas há também aqueles que contribuíram prestando auxílio diverso em vários setores das instituições por onde andei. Peço perdão se não poderei nominar a todos, assim referencio

os funcionários do Departamento de Graduação e Pós-Graduação em História da USP e dos centros de documentação, Arquivo Nacional e Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico e Eclesiástico de Santa Catarina, Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e Cartório Kotzias. Em relação ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, agradeço especialmente Giovania Nunes, colega de trabalho dos tempos da Escola Sarapiquá. No âmbito do Centro de Memória do Imperial Hospital de Caridade, reconheço o auxílio prestado por André Luís da Silva, grande companheiro de pesquisa, sempre disposto a fazer o melhor para que eu tivesse plenas condições de me debruçar sobre o acervo da instituição. De fato, acho que sem a sua mediação, André, ainda estaria sentada numa cadeira do Centro de Memória tentando transcrever todos os livros de registros do século XIX... Por extensão, devo agradecer ao Provedor da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, José Carlos Pacheco, que autorizou minha pesquisa junto a esse acervo e igualmente o seu registro fotográfico.

Outras duas pessoas também foram importantes. Renata Corvino, que eu tive o prazer de conhecer quando lecionei no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, transformou-se em amiga, sempre disposta a prestar um auxílio. Funcionária do Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina ao lado de Maria Cristina Cintra, pessoa igualmente incrível, a ambas devo o contato com uma infinidade de inventários *post mortem* e outros documentos de época que, embora não tenham sido utilizados na redação final desta pesquisa, encontram-se disponíveis a investigações futuras.

Agora já fora dos arquivos e centros de documentação, torna-se importante agradecer aos colegas da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, principalmente aos que integram ou integraram o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros. São muitos e por isso também não irei nominá-los, contudo, devo lembrar especialmente de Karla Leandro Rascke, Angelo Renato Biléssimo, Karine Johann e Claudia Mortari Malavota, professora do Departamento de História a quem eu devo o acesso a uma infinidade de registros relativos à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e outras instituições de guardas documentais.

Obviamente, não poderia deixar de fora os colegas e amigos da Universidade do Extremo Sul Catarinense que já me aturavam quanto eu ainda estava na fase de elaborar um projeto de doutoramento. Todos vocês foram ouvidos, mãos, pés, bocas com sorrisos. Alguns foram alunos que se transformaram em amigos: Graziela Pacheco, obrigada pela busca das Posturas municipais! Fernando Carboni, não deve ter sido fácil formatar meus documentos para inserção na plataforma SAGE! Júlio César da Rosa e Thalytta Zuchinalli, vocês foram

parte de minha inspiração. Fico muito feliz que hoje tenham seguido a carreira e que a História de África, de alguma forma, possa ter contribuído para isso! Dos professores, agradeço a Antônio Luiz Miranda, Marli de Oliveira Costa, João Henrique Zanelatto, Marcia Turatti dos Santos e Carlos Renato Carola. Especialmente, Marianela Vieyto, a Nela; Paulo Sérgio Osório, o Paulinho; e Sandro Grisa, ou só Grisa. Sinto enorme falta de vocês... das conversas, dos vinhos e jantares, das companhias de estrada e tantas coisas mais.

E nessa trajetória de deslocamento do Sul ao Sudeste, torna-se importante lembrar daqueles que conheci em São Paulo: Suzana Carla Ferraz, querida, obrigada por ter dado carinho as minhas “crias” durante várias vezes. Obrigada também por ter sido minha confidente e amiga. Você faz falta aqui e a “Virada” te aguarda! Maria dos Remédios, eu não teria dado conta sem a sua ajuda! Mil obrigadas por deixar a casa arrumada e cheirosa nas tardes de sexta! Mil obrigadas por trazer o seu sorriso para dentro de nossas vidas! Whashington Nascimento, foi um prazer te conhecer nas aulas do Kabengele Munanga e mais ainda, poder contar com a sua amizade e postura intelectual! Joana D’arc de Oliveira e Fabiana Beltramin, pessoas iluminadas e fortes, obrigada por trazerem um pouco de suas forças e vidas até mim.

Das pessoas que eu conheci por intermédio da professora Maria Helena P. T. Machado, devo agradecer a Maíra Alves, Clícea Miranda, Juliano Sobrinho, Luciana Brito, Antônio Alexandre Cardoso, Lorena Telles, Marília Ariza, Maria Clara Sampaio. Todos vocês são admiráveis, por suas posturas políticas diante do mundo e da vida, por suas militâncias, por suas pesquisas e trabalhos acadêmicos, por seus modos peculiares de ser e agir e de demonstrar tanta generosidade. Juliano, de uma doçura sem igual; Luciana, tão crítica e combatente; Antônio, que está mais pra Alexandre, além de pesquisador sedento foi muitas vezes consultor de “assuntos aleatórios”, não é mesmo, Maíra?; Lorena, curiosa, cheia de vontade e gás; Marília, de uma oratória e inteligência invejáveis, imensamente generosa e capaz de esconder, por trás de certa seriedade, um lado cômico de ser. E por falar em comédia, Maria Clara, que proporcionou, além de muitos momentos de debate intelectual, uma significativa quantidade de risos.

Não, não é possível deixar de agradecer de maneira mais particular a Clícea e Maíra. Clícea, obrigada por ter entrado em meu mundo, com sua mente brilhante e sempre pronta a providenciar um amparo psicológico nas várias esferas da vida. Você se tornou grande amiga e é no meu coração que sempre terá um lugar. Maíra, te agradeço por tudo e mais um pouco. Você foi companheira de trabalho, de confidências, de momentos de raiva e alegria; você esteve ao meu lado nas situações mais difíceis, fazendo delas mais brandas e até mais doces, e

não podia ser igual, já que algumas foram acompanhadas de uma belo e delicioso suplemento alimentar. Hmmm, bolo de nozes!!! Espero que a amizade de vocês não se afrouxe com o “fim” de nossas teses e que a gente ainda caminhe por várias ruas desse mundo, a trabalho ou a lazer.

E agradecimentos são assim, para cada parágrafo há sempre mais alguém a se lembrar... Na conta da família vem a Agnes, que se tornou nos últimos anos uma grande amiga também. Por vezes até foi mãe, quando eu chegava cansada em Florianópolis depois de um dia exaustivo nos arquivos, recebendo-me, ela, sempre com uma comidinha. Amo você minha mana. Foi pena ter descoberto você num momento tão difícil... Mas que bom que isso aconteceu e que a gente pôde criar um vínculo tão forte, não é mesmo? Tá certo, vou te agradecer também por se levantar cedo tantas vezes para me buscar no aeroporto... Aí vem também o pai, que me oportunizou ser parte do que sou hoje, e quem sabe, despertou esse meu interesse pela história, através de suas narrativas de viagens... E a mãe e a vó, que já não se encontram mais aqui. Foi duro perdê-las nesse meio do caminho, mas inspirada em vocês procurei ter forças para seguir. Amo os três e sempre amarei. De todos, sinto enorme admiração! Por fim, a Marília e ao Eudes, que se tornaram meus outros pais em São Paulo. Devo a vocês tanta coisa que não poderia descrevê-las aqui. Mas obrigada, especialmente, pela presença constante e pela sempre gentileza em ceder um tempo de suas vidas para cuidar de meus “filhos” quando era necessário fugir...

Em vias de finalizar, agradeço novamente Bianca e Tomas. É verdade, vocês me fizeram muitas vezes perder as “estribeiras”, mas como não lembrar das cabeçadas constantes que davam quando eu sentava em frente ao computador? Chego a pensar que eram elas que me faziam levantar um pouco, esticar as costas, lembrando que era preciso ter cautela para manter a saúde do corpo... Por extensão, o Frida, cuja bela companhia proporcionada foi uma paisagem dentro de casa. Meu querido companheiro, peço-te desculpas se muitas vezes foi impaciente com você. Não há como medir a infinidade de momentos belos vividos ao teu lado, principalmente aqueles em que devoravas o alimento do dia depois que eras mandado comer tudo, tudinho e tudão!

E por último, um agradecimento especial ao Sandro. Minha vida, perdoe-me se com você também fui uma pessoa difícil de lidar. Não tenho palavras para traduzir minha gratidão, inclusive sobre aqueles momentos em que entravas silenciosamente no escritório para deixar um agrado, saindo de fininho e correndo com medo de tomar uma bronca daquelas. Querido, se hoje finalizo este trabalho, é por causa de você, minha fonte de entusiasmo, meu companheiro de todos os dias, meu amigo e amor!

À memória daqueles que eu encontrei no passado,
levados ao trabalho escravo na Ilha de Santa Catarina...

Aos tantos africanos e afrodescendentes que circularam
pelas ruas da Desterro oitocentista...

Aos Joãos, Marias, Antônio, Josés e Joaquinas...
À *Catharina*!

RESUMO

A tese tem como objetivo correlacionar à escravidão a problemática da saúde na Ilha de Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888. Visa-se demonstrar a representatividade das populações de origem africana e seus descendentes nas condições de escravos, livres e libertos, em relação ao cômputo geral da população. Descortinam-se as modalidades de trabalho por eles exercidas, bem como as estratégias de sobrevivência criadas num contexto assinalado pela exploração da mão de obra escrava concomitantemente ao crescente movimento em favor da emancipação e da abolição.

Sob a perspectiva da saúde, intenta-se mostrar como médicos, cirurgiões e farmacêuticos, saídos das instituições de ensino superior criadas após a Independência, se posicionaram contra as práticas populares de cura desempenhadas por africanos e afrodescendentes. Além disso, aponta-se para a frequência com que esses mesmos profissionais recorriam aos saberes e fazeres de curadores negros, ao lado de uma sociedade que igualmente acolhia tais formas de enfrentamento para as doenças, isto é, as formas gestadas no universo da cultura popular. A problematização dos discursos elaborados acerca da saúde e da escravidão no Brasil e na Ilha de Santa Catarina explicita as contradições neles presentes a partir do posicionamento dos intelectuais e da imprensa da época.

Considerando as precárias condições de vida das populações levadas ao cativeiro, bem como aquelas observadas em relação aos africanos e afrodescendentes livres e libertos, submetidos à constante violência, indaga-se sobre o nível de interação da medicina social com a escravidão. Nesse sentido, reflete-se sobre como a problemática da saúde e da doença foi pensada para as pessoas acima mencionadas e, por sua vez, em que nível elas acolhiam essa medicina.

Palavras-chave: Saúde, Escravidão, Medicina, Práticas populares de cura, Ilha de Santa Catarina.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to correlate slavery and health in the Ilha de Santa Catarina, between 1850 and 1888. The intent is to demonstrate the significant presence of Africans and their descendants – as slaves, freed or free people of color – amongst the whole population of this geographic locality. This research uncovers the modalities of their work, as well as their strategies to survive in a context of exploration of slave labor and increasing movements for emancipation and abolition.

From the perspective of health, it intends to show how doctors, surgeons and pharmacists, who graduated in universities created after Brazilian independence, stood against the popular healing practices of Africans and their descendants. Moreover, it points to the frequency wherewith health professionals resorted to the knowledge and practices of black healers, within a society that likewise accepted those kinds of popular health treatments. To debate the discourses about health and slavery in Brazil and in the Ilha de Santa Catarina elucidates the contradictions that mark the discourses of both the intellectuality and the press in the nineteenth century.

Considering the precarious living conditions of enslaved people – besides the free and emancipated Africans and their descendants, also submitted to frequent violence – this research questions the level of interaction between social medicine and slavery. In this sense, this thesis considers how health and disease issues were thought in relation to them, and to which level they embraced the official medicine of the period.

Key-words: Health, Slavery, Medicine, popular healing practices, Ilha de Santa Catarina

SIGLAS

AN – Arquivo Nacional

AHESC – Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina

AHMF – Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

BN – Arquivo da Fundação Biblioteca Nacional

BN-HDB – Arquivo da Fundação Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital Brasileira

BPSC – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

CMIHC – Centro de Memória do Imperial Hospital de Caridade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PRIMEIRA PARTE - Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina.....	19
CAPÍTULO 1: Na trama, os sujeitos.....	20
CAPÍTULO 2: No território das freguesias.....	69
SEGUNDA PARTE - Entre a medicina oficial e as práticas populares de cura	102
CAPÍTULO 3: As artes de curar no Brasil imperial	103
CAPÍTULO 4: A medicina e as práticas de cura na Ilha de Santa Catarina	139
TERCEIRA PARTE - Saúde e escravidão no Brasil e na Ilha de Santa Catarina	199
CAPÍTULO 5: Dos maus-tratos e das fugas	200
CAPÍTULO 6: Da saúde e das doenças.....	278
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	344
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES.....	349
ANEXOS.....	380

INTRODUÇÃO

A história da escravidão no Brasil há tempos tem sido objeto de investigação e análise. Porém, apenas recentemente a temática da saúde ganhou maior relevância. Com efeito, toda a trajetória de pessoas levadas ao cativeiro esteve atrelada a circunstâncias que implicavam direta ou indiretamente sobre a sua saúde, já que o escravismo, por sua natureza, era incompatível com a ausência da doença e com o pleno bem-estar físico, mental e social desses indivíduos.¹ Assim, pensar a saúde no contexto da escravidão não se limita a pensar sobre as condições de saúde dos escravos. Aqui, remete-se a um universo mais amplo, como apontam uma série de pesquisas já desenvolvidas no país e no exterior.

Pôrto, Barbosa e Gomes fizeram um levantamento minucioso sobre a produção historiográfica coeva, enfatizando a sua importante contribuição à história social da escravidão.² Além disso, delinearam caminhos ainda carentes de investigação, produzindo, pesquisas objetivas sobre temas peculiares de interesse, tanto para a história do escravismo quanto para a história da saúde. Tal foi o caso de Pôrto e Barbosa, que buscaram refletir se os proprietários tinham ou não interesse em preservar a saúde de seus cativos, oferecendo-lhes tratamento médico quando padeciam, sendo necessário, para isso, um aprofundamento acerca das questões que envolviam a medicina e as práticas de cura no Brasil escravista.³

¹ A ideia de que a ausência da doença e a condição de pleno bem-estar físico, mental e social são os elementos definidores ao estado de saúde está na base do conceito defendido pela Organização Mundial de Saúde. Atualmente esse conceito vem sendo repensado, uma vez que a noção de plenitude ou “perfeição” não pode ser atingida na sua totalidade, já que desconsidera as subjetividades que agregam situações circunstanciais que interferem sobre a vida das pessoas. Acerca da escravidão, essa definição de saúde seria ainda mais equivocada, já que a violência implícita a esse sistema de exploração era incompatível com os pressupostos definidores da saúde postos pela OMS. Assim, a expressão saúde assume aqui outros sentidos, reconhecendo uma série de questões que a agregavam no contexto do Brasil escravista. Ver: ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde. *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. 1946. Ver versão digital em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>> Acesso em: 2 fev. 2015. Sobre revisão do conceito de saúde ver: SAGRE, Marco e FERRAZ, Flávio C. “O conceito de saúde.” *Revista de Saúde Pública*. vol.31, n.5, p.538-542, out. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v31n5/2334.pdf>> Acesso em: 2 jan. 2015.

² PÔRTO, Ângela de A. “Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XIX.” *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, vol.11, n.4, p.726-734, dez.2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n4s0/v11n4s0a02.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2010.; e _____. “Fontes para a história da saúde dos escravos no Brasil.” *Anais do 4º. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: UFPR, 2009. p.1-12. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/angelaporto.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2010.

³ PÔRTO, Ângela de A. “O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas.” *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.13, n.4, p.1019-1027, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v13n4/12.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2010; _____. (Org.). *Doenças e Escravidão: sistemas de saúde e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz, 2007. CD-Room.; BARBOSA, Keith Valéria de O. *Doença e cativeiro: um estudo sobre mortalidade e sociabilidades escravas no Rio de Janeiro, 1809-1831*. Rio de Janeiro: 2010. Dissertação (Mestrado em História), UFRRJ.; e _____. *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, Cantagalo (1815-1888)*. Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado em História), FIOCRUZ.

A partir de interesses próximos, Weber, Sampaio, Witter, Figueiredo e Pimenta se debruçaram sobre o campo da saúde e das doenças. Correlacionaram-nas, igualmente, com a medicina, com as diferentes formas de curar presentes no Brasil e com a escravidão no contexto colonial e independente.⁴ Imergindo no campo das doenças, Karasch foi pioneira e estendeu seu olhar a uma série de questões atreladas com as condições de vida das populações cativas.⁵ Lima, por sua vez, investigou em que medida a medicina do período oitocentista voltou seus olhares para a saúde dos corpos escravizados.⁶ Nesse mesmo movimento, Eugênio se debruçou sobre a institucionalização do saber médico à luz do Império, apresentando um diálogo constante com a realidade brasileira da época, associada ao sistema escravista de exploração.⁷

Sob outros vieses, Alencastro, Assis e Rodrigues investiram na compreensão do impacto que o tráfico exerceu sobre os sujeitos levados ao aprisionamento de seus corpos.⁸ Já Quintão e Soares percorreram o território das redes de solidariedades que se constituíram alternativa de amparo aos cativos e ex-cativos, em face da doença e da morte.⁹ Goulart, Freyre e Ivano voltaram seus olhares à problemática dos maus-tratos, apresentando pertinente

⁴ WEBER, Beatriz T. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria/Bauru: UDSM/EDUSC, 1999.; SAMPAIO, Gabriela dos R. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: UNICAMP, 2001.; WITTER, Nikelen A. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.; FIGUEIREDO, Betânia G. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício da Leitura, 2002.; e PIMENTA, Tânia S. *O Exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)*. Campinas, 2003. Tese (Doutorado em História) UNICAMP.

⁵ KARSCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro M. Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.; e BARBOSA, Keith de O. e GOMES, Flávio dos S. "Doença, morte e escravidão africana: perspectivas historiográficas." *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre, n.44, p. 237-259, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www1.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista44/artigo12.pdf>> Acesso em 20 out. 2010.

⁶ LIMA, Silvio Cezar de S. *O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850)*. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em História), FIOCRUZ.

⁷ EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde. (Brasil do século XIX)*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História), USP.

⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.; ASSIS, Marcelo F. de. *Tráfico atlântico, impacto microbiano e mortalidade escrava*. Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado em História), UERJ.; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.; e _____. *De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁹ QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (1870-1890)*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História), USP.; e SOARES, Marisa de C. *Devotos de cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

narrativa e desvelando as diversas formas de punição empreendidas pelos senhores.¹⁰ Amantino, por sua vez, denotou através dos anúncios de fuga os sinais indicativos da violência física a que muitos eram submetidos.¹¹

Mas pesquisadores também penetraram no campo das cosmovisões africanas. Em linhas gerais procuraram refletir sobre as explicações dadas, por africanos e afrodescendentes escravizados, ao estado de saúde e doença, à presença da vida e ao advento da morte, objetivando compreender os significados das táticas de resistência e luta pela sobrevivência empreendidas por esses sujeitos. Tal foi o caso de Bastide e Ribeiro, Goulart, Reis, Slenes, Chalhoub, Sweet, Ferreira, Porto e Santos.¹²

O amplo leque de possibilidades não se esgotou por aí. Houve quem se empenhou em discutir o papel representado por líderes espirituais negros, fossem eles escravos ou não, que atuavam nas artes de curar e agenciavam estratégias de sedição para combater o escravismo, como Machado e Couceiro.¹³ Outros, a exemplo de Carneiro e novamente Machado, penetraram no campo da amamentação mercenária, revelando como o ofício das amas era importante e requisitado, ao mesmo tempo em que representava, para as mulheres levadas a

¹⁰ GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.; FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4 ed. São Paulo: Global, 2010.; e IVANO, Rogério. “O corpo Supliciado: dores e horrores da escravidão negra africana na literatura brasileira (1871-1895).” *Histórica*. São Paulo, Ano 5, n.36, Ano 5, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/materia03/texto03.pdf>> Acesso em: 13 out. 2011.

¹¹ AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no *Jornal do Commercio* (RJ) em 1850. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.14, n.4, p.1377-1399, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702007000400015&script=sci_arttext> Acesso em: 5 jan. 2010.; _____. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” (1825-1832). *Locus*. Juiz de Fora, vol.12, n.2, p.59-74, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/33.pdf>> Acesso em: 5 jan. 2010.

¹² BASTIDE, Roger e RIBEIRO, René. *Negros no Brasil: religião, medicina e magia*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, 1971; GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.; REIS, João José J. *A morte é uma festa: rituais fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.; SLENES, Robert W. A. “Malungu, ngoma vem!: África coberta e descoberta do Brasil.” *Revista USP*. São Paulo, n.12, p.48-67, dez. 91/fev. 92.; CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.; SWEET, James H. *Recreating Africa: culture, kinship and religion in the african-portuguese world, 1441-1770*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.; FERREIRA, Jackson. “Por hoje se acaba a lida: suicídio escravo na Bahia (1850-1888).” *Afro-Ásia*. Salvador, n.31, p.197-234, 2004. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/31_12_porhoje.PDF> Acesso em: 12 abr. 2010.; PORTO, Liliana. *A ameaça do outro: magia e religiosidade no Vale do Jequitinhonha*. São Paulo: Attar, 2007.; e SANTOS, Vanicleia S. *Bolsas de mandinga no espaço Atlântico, século XVIII*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História), USP.

¹³ MACHADO, Maria Helena P. T. *O Plano e o Pânico: movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Editora da UFRJ, 1994.; e COUCEIRO, Luiz Alberto A. *Pai Gavião e a coroa da salvação: crença e acusações de feitiçaria no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), UFRJ.

essa modalidade de trabalho, ter de negligenciar o alimento dos filhos para garantir o sustento dos de outras pessoas.¹⁴

Para Santa Catarina, poucas pesquisas foram desenvolvidas. Macedo discorreu sobre território da religiosidade de influência africana, correlacionando-o, em breves discussões, ao exercício de atividades ligadas à saúde.¹⁵ Araújo problematizou as interações socioculturais entre africanos e crioulos na Capital da província e cercanias, investindo parcialmente na problemática da religiosidade e das práticas de cura.¹⁶ Rascke investigou a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de Desterro sob e viés das redes de solidariedade em face dos eventos de morte.¹⁷ Com exceção da pesquisa de Rascke que demandou um maior esforço de análise e reflexão, as demais, sem desmerecê-las, corresponderam a investigações preliminares que carecem e merecem aprofundamento.¹⁸

De todo o modo, outros estudos também foram realizados, detendo-se à problemática da saúde e relacionando-a com a escravidão. Porém, via de regra estiveram voltados ao campo da história da medicina. Isso significa dizer que em suas abordagens prevaleceu o apontamento da trajetória realizada pelas instituições oficiais de saúde que foram implantadas na região. Sobre o século XIX, os trabalhos de Cabral, Moraes e Garcia merecem destaque.¹⁹ No entanto, mesmo que tenham inserido os escravos em suas discussões, foram contemplados sob o viés das campanhas de higienização dos espaços públicos e privados e da ordenação das condutas, dos reajustamentos urbanos e do controle estabelecido sobre as categorias sociais que representavam risco ao projeto de desenvolvimento pretendido àquela sociedade.

¹⁴ CARNEIRO, Maria Elizabeth R. *Procura-se uma “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1880)*. Brasília, 2006. Tese (Doutorado em História), UFB.; e MACHADO, Maria Helena P. T. “Entre dois Benedictos: histórias de amas-de-leite no ocaso da escravidão.” In: GOMES, Flávio dos S. et al. (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Summus Editorial, 2012. vol.1. p.199-213.

¹⁵ MACEDO, Lisandra B. *Àiyé-`Orun: o mundo do além. Culturas africanas em Desterro nas décadas da abolição*. Florianópolis, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UDESC.

¹⁶ ARAÚJO, Felipe N. *Tolerância, vigilância e repressão: práticas socioculturais africanas e crioulas em Desterro e litoral adjacente, 1845-1890*. Florianópolis, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFSC.

¹⁷ RASCKE, Karla L. *Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860-1890)*, Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2010.

¹⁸ Tratam-se de trabalhos de conclusão de curso de graduação.

¹⁹ CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos e charlatães do passado.” *Arquivos Catarinenses de Medicina – Edição cultural*. Florianópolis, n.1, p.1-127, abr. 1977.; _____. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972. Memória I e II/Notícia I e II.; MORAES, Laura do Nascimento Rótulo. *Cães, vento sul e urubus: higienização e cura em Desterro/Florianópolis (1830-1918)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História), PUC.; e GARCIA, Carla L. *Emanações perniciosas, moralidade corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1864)*. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

Muito embora Cabral tenha evidenciado as condições de sobrevivência e vida das populações escravizadas, discorrendo sobre os maus-tratos, sobre a frequência com eram vitimadas por algumas doenças, sobre o recurso ao suicídio como meio de fugir à realidade a que haviam sido submetidos e, ainda, sobre o exercício de atividades ligadas às artes de curar, essas questões não foram complexificadas pelo autor.

Especificamente sobre as práticas de cura, Cabral e Moraes, mesmo evidenciando a sua existência, deixaram de problematizar a sua representatividade à sociedade da época. Na abordagem de Cabral tais práticas foram levadas ao terreno da ignorância e da superstição, fruto da mentalidade do período que se negava a aceitar os benefícios do mundo civilizado, em que a manutenção da saúde e o trato das doenças por vias oficiais se colocava no plano das urgências. Conquanto que Moraes tenha elaborado uma crítica a essa percepção, não aprofundou o assunto, relevando o fato de que mesmo os profissionais de saúde formados nos centros de saber partilhavam de concepções ambivalentes acerca dos modos de se lidar com a saúde e a doença.²⁰

A presente tese de doutoramento é um esforço em revisar essas abordagens no sentido de correlacionar a temática da saúde na Ilha de Santa Catarina da segunda metade do século XIX ao contexto da escravidão. Tendo como fontes principais de análise os conteúdos dispostos nos jornais editados na Capital da província catarinense entre os anos de 1850 e 1888, acompanhados de relatórios provinciais, registros hospitalares e policiais, legislações em vigor e um aporte discursivo elaborado à época, busca demonstrar, em diálogo com a historiografia coeva, em que medida a realidade do cativo foi entrecortada por questões relativas à saúde.

A tese se divide em três partes. A primeira objetiva demonstrar a inserção de africanos e seus descendentes no território da Ilha de Santa Catarina. A intenção é verificar a sua representatividade em termos numéricos e percentuais, no computo geral da população. Por extensão, visa trazer à luz as diferentes modalidades de trabalho executadas por esses personagens nas condições de livres, escravos e libertos, revelando o nível de sua importância, num contexto no qual esse território passava por remodelações, encampando discursos em favor da modernidade que comportavam a defesa da emancipação e da abolição, embora contraditoriamente esses sujeitos fossem demandados enquanto força de trabalho e repelidos em sua visibilidade social. Além disso, intenta desvelar algumas de suas experiências de vida de forma a se reconhecer as nuances que assinalaram o cotidiano desses

²⁰ CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos...”, *op. cit.* 1977. _____. *Nossa Senhora...*, *op. cit.* 1972. Memória I e II/Notícia I e II.; MORAES, Laura do N. R. *Cães, vento sul...*, *op. cit.* 1999.

personagens, alinhavadas pela exploração de seus corpos. No Capítulo 1, o foco dessa discussão será a cidade de Desterro e, no Capítulo 2, a análise recairá sobre as demais freguesias da Ilha.

A segunda parte da tese se dedica ao campo das práticas médicas e dos métodos populares de cura. No Capítulo 3 é feita uma discussão sobre a medicina no Brasil, refletindo acerca de seu curso, principalmente a partir da Independência, quando foram criadas instituições de formação acadêmicas. O objetivo central é demonstrar as contradições presentes nos pronunciamentos que vincularam o conhecimento científico à validade para o trato das doenças, uma vez que os agentes de saúde advindos dos centros de formação frequentemente recorriam a saberes e fazeres gestados no ambiente popular. Pretende-se demonstrar, ainda, o protagonismo de africanos e afrodescendentes no exercício das artes de curar e os significados dessas artes para as populações atravessadas pelo cativeiro, num contexto em que os profissionais da saúde procuravam garantir apenas para si o pleno exercício de suas atividades, promovendo a marginalização e a criminalização daquelas que eram desempenhadas por gentes sem autorização. Tem-se como pano de fundo um projeto de desenvolvimento para a nação brasileira que constantemente foi defendido nos jornais, inclusive naqueles editados na Ilha de Santa Catarina, como será observado no Capítulo 4. Não obstante esse cerco, curandeiros, raizeiros, feiticeiros negros, encontravam expressiva acolhida de suas práticas de cura, ainda que muitas delas fossem consideradas falaciosas e perigosas pelos porta-vozes da nova ordem que tentava se impor. Contraditoriamente, como será vislumbrado ainda no Capítulo 4, a mesma imprensa, que se dizia aliada dessa medicina em ascensão, divulgava em suas páginas fórmulas miraculosas para o tratamento de doenças bastantes difíceis de curar.

A terceira parte penetra no campo da saúde e da doença, detendo-se especificamente às condições de sobrevivência das populações escravizadas. No Capítulo 5, empreende-se uma discussão sobre os discursos que foram produzidos acerca das formas de tratamento empregadas a africanos e afrodescendentes escravizados, recorrendo-se sobre a problemática dos maus-tratos. Como se verá, eles assumiam múltiplas roupagens, sendo praticados inclusive sobre livres e libertos. Essa realidade foi constatada também na Ilha de Santa Catarina, sendo factível perceber como a imprensa local se posicionou acerca do assunto. Por extensão, dá-se relevância às formas de resistência empreendidas pelos sujeitos levados ao cativeiro. Através dos anúncios de fuga, verifica-se o universo de suas agências ao mesmo tempo em que a descrição de seus corpos evidencia suas mazelas. No Capítulo 6, apresenta-se uma análise de como a medicina social interagiu com a realidade da escravidão. Nesse

sentido, procura-se revelar se os projetos de medicalização da sociedade incluíram ou não as populações escravizadas na agenda de seus interesses. No âmbito da Ilha de Santa Catarina, a abordagem incorreu sobre a análise dos registros de internamentos e óbitos do Hospital de Caridade. Através deles, como se verá, foram identificadas as principais doenças ou circunstâncias que levavam africanos e afrodescendentes de diferentes condições sociais ao padecimento, bem como reconhecer em que medida os escravos faziam uso dessa instituição de amparo para o tratamento de seus problemas de saúde.

Torna-se importante lembrar que o aporte documental utilizado para a elaboração deste trabalho, assinalado por uma escrita de época, teve os seus conteúdos atualizados ortograficamente de forma que os fragmentos referenciados pudessem ser lidos de maneira mais fluída. Porém, manteve-se a escrita original de suas bibliografias, constadas nas notas de rodapé. Os nomes próprios das pessoas mencionadas foram mantidos em sua escrita original.

PRIMEIRA PARTE

Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina

CAPÍTULO 1

Na trama, os sujeitos

A Ilha de Santa Catarina, localizada no centro do litoral catarinense, em meados do século XIX era composta pela Capital da Província, a cidade de Desterro¹, e mais seis freguesias (anexo 1).² No contexto da colonização do Brasil ocupavam suas terras grupos indígenas pertencentes ao tronco linguístico “tupi”, com destaque para os “carijós”. Visitada com frequência por embarcações cujas atividades se direcionavam para a região do Prata, teve o seu primeiro núcleo de povoamento externo promovido em 1675, quando o bandeirante Francisco Dias Velho, ao lado de familiares e agregados, ali se instalou na qualidade de colonizador e Capitão-mor a serviço do Reino de Portugal.³

Em fins do século XVII e início do XVIII Desterro passou a receber um número crescente de colonizadores paulistas e vicentistas através da política portuguesa de ampliação e controle de seus domínios ao sul do Brasil. Transformou-se em vila e sede do governo da Capitania no ano de 1726. Em 1737 militares foram enviados para a Ilha visando garantir a segurança de suas terras e áreas fronteiriças. Nesse mesmo período, postos administrativos foram criados. Poucos anos mais tarde, entre 1748 e 1856, a Coroa iniciou o processo de imigração de madeirenses e açorianos à região. Para Santos, a construção das fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa, Santo Antônio de Ratones e Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, a partir de 1739, objetivou “[...] manter o porto natural da Ilha sob domínio português, garantir a posse da terra e possibilitar a expansão da Colônia para o sul, em direção às margens do Prata.”⁴ Com os mesmos propósitos foi articulada a introdução de colonos provenientes da Madeira e dos Açores, fato que ofereceu à Ilha maior movimento de pessoas.

¹ Desterro recebeu essa denominação em 1823, quando em virtude da emancipação do Brasil outras vilas foram elevadas às categorias de cidades. Anterior a essa data ela era chamada de Nossa Senhora do Desterro. Ver: MALAVOTA, Claudia M. *Os africanos numa vila portuária no sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro (1788-1850)*. Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em História), PUC. p.39.

² Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1750), Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio (1751), Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão (1809), São João Batista do Rio Vermelho (1831), São Francisco de Paula e Canasvieiras (1835) e Santíssima Trindade detrás do Morro (1853). A criação das freguesias se estabelecia a partir de Alvarás, Decisões ou Decretos Régios que concediam, para determinada localidade, o estabelecimento de uma paróquia. De acordo com Malavota, significava a expressa legitimação do Estado à sedimentação de povoados que estavam ligados a outras sedes paroquiais, por vezes distantes de seu núcleo populacional. Ver: MALAVOTA, Claudia M. *Os africanos numa vila..., op. cit.* 2007. p.39. Leis provinciais também podiam decretar a criação de freguesias ou distritos, a exemplo de São João Batista do Rio Vermelho e da Santíssima Trindade detrás do Morro.

³ Ver: CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis*. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

⁴ SANTOS, André Luis. *Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis*. Florianópolis, 2009. Tese (Doutorado em Geografia), UFSC. p.18.

No final do século XVIII, mas principalmente a partir do XIX, as atividades econômicas de Desterro sofreram maior dinamização. Segundo Cardoso, a indústria da pesca da baleia e a cabotagem se conectaram com estrutura mercantil vinculada ao comércio atlântico. Além disso, os produtos agrícolas cultivados no interior, nas freguesias espalhadas por toda a sua extensão, passaram a ser escoados para outros portos de Santa Catarina e inclusive para o Rio de Janeiro, onde a Nova Corte, a partir de 1808, estabeleceu residência.⁵

Feijão, arroz, milho, trigo, fava, açúcar, além da aguardente, do melado, do óleo extraído dos grandes cetáceos apresados no litoral e da farinha de mandioca, preenchiam os porões dos barcos maiores que diariamente zarpavam de Desterro e retornavam, via de regra, com mercadorias consumidas pela população local. Entre elas, produtos importados que se transformaram em parte dos itens de consumo dos comerciantes mais endinheirados. Para Biléssimo, esses barcos disputavam “[...] espaço no mar com canoas, baleeiras e uma série de outras embarcações das populações que viviam da pesca e de pequenos transportes, além das navies que faziam a ligação ilha-continente.”⁶ Mas não eram apenas produtos agrícolas ou insumos que ocupavam os espaços de carga dos grandes veículos marítimos que circulavam por Desterro. Gentes submetidas ao cativoiro, já no século XVIII, eram para ali transportadas, inserindo africanos e afrodescendentes ao conjunto da população local.

O primeiro capítulo deste trabalho tem como objetivo dar visibilidade a presença das populações africana e afrodescendente na Ilha de Santa Catarina no contexto do século XIX, apresentando, de maneira mais detida, aquela que integrou a Capital da província catarinense, então denominada Desterro. Para tanto, busca evidenciá-las em suas diferentes condições sociais e tendo como fontes principais de análise alguns registros já levantados por historiografia coeva, além de dados eclesiásticos e censitários que foram produzidos desde a segunda metade do século XVIII, uma vez que esta perspectiva temporal permite identificar, de forma mais precisa, os processos que envolveram a introdução e a utilização da mão de obra escrava e negra nessa porção sul do Brasil.

Observa-se, ainda, que a partir da segunda metade do século XIX houve na região e a exemplo do movimento estabelecido no Brasil, um paulatino processo de desestruturação do sistema escravista. Esse processo se articulou ao projeto ideológico que passou a vislumbrar a

⁵ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2008. p.29.

⁶ BILÉSSIMO, Angelo Renato. *Entre a praça e o porto: grandes fortunas nos inventários post-mortem em Desterro (1860-1880)*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2008. p.30.

necessidade de o Brasil se transformar numa nação plenamente desenvolvida, para a qual o sistema escravista se caracterizava sinônimo de atraso.

Encampanando esses novos ideais, a elite letrada e os poderes públicos, principalmente aqueles assentados em Desterro, passaram a reconhecer os africanos e afrodescendentes que ali residiam como fontes de problemas. Assim, engendraram-se mecanismos de controle sobre essa população que se transformaram em veículos para o alcance do progresso e da civilidade almejados. Tais mecanismos foram reconhecidos nos registros oficiais, sobretudo os elaborados pelos presidentes da Província de Santa Catarina, e na imprensa local. Contudo, ao se elaborar uma análise atenta sobre esse aporte documental, evidencia-se que os meios utilizados para a materialização de tal intento estiveram marcados por grandes fragilidades.

Com efeito, ao mesmo tempo em que as classes mais abastadas, amparadas na ideia de uma hipotética inferioridade racial tomassem os africanos e afrodescendentes com rechaço, requeriam a sua força de trabalho para as mais diversas funções. Nesse sentido, o que se propõe, aqui, é uma discussão mais detalhada sobre essa população em Desterro e zonas adjacentes, a exemplo da freguesia da Santíssima Trindade detrás do Morro, que até 1853 pertenceu à Capital da Província.

Por Desterro se tratar de uma área assinalada por características urbanas, pretende-se, ainda, evidenciar suas peculiaridades em relação às demais freguesias da Ilha, marcadas por uma economia rural, pela exploração da pesca e do cultivo de produtos agrícolas, a exemplo da mandioca. No entanto, todas se conectavam com Desterro por caminhos fluviais e marítimos, caracterizando-se o porto da Capital num local para onde os interesses convergiam.

Assim, na contramão de uma historiografia que buscou minimizar o protagonismo de africanos e afrodescendentes no âmbito da história catarinense, sobre a qual residiu a ideia de sua pouca participação ao desenvolvimento da economia brasileira⁷, evidencia-se, neste capítulo, que esses personagens desempenharam funções importantes na dinâmica da vida cotidiana local. Essas funções espargiram para além das atividades laborais vinculadas exclusivamente aos meios convencionais de geração de riqueza, a exemplo das grandes propriedades agrícolas onde presença não era marcante em Desterro e localidades vizinhas. Materializaram-se, para citar poucos exemplos, no trabalho doméstico, no comércio marítimo

⁷ Ver: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972. Memória I e II/Notícia I e II.; CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.; CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.; PIAZZA, Walter Fernando *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis: Editora da UDESC, 1975.; e _____. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Garapuvu, 1999.

e fluvial, na venda de produtos variados nas ruas e no mercado, no deslocamento dos produtos escoados a partir do porto, na limpeza da cidade e dos arraiais. Foram marcadas por uma trama de relações estabelecidas entre esses sujeitos com os outros integrantes de Desterro, relações estas assinaladas por diferentes graus de dependência, constantes conflitos e negociações⁸ e condições de sobrevivência e vida significativamente adversas.

Um esboço populacional da Ilha

Identificar, com precisão, as regiões de onde os africanos introduzidos no Brasil procediam, não é tarefa simples de ser realizada. Os registros disponíveis a esse respeito possuem uma série de lacunas, podendo-se, sobre eles, apenas lançar interpretações que a partir de distintos pontos de vista podem ser passíveis de questionamentos.

Ao analisar os arquivos paroquiais de algumas localidades de Santa Catarina, Piazza apurou, somente para Desterro, que entre os anos de 1750 e 1780 ocorreram 326 batizados de escravos, aumentando para 837 entre os anos de 1781 e 1800.⁹ Já Malavota, ao averiguar o mesmo acervo documental para os anos de 1788 a 1850, confirmou o batismo de 5.245 pessoas na condição de cativo, as quais, 4.061 eram inocentes, 1.138 eram africanos novos em idade adulta, 2 eram crioulos e 44 não dispunham de identificação.¹⁰

Atentando somente para os registros de africanos adultos, Malavota empreendeu uma análise acerca das abordagens presentes nos estudos de Piazza, Cabral, Zimmermann e Mamigonian, centradas igualmente em documentos paroquiais.¹¹ Para a autora, a maior indagação vista nessas pesquisas esteve atrelada à intenção de se colocar em evidência

⁸ Sobre a ideia da dependência, conflito e negociação ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura T. Motta. São Paulo/Brasília: Companhia das Letras/Cnpq, 1988.; REIS, João J. e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.; e GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Trad. Maria Inês Rolim e Donaldison M. Gashagen. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e Terra/Cnpq, 1998.

⁹ PIAZZA, Walter Fernando. *A escravidão negra...*, op. cit. 1999. p.15.

¹⁰ MALAVOTA, Claudia M. *Os homens pretos do Desterro: um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860)*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em História), PUC. p.87. Piazza e Malavota utilizaram os Livros 1, 2, 3, 4 e 5 de registros de batismos de escravos da paróquia de Desterro, referentes aos anos de 1771 a 1798, 1798 a 1818, 1818 a 1840, 1840 a 1850, 1850 a 1853. Os exemplares se encontram no Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina (AHESC) e no site do Family Research, em: <<http://familyresearch.org>>

¹¹ Sobre as obras referenciadas pela autora ver: PIAZZA, Walter Fernando. *O escravo numa...*, op. cit. 1975.; _____. *A escravidão negra...*, op. cit. 1999.; CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...*, op. cit. 1972. Memória II.; ZIMMERMANN, Fernanda e MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX*. Florianópolis, 2004. Relatório (Iniciação Científica), UFSC. A pesquisa de Zimmermann e Mamigonian esteve restrita ao estudo da freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão. Para tanto foram utilizados os Livros 1, 2 e 3 de registros de batismos da paróquia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, datados de 1807 a 1825, 1825 a 1841 e 1846 a 1854. O material se encontra no AHESC e comumente no já citado sítio online do Family Research.

aspectos de natureza étnica que supostamente estariam vinculados aos indivíduos inscritos nos livros de batismos.

No âmbito das interpretações oferecidas por Piazza e Cabral, a questão suscitada por Malavota residiu na tentativa de categorização dos escravos a partir de troncos étnico-linguísticos. Enquanto Piazza os homogeneizou, atribuindo-lhes características culturais comuns, a exemplo dos “bantos”¹²; Cabral assentiu que saberes produzidos no passado, durante muito tempo tomados enquanto frutos de um conhecimento científico, fossem expandidos no tempo e no espaço, sedimentando concepções sobre a compleição de alguns povos que resultaram na conformação de uma visão preconceituosa e estereotipada sobre eles.¹³

Sobre a abordagem apresentada por Zimmermann e Mamigonian¹⁴, as críticas de Malavota estiveram centradas no fato de que ambas as autoras, ao relacionarem a possível origem regional dos africanos desembarcados na Ilha de Santa Catarina aos grupos étnicos a que pertenciam, desconsideraram que as nomeações das “nações” contidas nos registros utilizados para a realização desse levantamento não possuíam relação direta com os modos pelos quais as populações de origem africana se autoidentificavam.

Geralmente, “nação” referia-se ou a portos de embarque, a região de onde eram provenientes os escravos, ou a uma identificação dada pelos próprios traficantes em razão de algumas semelhanças atribuídas a tais escravos pelos europeus. Além disso, o próprio território africano era marcado por guerras, por deslocamentos populacionais em função de migrações internas, por aprisionamento de cativos antes e durante o tráfico atlântico, por deslocamento de cativos do interior para o litoral a fim de serem embarcados para América.¹⁵

¹² Malavota enfatizou, tomando como fundamentação os estudos de Oliveira, que o termo “banto” foi criado para denominar um conjunto aproximado de duas mil línguas africanas em que os porta-vozes haviam se espalhado pela África ao sul num período de no mínimo mil anos, sendo inverossímil a crença de que fosse possível manter estáticas e idênticas, a língua, os traços físicos e as referências culturais de todos esses povos. Ver: MALAVOTA, Claudia M. *Os africanos numa vila...*, op. cit. 2007. p.81-82. Sobre o estudo de Oliveira ver: OLIVEIRA, Maria Inês C. de. “Quem eram os “negros de Guiné”? A origem dos africanos na Bahia.” *Afro-Ásia*. Salvador, n.19/20, p.1-37, 1997. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n19_20_p37.pdf> Acesso em: 2 dez. 2013.

¹³ Para Cabral, os “minas” tinham características físicas apreciáveis e índole melhor. Porém os “angolas”, ainda que bons domésticos, robustos, hábeis trabalhadores e úteis nos serviços urbanos, eram libidinosos, indolentes e atrevidos. Os “moçambiques” foram tidos como rebeldes e turbulentos. Já os “cabindas” e os “congos” figuravam como devotados e bons trabalhadores. Quanto aos “benguelas”, estes foram denominados “boçais”, e os “cassanges”, caracterizados como desbocados e “[...] com a fealdade repulsiva dos tipos negros puros.” CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...*, op. cit. 1972. Memória II. p.88. Cabral tomou como referência os estudos sobre as características dos povos africanos publicados em *Populações meridionais no Brasil*, de Oliveira Viana, e *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Ver: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25 ed. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1987.; e VIANA, Oliveira. *Populações meridionais no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

¹⁴ Ver: ZIMMERMANN, Fernanda e MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos entre açorianos...*, op. cit. 2004.

¹⁵ MALAVOTA, Claudia M. *Os africanos numa vila...*, op. cit. 2007. p.83.

De acordo com a autora, os termos utilizados para nomear os escravos oriundos da Guiné se constituíram exemplos emblemáticos:

Os termos “negro da Guiné” ou “gentio da Guiné” foram as primeiras designações utilizadas para marcar a origem dos africanos que chegaram à Bahia através do tráfico ainda no século XVI e representavam mais do que um registro de procedência, pois se referiam à condição de escravo na linguagem da época, evidência de que a diversidade cultural da África passou a ser ignorada devido ao caráter de mercadoria atribuído aos escravos traficados. Ao longo do desenvolvimento do tráfico, o termo “guiné” passou a se referir a escravos provenientes de várias regiões. No início Guiné se restringia ao litoral da costa ocidental africana, que tinha como centro comercial a feitoria de Cacheu, sobretudo as Ilhas de Cabo Verde. Com a expansão do comércio português pela costa africana ao sul, o termo passou a ser utilizado, também, para se referir a partes do litoral conhecidas como Costa da Pimenta, Costa do Marfim, Costa do Ouro e Costa dos Escravos. Ou seja, toda a África ocidental ao norte do Equador, do Rio Senegal ao Gabão, era conhecida, então, como Costa da Guiné. Posteriormente o termo passou também a ser aplicado às regiões subequatoriais, tanto que, na metade do século XVIII a expressão era ainda utilizada para se referir à região do Congo e Angola na África Central. Portanto, sob a denominação de “gentio da Guiné” e “negro da Guiné”, foram inseridos no Brasil através do tráfico, escravos procedentes de toda a costa ocidental africana, do Gâmbia ao Congo. Nessa perspectiva, esses termos possuíam significado mais geográfico do que indicativo de etnias específicas.¹⁶

Ao intentar traçar o perfil demográfico de africanos escravizados introduzidos no Rio de Janeiro durante os séculos XVII, XVIII e XIX, Gomes acenou para essa mesma realidade. A partir do estudo dos registros eclesiásticos o autor constatou algumas variações temporais presentes na procedência daqueles que foram identificados “gentios” da Guiné ou apenas “guiné”, denotando a dificuldade em se procurar estabelecer uma conexão regional unilateral para os cativos assentados com essas denominações, sendo mais intrincado, ainda, correlacioná-los a identidades étnicas. Para Gomes, a precariedade com que os registros eram efetuados, muitos atrelados às dinâmicas do tráfico e a sistemas de classificação particulares, caracteriza-se apenas um dos fatores para a configuração desse cenário, sendo necessário promover o diálogo com distintas fontes documentais para que conclusões mais profícuas acerca dessa problemática possam ser obtidas.¹⁷

Segundo Malavota, para além da expressão “da Guiné”, aquelas denominadas “cabinda”, “luanda” e “benguela”, igualmente associadas a etnias, estavam mais vinculadas a portos de embarque de escravos na África, ou seja, locais para onde havia sido deslocado um contingente populacional eclético, inclusive, proveniente de reinos interioranos.¹⁸ Assim, a

¹⁶ MALAVOTA, Claudia M. *Os africanos numa vila...*, op. cit. 2007. p.84.

¹⁷ GOMES, Flávio dos S. “A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos.” *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.19 (supl.), p.81-106, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19s1/06.pdf>> Acesso em: 10 maio 2013.

¹⁸ MALAVOTA, Claudia M. *Os africanos numa vila...*, op. cit. 2007. p.84.

autora reconheceu a significativa fragilidade em se pretender identificar, com precisão, a etnia a que os escravos pertenciam, sendo factível, apenas, concatenar as informações dispostas nos assentamentos batismais às regiões de suas procedências.¹⁹

Das investigações realizadas por Malavota, percebe-se que a maior parte dos escravos de origem africana que desembarcou na Ilha de Santa Catarina e foi assentada em Desterro provinha da África central, como pode ser observado na tabela a seguir:²⁰

Tabela 1

Desterro Procedência de africanos adultos batizados (1788-1850)									
África central		África ocidental		África oriental		Genérico		Indefinido	
Angola	8	Calabar	21	Macuá	1	África	2	Boça	1
Benguela	19	Costa da Mina	1	Moçambique	197	Africano	8	Caçanxa	1
Bomba	1	Mina	55	Sena	1	Africano de nação	2	Calabaço	1
Cabinda	259	Nagô	1	-	-	Costa	171	Malabar	1
Cabundá	7	-	-	-	-	Nação	16	Mogueembe	1
Cassange	8	-	-	-	-	Nação africana	1	Molengo	2
Congo	267	-	-	-	-	Guiné	3	Ulá	1
Ganguela	3	-	-	-	-	-	-	Maginga	1
Monjolo	59	-	-	-	-	-	-	Mujinga	1
Rebolo	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Songa	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	648	Total	78	Total	199	Total	203	Total	10

Fonte: Tabela elaborada a partir do levantamento feito por MALAVOTA, Claudia M. *Os africanos numa vila portuária no sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro (1788-1850)*. Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em História), PUC. p.87.

Atentando para a macro região de onde proveio o maior número de escravos, a África central, confirma-se que Angola e o Congo se destacaram, sendo observada a presença dos “benguelas”, “bombas”, “cabindas”, “cabundás”, “cassanges”, “ganguelas”, “monjolos”, “rebolos” e “songas”, além daqueles denominados simplesmente “angolas” ou “congos”.

¹⁹ MALAVOTA, Claudia M. *Os africanos numa vila...*, op. cit. 2007. p.84. Andrade, ao elaborar estudo sobre a escravidão na cidade de Salvador entre os anos de 1811 e 1860, afirmou que as denominações atribuídas às origens dos cativos podiam se dar a partir de critérios geográficos, étnicos ou ambos. De acordo com a autora as denominações geográficas abarcavam uma área significativamente ampla do continente africano, a exemplo dos termos “mina”, “costa”, “moçambique” e “benguela”. Já as denominações “cabinda” e “congo” podiam representar tanto o local de sua procedência como a etnia a que pertenciam. Contudo, outras indicações estavam mais associadas às etnias, como os vocábulos “cassange”, “monjolo”, “nagô”, etc. ANDRADE, Maria José de S. *A mão de obra escrava em Salvador*. São Paulo/Brasília: Currupio/CNPq, 1988. p.97-98.

²⁰ Sobre as regiões da África que abasteceram o tráfico de escravos para o Brasil ver: FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.; e THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico*. Trad. Marisa R. Motta. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Foram utilizadas as referências apontadas por Karasch para delimitar, de maneira mais precisa, as regiões de origem desses africanos, bem como as variantes de suas denominações. Ver: KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro M. Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Capítulo 1: As nações do Rio, e Apêndice A. Sobre registros paroquiais ver também: GOMES, Flávio dos S. “A demografia...”, op. cit. 2012.

Ambas as regiões, em conjunto, representaram 57%, aproximadamente, da população cativa africana introduzida ali, durante o fim do século XVIII e primeira metade do XIX.²¹

No âmbito da África ocidental, parte dos africanos era originária da Costa da Mina, um total de 56 registros. Foram localizados, ainda, 21 assentamentos para escravos oriundos do Calabar, além de 1 identificado como “nagô”. Esses cativos referenciados como ocidentais, representaram 7% tendo por fundamento os dados aqui apresentados. Contudo é lícito supor que sua expressividade pudesse ser relativamente maior.

Denominações genéricas, como África, africano, africano de “nação”, Costa, “nação” ou “nação” africana implicam pensar que essas referências agregavam populações originárias de todo o litoral atlântico, desde a altura do rio Senegal até Angola e, inclusive, da parte oriental do continente, a exemplo do Moçambique. Entrementes, a expressão “da Costa” se referia habitualmente aos escravos da zona ocidental, mormente das regiões denominadas Costa do Ouro e dos Escravos, Costa da Mina e territórios mais alargados como a enseada do Benim ou golfo da Guiné, o que implica dizer que parte dos registros genéricos dispostos na tabela acima podia elevar o número de escravos da zona ocidental.

Mas se oficialmente os africanos oriundos da porção ocidental batizados em Desterro durante os anos de 1788 e 1850 representaram 7%, observou-se para a África oriental 197 registros para quem as identificações estavam relacionadas, de maneira mais genérica, ao Moçambique. Verificou-se, ainda para essa região, 1 assentamento para os “senas” e 1 para os “macuás”, totalizando 199 ocorrências, o que correspondeu a aproximadamente 17%.

Atentando para os casos indefinidos, ainda mais 10 registros foram encontrados. O termo “boca” poderia estar associado à “boçal”, estando o seu significado relacionado aos escravos que não se encontravam aclimatados e não falavam o português.²² Do mesmo modo é provável que a palavra “caçanxa” estivesse vinculada à “cassange” e suas variações (“caçanje”, “caçange”, “kaçanje”, “kaçange”, “kasanje”, “kassanje”, “kassange” e “kasanji”).²³ Em estudo sobre africanos presentes na cidade de São Paulo entre os anos de 1800 e 1900, Mattos reconheceu entre algumas inconstâncias para os “cassanges”, as denominações “caxacha”, “caxanja” e “caçange”, todas semelhantes à palavra encontrada em Desterro.²⁴

²¹ Todos os percentuais foram arredondados em 1 ponto para mais ou menos.

²² Sobre a expressão *boçal* ver: MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004. p.70.; e KARASCH, Mary J. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000. Capítulo 1: As nações do Rio.

²³ KARASCH, Mary J. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000. Apêndice A.

²⁴ MATTOS, Regiane A. de. *De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em História), USP. p.56.

Ainda acerca dos assentamentos indefinidos, o termo “calabaço” poderia ser alusivo ao Calabar. Já “malabar” provavelmente se referia à Costa localizada ao sudoeste da Índia que recebia e recebe a mesma denominação. De acordo com Harris, africanos escravizados teriam sido levados pelos portugueses para suas possessões na Índia já no século XVI²⁵ e é lícito pensar que alguns de seus descendentes, na condição de cativo, tenham sido realocados para outras áreas de domínio colonial.

Indeterminadas se constituíram as denominações “maginga” e “mujinga”. O termo “maginga” se assemelha a “mandinka” ou “mandinga”, grupo presente na África ocidental que recebeu forte influência do islamismo.²⁶ Embora “mujinga” apresente certa equivalência com “maginga”, não foi possível precisar qualquer conexão entre ambos, e de igual forma, mantiveram-se indeterminadas as referências sugestivas para os registros “moguembe”, “molengo,” e “ulá”. Todos, conjuntamente, representaram um índice aproximado de 1%.

Mas ao se debruçar sobre os registros de batismos ocorridos em Desterro entre os anos de 1788 e 1850, Malavota também considerou aqueles relativos aos filhos de mães africanas cativas e forras.²⁷ Das informações coletadas, percebe-se que essas mães eram procedentes, em primeiro lugar, da África central, com 41%; em segundo lugar, da África ocidental, com 4%; e em terceiro lugar, da África oriental, com 2%.

Semelhante ao observado para os registros de africanos adultos, parte significativa foi referenciada de forma genérica, um total de 52%. Esse índice se sobrepõe, inclusive, ao de mães escravas e forras provenientes da África central, sugerindo a possibilidade de um percentual maior ter se originado da África ocidental. Assim, a tabela a seguir apresenta, em números absolutos, os registros de mães africanas cativas e forras localizadas nos livros de batismos. Do total, apurou-se um número de 1.686 ocorrências.

²⁵ HARRIS, Joseph E. “A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo.” In: OGOT, Bethwel A. (E.) *História geral da África: África do século XVI ao XVIII*. Trad. David Y. Chaigne et al. Brasília: UNESCO, 2010. vol.5. p.135-163.

²⁶ Sobre os “mandingas” ver: THORNTON, John. *A África e os africanos...*, op. cit. 2004.; FAGE, John D. *História da África*. Trad. Aida Freudenthal et al. Lisboa: Edições 70, 2010.; e SANTOS, Beatriz C. dos. *Entre mouros e cristãos: os mandingas da “Guiné de Cabo Verde” (séc. XVI e XVII)*. Niterói, 2013. Dissertação (Mestrado em História), UFF.

²⁷ Apenas 7 registros foram contabilizados para mães africanas forras. Cinco eram da África central: 1 “angola”, 3 “benguelas”, e 1 “monjolo”. As duas restantes foram referenciadas como sendo *de nação*. Ver: MALAVOTA, Claudia M. *Os africanos numa vila...*, op. cit. 2007. p.126.

Tabela 2

Desterro Procedência de mães africanas escravas e forras (1788-1850)									
África central		África ocidental		África oriental		Genérico		Indefinido	
Angola	110	Calabar	17	Moçambique	37	África	1	Cicamão	2
Benguela	269	Gege	2	-	-	Africana de nação	18	Mafumi	1
Cabinda	72	Mina	45	-	-	Costa	786	Mogume	1
Cabundá	4	Nagô	5	-	-	Costa da África	1	Mufume	1
Cassange	9	-	-	-	-	Costa da Guiné	3	Muumbó	1
Congo	123	-	-	-	-	Costa leste ²⁸	1	Quiçamame	3
Ganguela	10	-	-	-	-	Gentio da Guiné	1	-	-
Mbamba	1	-	-	-	-	Guiné	8	-	-
Molembo	2	-	-	-	-	Nação	14	-	-
Monjolo	16	-	-	-	-	Nação africana	29	-	-
Rebolo	83	-	-	-	-	Nação Guiné	10	-	-
Total	699	Total	69	Total	37	Total	872	Total	9

Fonte: Tabela elaborada a partir do levantamento feito por MALAVOTA, Claudia M. *Os africanos numa vila...*, op. cit. 2007. p.124.

Como é possível observar no âmbito da África central, as regiões do Congo e de Angola se destacaram. Foram encontradas mulheres “benguelas”, “cabindas”, “cabundás”, “cassanges”, “ganguelas”, “mbambas”, “molembos”, “monjolos” e “rebolos”, além daquelas denominadas simplesmente “angolas” ou “congos”.²⁹ No âmbito da África ocidental, além das denominações anteriormente descritas para adultos africanos escravizados, houve registros de mães africanas cativas também para “gege”. Já para a África oriental, só ocorreram assentamentos atinentes aos “moçambiques” e em número bem inferior ao observado na primeira tabela, em que a diferença para menos foi de 160 registros.³⁰

Como na tabela 1, não foi possível estabelecer conexão com os locais de origem de um número pequeno de assentamentos, 9 no total, em que a representatividade alcançou menos de 1%. Contudo, o termo “mogume” poderia estar associado a povos do Sudão que no primeiro milênio da Era cristã se deslocaram para a área do lago Chade, sob a denominação “magumi”. De acordo com Medeiros, esse mesmo grupo posteriormente migrou para o interior da Nigéria onde atualmente se encontra a vila de Agumi, sendo lícito pensar que a expressão encontrada por Malavota se referia a escravos provenientes dessa região.³¹

²⁸ A Costa leste foi referenciada por Florentino como sendo a Costa leste ocidental. Ver: FLORENTINO, Manolo et al. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil, séculos XVIII e XIX.” *Afro-Ásia*. Salvador, n.31, p.83-126, 2004. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/31_3_aspectos.PDF> Acesso em: 7 fev. 2014.

²⁹ Ver: KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000. Capítulo 1: As nações do Rio, e Apêndice A.

³⁰ Para a identificação das denominações ver: KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000. Capítulo 1: As nações do Rio, e Apêndice A.

³¹ MEDEIROS, François de. “Os povos do Sudão: movimentos populacionais.” In: EL FASI, Mohammed. (E.) *História geral da África: África do século VII ao XI*. Trad. David Yann Chaigne et al. Brasília: UNESCO, 2010. vol.3. p.157.

De forma semelhante, o termo “quiçamame”, encontrado em 3 registros, poderia ser referir a escravos provenientes da região de Kisama, em Angola, ao sul do rio Cuanza. Segundo Karasch suas variações agregavam o “quiçamá”, “quisamá”, “quissama” e “quissamã”, todas semelhantes à palavra “quiçamame”. Ainda de acordo com a autora, 19 ocorrências com essas variações foram encontradas para cativos desembarcados no Rio de Janeiro entre 1830 e 1852³², de onde a Ilha de Santa Catarina os adquiria. Assim, não é incorreto supor, no processo que envolvia uma série de deslocamentos, que equívocos fossem cometidos por aqueles responsáveis pelo assentamento desses sujeitos, tanto nos portos de embarque quanto de desembarque e, inclusive, nos locais onde estabeleciam morada definitiva, sendo levados às pias batismais.

A respeito das denominações genéricas foi observado um total de 872 registros. Sua representatividade significou aproximadamente 52%. De forma similar ao que foi inferido para os dados apresentados na tabela relativa aos africanos adultos, é provável que parte dessas denominações tenha correspondido à região da África ocidental. Se Malavota apurou um total de 2.824 registros para africanos escravos e mães africanas cativas e forras entre os anos de 1788 e 1850, Piazza reconheceu, entre os anos de 1779 e 1840, 2.671, sem, contudo, mencionar o sexo e atentando, exclusivamente, para a condição de cativo. Talvez, daí, derive a diferença numérica percebida em ambas as pesquisas. Contudo, faz-se relevante mencionar que no estudo de Piazza nenhuma referência foi conferida à região da Costa da África e suas variações, embora 974 assentamentos tenham sido atribuídos à Guiné.³³ Nesse sentido, defende-se a hipótese, como já foi sugerido anteriormente, que um número mais expressivo de cativos e cativas pudesse ser proveniente da região ocidental e que Piazza tenha incorporado ao termo “Guiné”, os registros para quem as procedências faziam alusão à vasta região que compreendia a Costa africana. Como é possível perceber a partir das tabelas 1 e 2, Malavota verificou apenas 25 assentamentos de batismos associados à Guiné, número bastante diferente do encontrado por Piazza. Entrementes, ocorreram 959 registros de africanos adultos escravizados e de filhos de mães cativas e forras, relacionados à Costa, Costa leste ou Costa da África. Esse montante se aproxima, sobremaneira, da soma obtida por Piazza. Isso não significa dizer, como já foi pontuado, que todos os escravos para os quais as origens se remetiam à Costa e suas variações fossem da África ocidental. Ao contrário, apenas denota uma possibilidade para que o seu número fosse um pouco maior, sendo plausível supor que também poderiam ser maiores os registros de africanos de outras áreas.

³² KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000. Capítulo 1: As nações do Rio, e Apêndice A.

³³ PIAZZA, Walter Fernando. *A escravidão negra...*, op. cit. 1999. p.62.

Gomes observou, para o Rio de Janeiro, um substancial declínio na entrada de escravos provenientes das regiões ocidentais. Esse declínio ocorreu já a partir de 1815, quando Inglaterra e Portugal firmaram acordos restritivos à captação de mão de obra cativa para algumas zonas da África. Esse fato parece não ter impedido que africanos ocidentais continuassem aportando no Brasil. Para Gomes, embora esses escravos não tenham sido direcionados para a Corte, eram provavelmente reexportados para territórios sulistas, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul³⁴, onde a fiscalização não era tão rigorosa, o que será visto mais adiante. Mas as populações negras escravizadas não se restringiram ao núcleo de Desterro, tão pouco, àqueles que eram oriundos do continente africano. Gentes nascidas no Brasil, em Santa Catarina e na própria Ilha integraram de forma significativa o conjunto populacional que assinalou toda a sua extensão durante o período oitocentista, como pode ser verificado na tabela a seguir:³⁵

Tabela 3

Ilha de Santa Catarina População por condição social (1810-1872)					
Ano	Livres	Cativos	Forros	Total populacional	% Cativos*
1810	8.798	3.313	316	12.427	27%
1840	15.032	4.336	-	19.368	22%
1854	16.221	3.692	-	19.913	19%
1856	16.908	3.978	-	20.886	19%
1859	15.552	3.597	796	19.945	18%
1866	17.683	3.416	-	21.099	16%
1872	22.769	2.940	-	25.709	11%

Fonte: Tabela elaborada a partir de: 1810 - BRITO, Paulo José Miguel de. *Memoria politica sobre a Capitania de Santa Catharina, escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1829. p.38-42.; 1840 - BRITO, Antero José F. de. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, dirigio á Assembleia Legislativa da mesma provincia na abertura da sua sessão ordinaria em o 1º. de março de 1841*. Desterro: Typ. provincial, 1841. Doc.15.; 1854 - COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Dr. João José Coutinho, apresentado á Assembleia Legislativa provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em o 1º. de março de 1855*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1855. p.36.; 1856 - COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigio á Assembleia Legislativa provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em o 1º. de março de 1857*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857. p.37.; 1859 - BRUSQUE, Francisco Carlos de A. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina Francisco Carlos de Araujo Brusque apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª. sessão da 10ª. legislatura*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860. p.6.; 1866 - LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa provincial de Santa Catharina na sua sessão ordinaria pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda, no ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867. Anexo B.; e 1872 - DIRETORIA Geral de Estatistica. *Recenseamento geral do Imperio do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. vol.11. p.1-21.

³⁴ GOMES, Flávio dos S. "Demografia atlântica..." *op. cit.* 2012. p.94-95.

³⁵ As informações utilizadas para a confecção da tabela foram retiradas de documentos oficiais datados entre os anos de 1810 e 1872, para os quais foram encontrados mapas populacionais da Ilha de Santa Catarina. No âmbito das falas e relatórios provinciais, os arquivos estão disponíveis no sítio digital do Center for Research Libraries, em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina>.

Com base dados apresentados acima, percebe-se que o percentual de escravos presentes na Ilha de Santa Catarina durante o século XIX manifestou um pico no registro de 1810, com 27%. A partir de 1840, observa-se o seu declínio, que se estendeu até 1872, quando foi realizado o censo demográfico nacional em que 11% da população se encontrava em cativeiro.

Importante salientar que os índices populacionais apresentados, baseados em documentos oficiais produzidos durante o século XIX, não levaram em consideração, com algumas exceções, a população liberta e, igualmente, aquela considerada “de cor”, assinalada por pretos, pardos ou mestiços. Além disso, eles também não atentaram para a nacionalidade.³⁶ Com efeito, a indicação desses dados poderia oferecer outra dimensão acerca da presença de africanos e seus descendentes na Ilha de Santa Catarina.

O mapa de 1810, embora não tenha feito qualquer registro relativo à cor, referenciou o número de pessoas que haviam sido alforriadas, perfazendo um total de 316 que, acrescentadas à categoria dos escravos, aumenta o percentual de africanos e afrodescendentes para 29%.³⁷ O mesmo pode ser observado no mapa de 1859. Das 19.945 pessoas registradas, 15.552 eram livres, 3.597 escravas e 796 libertas. Adicionando ao número de cativos o que corresponde aos alforriados, chega-se ao índice de no mínimo 22% para africanos e afrodescendentes presentes na Ilha àquela data, já que entre os livres poderia haver africanos.³⁸

Embora o mapa de 1866 não tenha feito menção à população liberta, considerou em o número de habitantes presentes por cor. Para toda a Ilha de Santa Catarina foram verificados 16.016 registros de brancos, 3.167 de pretos e 1.906 de pardos.³⁹ Esse número oferece, respectivamente, a estimativa 76%, 15,% e 9%. Se o percentual de pretos for adicionado ao de pardos, obtém-se a estimativa de 24%, superior, portanto, ao índice de 16% verificado apenas para os que se encontravam em cativeiro.

O mesmo pode ser observado no censo demográfico nacional de 1872. Naquele registro foram computadas 19.175 pessoas brancas, 3.343 pretas, 3.074 pardas e 117 caboclas, perfazendo, respectivamente, um percentual aproximado de 75%, 13%, 12% e menos de

³⁶ Somente a partir do censo de 1872 houve a preocupação em se registrar a nacionalidade da população.

³⁷ BRITO, Paulo José Miguel de. *Memoria politica sobre a Capitania de Santa Catharina, escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1829. p.38-42.

³⁸ BRUSQUE, Francisco Carlos de A. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina Francisco Carlos de Araujo Brusque apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª. sessão da 10ª. legislatura*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860. p.6.

³⁹ LACERDA, Adolpho de B. C. de A. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa provincial de Santa Catharina na sua sessão ordinaria pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867. Anexo B.

1%.⁴⁰ Se o índice de pessoas pretas for acrescentado ao de pardas, alcança-se o resultado de 25% para essa população presente na Ilha de Santa Catarina, resultado bem mais expressivo que os 11% creditado à população escrava. Essa tendência também se revela para o censo de 1890. Nessa data foram registrados 25.738 brancos, 2.062 pretos, 3.534 mestiços e 79 caboclos, totalizando 25.689 pessoas.⁴¹ Embora seja possível constatar um percentual menor de pretos e mestiços⁴² em relação ao ano de 1872, seu índice ainda era relevante, qual seja, o de aproximadamente 18%.

Importante considerar que todos esses índices percentuais foram calculados a partir de critérios comparativos vinculados aos períodos em que os mapas populacionais foram elaborados. Não apresentam, portanto, os padrões de crescimento da população tendo por base documentos indicativos das taxas de natalidade e mortalidade, o que certamente ofereceria uma compreensão mais crítica sobre eles.

Estudos atuais sobre a escravidão em Santa Catarina apontam quem em números absolutos a população escrava cresceu, mesmo após as medidas restritivas ao tráfico, ao fomento dos deslocamentos interprovinciais ocorridos durante a segunda metade do século XIX, quando as áreas produtoras de café passaram a absorver um grande quantidade de mão de obra cativa e, inclusive, aos movimentos de caráter emancipacionista.⁴³ Esse quadro não parece ter procedido na Ilha. Como é possível perceber, os escravos tiveram por diversas vezes taxas de crescimento negativas, algumas inclusive observadas no âmbito da população livre.

⁴⁰ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral do Imperio do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. vol.11. p.1-21.

⁴¹ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000. p.136.

⁴² No “Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil”, publicado em 1890, o termo “pardo” foi substituído por “mestiço”.

⁴³ Ver: PENNA, Clemente G. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.; PIAZZA, Walter Fernando. *A escravidão negra..., op. cit.* 1999.; e SCHEFFER, Rafael da C. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

Tabela 4

Ilha de Santa Catarina Crescimento populacional por condição social (1810-1872)				
Ano	Livres	Cativos	% Livres	% Cativos
1810	9.114*	3.313	-	-
1840	15.032	4.336	65%	31%
1854	16.221	3.692	8%	-15%
1856	16.908	3.978	4%	8%
1859	16.348**	3.597	-3%	-10%
1866	17.683	3.416	8%	-5%
1872	22.769	2.940	29%	-14%

Fonte: Tabela elaborada a partir de BRITO, Paulo José Miguel de. *Memoria politica...*, op. cit. 1829. p.41.; BRITO, Antero José F. de. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1841. Doc. 15.; COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente...*, op. cit. 1855. p.36.; COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1857. p.37.; BRUSQUE, Francisco Carlos de A. *Relatorio do Presidente...*, op. cit. 1860. p.6.; LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatorio apresentado á...*, op. cit. 1867. Anexo B.; e DIRETORIA Geral de Estatistica. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.2.

* Estão incluídos os 316 registros de libertos.

** Estão incluídos os 796 registros para libertos.

É plausível pensar que a diferença de crescimento entre livres e escravos, após a década de 50, tenha decorrido dos fatores anteriormente descritos. Entretanto, é possível reconhecer outros elementos enquanto razões constitutivas para esse cenário, como a morte decorrente da velhice que favorecia, sobretudo, o desaparecimento da população de origem africana e, igualmente, o falecimento em virtude de situações comuns ao universo do cativo, como os maus-tratos, a precariedade das condições de vida e uma maior vulnerabilidade aos efeitos funestos das doenças.

Quando em maio de 1886 o Doutor Francisco José da Rocha entregou a presidência da Província ao seu sucessor, afirmou, através de relato circunstanciado, que em 1885 já se observava significativa redução de escravos em Santa Catarina. Naquela data, através do sistema de matrícula, havia 408 registrados na Ilha, sendo 240 do sexo masculino e 168 do feminino.⁴⁴ Considerando o arrolamento feito no ano de 1872, que totalizava 2.940 pessoas na condição de cativo, houve uma queda de aproximadamente 84% em um período de 13 anos. Para essa queda,

[...] muito contribuíram como valiosos fatores a morte e a saída, e não menos concorreu para o fim o espírito de filantropia dos senhores, o qual felizmente não esfria, e ao contrário, ostenta-se promissor de que dentro em breve teremos, sem abalo, a Província expurgada de pessoal escravo.⁴⁵

⁴⁴ ROCHA, Francisco José da. *Relatorio com que ao Exm. Sr. Coronel Augusto Fausto de Souza Presidente da Provincia de Santa Catharina passou a administração da mesma provincia o Dr. Francisco José da Rocha, em 20 de maio de 1886*. Desterro: Typ. do Conservador, 1886. p.286.

⁴⁵ ROCHA, Francisco José da. *Relatorio com que...*, op. cit. 1886. p.285.

Dois anos após, nova matrícula foi realizada. Por ela ficava evidente uma redução de 51 pessoas cativas, existindo ainda 357. Tratavam-se dos mesmos escravos arrolados no ano de 1885⁴⁶, o que possibilita refletir sobre a inexistência de óbitos de escravos durante esse período.

De fato, em relatório apresentado no jornal “O Conservador” de 26 de abril de 1887 pelo Inspetor da Alfândega de Desterro, em 1873 os escravos contabilizavam 1.278 pessoas. Até o ano de 1887, houve 522 entradas. Durante o mesmo período saíram 558 para outras localidades, uma diferença para menos de apenas 36. Se, com efeito, nenhuma morte foi constatada entre os anos 1886 e 1887, até 1885 houve o registro de 215. Assim, após as alforrias, os óbitos parecem ter sido a segunda causa motora para o declínio da população cativa na Capital, cuja soma, em 1887, era de 168.⁴⁷

No que se refere exclusivamente aos oriundos da África, o censo de 1872 registrou 337 pessoas. Destas, 139 eram livres e 198 escravas. Se entre os livres elas não alcançavam 1%, entre os escravos tinham uma representatividade de aproximadamente 7%. Considerando-se o número total de habitantes, seu índice alcançava um pouco mais de 1%. No entanto, entre as 3.343 pessoas registradas como pretas, sua representatividade era maior, qual seja, de 10%.⁴⁸ É de se supor que o perecimento desses africanos tenha contribuído para a diminuição do número de pretos assentados na Ilha quando foi efetuado o censo de 1890, para qual o montante era de 2.062, o que representou uma queda 38%.⁴⁹ Mesmo assim, ele não foi fator preponderante. Ainda que o total de africanos de 1872 fosse acrescido aos pretos contabilizados em 1890, haveria uma queda, para essa população, de aproximadamente 30%.

Mas se os cativos entraram em declínio e, de forma análoga, os africanos incluídos na lista daqueles categorizados como pretos; pardos e mestiços apresentaram um movimento de crescimento. Muito embora o seu percentual tenha sido reduzido em comparação ao de brancos, estudos recentes tem acenado que essa diferença se deveu, sobremaneira, ao aumento destes últimos incentivado pelo movimento de imigração europeia, ocorrido já em meados da segunda metade do século XIX.⁵⁰ Os gráficos a seguir apresentam a evolução populacional das três categorias:

⁴⁶ ROCHA, Francisco José da. *Relatorio com que...*, op. cit. 1886. p.292.

⁴⁷ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 4, n.84, 26 abr. 1887. p.2. BPSC.

⁴⁸ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.2.

⁴⁹ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis...*, op. cit. 2000. p.136.

⁵⁰ Ver: PENNA, Clemente G. *Escravidão, liberdade...*, op. cit. 2005.; e SCHEFFER, Rafael da C. *Tráfico interprovincial...*, op. cit. 2006.

Gráfico 1

Fonte: Gráfico elaborado a partir de LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatório apresentado á..., op. cit.* 1867. Anexo B.; DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral..., op. cit.* [1874?]. vol.11. p.1-21.; e DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil, em 31 de dezembro de 1890.* Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas.* Florianópolis: Insular, 2000. p.136.

Gráfico 2

Fonte: Gráfico elaborado a partir de LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatório apresentado á..., op. cit.* 1867. Anexo B.; DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral..., op. cit.* [1874?]. vol.11. p.1-21.; e DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral..., op. cit.* 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis..., op. cit.* 2000. p.136.

De acordo com os gráficos apresentados acima, pode-se inferir que se a população registrada como preta cresceu em termos absolutos aproximadamente 6% de 1866 a 1872, declinou 38% desta data até o ano de 1890, como já foi demonstrado anteriormente. Por outro lado, pardos e mestiços cresceram 61% entre os anos de 1866 e 1872 e 15% entre esta última data até 1890. Embora o seu crescimento tenha sido maior que o de brancos entre 1866 e 1872, cujo percentual atingiu 20%, de 1872 a 1890 a população branca assistiu uma elevação

de 34%, ou seja, mais que o dobro da observada para pardos ou mestiços, elevação esta que pode ter sido decorrente da imigração.

Assim, se todos esses números e índices percentuais revelam a representatividade da população cativa na Ilha de Santa Catarina e o seu paulatino declínio, apontam para a presença de um número crescente e expressivo de pessoas que, de alguma forma, foram atravessadas pelo escravismo nas condições de livres ou libertos. Todos experienciaram uma série de situações limite em meio a uma sociedade que lhes buscou impor restrições, não obstante terem engendrado múltiplas estratégias para transformar a realidade a qual estavam inseridos e igualmente se contrapor a ela, como será visto a seguir.

Africanos e afrodescendentes em Desterro

Africanos e afrodescendentes, livres, escravos ou libertos marcaram presença de forma significativa nos vários núcleos populacionais da Ilha. Em Desterro, as atividades comerciais convergidas em torno da zona portuária demandavam a utilização de formas diversificadas de labor. Acrescenta-se a isso o fato de ela ser a sede dos poderes político, administrativo e militar catarinense e onde residiam os seus representantes, os quais, via de regra, eram proprietários de escravos que mantinham vínculos de trabalho com seus ex-cativos alforriados. Ainda em Desterro estava localizado o coração do poder religioso, com a Igreja Matriz assentada no alto da praça central e outras edificadas em pontos diferentes da cidade. Ali haviam sido construídas, já em 1789, as primeiras instalações do que mais tarde se tornaria o Imperial Hospital de Caridade, contíguo à Capela do Menino Deus e principal instituição do gênero na Capital da Província que também fazia uso da mão de obra escrava.

Fonte: Mapa topográfico elaborado a partir do cartão detalhe “Cidade do Desterro em 1868.” Litografia Instituto Filomático. 1868. In: ALMEIDA, Candido M. *Atlas do Imperio do Brasil dedicado a sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Litographia do Instituto Philomathico. Mapa XIX.

Na Desterro do século XIX, entre 1810 e 1859, a população cativa se manteve em torno dos 26%, se comparada à livre. Somente a partir de 1866 é que se processou a sua redução, com 19% para esta data e 13% para o ano de 1872, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 5

Desterro População por condição social (1810-1872)							
Desterro	1810	1840	1854	1856	1859	1866	1872
Livres	3.348	5.248	4.175	4.263	4.483	5.211	7.486
Cativos	1.689	1.930	1.436	1.351	1.334	1.263	1.122
Forros	177	-	-	-	278	-	-
Total	5.214	7.178	5.611	5.614	6.095	6.474	8.608
% Cativos	32%	27%	26%	24%	22%	19%	13%

Fonte: Tabela elaborada a partir de BRITO, Paulo José Miguel de. *Memoria politica...*, op. cit. 1829. p.41.; BRITO, Antero José F. de. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1841. Doc. 15.; COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente...*, op. cit. 1855. p.36.; COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1857. p.37.; POLÍCIA de Desterro. *Ofícios dos delegados de polícia para os presidentes de província*. Cx.24, vol.1, fl.97., 1842-1869. APESC.; LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatorio apresentado á...*, op. cit. 1867. Anexo B.; e DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.2.

Torna-se relevante asseverar que tal diminuição foi relativa quando levado em consideração os registros por critérios fenotípicos. Em 1866, por exemplo, havia 4.361 brancos, 1.275 pretos e 838 pardos, o que representava, para estes dois últimos, um índice

aproximado de 33%.⁵¹ Em 1872, constavam no censo nacional 5.884 brancos, 1.410 pretos, 1.296 pardos e 18 caboclos. Atentando exclusivamente para os pretos e pardos, estes correspondiam a 31%.⁵² Somente a partir de 1890 houve uma maior redução nesse percentual, quando foram registrados 8.153 habitantes brancos, 928 pretos, 1.957 mestiços e 53 caboclos, representando, pretos e mestiços, 26%.⁵³ Embora no ano de 1872 somente a população preta representasse 16%, o número de africanos ali presentes já se encontrava significativamente reduzido. Totalizavam, eles, 212 pessoas, as quais 104 eram escravas e 108 eram livres. Seu índice era o de um pouco mais de 2%.⁵⁴

Importante lembrar que até o ano de 1853 a freguesia de Nossa Senhora da Santíssima Trindade detrás do Morro pertenceu a Desterro, e nos anos posteriores a esta data os escravos deixaram de integrar os mapas populacionais anteriormente atribuídos à Capital, fato que também contribuiu para os números indicativos de sua redução.⁵⁵ De acordo com os censos produzidos para a Trindade durante a segunda metade do século XIX, aproximadamente 12% se manteve na condição de cativo entre 1854 e 1866 e esse percentual diminuiu apenas a partir de 1872, possivelmente em virtude das mesmas razões apontadas anteriormente no âmbito da Ilha de Santa Catarina.

Tabela 6

Santíssima Trindade detrás do Morro População por condição social (1810-1872)							
Santíssima Trindade detrás do Morro	1810*	1840*	1854	1856	1859	1866	1872
Livres	-	-	1.599	1.768	1.503	1.728	2.175
Cativos	-	-	252	270	183	197	117
Forros	-	-	-	-	107	-	-
Total	-	-	1.811	2.038	1.793	1.925	2.292
% Cativos	-	-	14%	13%	10%	10%	5%

Fonte: Tabela elaborada a partir de COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente...*, op. cit. 1855. p.36.; COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1857. p.37.; POLÍCIA de Desterro. *Ofícios dos delegados...*, op. cit. Cx.24, vol.1, fl.99., 1842-1869. APESC.; LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatorio apresentado á...*, op. cit. 1867. Anexo B.; e DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.16.

* A população correspondente aos anos de 1810 e 1840 estava contabilizada na paróquia de Desterro.

⁵¹ POLÍCIA de Desterro. *Ofícios dos delegados de polícia para os presidentes de província*. Cx.24, vol.1, fl.97, 1842-1869. APESC.

⁵² LACERDA, Adolpho de B. C. de A. *Relatorio apresentado á...*, op. cit. 1867. Anexo B.; e DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.2.

⁵³ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis...*, op. cit. 2000. p.136.

⁵⁴ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.2.

⁵⁵ A Santíssima Trindade foi elevada à freguesia (ou distrito) em 23 de março de 1853, através da Lei Provincial 362.

Para além dos números apresentados acima, torna-se relevante entrever, também para a Santíssima Trindade, o percentual obtido a partir de critérios fenotípicos. Em 1866 o mapa de habitantes dessa Freguesia apresentava um total de 1.925 pessoas, as quais 1.611 eram brancas, 181 eram pretas e 133 eram pardas, o que dava para estas últimas um índice aproximado de 16%.⁵⁶ Em 1872, havia 2.292 pessoas ali registradas. Delas, 2.025 eram brancas, 155 eram pretas e 112 eram pardas, diminuindo o percentual de pretos e pardos em relação ao anterior para 12%.⁵⁷ Em 1890, portanto já depois da abolição, a Trindade contava com 3.169 habitantes, os quais 2.809 eram brancos, 12 eram caboclos, 175 eram pretos e 173 mestiços. Isso significa dizer que pretos e mestiços representavam aproximadamente 11%.⁵⁸ Assim como em Desterro, em 1872 o número de africanos era significativamente reduzido. Apenas 16 foram registrados, os quais 11 eram escravos e 5 livres ou libertos. Sua representatividade foi inferior a 1%.⁵⁹

A freguesia da Santíssima Trindade era uma área de fronteira que separava a Capital da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. Seu núcleo principal se formou a partir dos primeiros casais de açorianos e madeirenses enviados para a Ilha, e estava situado atrás do Morro do Antão, atualmente denominado Morro da Cruz, abrangendo, de acordo com Voigt, “[...] as localidades de Trás do Morro, Saco dos Limões, Costeira do Pirajubaé, Pantanal, Córrego Grande, Itacorubi e Saco do Itacorubi.”⁶⁰

Várzea, no alvorecer do século XX, descreveu que essa região era produtora de café e cana, sendo algumas de suas áreas, como o Itacorubi e o Pirajubaé há muito tempo fornecedoras de açúcar, melado e cachaça ao mercado interno e exterior.⁶¹ Essa tendência para o desenvolvimento de atividades agrícolas se reflete no censo de 1872. Nele o ofício de lavrador era exercido por aproximadamente 28% da população, ramo que utilizava 39 dos 117 registros de trabalhadores escravos, os quais, 33 eram homens.

Mas esse não foi o único tipo de trabalho observado na Freguesia. Um número significativo de pessoas esteve envolvido nos ofícios domésticos, que chegou a alcançar um

⁵⁶ LACERDA, Adolpho de B. C. de A. *Relatorio apresentado á...*, op. cit. 1867. Anexo B.

⁵⁷ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.16.

⁵⁸ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis...*, op. cit. 2000. p.136.

⁵⁹ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.17.

⁶⁰ VOIGT, André Fabiano. “Memória do bairro Trindade em Florianópolis.” *Agora*. Florianópolis, vol.21, n.43, 2011. p.115. Disponível em: <<http://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/387/pdf>> Acesso em: 12 fev. 2013. Essas localidades compreendem atualmente os bairros da Trindade, Saco dos Limões, Costeira do Pirajubaé, Pantanal, Córrego Grande, Santa Mônica, Itacorubi, Monte Verde, João Paulo e Saco Grande.

⁶¹ VÁRZEA, Virgílio dos R. *Santa Catarina: a Ilha*. Florianópolis: IOESC, 1984. Ver: Freguesias e Arraiais. A obra completa se encontra no sítio digital de documentos literários brasileiros da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documents/santacatarina-virgilio-1.htm>> Acesso em: 12 jun. 2013.

índice 29%. Essa atividade era desenvolvida majoritariamente por mulheres, inclusive pela população escrava, que obteve 25 registros. Muito embora ambas as funções fossem de grande representatividade, um percentual maior foi verificado entre aqueles categorizados como sem profissão, sendo observados 813 assentamentos, o que correspondia a um índice aproximado 35%. Esse quadro se deu tanto entre a população livre quanto entre a escrava. Se entre os livres os sem profissão representavam 35%, entre os escravos corresponderam a 38%, sendo o sexo feminino mais presente em ambas as categorias.⁶²

Seriam eles trabalhadores de que ramo de atividade? Quais funções desempenhavam ali, naquela Freguesia conectada com Desterro e composta por seculares, notários e escrivães, procuradores, professores e homens das letras, empregados públicos, artistas, militares, marítimos, pescadores, proprietários, industriais e comerciantes?⁶³

E no núcleo de Desterro, onde atividades mercantis se destacavam entre as casas de comércio e o dinamismo do porto; em que os serviços demandavam significativa mão de obra para a população que crescia, através da limpeza das ruas, da entrega de água potável e leite nos sobrados residenciais, da lavagem das roupas das famílias abastadas e dos viajantes que por algum período se estabeleciam na Capital, do carregamento das compras, do leva e trás das informações, da confecção de quitutes a serem vendidos no mercado da cidade, da amamentação mercenária dos filhos das “sinhas”?

Na Desterro referenciada no censo de 1872, 21 escravos homens foram registrados como artistas, 35 como marítimos, 15 como canteiros, calafates mineiros e cavouqueiros, 37 como operários de madeiras e 48 de edificações. Três trabalhavam na indústria de vestuários, 6 de chapéus e 17 de calçados. Ainda havia 76 criados e jornaleiros, 109 domésticos e 121 sem profissão. Das escravas, 21 eram costureiras, 23 eram criadas e jornaleiras, 445 eram domésticas e 121 também não desenvolviam algum tipo de atividade especializada.⁶⁴ Quais funções esses trabalhadores, seguramente muito distantes de uma vida cotidiana ociosa, desenvolviam ali, no centro da província catarinense?

Os anúncios de compra, de venda e aluguel de escravos publicados nos jornais da Ilha de Santa Catarina são fontes significativamente reveladoras. Uma infinidade deles preencheu as últimas páginas de diferentes periódicos editados em Desterro. Ao investigar os conteúdos de alguns títulos, puderam ser constatadas, já em fins da primeira metade do século XIX,

⁶² Outras atividades foram desenvolvidas pela população escrava, embora com menor incidência. Mulheres estiveram envolvidas no ramo da costura e da indústria de tecidos, respectivamente 2 e 4 registros. Homens foram identificados como operários em madeiras e edificações, com 2 registros. Ver: DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.18.

⁶³ Ver: DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.18.

⁶⁴ Ver: DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.3.

publicações que se detinham à oferta ou procura de trabalhadores. Assim, por exemplo, o jornal “O Conciliador Catarinense” noticiava, em maio de 1849 o aluguel, na Rua do Mato Grosso, casa n.º. 16, de uma ama “com muito bom leite”, e uma parda “[...] para todo e qualquer serviço interior de uma casa.”⁶⁵ No dia 30 do mesmo mês, anunciava a venda de “[...] hum escravo de 28 anos de idade, muito sadio, (entendido) do serviço de lavoura, bom canoeiro; e também (com) grande prática do serviço de curtidor.”⁶⁶ E em 15 de setembro ainda de 1849 publicava a venda “por necessidade” de “[...] um preto pedreiro de 23 anos, sadio, sabendo lavar, engomar, cozinhar e o mais serviço de uma casa; (sendo também) canoeiro e próprio para marinheiro [...].”⁶⁷

No início da década de 1850, “O Novo Iris” de 12 de julho anunciava, para ser alugado, um preto que entendesse de padaria.⁶⁸ Em 20 de agosto do mesmo ano publicava a venda de “[...] um moleque próprio para todo o serviço, e com princípio de cozinheiro, sem vício algum nem moléstia [...].”⁶⁹ A 15 de outubro de 1851, comunicava também a venda de uma “[...] preta, boa quitandeira, pelo módico preço de 350 mil réis, por seu senhor retirar-se [...].”⁷⁰ E em 19 de setembro, de “[...] um bom escravo de nação, de 22 anos de idade pouco mais ou menos, hábil para qualquer serviço [...].”⁷¹

Em 15 de fevereiro de 1856, o jornal “O Argos” anunciava que na Rua do Passeio, n.º. 11, pretendia-se alugar “⁷²[...] para ama de leite uma preta bem morigerada [...].” Em 11 de fevereiro de 1858 uma preta forra que sabia lavar e engomar perfeitamente, além de cozinhar e realizar todo o serviço de uma casa, publicava os préstimos de seus serviços a quem lhe abonasse a quantia de 700 mil réis.⁷³ Em 10 de março de 1860, o mesmo periódico anunciava a procura por “[...] um homem livre ou escravo para vender água em uma carroça puxada à besta [...].”⁷⁴ E no dia 27 do mesmo mês, publicava a venda de “[...] um preto roceiro, falquejador, forneador, perfeito canoeiro e (entendido) um pouco de pedreiro [...].”⁷⁵

Em 14 de agosto de 1869, “O Despertador” noticiava a compra ou o aluguel de “[...] uma preta que (tivesse) jeito para tratar de crianças [...].”⁷⁶ Em 21 de dezembro, “[...] de seis

⁶⁵ Jornal “O Conciliador Catharinense”. Desterro. Ano 1, n.2, 12 maio 1849. p.4. BN-HDB.

⁶⁶ Jornal “O Conciliador Catharinense”. Desterro. Ano 1, n.7, 30 maio 1849. p.4. BN-HDB.

⁶⁷ Jornal “O Conciliador Catharinense”. Desterro. Ano 1, n.38, 15 set. 1849. p.4. BN-HDB.

⁶⁸ Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 1, n.35. 12 jul. 1850. p.4. BPSC.

⁶⁹ Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 1, n.46, 20 ago. 1850. p.4. BPSC.

⁷⁰ Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 1, n.62, 15 out. 1850. p. 4. BPSC

⁷¹ Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 2, n.155. 19 set. 1851. p.4. BPSC.

⁷² Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.11, 5 fev. 1856. p.4. BPSC.

⁷³ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 3, n.247, 11 fev. 1858. p.4. BPSC.

⁷⁴ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.564, 10 mar. 1860. p.4. BPSC.

⁷⁵ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.569, 27 mar. 1860. p.4. BPSC.

⁷⁶ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 7, n.683, 14 ago. 1869. p.4. BPSC.

bonitas crioulas de 10 a 20 anos de idade.”⁷⁷ No dia 15 de novembro de 1870, anunciava a procura pelo aluguel de “[...] um preto para carregar caixa de fazenda [...]”⁷⁸ Em 27 de janeiro de 1871 publicava a venda de uma “[...] bonita crioulinha de 12 anos de idade própria para mucama [...]”⁷⁹ Já em fins da década de 70 noticiava que, à Rua do Príncipe n°. 11, sobrado, precisava-se comprar “[...] uma escrava que (soubesse) fazer todo o serviço de uma casa [...]”⁸⁰

De forma semelhante o jornal “A Regeneração” de 16 de janeiro de 1873 noticiava que à Rua da Conceição, n°. 2, precisava-se “[...] alugar uma escrava ou preta livre, para vender quitanda na rua [...]”⁸¹ No mesmo ano, informava que à Rua do Príncipe n°. 1, comprava-se uma “[...] parda ou preta com ou sem préstimos [...]”⁸²

Em fins dos anos 70 e até meados dos 80, anúncios relacionados à procura ou oferta de trabalhadores cativos continuavam sendo publicados nos jornais de Desterro, embora nessa última década eles tenham sido mais raros. A despeito das campanhas que se faziam constantes contra esse sistema de labor, através de ações que residiam na negativa de alguns jornais em publicar anúncios de comercialização de escravos e, inclusive de fugas, não foram raros os periódicos que continuaram publicando a sua compra, venda ou aluguel, deixando evidente que a defesa à emancipação não perpassava pela perda do direito à propriedade.

Experiências cotidianas na Capital da Província

É Importante reconhecer que muitos desses periódicos, embora assumissem a causa abolicionista através de editoriais em defesa da libertação dos escravos, reverberavam os temores de uma sociedade assentada na escravidão que, além de não querer perder seus direitos, estava alicerçada em crenças que imputavam às populações advindas do cativeiro signos depreciativos gestados nas teorias que professavam as diferenças entre as raças.

Assim, por exemplo, o jornal “O Conservador” assinalava o seu repúdio ao sistema escravista, afirmando contribuir para que ele fosse extinto. Entretanto, apontava peremptoriamente os males que poderia representar para a sociedade, não fossem tomadas ações para regular a vida dos ex-escravos:

Sempre nos repugnou a escravidão. Por nossa vontade há muito não existiria um só escravo no Brasil. Desejamos e temos concorrido para sua extinção, e quando,

⁷⁷ Jornal “O Despertador.” Desterro. Ano 7, n.720, 21 dez. 1869. p.4. BPSC.

⁷⁸ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 8, n.814, 15 nov. 1870. p.4. BPSC.

⁷⁹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 9, n.835, 27 jan. 1871. p.4. BPSC.

⁸⁰ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 16, n.1648, 20 dez 1878. p.4. BPSC.

⁸¹ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 5, n.444, 16 jan. 1873. p.4. BPSC.

⁸² Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 5, n.493, 17 jul. 1873. p.4. BPSC.

dentre nós, desaparecer esse estado degradante, esse legado funesto que nos deixaram os nossos antepassados, seremos felizes. O que sempre estranhamos e temos profligado é o modo como se pretende alcançar o almejado fim.

[...] Atirar de chofre à sociedade centenares de homens sem religião, sem consciência de seus deveres, sem a precisa educação e inteligência para regular suas ações, é torná-los infelizes, é pôr em risco a sociedade. A tranquilidade, a fortuna e a vida do cidadão ficarão grandemente comprometidas. E os libertos, nem por isso ficarão mais felizes.

A vagabundagem, o pauperismo, o roubo, o assassinato, eis as consequências necessárias que nos estão preparando os filantrópicos abolicionistas.⁸³

Ao que tudo indica, aquelas atividades desenvolvidas no ambiente doméstico eram as que se constituíam as mais temerosas. Isso porque, sob o signo do cativo, o uso de táticas coercitivas para o bom exercício do trabalho parecia mais facilmente aplicável, fato que não procedia no âmbito da população liberta que se dedicava ao ofício de criadagem.

Vem de longe a queixa constante contra os indivíduos de ambos os sexos que se empregam no serviço doméstico, e tal queixa não é peculiar a esta Província, mas geral em todo o Brasil.

A diminuição gradual da escravatura tem aumentado consideravelmente as dificuldades com que lutam, em geral, as famílias para encontrarem bons, ou pelo menos sofríveis criados.

Os do sexo masculino, em sua maior parte, são dados à embriaguez, mandriões, insubordinados e muitas vezes ratoneiros; as do sexo feminino são, além de tudo, muito prejudiciais no seio de uma família, para onde trazem os vícios que vão inoculando nas moças, com grave prejuízo da educação casta que deve ter uma donzela.

[...] Urge, pois, tomar-se uma medida qualquer que acabe com tal ordem de coisas, ou pelo menos que ponha freio a tanta desmoralização.

Parece-nos que se conseguiria melhorar muito, organizando-se o serviço doméstico por meio de um regulamento policial, como existe em outros países.⁸⁴

Nove meses após a publicação do queixume ora descrito, o Doutor Theodoro Carlos de Faria Souto, Presidente da Província de Santa Catarina, comunicava a 7 de junho de 1883, a Lei nº. 1.039 que regulamentava o serviço dos criados. De acordo com o Artigo 1º., ele poderia ser exercido por pessoas livres ou escravas mediante o pagamento de salário para as funções de “[...] moço de hotel, casa de pasto e hospedaria, ou de cozinheiro, copeiro, cocheiro, hortelão, ou de ama de leite, ama seca, lacaio e, em geral, o de qualquer serviço doméstico.”⁸⁵ Por esse Regulamento, criava-se o registro oficial do trabalho doméstico remunerado, vinculado à Câmara Municipal e estendido à Secretaria de Polícia. Ali, os dados do contratante e do contratado eram minuciosamente detalhados, acrescidos dos certificados e das obrigações relativas a ambas as partes. Essas obrigações passavam a constar em caderneta nominal adquirida pelo empregado, onde eram também registradas as possíveis infrações cometidas, sempre passíveis de punições, traduzidas por pagamento de multa monetária ou

⁸³ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 1, n.35, 14 out. 1884. p.2. BPSC.

⁸⁴ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 20, n.2032, 20 set. 1882. p.2. BPSC.

⁸⁵ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 15, n.76, 10 ago. 1883. p.1. BPSC.

prisão. Dessa forma, ficavam normatizadas as atividades que envolviam o serviço doméstico, deixando as famílias que faziam uso dos préstimos desses empregados menos capturados por seus medos.

Mas se a Lei n°. 1.039 apontava também punições aos empregadores, permaneciam presentes formas de controle sobre os corpos dos empregados, deixando evidente que o local que ocupavam continuava atrelado a uma lógica de dominação. Sobre essa questão, um olhar mais acurado sobre os Artigos 14°. e 15°. se constitui revelador.

Artigo 14°. A pessoa que exercer a ocupação de ama de leite, ou que como tal pretender empregar-se, deverá, além de cumprir o que a respeito dos criados em geral estabelece esta Postura, apresentar atestado médico de boa saúde, bem como de achar-se apta para o fim a que se destina.

Artigo 15°. É vedado, às amas de leite, criar mais de uma criança.⁸⁶

Como é possível perceber, além de ser, a ama, submetida a investigações médicas, ela era obrigada a se dedicar ao cuidado de apenas uma criança. O que seria feito, então, com o filho dessa mulher, possivelmente, alguém de tenra idade com poucos dias ou meses de vida? Estaria, o Regulamento, referindo-se ao exercício do trabalho remunerado no âmbito dessa função com algum outro empregador, ou o Artigo de que trata a questão apontava subliminarmente para a conformação de uma ausência que àquela sociedade não importava, qual seja, a da criança filha de uma mulher empregada na amamentação mercenária?

Essas interrogações serão tratadas no último capítulo deste trabalho. Porém, torna-se pertinente lembrar, como bem afirmou Carneiro, que o ofício das amas, frequentemente requisitado nos periódicos, denotava uma procura por corpos que se diferenciavam na sociedade por algumas singularidades. Podiam ser corpos cativos, corpos de origem africana, mas igualmente de seus descendentes; corpos cujos atributos “[...] os identificavam de acordo com as especificidades de cada trabalho [...]”.⁸⁷ Ainda segundo Carneiro a demanda por esse tipo de função evidenciava a presença do um comércio torpe, revelando a “[...] violência de relações sociais que estavam naturalizadas na sociedade [...]”.⁸⁸ Essas relações, significativamente desiguais, forçavam, inclusive ao trabalhador que se desvencilhava do cativo, a brutais privações.

⁸⁶ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 15, n.76, 10 ago. 1883. p.1. BPSC.

⁸⁷ CARNEIRO, Maria Elizabeth R. “Uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca oitocentista.” *Textos de História*. Brasília, vol.15, n.1/2, 2007. p.122. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/964/631>> Acesso em: 5 ago. 2012. Ver também: CARNEIRO, Maria Elizabeth R. *Procura-se uma “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1880)*. Brasília, 2006. Tese (Doutorado em História), UFB.

⁸⁸ CARNEIRO, Maria Elizabeth R. “Uma cartografia das amas...”, *op. cit.* 2007. p.107.

De volta aos ofícios desempenhados pela população escrava ou liberta de Desterro, percebe-se, a partir dos poucos anúncios aqui apresentados, que eles foram assinalados pela multiplicidade. Certamente entre aqueles categorizados como sem profissão no censo de 1872, encontravam-se, inclusive, homens e mulheres escravizados que trabalhavam pelo sistema de ganho, devendo ao fim do dia ou em datas pré-estabelecidas, entregar parte do que recebiam ao seu senhor. Essa forma de labor permitia aos escravos uma maior mobilidade pelos espaços públicos, significativa fluidez para o estabelecimento de vínculos afetivos com pessoas assentadas em diferentes localidades e, inclusive, a possibilidade de acumular pecúlio através das quantias que excediam às entregues aos seus senhores, fato que contribuía para o alcance da liberdade através da compra de suas próprias alforrias. Por outro lado, não eram raros os escravos que, através desse sistema, tinham de arcar com os custos de sua sobrevivência, o que reduzia substancialmente a parte dos ganhos obtidos, estendendo sobremaneira o tempo de trabalho demandado para se tornarem livres.⁸⁹

Torna-se relevante mencionar o fato de que mulheres e homens libertos também se detiveram a prestação de serviços ao ganho, inclusive com a utilização de escravos adquiridos para exploração de sua mão de obra, como apontaram Karasch e Oliveira para o Rio de Janeiro e Salvador.⁹⁰ Na Ilha de Santa Catarina, a exemplo do que Dias e Machado evidenciaram para a cidade de São Paulo⁹¹, foi bastante comum que mulheres pauperizadas, por vezes proprietárias de um ou dois escravos, trabalhassem ao lado de seus cativos ou apenas utilizassem de seus serviços para garantir a sua sobrevivência.

Pedro, ao descortinar experiências de gênero na Desterro do oitocentos, vislumbrou realidade semelhante. Debruçando-se sobre os documentos relativos à Câmara Municipal, reconheceu um número relevante de personagens femininas que recorriam a essa instância de poder para que fossem liberadas de pagar os tributos relativos ao ofício de quitanda

⁸⁹ O sistema de ganho não era exclusivo de pessoas escravizadas. Homens e mulheres libertos dedicaram-se de forma exclusiva, muitas vezes, a esse tipo de trabalho, envolvendo-se também com funções diversificadas, sendo no ambiente urbano mais comum o exercício de atividades comerciais e prestação de serviços, inclusive domésticos. Sobre o sistema de ganho ver: DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.; _____. “Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e ganho.” *Estudos Econômicos*. São Paulo, n.15, p.89-109, 1992.; ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.; MATTOSO, Kátia M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. Trad. James Amado. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.; e SOARES, Cecília M. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX.” *Afro-Ásia*. Salvador, n.17, p.57-71, 1996. <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p57.pdf> Acesso em: 9 jan. 2013.

⁹⁰ Ver: OLIVEIRA, Maria Inês C. de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador (1790-1890). São Paulo: Currupio, 1998.; e KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no... op. cit.* 2000. Capítulo 7: Carregadores e Propriedade – As funções dos escravos no Rio de Janeiro.

⁹¹ DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder... op. cit.* 1984.; e MACHADO, Maria Helena P. T. “Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo.” In: PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. vol.2. p.59-99.

executados por seus escravos. Essa isenção era solicitada, quase sempre, tendo por justificativa a miséria e o desamparo. Com efeito, tratavam-se de mulheres viúvas ou apartadas de seus maridos que, em função dessa falta, eram levadas ao trabalho nas ruas ou o seu deslocamento para aquele indivíduo cuja representatividade encarnava a alcinha de bem mais precioso. Foi assim, como cita a autora, que Angélica Maria da Conceição pediu, em ofício dirigido à Câmara, que fosse liberada dos custos para que sua escrava pudesse vender quitutes pela cidade. Objetivava, Angélica, garantir o sustento de si e dos filhos, já que seu esposo estava ausente, encontrando-se, ela, em infeliz situação de penúria.⁹²

Sbravati, penetrando no universo de proprietárias de escravos em que a condição financeira era modesta, entreviu uma realidade, para a cidade de Desterro, equivalente às apontadas por Dias, Machado e Pedro. Ainda de acordo com a autora, as mulheres proprietárias geralmente optavam pelos serviços de um cativo também do sexo feminino em virtude das atividades que elas próprias estavam habituadas a realizar, a exemplo da venda de doces em tabuleiros ou de frutas, legumes e verduras através de suas quitandas.⁹³ Sbravati considerou, além disso, que a opção pela utilização da mão de obra feminina estava relacionada, habitualmente, ao fato de que os escravos homens eram mais caros, o que tornava difícil a sua aquisição. É pertinente asseverar, contudo, tratando-se de mulheres solteiras ou viúvas em sua grande maioria, que a manutenção de uma aparência discreta era condição *sine qua non* para garantir-lhes o epíteto de honestas. Assim, é provável que a escolha por partilhar o dia a dia de seus afazeres ao lado de cativos do sexo feminino tenha decorrido da necessidade de manter o seu recato em evidência, o que certamente lhes ofereceria maiores meios de exercerem seus ofícios com anuência legal.

Pesquisas recentes sobre o trabalho de ganho e inclusive sobre o trabalho por contrato de aluguel de serviços vem deslindando questões importantes ligadas ao cotidiano dos trabalhadores dessas modalidades. Enquanto instrumento para que muitos pudessem obter a alforria, os contratos por locação de serviços, em que os cativos obtinham o valor de sua liberdade tendo como compromisso o pagamento da dívida por meio da oferta de sua mão de

⁹² PEDRO, João Maria. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. p.126-127.

⁹³ SBRAVATI, Daniela Fernanda. *Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX*. Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

obra, havia, certamente, circunstâncias que mantinham esses trabalhadores durante muito tempo presos a esse vínculo, fato indicativo da precarização de suas liberdades.⁹⁴

Sobre essa temática, a historiografia internacional tem demonstrado que, de forma análoga ao Brasil, Estados escravistas, como Cuba e o Caribe britânico, mesmo após a crise que se abateu sobre o sistema no âmbito de sua representatividade ética e moral, ao longo do século XIX, as estratégias engendradas para a sua desarticulação não perpassaram por mudanças significativas no âmbito do exercício do trabalho. Foner, por exemplo, observou para o Caribe uma realidade em que os libertos se viam atrelados a ocupações no campo onde as condições eram igualmente vexatórias, sendo forçados a relações de dependência e regras de disciplina que não lhes permitiam usufruir de sua liberdade de maneira absoluta.⁹⁵ Scott, por outro lado, percebeu que em Cuba, as proposições feitas para a fomentação de meios para o uso da mão de obra livre não perpassavam pela abdicação plena da exploração da mão de obra escrava.⁹⁶ Se é fato que no Brasil o trabalho no eito se caracterizava significativamente exaustivo, mormente em áreas de grande cultivo, onde também eram mais obstruídas as possibilidades de se tornar livre; é fato, igualmente, que o trabalho na cidade, mesmo assumindo diferentes roupagens que permitiam aos escravos alçar ao status de libertos, não deixava de ser composto por aspectos atroz.

No Brasil, embora a Lei n°. 2.040, de 28 de setembro de 1871, em seu Artigo 4º, § 3, concedesse aos cativos o direito de contratar com terceiros a prestação de serviços em favor de se tornarem livres, tal direito só seria atendido com permissão dos proprietários. Ainda que o tempo para essa prestação não devesse exceder aos 7 anos, por todo esse período os

⁹⁴ Ver: LIMA, Henrique E. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade do trabalho no século XIX.” *Topoi*. Rio de Janeiro, vol.6, n.11, p.289-326, 2005. Disponível em: <<http://www.gptec.cfch.ufrj.br/pdfs/topoi11a4.pdf>> Acesso em: 3 set. 2013.; TELLES, Lorena F. da S. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.; ARIZA, Marília B. de A. *O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830-1888)*. São Paulo: Alameda, 2014.; e SBRAVATI, Daniela Fernanda. “Os sentidos da liberdade: as libertas e o trabalho doméstico na Freguesia de Desterro de 1870 a 1920.” *Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: ANPUH, 2013. p.1-13. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364610509_ARQUIVO_DanielaSbravatitextoanpuh.pdf> Acesso em: 2 fev. 2014.

⁹⁵ FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Trad. Luis Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁹⁶ SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Trad. Maria Lucia Lamounier. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Editora da UNICAMP, 1991.

alforriados estariam presos a esse vínculo e, por conseguinte, sujeitos a situações comparáveis às aquelas experienciadas enquanto escravos.⁹⁷

Lima, detendo-se ao estudo dos meios pelos quais os cativos, na Ilha de Santa Catarina do século XIX, obtinham a liberdade, identificou, junto aos arquivos cartoriais, 37 contratos de locação de serviços com essa finalidade entre os anos de 1849 e 1870. De acordo com o autor, 17 deles foram pagos em tempo superior ao estipulado na Lei n.º. 2.040, quando ainda não havia uma legislação precisa a acerca de um limite para essa modalidade de trabalho. Exemplo disso pode ser verificado entre o contrato que foi firmado entre a africana Thereza e a senhora Felisberta Cariolana de Souza Passos no ano de 1849. Segundo o acordo, pela concessão de 1 mil réis para a obtenção de sua alforria, Thereza deveria prestar 25 anos de serviços à Felisberta, como se “cativa fosse.”⁹⁸ O trabalho prestado compreendia acompanhar “a nova patroa” aos lugares que desejasse, servindo, inclusive, a quem ela indicasse. Caberia, à Thereza, não firmar compromisso ou contrato com terceiros e, além disso, reclamar em juízo ou fora dele o acordo firmado. Felisberta, em contrapartida, assegurava a africana o sustento, o vestuário e o amparo em face de algum problema de saúde que a fizesse padecer.⁹⁹

É possível constatar, através das informações colhidas por Lima, que os menores valores pagos pelas alforrias estavam diretamente associados ao alargamento do tempo de trabalho a ser prestado pelos libertandos. Libertandos porque, embora eles oficialmente pudessem dispor de carta de alforria, viviam sob condições que impunham limites à sua autonomia e mobilidade, o que tornava restrita a completude dessa liberdade, principalmente àqueles para os quais os serviços se davam no âmbito da esfera doméstica.

Eram assim contratos que envolviam com mais frequência serviços estritamente domésticos, realizados nas casas dos patrões em que as restrições à mobilidade, bem como as referências à obediência e a subserviência eram maiores e mais comuns, sugerindo que eram os contratos ao alcance daqueles libertos com menos acesso aos recursos materiais e imateriais fora do cativo, como redes de relações sociais, ou autonomia para viver sobre si ou um protetor mais ‘generoso’.¹⁰⁰

⁹⁷ BRASIL. “Lei n.º. 2.040, de 9 de setembro de 1871: Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos.” In: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1871. Actos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1871. Tomo XXXI. Parte I. p.147-151.

⁹⁸ LIMA, Henrique E. “Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade.” *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*. Campinas, vol.14, n.26, 2009. p.161. Disponível em: <http://www.ael.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/52/55> Acesso em: 12 mar. 2011.

⁹⁹ LIMA, Henrique E. “Trabalho e lei...”, *op. cit.* 2009. p.161-162.

¹⁰⁰ LIMA, Henrique E. “Trabalho e lei...”, *op. cit.* 2009. p.162.

A Desterro da segunda metade do século XIX em muito se assemelhava a outras capitais do Brasil, em que o incremento das atividades comerciais aceleravam o processo de urbanização, demandando o exercício de diferentes funções laborais para o bom desenvolvimento citadino. Para Cardoso, a ampliação do número de sobrados indicava o crescimento de uma classe de pessoas abastadas proprietárias de estaleiros, armazéns, casas de negócios, hotéis, padarias e boticas, fato que transformava a região em uma ativa zona produtiva.¹⁰¹ Ao Mercado Público da cidade, inaugurado no ano de 1851, dirigiam-se produtores, comerciantes, homens de negócio, distribuidores e pessoas que adquiriam os insumos ali vendidos para o atendimento de suas prementes necessidades. Concentravam-se homens e mulheres de origem africana e seus descendentes, a comercializar frutas, legumes e hortaliças, além de alimentos por eles mesmos preparados, como pães, doces e peixe seco, com a população que circulava pelas redondezas também a trabalho, geralmente pobres e sem condições de consumir os importados oferecidos nas casas comerciais.

Já em 1820 podia ser observada a presença dessas casas na Capital da Província. O botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em sua estada ao Brasil durante os anos de 1816 e 1822, afirmava que Desterro não era “[...] deserta como as vilas e povoações do interior.”¹⁰² Era, o contrário, uma cidade marítima e comercial, podendo ser encontradas “[...] ordinariamente uma dúzia de pequenas embarcações tanto no seu porto como no de Santa Cruz, (sendo seu canal) atravessado por canoas, que, principalmente pela manhã conduziam gêneros para a cidade.”¹⁰³

A partir do Rio de Janeiro, em nenhuma outra parte, excetuando São Paulo, vi lojas tão bem sortidas e em tão grande número como em Santa Catarina. Os

¹⁰¹ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.69. Sobre a urbanização de Desterro ver também: ARAÚJO, Hermetes R. do. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira República*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História), PUC.; CHEREM, Rosângela M. *Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em História), USP.; JOHANN, Karyne. *Experiências e vivências de africanos e afrodescendentes em processos criminais em Desterro no século XIX: o caso Adalgiso*. Florianópolis, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UDESC. p.20.; e VEIGA, Eliane V. da. *Florianópolis: memória urbana*. 3 ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

¹⁰² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978. p.157. Auguste de Saint-Hilaire nasceu na França, estando no Brasil entre os anos de 1816 e 1822. Sua viagem esteve vinculada à missão empreendida pelo Duque de Luxemburgo cujo objetivo era resolver o embate entre Portugal e França acerca da posse da Guiana. Professor do Museu Natural de Paris, foi autorizado e financiado para realização da viagem, sendo responsável pela catalogação de um expressivo número de plantas. Em seus relatos deixou significativas impressões sobre a paisagem brasileira e os modos e costumes de sua população. No ano de 1820, percorreu as províncias do sul do Brasil, entre elas o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ver: KURY, Lorelai B. “Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar.” *Intellèctus*. Rio de Janeiro, Ano 1, n.3, p.1-11, 2003.

¹⁰³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba...*, op. cit. 1978. p.157.

negociantes fazem as suas compras na capital do Brasil e a rapidez da viagem permite-lhes ter nos seus estabelecimentos mercadorias sempre novas.¹⁰⁴

Os periódicos de Desterro publicavam cotidianamente anúncios de oferta de produtos significativamente ecléticos e de alto custo consumidos principalmente pelos mais abastados. Para citar alguns exemplos, eram figos, castanhas, salpicões, goiabadas, azeitonas, bolachinhas americanas, cerveja, champanha e vinho, além de peças do vestuário masculino e feminino, perfumes e artigos que tinham por função embelezar os moços e moças da sociedade.¹⁰⁵

Já os produtos dispostos no Mercado e considerados de baixo custo, eram ofertados por boa parte dos trabalhadores que ali oficiavam; gente que também mercadejava como ambulante nas ruas da Desterro oitocentista e, parafraseando Popinigis, mulheres que antes abriam seus longos panos ao chão ou erguiam suas barracas de quitutes no vão que havia entre a Igreja Matriz e a praia a sua frente, espaço desarticulado em função dos reajustamentos urbanos vinculados aos interesses das elites em promover a limpeza e o embelezamento da região.¹⁰⁶

No primeiro ano de funcionamento do Mercado, lugar também assinalado por dada estratificação social, já que havia locais onde somente a população livre podia comercializar e outros que eram acessíveis aos escravos¹⁰⁷, 63 pessoas pagaram impostos para que eles próprios, ou seus cativos, pudessem ali trabalhar. Tratavam-se de quitandeiras, pombeiros e mais tarde, inclusive mascates, operando naquele ponto circunscrito, mas também autorizados a atuar fora dali.¹⁰⁸ Personagens como Simoa, liberta de nação “mina” que em 1854 pagava o imposto para trabalhar como quitandeira ao lado de mais 6 africanos de origem e, em 1871,

¹⁰⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba...*, op. cit. 1978. p.158.

¹⁰⁵ POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés de pretos e pretas quitandeiras: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro. 1840-1890.” *Afro-Ásia*. Salvador, n.46, 2012. p.205. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_46_FPopinigis.pdf> Acesso em: 12 jan. 2013. Os jornais *O Argos*, *O Despertador*, *Progressista* e *A Regeneração*, dentre outros, foram constantes na publicação de anúncios desse tipo. Oswaldo Cabral fez um levantamento acerca da variedade das mercadorias anunciadas nesses jornais. Ver: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...*, op. cit. 1972. Notícia II. Capítulo 9: Onde se começa a falar de lojas de fazenda, passa-se à moda e se acaba por falar as indústrias, caseiras e outras, e Capítulo 10: O comércio e a navegação.

¹⁰⁶ As barracas localizadas entre a Igreja Matriz e a praia deixaram de funcionar nesse espaço em 1845, sendo transferidas para a área do Forte de Santa Bárbara, posterior Capitania dos Portos, onde atualmente funciona a Fundação Cultural de Florianópolis. Seu desmonte, além de alimentar o desejo pelo aformoseamento da região, pretendia, através da construção de um prédio de mercado, estabelecer o controle sobre os alimentos ali comercializados a partir da captação de tributos e da fiscalização de suas qualidades.

¹⁰⁷ Os Artigos 13º. e 30º. do Regulamento do Mercado Público discorrem especificamente sobre a delimitação desses espaços. Ver: CAMARA Municipal de Desterro. *Regulamento do Mercado Publico*. Ofícios da Câmara Municipal de Desterro à Presidência da Província de Santa Catarina. 1850, fls. 120-126. APESC.

¹⁰⁸ A diferença entre os pombeiros e os mascates estava centrada na tipologia dos produtos comercializados. Ambas as categorias se referiam a trabalhadores ambulantes. Contudo, os pombeiros se dedicavam ao comércio de gêneros alimentícios e os mascates de utensílios domésticos, tecidos e objetos variados.

falecia de escrófulas aos 70 anos, nas dependências do Hospital de Caridade.¹⁰⁹ Gente como Maria, igualmente “mina” e quitandeira, que em 1855, na condição de escrava de Luis de Sant’Anna Carpes, ocupava um espaço no Mercado e, cinco anos depois, obtinha a sua carta de alforria ao preço de 800 mil réis conseguidos por empréstimo ao Capitão Clemente Gonçalves, sem que fosse acordado formalmente qualquer vínculo de prestação de serviços para a quitação dessa dívida, conforme demonstrou Popinigis.¹¹⁰

O Capitão Clemente havia sido presidente da Câmara Municipal à época da inauguração do Mercado.¹¹¹ Que relações teriam se estabelecido entre ele e Maria, ao ponto do empréstimo ter ocorrido sem qualquer acordo de restituição? Sobre essa pergunta, não se tem uma resposta. É possível que Maria lhe providenciasse alguns artigos de sua quitanda ao cabo de lhe pagar pelo “socorro” prestado, mas isso é apenas suposição. O que fica evidente, a partir da situação de Maria, é que o trabalho ao ganho lhe oportunizou estabelecer vínculos de sociabilidade que podem não ter se restringido àquele ocorrido com o Capitão Clemente. Popinigis, analisando o caso de Maria, sugeriu, inclusive, que nos anos 60 ela “[...] continuou trabalhado como quitandeira no Mercado, chegando, em 1883, a acumular pecúlio para libertar outro escravo.”¹¹²

Não há como precisar quais as condições de vida da quitandeira Maria “mina” enquanto escrava, mesmo trabalhando longe dos olhos de seu senhor. De forma semelhante, não há como desvelar as reais mudanças ocorridas após a obtenção de sua liberdade. Certamente, a exemplo do que vem demonstrando os estudos mais recentes sobre a escravidão no Brasil no âmbito do trabalho, os escravos poderiam exercer funções que lhes ofereciam certo grau de liberdade, mas isso não representava, juridicamente, tornarem-se livres. De maneira congênere, os libertos experienciavam um conjunto de situações que não lhes permitiam desfrutar o novo status alcançado. A autonomia, para eles, quase sempre não era exequível em sua máxima plenitude, como já foi dito aqui.

Castro, debruçando-se sobre o estudo da escravidão no sudeste cafeeiro do século XIX, reconheceu um aspecto indelével ao que significava, para aquela sociedade escravista, ser um

¹⁰⁹ CAMARA Municipal de Desterro. *Livro Caixa: receita e despesa da Camara Municipal de Desterro (1854-1855)*. Cx.50. AHMF.; e IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros de sepultamentos no cemitério da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade*. vol.1, 8 jul. 1864/30 dez. 1879. Registro n.569. CMIHC.

¹¹⁰ SEGUNDO Ofício de Desterro. *Escritura de liberdade que Luis de Sant’Anna Carpes passa á sua escrava Maria Mina*. 1859. Livro n.22. apud POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés de pretos...”, *op. cit.* 2012. p.218. O registro se encontra no Arquivo do Cartório Kotzias, Rua Jerônimo Coelho, 170, Salas 801 e 805 - CEP 88010-030 - Florianópolis/SC. Telefone: (48) 3224-4325. Email: cartoriokotzias@linhalivre.net

¹¹¹ POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés de pretos...”, *op. cit.* 2012. p.218.

¹¹² POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés de pretos e...”, *op. cit.* 2012. p.218.

indivíduo livre. De acordo com a autora, a apreensão feita em torno dessa condição perpassava, irremediavelmente, pela cor da pele. Isso significa dizer que os negros eram quase sempre sujeitos a situações restritivas no âmbito de sua autonomia, mobilidade e, inclusive, de sua condição social.¹¹³ Essa realidade não se limitava às áreas produtoras de café onde era utilizado um grande número de trabalhadores escravos. Assim, igualmente na Ilha de Santa Catarina, como ocorria em outras regiões do Brasil, africanos e afrodescendentes livres e libertos se viram reescravizados ou sob condições muito próximas às de cativo. Tal foi o caso do menino Francisco Monjolo de Souza, cuja situação veio a público em dois jornais de Desterro no ano de 1869.

Francisco, de acordo com os autos de apresentação e perguntas feitas no decorrer do inquérito de acusação, era filho do preto livre Manoel Monjolo, falecido a 1 de novembro de 1868 na Freguesia de Laguna, onde residia. Com 14 ou 15 anos de idade, Francisco era também livre, assim como o único irmão que possuía, já casado e de nome Fernando Manoel Monjolo. Segundo Francisco, um dia após a morte do pai, quando se achava em companhia de um tio ainda naquela localidade, foi preso por ordem do Subdelegado de Laguna, Manoel Rodrigues e Silva e, amarrado, foi levado à casa do Juiz de direito Luis Duarte Pereira, que mais tarde lhe enviaria para a residência do filho, o Doutor José Higino Duarte Pereira, situada na cidade de Desterro. Tal procedimento, de acordo com os autos, foi realizado com a anuência do tutor legal do menino, o Senhor Luís Martins Colaço. Este, afirmava ter entregue Francisco ao Doutor José Higino no compromisso de lhe oferecer a devida educação. Afiançava, ainda, que o menino estava em desamparo por não ter parentes e nem aderentes, sendo desconhecido o fato de que havia sido preso e amarrado.

É possível que Luís Colaço não tenha, com efeito, presenciado a cena do menor nessas condições. De acordo com Francisco, depois de chegar à casa do Juiz, o mesmo lhe tirou as cordas. Logo em seguida, recebeu a visita do seu suposto tutor, a quem o magistrado teria pessoalmente pedido que não retirasse Francisco dali por pretender enviá-lo a Desterro com o propósito de servir ao seu filho, José Higino, estando Francisco, desde então, sob seus “cuidados”.¹¹⁴

Os desdobramentos de todo o inquérito não foram passíveis de apuração. O caso foi descrito nas páginas dos jornais “O Despertador” e “A Regeneração” dos dias 12 de janeiro e

¹¹³ CASTRO, Hebe Maria da C. M. G. de. *Das cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora do Arquivo Nacional, 1995. Primeira parte: Uma experiência de liberdade.

¹¹⁴ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 7, n.323, 12 jan. 1869. p.3. BPSC.; e Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 1, n.42, 3 fev. 1869. p.4. BPSC.

3 de fevereiro de 1869 sem que os resultados fossem publicados. Porém, é possível observar algumas contradições nos relatos de Francisco e Luís Colaço, sobretudo no que se refere à entrega do menino a uma terceira pessoa que não seria o seu tutor legal com a justificativa de que Francisco não dispunha de parentes nem aderentes que pudessem prover o seu sustento. De acordo com o próprio Francisco, como já foi dito, ele estava na casa de um tio quando foi capturado. Além disso, tinha um irmão, casado e livre. É provável que seus parentes não pudessem provê-lo. Todavia, um inquérito foi aberto para questionar a situação em que se encontrava, sendo plausível pensar que seus parentes, tidos por Luís Colaço como inexistentes, tenham recorrido à justiça para requerer a guarda do menor e denunciar a situação indevida de trabalho em que se encontrava.

Denúncias semelhantes às de Francisco foram feitas nos jornais de Desterro ao longo da segunda metade do século XIX. No âmbito de menores sem pais ou filhos de mães libertas solteiras ou desprovidas de um sobrenome que lhes garantissem o status de “Dona”, não foram raros os episódios em que homens abastados requeriam, junto ao juizado de órfãos, a sua tutoria, retirando das mãos de seus parentes o poder de providenciar a sua subsistência. De forma semelhante, não foram fortuitos os casos de mulheres que lutaram para garantir o desejo de ter suas crias junto de si.

Cardoso deslindou o caso de Benigna, liberta que vivia de jornais e que teve sua filha, Maria de 6 anos de idade, requerida em abril de 1861 através de pedido de tutoria feito pelo comerciante Henrique Carlos Boiteux. Sem que a mãe fosse participe do processo, alegava, Henrique, que há muito sua família, ligada à Maria por laços de apadrinhamento, dedicava-lhe cuidados, sendo legítimo obter a sua tutela legal. Ao que tudo indica Maria mantinha frequente contato com a mãe. Possivelmente, isso causava desconforto aos familiares do requerente, temerosos pela perda da menina, fato que os levou ao recurso de meios legais para garantir sua guarda. Em agosto do mesmo ano, quando Maria já estava sob cuidados da família Boiteux, Benigna entrou com uma ação para reaver a criança. Cardoso fez lembrar que se até então a mãe de Maria era simplesmente Benigna, recorreu à justiça já dotada de sobrenome, o que lhe oferecia maior legitimidade para ter a filha de volta. Em seu depoimento, a liberta afirmava que nunca havia sido ouvida sobre o assunto, e que mesmo reconhecendo o apadrinhamento e a tutela de Henrique, ele não a tinha com cuidado, estando, a menina, cheia de feridas, e desejando, portanto, tê-la consigo para curá-la.¹¹⁵

¹¹⁵ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.158-161.

Não é possível saber os resultados da ação movida por Benigna. De acordo com o autor, o último documento a esse respeito se refere ao pedido de solicitação para que Henrique prestasse informações sobre a denúncia. De todo o modo, o caso é revelador na medida em que evidencia, para além das dificuldades que as populações libertas enfrentavam no âmbito de sua autonomia, àquilo que Cardoso vislumbrou na ação de uma mulher que lutava para ter o direito de exercer o papel de mãe, qual seja, “[...] o da redução de crianças livres a uma condição próxima a de escravos.”¹¹⁶

A própria Lei n°. 2.040, denominada do Ventre Livre, enfatizava, em seu Artigo 1º., § 1, que as crianças nascidas a partir daquela data não seriam mais escravas, devendo, contudo, permanecer ao lado de suas mães e respectivos senhores até a idade de 8 anos. Ao término desse período, caso os senhores desejassem, podiam prescindir dos menores ao custo de uma indenização paga pelo Estado no valor de 600 mil réis. Outra opção era continuar utilizando de seus serviços até que alcançassem os 21 anos, o que significa dizer que crianças nascidas próximas ao decreto da abolição podiam ficar presas a esse vínculo de trabalho até o ano de 1909. Embora fosse permitido, de acordo com o § 4 do mesmo Artigo, que os nascidos de ventre livre se negassem a prestar esses serviços, essa negativa, igualmente, devia ser acompanhada de indenização paga pelos interessados ou representantes, a partir da valoração dos serviços tendo por base de cálculo o tempo restante para a sua prestação.¹¹⁷ A Lei n°. 2.040, nesse sentido, revela as deficiências de uma legislação que supostamente pretendia dar cabo, de forma paulatina, do sistema escravista no Brasil, deixando evidente, ainda, que para tanto os interesses da classe senhorial deviam ser salvaguardados em detrimento do efetivo alcance da liberdade.

No âmbito da problemática da reescravização, percebe-se que ela era, com efeito, uma possibilidade exequível. Recentemente estudiosos vem cada vez mais revelando experiências de vida de homens, mulheres e crianças reescravizados no Brasil, em suas mais diversas

¹¹⁶ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.161.

¹¹⁷ BRASIL. “Lei n°. 2.040...”, op. cit. 1871. Tomo XXXI. Parte I. p.147-151.

regiões.¹¹⁸ Esse fato demonstra o quanto ser livre ou liberto era uma realidade escorregadia, malograda quase sempre em virtude da cor da pele, característica tomada como chave para que pessoas, cotidianamente, pudessem ser abduzidas ao cativeiro.

Com efeito, a cor da pele também se caracterizava elemento constitutivo para que medidas de apartamento fossem postas em prática pelas classes dominantes a partir de justificativas forjadas em pretensas políticas de saneamento e aformoseamento das cidades, demonstrando que as chamadas “pessoas de cor”, com seus supostos vícios comportamentais, não eram bem-vindas. Como bem lembrou Popinigis¹¹⁹, não por acaso o Presidente da Província de Santa Catarina, Antero José Ferreira de Brito, quando em 1847 negava a construção de barracões para a venda de carne fresca, peixe e farinha em frente à Praça da Igreja Matriz, justificava, em sua fala dirigida à Assembleia Legislativa, que a obra iria destoar de tudo o que estava sendo feito para embelezar essa área da cidade:

Trago ao vosso conhecimento uma proposta que, para esse fim, acaba de me ser endereçada pela Câmara Municipal desta Cidade. É sobre a construção na praia, em frente à Praça da Matriz, de três barracões para a venda de carne fresca, peixe e farinha. Não posso deixar de dizer alguma coisa a respeito desta Praça, que sem dúvida é a mais bela parte desta Cidade. Desde que aqui estou, tendo-me logo ocupado do aformoseamento desta Praça do Palácio, principiei pelos reparos da Igreja Matriz, cuja frente representava ruínas e o aspecto de um templo abandonado pelos fiéis, e os dois depósitos de imundices e despejos que tinha em sua frente foram substituídos por dois jardinzitos. Foi edificado o elegante e bem acabado edifício público da Tesouraria. Construiu-se esse grande forte depósito de artigos bélicos e o edifício a que impropriamente se chamava Palácio, efetivamente em concerto e acréscimo, ficará em pouco tempo acabado e elegante; e se meios houvessem teria esta Assembleia aqui também uma casa própria para as suas sessões, mas um dia virá que a tenha nesta mesma Praça. Tem sido constante a plantação e replantação, há seis anos, de arvoredos em torno dela; e sendo eu muitas vezes instado para seu nivelamento e construção de um cais, e tendo bastantes desejos de o fazer, via-me para isso impedido, reconhecendo a precisão de que fosse como agora traçada a construção da nova Alfândega e seu trapiche.¹²⁰

¹¹⁸ Sobre as temáticas da liberdade e da reescravização ver: MATTOSO, Kátia M. de Q. *Ser escravo no Brasil...*, op. cit. 2003.; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.; SOARES, Márcio de S. “O fantasma da reescravização: alforria e revogação da liberdade no Campos de Goitacases (1750-1830).” *Anais eletrônicos do XXV Simpósio Nacional de História: história e ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009. p.1-17. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0030.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2012.; BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas, 2004.; GRINBERG, Keila. “Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX.” In: MENDONÇA, Joseli Maria N. e LARA, Silvia H. *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p.101-128.; e MACHADO, Maria Helena P. T. “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880).” *Afro-Ásia*. Salvador, n.42, p.157-193, 2010. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_42_MHPTMachado.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

¹¹⁹ POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés de pretos...”, op. cit. 2012. p.210-212.

¹²⁰ BRITO, Antero José F. de. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Marechal de Campo Antero José Ferreira de Brito dirigio á Assembleia Legislativa da mesma provincia no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1º. de março de 1847*. Desterro: Typ. Provincial, 1847. p.8.

De acordo com Antero José de Brito, havia na rossio da Igreja Matriz edifícios públicos e outros particulares dotados de elegância. Afirmava, ele, que em breve seria erguida uma alfândega, sendo importante, naquele momento, a construção de uma rampa ao longo de toda a praia e, contígua a ela, de um mercado que estivesse à altura da beleza da praça. Lembrava, o Presidente, que os pretensos barracões produziriam um efeito negativo, assinalando um mau gosto incompatível com o desejo de trazer mais beleza para a cidade. E voltava a experiências passadas, quando na praça ainda se concentravam as barraquinhas das quitandeiras e vendedores de peixe, cuja presença tanto lhe havia incomodado.¹²¹

Existia na praia uma pequena coisa que se chamava de banca de peixe contrastando com tudo o mais que havia na praça, e sempre me incomodava quando, para ali lançando a vista, via o peixe fresco de mistura com a carne, e tudo calcado aos pés dos pretos e pretas quitandeiras; de sorte que todos aplaudimos a lembrança que por um feliz acaso teve a Câmara Municipal de a fazer demolir.¹²²

Afastar das vistas de uma população mais refinada, das famílias proprietárias das casas de negócio, altos funcionários públicos e intelectuais que circulavam por ali, aqueles sujeitos tidos de baixo calão, com sua pobreza evidente, com seus pés à mostra, denotava o caráter restritivo imposto a essas populações. Essas restrições vinham dispostas nos Códigos de Posturas que, na Ilha de Santa Catarina, procuraram regular as condutas sociais dos escravos e dos sujeitos marcados por práticas cotidianas entendidas como inadequadas.

Na Desterro da segunda metade do século XIX, vigorava o Código de Posturas n°. 222, publicado em 10 de maio de 1845. Ali estavam dispostas medidas que impediam a permanência de cativos em determinados locais da cidade, a realização de algumas funções laborais e ou a sua proibição fora dos horários pré-determinados e, até mesmo, a possibilidade de estabelecer morada fora dos domínios de seus senhores. O Capítulo Terceiro, Artigo 35°, proibia que permanecessem dentro de armazéns, tabernas ou casas de quitanda, “[...] vadios e escravos por mais tempo do que o necessário para compra, ou venda [...]”, sendo também vetado, a eles, “[...] toques, danças ou quaisquer vozerias [...]”, e ficando, os donos dos estabelecimentos que infringissem tais normas, sujeitos a multa ou cadeia.¹²³ O Artigo 38°. interditava “[...] os ajuntamentos de escravos, ou libertos para formarem batuques; bem como os que (tivessem) por objetos os supostos reinados africanos, que, por festas, costumam fazer [...]” ficando, os livres, sujeitos a multa em 4 mil réis ou 4 a 8 dias no âmbito da impossibilidade de seu pagamento e, os cativos sem licença do senhor, castigados de acordo

¹²¹ BRITO, Antero José F. de. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1847. p.9.

¹²² BRITO, Antero José F. de. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1847. p.8.

¹²³ PROVINCIA de Santa Catharina. “Lei n°. 222...”, op. cit. [18..]. Capítulo Terceiro. Artigo 35°. p. 217. AHMF.

com a lei.¹²⁴ O Artigo 41°. coibia “[...] andarem nas ruas, ou estarem nas praças escravos com quitanda, depois do toque, ou horas de recolher [...]”, sendo aquele que se encontrasse em contravenção, “[...] condenado em 1 mil réis, ou em 24 horas de prisão [...]”, caso seu proprietário não pagasse a devida multa.¹²⁵ Já o Artigo 39°. impedia o aluguel de casas, “[...] para nelas morarem escravos, independentes de seus senhores; sob pena de pagar (o locatário) 10 mil réis de multa.”¹²⁶ E o Artigo 128°. do Capítulo Décimo Terceiro, vetava a “[...] qualquer casa de negócios ter caixeiros escravos; sob pena de 8 mil réis.”¹²⁷

Esse conjunto de restrições dialogava com aqueles dispostos, inclusive, no Regulamento do Mercado Público, que impedia que escravos pernoitassem ali, assim como homens e mulheres quitandeiros.¹²⁸ O mesmo Regulamento vetava, inclusive, a venda, por cativos, de carne ou pescado, salvo quando suas atividades estivessem vinculadas a pessoas livres ligadas diretamente a sua comercialização.¹²⁹ Impedia, ainda, a livre circulação de pretos de ganho e mendigos¹³⁰, coadunando os meios pelos quais eram engendradas estratégias para manter a ordem do Mercado e o afastamento daqueles sujeitos considerados indesejáveis.

De fato, sobretudo a população escrava era mal vista por alguns. Popinigis reconheceu que o próprio Presidente da Província, o mesmo que em 1847 criticou a presença dos pretos e pretas quitadeiras junto à Praça da Igreja Matriz, defendeu, no ano de 1848, que não fosse mais cobrado o imposto de 5 mil réis sobre os cativos que saíam de Santa Catarina, valorados em apenas 50 mil réis anuais aos cofres públicos.¹³¹ Segundo Antero de Brito, ao contrário de taxar os proprietários que vendiam seus escravos, devia-se oferecer o prêmio de 10 mil réis para cada um que fosse negociado para fora da Província no intuito de que eles nunca mais pudessem para ali voltar.¹³² A percepção negativa que o então Presidente tinha das populações escravizadas era, desde 1842, peremptória. Não por acaso, em fala proferida à Assembleia Legislativa naquele ano, atribuía à baixa incidência de crimes “[...] à singular

¹²⁴ PROVINCIA de Santa Catharina. “Lei n°. 222...”, *op. cit.* [18..]. Capítulo Terceiro. Artigo 38°. p.217. AHMF. O senhor que tivesse dado licença ao escravo estava sujeito à multa no valor de 4 mil réis. Certamente, mesmo que essas licenças fossem concedidas, não deviam ser passíveis de comprovação, o que implicava sempre na punição do escravo.

¹²⁵ PROVINCIA de Santa Catharina. “Lei n°. 222...”, *op. cit.* [18..]. Capítulo Terceiro. Artigo 41°. p.218. AHMF.

¹²⁶ PROVINCIA de Santa Catharina. “Lei n°. 222...”, *op. cit.* [18..]. Capítulo Terceiro. Artigo 39°. p.218. AHMF.

¹²⁷ PROVINCIA de Santa Catharina. “Lei n°. 222...”, *op. cit.* [18..]. Capítulo Decimo Terceiro. Artigo 128°. p.141. AHMF.

¹²⁸ CAMARA Municipal de Desterro. *Regulamento do Mercado...*, *op. cit.* 1850. Artigos 65°. e 32°. APESC.

¹²⁹ CAMARA Municipal de Desterro. *Regulamento do Mercado...*, *op. cit.* 1850. Artigo 22°. APESC.

¹³⁰ CAMARA Municipal de Desterro. *Regulamento do Mercado...*, *op. cit.* 1850. Artigo 52°. APESC.

¹³¹ POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés de pretos...”, *op. cit.* 2012. p.210.

¹³² BRITO, Antero José F. de. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina o Marechal de Campo Antero José Ferreira de Brito dirigio á Assembleia Legislativa da mesma provincia no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1°. De março de 1848*. Desterro: Typ. Provincial, 1848. p.6.

vantagem de ter a Província, em uma população de 67.218 almas, 12.580 escravos somente [...].”¹³³

Mas se medidas restritivas objetivavam diminuir a autonomia de escravos e libertos quanto a sua livre circulação pelos espaços da cidade, quanto as suas celebrações festivas, quanto à possibilidade de viverem para além das franjas de seus senhores, quanto aos meios de exercerem um ofício que pudesse lhes propiciar acumular pecúlio, frequentemente essas regras parecem ter sido infringidas. Essa assertiva pode ser demonstrada a partir da recorrência com que os jornais de Desterro publicavam, de tempos em tempos, fragmentos dos Códigos de Posturas que, se com efeito não eram lidos por esses sujeitos, lembravam, à sociedade letrada de seu compromisso com a legislação.

Assim, em 16 de fevereiro de 1866, o jornal “O Despertador” denunciava enquanto contravenção das Posturas municipais, o estabelecimento, na Capital, de uma sociedade musical de “homens de cor”, em que as ações feriam, sobretudo, os Artigos 41º. e 44º. do Código de Posturas¹³⁴:

Estabeleceu-se nesta Capital uma sociedade musical de homens de cor, e nela são admitidos escravos, e alguns sem prévio conhecimento ou permissão dos seus respectivos senhores. Esta associação assim organizada, presta-se a tocar em bailes, teatro e aí permanece até alta noite, e às vezes até à madrugada do dia seguinte.

Parecia-nos muito conveniente que a polícia, em observância dos Artigos das Posturas municipais que em seguida transcrevemos, tomasse conhecimento de semelhante proceder, por demais abusivo, e fizesse cessar. O escravo não goza de direitos que só são permitidos ao cidadão brasileiro, [...] e mesmo com licença de seus senhores não pode fazer parte de sociedade alguma, qualquer que seja o seu caráter e fins. Eis os Artigos a que nos referimos.

Artigo 41.º É expressamente proibido andarem nas ruas, ou estarem nas praças escravos com quitanda, depois do toque, ou horas de recolher. O escravo que se encontrar em contravenção a esta Postura será condenado em 18 réis, ou em 24 horas de prisão, se seu senhor não pagar a multa.

Artigo 44.º Toda a pessoa que em sua casa fizer ajuntamento de escravos ou vadios para danças, ou ainda mesmo que consinta aí de noite, desamparando os primeiros, por esta forma, a de seus senhores, incorrerá na pena de 15 dias de cadeia e 88 mil réis de multa.¹³⁵

Lembrava, o redator da denúncia, que:

A exata e pontual observância das leis quer gerais, quer provinciais, é um dever a que estão sujeitos todos os indivíduos incumbidos da sua manutenção por autoridade pública. Tolerar ou consentir qualquer infração é incorrer no crime de prevaricação,

¹³³ BRITO, Antero José F. de. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina o Marechal de Campo graduado Antero José Ferreira de Brito dirigio á Assembleia Legislativa da mesma provincia na abertura de sua sessão ordinaria em o 1º. de março de 1842*. Desterro: Typ. Provincial, 1842. p.10.

¹³⁴ O referido Código não era mais o de n.º. 222, publicado em 10 de maio de 1845. A denúncia não informa qual a data ou o número do Código referenciado. Contudo, pode-se observar que as disposições dos Artigos citados se remetem aos Artigos 35º. e 38º das Posturas de 1845, o que demonstra que não houve mudanças pontuais em suas disposições para questões anteriormente previstas.

¹³⁵ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 4, n.323, 16 fev. 1866. p.3. BPSC.

tornando-se responsável pelas consequências que daí podem resultar a boa ordem e tranquilidade públicas, além dos inconvenientes que provém à paz das famílias.¹³⁶

Em 1871, o mesmo jornal voltava a referenciar as Posturas, informando através de edital que, de acordo com o Artigo 35º., o vendeiro que mantivesse dentro de seu armazém, taberna ou casa de quitanda “[...] vadios, escravos por mais tempos do que o necessário para compra ou venda, ou (consentisse) em suas portas ajuntamentos deles, toques, danças, ou quaisquer vozerias, (seria) multado [...]”.¹³⁷ A mesma publicação informava, ainda, conforme disposto no Artigo 36º., que esses vendeiros deveriam fechar suas portas ao toque de recolher, ficando igualmente sujeitos à multa caso infringissem a Lei. Além disso, apontava, tendo por fundamento Artigo 125º. do mesmo Código., que carroças ou carros de condução deveriam apresentar comprovação de pagamento para sua circulação¹³⁸, denotando o controle sobre as atividades que envolviam o carregamento de produtos pelas ruas da cidade, sobretudo àqueles vistos com desconfiança pela elite local.

Após as campanhas de sanitização das cidades e de disciplinarização das condutas perpetradas com mais efeito a partir da segunda metade do oitocentos, a ideia que se tinha de vadios ou vagabundos veiculada nos periódicos não estava atrelada, exclusivamente, à condição de ociosidade. Popinigis refletiu acerca dessa questão e demonstrou, tendo por local de análise a cidade do Rio de Janeiro, que as expressões “vagabundagem”, “vagabundo”, “vadiagem” e “vadio”, referiam-se mais ao entendimento que os poderes público e privado tinham sobre a população que trabalhava temporariamente, geralmente de forma autônoma. Essa relativa mobilidade se refletia igualmente no âmbito de suas moradias, consideradas quase sempre incertas, fato que dificultava o controle sobre o cotidiano desses indivíduos desde o exercício do trabalho até as suas práticas de lazer.¹³⁹ A imprensa se constituía, nesse sentido, porta-voz dessas esferas de poder. Ao público cabia o compromisso com a manutenção da ordem urbana; ao privado, o controle da classe trabalhadora que precisava ser disciplinada e conformada para atender aos interesses de seus empregadores.

Se, como afirmou Foner, as sociedades de “plantation” criaram instrumentos para forçar as populações emancipadas ao retorno ao trabalho nas fazendas, através de medidas legalizadas de punição física, excessiva cobrança de tributos, inviabilidade do acesso à

¹³⁶ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 4, n.323, 16 fev. 1866. p.3. BPSC.

¹³⁷ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 9, n.873, 9 jun. 1871. p.4. BPSC. Percebe-se que as Posturas utilizadas na publicação se referiam às publicadas em 10 de maio de 1845, de nº. 222.

¹³⁸ Jornal O Despertador. Desterro. Ano 9, n.873, 9 jun. 1871. p.4. BPSC.

¹³⁹ POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores no comércio carioca (1850-1911)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. Ver também: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

propriedade ou boicote à economia gerada em suas terras, esses instrumentos, com efeito, precisavam de uma justificativa. De acordo com o autor, tomando como exemplo o argumento de Thompson no âmbito do que ocorreu nos Estados Unidos à época da Reconstrução, floresceram conceitos sobre as populações emancipadas cujos sentidos as vincularam à incapacidade de regerem a si próprias, à malemolência e ao repúdio ao trabalho produtivo.¹⁴⁰ Tais conceitos reverberaram por todos os cantos onde a escravidão negra havia sido utilizada de forma sistemática. Assim, eles também foram apropriados no Brasil, estendendo os tentáculos de um discurso frequentemente veiculado nos jornais e amparado numa legislação que procurou dar conta de dirimir o exercício da plena liberdade daqueles sujeitos anteriormente atrelados ao cativeiro. Segundo Guimarães,

As acusações de que muitos dos ex-escravos se entregavam à vadiagem pode no mínimo ser relativizada. Preocupados com o *ordenamento do trabalho* no pós-abolição, em criar mecanismos para manter os ex-cativos e os homens pobres em geral atrelados a um regime de trabalho livre, baseado em relações de exploração e baixa remuneração, os legisladores criaram leis para coibir a “vadiagem”. O Código Penal de 1890, no capítulo XIII – Dos vadios e capoeiras –, Artigos 399 a 404, previa punição para as pessoas que fossem acusadas por ociosidade e prática de exercícios de agilidade e destreza corporal. Os Artigos 399 a 401 são próprios da vadiagem e as penas previstas para os condenados variavam de 15 a 30 dias. Além desta Lei de âmbito nacional, Estados e municípios também se preocuparam em legislar a esse respeito.¹⁴¹

Na Ilha de Santa Catarina, não foi necessário esperar até os anos próximos à abolição para o estabelecimento de regras sobre o trabalho da população e escrava e liberta, bem como, de sua livre circulação pelos quatro cantos região, sobretudo em seu núcleo urbano, a cidade de Desterro. Como é possível perceber, os Códigos de Posturas eram recorrentemente trazidos à luz de forma a reforçar os locais em que os diferentes atores dessa sociedade deveriam ocupar. Arranjos, contudo, eram estabelecidos cotidianamente entre a população mais pobre, advinda ou não do cativeiro, de maneira que suas necessidades e anseios não fossem vilipendiados em nome de uma dada ordem. Esses arranjos se davam, possivelmente, nos contatos que eram estabelecidos no curso diário das horas de trabalho desempenhadas, com frequência, lado a lado por essa população.

¹⁴⁰ Foner citou algumas regiões assinaladas pela grande lavoura, como os Estados Unidos, Haiti e o Caribe inglês, onde sistemas de compensação à emancipação escrava foram executados de forma que a economia não entrasse em crise e os fazendeiros não se vissem prejudicados. FONER, Eric. *Nada além da..., op. cit.* 1988. p.31. Para Thompson ver: THOMPSON, Edgar T. *Plantation, societies, race relations, and the South: the representation of populations*. Durham: Duke University Press, 1975.

¹⁴¹ GUIMARÃES, Elione S. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito*. (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo/Juiz de Fora: Annablume/Funalfa Edições, 2006. p.152.

A sobrevivência na cidade portuária

Para além das atividades desenvolvidas no Mercado Público, existiram aquelas concentradas na zona portuária, ligadas à marinharia e outras funções igualmente importantes para a captação ou escoamento dos produtos direcionados ao comércio. Assim, marinheiros, mestres de embarcação, calafates, carregadores e estivadores, ao lado de condutores de pequenas embarcações, a exemplo dos canoeiros, marcavam presença em toda a extensão da orla marítima que assinalava a parte central de Desterro (anexo 2).¹⁴²

Essa faixa litorânea, de acordo com Hübener, compreendia a ponta meridional, onde estava situado o bairro da Toca, alongando-se para a Rua do Iguape, onde se localizava o bairro Rita Maria.¹⁴³ Embora houvesse estaleiros que se estendiam ao lado norte da faixa litorânea de Desterro, até os anos de 1880 as atividades portuárias estiveram concentradas na Rua do Príncipe, atualmente denominada Conselheiro Mafra, região para onde haviam convergido os depósitos e as casas comerciais e, inclusive, o prédio da Alfândega.¹⁴⁴

Segundo Cardoso, o canal de Desterro não era profundo, o que impedia que grandes embarcações, com calado superior a 13,5 palmos, entrassem ou saíssem carregadas de seu porto. Essas navas ficavam, com frequência, ancoradas em locais mais profundos, fora da barra, próximas à Fortaleza de Santa Cruz ou à freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio. Seus produtos eram deslocados através de canoas ou barcos maiores, inclusive aqueles cultivados nos demais povoados da Ilha e de outros portos de Santa Catarina, por meio de pequena cabotagem.¹⁴⁵

Ao que tudo indica, a área central de Desterro onde estava localizado o seu porto era bastante precária. As vias que levavam aos trapiches e mesmo eles se mantinham em péssimas condições. Pedidos de melhorias parecem ter sido feitos com frequência. Contudo, de acordo com Cardoso, eles foram apenas sanados no contexto do século XX, fato que não impediu a exportação de mercadorias por esse caminho durante o período oitocentista.¹⁴⁶

Para se ter uma dimensão do movimento portuário, somente entre os anos de 1850 e 1859 foram exportados, por ali, 3.589,768 alqueires da farinha de mandioca, 271.980 de milho, 170.058 de feijão, 98.988 de amendoim, 94.025 de favas, 49.694 de goma e 11.745 de

¹⁴² Ver: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. Capítulo 2: Os trabalhos e os dias – Marinheiros, quitadeiras, pombeiros, lavadeiras e outros ofícios de africanos em Desterro.

¹⁴³ HÜBENER, Laura M. *O movimento comercial do porto de Nossa Senhora do Desterro no século XIX*. Florianópolis, 1979. Dissertação (Mestrado em História), UFSC. Capítulo 4: Desterro como principal porto da Província.

¹⁴⁴ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.87-88

¹⁴⁵ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.89.

¹⁴⁶ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.89.

batata inglesa. Além desses produtos, 81.706 sacas de arroz, 44.012 medidas de melado, 30.808 canadas de aguardente e 2.426 arrobas de açúcar.¹⁴⁷

Boa parte da mão de obra utilizada para a cobertura do transporte marítimo e fluvial de Santa Catarina era compreendida por nacionais e estrangeiros nas condições de livres e escravos. Em 1855 o Presidente da Província, João José Coutinho, informava que, a despeito da queda vertiginosa que havia sofrido a indústria de pesca da baleia já na primeira metade do século XIX, apenas 2 cetáceos foram aprisionados no ano de 1854. Para isso, 61 pessoas estiveram empregadas nessa atividade, através do uso de 8 embarcações.¹⁴⁸

No âmbito da pesca de peixes menores foram utilizadas 13 baleeiras e 20 canoas, sendo empregadas 51 pessoas livres e 13 escravas. Já no tráfico do porto da Capital e rios navegáveis a frota foi composta por 1 barca de querena, 16 iates, 26 lanchas cobertas, 9 lanchas abertas, 33 botes, 18 baleeiras, 1 cúter e 3 canoas. Além disso, “[...] algumas baleeiras, e para mais de 2.000 canoas de todos os portes pertencentes aos habitantes do litoral, dos grandes e pequenos rios, no transporte de seus produtos, e outros misteres.”¹⁴⁹

Há de se considerar, ainda, a navegação costeira e de grande cabotagem. Nela, segundo o Relatório do Presidente da Província, foram utilizados 6 brigues, 6 escunas, 10 patachos, 10 sumacas, 136 iates e 1 cúter de Desterro, perfazendo um total de 6.632 toneladas carregadas com o emprego 877 pessoas as quais, 428 eram brasileiras, 134 eram estrangeiras e 315 eram escravas.¹⁵⁰

No ano de 1855, em fala dirigida à Assembleia Legislativa, o mesmo Presidente relatava não ter sido realizado qualquer apresamento de baleias. Em contrapartida, na pesca de peixes menores haviam sido utilizadas “[...] 14 baleeiras e 20 canoas com 54 pessoas livres e 16 escravas, não contando os habitantes do litoral, que não (tinham) por único meio de vida essa indústria.”¹⁵¹ No tráfico do porto da Capital para o mesmo ano, verificou-se a utilização de “[...] 16 iates, 26 lanchas cobertas, 14 de boca aberta, 38 botes, 19 baleeiras, 1 cúter e 3 canoas [...]”. Somadas, elas corresponderam a 117 embarcações cuja tripulação foi preenchida por 202 pessoas, as quais, 180 eram brasileiras, 22 eram estrangeiras e 10 eram escravas.¹⁵²

A maior representatividade da mão de obra cativa nesse ramo da economia, ao que parece, esteve concentrada na navegação costeira e de grande cabotagem, a exemplo do que

¹⁴⁷ BRITO, Francisco Carlos de A. *Relatorio do Presidente...*, op. cit. 1860. p.28-29.

¹⁴⁸ COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente...*, op. cit. 1855. p.20.

¹⁴⁹ COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente...*, op. cit. 1855. p.20.

¹⁵⁰ COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente...*, op. cit. 1855. p.20.

¹⁵¹ COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigio á Assembléa Legislativa no acto d'abertura de sua sessão ordinário em o 1º. de março de 1856*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1856. p.19.

¹⁵² COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1856. p.19.

foi observado para o ano anterior. Nela foram empregados, 6 bergantins, 6 escunas, 1 polaca, 11 patachos, 10 sumacas, 136 iates e 1 cúter, perfazendo um total de 171 embarcações com capacidade para o transporte de 6.896 toneladas de produtos, e tripuladas por 649 marinheiros, os quais 198 eram nacionais, 127 eram estrangeiros e 324 eram escravos.¹⁵³ Essa tendência parece ter sido observada, inclusive, no ano subsequente. De fato, em 1856 tal atividade foi executada por 7 bergantins, 6 escunas, 1 polaca, 11 patachos, 10 sumacas, 1 lugar, 1 cúter, 1 lancha e 158 iates, totalizando 196 embarcações em que a capacidade de tonelagem chegou a 7.085. Entre a sua tripulação havia 56 mestres, 37 práticos, 36 contra mestres, 140 patrões e 691 marinheiros, os quais, 204 eram nacionais 157 estrangeiros e 350 escravos.¹⁵⁴

Ainda para o ano de 1856, apenas um apresamento de baleia foi feito. Contudo, o cetáceo não pôde ser aproveitado porque o mau tempo impediu que o animal fosse deslocado até a área das armações. Essa atividade foi realizada através de 3 lanchas arpoadoras. Já na pesca geral foram empregadas 14 baleeiras e 20 canoas, com uma mão de obra realizada por 54 pessoas livres e 16 escravas. De acordo com Coutinho, todos os habitantes da costa e dos rios realizavam esse tipo de atividade, sendo através dela que retiravam grande parte de seu sustento diário. Além disso, no tráfico do porto da Capital, mais 221 pessoas estiveram envolvidas, sendo 192 nacionais, 24 estrangeiras e 5 escravas, através de 1 barca de querena, 16 iates, 43 lanchas cobertas e descobertas, 40 botes, 19 baleeiras, 1 cúter e 4 canoas.¹⁵⁵ Segundo os registros da população matriculada na Capitania do Porto, foram empregados nas atividades marítimas nesse mesmo período, um total de 1.530 pessoas, as quais 1.012 eram nacionais, 182 estrangeiras e 336 escravas.¹⁵⁶

Cardoso, ao analisar os arquivos da Marinha referentes ao ano de 1864, entreviu que a Província de Santa Catarina utilizou a mão de obra de 1.658 pessoas livres e 443 cativas nas atividades de grande e pequena cabotagem, pescaria e movimento dos portos. Foram embarcados como marinheiros apenas em navios de cabotagem, 1.289 homens. Deles, 515 eram nacionais livres registrados como brancos e os 243 restantes, eram todos escravos, sendo 153 pretos e 90 pardos.¹⁵⁷ Ainda segundo Cardoso, somente a partir da década de 70 foi possível uma redução no número de africanos e afrodescendentes lotados na Capitania dos

¹⁵³ COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1856. p.19.

¹⁵⁴ COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1857. p.29-30.

¹⁵⁵ COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1857. p.29.

¹⁵⁶ COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1857. p.30.

¹⁵⁷ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.90. De acordo com o autor, os dados constam em: LOBO, Francisco de Paula F. *Relatorio de Francisco de Paula da Silveira Lobo, Ministro da Marinha á Assembléa Legislativa*. [s.l.]: [s.e], 1865.

Portos. De acordo com o autor, tal cenário pode não ter sido efetivo, haja vista que durante esse período o Ministério da Marinha passou a registrar apenas os ofícios desempenhados pelos trabalhadores, negligenciando informações nos âmbitos da condição social e da cor.¹⁵⁸ De todo o modo, se essa diminuição de fato se processou, é possível que ela tenha decorrido, inclusive, das mudanças observadas no ramo da navegação. Como afirmou Cardoso, a criação de companhias subvencionadas pelos cofres provinciais provocou transformações pontuais nas embarcações, que passaram a ser movidas a vapor, o que demandava um número menor de trabalhadores para sua operacionalização.¹⁵⁹

Quando no ano de 1872 foi realizado o censo nacional, registraram-se, para toda a Província de Santa Catarina, 1.377 marinheiros. Livres contabilizavam 1.194 e escravos 183. Já como pescadores, observou-se um total 904. Destes, 875 eram livres e 29 eram escravos.¹⁶⁰ No que se refere à Ilha de Santa Catarina, 309 marinheiros foram inscritos, os quais, 274 eram livres e 35 escravos. No ramo da pesca, esse número foi reduzido ainda mais. Das 60 pessoas assentadas, 35 eram livres e 25 cativas. Cabe aqui salientar que 24 desses escravos estiveram concentrados em Desterro, sendo a outra ocorrência correspondente à freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão.¹⁶¹ Esses dados, contudo, devem ser tomados com cautela. Como se sabe, as populações que viviam próximas ao mar e aos rios frequentemente dedicavam algumas horas de seu tempo à pesca como forma de ampliar os meios pelos quais garantiam a sua subsistência. Assim, sobretudo no que diz respeito aos pescadores, é provável que eles existissem em número mais expressivo.

Estudos recentes tem problematizado o papel desempenhado por africanos e afrodescendentes nas condições de escravos, livres ou libertos quando da realização de funções relacionadas aos universos náutico e fluvial.¹⁶² As condições de vida a bordo das

¹⁵⁸ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.92 e 127.

¹⁵⁹ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.92-94.

¹⁶⁰ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. 1872. vol.11. p.119.

¹⁶¹ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. 1872. vol.11. p.1-21.

¹⁶² Ver: SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica das gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. Campinas: Papirus, 2001.; BARREIRO, José Carlos. "Marinheiros, portos e sociabilidades: o Brasil e a ascensão do Atlântico Sul (1780-1850)." *VIII Congresso Internacional da Brasa – Brazilian Studies Association*. Nashville: Vanderbilt University, 2007. vol.1. p.1-16.; _____. "A formação da força de trabalho marítima no Brasil: cultura e cotidiano, tradição e resistência (1808-1850)." *Tempo*. Niterói, vol.15, n.29, p. 189-209, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v15n29/08.pdf>> Acesso em: 5 fev. 2014.; OLIVEIRA, Vinícius P. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864)*. Porto Alegre, 2013. Tese (Doutorado em História), UFRGS. Outros estudos se dedicaram à história marítima, contudo sob a perspectiva do tráfico escravista. Sobre eles ver: CONRAD, Robert E. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. Trad. Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985.; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...*, op. cit. 1995.; RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.; e REDIKER, Marcus. *O navio negreiro: uma história humana*. Trad. Luciano V. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

embarcações, onde imperava uma prática disciplinar austera, além do controle sobre os corpos, fazia com que o cotidiano desses trabalhadores fosse assinalado por situações significativamente aterradoras em que acidentes frequentemente levavam os tripulantes à morte. Assim, por exemplo, o jornal “O Argos”, em 22 de janeiro de 1858, noticiava:

Terça-feira, à uma hora da tarde mais ou menos, sobreveio um tufão do lado sul que ocasionou alguns sinistros, entre os quais foi afundar-se uma lancha do Gerente da Companhia dos Vapores da linha entre a Corte e Montevideú, que vinha dos Coqueiros com aguada para o vapor Imperatriz, resultando, deste triste sucesso, perecer afogado um homem da tripulação, (supostamente) escravo do Senhor Torresão; e se não fosse pronto socorro expedido da Capitania do Porto, talvez morressem todos mais.¹⁶³

Alguns anos mais tarde, em 6 de novembro de 1860, o mesmo periódico informava ter sido encontrado o cadáver de um homem de idade avançada em frente ao Mercado Público da cidade. De acordo com a notícia, ele era preto e natural do Cabo Verde. Marinheiro de um dos iates soltos no porto, embarcou em um batelão por volta das 8 horas da noite rumo a terra e não voltou. Ao que tudo indica, foi o mestre do iate que deu por sua falta. Após procurá-lo, encontrou o batelão cheio de água, estando ao lado, o corpo do marinheiro já falecido. De acordo com a notícia o vento estava forte naquela madrugada e é possível que o balanço do mar tenha feito o barco virar, provocando o afogamento de seu condutor.¹⁶⁴

Acidentes semelhantes aos citados continuaram sendo registrados nos jornais de Desterro. Em 28 de agosto de 1877, “O Despertador” publicava a seguinte notícia:

No dia 24 do corrente suspendeu ferro o iate Aurora, de Tijucas, no qual se achava um crioulo escravo de um sujeito daquela Vila. Na ocasião de cambar as velas, a retranca atirou com o crioulo ao mar. Fez o patrão diligências para salvar o desventurado crioulo, mas tudo foi baldado porque os empenhados nesse humanitário serviço não o viram surgir à superfície da água. Dizem que o crioulo tinha cerca de 15 anos e era a primeira vez que, com licença do seu senhor, visitara esta Capital.¹⁶⁵

Um ano mais tarde, em 23 de julho de 1878, uma lancha de pesca de anchovas naufragou próxima à barra em virtude do mar agitado, acarretando a morte de três pessoas, entre elas um pardo escravo.¹⁶⁶ Como é possível observar, as atividades no mar representavam riscos. Para além das intempéries do tempo, acidentes no manejo das embarcações também podiam levar ao óbito.

Mas doenças também atingiam os embarcadiços e seus desdobramentos eram quase sempre fatais. Em virtude da epidemia do cólera que atacou diversas províncias do Império,

¹⁶³ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 3, n.238, 22 jan. 1858. p.1. BPSC.

¹⁶⁴ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.632, 6 nov. 1860. p.2. BPSC.

¹⁶⁵ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 15, n.1514, 28 ago. 1877. p.1. BPSC.

¹⁶⁶ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 16, n.1605, 23 jul. 1878. p.1. BPSC.

em 7 de março de 1856 “O Argos” publicava a entrada da enfermidade em Santa Catarina através da escuna Marquês Lima, procedente do Rio de Janeiro e aportada na Ilha no dia 25 do mês de fevereiro, sem passar por inspeção. Segundo o informativo, adoeceram do cólera três pessoas da nave. Dois eram escravos que faleceram rapidamente, sendo o terceiro, mestre da escuna que, sob tratamento, conseguiu se salvar.¹⁶⁷

Por certo, as condições sanitárias dos barcos não eram nada adequadas. Além da alimentação precária e de sua má conservação, a água frequentemente era contaminada por secreções dos portadores da doença, o que dificultava que eles fossem tratados em alto mar. Quando alcançavam a terra, já estavam num estágio avançado de debilidade física, com desidratação profunda e falência renal. O risco de epidemia quase sempre se constituía em virtude dos contatos estabelecidos entre a população assintomática, que transmitia o cólera através de suas dejeções. Assim, muito embora a escuna Marques Lima tenha apresentado apenas três tripulantes afetados com a enfermidade, a falta de asseio e de medidas preventivas possivelmente facilitou o acometimento da população da Ilha de Santa Catarina naquele ano. De acordo com o Relatório do Presidente da Província João José Coutinho, 290 casos foram registrados. Entre os livres, 81 homens e 119 mulheres adoeceram. Entre os escravos, 42 eram do sexo masculino e 48 do feminino. Do total, faleceram 93 pessoas: 41 livres e 52 escravas. Segundo os registros apresentados, observou-se um índice de mortes para os cativos superior ao restante da população. Se entre os livres aproximadamente 21% faleceram; entre os escravos os óbitos alcançaram 58%.¹⁶⁸

Mas a problemática das doenças será objeto de discussão no último capítulo deste trabalho. Por ora, torna-se importante considerar em relação ao exercício do labor diário junto às águas, principalmente no âmbito das atividades de comércio marítimo, que esse cenário propiciava o compartilhamento de múltiplas experiências de vida tanto dentro quanto fora das embarcações. Essas experiências se articulavam com o universo cultural de ambos os territórios e envolviam o estabelecimento de laços de solidariedade, práticas de lazer, formas de resistência e meios diversos para a manutenção da sobrevivência.

Na Desterro da segunda metade do século XIX os diferentes tipos de trabalho concentrados na zona portuária, por exemplo, eram feitos através do desembarque das mercadorias, do seu carregamento até as casas de comércio e de sua estocagem nos armazéns ou depósitos. Mas igualmente importante era a realização de reparos nos barcos que ali ancoravam, bem como a limpeza de seu interior. Na manutenção da vida urbana, eram

¹⁶⁷ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.20, 7 mar. 1856. p.2. BPSC.

¹⁶⁸ COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1857. p.14.

necessários varredores de rua, condutores de lixo, gente a providenciar alimento para aquela população. De igual forma, a presença das lavadeiras era fundamental ao asseio das vestes daqueles homens provenientes do mar. Esses homens, marcados por uma longa trajetória no interior das naves, o que impedia o estabelecimento de relações sócio-afetivas, iam ter nas tabernas instantes de lazer; entregavam-se aos braços das prostitutas, igualmente importantes para lhes ofertar algum instante de prazer.

Assim, a interconexão entre essas pessoas envolvia a comunhão de múltiplas experiências de vida e saberes que se davam nas esferas do público e do privado, por meio de arranjos atrelados ao universo do qual faziam parte. Na labuta para a obtenção do sustento, essas experiências certamente avançavam para além do núcleo urbano da Capital; espalhavam-se pelas outras localidades da Ilha no vai e vem de canoas, barcos e carros de boi que assinalaram o seu litoral e os seus caminhos terrestres. Por certo, não se restringiam àquelas vivenciadas pelas populações ligadas ao mundo das águas ou da cidade. Adentravam no território de um mundo rural onde algumas poucas famílias tinham como propriedade um número expressivo de escravos, enquanto outras dispunham de uma quantidade significativamente menor, trabalhando, muitas vezes, lado a lado nas atividades que lhes garantiam sobreviver, conquanto que as hierarquias fossem preservadas. É sobre esse outro cenário, o das demais freguesias da Ilha de Santa Catarina, que o próximo capítulo pretende se debruçar.

CAPÍTULO 2

No território das freguesias

Além de Desterro e da localidade da Santíssima Trindade detrás do Morro, a Ilha de Santa Catarina foi composta por mais 5 freguesias: Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, São Francisco de Paula e Canasvieiras, Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e São João Batista do Rio Vermelho. Cada uma delas comportou um número significativo de africanos e afrodescendentes entre a sua população, principalmente a partir do século XIX, sendo suas funções, sobremaneira, atreladas à condição de cativo. Todas essas freguesias assumiram significativa importância na economia da Ilha na medida em que produziam uma infinidade de artigos de subsistência para a demanda da região, com alguns artigos, inclusive, inseridos num comércio de exportação que ganhou projeção nacional e internacional, a exemplo da indústria da baleia e da farinha de mandioca.

É sabido, no entanto, que a historiografia catarinense mais conservadora, fundada nos estudos de Cabral, Cardoso, Ianni e Piazza¹, tendeu a invisibilizar o sistema escravista como participe relevante no cenário econômico da região. Via de regra, esses estudiosos atribuíram à imigração açorita a responsabilidade pela produção da cultura material ali constituída. Por extensão, e tendo como eixo norteador de interpretação uma abordagem mais centrada na história econômica, essa mesma historiografia desconsiderou os papéis que as populações de origem africana e seus descendentes desempenharam na dinâmica da vida cotidiana local. Esse fato acabou contribuindo para a construção de uma imagem nada verossímil, como se as gentes atravessadas direta ou indiretamente pelo cativo não tivessem qualquer relevância à constituição daquela sociedade. Tal estampa foi pintada com as mesmas nuances para toda a

¹ CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972. Memória I e II/Notícia I e II.; e CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. Esta segunda obra foi fragmentada, cabendo à parte desenvolvida por Cardoso outra publicação: CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000. Ver também: PIAZZA, Walter Fernando *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis: Editora da UDESC, 1975.; e _____. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Garapuvu, 1999.

Ilha de Santa Catarina, e apenas nas três últimas décadas uma produção historiográfica mais crítica passou a ser produzida, refutando antigas interpretações.²

Nesse sentido, o presente capítulo intenta dar visibilidade a africanos e seus descendentes que marcaram presença nas demais freguesias da Ilha, tendo como pano de fundo a problemática do escravismo. Semelhante à abordagem feita no capítulo anterior, busca-se apresentar a sua representatividade enquanto escravos, livres e libertos, comparando-a aos demais integrantes da região e adotando uma perspectiva temporal de análise anterior à segunda metade do século XIX. Para tanto, serão consideradas informações já levantadas pela historiografia coeva, bem como registros eclesiásticos, além daqueles providenciados pelos poderes públicos, a exemplo dos levantamentos policiais e relatórios provinciais, cujos dados possibilitam o traço de um perfil censitário acerca desses sujeitos.

Na medida do possível, este capítulo ainda pretende salientar o papel desempenhado por tais indivíduos no interior da estrutura econômica de cada uma dessas localidades. Assim, busca-se empreender uma breve análise sobre suas condições de trabalho e vida, condições estas que não estiveram desvinculadas daquelas observadas Capital da Província. Como foi demonstrado até aqui, o que irá se verificar é que em todas essas freguesias a sociedade esteve fundada no estabelecimento de relações alinhavadas ao sistema de exploração alicerçado na prática do escravismo.

Ao sul, o Ribeirão

Uma das mais importantes freguesias da Ilha de Santa Catarina, depois de Desterro, foi Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão. Fundada em 11 de julho de 1809 através de Alvará Régio, estava situada em direção ao sul da Capital e compreendia as localidades do Ribeirão, Caiacangaçu, Naufragados, Pântano do Sul, Lagoinha e Campeche com suas pequenas ilhas.³ De acordo com Cardoso, o Ribeirão era responsável por abastecer Desterro com farinha, açúcar, aguardente, hortaliças e frutas.⁴ Acrescentam-se aos produtos agrícolas e beneficiados, aqueles obtidos através da pesca e das armações baleeiras. Esta última, até

² Ver: LEITE, Ilka B. (Org.) *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2008.; e MAMIGONIAN, Beatriz G. e VIDAL, Joseane Z. (Orgs.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. A historiografia atual sobre a escravidão na Ilha de Santa Catarina é bem mais extensa e está inserida ao longo deste trabalho.

³ VÁRZEA, Virgílio dos R. *Santa Catarina: a Ilha*. Florianópolis: IOESC, 1984. Freguesias e Arraiais: Ribeirão. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documents/santacatarina-virgilio-1.htm#ribeirao>> Acesso em: 3 mar. 2013.

⁴ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.56.

meados do século XIX utilizou um número considerável de escravos.⁵ Criada em 1772 e de propriedade da Coroa, consistia numa atividade dinâmica que quase sempre era entregue à condução de particulares.

De acordo com Zimmermann, as armações tinham significativa importância para a economia colonial. Retiravam-se das baleias a carne e as partes gordurosas que eram transformadas em toucinho e consumidas internamente pela população. O espermacete, matéria oleosa presente na cabeça das cachalotes, era transformado em cera para a fabricação de velas; e o óleo, substância mais valorizada em termos econômicos, era utilizado para iluminação, atendendo inclusive ao mercado exterior. Outros produtos também eram confeccionados a partir das armações, entre os quais, argamassas para as construções, sabão e vestimentas, principalmente peças do vestuário íntimo feminino, como o espartilho, confeccionado a partir das barbatanas exportadas para a Europa.⁶

Segundo a autora, entre os anos de 1801 e 1816 a Armação de Sant'Anna da Lagoinha passou por um período de depreciação depois de mais de uma década nas mãos da Real Administração da Pesca das Baleias. Objetivando entregá-la novamente aos cuidados de particulares, foi elaborado um inventário de seus bens, constando, entre eles, 46 escravos do sexo masculino.⁷

De maneira fragmentada, a maior parte desses trabalhadores era de origem africana, 44 no total. Da África central houve 16 registros para as regiões do Congo e Angola: 6 “benguelas”, 2 “cabindas”, 1 “camundá”, 2 “congos”, 2 “molumbos” e 3 “rebolos”. Outros 11 eram procedentes da África ocidental, sendo todos “minas”. Da África oriental foi verificado um número reduzido, apenas 2, ambos provenientes do Moçambique. Ainda foram

⁵ Sobre a pesca da baleia ver: ELLIS, Miriam. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.; CARMELATO, Fabiana. “Arqueologia e patrimônio nas armações baleeiras catarinenses.” *Tempos acadêmicos*. Criciúma, n.10, p.1-15, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/index.php/historia/article/view/1110>> Acesso em: 5 abr. 2013.; _____. “As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais.” *Tempos históricos*. Marechal Cândido Rondon, vol.15, n.2 p.481-501, 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/7215/5290>> Acesso em: 5 abr. 2013.; ZIMMERMANN, Fernanda. *O funcionamento da Armação baleeira da Lagoinha: hierarquia do trabalho e o controle dos escravos na caça à baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825)*. Florianópolis, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFSC.; _____. “Relações de trabalho na Armação da Lagoinha: da caça à baleia ao beneficiamento do azeite.” *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: ANPUH, 2007. p.1-9. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0610.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2013.; e _____. *De armação baleeira a engenhos de farinha: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme. Santa Catarina: 1800-1860*. Florianópolis, 2011. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

⁶ ZIMMERMANN, Fabiana. *O funcionamento da Armação...*, op. cit. 2006. p.34-35.

⁷ De acordo com Zimmermann, a Armação da Lagoinha foi concedida à família de sobrenome Quintella até o ano de 1801, quando a Coroa não renovou o contrato e a Real Administração da Pesca das Baleias assumiu a sua direção. Em 1816 a concessão a particulares foi reaberta, sendo para isso realizado um inventário de todo o seu patrimônio, estando registrado o número de escravos que possuía. ZIMMERMANN, Fabiana. *O funcionamento da Armação...*, op. cit. 2006. Ver Capítulo 1: A baleia e a sua inserção na economia colonial brasileira.

observadas 9 ocorrências sem qualquer identificação e mais 6 imprecisas: 2 referentes à denominação “magume” e “mogumbe”, 3 assinaladas como “agumi” e mais 1 referenciada como “quissamia”.⁸

Assim como foi evidenciado para Desterro com a expressão “mogume”, é lícito supor que “magume”, “mogumbe” e “agumi” se referissem a mesma região da Nigéria assinalada por Medeiros.⁹ Embora tal assertiva se caracterize apenas uma hipótese, não é equivocado pensar que no momento em que eram feitos os registros havia pouco rigor na coleta das informações, podendo, a escrita, sofrer variações. De forma semelhante, é provável que a expressão “quissamia” estivesse relacionada ao termo “quiçamame” encontrado por Malavota, como já foi mencionado no capítulo anterior. Assim, possivelmente, o único escravo africano da Armação referenciado com essa denominação poderia ser proveniente da região de Kisama, em Angola.¹⁰ Embora não se tenha subsídios absolutos para a comprovação dessa assertiva, ela é uma hipótese que merece ser considerada em virtude do movimento de importação de mão de obra cativa para a Ilha, aparentemente proveniente da região central.

Entre os ofícios realizados pelos escravos da Armação inventariados no ano de 1816, constavam os de aprendiz de carpinteiro, chacoteiro, cortador de açougue, cortador de cima da baleia, contra mestre, falquejador, gancheiro, mestre de azeite, pedreiro e remeiro. Suas idades variaram entre os 35 e 80 anos, sendo a maior parte concentrada a partir dos 60 e assinalada por condições de saúde bastante ruins, conforme apresenta a tabela a seguir:

⁸ Ver: REAL Administração da Pesca das Baleias. Junta do Commercio. *Inventario da Armação de Sant’Anna da Lagoinha*. Rio de Janeiro, 1816. Cx.360. AN. Esse inventário foi descortinado por Zimmermann em: ZIMMERMANN, Fabiana. *O funcionamento da Armação...*, op. cit. 2006. Para as denominações ver: KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro M. Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Capítulo 1: As nações do Rio, e Apêndice A.; e GOMES, Flávio dos S. “A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiais.” *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.19 (supl.), p.81-106, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19s1/06.pdf>> Acesso em: 10 maio 2013.

⁹ Ver: MEDEIROS, François de. “Os povos do Sudão: movimentos populacionais.” In: EL FASI, Mohammed. (E.) *História geral da África: África do século VII ao XI*. Trad. David Yann Chaigne et al. Brasília: UNESCO, 2010. vol.3. p.157.

¹⁰ Ver: MATTOS, Regiane A. de. *De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em História), USP. p.59.; e KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no...*, op. cit. 2000. Capítulo 1: As nações do Rio, e Apêndice A.

Tabela 7

Armação de Sant'Anna da Lagoinha Faixa etária dos escravos x Condições de saúde (1816)		
Idade	Total	Problemas de saúde
30 -- 40	1	1 sem identificação.
40 -- 50	4	1 com fratura no braço, 1 asma, 2 sem identificação.
50 -- 60	3	1 doente, 2 sem identificação.
60 -- 70	23	1 com mania, 7 doentes, 1 com pé cortado, 1 com paralisia e sem braço, 1 com cegueira, 1 com moléstia crônica, 11 sem identificação.
70 -- 80	12	1 com deformidade física e decrepitude, 2 com decrepitude, 2 doentes, 1 com asma e 6 sem identificação.
80 -- 90	3	3 sem identificação.
Total	46	25 sem identificação, 10 doentes, 2 asmáticos, 2 decrepitos, 1 maníaco, 1 cego, 1 com o pé cortado, 1 com moléstia crônica, 1 torto e decrepito, 1 com braço quebrado, 1 parálítico e sem um braço.

Fonte: Tabela elaborada a partir de REAL Administração da Pesca das Baleias. Junta do Commercio. *Inventario da Armação de Sant'Anna da Lagoinha*. Rio de Janeiro, 1816. Cx.360. AN.

Como é possível perceber, 44% dos escravos da Armação apresentavam problemas de saúde. Esses problemas podiam ser derivados de causas variadas e possivelmente estavam associados à precariedade das condições de trabalho que pesavam de maneira mais onerosa sobre os corpos de idade avançada. Além disso, para Zimmermann, havia uma hierarquização das funções laborais atravessada pela composição racial. Essa realidade fazia com que as atividades mais perigosas e menos especializadas fossem quase sempre desenvolvidas por africanos, sendo as demais entregues a crioulos ou trabalhadores livres.¹¹

Com efeito, o frio intenso que atingia o litoral catarinense nos meses de inverno podia contribuir para o agravamento de afecções respiratórias. Era nesse período que as baleias apareciam na região, fugidas de áreas polares ainda mais frias; era também nesse período que muitos escravos se dirigiam ao mar para efetuar sua caça. As atividades posteriores compreendiam a dissecação dos cetáceos e o processamento das partes a serem utilizadas na fabricação do azeite. Gente como Sebastião “mina” de 70 anos e Xavier “benguela” de 46, ambos asmáticos; gente como Francisco “benguela”, falquejador de 46 anos que tinha um braço quebrado; pessoas com idade superior a 65 anos, como Matheus “reboló” que tinha o pé cortado; Manuel “agumi”, parálítico e sem um braço; e simplesmente André, torto e decrepito¹²; gente como Mathias de nação “mina”, que há muito tinha deixado de integrar o quadro dos escravos que faziam parte da Armação em função de morte acidental ocorrida no dia 20 de agosto de 1801, sendo o óbito registrado na paróquia de Desterro:

¹¹ ZIMMERMANN, Fabiana. *O funcionamento da Armação...*, op. cit. 2006. p.55.

¹² REAL Administração da Pesca das Baleias. *Inventario da Armação...*, op. cit. 1816. AN.

Aos vinte dias do mês de agosto de mil oitocentos e um nesta vila do Desterro de Santa Catarina faleceu com sacramento de extrema-unção por ter caído numa caldeira de azeite de peixe e não dar tempo para mais, Mathias, nação mina, escravo do contrato da Armação da Lagoinha, foi encomendado e sepultado no cemitério, do que para constar foi este termo.¹³

Mas se em 1816 havia 46 pessoas escravizadas na Armação, a partir dessa data seu contingente sofreu alterações. Segundo Zimmermann, em 1817, já nas mãos de particulares, 18 novos cativos foram adquiridos. Apenas 2 eram da África oriental, sendo ambos do Moçambique. Contudo, os outros 16 provinham da África central, todos do Congo, inclusive 2 mulheres. Destes, 7 foram registrados como “cabindas”. Essa nova parcela de trabalhadores possivelmente possibilitou o nascimento 16 crianças entre os anos de 1818 e 1839, 11 do sexo masculino e 5 do feminino.¹⁴ A autora afirma que todos eram filhos de casais legítimos pertencentes ao contrato da Armação. Isso implica dizer que devam ter sido adquiridos mais escravos do sexo feminino durante esse período, o que incentivou a efetivação dessas uniões conjugais.¹⁵

De fato, nos períodos de entre safra a Armação se dedicou ao cultivo de produtos agrícolas que demandavam formas diversificadas de mão de obra, inclusive de mulheres. Entre os produtos cultivados constavam a cana de açúcar, a mandioca, o café, além de árvores frutíferas, como laranjeiras.¹⁶ Porém, essas atividades não deram sustentação à manutenção do empreendimento, principalmente após o ano de 1825, quando o número de baleias apresasas sofreu grande redução em função da pesca ostensiva realizada por nações estrangeiras, mormente os Estados Unidos, que faziam uso de embarcações maiores e mais bem equipadas.¹⁷

Mas no âmbito de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, a exploração da pesca da baleia não foi a única atividade que fez uso da mão de obra escrava. As atividades agrícolas foram desenvolvidas, de forma significativa, com a sua exploração. Várzea afirmou que na Freguesia floresciam “[...] a mandioca, a cana, o milho, o feijão e o café, em amplos

¹³ PARÓQUIA de Desterro. *Livro de registro de óbitos de escravos da paróquia de Nossa Senhora do Desterro*. (1799-1814). AHESC. Disponível também no sítio online do Family Research: www.familysearch.org. Para o fragmento citado ver: <<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-159392-784167-53?cc=2177296&wc=MFKF-2M9:1030404601,1030404602,1030529101>> Acesso em: 10 abr. 2011.

¹⁴ ZIMMERMANN, Fabiana. *O funcionamento da Armação...*, op. cit. 2006. p.67. A autora utilizou o Livro 1 de registro de batismos da paróquia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, de 1807 a 1825. O arquivo está disponível no AHESC e no sítio online do Family Research.

¹⁵ ZIMMERMANN, Fabiana. *O funcionamento da Armação...*, op. cit. 2006. p.67.

¹⁶ REAL Administração da Pesca das Baleias. *Inventário da Armação...*, op. cit. 1816. AN.

¹⁷ ELLIS, Miriam. *A baleia no...*, op. cit. 1969.

quadrados de um verde variegado.”¹⁸ O mesmo pôde ser observado por Pereira, que constatou ali a produção de algodão, amendoim, cânhamo, melancia e trigo.¹⁹

Conforme Luz, a partir da análise das matrículas dos moradores do Ribeirão relativas ao ano de 1843, havia, nesta localidade, 2.336 pessoas registradas em 366 fogos. Destes, 263 eram de lavradores, os quais, 161 concentravam uma renda anual de até 100 mil réis, 13 de 101 a 200 mil, 5 de 201 a 300 mil, 1 de 301 a 400 mil, 1 de 501 a 600 mil, sendo os 82 restantes registrados com renda indefinida. De todos esses fogos, 148 possuíam escravos no conjunto de sua propriedade, sendo a maior parte, um total de 114 famílias, possuidora de 1 a 5, embora tenham existido proprietários com número mais expressivo.²⁰

Tabela 8

Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão Matrícula de moradores (1843)		
Número de escravos	Número de fogos ou famílias	Total de escravos
1	48	48
2	24	48
3	17	51
4	11	44
5	14	70
6	4	24
7	5	35
8	4	32
9	6	54
10	4	40
11	2	33
12	3	36
14	1	14
16	2	32
19	1	19
24	1	24
25	1	25
Total	148	618
Sem escravos	218	-
Total	366	618

Fonte: LUZ, Sergio R. da. *Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810 a 1930*. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em História), UFSC. p.81.

A partir dos números apresentados acima, percebe-se que 40% das famílias eram proprietárias de escravos. Aproximadamente 31% delas concentravam um plantel de 1 a 5, sendo que apenas 9% possuía mais de 6, chegando-se a observar, inclusive, fogos com mais

¹⁸ VÁRZEA, Virgílio dos R. *Santa Catarina...*, op. cit. 1984. Freguesias e Arraiais: Ribeirão.

¹⁹ PEREIRA, Nereu do V. *Ribeirão da Ilha: vida e retratos*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991. p.75-81.

²⁰ LUZ, Sergio R. da. *Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810 a 1930*. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em História), UFSC. p.81. O Livro de matrícula da freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, datado de 1843, encontra-se disponível na Escrivania de Paz do Distrito do Ribeirão da Ilha, localizado na Avenida Deputado Diomício Freitas, 3029, Carios, Distrito do Ribeirão da Ilha, Florianópolis, CEP: 88047-042, Telefone: (48)3364-3902, endereço eletrônico: <www.cartorioribeirao.com.br>

de 15. Registros oficiais posteriores indicam que esses cativos exerciam duas funções laborais específicas, sendo o trabalho agrícola uma delas, quadro que parece ter se mantido estático em períodos posteriores.

De fato, em 1866, os mapas apresentados no Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho d'Albuquerque Lacerda, indicavam o destaque para as atividades agrícolas na freguesia do Ribeirão, com um total de 812 pessoas envolvidas nesse ramo da economia, embora não tenham sido especificadas quantas eram livres e quantas eram escravas.²¹ Contudo, o censo nacional de 1872 trouxe informações mais precisas a esse respeito. Dos 843 lavradores registrados, 753 eram livres e 90 eram escravos. Considerando que o número total de livres para aquela data era de 2.722 e de cativos 275, constata-se, para cada categoria, um percentual menor dos primeiros em relação aos últimos, qual seja, o de aproximadamente 28% e 33%, respectivamente.²²

Mas o trabalho doméstico também figurou como representativo. Aliás, ele aparecia em primeiro lugar no censo de 1872. Para ele, as mulheres cativas foram significativamente mais expressivas, um número de 105 em relação aos 24 registros para os homens. Essa diferença também pôde ser observada para os livres que realizavam idêntica função. Enquanto apenas 19 homens foram identificados como domésticos, 1.032 mulheres exerciam essa atividade laboral.²³ Conclui-se, utilizando os mesmos parâmetros de cálculo efetuados para as ocupações agrícolas, que aproximadamente 37% da população livre trabalhava no setor doméstico, representando, a escrava, um índice de 47%. Ainda que outras funções tenham sido evidenciadas no censo de 1872, elas foram registradas como irrisórias para a população em cativeiro, a exemplo da pesca, com 1 registro e da construção, com 2.²⁴ Esses dados, contudo, precisam ser tomados com cautela uma vez que não revelam uma questão central inerente à prática do escravismo, qual seja, a das múltiplas formas de exploração do trabalho.

²¹ Ver: LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa provincial de Santa Catharina na sua sessão ordinaria pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867. Anexo B.

²² DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral do Imperio do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. vol.11. p.10.

²³ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.10.

²⁴ Entre os ofícios apontados no censo de 1872, verificaram-se para setor secundário as seguintes funções: artista, costureiro, operário de vestuário, operário de calçado, operário de edificações, operário de madeira, operário de metais e operário de tecidos. Como foi demonstrado, apenas na atividade de operário de edificações foi encontrado registro de mão de obra cativa. Todas as demais foram exercidas por pessoas livres, um total de 88 distribuídas entre 43 homens e 45 mulheres. No setor terciário, além do serviço doméstico já mencionado e o único a fazer uso do trabalho escravo, foram registradas as funções de comerciantes, caixeiros, criados, jornaleiros, escritvãs, marítimos, militares, procuradores, professores ou homens das letras e religiosos seculares. Todas essas funções foram realizadas por 40 homens livres e 4 mulheres. Do total de habitantes livres da freguesia do Ribeirão, mais 418 registros foram contabilizados, embora não foi possível estabelecer qual o tipo de trabalho estavam envolvidos. Ver: DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. 1872. vol.11. p.10.

Isso porque famílias proprietárias de escravos certamente não os utilizavam para uma única função. Embora muitos fossem matriculados²⁵ como agricultores ou domésticos, fontes documentais sobre as propriedades existentes na freguesia do Ribeirão sugerem que a sua utilização pode ter ocorrido de maneira muito mais diversa.

Penna, ao perscrutar os inventários *post-mortem* de alguns moradores dessa Freguesia durante a segunda metade do século XIX, identificou a existência de um número relevante de propriedades com residências que abrigavam um pequeno grupo de pessoas ligadas por vínculos parentais. Uma porção delas dispunha de moradias modestas, com cômodos que não excediam a três. No conjunto patrimonial, constavam algumas roças de mandioca, um possível engenho de farinha, terras onde eram cultivados outros gêneros alimentícios e criados animais. Quase sempre, no montante dos bens verificados, havia uma ou duas canoas utilizadas na pesca local e no deslocamento de mercadorias vendidas no mercado central. Acrescidos a eles, de 1 a 3 cativos.

Como afirmou o autor, não é possível imaginar que em uma residência desse porte, embora singela, um dos escravos trabalhasse apenas como doméstico. Do mesmo modo não é lícito inferir que os demais listados como agricultores exercessem suas funções exclusivamente no campo. É mais plausível supor que o cativo doméstico, via de regra alguém do sexo feminino, dedicasse uma parte de seu tempo no trabalho de casa, reservando, o restante, a outras atividades, entre as quais àquelas inerentes à produção agrícola e ao trato dos animais. De forma semelhante, é cabível que os escravos listados como agricultores participassem da colheita dos gêneros produzidos, de seu processamento e possivelmente do deslocamento dos excedentes, através de carros de boi ou canoas, aos núcleos de abastecimento para fins de comercialização.²⁶

Ainda sobre a questão do trabalho, não seria incorreto pensar que o exercício eclético das atividades laborais tenha ocorrido na freguesia do Ribeirão, inclusive, em propriedades maiores, como aquelas apresentadas por Sergio Luz para a primeira metade do XIX, em que

²⁵ A Lei do Ventre Livre, que concedia liberdade aos filhos de cativos nascidos a partir de 28 de setembro de 1871, em seu Artigo 8, estipulava a criação de uma matrícula geral de escravos que deveria indicar o nome e o lugar da residência do proprietário, bem como o nome, sexo, cor, idade, estado civil, filiação, aptidão para o trabalho e profissão. Ver: BRASIL. “Lei n°. 2.040, de 9 de setembro de 1871: Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos.” In: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1871. Actos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1871. Tomo XXXI. Parte I. p.147-151.

²⁶ PENNA, Clemente G. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em História), UFSC. Capítulo 2: O trabalho escravo na Ilha de Santa Catarina.

os plantéis ultrapassavam o número de 15 cativos.²⁷ Por certo elas podiam ser até mais visíveis, uma vez que a riqueza produzida pelo proprietário desse montante de escravos era quase sempre auferida a partir do desenvolvimento de várias atividades econômicas em que eles estavam inseridos. Essas atividades poderiam agregar, inclusive, formas de trabalho que permitiam aos sujeitos escravizados a captação de recursos para acumulação de pecúlio, a exemplo do que já foi observado para Desterro. Assim, muitos trabalhavam pelo sistema de ganho e igualmente por contrato de locação de serviços de forma a obter rendas objetivando a compra da liberdade. Cativas domésticas eram alugadas a terceiros, oficiando em outras freguesias, mormente em Desterro, como quitandeiras, cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, costureiras, parteiras e amas de leite. Cativos agricultores ou lavradores eram também canoeiros, pedreiros, tanoeiros, ferreiros, padeiros, carregadores. Uma infinidade de funções, homens e mulheres escravizados, pareciam estar “aptos” a exercer.

Atentando para os censos demográficos da população cativa de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, percebe-se o quanto ela foi significativa ao longo do século XIX. Segundo Luz, com base na análise dos livros de assentamentos de batismos dessa Freguesia, até os anos 40 africanos continuaram sendo incorporados aos quadros de habitantes que ali residiam. A partir dessa data, mais nenhum registro foi observado.²⁸ O estudo e a sistematização das informações que contemplam essa documentação, entretanto, permitem traçar os períodos em que eles foram introduzidos na Freguesia e, de igual forma, o local de onde procediam.

²⁷ LUZ, Sergio R. da. *Nossa Senhora da Lapa...*, op. cit. 1994.

²⁸ O autor utilizou os Livros 1, 2 e 3 de registro de batismos da paróquia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, datados de 1807 a 1825, 1825 a 1841 e 1846 a 1854. O material se encontra no AHEF e no sítio online do Family Research.

Tabela 9

		Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão Procedência de africanos batizados (1810-1850)			
Região		1810-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850
África central	Angola	-	1	-	-
	Benguela	-	2	2	-
	Cabinda	17	13	4	-
	Cassange	-	1	-	-
	Congo	26	25	7	-
	Monjolo	2	2	1	-
	Moxicongo	-	1	-	-
	Rebolo	-	1	-	-
	Total	45	46	14	-
África ocidental	Mina	2	19	-	-
	Total	2	19	-	-
África oriental	Moçambique	6	28	4	-
	Total	6	28	4	-
Genérico	África	37	-	-	-
	Costa	8	-	3	1
	Total	45	-	3	1
Impreciso	Luna	-	1	-	-
	Total	-	1	-	-
Total geral		98	94	21	1

Fonte: Tabela elaborada a partir do levantamento feito por LUZ, Sérgio. *Nossa Senhora da Lapa...*, op. cit. 1994. p.52.

Com base nos dados apresentados acima, percebe-se que entre os anos de 1810 e 1830 um maior número de escravos africanos foi realocado para a região. De 1831 a 1840 houve um declínio substancial, sendo sua incidência quase nula a partir de 1841, com apenas 1 ocorrência.

No que se refere à procedência dessa população, 49% provinha da África central, com destaque para a região do Congo e de Angola. Os demais tinham suas origens identificadas na África oriental e ocidental. Ambas representaram, respectivamente, um índice de 18% e 10%. Escravos africanos com identificação genérica alcançaram um índice de 23%, ficando impreciso apenas o de denominação “luna”.²⁹

Zimmermann e Mamigonian apuraram o mesmo acervo documental e, considerando apenas batismos de africanos adultos ocorridos entre os anos de 1807 e 1854, obtiveram resultado distinto do apresentado por Luz. Entre aqueles oriundos da área central, constavam 2 “benguelas”, 34 “cabindas”, 3 “cassanges”, 2 “ganguelas”, 4 “monjolos” e 1 “rebolo”, além de 1 atribuído a Angola e 59 ao Congo. Para a África oriental, foram encontrados 34 “moçambiques” e para a África ocidental, 21 “minas”. Dez registros estiveram associados à Costa da África, e apenas 1, de nome “bule”, foi considerado impreciso, totalizando 172

²⁹ LUZ, Sérgio. *Nossa Senhora da Lapa...*, op. cit. 1994. p.52.

registros.³⁰ Os números indicativos levantados pelas autoras, contudo, contabilizam 185 assentamentos. Nesse sentido, é possível que os 13 restantes se refiram a outros para os quais a identificação de origem não foi possível decifrar. Embora esses resultados apresentem divergências com os anteriores, eles parecem seguir um mesmo movimento, qual seja, o da presença de um número maior de africanos oriundos, respectivamente, das regiões central, oriental e ocidental.

Ao analisar os arquivos batismais atentando exclusivamente para a origem das mães africanas com filhos batizados no Ribeirão, essa tendência também pôde ser observada. Dos 212 registros foram reconhecidos 141 para a África central, 19 para a África oriental e 5 para a África ocidental. Além destes, mais 3 assentamentos foram verificados, um de nome “muzumbe”, região de procedência indefinida, e 2 sem qualquer identificação associativa. Contudo, 44 registros foram atribuídos à Costa, o que poderia aumentar a representatividade de escravos oriundos de qualquer região do litoral atlântico africano, sendo plausível pensar, a exemplo do que foi inferido sobre Desterro, que boa parte fosse procedente da zona ocidental.³¹

Mas os escravos pertencentes à freguesia do Ribeirão não estiveram restritos aos africanos introduzidos na primeira metade do século XIX. Afrodescendentes nascidos ali ou provenientes de outras regiões do Brasil marcaram presença entre a população local ao longo do oitocentos, sendo expressivos até a década de 1860, quando a partir de 1872 sofreram maior redução, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

³⁰ ZIMMERMANN, Fernanda e MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX*. Florianópolis, 2004. Relatório (Iniciação Científica), UFSC. p.22.

³¹ ZIMMERMANN, Fabiana e MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos entre açorianos...*, op. cit. 2006. p.26.

Tabela 10

Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão População por condição social (1810-1872)							
Ribeirão	1810	1840	1854	1856	1859	1866	1872
Livres	965	1.571	2.011	2.207	1.058	2.193	2.722
Cativos	423	563	640	686	578	519	275
Forros	48	-	-	-	93	-	-
Total	1436	2.134	2.651	2.893	1.729	2.712	2.997
% Cativos	29%	26%	24%	24%	33%	19%	9%

Fonte: Tabela elaborada a partir de: 1810 - BRITO, Paulo José Miguel de. *Memoria politica sobre a Capitania de Santa Catharina, escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829. p.41.; 1840 - BRITO, Antero José F. de. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, dirigio á Assembleia Legislativa da mesma provincia na abertura da sua sessão ordinaria em o 1º. de março de 1841*. Desterro: Typ. provincial, 1841. Doc. 15.; 1854 - *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Dr. João José Coutinho, apresentado à Assembleia Legislativa provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em o 1º. de março de 1855*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1855. p.36.; 1856 - COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigio á Assembleia Legislativa provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em o 1º. de março de 1857*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. p.37.; 1859 - POLÍCIA de Desterro. *Ofícios dos delegados de polícia para os presidentes de provincia*. Cx.24, vol.1, fl.94, 1842-1869. APESC.; 1866 - LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa provincial de Santa Catharina na sua sessão ordinaria pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda, no ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867. Anexo B.; e DIRETORIA Geral de Estatistica. *Recenseamento geral do Imperio do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. vol.11. p.7.

Depreende-se, a partir dos dados apresentados acima, que o número de cativos em Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão foi de fato significativo. Durante a primeira metade do século XIX, não menos do que um quarto da população total da Freguesia se encontrava em cativeiro e, em fins da década de 50, aproximadamente terço. Nas décadas de 60 e 70 é possível observar, com efeito, que a proporção entre escravos e livres sofreu maior alteração. Se em 1866 eles representavam um quinto do total de habitantes, em 1872 já significavam um décimo. Esse quadro pareceu acompanhar ao que vinha se estabelecendo em nível nacional, com exceção para as regiões produtoras de café, como Rio de Janeiro e São Paulo, onde se observou um crescimento da população cativa a partir dos anos 50, inclusive entre os anos de 1872 e 1874.³²

Importante lembrar que os mapas de 1866 e 1872 relativos ao Ribeirão apresentaram, analogamente àqueles realizados sobre Desterro, a população a partir de critérios de cor. Assim, se em 1866 havia 519 cativos nessa Freguesia, representando 19% do total de habitantes, nesse mesmo ano ela contava com 501 pretos e 128 pardos, os quais, juntos, representavam 23% dos que ali residiam.³³ A mesma tendência pode ser observada para 1872. De acordo com o censo demográfico nacional havia 224 pardos e 400 pretos para um total de

³² Ver: LUNA, Francisco V. e KLEIN, Herbert S. *O escravismo no Brasil*. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

³³ LACERDA, Adolpho de B. C. de A. *Relatorio apresentado á..., op. cit.* 1867. Anexo B.

2.997 pessoas. Ambos representavam um índice de 21%, percentual maior que os 9% creditados apenas aos escravos.³⁴ Esse índice não se manteve no censo de 1890, realizado dois anos após a abolição. Nessa data os habitantes do Ribeirão foram calculados em 3.657 pessoas as quais 3.211 eram brancas, 195 pretas, 247 mestiças e apenas 4 caboclas, o que reservava aos pretos e mestiços, conjuntamente, uma representatividade de aproximadamente 12%.³⁵ Entre os africanos, o censo de 1872 já informava que seu número era reduzido no Ribeirão. Para essa data foram identificados 25, sendo 6 livres e 19 escravos.³⁶

Se anterior ao ano de 1888 a redução da população cativa e africana esteve atribuída aos processos de emancipação que foram engendrados durante a segunda metade do século XIX, mas inclusive, a partir da morte natural dos africanos, a redução da população afrodescendente livre pode ter se dado pela precarização de suas liberdades, sendo pertinente pensar no possível deslocamento de um grande número de pessoas oriundas do universo do cativo para áreas onde a oferta de trabalho era mais promissora.

Considerando a população parda e mestiça presente em Desterro entre os anos de 1872 e 1890, constata-se um índice de crescimento de aproximadamente 15%.³⁷ Não seria equivocado pensar que boa parte desses pardos ou mestiços fossem oriundos de outras freguesias da Ilha, emigrados para a Capital em busca de melhores condições de vida, a exemplo do Ribeirão, em que o crescimento de pardos e mestiços para o mesmo período foi de aproximadamente 10% e de brancos 35%.³⁸ De todo o modo é pertinente lembrar que em números absolutos a população afrodescendente da Ilha de Santa Catarina tendeu a crescer, com exceção apenas para a Freguesia de São Francisco de Paula e Canasvieiras, como será visto a seguir, e que entre os anos de 1872 e 1890 sofreu considerável redução.

³⁴ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.7.

³⁵ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis...*, op. cit. 2000, p.136.

³⁶ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.8.

³⁷ Ver: DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.2.; e DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis...*, op. cit. 2000, p.136.

³⁸ Ver: DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.7.; e DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis...*, op. cit. 2000, p.136.

Entre Santo Antônio e Canasvieiras

Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, fundada em 26 de outubro de 1751 por Decisão Régia, localizava-se em direção ao norte de Desterro e se constituía igualmente importante no âmbito da economia da Ilha. Nela, africanos e afrodescendentes também marcaram presença. Nas condições de escravos, livres ou libertos, trabalhavam como lavradores, pescadores, comerciantes e domésticos, sem contar uma infinidade de outras funções laborais necessárias ao desenvolvimento da região, a exemplo das já citadas anteriormente.

De acordo com Araújo, o século XIX foi significativamente próspero à produção agrícola para de áreas ao norte da Ilha. Nessa região eram cultivadas a cana-de-açúcar, o café, o milho, o feijão, o algodão e a mandioca, sendo esses produtos escoados para Santo Antônio, que servia de entreposto para o seu deslocamento. Ainda segundo o autor podiam ser observadas, em cada esquina das principais ruas dessa Freguesia, duas ou três casas de comércio.³⁹ Para Cardoso, Santo Antônio se sobressaía por suas atividades mercantis, mas igualmente pelo cultivo de alimentos que serviam ao abastecimento interno da Ilha, bem como de outras províncias do Brasil e inclusive o exterior. Entre eles se destacavam o arroz, o milho, o feijão, a fava, o trigo e a cevada.⁴⁰ Ali, eram também produzidos melado, açúcar, aguardente e farinha de mandioca. Ainda de acordo com o autor, já em fins do século XVIII a Freguesia dispunha de 5 engenhos de açúcar, 22 de aguardente e 111 de mandioca. Além disso, contava ainda com 11 atafonas de moer trigo e 5 curtumes de couro.⁴¹

Importante referenciar que a freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio sofreu alterações significativas no plano de sua extensão espacial, quando foi criada São Francisco de Paula e Canasvieiras. Por Lei Provincial de 15 de abril de 1835 deixaram de pertencer a Santo Antônio, conforme Ferreira, além de Canasvieiras, as comunidades atualmente denominadas Lagoinha, Ponta das Canas, Cachoeira do Bom Jesus, Vargem do Bom Jesus, Vargem Grande e Pequena, Jurerê, Pontal e Ponta Grossa.⁴² Dessa nova

³⁹ ARAÚJO, Iaponan S. de. *Santo Antônio de Lisboa: vida e memória*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990. p.25-26.

⁴⁰ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.52. De acordo com o Relatório do presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, publicado em 1861, esses produtos incluíam as áreas de demanda de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Uruguai e Argentina. Ver: BRUSQUE, Francisco Carlos de A. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina Francisco Carlos de Araujo Brusque apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª. sessão da 10ª. legislatura*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860. p.37-38. Trata-se do mapa geral de exportação de Santa Catarina para os anos de 1859 e 1860.

⁴¹ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.52.

⁴² FERREIRA, Sérgio Luiz. *Nós não somos de origem: populares de ascendência açoriana e africana numa Freguesia do Sul do Brasil (1780-1960)*. Florianópolis, 2006. Tese (Doutorado em História), UFSC. p.29.

configuração, continuaram vinculadas a ela as atuais localidades do Ratones, Saco Grande, Monte Verde e João Paulo. Embora fragmentadas, ambas as freguesias estiveram intimamente ligadas por relações comerciais fortemente estabelecidas.

Conectavam-se, sobremaneira, pelos córregos e rios que serpenteavam a região, e inclusive pelo mar, através de canoas e embarcações maiores que levavam e traziam os insumos produzidos para fins comerciais, sendo essas atividades também desenvolvidas pela população cativa. Embora Canasvieiras tenha apresentado uma média de escravos ao longo do século XIX de aproximadamente 14%, Santo Antônio permaneceu com a maior população em cativeiro durante o mesmo período, aproximadamente 17%, como pode ser observado nas tabelas as seguir:

Tabela 11

Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio População por condição social (1810-1872)							
Santo Antônio	1810	1840	1854	1856	1859	1866	1872
Livres	2.691	2.091	2.479	2.616	2.366	2.272	2.601
Cativos	602	418	554	580	492	394	414
Forros	54	-	-	-	98	-	-
Total	3.347	2.509	3.033	3.196	2.956	2.666	3.015
% Cativos	18%	17%	18%	18%	17%	15%	14%

Fonte: Tabela elaborada a partir de BRITO, Paulo José Miguel de. *Memoria politica...*, op. cit. 1829. p.41.; BRITO, Antero José F. de. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1841. Doc. 15.; COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente...*, op. cit. 1855. p.36.; COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1857. p.37.; POLÍCIA de Desterro. *Ofícios dos delegados...*, op. cit. Cx.24, vol.1, fl.96, 1842-1869. APESC.; LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatorio apresentado á...*, op. cit. 1867. Anexo B.; e DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.4.

Tabela 12

São Francisco de Paula e Canasvieiras População por condição social (1810-1872)							
Canasvieiras	1810*	1840	1854	1856	1859	1866	1872
Livres	-	1.616	1.928	2.007	1.946	2.318	3.469
Cativos	-	345	347	331	314	323	385
Forros	-	-	-	-	19	-	-
Total	-	1.961	2.275	2.338	2.279	2.641	3.854
% Cativos	-	18%	15%	14%	14%	12%	10%

Fonte: Tabela elaborada a partir de COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente...*, op. cit. 1855. p.36.; COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1857. p.37.; POLÍCIA de Desterro. *Ofícios dos delegados...*, op. cit. Cx.24, vol.1, fl.95, 1842-1869. APESC.; LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatorio apresentado á...*, op. cit. 1867. Anexo B.; e DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.13.

*A população correspondente ao ano de 1810 estava contabilizada na Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio.

Com relação à freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, percebe-se que o maior número de cativos foi observado para o ano de 1810. Em 1840, vê-se uma

considerável redução. Entre os anos de 1854 e 1856 ele voltou a crescer, declinando em 1859 e 1866, quando em 1872 é possível constatar novamente o seu crescimento. Observando os números relativos à população livre, esse movimento de ascensão e queda também pode ser verificado, o que implica dizer que é provável que ele esteja relacionado muito mais ao decréscimo populacional em virtude de deslocamentos para outras áreas da Ilha, da Província catarinense ou outras regiões e, inclusive, por sua mortalidade.

É relevante considerar, também para essa Freguesia, que os dados relativos à cor sugerem um percentual maior ao vislumbrado apenas para os cativos. No censo de 1866 foram registradas em Santo Antônio 2.666 pessoas, as quais, 2.084 eram brancas, 369 eram pretas e 213 pardas. Juntos, pretos e pardos correspondiam, aproximadamente, a 22%.⁴³ Em 1872, seus habitantes totalizavam 3.175 pessoas, sendo 2.420 brancas, 420 pretas, 333 pardas e 2 caboclas. Assim, pretos, pardos e caboclos representavam 24%.⁴⁴ Em 1890, já depois da abolição, a população foi contabilizada em 3.188. Destas, 2.738 eram brancas, 149 pretas e 301 mestiças, o que dava para estas últimas um percentual de 14%.⁴⁵ Em todos esses registros é factível reconhecer que o índice da população tida como preta ou mestiça se sobrepunha ao vislumbrado para a escrava. Entrementes, no ano de 1872, o número de africanos não ultrapassava os 49, sendo 15 livres e 34 cativos.⁴⁶

Ao contrário de Santo Antônio, Canasvieiras não apresentou oscilações expressivas para a população escrava. Os menores índices se deram em 1856 e 1859. Em 1856 os cativos apresentaram um decréscimo em relação ao ano de 1854 de aproximadamente 5%, índice também observado para o ano de 1859. Contudo, no ano de 1856, livres haviam crescido em aproximadamente 4%. Não é possível saber em que medida o declínio dos escravos tenha decorrido de sua saída para outros locais, morte ou até mesmo de seu deslocamento para a categoria dos livres, já que os libertos não foram contabilizados nesse mapa. Ao constatar o crescimento de apenas 4% para os livres, conclui-se que essa é uma hipótese que não pode ser descartada e que o aumento dessa categoria para os anos subsequentes, com exceção para o de 1859⁴⁷, pode ter se dado em função das alforrias. Como é possível perceber, os números de 1866 e 1872 apresentam, para os livres, percentuais positivos, de 19% e 50%, já para os escravos, foram de 3% e 19% respectivamente.

⁴³ LACERDA, Adolpho de B. C. de A. *Relatorio apresentado á...*, op. cit. 1867. Anexo B.

⁴⁴ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.4.

⁴⁵ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis...*, op. cit. 2000. p.136.

⁴⁶ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.5.

⁴⁷ No ano de 1859 a população livre decresceu em relação ao ano de 1856 em aproximadamente 3% e a escrava em 5%.

Torna-se pertinente lembrar que a porcentagem de escravos observada para Canasvieiras foi, entre os anos de 1866 e 1872 e, semelhante a outras freguesias da Ilha, inferior àquela observada para os registros indicativos de cor. No mapa de 1866 os habitantes dessa Freguesia totalizavam 2.641 pessoas, distribuídas em 2.238 brancas, 225 pretas e 178 pardas. Brancos correspondiam a 85%, e pretos e pardos 15%.⁴⁸ Em 1872, do total 3.854 habitantes, 2.756 eram brancos, 404 eram pretos, 632 eram pardos e 62 caboclos. Esses números imputavam, somente aos pretos e pardos, uma representatividade de aproximadamente 27%.⁴⁹ Se no ano de 1866 a diferença entre a população cativa e os pretos e pardos foi de apenas 3% a mais para os últimos, no ano de 1872 ela foi significativamente maior, qual seja, a de 17%. Somente em 1890 é que o índice de pretos e mestiços sofreu maiores reduções. Nessa data, havia em Canasvieiras 3.039 pessoas brancas, 98 pretas, 247 mestiças e 1 cabocla. Assim, se os brancos representavam 90%; pretos, mestiços e caboclos representavam 10%. Muito embora possa ser constatado o aumento de 10% da população branca no censo da freguesia de Canasvieiras para o ano de 1890, pretos e mestiços sofreram considerável redução, qual seja, o de aproximadamente 67%.⁵⁰ É provável que aqueles que representavam os pretos, os quais muitos eram africanos, tenham falecido em virtude da idade. No censo de 1872, nenhum africano compunha o quadro dos habitantes dessa Freguesia.⁵¹ De todo o modo, os que foram registrados como mestiços também diminuíram, podendo, esta diminuição, estar relacionada à mortalidade e, inclusive, ao seu deslocamento para outras áreas da Ilha, Santa Catarina ou outras províncias, a exemplo do que já foi sugerido para Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio e Ribeirão da Ilha.

Na freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, de acordo com o censo de 1872, o maior número de escravos esteve concentrado nas atividades agrícolas e domésticas, 178 e 126 respectivamente. Enquanto 125 mulheres foram registradas como domésticas, apenas 1 homem foi assentado nesta profissão. Já em relação ao trabalho agrícola o sexo masculino foi mais representativo, 160 registros foram efetuados somente para homens, sendo os 18 restantes desempenhados pelo sexo feminino. Embora os registros correspondentes aos sem profissão tenham sido mais evidentes em outras freguesias, em Santo Antônio apenas 87 pareciam não ter uma ocupação definida. Destes, 44 eram homens e 43 eram mulheres. Outras funções, contudo, puderam ser observadas no censo de 1872, entre

⁴⁸ LACERDA, Adolpho de B. C. de A. *Relatorio apresentado á...*, op. cit. 1867. Anexo B.

⁴⁹ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.13.

⁵⁰ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis...*, op. cit. 2000. p.136.

⁵¹ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.14.

elas, as de criados e jornaleiros, com 8 registros; operários de madeiras e edificações com 13; e costureiras, com 1.⁵²

Em Canasvieiras a função que demandou um maior número de escravos foi a de lavrador, com 157 homens assentados. No serviço doméstico, 71 pessoas foram registradas, entre as quais 67 eram mulheres. Sem profissão, foram contabilizados 157 registros: 95 para homens e 62 para mulheres.⁵³ Esse número maior de escravos empregados nas atividades agrícolas esteve de acordo com a vocação que parece ter feito parte da economia da Freguesia. Segundo Várzea, Canasvieiras possuía terras abundantes, sendo nelas cultivadas a “[...] mandioca, a cana, o feijão, o milho, o algodão e a videira [...]”⁵⁴ É provável, contudo, que um número significativo de cativos categorizados como sem profissão fosse empregado em funções ligadas ao universo marítimo, bem como à pescaria fluvial e ao transporte de mercadorias por vias aquáticas. Para Várzea, a pesca era, ali “[...] muito farta e de todas as freguesias da Ilha esta (era), por sem dúvida, a que (possuía) maior número de redes.”⁵⁵ Segundo o memorialista, seus habitantes eram “[...] tão bons lavradores como marinheiros: (tinham) um físico robusto, um caráter decidido e valente. Arrostar o mar em todo o tempo, superpondo-se ao perigo, (era) coisa que lhes (andava) no sangue e nos nervos [...]”⁵⁶

Todas as localidades integradas à Canasvieiras se dedicavam ao cultivo agrícola e, mormente, à pesca, a exemplo de Ponta das Canas. Ali eram igualmente cultivados o feijão, a mandioca, o milho e uma variedade de hortaliças e legumes, além da cana, produto de maior importância comercial, “[...] afamada por sua qualidade, sobretudo a cana miúda, de que se (faziam) excelente aguardente e melado.”⁵⁷ A pesca, atividade comum ao povo residente junto à costa catarinense, era, ainda de acordo com Várzea, função partilhada junto com a agricultura. De ambas era extraído o sustento da maior parte de seus habitantes.

De junho a agosto, os cardumes de anchova e tainha ofereciam uma oferta significativa de pescados utilizados para o consumo, mas também para sua comercialização.⁵⁸ Contíguas aos ranchos que abrigavam canoas e embarcações maiores estavam as roças de plantio, onde

⁵² DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.6.

⁵³ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.15.

⁵⁴ VÁRZEA, Virgílio dos R. *Santa Catarina...*, op. cit. 1984. Freguesias e Arraiais: Canasvieiras. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documents/santacatarina-virgilio-1.htm#canasvieiras>> Acesso em: 3 mar. 2013.

⁵⁵ VÁRZEA, Virgílio dos R. *Santa Catarina...*, op. cit. 1984. Freguesias e Arraiais: Canasvieiras.

⁵⁶ VÁRZEA, Virgílio dos R. *Santa Catarina...*, op. cit. 1984. Freguesias e Arraiais: Canasvieiras.

⁵⁷ VÁRZEA, Virgílio dos R. *Santa Catarina...*, op. cit. 1984. Freguesias e Arraiais: Ponta das Canas. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documents/santacatarina-virgilio-1.htm#pontadascanas>> Acesso em: 12 jun. 2013.

⁵⁸ VÁRZEA, Virgílio dos R. *Santa Catarina...*, op. cit. 1984. Freguesias e Arraiais: Ponta das Canas.

pequenos agricultores deviam trabalhar ao lado de pessoas escravas, livres e libertas, executando diferentes ofícios entre a terra e o mar.

Não é exequível saber a origem dos africanos pertencentes às freguesias de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio e de São Francisco de Paula e Canasvieiras, uma vez que os arquivos paroquiais relativos aos eventos de nascimentos e óbitos para o período anterior a 1850 se encontram ilegíveis. Porém, é provável que eles tenham seguido a tendência observada para Desterro e Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, qual seja, a de uma maior predominância para escravos oriundos da África central, com destaque para as regiões do Congo e Angola. De todo modo é lícito inferir que essa população, qualquer que fosse a sua origem, tenha transitado com frequência entre as comunidades integradas com as freguesias a que pertenciam e, inclusive, com a Capital da Província, levando e trazendo mercadorias, comerciando e por que não dizer, realizando diferentes ofícios ao ganho ou por contrato de trabalho a fim de acumular pecúlio para a obtenção da liberdade. Em estudo sobre os processos de alforria que envolveram escravos assentados na freguesia de Santo Antônio, Cardoso localizou alguns exemplos:

Pessoas como Joaquina, africana, cativa de Marcellino Francisco da Silva, liberta em abril de 1873, sob a condição de prestar serviços pelo espaço de cinco anos na “Santa Casa de Caridade”; Amâncio, crioulo de 25 anos “pouco mais ou menos”, alforriado por Florentino José Vieira em agosto de 1872; Maria, “de cor preta”, solteira de 17 anos, liberta em 1886 por Joaquim Manoel da Silva. Era gente como o pedreiro Manoel, “escravo crioulo” de João Marciano Sant’Anna, tornado livre em junho de 1869, com a condição de “acompanhar a minha filha Maria Joana, em todos os seus serviços durante a sua vida.”⁵⁹

Certamente esses personagens em muito se assemelharam a outros assentados nas duas últimas freguesias da Ilha, as de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e de São João Batista do Rio Vermelho.

Da Conceição da Lagoa ao Rio Vermelho

A freguesia da Conceição da Lagoa, que fica a lés-nordeste da Capital à margem ocidental da Lagoa Grande e denominada pelo Morro Padre Doutor (450 metros) de onde se descortina um dos mais belos panoramas que olhos humanos podem apreciar [...].

Entra-se a descer o morro, por onde a estrada coleia num leito de barro vermelho, pedregoso e cortado de córregos murmurantes e cristalinos até quase o fim da encosta, onde assenta a sede da Freguesia, composta de um grande largo gramoso ao fundo do qual está a pequena igreja consagrada a Nossa Senhora da Conceição, com seu adro amplo e bem calçado, a cuja frente se ergue o alto cruzeiro de madeira pintado de negro. Acham-se alinhadas em volta as principais casas do povoado, algumas envidraçadas e assobradadas, todas em geral caiadas e de um só pavimento,

⁵⁹ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.51-52.

vastas e bem edificadas como obras antigas, que são, e onde habitam os mais abastados agricultores do lugar [...].

Daí para baixo, pelos vários caminhos e atalhos das colinas e da planura, onde jaz a lagoa espalhando-se a 12 quilômetros de extensão, entre montículos e grandes tabuleiros ou coroas marginais – desdobram-se as demais habitações e os engenhos, em meio aos terrenos quadriculados pelas roças de mandioca, de milho, cana, feijão e amendoim, semelhando um enorme tabuleiro de xadrez. Em certa altura, estreita a garganta divide a lagoa em duas partes desiguais – uma pequena, estendendo-se para o sul até aos campos do Rio Tavares; outra maior, lançando-se em direção ao norte para o morro do Rio Vermelho (410 metros) onde termina por um ribeiro que tem aí as nascentes [...].

[...] A lagoa tem de profundidade média dois metros mais ou menos, achando-se, porém, em certos lugares fundo superior a quatro e seis metros. Extraordinariamente piscosa é de incomparável utilidade para os habitantes da região, tornando-se ainda uma preciosidade para eles por ser uma via de comunicação de primeira ordem entre a Freguesia, o Rio Vermelho, as Aranhas e os Ingleses.

O costão da lagoa forma, com o do Campeche e o de Canasvieiras, as três maiores praias da Ilha, deliciosas pelo seu aspecto pitoresco e pela abundância do peixe [...].

A população da Lagoa, que monta a 3.450 almas, é uma das mais laboriosas que conhecemos: cultiva, além das plantas já mencionadas⁶⁰, o café, a uva, o algodão; fabrica aguardente, açúcar, melado; exporta, para a capital, alhos, cebolas, amendoim, gengibre, etc. Outrora cultivava em grande o linho, sobretudo o linho galego e donzelo, que era aí mesmo tecido em teares rudimentares e primitivos [...]. É neles que se fazem os tecidos comuns de algodão, branco ou em cores, utilizados para toalhas, guardanapos, colchas, etc., e os chamados *riscados* que são vendidos em “cortes”, e de que se vestem os roceiros em geral [...].⁶¹

A descrição ora apresentada, embora publicada no ano de 1900, guarda algumas impressões de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa presentes na segunda metade do século XIX. Essa localidade, transformada em freguesia através de Provisão Régia datada de 7 de junho de 1750, acompanhou, a exemplo do ocorreu em toda a Ilha, o movimento de ocupação que esteve vinculado ao projeto de colonização e exploração das terras ao sul do Brasil a fim de conformá-las aos anseios de Portugal pela conquista do Prata. Assim, na esteira das políticas de imigração açorita e madeirense que foram estabelecidas no já no período setecentista, a Lagoa vivenciou um paulatino incremento populacional. Embora a Coroa tenha primado pelo desenvolvimento de algumas culturas específicas, como o cânhamo, o algodão, o anil, o tabaco, a canchonilha e o linho, as atividades que mais se destacaram estiveram voltadas para o consumo alimentar, a exemplo do milho, da cevada, do centeio, do feijão, do café, do açúcar, de frutas e hortaliças, além da mandioca, cujo papel assumiu significativa importância econômica.⁶² Ainda assim, cinco anos após a fundação da Freguesia, ela contava

⁶⁰ Virgílio Várzea se referiu às espécies apontadas pelo governador Paulo José Miguel de Brito em sua *Memoria politica sobre a Capitania de Santa Catarina*, escrita em 1816 e publicada em 1829. Cita a produção de sementes cereais como o trigo, o milho, a cevada, o centeio, além de uma série de leguminosas, como o feijão, a fava e a ervilha. VÁRZEA, Virgílio dos R. *Santa Catarina...*, op. cit. 1984. Freguesias e Arraiais: Lagoa. Disponível em: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documents/santacatarina-virgilio-1.htm#lagoa>> Acesso em: 12 jul. 2013.; e BRITO, Paulo José Miguel de. *Memoria politica...*, op. cit. 1829. Segunda parte, Capítulo 5: Produções dos tres Reinos da Natureza, e Capítulo 6: Agricultura, Industria Commercio.

⁶¹ VÁRZEA, Virgílio dos R. *Santa Catarina...*, op. cit. 1984. Freguesias e Arraiais: Lagoa.

⁶² Ver: COELHO, Manoel Joaquim de A. *Obra completa*. Florianópolis: IHGSC, 2005. p.197-200.

com 52 teares de linho e algodão, o que para Bastos demonstrou ter, a tecelagem manual, condições de se desenvolver “[...] gerando um suprimento suficiente para atender às necessidades locais de panos e tecidos.”⁶³

Segundo Relatório produzido em 1797 pelo Governador da Capitania de Santa Catarina, o Tenente-Coronel João Alberto Ribeiro, somente na freguesia da Lagoa existiam 10 fábricas de açúcar, 28 engenhocas de aguardente, 101 engenhos de mandioca, 32 atafonas de moer trigo e 5 curtumes de couro.⁶⁴ Ainda de acordo com o mesmo Relatório, a população livre estava estimada em 1.649 pessoas divididas entre 855 homens e 794 mulheres. Acrescido a esse contingente, constavam 367 indivíduos atravessados pelo cativo. Destes, 20 eram forros e 347 escravos, sendo que entre os escravos, 337 eram provenientes da África.⁶⁵ Esses registros possibilitam concluir que africanos e afrodescendentes, juntos, representavam para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, ao fim do século XVIII, aproximadamente 18%.

Considerando os registros populacionais para a década subsequente, verifica-se que houve um aumento expressivo dessa população se comparado ao de livres. Enquanto os primeiros, de 1797 a 1810 aumentaram 9% em termos absolutos, os últimos cresceram 73%. A tabela a seguir apresenta o demonstrativo da população assentada na freguesia da Lagoa durante a primeira e segunda metade do século XIX. Como é possível constatar, o número representativo de escravos presentes nessa localidade entre 1810 e 1840 acompanha o movimento observado para todo o restante da Ilha, qual seja, o da entrada, com maior intensidade, de pessoas escravizadas até o início da década de 40. De todo modo é pertinente lembrar que o percentual de escravos no conjunto da população jamais alcançou índice tão expressivo como no ano de 1810, o de aproximadamente 25%.

⁶³ BASTOS, Ana Carla. “Escravidão nos engenhos de farinha da Lagoa da Conceição.” In: MAMIGONIAN, Beatriz, G. e ZIMMERMANN, Josiane V. (Orgs.). *História diversa...*, op. cit. 2013. p.71.

⁶⁴ RIBEIRO, João Alberto M. “Dos engenhos e fabricas de toda a qualidade.” apud LAYTANO, Dante. “Corografia da Capitania de Santa Catarina.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro*. vol.245, out./dez. 1959. p.149. APESC.

⁶⁵ RIBEIRO, João Alberto M. “Dos engenhos...” apud LAYTANO, Dante. “Corografia da...”, op. cit. 1959. p.168.

Tabela 13

Nossa Senhora da Conceição da Lagoa População por condição social (1810-1872)							
Lagoa	1810	1840	1854	1856	1859	1866	1872
Livres	1.794	3.558	2.770	2.483	2.071	2.546	2.734
Cativos	599	677	118	394	394	497	441
Forros	37	-	-	-	119	-	-
Total	2.430	4.235	2.888	2.877	2.584	3.025	3.175
% Cativos	25%	16%	4%	14%	15%	16%	14%

Fonte: Tabela elaborada a partir de BRITO, Paulo José Miguel de. *Memoria politica...*, op. cit. 1829. p.41.; BRITO, Antero José F. de. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1841. Doc. 15.; COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente...*, op. cit. 1855. p.36.; COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1857. p.37.; POLÍCIA de Desterro. *Ofícios dos delegados...*, op. cit. Cx.24, vol.1, fl.99, 1842-1869. APESC.; LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatorio apresentado á...*, op. cit. 1867. Anexo B.; e DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.19.

Assim como em outras freguesias da Ilha, o ano de 1854 assistiu à queda da população escrava que foi verificada também para a população livre, embora o seu decréscimo tenha sido significativamente menor. De 1840 até essa data, o índice de pessoas livres reduziu em aproximadamente 22% enquanto que o de pessoas escravizadas sofreu um declínio de 83%. Não é factível saber, ao certo, as razões para essa eversão. A ausência registros acerca de surtos epidêmicos no ano de 1854 impele à conclusão de que ela tenha decorrido, muito mais, em função de possíveis deslocamentos para outras áreas da Ilha, da Província ou outras regiões do Império, com se viu para outras freguesias. De todo modo é pertinente enfatizar que se no ano de 1854 as populações livre e escrava sofreram redução, para os anos de 1856 e 1859 somente os livres continuaram e declínio. Em 1856 a população escrava permaneceu a mesma, sofrendo aumento em 1866 e voltando novamente a declinar em 1872, muito provavelmente em virtude de possíveis alforrias que podiam propiciar a saída de libertos para locais mais promissores. Ainda assim não é cabível descartar a hipótese de que mortes tenham implicado nessa diminuição de cativos. Embora os livres tenham voltado a aumentar a partir de 1866, esse aumento não parece ter sido expressivo. Como bem lembrou Várzea no alvorecer do século XX, o total de habitantes da Lagoa era de 3.450, enquanto que em 1872 era de 3.145, ou seja, em números absolutos seu crescimento ocorreu em 305 para um período de 28 anos.⁶⁶

Mas se na segunda metade do século XIX a população cativa da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa representou aproximadamente, entre 1854 e 1872, 13% do total de habitantes; no âmbito da cor ela pareceu ser mais expressiva. No censo de 1866 foi contabilizada em 3.025 pessoas. Destas, 2.363 eram brancas, 416 pretas e 246 pardas, o que

⁶⁶ VÁRZEA, Virgílio dos R. *Santa Catarina...*, op. cit. 1984. Freguesias e Arraiais: Lagoa.

correspondia, para as duas últimas, um índice de 22%.⁶⁷ Em 1872, das 3.175 pessoas registradas, 420 eram pretas e 333 pardas. Ambas, representaram 24%.⁶⁸ Em 1890, o total de habitantes da Lagoa era 3.767. Pretos correspondiam a 360 e mestiços, 403. Juntos, alcançaram um índice de 20%.⁶⁹ Verifica-se, nesse sentido, que para os anos em que houve registros a partir de critérios de cor, o percentual foi maior que o observado apenas para os escravos. Contudo, em 1872, africanos já se apresentavam em número reduzido. Eram 18 escravos e 2 livres, sendo todos do sexo masculino.⁷⁰

Estudos recentes demonstraram que a localidade de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa dedicou maior atenção ao cultivo da mandioca e à fabricação de farinha.⁷¹ Barickman, em pesquisa sobre a economia no Recôncavo baiano, concluiu que, para além da cultura da cana, voltada à fabricação do açúcar, outros produtos eram cultivados e tinham significativa importância para a população da região, sobretudo no que se refere à dieta alimentar. De acordo com o autor, a farinha de mandioca assumia lugar de destaque, em essência, por ser rica em calorias e por seus custos serem reduzidos. Constituíam-se em uma espécie de “pão da terra”, alimento que dava sustentabilidade a milhares de trabalhadores, entre os quais, pessoas empobrecidas e escravas, sendo as últimas, utilizadas em grandes quantidades de forma a garantir o abastecimento regional e do mercado interno brasileiro.⁷²

Por certo, Santa Catarina chegou a abastecer a Bahia em períodos que a produção interna foi inferior à demanda local. Barickman afirmou que a exportação do produto era feita via cabotagem, sendo a praça comercial do Rio de Janeiro um dos principais pontos de escoamento da farinha exportada de Desterro. Já em fins do século XVIII podiam ser observadas, no Rio, embarcações oriundas da Ilha de Santa Catarina com representatividade maior que a de todas as demais localidades produtoras do artigo.⁷³ Com efeito, os 101 engenhos de beneficiamento da mandioca presentes na freguesia da Lagoa em 1797 sugerem que essa localidade assumiu importância significativa na fabricação do produto, inclusive durante o século XIX. Cardoso localizou 44 inventários *post-mortem* em que os bens arrolados incluíam, para 26 deles, a propriedade total ou parcial de engenhos de farinha e

⁶⁷ LACERDA, Adolpho de B. C. de A. *Relatorio apresentado á...*, *op. cit.* 1867. Anexo B.

⁶⁸ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, *op. cit.* [1874?]. vol.11. p.19.

⁶⁹ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, *op. cit.* 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis...*, *op. cit.* 2000. p.136.

⁷⁰ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, *op. cit.* [1874?]. vol.11. p.20.

⁷¹ Ver: SILVA, Osvaldo Paulino. *Arqueologia dos engenhos da Ilha de Santa Catarina*. Erechim: Habilis Press, 2007.; e BASTOS, Ana Carla. “Escravidão nos engenhos...” *op. cit.* 2013.

⁷² BARICKMAN, Bert. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860)*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Capítulo 6: A farinha de mandioca – o pão da terra – e seu mercado.

⁷³ BARICKMAN, Bert. J. *Um contraponto baiano...*, *op. cit.* 2003. p.132.

açúcar, sendo os 18 restantes possuidores de roças de mandioca, tachos de cobre e caixas de armazenamento.⁷⁴ De acordo com Bastos essa cultura material assinalada desde fins do século XVIII indica uma tradição para a vida rural na freguesia da Lagoa, em que o trabalho esteve expressamente vinculado à produção da mandioca e para o qual a mão de obra cativa foi utilizada com frequência.⁷⁵

O censo de 1872 demonstra que o principal ramo de ocupação na Lagoa esteve vinculado ao serviço agrícola. Dos 1.309 registros, 194 eram de escravos homens e 1.115 eram de pessoas livres de ambos os sexos, embora homens representassem a maior parte. Em segundo lugar, o ramo doméstico parece ter agregado um número mais significativo de trabalhadores, os quais 138 eram escravos e 749 eram livres. Ao contrário das atividades agrícolas, os serviços domésticos eram realizados especialmente por mulheres. Enquanto 117 dos 138 escravos domésticos contabilizados eram do sexo feminino, 730 das 749 pessoas livres eram mulheres.

Mas havia também os “sem profissão”. Seu montante alcançou o número de 706 pessoas. Destes, 68 eram escravos e 668 livres, sendo a divisão por sexo mantida quase equivalente.⁷⁶ Apenas mais duas atividades foram observadas para a população escrava, a de operários de tecidos e de madeiras. Na primeira, somente mulheres estiveram envolvidas, e o mesmo se procedeu para a categoria dos livres. Enquanto 39 pessoas do sexo feminino na condição de cativo desenvolviam funções nesse ramo, 88 mulheres livres exerciam igual ofício. Já na indústria de madeiras apenas 5 pessoas foram registradas, todas do sexo masculino, sendo 3 livres e 2 escravas. Outras funções laborais também foram observadas para a Lagoa, porém, todas foram desenvolvidas por homens e mulheres livres. Do sexo feminino, 15 eram jornaleiras e criadas e 108 eram costureiras. Do sexo masculino havia 1 secular, 1 empregado público, 3 artistas, 2 militares, 6 comerciantes, guarda-livros e caixeiros, 2 calafates, canteiros, mineiros e cavouqueiros, 1 operário da indústria de vestuário e 2 de calçados.⁷⁷

Bastos, ao se debruçar sobre o estudo da cultura da mandioca na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, inferiu que a sua exploração, bem como o posterior incremento de atividades vinculadas a ela, a exemplo da fabricação da farinha, constituiu-se a mola propulsora para a introdução paulatina de africanos novos na região, mormente na

⁷⁴ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro...*, op. cit. 2008. p.58.

⁷⁵ BASTOS, Ana Carla. “Escravidão nos engenhos...” op. cit. 2013. p.76-77.

⁷⁶ Os registros calcularam para a população livre o total de 319 homens e 319 mulheres livres. No âmbito dos escravos, enquanto 37 eram homens, 31 eram do sexo feminino. Ver: DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.21.

⁷⁷ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.21.

primeira metade do século XIX. Para a autora, essa realidade esteve vinculada a uma economia que ultrapassou os limites da subsistência e passou a fomentar a produção de excedentes, propiciando que as famílias dispusessem de maiores rendas e, por conseguinte, meios efetivos para a aquisição da mão de obra cativa.⁷⁸ Se, como afirmou Bastos, em fins do século XVIII a Lagoa contava com um número mais expressivo de mulheres escravizadas em relação aos homens, inclusive quanto a sua importação, fato relacionado ao menor valor atribuído a cativos do sexo feminino; no século XIX esse quadro sofreu alterações, vislumbrando-se, ano a ano, a entrada de africanos novos na Freguesia.

Schweitzer e Mamigonian demonstraram, a partir da análise dos registros de batismos, que entre os anos de 1758 e 1789 apenas 3 africanos novos foram batizados na região. Entrementes, de 1808 a 1849, houve 110. Esses números, para além de revelarem uma demanda pelo trabalho escravo e pela elevação da renda para a sua obtenção, demonstram que os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa coadunaram, a exemplo de várias regiões do Brasil e mesmo da Província de Santa Catarina e Ilha, com o tráfico ilegal que se estabeleceu após os anos 30, como pode ser observado no gráfico 3.⁷⁹

Malavota também constatou essa realidade para Desterro. Através da análise que empreendeu igualmente sobre os registros de batismos, foi possível constatar que africanos adultos continuaram sendo assentados até o ano de 1850, embora entre os anos de 1813 e 1833 seu número tenha sido mais expressivo, a exemplo do que demonstra o gráfico 4.⁸⁰

⁷⁸ BASTOS, Ana Carla. “Escravidão nos engenhos...” *op. cit.* 2013. p.78-79.

⁷⁹ SCHWEITZER, Maria Helena Rosa e MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos no sul do Brasil: rotas do tráfico e identidade étnica*. Florianópolis, 2006. Relatório (Iniciação Científica), UFSC. p.29-30. As autoras utilizaram os Livros de registros de batismos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa para a realização desse levantamento. Tratam-se dos Livros 1, 3, 4 e 5, datados de 1751 a 1769, 1770 a 1780, 1780 a 1789 e 1788 a 1807. Além destes, do Livro de Registro de escravos, de 1801 a 1864. Todos se encontram sob a guarda do AHESC e, comumente as outras localidades, estão disponíveis no sítio online do Family Research.

⁸⁰ De acordo com Malavota, de 1788 a 1812, 38 africanos novos foram assentados em Desterro. De 1813 a 1833, 1.062. E de 1834 a 1850, mais 38. Ver: MALAVOTA, Claudia M. *Os africanos numa vila portuária no sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro (1788-1850)*. Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em História), PUC. p.124. Anexo 9.

Gráfico 3

Fonte: Gráfico elaborado a partir do levantamento feito por SCHWEITZER, Maria Helena Rosa e MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos no sul do Brasil: rotas do tráfico e identidade étnica*. Florianópolis, 2006. Relatório (Iniciação Científica), UFSC. p.29-30.

Gráfico 4

Fonte: Gráfico elaborado a partir do levantamento feito por MALAVOTA, Claudia M. *Os africanos numa vila portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro (1788-1850)*. Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em História) PUC.

De igual forma, Zimmermann e Mamigonian reconheceram para a freguesia do Ribeirão da Ilha, movimento semelhante na série de 3 livros de batismos relativa aos anos de 1807 a 1854. Ainda que picos de importação tenham sido observados nos anos de 1817, 1823, 1827 e

1828, de 1807 a 1816, 21 africanos adultos foram importados para localidade e de 1829 a 1854, mais 35, como pode ser observado no gráfico 5. Esses números revelam que, para além de Desterro e Lagoa, o Ribeirão também absorvia mão de obra cativa proveniente do tráfico ilegal, sendo seus registros efetuados tanto a partir da Lei Feijó, de novembro de 1831, quanto posterior a Lei Eusébio de Queiroz, de setembro de 1850.

Gráfico 5

Fonte: Gráfico elaborado a partir do levantamento feito por ZIMMERMANN, Fernanda e MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX*. Florianópolis, 2004. Relatório (Iniciação Científica), UFSC. p.24.

Deve-se considerar que já em 1810 acordos relacionados ao tráfico estabelecidos entre Portugal e a Inglaterra impuseram limites para algumas áreas de captação de mão de obra cativa no continente africano; primeiro, por meio do Tratado Anglo-Português de Aliança e Amizade, em que seus termos incluíam a promessa feita por Portugal de contribuir para a extinção do escravismo e, além disso, a conformação do tráfico à Costa da Mina e regiões onde era pleiteado o direito de soberania; segundo, através de convenção agenciada durante o Congresso de Viena, em 1815, cujas disposições ampliaram a zona de proibição para o norte da linha do Equador.⁸¹ Esses acordos, embora visassem para a diminuição da população africana exportada a partir do comércio atlântico, fazendo diminuir, em hipótese, a presença

⁸¹ Ver: BETHEL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos para o Brasil*. Trad. Vera N. N. Pedroso. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão/Editora da Universidade de São Paulo, 1976. Capítulo 1: Primeiros passos rumo à abolição (1807-1822); e RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000. Capítulo 3: A pressão inglesa – Honra, interesses e dignidade.

de cativos oriundos das áreas ocidentais, parecem não ter impedido essa redução. De acordo com Rodrigues, nos dois anos subsequentes à assinatura do Tratado de Aliança e Amizade firmado no ano de 1810, 17 navios foram capturados pela Marinha inglesa.⁸²

Alguns estudiosos já demonstraram que as regras de fiscalização ocorriam, principalmente, nos portos dos grandes centros, como Rio de Janeiro e Salvador. Assim, foi comum o escoamento dessa população para áreas de menor visibilidade⁸³, a exemplo de Santa Catarina, principalmente a cidade de Desterro. Rodrigues localizou, para essa localidade, três embarcações apreendidas via tráfico ilegal. Em 1850, do brigue Catão; e em 1852 e 1853 das embarcações Tentadora e Sem igual.⁸⁴ Outras naves também foram capturadas no litoral catarinense suspeitas de tráfico ilegal. O brigue-escuna Novo Melo serve como ilustração. Acusado de estar agenciando o tráfico ilegal por não dispor dos livros de registros de bordo, foi apreendido na barra da Ilha em 28 de julho de 1851, pelo vapor inglês Locust. Tinha, entre os seus tripulantes, 6 escravos, os quais 5 eram africanos.

Mamigonian, ao se debruçar sobre o estudo do tráfico ilegal no sul do Brasil descortinou algumas questões relativas ao apresamento do Novo Melo. De acordo com a autora, a análise do evento, além de acenar para a possibilidade do deslocamento do tráfico para áreas menos visíveis à fiscalização inglesa, sugere a existência de uma prática aterradora, qual seja, a do recrutamento de trabalhadores para possessões britânicas coloniais.⁸⁵

De fato Mamigonian entreviu, a partir dos processos que envolveram o Novo Melo, o aliciamento de alguns tripulantes para territórios britânicos. De acordo com a autora, após todos os passageiros terem desembarcado, Curtis, o comandante do Locust, propôs aos africanos que fossem com ele para Santa Helena para que lá se tornassem forros. O mesmo pôde ser observado com outras embarcações, como o Penha, interceptado igualmente pelo Locust e afundado dias antes do Novo Melo. Para a autora, tais formas de sedução eram comuns e estiveram articuladas aos interesses da Inglaterra em aproveitar a mão de obra dessa população em suas colônias para suprir o desfalque de trabalhadores decorrente da abolição.

Só do Rio de Janeiro, fonte insignificante do esquema de recrutamento perto de Serra Leoa ou Santa Helena, foram enviados para a Guiana ou para Trinidad, 2.552

⁸² RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio...*, op. cit. p.97.

⁸³ Ver: CONRAD, Robert E. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. Trad. Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁸⁴ RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio...*, op. cit. 2000. p.216.

⁸⁵ MAMIGONIAN, Beatriz G. "O litoral de Santa Catarina na rota do abolicionismo britânico, décadas de 1840 e 1850." *Anais do II Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: GT Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional, 2005. p.9. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos2/beatriz%20mamigonian%20completo.pdf>> Acesso em: 9 dez. 2013.

escravos até 1852. [...] Esta política de recrutamento de trabalhadores africanos esteve ligada à política de repressão ao tráfico de meados dos anos 1830 em diante e rendeu, para os britânicos, críticas norte-americanas e francesas. Através deste esquema, foram recrutados voluntariamente africanos emancipados em Serra Leoa, e involuntariamente os africanos a bordo dos navios capturados durante a repressão ao tráfico. Assim, o tráfico brasileiro alimentava de trabalhadores as colônias inglesas na década de 1840, através principalmente do tribunal de Santa Helena.⁸⁶

Não é objetivo, deste trabalho, discutir acerca problemática do tráfico na Ilha de Santa Catarina. Contudo, tal amostragem, ainda que superficial, é importante na medida em que traz à luz elementos para se repensar a pouca relevância dada pela historiografia catarinense até os anos de 1980, à representatividade de mão de obra escrava em Santa Catarina e na Ilha.⁸⁷ Para além dessa questão, o levantamento dessas fontes documentais oportuniza estabelecer, sobremaneira, a origem aproximada desses cativos. Embora uma análise sobre os registros de óbitos possa oferecer possibilidades de interpretação mais amplas do que aquelas auferidas unicamente através dos assentamentos batismais, a extensão do acervo e suas precárias condições de preservação não permitem que tais documentos sejam incorporados a essa amostragem. Assim, a partir do estudo realizado por Schweitzer e Mamigonian, para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e a exemplo do que já foi evidenciado acerca de outras localidades da Ilha, tem-se o reconhecimento de 113 registros de batismos de africanos novos ou adultos entre os anos de 1758 e 1849.⁸⁸

Da África central foram assentados 2 “angolas”, 1 “benguela”, 18 “cabindas”, 26 “congos”, 4 “monjolos” e 1 “rebolo”, perfazendo um total de 52 registros que alcançaram um índice de 46%. Da África oriental e ocidental houve 5 registros identificados como “moçambiques” e 4 como “minas”. Ambos representaram conjuntamente um índice de 8%. Schweitzer ainda encontrou 9 assentamentos ilegíveis e mais 3 indefinidos, 1 denominado “thibora” e 2 “muteques”. Embora não se tenha localizado qualquer referência para a primeira denominação, é provável que o termo “muteque” estivesse relacionado aos “anzicos” ou “bates”, grupos localizados na região do Congo que na linguagem do tráfico foram chamados de “angicos” e “muteques”.⁸⁹ Outros assentamentos foram realizados com identificações genéricas. Entre eles, 19 para a Costa ou Costa da África, 16 para a Costa da Guiné ou somente Guiné, e 5 para a Costa leste. Ao todo, somaram 40 registros, resultando num índice de 35%.

⁸⁶ MAMIGONIAN, Beatriz G. “O litoral de Santa Catarina...,” *op. cit.* 2005. p.10.

⁸⁷ Ver: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...*, *op. cit.* 1972. Memória I e II.; PIAZZA, Walter Fernando. *O escravo numa...*, *op. cit.* 1975.; _____. *A escravidão numa...*, *op. cit.* 1999.; e CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis...*, *op. cit.* 2000.

⁸⁸ SCHWEITZER, Maria Helena Rosa e MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos no sul...*, *op. cit.* 2006. p.29-30.

⁸⁹ Ver: LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004. p.463.

Mas o levantamento feito pelas autoras também incluiu a origem das mães africanas que tiveram filhos batizados na Lagoa. Totalizaram 355 registros, os quais 139 corresponderam à África central. Foram localizadas, para essa região, 28 angolas, 48 “benguelas”, 21 “cabindas”, 2 “cassanges”, 33 “congos”, 1 “monjolo” e 6 “rebolos”. Seu índice representou 39%. Da África ocidental e oriental houve 3 registros para “minas” e 1 para “moçambique”, representando, as duas regiões em conjunto, apenas 1%. Mais 4 registros foram verificados. Três deles estavam ilegíveis e 1 foi atribuído à denominação “copanga”, em que a procedência não foi possível reconhecer. Porém, o número mais expressivo esteve relacionado a identificações genéricas, um total de 210, sendo 16 referenciados como provenientes da Costa da África e 191 da Guiné, perfazendo um índice de 59% no âmbito dessa categoria de indivíduos.⁹⁰

Cabe aqui salientar que a freguesia de São João Batista do Rio Vermelho foi desmembrada da Lagoa em 10 de agosto de 1831 por Decreto Provincial. Embora não se tenha dados apurados sobre a origem dos escravos ali introduzidos, seus mapas populacionais demonstram, semelhante ao que foi observado para outras localidades da Ilha já referenciadas, que a mão de obra escrava assumiu, ali, significativa representatividade.

Tabela 14

São João Batista do Rio Vermelho População por condição social (1810-1872)							
Rio Vermelho	1810*	1840	1854	1856	1859	1866	1872
Livres	-	948	1.299	1.564	1.092	1.415	1.582
Cativos	-	403	345	366	302	241	186
Forros	-	-	-	-	82	-	-
Total	-	1.351	1.644	1.930	1.476	1.656	1.768
% Escravos	-	30%	21%	19%	20%	15%	11%

Fonte: Tabela elaborada a partir de BRITO, Antero José F. de. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1841. Doc. 15.; COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente...*, op. cit. 1855. p.36.; COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1857. p.37.; POLÍCIA de Desterro. *Ofícios dos delegados...*, op. cit. Cx.24, vol.1, fl.98, 1842-1869. APESC.; LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatorio apresentado á...*, op. cit. 1867. Anexo B.; e DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.10.

* A população correspondente ao ano de 1810 estava contabilizada na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa.

Como é possível observar, o ano de 1840 assinalou o maior número de registros de escravos e, igualmente, o maior índice percentual, se comparado à população livre. Em 1854 esse número diminuiu, voltando a ascender em 1866, quando a partir dessa data tendeu a declinar. Embora para o ano de 1859 possa ser observado o decréscimo também da população livre, esse quadro não se manteve nos períodos subsequentes, quando os livres apresentaram,

⁹⁰ SCHWEITZER, Maria Helena Rosa e MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos no sul...*, op. cit. 2006. p.30-31.

sempre, um movimento de ascensão populacional. Torna-se relevante considerar que os registros da população liberta e daquela referenciada por critérios de cor oferecem uma dimensão mais precisa da presença da população africana e afrodescendente nessa Freguesia.

Em 1859 foram registrados 302 cativos e 82 forros. Juntos, representavam 26% da população, ou seja, 6% a mais que o creditado somente para a população escrava. Em 1666, do total de 1.656 habitantes, 1.286 eram brancos, 200 eram pretos e 170 eram pardos. Somados, estes últimos representavam 22%, superando os 15% de escravos em mais 7%.⁹¹ Em 1872, brancos computavam 1.394 registros, pretos 214, pardos 157 e caboclos 3, totalizando 1.768 pessoas. Se os escravos para essa data representavam 11%, pretos e pardos alcançavam um índice de 21%.⁹² Em 1890, havia no Rio Vermelho 2.159 pessoas registradas. Destas, 1.789 eram brancas, 157 pretas, 206 mestiças e 7 caboclas. Somados, pretos e mestiços totalizavam 363, representando um índice de 16%.⁹³ Assim, se a população cativa, com efeito, declinou, possivelmente em virtude das mesmas razões já apontadas ao longo deste trabalho, pretos, pardos ou mestiços não apresentaram grandes oscilações até os anos de 1890. Embora nesta data pessoas registradas como pretas tenham sofrido uma queda de 26% em relação ao ano de 1872, cujo número de africanos era de 3 livres e 12 escravos⁹⁴; mestiços cresceram em aproximadamente 31% e brancos 28%.

Estudos sobre a história da freguesia de São João Batista do Rio Vermelho ainda estão por ser realizados. Segundo Várzea, a mandioca e o amendoim eram os principais produtos de sua economia, sendo geralmente escoados pelos portos da freguesia de Canasvieiras, através de lanchões ou iates.⁹⁵ Nela também parecem ter sido cultivados o café, além de árvores frutíferas, como bananeiras. É provável que a pesca fosse atividade subsidiária do Rio Vermelho, uma vez que o lago que deu origem ao nome da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa alcançava, em sua porção setentrional, essa localidade, fornecendo para ela uma grande variedade de peixes. Entretanto, no levantamento censitário de 1872, apenas 7 pessoas livres foram registradas como pescadoras e 3 como marítimas, o possibilita crer, semelhante ao observado para outras freguesias, que a pesca fosse uma atividade desenvolvida paralelamente a outras funções e que mesmo não havendo registro para pescadores escravos, eles podiam existir.

⁹¹ POLÍCIA de Desterro. *Ofícios dos delegados...*, op. cit. Cx.24, vol.1, fl.98, 1842-1869. APESC.

⁹² DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.11.

⁹³ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis...*, op. cit. 2000. p.136.

⁹⁴ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.11.

⁹⁵ VÁRZEA, Virgílio dos R. *Santa Catarina...*, op. cit. 1984. Freguesias e Arraiais: Rio Vermelho. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documents/santacatarina-virgilio-1.htm#riovermelho>> Acesso em: 12 jul. 2013.

Ainda segundo o censo de 1872, a função que mais agregou mão de obra foi a de lavrador. Livres eram 504 homens e 13 mulheres. Escravos, 68 do sexo masculino e 9 do feminino. Mas outras atividades também mereceram destaque. Entre as mulheres, as costureiras foram as mais representativas, inclusive entre a população escrava. Enquanto 353 mulheres livres estiveram vinculadas a essa ramo de profissão, 32 cativas exerciam igual ofício. Esse montante superava, inclusive, o observado para os trabalhos domésticos, efetuado por 43 mulheres livres e 31 escravas. Embora o ramo dos tecidos também fosse significativo entre o sexo feminino, com 142 registros para livres, somente 3 cativas foram nele registradas. Com efeito, o trabalho escravo realizado por mulheres no Rio Vermelho se restringiu às funções acima citadas, sendo observadas apenas 17 para especializações não identificadas.⁹⁶

No âmbito do sexo masculino, além dos lavradores, escravos obtiveram 2 registros como domésticos e mais 24 sem qualquer referência à função.⁹⁷ É possível imaginar que no meio daqueles que não exerciam atividades especializadas estivessem mulheres que de tempos em tempos eram locadas para o serviço da amamentação mercenária. De forma semelhante, entre os saberes produzidos por essas pessoas, poderia haver gente capacitada para officiar no atendimento de enfermos e, de maneira marginal, exercer a função de curador. Essas possibilidades, certamente, não estavam restritas aos moradores do Rio Vermelho. Como pôde ser observado ao longo deste capítulo, para além de Desterro, africanos e afrodescendentes nas condições de escravos, livres e libertos marcaram presença em todas as demais freguesias da Ilha de Santa Catarina, sendo insólito pensar que a sua importância tenha sido irrelevante para o cotidiano do conjunto da população. Atentado para as muitas faces dessa importância, a segunda parte deste trabalho visa descortinar em que medida africanos e afrodescendentes se imiscuíram por um campo do conhecimento ainda prenhe de considerações pela historiografia local. Trata-se, em essência, do universo da saúde, da medicina e das diferentes artes de curar.

⁹⁶ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11, p.12.

⁹⁷ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11, p.12.

SEGUNDA PARTE

Entre a medicina oficial e as práticas populares de cura

CAPÍTULO 3

As artes de curar no Brasil imperial

Em 30 de janeiro de 1861, na cidade de Desterro, Manoel Vieira era acusado de encomendar a morte de sua esposa e filha de poucos meses de vida. Para a prática do ato recorreu ao auxílio de Joaquim Venâncio e Joaquim Silvino, ambos, homens pretos alforriados. De acordo com o auto de representação e denúncia, prometeu-lhes, Manoel Vieira, determinada quantia para a realização do crime, que seria efetivado por meio de feitiço. Nas palavras do Subdelegado de polícia, descrente dos efeitos da feitiçaria comum ao universo popular, a ação cometida pelos contratados se traduziria através do emprego de raízes, ervas e beberagens compostas por substâncias venenosas as quais eram, “[...] infelizmente conhecidas pelos negros da África, [...] e empregadas com o sacrifício da saúde e da vida daqueles a quem (eram) aplicadas.”¹

Chamado a depor, Joaquim Venâncio afirmou o ocorrido, acusando Joaquim Silvino de tê-lo convidado a participar da conspiração. Ainda segundo Venâncio, o próprio Manoel Vieira se encarregou do pagamento e, de igual forma, da entrega do ingrediente que serviria para o assassinato, tratando-se do umbigo seco da criança, com o qual mãe e filha perderiam a vida. Já Joaquim Silvino negou todas as acusações, alegando que embora Manoel Vieira tenha o procurado para isso, era impossível se incumbir de tais préstimos uma vez que não sabia fazer feitiços, mas apenas realizar benzeduras.²

Essa tentativa de homicídio, debelada supostamente porque Joaquim Venâncio comunicou ao irmão da esposa de Manuel Vieira, suas intenções, merece algumas considerações. Percebe-se, naquele contexto, o do alvorecer da segunda metade do século XIX, a presença de concepções distintas relativas à feitiçaria na Ilha de Santa Catarina. Se, por um lado, o Subdelegado encarregado de recolher os depoimentos atribuía aos denominados feitiços nada mais do que o emprego de venenos, denotando que o seu conjunto de valores e crenças não integrava o plano do sobrenatural; por outro, nenhuma referência foi feita, ao longo do auto, a “ervas, raízes ou beberagens” nocivas à saúde, tal como havia afirmado. Ao contrário, o instrumento utilizado para que a esposa e a filha de Manoel Vieira fossem assassinadas compreendia no uso do umbigo seco da própria criança, estando seu

¹ DESTERRO. *Auto de representação e denuncia de tentativa de homicidio*. Offícios do Presidente de Província para os Chefes de Polícia, jan./mar.1861. fl.23. APESC.

² DESTERRO. *Auto de representação e...*, op. cit. 1861. fl.24. APESC.

poder muito mais associado ao universo metafísico que, aliado a determinadas substâncias ou objetos, constituíam parte das artes da feitiçaria.³

Essas artes, em geral compreendidas a partir de seus atributos negativos, agregavam procedimentos relacionados, inclusive, ao tratamento das doenças, sendo realizados quase sempre de forma clandestina. Quando no século XIX o Brasil assistiu a institucionalização da medicina fundamentada nos cânones do saber científico, elas foram se tornando cada vez mais marginais e passíveis de crescente criminalização. Talvez por isso Joaquim Silvino tenha sido categórico em sua declaração, negando qualquer envolvimento com a prática de feitiços e afirmando apenas “saber benzer”. Por certo, a ação de benzer era destituída de implicações depreciativas, transitando pela esfera da crença religiosa cristã, o que poderia colaborar para que Silvino fosse eximido da responsabilidade na trama pensada. Porém, o auto de representação e denúncia revela que mesmo com a criminalização da feitiçaria ela existia e era requisitada pelas gentes daquela sociedade, sendo efetuada geralmente por africanos ou afrodescendentes de diferentes condições sociais dotados de saberes que abrangiam, também, habilidades relativas às práticas de cura.

Essa assertiva pode ser confirmada tendo por objeto de análise o Código de Posturas de Desterro que foi promulgado em 10 de maio de 1845. Nele, determinava-se a proibição das atividades vinculadas à feitiçaria, associando-as, igualmente, a operações ligadas ao domínio do curandeirismo.

Tudo o que a título de curar de feitiços, ou de adivinhar, se introduzir em qualquer casa, ou receber na sua alguém para fazer semelhantes curas por meios supersticiosos, e bebidas desconhecidas, ou para fazer adivinhações, e outros embustes; assim como o dono da coisa, na quantia de 30 mil réis, ou em quinze dias de cadeia, sendo livre; e sendo cativo, será punido corporalmente.⁴

O mesmo Código decretava, ainda, em seu Capítulo Primeiro, Artigo 4º., que os boticários que vendessem drogas suspeitas ou venenosas a escravos ou pessoas desconhecidas, sem necessitar de seus usos para o exercício da profissão, pagariam uma multa de 10 a 20 mil réis, “[...] sem prejuízo de penas mais graves que (devessem) sofrer das justiças ordinárias, na conformidade das leis.”⁵

Assim, percebe-se que a elaboração de uma legislação específica atinente às supostas práticas de feitiçaria e venda de substâncias farmacológicas a pessoas não habilitadas revela,

³ Sobre feitiçaria no Brasil ver: SOUZA, Laura de M. e. *O Diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade no Brasil colonial*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.; e PARÉS, Luis Nicolau e SANZI, Roger (EE.). *Sorcery in the Black Atlantic*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

⁴ PROVINCIA de Santa Catharina. “Lei n°. 222...”, *op. cit.* [18..]. Capítulo Segundo. Artigo 31º. p.216. AHMF.

⁵ PROVINCIA de Santa Catharina. “Lei n°. 222...”, *op. cit.* [18..]. Capítulo Primeiro. Artigo 4º. p.210. AHMF.

para além de um controle sobre o exercício de atividades vinculadas à esfera da vida e do tratamento das doenças, que as populações atravessadas pelo cativo faziam parte de ambos os territórios, atuando de forma paralela, para citar poucos exemplos, às lides realizadas cotidianamente na roça, no espaço doméstico, nas ruas e no mar, como pôde ser observado nos dois primeiros capítulos já apresentados. Entrementes, uma outra questão subjaz à problemática acerca da marginalidade imposta a esses personagens, qual seja, a de que seus saberes e fazeres, oriundos em essência de um conhecimento popular, exerciam, de longa data, influência sobre a sociedade, sendo esta influência observada tanto no plano do mundo físico quanto do espiritual.

O terceiro capítulo deste trabalho objetiva trazer para a discussão os papéis desempenhados por africanos e afrodescendentes no âmbito das práticas de cura, sobretudo no contexto do século XIX. Através dele, empreende-se uma análise sobre o exercício da medicina no Brasil, percorrendo brevemente sobre sua trajetória. Buscando evidenciar as dicotomias presentes nos enunciados que atrelaram o saber científico à legitimidade para o trato das doenças e do corpo enfermo, empreende-se uma reflexão acerca das construções ideológicas que deram sentido à manutenção da saúde como elemento constitutivo ao desenvolvimento de um Estado nacional brasileiro. Sob essa perspectiva, vislumbram-se os vieses que assinalaram a marginalização e a criminalização de personagens cujos saberes relativos às artes de curar haviam sido adquiridos, via de regra, através de experiências empíricas e de concepções de mundo distintas das que passaram a ser gestadas nos ambientes acadêmicos.

Observa-se, no bojo dos pronunciamentos erigidos principalmente por profissionais da área da saúde graduados nas instituições de ensino superior, a sedimentação de conceitos depreciativos que foram estabelecidos sobre as populações ligadas direta ou indiretamente ao universo do cativo, ou seja, africanos e seus descendentes, envolvidos com as chamadas práticas populares de cura. Desse modo, para dar legitimidade a uma fala que pretendia definir quem podia e não podia praticar a medicina e outras modalidades de atividades no território da saúde, foram imputados, sobre tais sujeitos, adjetivos desqualificadores, entre os quais, o da inferioridade racial, o da falta moralidade, o da propensão ao crime e à prática da maldade. Porém, ao se estabelecer uma análise mais acurada sobre tais aportes discursivos, percebe-se uma série de contradições, já que a própria medicina oficial e seus porta-vozes recorreram, muitas vezes, ao auxílio de personagens distantes dos centros de formação superior, partilhando de formas afins no propósito de combater as enfermidades,

principalmente através do uso de substâncias extraídas da natureza ou terapêuticas reconhecidamente eficazes e que de longa data eram de conhecimento do povo.

Considerando a tela desenhada sobre uma paisagem de fundo materializada na sociedade escravista, vê-se, igualmente, através da legislação da época, do empenho das elites intelectualizadas em reverberar na imprensa o perigo que as populações singradas pelo escravismo podiam significar ao Brasil que se pretendia construir, uma conformação de interesses. Ora, de um lado havia uma categoria de indivíduos, a de uma classe senhorial que aos poucos ia se enfraquecendo, tornando-se temerosa acerca dos reflexos que uma possível emancipação escrava pudesse lhe representar. De outro, estavam os profissionais de saúde lutando pela manutenção de seu *status quo*. E eles lutavam não apenas contra os curadores populares. Essa luta se estendia à clientela desses sujeitos, não no propósito de combatê-la, mas de conseguir seduzi-la, já que as suas afeições pareciam estar mais voltadas aos préstimos dos curandeiros, do que aos serviços oferecidos pelos agentes de cura oficiais.

Sobre fazeres e saberes

Segundo Couceiro⁶, ao contrário do Brasil Colônia, para o qual as Ordenações Filipinas previam em seu Livro V, punições àqueles que se imiscuíam na realização de feitiços; e do Código Penal republicano de 1890, através dos Artigos 156º., 157º. e 158º., que faziam menção ao exercício das artes de curar sem a devida anuência dos órgãos oficiais e por meio de instrumentos nebulosos⁷, no Brasil Império a feitiçaria, ali inserida nas chamadas práticas de cura, não era regulada por qualquer legislação universal. Assim, de acordo com o autor, quando indivíduos tidos como feiticeiros eram levados ao banco dos réus, não estavam, propriamente, sendo acusados de feitiços, mas de terem executado crimes diversificados, a

⁶ COUCEIRO, Luiz Alberto A. “Acusações de feitiçaria e insurreições escravas no sudeste do Império do Brasil.” *Afro-Ásia*. Salvador, n.38, p.211-244, ago. 2009. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia38_pp211_244_couceiro.pdf> Acesso em: 05 mar. 2012.

⁷ As Ordenações Filipinas foram implementadas no contexto da União Ibérica e se traduziram pela reforma do antigo Código Manuelino, quando Felipe II da Espanha assumiu o trono português. Promovendo a reelaboração da estrutura jurídica de Portugal, as Ordenações não oportunizaram grandes alterações na legislação anterior. Assim, mesmo após a dissolução da junção estabelecida entre Portugal e Espanha, em 1640, o governo português manteve o uso do Código Filipino, sendo ele referendado em Portugal e suas possessões e tratando, o Livro V, dos crimes e de suas devidas punições. Ver: LARA, Silvia H. (Org.). *Ordenações Filipinas. Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Sobre a legislação de 1890 ver: BRASIL. “Decreto nº. 847, de 11 de Outubro de 1890: Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil.” In: *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.e.], 1890. Ver especialmente o Título 3: Dos crimes contra a tranquilidade pública. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo_norma=DEC&data=18901011&link=s> Acesso em: 05 jan. 2013.

exemplo de estelionatos e homicídios, vigorosamente mediados pelo uso de instrumentos ligados ao mundo da magia.⁸

Tal assertiva requer algumas considerações. A inexistência de uma legislação elaborada em nível de Estado acerca da feitiçaria não impediu que leis municipais fossem criadas em torno dessa problemática. Para isso, os Códigos de Posturas foram modelares e serviram para criminalizar, de forma peremptória, personagens familiarizados com os princípios ativos de plantas que podiam ser utilizados tanto para fins medicinais quanto para provocar danos à saúde da população. Deve-se considerar, ainda, que embora os termos “feitiço” e “feiticeiro” não tenham sido utilizados na legislação do Império, eles aparecem subentendidos no Decreto n°. 828, de 29 de setembro de 1851, quando da promulgação do regulamento da Junta de Higiene Pública.⁹

Em seu Capítulo IV, Artigo 25º., estipulava-se o veto ao exercício da medicina ou qualquer de seus ramos, a quem não possuísse título conferido pelas Escolas do Brasil.¹⁰ Para que licenças fossem concedidas a médicos, cirurgiões, boticários, dentistas e parteiras, o Artigo 28º. determinava a apresentação dos certificados de formação acadêmica, no Rio de Janeiro, à Junta Central de Higiene, e nas demais províncias distribuídas pelo Império, aos órgãos de competência sanitária.¹¹ O mesmo Decreto, em seu Artigo 39º., vetava, ainda, o preparo ou venda de medicamentos e drogas por facultativos, em locais onde existiam boticas abertas.¹² E o Artigo 42º. proibia que boticários preparassem receitas que não estivessem assinadas por profissionais devidamente licenciados, sendo impedidos, igualmente, de realizar qualquer alteração nas substâncias dispostas no receituário.¹³ Por fim, o Artigo 46º. deixava claro que todo o indivíduo que exercesse a medicina ou a farmácia sem a apresentação dos diplomas e sua validação, seria multado em 200 mil réis e, quando reincidentes, em multa idêntica acrescida de 15 dias de prisão.¹⁴ Assim, embora expressões diretamente associadas à feitiçaria não estivessem presentes nessa legislação, as gentes que se investiam capazes de lidar com o trato do corpo e de seus males estavam ali colocadas, sendo lícito afirmar que entre eles constavam os chamados feiticeiros.

⁸ COUCEIRO, Luiz Alberto A. “Acusações de feitiçaria...”, *op. cit.* 2009. p.212-213.

⁹ BRASIL. “Decreto n°. 828, de 29 de Setembro de 1851 – Manda executar o Regulamento da Junta de Hygiene Publica.” In: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1851. Actos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1852. Tomo XIV. Parte II. p.259-275. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>> Acesso em: 13 abr. 2014.

¹⁰ BRASIL. “Decreto n°. 828...”, *op. cit.* 1852. Tomo XIV. Parte II. Capítulo IV. Artigo 25º. p.264.

¹¹ BRASIL. “Decreto n°. 828...”, *op. cit.* 1852. Tomo XIV. Parte II. Capítulo IV. Artigo 28º. p.265.

¹² BRASIL. “Decreto n°. 828...”, *op. cit.* 1852. Tomo XIV. Parte II. Capítulo IV. Artigo 39º. p.276.

¹³ BRASIL. “Decreto n°. 828...”, *op. cit.* 1852. Tomo XIV. Parte II. Capítulo IV. Artigo 42º. p.267.

¹⁴ BRASIL. “Decreto n°. 828...”, *op. cit.* 1852. Tomo XIV. Parte II. Capítulo IV. Artigo 46º. p.268.

Ao analisar de forma mais detida os conteúdos de algumas leis, percebe-se que a própria feitiçaria não possuía um conceito bem definido. Se nas Ordenações Filipinas, promulgadas em 1603, em seu Livro V, Capítulo 3, os feiticeiros eram tomados por quaisquer pessoas capazes de invocar espíritos e ofertar comidas ou bebidas para fazer o bem ou o mal, utilizando-se, inclusive, de amuletos e matérias provenientes de animais para fins medicamentosos¹⁵; os próprios representantes de uma medicina tida, à época, como oficial, ainda no século XVIII não descartavam, no conjunto de seu arsenal terapêutico, o uso de tais recursos, assinalando que o seu conhecimento não estava dissociado daqueles oriundos do universo mágico.

Essa realidade pode ser verificada através de obras de referência desenvolvidas por personagens advindos dos centros de formação profissional ligados ao exercício das práticas de cura. De acordo com Ribeiro, homens letrados foram, no Brasil, exemplares na produção de compêndios em que os conteúdos denotavam a presença de um conhecimento significativamente eclético.¹⁶ Exemplo disso pode ser observado em “Erário mineral”, de Luís Gomes Ferreira.

Ferreira foi Cirugião-Barbeiro e se formou pelo Real Hospital de Todos os Santos de Lisboa. Trabalhou na província de Minas Gerais entre os anos de 1708 e 1733, sendo, o “Erário”, resultado dessa experiência.¹⁷ Editado em 1835 e constituindo um dos primeiros tratados de medicina brasileira redigido em português, inseriu-se, de acordo com Eugênio, no conjunto das demais obras produzidas ao longo do século XVIII tendo por finalidade servir de

¹⁵ Ver: LARA, Sílvia H. (Org.). *Ordenações...*, op. cit. 1999. p.63-67. As Ordenações Filipinas, em seu Livro IV, Parte LXXXVIII, referente à deserção de filhos, apresenta uma extensa referência à origem das expressões “feitiço” e “feiticeiro”. De acordo com o Livro, o termo “feitiço” provinha de Mokisso, líder da Guiné que os portugueses chamaram “fetisso” e depois “feitiço”. Suas cerimônias, ao que tudo indica, eram dotadas de aspectos semelhantes aos sortilégios dos mágicos ou encantadores há muito tempo conhecidos, sendo estes, aos poucos, denominados “feiticeiros”. De acordo com as Ordenações, a prova dessa etimologia residia na associação da palavra “moquisia”, igualmente de origem africana e tendo por significado uma virtude oculta que podia exercer influência tanto para o bem quanto para o mal. Ainda de acordo com as Ordenações, os feiticeiros eram homens ou mulheres que tinham por hábito o uso de ervas venenosas e outras drogas, e eram caracterizados por encantadores ou fascinadores, magnetizadores e espiritistas, sendo o seu ofício em algumas nações “bárbaras”, apenso ao do médico, curandeiro e adivinhador. Ver: PORTUGAL. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. 14 ed. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Livro IV. Capítulo 88. p. 931. Disponível em:

<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=87&id_obra=65&pagina=234#> Acesso em: 12 jan. 2013.

¹⁶ RIBEIRO, Márcia M. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997. Ver especialmente a Segunda Parte: Medicina e práticas mágicas: a fluidez dos domínios.

¹⁷ FERREIRA, Luís G. *Erário mineral*. Org. de Júnia Ferreira. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. vols.1 e 2. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/ypf34/pdf/ferreira-9788575412404.pdf>> Acesso em: 12 out. 2012. Várias reflexões acerca da obra de Luís Gomes Ferreira foram elaboradas no Volume 1 da nova edição de “Erário mineral” publicada pela Fundação Oswaldo Cruz em 2002. Esse volume conta com a contribuição de Júnia Ferreira Furtado, Eliane Scotti Muzzi, Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria Cristina Cortez Wissenbach e Ronaldo Simões Coelho.

manual de consulta a um público de leitores que, residentes em regiões onde a presença de médicos era inexistente ou reduzida, poderia ser utilizado para resolver os problemas de saúde mais prementes.¹⁸ Para autor essas obras abarcavam, além de propostas para a prevenção de algumas doenças, formas imediatas para o seu tratamento. Os conteúdos ali elencados partiam do pressuposto de que os autores “conheciam ou supunham conhecer” as causas das enfermidades.¹⁹ Isso porque, no contexto do período setecentista a medicina ainda não tinha se apropriado adequadamente do discurso e do método científico, derivando, os saberes de seus profissionais, muito mais de observações empíricas e conhecimentos duvidosos do que de experiências efetivamente comprovadas.²⁰

Nas palavras de Dias, caracterizavam-se, os ensinamentos por eles postulados, em um saber enciclopédico, tendo por interesse “[...] explorar o que se mostrava útil para o homem, dentro de uma diversidade de possibilidades que abrangiam formas ambivalentes de descrever a natureza.”²¹ Assim, como sugere a autora, o caráter utilitarista implícito nessas obras apresentava ruptura com os consensos do período, sobretudo aqueles que insistiam em manter os conhecimentos relativos às artes de curar em sigilo. Sob esta perspectiva, desenhavam-se especificidades típicas da mentalidade do Antigo Regime, especificidades que “[...] incluíam a exploração das virtudes e das forças ocultas da natureza.”²²

O que se percebe, ao perscrutar essas produções, é que seus autores transitavam, concomitantemente, por diferentes searas de saber, derivando disso a elaboração de discursos quase sempre contraditórios. Nesse sentido, se o autor do *Erário* empreendeu críticas àqueles que exerciam atividades no campo da cura tidas como nebulosas e fruto da feitiçaria, muitas das prescrições por ele recomendadas lhes eram próximas. Ao lado de fórmulas observadas

¹⁸ EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde. (Brasil do século XIX)*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História), USP. p.19. Essa assertiva também pode ser observada em: WISSEMBACH, Maria Cristina C. “Gomes Ferreira e os símplices da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil Colonial.” In: FERREIRA, Luís G. *Erário...*, op. cit. 2002. vol.1. p.107-150.

¹⁹ EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes...*, op. cit. 2008. p.19.

²⁰ Sobre a medicina no Brasil colonial ver: RIBEIRO, Márcia M. *A ciência dos trópicos...*, op. cit. 1997.; MARQUES, Vera Regina B. *Natureza em boiões: medicina e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.; _____. “Medicinas Secretas: magia e ciência no Brasil setecentista.” In: CHALHOUB, Sidney et al. (Orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p.163-196.; NAVA, Pedro. *Capítulos da história da medicina no Brasil*. Cotia/Londrina/São Paulo: Ateliê/EDUEL/Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2003.; DIAS, Maria Odila L. da S. “Corpo, natureza e sociedade nas Minas (1680-1730).” *Projeto História*. São Paulo, vol.25, p.325-360, 2002. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10595/7885>> Acesso em: 13 jan. 2012.; MIRANDA, Carlos Alberto C. *A arte de curar nos tempos da Colônia: limites e espaços de cura*. Recife: Fundação de Cultura da cidade de Recife, 2004.; e GURGEL, Cristina. *Doenças e Curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010.

²¹ DIAS, Maria Odila L. da S. “Corpo, natureza e...”, op. cit. 2002. p.331.

²² DIAS, Maria Odila L. da S. “Corpo, natureza e...”, op. cit. 2002. p.331. Sobre a detenção do saber relativo às artes de curar ver: SAMPAIO, Gabriela dos R. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

como resultados do conhecimento científico, Ferreira receitava outras notoriamente advindas do saber popular, ligadas ao universo da magia, das forças cósmicas da natureza e da religião. Em seus conteúdos, vicejava a utilização de plantas, excrementos, matérias em decomposição, fluídos corporais e amuletos, fato que denotava o ecletismo do saber ali presente.

Os pós de membro genital de um porco, dados a beber por sete ou oito dias sucessivos ao doente que não puder reter as urinas, as fará reter. Um dente de defunto que morresse de pura velhice, sem frio, nem febre, tocando com ele em qualquer dente que doer, o fará cair sem ferro, nem outra violência.²³

Ao refletir sobre o exercício das práticas de cura sob a ótica das mentalidades, Ribeiro revelou as contradições das bases epistemológicas que integravam àquelas tidas como oficiais, consolidadas paulatinamente e que até meados do século XVIII procuraram assumir um discurso pautado cada vez mais na razão e na ciência, mesmo evidenciando a indefinição de seus pressupostos, e creditando um lugar privilegiado aos saberes tidos naquele contexto como ultrapassados. Dessa forma, médicos, cirurgiões, boticários, muitos deles artífices na elaboração de tratados sobre saúde, partilhavam de ideias díspares, algumas tributárias do pensamento hipocrático e galênico, cuja explicação para as patologias residia no equilíbrio do homem com as forças cósmicas da natureza em que a terra, o fogo, a água e o ar se conjugavam, estando o homem sempre na dependência de seus humores.²⁴ Recorriam a plantas e ingredientes retirados de animais para proporcionar a cura para as doenças, utilizando, paralelamente, as teses de Paracelso sobre a eficácia de substâncias extraídas do mundo vegetal e mineral no trato das enfermidades.²⁵ Além disso, transitavam pelo saber advindo das culturas indígena e africana, sobremaneira vinculado ao uso de plantas para fins medicamentosos e que foi apropriado e naturalizado pelos porta-vozes da cultura europeia à luz da conquista e colonização do Brasil.

De fato, os próprios Jesuítas elaboraram tratados farmacológicos e de saúde prenhes de “conselhos” extraídos dos saberes indígenas e africanos.²⁶ Entretanto, se esses saberes foram em certa medida transplantados, o poder de sua manipulação foi cada vez mais sendo vetado àqueles que os criaram.

Nos primeiros anos da colonização do Brasil, tratava-se, de acordo com Calainho, da diabolização de indivíduos que não partilhavam da fé cristã, mas exerciam papéis importantes

²³ FERREIRA, Luís G. *Erário...*, *op. cit.* 2002. p.444-445.

²⁴ RIBEIRO, Márcia M. *A ciência dos trópicos...*, *op. cit.* 1997. Capítulo 3: A natureza e o Cotidiano.

²⁵ Ver: DIAS, Maria Odila L. da S. “Corpo, natureza e...”, *op. cit.* 2002.

²⁶ Em 1583, Fernão Cardim iniciou a confecção da obra “Tratados da terra e gente do Brasil”. Em seu conteúdo apresentou um número significativo de plantas acompanhadas de suas propriedades curativas. Ver: CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. (1548?-1625). Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925. Disponível em: <<http://www.brasiliiana.usp.br/bbd/handle/1918/02119000#page/7/mode/1up>> Acesso em: 13 out. 2012.

no conjunto das culturas nativas, especialmente no plano espiritual, através de práticas de caráter mágico e religioso que na visão dos Jesuítas se aproximavam dos cultos em reverência ao Demônio. Conforme a autora, a leitura feita por cronistas, leigos e eclesiásticos, a exemplo dos Jesuítas, aproximava a ritualística dos indígenas, e inclusive das populações de origem africana, aos cultos sabáticos de feitiçaria reconhecidos na cultura europeia. Essa ritualística abrangia processos de cura considerados pelos religiosos cristãos como falaciosos, fruto da pífia relação de líderes espirituais com o Satã.²⁷ Interessante pensar que o projeto de catequização das culturas nativas do Brasil e da África carregava em sua essência a velha crença de que as enfermidades eram resultado da vontade divina, demoníaca ou do pecado, sendo a restituição da saúde obtida pela aceitação e conversão ao cristianismo. Para tanto, igualmente era necessária uma ritualística que, sob esse prisma, traduzia-se através do batismo, procedimento não menos impregnado de sentidos metafísicos, conquanto este fosse o único considerado capaz de extinguir o efeito nefasto da doença, proporcionando a cura por operação de milagre.²⁸

Embora a ação dos Jesuítas no âmbito das práticas de cura esteja, aqui, fora do contexto que se pretende investigar, essa pequena digressão é importante porque permite ampliar o protagonismo de africanos e afrodescendentes na vida cotidiana da sociedade brasileira, inserindo as influências de seus saberes e fazeres no universo da cura e nos saberes e fazeres de muitos intelectuais tidos como os únicos capazes de atuar nesse campo a partir de discursos considerados científicos e construídos de forma lenta e gradual. Mas se esses discursos eram dotados de inverossimilhanças, foram, à época, tomados como válidos, sugerindo que as práticas de cura oriundas de diferentes bases culturais não deixavam de ter um lugar importante no trato da saúde da população, mesmo para aqueles que atuavam sob o signo da ciência.

Atendo-se ao estudo das artes curativas na província de Minas Gerais no contexto do século XIX, Figueiredo refletiu sobre os papéis exercidos por diferentes personagens nesse campo de atuação e entreviu que os médicos e cirurgiões frequentemente recorriam a outras

²⁷ CALAINHO, Daniela B. “Jesuítas e medicina no Brasil colonial.” *Tempo*. Niterói, vol.10, n.19, p.61-75, jul. 2005. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg19-5.pdf> Acesso em: 12 ago. 2012. Sobre os rituais de feitiçaria ver: GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. Trad. Nilson M. Lousada. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Sobre a diabolização da cultura popular indígena e africana no Brasil ver: SOUZA, Laura de M. e. *Inferno atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.; e _____. *O Diabo e a terra..., op. cit.* 2009.

²⁸ Ver: ANCHIETA, Padre Joseph. *Cartas, Informações, Fragmentos historicos e Sermões*. (1654-1694). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00381630#page/11/mode/1up>> Acesso em: 10 out. 2012.; e CAVAZZI, Padre João Antônio. *Descrição histórica dos Reinos de Congo, Matamba e Angola*. (1687). Trad. Padre Graciano Maria de Leguzzano. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965. vols.1 e 2.

instâncias de saber para os problemas que suas ações não davam conta de resolver.²⁹ Em literatura coeva à história das práticas de cura no Brasil oitocentista, novas pesquisas tem corroborado com essa mesma interpretação. Através de análises acuradas sobre fontes documentais da alçada da justiça, de instituições médicas e da imprensa da época, alguns observadores atentos reconheceram o entrecruzamento entre os saberes popular e erudito no campo da medicina, por meio do uso de plantas e outras substâncias retiradas da natureza, além de técnicas terapêuticas.³⁰ Essa realidade não se processou apenas em terras brasileiras. Investigações direcionadas à história da saúde em locais onde a escravidão negra foi perpetrada admitiram semelhante hibridação.

Savitt, debruçando-se sobre a história do escravismo na Virgínia, Estados Unidos, em período anterior à Guerra da Secessão e sob a perspectiva da saúde, percebeu que muitos dos remédios integrados ao arsenal terapêutico dos negros eram apropriados por mestres, proprietários e igualmente por médicos sulistas.³¹ Fett, dedicando-se ao estudo da saúde e das práticas de cura desenvolvidas nas regiões de grandes plantações do Sul e em período igualmente anterior à Guerra, constatou que tanto os médicos profissionais quanto os proprietários atentavam para as substâncias medicinais manipuladas por escravos e admitiam a sua eficácia ao ponto de utilizá-las com regularidade.³²

Carrigan, cujas pesquisas antecederam as que foram realizadas por Savitt e Fett, trouxe outras questões sobre assunto. Para a autora, não havia uma diferença bem delimitada entre a medicina científica e a chamada popular nos estados escravistas do Sul. Além disso, a própria medicina tida como científica era assinalada por teorias pouco consistentes que pareciam tão ilógicas que podiam ser comparadas com aquelas associadas à superstição e à ignorância.³³

²⁹ FIGUEIREDO, Betânia G. *A arte de curar: medicina, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. 2 ed. Brasília/Belo Horizonte: CAPES/Argvmentvm, 2008.

³⁰ FERREIRA, Luiz Otávio. "Medicina impopular, ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)." In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org.). *As artes e ofícios...*, op. cit. 2003. p.101-122.; ALMEIDA, Diádiney Helena de. "Um estudo das interações culturais entre curandeiros e médicos acadêmicos no Rio de Janeiro oitocentista." *Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades*. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2008. p.1-10. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212971800_ARQUIVO_comunicacaoanpuhrj.pdf>

Acesso em: 02 mar. 2013.; e _____. *hegemonia e contra-hegemonia nas artes de curar oitocentistas brasileiras*. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em História), FIOCRUZ.; DIAS, Marcelo R. *Repressão ao curandeirismo nas Minas Gerais na segunda metade do oitocentos*. São João Del-Rei, 2010. Dissertação (Mestrado em História), UFSJ.; e KURY, Lorelai B. et al. (Orgs.). *Usos e circulação de plantas no Brasil, século XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.

³¹ SAVITT, Todd L. *Medicine and Slavery: the diseases and health care of blacks in Antebellum Virginia*. Urbana/Chicago/London: University of Illinois Press, 1978.

³² FETT, Sharla M. *Working cures: healing, health, and power on Southern slave plantations*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2002.

³³ CARRIGAN, Jo Ann. "Early Nineteenth Century folk remedies." *Lousiana Folklore Miscellany*. Lousiana, vol.1, n.4, p.43-64, jan. 1860.

Carrigan lembrou, ainda, que os tratamentos populares ministrados para o enfrentamento das doenças eram resultado de procedimentos realizados, de longa data, acidentalmente, promovendo, assim, a produção de um conhecimento empírico que se mostrava eficiente e muitas vezes menos danoso do que os remédios gestados nos laboratórios. Nesse sentido, as terapêuticas populares baseadas em uma prolongada experiência humana de enfrentamento das enfermidades acabavam ocupando um lugar relevante no âmbito das práticas sociais.³⁴

No Sul escravista, essa experiência parece ter sido gestada nas grandes propriedades agrícolas, locais onde mulheres e homens escravizados produziram formas para enfrentar seus problemas de saúde, sendo tais formas percebidas como eficazes também para os senhores e seus pares. De maneira semelhante, curandeiros negros, referenciados como praticantes, eram frequentemente utilizados quando os tratamentos oficiais não apresentavam resultados favoráveis, inclusive, dentro dos hospitais onde médicos brancos exerciam a profissão, possibilitando, portanto, a reverberação de seus conhecimentos.³⁵

Mas o Caribe também experienciou formas alternativas para o tratamento das doenças no contexto da escravidão. Em Barbados, por exemplo, o uso de plantas medicinais esteve na base das formas empregadas pela população africana e crioula, cuja eficácia espargiu para épocas mais recentes sendo comprovada por toda aquela sociedade.³⁶ De acordo com Carney, em toda a América foram aproveitados recursos botânicos nativos e de procedência africana. Somente na região caribenha, das 82 plantas vinculadas, atualmente, à tradição médica, 43 são originárias da África, tendo sido, a maior parte, introduzidas no contexto do comércio marítimo de escravos.³⁷ Desse modo, ervas, raízes e outros vegetais vulgarmente conhecidos pelos africanos escravizados, acabaram sendo incorporados aos compêndios de história

³⁴ CARRIGAN, Jo Ann. "Some medical remedies of the early Ninetenth Century." *The Historian*. Tampa, vol.22, n.1, p.64-89, nov. 1959.; e _____. "Early Nineteenth...", *op. cit.* 1860.

³⁵ SAVITT, Todd L. *Medicine and Slavery...*, *op. cit.* 1978.

³⁶ Ver: HANDLER, Jerome S. and JACOBY, Jo Ann. "Slave medicine and plant use in Barbados." *Journal of the Barbados Museum and Historical Society*. Barbados, vol.41, p.75-98, 1994. Disponível em: <http://jeromehandler.org/wp-content/uploads/MedicinePlant_Jacoby-93.pdf> Acesso em: 06 maio 2011.; e LAGUARRE, Michel. *Afro-Caribbean folk medicine*. South Hadley: Bergin & Garven Publishers, 1987.

³⁷ CARNEY, Judith. "Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial." *África*. São Paulo, n.22, p.25-47, 1999/2001. Disponível em: <<http://cea.fflch.usp.br/sites/cea.fflch.usp.br/files/u6/pdf%202.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2014.; e _____. e VOEKS, Robert A. "Landscape legacies of the African Diaspora in Brazil." *Progress in Human Geography*. Wollongong, n.27, p.139-152, abr. 2003. Disponível em: <<http://phg.sagepub.com/content/27/2/139.full.pdf+html>> Acesso em: 02 ago. 2014.

natural e medicina popular, sendo muitos deles vislumbrados em grande parte do continente americano, com destaque para o Brasil.³⁸

Por certo, apropriações foram feitas acerca dos predados oferecidos pela natureza. Havia, nas Américas, plantas originárias da África e outras provenientes da Europa e Ásia. Além disso, espécies há muito tempo integradas ao sistema ecológico americano eram encontradas em outros lugares, inclusive no continente africano, podendo ser reconhecidas e utilizadas para variados fins. Se o deslocamento promovido pelas navegações, pela exploração colonial e pela escravidão negra proporcionou um inaudito contato entre diferentes grupos humanos, tal evento estimulou, também, a necessidade de se buscar alternativas para o enfrentamento das adversidades vivenciadas no Novo Mundo, principalmente em relação às doenças, fato que resultou na plasticidade dos saberes. Talvez por isso alguns deles tenham sido vislumbrados nos meios popular e acadêmico, a exemplo do óleo de rícino.³⁹

Extraído da mamona, também denominada *ricino communis*, era utilizado pelos indianos e egípcios antigos em tempos distantes, caracterizando-se um eficaz adstringente. Para os africanos sul saarianos⁴⁰, a ricina, substância extraída da planta, constituía-se um poderoso veneno contra inimigos e frequentemente era empregada contra os senhores no Brasil. O óleo, excelente purgativo, apresentava ainda propriedades emolientes, sendo o fruto, integrado aos rituais religiosos associados a Obaluaîê, Omolu ou Xapanã.⁴¹

Com efeito, os europeus se deram conta de suas ricas propriedades. Empregavam o óleo para iluminação e igualmente para fins medicinais. A mamoneira, levada para as Américas

³⁸ Sobre os compêndios que circularam no Brasil ver: MARTIUS, Carl Friedrich von. *Systema de materia medica vegetal*. Trad. Henrique V. d'Oliveira. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1855.; CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Formulario ou guia medico*. 6 ed. Pariz: Casa do Autor, 1864.; _____. *Diccionario de medicina popular*. 6 ed. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. vols.1 e 2.; e LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina domestica e popular*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865. Tomos I, II e III.

³⁹ *Ricinus communis* L, da família das euforbiáceas.

⁴⁰ A expressão “sul saarianos” foi adotada por Malavota em substituição a “subsaarianos”. De acordo com a autora, a raiz “sub” creditada aos povos da África denominada negra um caráter depreciativo que não condiz com a realidade, caracterizando-se anacrônica. Ver: MALAVOTA, Claudia M. *Os africanos numa vila..., op. cit.* 2007.

⁴¹ Obaluaîê e Omolu e Xapanã são nomes associados ao orixá das doenças e da morte, principalmente à varíola, cuja representação se dá através da presença de pústulas na pele. Omolu seria a versão idosa de Obaluaîê. A diferença dos nomes, incluindo Xapanã, está relacionada às regiões, na África, de suas procedências, sendo que outras denominações também foram atribuídas ao mesmo orixá. No Candomblé brasileiro, é chamado por Obaluaîyê; na Umbanda, Obaluaîê; e no Batuque, Xapanã. No sincretismo católico, São Roque é vinculado a sua juventude e São Lázaro, à velhice. Ver: LÉPINE, Claude. “As metamorfoses de Sakpatá, deus da varíola.” In: MOURA, Carlos Eugênio M. de (Org.). *O leopardo dos olhos de fogo: escritos sobre a religião dos orixás*. Cotia: Ateliê Editorial, 1999. vol.1, p. 139-163.; VERGER, Pierre F. *Notas sobre o culto dos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil e na antiga Costa dos Escravos, na África*. Trad. Carlos Eugênio M. de Moura. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.; e PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

com ambas as finalidades, acabou sendo descrita em compêndios de medicina⁴² e alguns estudos de economia agrária mesmo durante o século XIX.⁴³ Mas ela não foi a única planta que se destacou.

Com as variações do gênero *smilax*, a salsaparrilha mereceu, igualmente, semelhante consideração. Podendo ser encontrada na África e em toda a América, chegou a ser exportada no século XIX para Europa, em função de suas ricas propriedades terapêuticas. Descrita nos dicionários de medicina popular que circularam no Brasil⁴⁴, era familiar aos indígenas, sendo integrada a sua culinária. Constituía uma série de preparados indicados ao tratamento de enfermidades venéreas, como a sífilis e afecções de várias naturezas em virtude de suas propriedades “[...] depurativas, diuréticas, diaforéticas, aperientes, eupépticas, emolientes, expectorantes, antileprosas, miotônicas e sudoríficas.”⁴⁵ Considerada pelos agentes de saúde licenciados como medicamento eficaz, extraía-se facilmente da natureza e tinha sua manipulação realizada tanto no interior das residências dos mais abastados, quando nas moradias dos escravos. Salientavam-se, suas benesses, assiduamente nos jornais que

⁴² Ver: LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomo III. p.118.; _____. *Novo formulario medico e pharmaceutico*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1868. p.497-500.; e CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.365-366.

⁴³ Em 1791 era publicado um inventário, em Portugal, sobre a importância da cultura da mamona para a economia do Império. Em 1839, Carlos Augusto Taunay, proprietário de uma fazenda de café no Rio de Janeiro redigiu e publicou duas edições do “Manual do agricultor brasileiro”. Na obra, além de atentar para o governo dos escravos, preocupando-se em fornecer um modelo de gestão pautado numa eficaz economia da escravidão, dedicou especial atenção à produção de determinadas culturas, com suas respectivas finalidades. Assim, em seu apêndice, traçou algumas considerações sobre o cultivo da mamona, evidenciando as suas vantagens por não ser dispendiosa e por ser geradora de lucro, já que o óleo podia ser usado para fins comerciais, principalmente na iluminação; além de domésticos e medicinais. Ver: TELLES, Vicente de S. S. “Sobre a cultura do Ricino em Portugal, e manufactura de seu oleo.” In: ACADEMIA Real das Sciencias de Lisboa. *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia Real de Sciencias de Lisboa, 1791. Tomo III. p.329-343.; e TAUNAY, Carlos Alberto. *Manual do agricultor brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839. p.158-159.

⁴⁴ Sobre a salsaparrilha ver: LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomo III. p.409-412.; e CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.936-937.

⁴⁵ MEDEIROS, Maria F. T. et al. “Histórico e o uso da “salsa parrilha” (*Smilax* spp.) pelos boticários no Mosteiro São Bento.” *Revista Brasileira de Biociências*. Porto Alegre, vol.5, supl.1, p.27-29, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/download/57/60>> Acesso em: 02 ago. 2014.

circularam no Império, inclusive, os editados na Ilha de Santa Catarina, onde eram propagandeados tônicos importados feitos a partir da planta.⁴⁶

Fonte: Jornal *O Despertador*. Desterro. Ano 14, n.1350, 25 jan. 1876. p.4. BN-HDB.

A propaganda feita da Salsaparrilha de Ayer afirmava ser uma “[...] preciosa preparação [...] para combater grande parte das moléstias crônicas, com especialidade (as que provinham) do vício ou impureza do sangue.”⁴⁷ Eram doenças de pele de “[...] toda a qualidade. Dartros, impinges, borbulhas, úlceras, chagas antigas, pústulas e erupções, [...] curadas com muita certeza pelo emprego fiel da Salsaparrilha do Doutor Ayer.”⁴⁸ Salientava-se, também, a sua eficácia no tratamento das doenças sifilíticas, do reumatismo, das afecções dos ossos, erisipelas, escrófulas, além de doenças linfáticas, oftalmológicas e dos ouvidos. No meio acadêmico, investigações sobre a eficácia dos extratos estrangeiros, se comparados aos nacionais, eram veiculadas nos “Anais Brasilienses de Medicina”, ao lado de experiências terapêuticas realizadas em pacientes enfermos.⁴⁹

⁴⁶ Entre os títulos de periódicos que circularam na Ilha de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX, mais de 500 números publicaram, em suas páginas, matérias ou propagandas relativas à salsaparrilha. Alguns deles, como “O Argos”, “O Despertador” e “A Regeneração”, estão disponíveis no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. O Tônico de Salsaparrilha de Ayer foi produzido nos Estados Unidos, em fins da primeira metade do século XIX, por James Cook Ayer. Formado em Medicina pela Universidade da Pensilvânia, dedicou-se à farmácia, patenteando uma série de medicamentos que circularam internacionalmente, além de um almanaque traduzido para várias línguas onde seus remédios eram propagandeados. Sobre a trajetória de James Ayer ver: STEWARD, Scott C. *The Sarsaparilla Kings: a biography of Dr. James Cook Ayer and Frederick Ayer with a record of their family*. Cambridge: Cambridge Press, 1993.

⁴⁷ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 14, n.1350, 25 jan. 1876, p.4. BN-HDB.

⁴⁸ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 14, n.1350, 25 jan. 1876, p.4. BN-HDB.

⁴⁹ Entre os anos de 1852 e 1882 os “Anaes Brasilienses de Medicina” publicaram aproximadamente 15 matérias a respeito da salsaparrilha. Ver: ACADEMIA Imperial de Medicina. *Annaes Brasiliensis de Medicina*. Rio de Janeiro: Academia Imperial de Medicina. 1851-1885. BN-HDB.

Estudiosos da escravidão apontaram ter sido comum o cultivo da salsaparrilha em comunidades quilombolas que abrigavam indígenas, principalmente no Norte e Nordeste.⁵⁰ Certamente, o contato entre os ameríndios com as populações africanas e afrodescendentes permitiu o transpasse dos conhecimentos relativos ao seu uso nas demais regiões brasileiras, já que as variações da salsaparrilha podiam ser encontradas em diferentes ecossistemas, mesmo em Santa Catarina. A *smilax kraussiana*, bastante comum na África, assemelhava-se às formas de *smilax* encontradas no Brasil, amplamente utilizadas e conhecidas pela população nativa. Assim, não era infrequente o uso da salsaparrilha brasileira por africanos e seus descendentes, já que a reconheciam como eficaz recurso medicinal.⁵¹

Percebe-se, nesse sentido, que à luz da colonização e do escravismo, brancos, negros e índios estabeleciam importantes trocas culturais, e sobremaneira no âmbito de suas medicinas. Africanos e afrodescendentes livres, escravizados ou libertos, exerciam, nesse cenário, o papel de curandeiros, e usualmente receitavam suas ervas. Além disso, realizavam sangrias e invocavam espíritos para colocar fim aos males que atingiam a si próprios, como boa parte da sociedade da época.

O exemplo mais emblemático, talvez, seja o do feiticeiro Juca Rosa, preso em 1870 acusado do crime de estelionato e sedução, sendo sua trajetória deslindada por Sampaio.⁵² Filho de mãe africana e nascido no Rio de Janeiro em 1833, tornou-se líder religioso carismático. Em 1860, possuía uma associação que integrava um número significativo de pessoas, acenando para a sua positiva receptividade entre as gentes de diferentes categorias sociais. Como descreveu Sampaio,

[...] sua vasta clientela era composta não só por negros, escravos e libertos, imigrantes, costureiras, prostitutas, capoeiras e diversos trabalhadores pobres, mas também por comerciantes abonados, políticos influentes e mulheres brancas luxuosamente vestidas. Membros de diferentes grupos sociais se deslocavam até a sua casa em busca de seus conselhos e prodigiosas curas.⁵³

⁵⁰ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de e FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador/Brasília: CEAO/Fundação Cultural Palmares, 2006.; e ABREU, Yolanda V. de. e BARROS, Carlos Alexandre A. *Visões sobre a economia colonial: a contribuição do negro*. Málaga: Eumed.Net, 2009.

⁵¹ Sobre os vários tipos de *smilax* ver: QUATTROCCCHI, Umberto. *CRC World Dictionary of Plant Names: common names, scientific names, eponyms, synonyms, and etymology*. Boca Raton: CRC Press/Taylor & Francis Group, 1999. p.2499-2500. Sobre as propriedades da *smilax kraussiana* ver: IWU, Maurice M. *Handbook of African medicinal plants*. 2 ed. Boca Raton: CRC Press/Taylor & Francis Group, 2014. p.100.

⁵² SAMPAIO, Gabriela dos R. *A história do feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em História), UNICAMP.

⁵³ SAMPAIO, Gabriela dos R. "A história do feiticeiro Juca Rosa: matrizes culturais da África subsaariana em rituais religiosos brasileiros do século XIX." *Atas do IV Seminário Internacional Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subsariana*. Porto: Centro de Estudos Africanos/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002. vol.4. p.106. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6946.pdf>> Acesso em: 13 set. 2012.

Mergulhando no conjunto documental relativo a esse personagem, Sampaio colocou em evidência questões importantes sobre o universo da cura no Brasil oitocentista. Entre elas, a luta dos profissionais da medicina formados nos centros acadêmicos para obter poder e legitimidade no exercício de sua profissão, marginalizando, assim, outros artífices das artes de curar e, inclusive, o medo que as populações advindas do cativeiro passaram a provocar nas elites brancas em virtude dos crescentes debates em torno do fim da escravidão.

As discussões sobre a liberdade do negro revelaram o grande medo das elites brancas em relação ao imenso contingente de africanos e seus descendentes no Brasil, e não apenas em função das diversas rebeliões que ocorriam, mas também devido à força e presença de elementos culturais dos negros em todo o país, invadindo e se misturando com um universo cultural dos brancos.⁵⁴

Quem tem medo de negro feiticeiro e curador

No século XIX, todo um discurso acerca do negro vicejou no Brasil. Esse discurso categorizou seu corpo e comportamento e procurou apontar a influência nefasta que os hábitos das populações oriundas da África, bem como de seus descendentes, poderia exercer aos demais membros da sociedade.⁵⁵ A familiaridade de muitos no manuseio de plantas e raízes era fator de temor, principalmente para a classe senhorial, que poderia ser vítima de substâncias nocivas à saúde.⁵⁶

De fato, ao adentrar na história da escravidão no Brasil não é difícil constatar os casos de envenenamentos de senhores, praticados por cativos, negros livres ou libertos tidos por seus pares como “doutores” e que possuíam, também, a alcunha de feiticeiros. De acordo com Karasch, caracterizavam-se habilidosos no trato das doenças e “[...] muitas vezes o último recurso de escravos e senhores que não encontravam cura com médicos europeus.”⁵⁷ Alguns de seus líderes eram mesmo, “[...] capazes de manipular o sobrenatural e neutralizar o mal [...]”⁵⁸, utilizando seus saberes como forma de negação à realidade a que estavam inseridos e denotando que o controle sobre suas ações estava longe de ser efetivo.

Recentemente, historiadores tem se debruçado sobre o tema da participação de africanos e afrodescendentes em tentativas de insurreições escravas encabeçadas por líderes religiosos

⁵⁴ SAMPAIO, Gabriela dos R. “A história do feiticeiro...”, *op. cit.* 2002. p.107.

⁵⁵ Ver: AZEVEDO, Célia Maria M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2004.

⁵⁶ Ver: CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. “AMANSA-SENHOR: a arma dos negros contra seus senhores.” *Revista Pós Ciências Sociais*. São Luís, vol.4, n.8, p.31-42, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/830>> Acesso em: 10 nov. 2012.

⁵⁷ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro M. Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.280.

⁵⁸ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos...*, *op. cit.* 2000. p.351

ou curandeiros que, através de seus poderes mágicos, eram reverenciados por serem entendidos como capazes de propiciar a libertação de seus fiéis.

Gomes enfatizou a trajetória de Manoel Congo, africano que esteve à frente de um grande levante na região do Vale do Paraíba, em 1838, e que resultou na fuga de mais de uma centena de escravos das fazendas locais. De acordo com o autor, além de ferreiro, portanto, dotado de habilidades entre as quais a da fabricação de armamentos, Manoel era por muitos chamado de “pai”, denominação possivelmente ligada a alguma posição religiosa que pode ter servido de influência para a revolta ocorrida.⁵⁹ Essa influência parece ter resvalado para outro movimento revoltoso ocorrido na região de Vassouras em 1847, em que os líderes, denominados “Tates-Corongos”, participavam de uma sociedade secreta dirigida por um chefe espiritual.⁶⁰

Para Slenes, tal sociedade estava dividida em círculos compostos por 50 escravos que eram presididos por esse chefe, denominado “Tate”, tendo por imediatos outros 6 indivíduos chamados “cambondos” e algumas negras “mocambas de anjo”, sendo, os demais intitulados filhos de terreiros. No plano de insurreição, caberia às “mocambas” o envenenamento de seus senhores por estarem, geralmente, muito próximas a eles, realizando seus serviços domésticos.⁶¹ Ao que tudo indica, toda a conspiração tinha origem num culto religioso de nome “Ubanda”, que derivaria à Umbanda contemporânea, estando sua raiz ligada à expressão “Umbánda”, do “Kimbundu.” De acordo com Laman essa palavra estava associada à “[...] arte de curar, [...] adivinhar, [...] e induzir [os] espíritos humanos [os mortos] e não humanos [os gênios da água e da terra] [...] [a agirem] para o bem estar o mal humano.”⁶²

Ao empreender uma análise acerca dessas sociedades, Gomes e Machado concluíram que seus dirigentes eram, com frequência, chamados de feiticeiros, sendo suas atividades bastante ecléticas.

[...] realizavam rituais para os recém-nascidos, curas, diagnósticos para enfermidades, cuidavam dos mortos e ainda preparavam os feitiços para proteção contra mordidas de cobra, ataques de animais, acidentes de trabalho, inveja de

⁵⁹ GOMES, Flávio dos S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Ver especialmente o Capítulo 2: As raízes do efêmero – Comunidade e cultura escrava na insurreição quilombola de Vassouras.

⁶⁰ A expressão “tata/tate” significava “pai/meu pai”, nas línguas “Umbundu” e “Kimbundu”, sendo, os “Tates-Corongos”, os líderes superiores na escala hierárquica da sociedade. Ver: MACHADO, Maria Helena P. T. e GOMES, Flávio dos S. “Outros poderes.” *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Dossiê Escravidão. Rio de Janeiro, Ano 5, n.54, p.28-29, mar. 2010.

⁶¹ SLENES, Robert. “A árvore de *Nsanda* transplantada: cultos *kongo* de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro (século XIX).” In: FURTADO, Junia F. e LIBBY, Douglas C. (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p.302.

⁶² LAMAN, Karl Edvard. *Dictionnaire Kikongo-Français*. New Jersey: Gregg Press, 1964. vol.2, p.15. apud SLENES, Robert. “A árvore de...”, *op. cit.* 2006. p.303.

companheiros ou a ira de feitores e senhores. Entre tantos poderes, ainda conseguiam planejar revoltas [...].⁶³

Mas as insurreições de 1838 e 1847 não foram únicas. Em 1854 a região de Itu, São Paulo, foi posta em polvorosa a partir de uma suposta tentativa de levante perpetrada pelo espírito de um negro, o Pai Gavião, que encarnando no escravo José Cabinda teria articulado um levante nas fazendas locais.⁶⁴ Para além desse fato, Machado descortinou o itinerário de Felipe Santiago, crioulo liberto que na década de 1880, em Campinas, envolveu-se numa grande revolta de escravos. Afamado por seu desempenho nas artes de curar, Santiago era tido como feiticeiro, tornando-se fundador e líder de uma organização religiosa, a “Arasia”, que agregava um número significativo de escravos a partir de laços de fidelidade, sigilo e tributos. Oferecia, em contrapartida, poderes mágicos aos seus seguidores, entre os quais, o da invisibilidade, o que permitia aos cativos maior ímpeto para a rebelião, já que não podiam ser alvejados em combate.⁶⁵

Assim, esses personagens tidos como feiticeiros, capazes de operar a cura, mas igualmente engendrar estratégias individuais e coletivas de sedição, passaram a ser duplamente alvo de perseguições. Ora, de um lado uma classe específica, a senhorial, se via atemorizada com possíveis levantes de escravos. Esses levantes podiam ser efetuados nas grandes fazendas em que o número de cativos era relevante, mas podiam ser, inclusive, individuais, através de homens e mulheres conhecedores de plantas capazes de provocar a morte de seus senhores ou antigos proprietários com os quais eram mantidos vínculos de trabalho, geralmente, assinalados por contínua exploração, controle e castigos físicos.⁶⁶

É plausível pensar que esta fosse a razão para que o liberto Agostinho, no verão de 1876, na Ilha de Santa Catarina, atentasse contra a vida de Guilherme Henrique Wellington.

⁶³ MACHADO, Maria Helena P. T. e GOMES, Flávio dos S. “Outros poderes.” *op. cit.* 2010. p.29.

⁶⁴ Sobre a história de Pai Gavião e a acusação de levante em Itu ver: COUCEIRO, Luiz Alberto A. “Acusações de feitiçaria...”, *op. cit.* 2009. p.212-213.

⁶⁵ MACHADO, Maria Helena P. T. *O Plano e o Pânico: movimentos sociais na década da abolição*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2010. Ver especialmente o Capítulo 3: Com dois te vejo, com cinco te prendo – Os escravos e as suas estratégias de libertação. A autora ainda se debruça sobre outros movimentos ocorridos na mesma região e que igualmente estavam ligados a associações religiosas.

⁶⁶ Sobre as condições de trabalho de libertos ver: LIMA, Henrique E. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade do trabalho no século XIX.” *Topoi*. Rio de Janeiro, vol.6, n.11, p.289-326, 2005. Disponível em: <<http://www.gptec.cfch.ufrj.br/pdfs/topoi11a4.pdf>> Acesso em: 3 set. 2013.; TELLES, Lorena F. da S. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.; ARIZA, Marília B. de A. *O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830-1888)*. São Paulo: Alameda, 2014.; e SBRAVATI, Daniela Fernanda. “Os sentidos da liberdade: as libertas e o trabalho doméstico na Freguesia de Desterro de 1870 a 1920.” *Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: ANPUH, 2013. p.1-13. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364610509_ARQUIVO_DanielaSbravatitextoanpuh.pdf> Acesso em: 2 fev. 2014.

De acordo com o jornal “O Conservador”, Wellington era o seu “bem feitor”, mas na manhã do dia 7 de fevereiro, Agostinho, “[...] deitando-lhe veneno em um copo de água [...]”, fez cair, doente de cama, o Senhor Guilherme.⁶⁷

Presentido pelo mesmo e por duas pessoas que residem em casa do Senhor Guilherme, este apreendeu o copo de água, e dirigiu-se em pessoa ao Senhor Doutor Chefe de polícia, o qual tratou imediatamente de mandar sindicado do fato e proceder a inquérito policial pelo Senhor Subdelegado, devendo ter sido examinada a água e o ingrediente que nela foi encontrado.⁶⁸

Ao término da publicação, salientava, o mesmo Jornal, que era “[...] de esperar que a ação da justiça não (ficasse) enervada em um crime tão grave, e que (demandava) a mais severa solicitude para ser descoberta a espécie de veneno e a quem foi comprado.”⁶⁹

Não é possível saber, pelo conteúdo da notícia, se Agostinho de fato tentou envenenar Guilherme Wellington, já que os desdobramentos do inquérito não foram encontrados. De todo o modo, essa é uma hipótese que não pode ser descartada, dada a frequência com que atos dessa natureza eram cometidos por aqueles que se viam atravessados pela escravidão.⁷⁰ Contudo, a falta de informações mais precisas sobre essa tentativa de homicídio, inclusive nos jornais coevos ao “O Conservador”, sugere a presença de uma situação temerária entre os habitantes da Ilha de Santa Catarina que dispunham do trabalho de africanos e afrodescendentes escravos, livres ou libertos, qual seja, a de que era preciso ficar de sobreaviso.

Importante considerar, que toda a notícia inculcou, sobre a figura de Agostinho, o signo da criminalidade. Ainda que nada tenha sido declarado sobre a veracidade ou não do episódio narrado, para a imprensa desterrense a justiça precisava ser feita e o “preto liberto” era culpado, estando ao seu lado, aquele que foi capaz de lhe fornecer o instrumento para o crime. Dentre as possibilidades, um boticário qualquer, avesso às disposições impostas no Regulamento da Junta de Higiene. Quem sabe, um curandeiro ou feiticeiro, ambos familiarizados com o princípio ativo das plantas. Talvez uma benzedeira, não menos

⁶⁷ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 5, n.306, 16 fev. 1876. p.3. BN (Seção de periódicos).

⁶⁸ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 5, n.306, 16 fev. 1876. p.3. BN (Seção de periódicos).

⁶⁹ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 5, n.306, 16 fev. 1876. p.3. BN (Seção de periódicos).

⁷⁰ MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.; QUEIROZ, Suely R. R. de. “Rebeldia escrava e historiografia.” *Estudos Econômicos*. São Paulo, vol.17, (número especial), p.7-43, 1987.; REIS, Liana Maria. *Crimes e escravos na Capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720-1800)*. São Paulo: Hucitec, 2008.; QUEIROZ, Jonas M. “Escravidão, crime e poder: a rebeldia negra e o processo político da abolição.” *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, vol.13, n.2, p.7-45, inverno 2008. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2269/1756> Acesso em: 10 maio 2011.; e ALVES, Maíra C. *Quando falha o controle: crimes de escravos contra senhores. Campinas, 1840/1870*. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em História), USP.

conhecedora das “riquezas” encontradas na natureza. E por qual razão não dizer o próprio Agostinho, um imaginável observador atento, versado no manuseio de ervas, raízes e entendido das múltiplas possibilidades de uso oferecidas pelos reinos vegetal e animal, possivelmente aquelas nocivas à saúde.⁷¹ Para sujeitos com tais destrezas, uma segunda classe, também específica, passaria a fomentar vigoroso rechaço. Eram os representantes oficiais da medicina, que ao empreender uma luta incessante pela manutenção de seu *status quo* empurravam toda a infinidade de curadores populares à marginalidade. Ambas as classes, tanto a senhorial quanto a médica, tiveram na imprensa um forte aliado, e procuraram, através dela, reverberar a legitimidade de seus temores.

A importância dada às frequentes revoltas de escravos envoltas por associações religiosas e ocorridas nos grandes centros escravistas, a exemplo do Sudeste, espargia pelo restante do Império, preenchendo as páginas dos jornais até mesmo de províncias isentas de grandes propriedades. O noticiamento de feiticeiros negros, geralmente representados de forma depreciativa a partir dos delitos cometidos, era estampado em muitos desses periódicos, lembrando a elite sobre aquilo que ela precisava temer e combater. Não por acaso, o “A Regeneração”, da cidade de Desterro, dedicou seções inteiras de alguns de seus números em fins de 1870 e início de 1871, à transcrição do processo crime que envolveu Juca Rosa e foi publicado no “Diário de Notícias” do Rio de Janeiro sob o título “Importante diligência policial.”⁷² A tela pintada acerca do feiticeiro era peremptória: tratava-se de um embusteiro que utilizava de meios espúrios para enganar aos que o procuravam. Assim eram identificados os seus crimes, noticiados igualmente no “O Despertador” de 10 de janeiro de 1871.⁷³

⁷¹ De acordo com Moreira, tomando como objeto de estudo o cotidiano de trabalhadores vinculados aos serviços domésticos no Rio Grande do Sul, não foram raros os episódios de envenenamentos de senhores ou patrões, perpetrados por seus serviçais. Para o autor, tais procedimentos evidenciavam o desejo de muitos por vingança, geralmente derivado dos maus-tratos que sofriam. Por saberem administrar substâncias da natureza, geralmente eram associados à prática do curandeirismo ou a feitiçarias. Ver: MOREIRA, Paulo S. *Faces da liberdade, máscaras do cativo*. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul/EDIPUCRS, 1996. Importante lembrar que muitos apenas faziam uso do que estivesse ao alcance para a execução da vingança. Assim, muniam-se de composições vendidas nas boticas, venenos para matar rato, peçonha de animais silvestres e consideravam, inclusive, o saber adquirido de seus antepassados, como o uso da ricina, proteína encontrada na semente da mamona com grande poder de letalidade, como já foi aqui demonstrado. Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.365-366.; e MOREIRA, Paulo S. *Faces da liberdade...*, op. cit. 1996.

⁷² Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 3, n.234, 18 dez. 1870. p.1-3; n.235, 22 dez. 1870. p.2.; n.236, 25 dez. 1870. p.1-2.; n.237, 29 dez. 1870. p.2.; n.239, 5 jan. 1871. p.1-2.; n.240, 8 jan. 1871. p.1.; n.241, 12 jan. 1871. p.1-2. BPSC. O processo foi extraído do “Diário de Notícias”. Rio de Janeiro. Ano 1, n.96, 23 nov. 1870. p.1; n.97, 24 nov. 1870. p.1.; n.98, 25 nov. 1870. p.1.; n.101, 29 nov. 1870. p.1.; n.102, 30 nov. 1870. p.1.; n.103, 1 dez. 1870. p.1.; n.104, 2 dez. 1870. p.1.; n.107, 6 dez. 1870. p.1.; n.108, 7 dez. 1870. p.1.; n.110, 10 dez. 1870. p.1.; n.111, 11 dez. 1871. p.1.; n.113, 13 dez. 1870. p.1.; n.115, 16 dez. 1870. p.1.; n.125, 28 dez. 1870. p.1. BN-HDB.

⁷³ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 9, n.830, 10 jan. 1871. p.2-3. BPSC.

Fonte: Jornal O Despertador. Desterro. Ano 9, n.830, 10 jan. 1871. p.2. BPSC.

O retrato erigido sobre o feitiçeiro parecia servir de modelo para outras tantas personagens ligados ao mundo do cativo que se envolviam nas artes de curar. Quaisquer desses indivíduos que fossem noticiados nos periódicos brasileiros, eram imediatamente associados à prática da feitiçaria e comparados a Juca Rosa.⁷⁴ Ainda em “O Despertador” de Desterro, publicava-se, em 23 julho de 1873, algumas notícias do Rio Grande do Sul, estando entre elas a prisão, na cidade de Pelotas, de um feitiçeiro, “[...] rodeado de todos os objetos que usava para as suas cenas escandalosas.”⁷⁵ A mando do delegado de polícia, tais objetos foram queimados, sendo recolhido à cadeia, “[...] o adepto de Juca Rosa [...]”⁷⁶, devendo lá permanecer até que lhe “[...] (saísse) da cabeça a mania de ser feitiçeiro.”⁷⁷

Em 1874, o mesmo “O Despertador” divulgava a notícia extraída do “Rio Grandense”, de que “[...] um vulto mais ou menos semelhante ao célebre Juca Rosa, que tanto rumor causou na corte [...]”⁷⁸ acabava de aparecer em Sorocaba, São Paulo. Fazia parte de uma “[...] seita de envenenadores, com o pretendido nome de feitiçeiros.”⁷⁹ Identificado como preto Custodio, afirmava o periódico que “[...] (vinha) praticando horrores [...]”,⁸⁰ sendo acusado de vitimar duas mulheres com sortilégios e instintos diabólicos. Além disso, distribuía bentinhas e ministrava, às vítimas, narcóticos através de um cachimbo, que sob tal influência, levavam-se “[...] aos apetites sensuais do malvado.”⁸¹

⁷⁴ O personagem Juca Rosa se tornou, durante a década de 1870, assunto para inúmeros periódicos publicados em muitas províncias brasileiras. Em levantamento feito junto ao Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, apenas no Rio de Janeiro mais de 27 jornais diferentes dedicaram páginas a seu respeito. Além do Rio, a notícia de prisão de Juca Rosa, bem como de seu processo criminal, foi divulgada em Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará e Maranhão.

⁷⁵ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 11, n.1091, 22 jul. 1873. p.3. BN-HDB.

⁷⁶ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 11, n.1091, 22 jul. 1873. p.3. BN-HDB.

⁷⁷ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 11, n.1091, 22 jul. 1873. p.3. BN-HDB.

⁷⁸ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 12, n.1212, 25 set. 1874. p.1. BN-HDB. A matéria foi publicada no “Rio Grandense” de Porto Alegre em 16 de setembro de 1874, e também extraída de outro jornal, o “Ypanema” de Sorocaba, São Paulo. Ambos periódicos não foram localizados.

⁷⁹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 12, n.1212, 25 set. 1874. p.1. BN-HDB.

⁸⁰ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 12, n.1212, 25 set. 1874. p.1. BN-HDB.

⁸¹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 12, n.1212, 25 set. 1874. p.1. BN-HDB.

Além do crime de sedução, Custódio também era responsabilizado por praticar rituais de cura em troca de dinheiro. Através de substâncias nebulosas, prometia, àqueles que o procuravam, a restituição da saúde, afirmando se tratar, geralmente, de “doença posta”, fruto de feitiços, malefício que costumava se estender aos familiares.⁸² Entre os objetos e os meios utilizados pelo curandeiro, constavam velas, espelhos e rezas católico-cristãs, como a Confissão, o Ato de Contrição e o Credo. Peças de roupa de seus clientes também eram requisitadas. Ministrava como medicamentos, no processo de cura, poções de cachaça com arruda, folhas de alho, pós não identificados e sementes de algodão, além de gemadas e leite, os quais, após consumidos, levavam a um estado de torpor que objetivava induzir à vulnerabilidade. De acordo com a matéria, as atividades de Custódio eram falaciosas e intentavam, com efeito, abusar sexualmente de meninas e mulheres indefesas, crédulas de seus poderes curativos.⁸³

O que se percebe, através dos exemplos aqui demonstrados, é a evidenciação dos aspectos negativos desses personagens. Imagens que refletiam os conceitos erigidos pelos representantes de uma dada categoria social, a da elite branca, letrada e principalmente senhorial, sobre outra categoria, a dos africanos e afrodescendentes marcados pela realidade do cativeiro, pela diáspora e pelo inevitável processo de criouliização⁸⁴, em que a prática da feitiçaria era carregada de múltiplos sentidos.

Faz-se adequado expor que, para a população escrava, os feiticeiros eram vistos como figuras de liderança de importante representatividade. De acordo com Machado, “[...] não cabia ao feiticeiro criar o mal ou a desgraça, mas, antes, exorcizá-los pelos meios adequados, fossem estes representados pela doença, pelas carências materiais ou afetivas, pelos senhores, ou, obviamente, pela própria escravidão.”⁸⁵ Essa dimensão da feitiçaria não se compreendia àquela época. Muito embora, nas experiências cotidianas de toda a sociedade, valores e crenças se viam, ainda, fortemente atrelados ao universo do sobrenatural, para o qual não apenas a comunidade africana e afrodescendente recorria.

Numa sociedade assinalada por diferentes culturas, com destaque para a indígena, lusa e africana, constituía-se inevitável que os interesses fossem conciliados. Sob essa perspectiva, torna-se possível compreender o lugar ocupado, por exemplo, pelos símbolos do catolicismo

⁸² Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 12, n.1212, 25 set. 1874. p.1. BN-HDB.

⁸³ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 12, n.1212, 25 set. 1874. p.1. BN-HDB.

⁸⁴ Sobre diáspora e criouliização ver: GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 34/Universidade Cândido Mendes, 2001.; e HEYWOOD, Linda M. (Org.). *Diáspora negra no Brasil*. Trad. Ingrid de C. V. Fregonez et al. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

⁸⁵ MACHADO, Maria Helena P. T. *O Plano e o Pânico...*, op. cit. 2010. p.105.

nos procedimentos rituais realizados por curandeiros ou feiticeiros negros, já que eles se incorporariam ao cotidiano das pessoas em virtude da forte presença da Igreja no processo de colonização. De igual maneira, é exequível assimilar as razões pelas quais pessoas de diferentes origens recorriam aos curandeiros ou feiticeiros para dar cabo aos problemas de que padeciam, já que estes figuravam bastantes familiares na composição de suas trajetórias históricas.

De fato, quaisquer pessoas poderiam se valer dos préstimos de um feiticeiro a fim de debelar os males que com frequência os atingiam. Num cenário em que indivíduos provenientes de níveis sociais distintos conviviam diariamente, tornava-se impossível manter estanques suas singularidades culturais. Assim, no que se refere à utilização por variada gente da sociedade de meios alinhavados por componentes da cultura africana, verifica-se, através do exemplo de Juca Rosa e alguns de seus pares que se dedicaram às artes de curar, o nível de sua recorrência. Não é possível saber se havia agentes oficiais da saúde que iam ao encontro de tais recursos. Porém, essa é uma hipótese que não pode ser descartada numa época em que saberes de tantas procedências se misturavam.

Sob o discurso da medicina oficial

Mas no Brasil do século XIX uma série de transformações importantes seria assistida no âmbito das práticas médicas. Essas transformações foram gestadas já na segunda metade do setecentos, quando algumas nações europeias, como Alemanha, França e Inglaterra passaram a produzir discursos que atribuíam à manutenção da saúde a via de acesso ao alcance do progresso. Tais discursos proporcionaram o afloramento de um modelo de medicina que convencionalmente foi denominado Medicina social. Fomentaram, com isso, a reestruturação do ensino de médico, investindo aos que se formavam nos centros de saber, do poder para atuar com exclusividade no trato das doenças, sobretudo, intentando a manutenção da saúde da sociedade.⁸⁶

Tratava-se, essa medicina, num grande projeto centrando na identificação da causalidade das enfermidades, no controle dos corpos que eram seus vetores, visando, em essência, dirimir as desordens e promover a manutenção da força de trabalho essencial ao desenvolvimento econômico das nações, principalmente aquelas que estavam em processo de industrialização. No cerne dos interesses que entraram em sua pauta, as doenças ganharam

⁸⁶ Sobre a medicina social ver: MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.; COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e Norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.; e FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4 ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

lugar de destaque. Moléstias consideradas danosas pelo seu potencial de alastramento, como a varíola, o cólera, a febre amarela, a lepra, a sífilis e a tuberculose, mereceram especial atenção. Patologias que incidiam sobre o comportamento dos indivíduos, a exemplo da alienação mental, também se constituíram alvo da medicina social.

Mas para além das doenças um olhar mais acurado acerca dos corpos impôs signos a categorias sociais que, através de suas condutas e origens, precisavam ser controladas e disciplinadas no propósito de não exercer influencia nociva ao restante da população. Eram eles criminosos, prostitutas, arruaceiros, bêbados e toda uma infinidade de sujeitos estigmatizados⁸⁷ que punham em risco o desenvolvimento da sociedade que se pretendia construir. Faziam parte desta lista, indivíduos que atuavam de maneira paralela às funções laborais que exerciam, mormente, em atividades concernentes ao campo da cura para as quais não estavam devidamente credenciados pelos órgãos oficiais.⁸⁸

Para Machado, Portugal simpatizou com esse movimento. No entanto, as mudanças que promoveu pouco alteraram a estrutura institucional vinculada ao exercício médico. Isso porque, embora o Império português tenha engendrado estratégias para que a medicina, a cirurgia e a farmácia fossem efetuadas por licenciados, ao fim do século XVIII, quando da criação do Proto-medicato, nenhuma relevância foi dada à problemática das doenças e à promoção da saúde. Tratava-se, a exemplo do que já vinha ocorrendo no território imperial, de refrear os danos causados por aqueles que se imiscuíam em atuar como médicos, cirurgiões e boticários, sem o devido consentimento.⁸⁹

Com o deslocamento da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, o Proto-medicato foi substituído pela Fisicatura-mor, sendo suas atribuições semelhantes às da instituição anterior. Segundo Pimenta, constituía-se “[...] por um juízo privativo dividido internamente por assunto que fosse da competência do Físico-mor ou do Cirurgião-mor.”⁹⁰ Ao primeiro cabia

⁸⁷ Sobre estigma ver: GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia B. de M. L. Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

⁸⁸ Ver: MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma...*, op.cit. 1978.; COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e...*, op. cit. 1979.; FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder...*, op. cit. 1984.; LUZ, Madel Terezinha. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.; EDLER, Flávio C. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro (1854-1884)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História), USP.

⁸⁹ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma...*, op. cit. 1978. Ver especialmente Parte 1, Capítulo 1: A doença no caminho do governo, Subtítulo: Legalizar a arte de curar.

A Junta do Proto-medicato foi instituída em 1782, sendo a lei assinada por Dona Maria I em 17 de junho deste mesmo ano. Ver: PORTUGAL. “Lei de 17 de junho de 1782: Dá criação á Junta do Proto-medicato.” In: *Collecção da Legislação Protugueza (1775-1790)*. Lisboa: Typ. Maigrense, 1828. p.1782-1783. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=109&id_obra=73&pagina=1> Acesso em: 04 jan. 2013.

⁹⁰ PIMENTA, Tânia S. *As artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX*. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP. p.12.

fiscalizar o exercício da medicina e da farmácia, bem como da venda de drogas medicinais e bebidas. Era de sua alçada, ainda, atentar para a prática do curandeirismo, impedindo a atuação de curadores populares sem a devida anuência da instituição. Ao segundo competia supervisionar a atividade da cirurgia, velando sobre aquelas desenvolvidas por parteiras, dentistas e sangradores, as quais só poderiam ser operadas por quem obtivesse licença de seu órgão regulador.⁹¹

Instituída pelo Decreto de 7 de fevereiro de 1808, a Fisicatura-mor foi regulada em 23 de novembro do mesmo ano, através de Alvará Régio. Em 22 de janeiro de 1810 seus estatutos sofreram alteração, tendo por base as funções atribuídas à Provedoria-mor instaurada em 28 de julho de 1809. Por essas alterações, a estrutura montada deixou de legislar sobremaneira sobre a fiscalização do exercício da medicina e regulação de suas áreas afins, a exemplo do funcionamento das boticas e ministração de medicamentos. Ampliou sua esfera de atuação, preocupando-se com a problemática da saúde pública a partir do controle sobre as embarcações, especialmente sujeitas à veiculação de doenças e, inclusive, sobre os alimentos desembarcados nos portos, cuja má conservação oferecia risco à salubridade pública.

Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que este Alvará de Regimento com força de lei virem, que havendo tomado em consideração quando cumpria ao bem geral e à felicidade particular dos meus fiéis vassalos a conservação da saúde pública, e o zelar-se que ele não se estrague por contágio comunicado por embarcações, passageiros e mercadorias que entrem neste porto e nos demais deste Estado, contaminados de peste e de moléstias contagiosas, e por meio de mantimentos e víveres tocados de podridão ou já corrompidos: fui servido por Decreto de 28 de julho do ano próximo criar o lugar de Provedor-mor da saúde da Corte e Estado do Brasil, e encarregar-lhe o cuidado e vigilância deste objeto de tanta importância, e em que muito vai o interesse público e o aumento da população: e convindo que para a prosperidade e segurança deste estabelecimento praticado na maior parte das nações cultas e civilizadas da Europa, e no porto de Lisboa, que se determine a jurisdição do Provedor-mor, e das mais pessoas empregadas nos negócios desta Repartição, quais são os objetos da sua incumbência e as maneiras com que se devem pôr em prática as providências necessárias para conseguir-se o fim útil de conservar-se ileso de contágio, moléstias epidêmicas e peste, a saúde pública [...].⁹²

Ensaia-se, nesse sentido, um primeiro movimento do Estado, em território colonial, preocupado com manutenção da saúde e vinculando-a com os desejos de progresso de forma a acompanhar os padrões estabelecidos pelas nações europeias, em que o grau de civilidade e cultura eram modelares. Mas no Brasil os centros de formação profissional inexistiram até 1808. Essa realidade coadunava com os interesses da Coroa em manter a Colônia sob seu

⁹¹ PIMENTA, Tânia S. *As artes de curar...*, op. cit. 1997. p.12.

⁹² BRASIL. “Alvara de 22 de Janeiro de 1810: Dá Regimento ao Provedor-Mór da Saude.” In: *Collecção das Leis do Brasil de 1810. Cartas de lei, Alvaras, Decretos e Cartas Regias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p.17. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-39909-22-janeiro-1810-570996-publicacaooriginal-94091-pe.html>> Acesso em: 12 mar. 2012.

domínio, principalmente no âmbito da produção do saber científico, considerado elemento importante para que fossem difundidos movimentos independentistas. Assim, somente com o deslocamento da Corte esses centros foram criados, em especial para atender as suas demandas. Essas demandas incluíam a presença de profissionais devidamente capacitados para lidar com os problemas de saúde que poderiam afetar a nobreza portuguesa e igualmente o desenvolvimento do lugar sobre o qual foi instalada a nova sede do Império português. Foram esses mesmos profissionais, sobretudo formados na Universidade de Coimbra, que deslocados para o Brasil passaram a fomentar a institucionalização de seu campo de conhecimento em território brasileiro.

Nesse movimento, já em 1808 foi criada a Escola de Cirurgia na província da Bahia, transformada em Academia Médico-Cirúrgica em 1813. No Rio de Janeiro, estabeleceu-se, em 1808, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica que, em 1813, foi igualmente convertida em Academia Médico-Cirúrgica. A partir de 1822, em face do alcance da soberania nacional, uma elite médica se tornou aos poucos adstrita ao modelo convencionalmente denominado medicina social, dando outros tons aos ofícios relacionados à saúde e ao tratamento das doenças. Assim, em 1829 foi criada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, futura Academia Imperial. Do mesmo modo, no ano de 1832, as Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia sofreram remodelações, alçando à categoria de Faculdades.⁹³

Embora a classe douta se mantivesse avessa às atividades realizadas no campo da saúde por gente não licenciada, como afirmou Pimenta, não eram raros os que vislumbravam o papel dos curandeiros como importantes naquele território dotado de locais inóspitos onde os facultativos e cirurgiões eram inexistentes.⁹⁴ Nesse sentido, a proposta de regulamento interino acerca da Fiscatura-mor elaborada por José Maria Bomtempo em 1824 se caracteriza ilustrativa. Em seu Título II, Artigo III, § 6, o médico português assim se pronunciava:

E, pois, neste fértil país, no qual a natureza foi liberalíssima com a produção de infinitos agentes vegetais, de admiráveis virtudes medicinais; e a necessidade procedida da falta de facultativos, tem forçado a alguns indivíduos a aplicarem remédios simples, pelo conhecimento e experiência transcendente de suas virtudes e da identidade de casos; pode em semelhantes circunstâncias o Físico-mor mandar proceder a exames de semelhante natureza, e pelo seu Delegado, a pessoas que tiverem conhecimento de semelhantes agentes, as quais se passarão os provimentos

⁹³ Sobre a trajetória da institucionalização da medicina no Brasil Imperial ver: MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma...*, op. cit. 1978.; KURY, Lorelai B. *O império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850)*. Niterói, 1990. Dissertação (Mestrado em História), UFF.; e SILVEIRA, Felipe Augusto de B. “Pela medicina rumo à civilização: a medicina como mediador do processo civilizatório no Brasil Império (1808-1832).” *Histórica*. São Paulo, n.44, p.1-9, out. 2010. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao44/materia03/texto03.pdf>> Acesso em: 12 out. 2011.

⁹⁴ PIMENTA, Tânia S. *As artes de curar...*, op. cit. 1997. p.25.

de curandeiros, achando-se estes em circunstâncias e em lugares onde não existam facultativos: e servirá por ora de regra para tais casos o que se acha disposto no Alvará de 21 de janeiro de 1810, em quanto se não organiza o Regulamento Geral.⁹⁵

Por certo, a realidade presente no Brasil, onde a oferta de médicos era de fato reduzida, relegava às áreas mais distantes dos centros urbanos uma maior ausência desses profissionais. No intuito de equacionar essa falta ao problema da incidência das enfermidades, previa-se, então, que curandeiros e práticos atuassem nessas regiões. Contudo, tal atuação deveria ser sempre mediada pelas instâncias oficiais, denotando o aspecto de submissão imposto a esses indivíduos. Para Pimenta, o papel desempenhado pelos curandeiros era considerado legítimo à época da Fisicatura-mor. Porém, as concepções que tinham sobre o estado de doença e as práticas de cura muitas vezes se distanciavam daquelas concebidas pelos profissionais saídos das instituições de ensino. Nesse sentido, a função da Fisicatura-mor era ajustar as ações dos curandeiros de forma a moldá-las a partir de seus cânones. Esse ajustamento deveria se restringir à identificação de determinadas doenças, tratando-as com remédios reconhecidamente eficazes pelos fiscalizadores.⁹⁶

Cabe aqui salientar que muitos desses remédios, para algumas sociedades, não haviam brotado da experiência científica. Caracterizavam-se fruto de observações empíricas que resultaram na percepção das propriedades medicinais encontradas nos recursos oferecidos pela natureza, como pôde ser visto anteriormente. Nesse sentido, não importava qual era a origem dos conhecimentos ali produzidos, conquanto que eles fossem asseverados pelos representantes da medicina oficial, que atestavam a sua aplicabilidade e tomavam, para si, um conhecimento de gênese incógnita.⁹⁷

Verifica-se, a partir dessa realidade, que os curadores populares, sob a fiscalização da Fisicatura-mor, poderiam até operar seus ofícios, mas para tanto precisavam de autorização. Essa autorização não se limitava, unicamente, à comprovação de um exercício terapêutico comum. Era preciso despendar valores consideráveis para atuar como licenciado, fato que

⁹⁵ BOMTEMPO, José Maria. “Regulamento interino para a Fisicatura Mór do Imperio do Brasil.” In: *Trabalhos medicos offerecidos á Magestade do Senhor D. Pedro I, Imperador do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1825. p.31. Disponível em: <<https://archive.org/details/trabalhosmedicos00bomt>> Acesso em: 03 mar. 2014. José Maria Bomtempo era português e formado em medicina e filosofia pela Universidade de Coimbra. No Brasil, exerceu a função de Delegado do Físico-mor do Reino, sendo posteriormente membro da Academia Imperial de Medicina. Além dos vínculos estabelecidos com órgãos oficiais ligados à prática médica, Bomtempo elaborou uma série de textos voltados à medicina, entre os quais, “Compendios de materia medica” (1814), “Compendios de medicina pratica” (1815) e “Trabalhos medicos” (1825), estando, neste último, a proposta de regulamento interino dirigido à Fisicatura-mor, citado acima.

⁹⁶ PIMENTA, Tânia S. *As artes de curar...*, op. cit. 1997. p.25-26.

⁹⁷ Ver: KURY, Lorelai B. et al. (Orgs.). *Usos e circulação...*, op. cit. 2013.

afastava os curandeiros e os práticos, a exemplo dos sangradores, barbeiros, boticários, incluindo os que se dedicavam a partejar, da procura pela obtenção das licenças.⁹⁸

Percebe-se, nessa trajetória, que a estratégia de assegurar o controle sobre as atividades vinculadas à medicina escapava, no entanto, à concretude das experiências ali esboçadas. Isso porque curandeiros, raizeiros, benzedores, mezinheiros, barbeiros e sangradores, além de outros agentes de saúde, realizavam modos muito particulares de cura, distantes ou não, das vistas dos fiscalizadores. Podiam ser encontrados e procurados por quem quer que fosse não apenas nas zonas interioranas, mas inclusive nas ruas das cidades mais importantes e populosas, a exemplo do “Cirurgião negro” descrito pelo viajante francês Jean-Baptiste Debret, em sua “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.”⁹⁹

Imagem 1

Fonte: “Le chirurgien nègre”. Planche 46. Dessin Jean-Baptiste Debret. Lithographie Thierry Frères. In: DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Imprimeurs de L’Institut de France, 1835. Tome II.

⁹⁸ Ver: EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes...*, op. cit. 2008. Capítulo 6: O combate aos terapeutas populares e aos charlatões.

⁹⁹ Jean-Baptiste Debret esteve no Brasil entre os anos de 1816 e 1831, através da Missão Artística Francesa cujo objetivo era criar, a pedido da Coroa portuguesa, uma academia de artes e ofícios para atender às demandas da Nova Corte em território colonial. Formado pela Escola de Belas Artes de Paris, Debret utilizou os seus conhecimentos para retratar a vida cotidiana da sociedade durante os anos de sua estada no Brasil. Assim, em sua obra, um conjunto relevante de desenhos litografados compreenderam aspectos importantes dos habitantes de várias províncias brasileiras as quais visitou, sendo africanos e afrodescendentes ilustrados com frequência. Ver: DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Imprimeurs de L’Institut de France, 1835. Tome II. p.142. Para a trajetória de Debret no Brasil ver: LIMA, Valéria. *J.-B. Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

De acordo com Debret, esse personagem presente em cada bairro do Rio de Janeiro, atendia nos vãos das portas das mercearias, realizando consultas de maneira gratuita e cobrando pelos remédios receitados. Além dos medicamentos, oferecia talismãs ou amuletos curativos, como o pequeno chifre de boi que, colocado na cabeça dos pacientes, tinha o poder de evitar hemorroidas ou afecções espasmódicas. Esse mesmo chifre era usado como ventosa. Nas palavras de Debret, uma ciência positiva executada pelo negro em plena rua, a quem foi, pelo viajante, referenciado como charlatão.

Em cada bairro da cidade, há um cirurgião africano, cujo gabinete de consulta, renomado, está instalado sem a menor cerimônia no vão da porta de uma venda. Generoso consolador da humanidade negra, ele dá suas consultas gratuitamente; mas como os remédios receitados exigem certa preparação elaborada, fornece os remédios e cobra por eles. E, por último, culminância de seus altos conhecimentos, também vende talismãs curativos, em forma de amuletos. Citarei aqui apenas o pequeno cone misterioso, feito de cife de boi, preciosa joia de seis linhas de altura, que deve ser pendurado no pescoço para evitar irrestritamente os ataques de hemorroidas, ou as afecções espasmódicas etc. Mas paro por aqui, e passo em silêncio mil outras propriedades do gênero.

Quanto à colocação das ventosas, ciência positiva e de aplicação externa, ele a executa em plena rua, perto de uma casa ou, mais comumente, numa pracinha onde não passam carruagens. No entanto, eles são poucos, mas os pobres recorrem a esses *charlatães* [...].¹⁰⁰

As ventosas se faziam comuns para o tratamento de algumas enfermidades e na drenagem de pústulas ou lesões com pus. Na medicina chinesa, o uso de chifres de animais era o mais usual, sendo substituído por outros equipamentos apenas em época mais recente, quando de sua aplicação em afecções respiratórias, no primeiro milênio, e em problemas abdominais e do cérebro, já no segundo.¹⁰¹ Interessante refletir sobre como essa terapêutica era, no Brasil do período oitocentista, tida como uma “ciência positiva” e, de igual forma, praticada por gentes cujos conhecimentos acerca da saúde eram vistos como questionáveis. De fato, as ventosas utilizadas pelo negro descrito por Debret na primeira metade do século XIX foram referenciadas por Pedro Luiz Chernoviz na segunda metade. O “Diccionario de medicina popular”, reformulado em todas as edições, apresentava em 1890, quando da

¹⁰⁰ O fragmento original, em francês, encontra-se em: DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique...*, op. cit. 1835. Tome II. p.142.

¹⁰¹ BEAU, Georges. *A medicina chinesa*. Trad. Maria Cristina P. Bastos e Maria Ângela C. da Silva. Rio de Janeiro: Interciência, 1982.

publicação de sua sexta edição e após dois anos de sua morte, um verbete relativo às ventosas.¹⁰²

Pequeno vaso destinado a fazer vácuo na superfície da pele, com o fim de atrair o sangue ao lugar em que se aplica. Os vasos que costumam servir para ventosas são de diferentes espécies. Uns de chifre furados no ápice, por cujo furo se opera com a boca a sucção do ar, e tapa-se com cera quando a ventosa está aderente; outros são de vidro, de formas muito variadas, os quais podem ser substituídos por um copo qualquer.¹⁰³

Ocupando lugares hierárquicos distintos, o cirurgião negro de Debret, provavelmente um escravo, já que não carregava calçados aos pés, partilhava do mesmo conhecimento do renomado médico autor do tratado de saúde que obteve tantas edições, embora esse conhecimento fosse, para cada um deles, dotado de peculiaridades. Isso porque o chifre de boi, tomado enquanto instrumento associado à terapia das ventosas podia, certamente, carregar outros sentidos. Na medicina tradicional centro-africana, aos cornos de animais ou cabaças introduziam-se preparados mágicos que aumentavam a sua potencialidade¹⁰⁴ Não seria equivocado pensar, sob essa perspectiva, que o cirurgião negro do viajante francês fizesse uso dessas poções, do mesmo modo que muitos médicos formados se servissem desses conhecimentos. Sobree esse aspectos, tem-se no relato de Auguste de Saint-Hilaire quando de sua estada ao Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo no ano de 1822, outro exemplo emblemático:

¹⁰² Pedro Luiz Napoleão Chernoviz nasceu na Polônia em 1812. Em Varsóvia, na década de 30, iniciou seus estudos de medicina. Foi expatriado do país por envolvimento numa revolta contra o governo russo. Residindo na França, graduou-se aos 25 anos, tornando-se médico pela Universidade de Montpellier. Mudou-se para o Brasil durante a década de 40, onde objetivava exercer a profissão. Teve o diploma reconhecido pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e passou a integrar a Academia Imperial de Medicina. Observando a falta de profissionais de saúde nas áreas interioranas do Império, resolveu se dedicar à elaboração de manuais voltados a servir de fonte de consulta, principalmente, para a população leiga. A ideia era de que nas zonas rurais as pessoas pudessem fazer uso das prescrições contidas em seus escritos a fim de que pudessem tratar dos problemas de saúde de que padeciam. Entre as obras elaboradas por Chernoviz, destacam-se o “Formulario e guia medico” (1841), e o “Diccionario de medicina popular” (1842). Além delas, artigos de sua autoria foram impressos na “Revista Medica Fluminense” e na “Gazeta Medica da Bahia”. Sobre a vida e da obra de Chernoviz ver: FIGUEIREDO, Betânia G. “Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular.” *Educar*. Curitiba, n.25, p.59-73, 2005. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewFile/2238/1870>>. Acesso em: 12 mar. 2011.; GUIMARÃES, Maria Regina C. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no império*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em História), FIOCRUZ.; e _____. “Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império.” *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.12, n.2, p.501-514, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n2/16.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

¹⁰³ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.1189.

¹⁰⁴ APPELBOOM, Thierry et al. (Org.). *The Art of Healing in Africa: between tradition and modernity/L'art de guérir en Afrique: entre tradition et modernité/A Arte de Curar em África: entre a tradição e a modernidade*. Bruxelles/Budapest/Lisboa: Musée de la Médecine/Semmelweis Orvostörténeti Múzeum, Konyvtár és Levéltár/Sociedade de Geografia de Lisboa, 2005.

Rancho de Manoel Vieira, uma légua e meia, 12 de fevereiro. Alojei-me numa granja onde já havia alguns viajantes, que vão a negócios, da Vila de Oliveira ao Rio de Janeiro e parecem pessoas abastadas.

Entre eles, um cirurgião que se apressou em me dar a conhecer os seus títulos tomando ares de importância que pareciam dizer “Senhores, respeitem-me”. Cada qual se apressou em consultá-lo e, entre outros, um moço que o comandante de Rio Preto pediu-me que levasse a Barbacena e sofre de não sei que doença de pele. O honrado cirurgião disse-lhe que lhe ia dar um remédio. No dia seguinte estaria são. Misturou efetivamente pólvora ao sumo do algodão; com semelhante droga esfregou as partes enfermas a que benzeu depois mandando o paciente deitar-se, a assegurar-lhe o êxito de sua medicação.

Já tive diversos ensejos de falar, no meu diário, da confiança que os brasileiros dispensam aos amuletos e remédios de simpatia. Um dos meios de cura que empregam, também muito frequentemente, é o benzimento de seus males. O charlatão terapeuta deve ao mesmo tempo repetir uma fórmula devocional. Uma multidão de indivíduos encarrega-se assim de benzer as pessoas e isto na maior boa fé; mas não posso conceber que um homem que se intitula cirurgião e, por conseguinte, deve ter sido diplomado, sancione com o exemplo as práticas supersticiosas.¹⁰⁵

Como bem registrou Saint-Hilaire, o cirurgião, recorria a procedimentos tidos por muitos letrados como nebulosos, contrários ao espírito científico que se buscava preconizar já àquele tempo. Isso demonstra a linha tênue que separava a prática médica oficial daquela considerada popular, exercida por gente de diferentes extratos sociais, oriundas de culturas distintas que se amalgamaram e estavam inseridas no cotidiano da sociedade sem ser possível identificar com precisão a sua genealogia.

No contexto da independência do Brasil e na esteira do movimento que deu fomento à criação das faculdades de medicina na década de 1830, a Fisicatura-mor acabou sendo extinta, sendo suas funções realocadas para as Câmaras Municipais.¹⁰⁶ Assim, embora José Maria Bomtempo tenha deixado evidente, em sua proposta de regulamento para Órgão, que os curadores populares desempenhavam funções importantes na antiga Colônia portuguesa, suas ideias não eram partilhadas pela classe médica que imigrava para o Império ou se formava nesses novos centros de ensino.

¹⁰⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Trad. Affonso de E. Taunay. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. p.49-50. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/segunda-viagem-do-rio-de-janeiro-a-minas-gerais-e-a-sao-paulo-1822/pagina/5/texto>> Acesso em: 02 set. 2012.

¹⁰⁶ A extinção dos cargos vinculados à Fisicatura-mor, entre os quais, o de Provedor-mor, Físico-mor, Cirurgião-mor se deu através da lei de 30 de agosto de 1828, passando para as Câmaras as funções jurídicas e demais prerrogativas antes atribuídas ao Órgão. Ver: BRASIL. “Lei de 30 de Agosto de 1828: Extingue os lugares de Provedor-mór, Physico-mór e Cirurgião-mór do Imperio.” In: *Collecção de Leis do Imperio Brazil de 1828. Actos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1878. Parte I. p.24. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38197-30-agosto-1828-566168-publicacaooriginal-89805-pl.html> Acesso em: 12 mar. 2012.

Com a consolidação das faculdades, mas igualmente com a criação de associações vinculadas à medicina e áreas afins não apenas na Capital do Império¹⁰⁷, a oferta de médicos tendeu a aumentar, propiciando que essa categoria de indivíduos se articulasse para combater os curadores populares e outras formas de práticas terapêuticas gestadas fora das instituições de formação. Consequentemente, todo um discurso foi produzido ao longo do século XIX, em especial a partir dos anos 30, objetivando o desaparecimento de ofícios vinculados à área da saúde realizados por gente sem diplomação. Atentavam para a ausência de uma legislação nacional punitiva àqueles que se dedicavam às artes da cura e do trato do corpo, adjetivando-os de feiticeiros ou impostores e charlatães.¹⁰⁸

Para Eugênio, o exercício de atividades vinculadas ao campo da saúde por pessoas sem instrução acadêmica possuía algumas explicações. De certo modo há muito tempo a população havia construído formas próprias de lidar com as doenças, principalmente pela ausência de profissionais formados. Quando da existência desses profissionais, seus honorários não podiam ser pagos pelas gentes de poucos recursos. Além disso, as formas de

¹⁰⁷ Para além da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro instituída em 1829 e seis anos mais tarde transformada em Academia Imperial de Medicina, em 1841 foi criada a Sociedade de Medicina Pernambucana, em 1848 a Academia de Ciências Médicas da Bahia, em 1850 a Associação Médico Farmacêutica do Rio Grande do Sul, em 1865 a Sociedade Baiana de Beneficência Médica, em 1879 a Sociedade Médico Farmacêutica de Campos, em 18 a Sociedade Rio Grandense Médico Cirúrgica, em 1887 a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, e em 1888 a Sociedade Médico Cirúrgica de São Paulo. Ver: SALLES, Pedro. *História da medicina no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2004.

¹⁰⁸ Pesquisas atuais sobre a história das práticas de cura no Brasil tendem a estabelecer diferenças entre o curandeirismo, a feitiçaria e o charlatanismo. Dias, ao estudar os processos judiciais que envolveram curadores populares e charlatães nas Minas Gerais do século XIX, entreviu que os juízes entendiam os curandeiros e os feiticeiros como personagens oriundos das classes sociais mais baixas, sem qualquer conhecimento erudito. Geralmente eram vistos como analfabetos e ignorantes e não necessariamente eram enganadores. Quase sempre, acreditavam nos componentes mágicos relativos aos processos de cura que agenciavam, diferenciando-se, portanto, dos charlatães. Quanto a estes, geralmente podiam ter letramento e ludibriavam os crédulos intencionalmente, fazendo-se passar por médicos formados. Para Machado e Couceiro, a expressão “charlatão” passou a integrar o vocabulário médico no contexto do Brasil Império e no bojo do projeto de medicalização da sociedade, ou seja, em momento contíguo à criação das instituições de ensino médico, mormente as faculdades. Seu significado esteve atrelado à ideia de exercício ilegal da medicina, servindo, portanto, como instrumento de controle e coerção sobre aqueles que realizavam atividades no campo da saúde, dizendo-se licenciados sem, de fato, dispor de autorização ou diploma. Com a introdução da homeopatia no Brasil na década de 1840 e a sua crescente acolhida no bojo da sociedade, os médicos saídos da Faculdade do Rio de Janeiro, alguns deles membros da Academia Imperial de Medicina, promoveram uma campanha para projetar sobre os homeopatas, igualmente o sinônimo de charlatães. Tratava-se, naquele contexto, de uma tentativa, gestada numa ala específica da corporação médica, de manter preservado o seu lugar privilegiado no exercício da profissão. Ver: MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma...*, op. cit. 1976. Especialmente a Parte 2: Melhor prevenir do que remediar.; COUCEIRO, Luiz Alberto A. *Pai Gavião e a coroa da salvação: crença e acusações de feitiçaria no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), UFRJ.; e DIAS, Marcelo R. *Repressão ao curandeirismo...*, op. cit. 2010. Especialmente o Capítulo 3: Desconstruindo os processos criminais sobre repressão ao curandeirismo.

tratamento empregadas não davam conta de debelar grande número de enfermidades, sendo, portanto, vistas com descrédito por parte preponderante da sociedade.¹⁰⁹

Witter apontou outras possibilidades em estudo sobre as práticas de cura a partir de uma personagem de origem africana que, em meados do século XIX, na em Santa Maria da Boca do Monte, Rio Grande do Sul, ficou conhecida como grande curandeira, sendo requisitada com frequência pela comunidade. De acordo com a autora, a população, nessa localidade, concebia os representantes da medicina oficial com grande desconfiança, principalmente, em função dos tratamentos que ministravam, em geral, bastante dolorosos, o que provocava a sua não acolhida. A ausência de médicos não se caracterizava como justificativa à procura de práticas populares à resolução de seus problemas de saúde; estava ligada, muito mais, às representações estabelecidas em torno do estado de doença. Essas representações, apenas ao campo do sobrenatural e cujos significados se encontravam naturalizados no conjunto de suas experiências cotidianas, eram, para essa sociedade, “[...] muito mais compreensíveis do que o desequilíbrio dos humores ou a auscultação do coração.”¹¹⁰

Ainda para Witter, as práticas de cura implicavam, no contexto do século XIX, o uso de diferentes formas para o reestabelecimento da saúde. Além disso, eram abarcadas por “[...] influências culturais múltiplas, as quais mantiveram um contínuo processo de adaptação e reformulação.”¹¹¹ Seus agentes “[...] foram compostos pela mesma diversidade que marcava seus saberes.”¹¹² Se entre eles havia profissionais formados nas duas faculdades de medicina brasileiras e, de igual maneira, autodidatas legalmente habilitados para atuar como curadores; de outro havia aqueles indivíduos que, mesmo incorporando elementos da medicina oficial, sedimentaram suas atividades através da absorção dos saberes assentados na cultura popular, “[...] passados de pais para filhos, adaptados e mesclados aos conhecimentos adquiridos a cada geração.”¹¹³

Nesse grupo, estão desde as mães e avós a todo tipo de curador oriundo da comunidade, sabedores de raízes e benzeduras, conhecedores dos usos da flora e da

¹⁰⁹ EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes...*, op. cit. 2008. p.147. O autor apontou essas razões a partir da análise de relatório produzido pela Sociedade de Medicina de Pernambuco, publicado em seus Anais no ano de 1842. Ver: SOCIEDADE de Medicina de Pernambuco. *Anaes da Sociedade de Medicina Pernambucana*. Recife, ano 2, n.3, 1842. Os “Anaes” se encontram no Real Gabinete Português de Leitura: Rua Luís de Camões, 30 - Centro - CEP 20080-090 - Rio de Janeiro/RJ. Telefone: (21)2221-2960. Email: gabinete@realgabinete.com.br

¹¹⁰ WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p.90.

¹¹¹ WITTER, Nikelen A. *Dizem que foi...*, op. cit. 2001. p.85.

¹¹² WITTER, Nikelen A. *Dizem que foi...*, op. cit. 2001. p.85.

¹¹³ WITTER, Nikelen A. *Dizem que foi...*, op. cit. 2001. p.91.

fauna no combate às doenças, assim como, muitas vezes, da história pessoal e familiar de cada um de seus doentes.¹¹⁴

Principalmente para essa categoria, os formados nas academias voltaram seus olhares procurando garantir o seu lugar no exercício da profissão em defesa da classe a qual passaram a representar. O nexos para essa assertiva reside no fato de que se os curandeiros populares eram os seus maiores alvos, não foram infrequentes querelas envolvendo os profissionais de formação, especialmente porque esses mesmos profissionais, embora partilhando de formas afins de conhecimento alicerçadas nas teorias científicas modernas, utilizavam, para o tratamento das doenças, modos diversos de terapêuticas, a exemplo da homeopatia.¹¹⁵

Para Edler não existia uma regra no discurso acerca da medicalização da sociedade. Tão pouco, em relação às práticas de cura.¹¹⁶ Havia instituições alinhavadas aos preceitos da medicina social, sendo fortemente influenciadas pelo positivismo, entre elas, as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, além da Academia Imperial da Medicina. Mas também havia aquelas em que as interpretações sobre o estado de saúde e doença, influenciadas pela ideia de “vitalismo”, eram distintas, como a homeopatia.¹¹⁷ Com os seus representantes, a elite médica também se indis põs, articulando-se de forma que o ensino homeopático fosse desqualificado e invalidado pelas instâncias oficiais.¹¹⁸

Logo, na esteira desse movimento de combate à homeopatia, aos homeopatas e a toda a sorte de charlatões, curandeiros e feiticeiros, manifestações gestadas principalmente entre os

¹¹⁴ WITTER, Nikelen A. *Dizem que foi...*, op. cit. 2001. p.91.

¹¹⁵ Ver: EDLER, Flávio C. *As reformas do ensino...*, op. cit. 1992.; WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria/Bauru: UDSM/EDUSC, 1999.; SAMPAIO, Gabriela dos R. *Nas trincheiras da...*, op. cit. 2001.; e PIMENTA, Tânia S. “Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos.” *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.11 (supl.), p.67-92, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11s1/03.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2011.

¹¹⁶ EDLER, Flávio C. “A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico.” *Asclepio*. Madrid, vol.50, n.2, p.169-186, 1998. Disponível em: <<http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/341/339>> Acesso em: 12 jan. 2011.

¹¹⁷ A ideia de vitalismo tem como fundamento a existência, nos indivíduos, de uma força vital de caráter imaterial responsável pela manutenção da vida. Essa força, distinta de corpo e do espírito, estaria presente na totalidade do organismo, sendo responsável por todos os fenômenos de natureza fisiológica. O desequilíbrio da força vital seria o principal responsável pelo estado de doença. Assim, na homeopatia, a manutenção da harmonia dessa força esteve na base da terapêutica empregada para a restituição da saúde, ao contrário da medicina alopática, cujo olhar sobre as enfermidades sempre teve como foco de atenção o universo dos sintomas. Sobre o vitalismo ver: ROSENBAUM, Paulo. *Homeopatia e Vitalismo: um ensaio acerca da animação da vida*. São Paulo: Robe editorial, 1996.; e HAHNEMANN, Samuel. *Exposição da doutrina homeopática ou Organon da Arte de Curar*. Trad. Davi Castro, Rezende Filho, Kamil Curi. São Paulo: GEHSP “Benoit Mure”, 2013.

¹¹⁸ Sobre as teorias que influenciaram a medicina social e a homeopatia ver: LUZ, Madel Terezinha. *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.; _____. *A arte de curar versus a ciência das doenças: história social da homeopatia no Brasil*. São Paulo: Dynamis, 1996. Sobre o movimento de combate à homeopatia ver: MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma...*, op. cit. 1978. Especialmente Parte 2, Capítulo 1: A estratégia de um saber, Subcapítulo: O charlatão na república dos médicos.

membros da Academia Imperial de Medicina procuraram reforçar a importância de ser criado, no Brasil, um órgão de controle acerca do exercício da medicina e áreas afins, em que a regulamentação, desde a extinção da Fisicatura-mor, passou a ser de incumbência das Câmaras Municipais, portanto, sem a devida presença de um corpo jurídico diretamente vinculado à área médica. Essas manifestações tiveram na imprensa comum e especializada fortes aliados. Além disso, trabalhos de medicina passaram a discorrer, também, sobre essa problemática, a exemplo da tese defendida por Tobias Rabello Leite no ano de 1849, centrada na necessidade de criação de uma polícia sanitária no Brasil e de um tribunal voltado à proteção do exercício da medicina, cuja ausência representava “[...] tanto prejuízo para a saúde pública (quanto) imoralidade para o Estado.”¹¹⁹

Apenas a partir da criação da Junta de Higiene Pública, essa questão parece ter sido melhor atendida.¹²⁰ Esse Órgão, instaurado no Rio de Janeiro na esteira da epidemia de febre amarela que assolou a Corte entre 1849 e 1850, significou a materialização de um alinhamento mais expressivo da classe médica com os interesses do Estado no plano da manutenção da saúde pública e, além disso, um meio para sedimentar um conjunto de regras que vetasse aos agentes da cura não diplomados, a extensão de suas atividades. Mas embora a Junta tenha atentado para essa questão através do Decreto n°. 828 de 29 de setembro de 1851¹²¹, o que oferecia mais tranquilidade, principalmente para os médicos formados; curadores de toda a ordem não foram alcançados de maneira expressiva pelas medidas de sanção estipuladas pela Junta.¹²² Isso se deu tanto na Corte, quanto nas demais províncias do

¹¹⁹ LEITE, Tobias R. *Breves considerações acerca da policia sanitaria*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. do Archivo Medico Brasileiro, 1849. p.36. Sobre alguns discursos produzidos no século XIX acerca do charlatanismo ver: IMBERT, Jean-Baptiste A. *Uma palavra sobre o charlatanismo e os charlatões*. Rio de Janeiro: Typ. de J. S. Saint-Amant e L. A. Burgain, 1837. Disponível em: < <http://collections.nlm.nih.gov/catalog/nlm:nlmuid-57310370R-bk> > Acesso em: 03 mar. 2013.; COSTA, Francisco de P. *Algumas reflexões sobre o charlatanismo em medicina*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1841.; FRAGOSO, Antonio Marcelino. *Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convem que o exercicio da medicina seja inteiramente livre?*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1850.; e GUEDES JUNIOR, Joaquim A. P. *Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convem que o exercicio da medicina seja inteiramente livre?* These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, 1853.

¹²⁰ De acordo com Pimenta, a criação das Faculdades de Medicina oportunizaram a hierarquização das práticas de cura, colocando os médicos formados em lugar de destaque diante das demais atividades ligadas à área da saúde. Eram essas duas instituições as responsáveis pela concessão dos títulos de doutoramento em medicina, além de farmacêutico e parteira. Contudo, como sugere a autora, os terapeutas não habilitados continuaram a exercer seu ofício sem que uma fiscalização mais firme pudesse impedi-los de suas ações. PIMENTA, Tânia S. “Transformações no exercício...”, *op. cit.* 2004. p.72.

¹²¹ BRASIL. “Decreto n°. 828...”, *op. cit.* 1852. Tomo XIV. Parte II. p.259-275. Em 1851 a Junta de Higiene Pública, a partir do Decreto n°. 828, passou a ser chamada Junta Central de Higiene Pública.

¹²² Ver: EDLER, Flávio C. *As reformas do ensino...*, *op. cit.* 1992.; WEBER, Beatriz T. *As artes de curar...*, *op. cit.* 1999.; SAMPAIO, Gabriela dos R. *Nas trincheiras da...*, *op. cit.* 2001.; e PIMENTA, Tânia S. “Transformações no exercício...”, *op. cit.* 2004.

Império durante toda a segunda metade do século XIX, a exemplo de Santa Catarina e da Ilha onde estava localizada a sua Capital, tema a ser discutido no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4

A medicina e as práticas de cura na Ilha de Santa Catarina

Era o ano de 1864. A 13 de setembro o jornal “O Despertador” iniciava a publicação de um importante documento que tinha por conteúdo a problemática da saúde na Capital da Província catarinense. Tratava-se do “Ensaio sobre a salubridade, estatística e patologia da Ilha de Santa Catharina, e em particular da cidade de Desterro”, elaborado pelo Doutor João Ribeiro de Almeida no ano antecedente e a pedido do governo imperial.¹ Em formato de relatório, as reflexões produzidas por Almeida objetivavam fornecer ao poder público um retrato acerca das condições sanitárias da Ilha de Santa Catarina e da saúde de sua população. Esse retrato tinha por intenção dar suporte à tomada de medidas que pudessem diminuir o efeito nefasto das doenças traduzido no alto índice de mortalidade ali apresentado. Caracterizando-se o indevido exercício da medicina uma das razões para tal panorama, afirmava, Almeida, que o Regulamento da Junta de Higiene parecia não ser conhecido naquela região.

Segundo penso, o regulamento da Junta de Higiene nunca foi conhecido em Santa Catarina. Vale mesmo supor isso, do que acreditar que há propósito firme de menosprezá-lo; pois que, sem vislumbre e exageração, não há um só artigo dele que não seja letra morta.

Não há quem se não julgue habilitado a curar; para isso é bastante ler o Chernoviz, desde logo pode receitar, porque serão prontamente aviadas suas receitas, visto como no Art. 42, em que expressamente está determinado que os boticários não prepararão receita senão assinada por facultativo matriculado, sob pena de multa de 10 a 100 réis., é letra morta.

Qualquer preta velha sem meios de ganhar a vida improvisa-se parteira, e ei-la impondo às míseras parturientes toda a espécie de prática absurda, quando não lança mão de remédios mais ou menos nocivos, sem que ninguém lhe pergunte porquê o faz, pois o Art. 46 é letra morta.

[...] É por isso que julgo não ser aqui conhecido o Regulamento da Junta de Higiene. E como acreditar o contrário, quando se observa o mais revoltante e perigoso charlatanismo que em bem poucos lugares do mundo se terá visto? Se tudo se limitasse a práticas absurdas e ridículas, podia-se encolher os ombros e seguir avante; mas não há somente benzedores, tiradores de quebranto, levantadores de espinha caída, há cousas revoltantes. Qualquer um arvora-se em entendido e dá a beber, por exemplo, uma tigela de salmoura a uma pobre mulher sofrendo de metroperitonite puerperal; outro (nas Tijucas) em um e só de parto com apresentação

¹ João Ribeiro de Almeida nasceu no Rio de Janeiro, em 1829, e se formou em medicina, também no Rio de Janeiro, em 1851. Em 1852 foi nomeado cirurgião do corpo de saúde da Armada, prestando serviços no Hospital da Marinha. Atuou como médico em Buenos Aires, Paraguai e outras localidades do Brasil, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde, durante um período de 4 anos, ali residiu, podendo inferir considerações sobre as condições de salubridade de sua Capital. O “Ensaio sobre a salubridade, estatística e pathologia da Ilha de Santa Catharina, e em particular da cidade de Desterro” foi publicado no jornal “O Despertador” de Desterro entre os meses de setembro de 1864 e fevereiro de 1865. Ver: MALHEIRO, Agostinho M. P. “Pareceres sobre a admissão de sócios: notícia sobre o Sr. Dr. João Ribeiro d’Almeida, a que se refere o parecer supra. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. Tomo XXIX. Parte II. p.402-403.

de espádua e saída de braço, declara que é necessário uma operação, puxa-se pela faca que traz à cinta e corta o braço pendente!!!
Poderia multiplicar os exemplos, mas julgo inútil [...].²

Com efeito, de tempos em tempos eram publicados nos jornais de Desterro informes sobre feiticeiros, curandeiros e charlatães que se investiam capazes de resolver os problemas de saúde de que padecia boa parte da população ilhoa. Eram geralmente personagens das seções policiais, apontados como criminosos a partir dos delitos cometidos, entre os quais, o de exercer a medicina sem a devida formação e licença; o de ministrar medicamentos sem autorização; o de se aproveitar da credence do povo, dizendo-se capazes de debelar suas mazelas no plano físico e espiritual; o de se achar habilitado a curar, bastando “ler o Chernoviz”.

Essas denúncias surgiram de maneira mais recorrente na medida em que a Ilha de Santa Catarina foi incorporando os valores de uma nova concepção de cidade, mais moderna, limpa e civilizada, em que a pobreza e as práticas culturais desregradas passaram a ser vistas como fatores impeditivos ao alcance do progresso e, portanto, nocivas, inclusive à saúde pública, chave para a constituição de uma população hígida e capaz de contribuir para o desenvolvimento da sociedade.³

O presente capítulo tem por intenção evidenciar como a problemática das práticas populares de cura integrou o cenário da Ilha de Santa Catarina da segunda metade do século XIX. Utilizam-se, como fontes principais de análise, os informes publicados na imprensa de Desterro a respeito de curadores ou feiticeiros que atuaram em diferentes localidades, prestando assistência diversa, à população. O objetivo é descortinar como a Capital da Província foi incorporada ao projeto nacional de medicalização da sociedade instituído no Brasil após a sua independência e, além disso, deslindar, a partir das falas presentes nas páginas dos jornais, como o Estado, a sociedade letrada e os profissionais da saúde buscaram

² ALMEIDA, João R. de. “Ensaio sobre a salubridade, estatística e pathologia da Ilha de Santa Catharina, e em particular da cidade de Desterro.” *O Despertador*. Desterro. Ano 2, n.191, 11 nov. 1864. p.2-3. BN-HDB.

³ Sobre a modernização da Ilha de Santa Catarina ver: ARAÚJO, Hermes R. do. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira República*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História), PUC.; CHEREM, Rosângela M. *Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em História), USP.; e GARCIA, Carla L. *Emanações perniciosas, moralidade corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1864)*. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.; e SANTOS, André Luiz. *Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis*. Florianópolis, 2009. Tese (Doutorado em Geografia), UFSC.

promover estratégias para coibir a postergação de condutas ligadas ao trato dos males que afetavam os habitantes da Ilha, geradas no universo da cultura popular.⁴

Contemplando as contradições concernentes a esses discursos intenta trazer à luz a concretude de suas fragilidades, sendo, para isso, os registros da imprensa exemplares. Logo, ao mesmo tempo em que cabia aos periódicos noticiar os possíveis contraventores às normas relativas ao trato da saúde e da doença, os quais eram frequentemente denominados feiticeiros, embusteiros e charlatães; divulgavam-se, em suas páginas, fórmulas miraculosas para males efetivamente difíceis de curar. De forma semelhante, assim como os médicos faziam uso dos jornais para fortalecer o seu *status quo*, tendo nos preceitos de um saber científico a chave para a legitimação de suas atividades; frequentemente deixavam transparecer que seus conhecimentos eram entremeados por aqueles que buscavam negar.

Nesse sentido, busca-se demonstrar, e à revelia das produções historiográficas erigidas acerca da história da medicina ou temas afins no âmbito da Ilha de Santa Catarina⁵, que a promoção da cura e do trato da saúde e da doença possuía, em sua essência, um caráter mestiço. Esse aspecto foi assinalado por referenciais culturais distintos, sendo alguns delineados por dada erudição e outros demarcados pelo costume, pelo saber empírico, pelo aprendizado passado de geração em geração.⁶ Ambos, certamente, misturaram-se nessa zona de contato⁷ oportunizada pela colonização do Brasil e pela nefasta exploração da mão de obra africana e afrodescendente, através de sua escravização. Conquanto que transformações tenham se processado no âmbito das formas de lidar com o corpo, com a saúde dos indivíduos e com as suas doenças, elas foram paulatinas, acompanhando aquelas que vinham ocorrendo no território brasileiro, sobretudo a partir de meados do século XIX e na esteira da formação

⁴ Sobre conhecimento popular e cultura popular ver: THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.; BURKE, Peter. *Cultura popular na cidade moderna: Europa, 1500-1800*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.; e DOMINGUES, Petrônio. “Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica.” *História*. Assis, vol.30, n.2, p.401-419, ago./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v30n2/a19v30n2>> Acesso em: 21 abr. 2013.

⁵ Ver: CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos e charlatães do passado.” *Arquivos Catarinenses de Medicina – Edição cultural*. Florianópolis, n.1, p.1-127, abr. 1977.; _____. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972. Memória I e II/Notícia I e II.; MORAES, Laura do N. R. *Cães, vento sul e urubus: higienização e cura em Desterro/Florianópolis (1830-1918)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História), PUC.; ARAÚJO, Hermes R. do. *A invenção do...*, op. cit. 1989.; CHEREM, Rosângela M. *Caminhos para...*, op. cit. 1994.; e GARCIA, Carla L. *Emanações perniciosas...*, op. cit. 2006.

⁶ Sobre o conceito de medicina mestiça ver: ALMEIDA, Carla Berenice S. de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010. Sobre diferentes formas de medicina ver: ARAÚJO, Alceu M. *Medicina rústica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.; e LAPLANTINE, François e RABEYRON, Paul-Louis. *Medicinas paralelas*. Trad. Ramon A. Vasques. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁷ Sobre a ideia de zona de contato ver: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação*. Trad. Jézio H. B. Gutierrez. Bauru: EDUSC, 1999.

de um Estado imperial. O que se verifica, a partir do estudo ora proposto, é que tais transformações não permitiriam a completa derrocada de sistemas de pensamento profundamente enraizados no imaginário coletivo dessa sociedade.⁸

Entre médicos e curandeiros

A presença do porto na Ilha de Santa Catarina possibilitou que se visse circular, além das mercadorias ali comercializadas, um número significativo de pessoas que, em trânsito, permitiam a introdução de concepções de mundo e comportamento originárias de outras paragens. Além disso, os periódicos veiculados na Corte e nas demais províncias do Império chegavam com as embarcações, trazendo notícias e modos de pensar que estavam em sintonia com os ideais da Ilustração, estes, recebidos de forma acolhedora pelas elites locais.⁹

Embora Desterro não dispusesse de instituições de ensino superior capazes de promover o aprimoramento intelectual de sua população, os mais abastados geralmente se afastavam da cidade em busca de um diploma. Frequentavam, quase sempre, as universidades europeias de Coimbra e de Paris e, após fundadas, as brasileiras do Rio de Janeiro e da Bahia. Esses recém-formados, oriundos de escolas que defendiam o desenvolvimento do saber científico centrado no uso da racionalidade, retornavam a Desterro e acabavam penetrando nas malhas do poder público. Suas ideias coadunavam com os interesses do Estado e eram assinaladas pela defesa da nação a partir do resguardo de sua soberania, do gerenciamento de suas riquezas e do incremento de sua economia. Assim, e atentando para tais fins, acreditavam que o ordenamento do espaço público, da população e das condutas representava um importante

⁸ Por imaginário coletivo subentende-se a forma como dada sociedade representa os eventos da vida cotidiana, atribuindo-lhes um sentido que perpassa por um conjunto de valores e crenças de origem temporalmente distante. Tal conceito se refere à necessidade humana de buscar explicações para compreender os nexos e os episódios dissonantes de sua vida material e de sua existência, sendo as repostas quase sempre encontradas no plano da subjetividade. As concepções humanas criadas em torno das doenças figuram como exemplo. No ocidente cristão, durante muito tempo, acreditava-se que as enfermidades decorriam da ira divina por transgressões humanas. De igual forma, os processos de cura eram sedimentados em procedimentos rituais. Essa percepção ou forma de se comportar diante da debilidade da vida, marcada por dada universalidade, caracteriza o principal registro do imaginário. Está nelas, na percepção e no comportamento, o ponto nodal para a apreensão a permanências e transformações que assinalam a história sob a perspectiva das representações e do imaginário. Sobre o conceito de imaginário na história das mentalidades ver: VOVELLE, Michel. *Ideologia e Mentalidades*. 2 ed. Trad. Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1991. _____. *Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. Trad. Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997.; CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manoela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difel, 2002.; e ARIËS, Philippe. *História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Trad. Priscila V. de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

⁹ GARCIA, Carla L. *Emanações perniciosas...*, op. cit. 2006.

instrumento para o fortalecimento da sociedade, estando, a manutenção da saúde, no cerne dessas teorizações.¹⁰

De fato, essa era uma matéria comum nos debates estabelecidos entre a aristocracia letrada e política do país. Fermentada na Corte, espargia para as demais províncias e cidades, entre as quais a Ilha de Santa Catarina. Geralmente defendida por agentes de saúde diplomados, centrava-se na criação de um corpo diretivo responsável por sua conformação em consonância com a nova ordem que o Estado visava promover. Ao mesmo tempo, atentava para a desqualificação dos curadores populares, por meio de instrumentos legais e de formação de opinião que já nos anos de 1830 eram oficializados.

Os primeiros passos desse movimento em Desterro surgiram em 1831, quando a Câmara Municipal, seguindo as diretrizes reguladas pelo Império, elaborou as Posturas locais evidenciando a sua oposição às práticas de cura perpassadas por referenciais mágico-religiosos e outros ofícios direta ou indiretamente vinculados ao provimento da saúde.¹¹ Segundo Moraes, essa legislação estabelecia que qualquer “[...] branco ou preto forro que em sua casa (fizesse) ajuntamento de pretos [...], (ditos) feitiçarias ou Bengalês [...] (incorreria) na pena de 15 dias de prisão e 10 mil réis de condenação pagos na Cadeia.”¹² De igual forma, discorria sobre a profissão de facultativos, boticários, sangradores e parteiras, estabelecendo em seus Artigos, uma série de ordenações.¹³

De acordo com Silva, no ano posterior esse documento normativo foi reformulado, passando a operar em Desterro e Ilha as Posturas decretadas em 08 de fevereiro de 1832. Nelas o Artigo 74º. de 1831, cujo teor fazia menção à proibição da feitiçaria, foi suprimido no novo Artigo 63º. Para o Conselho Geral da Província, encarregado de aprovar, junto às Câmaras, as propostas de lei relativas à Santa Catarina, era importante enfatizar na nova Postura a proibição do ajuntamento de negros ou vadios em qualquer casa para fins de

¹⁰ Ver: MORAES, Laura do N. R. *Cães, vento sul e...*, op. cit. 1999.; e GARCIA, Carla L. *Emanações perniciosas...*, op. cit. 2006.

¹¹ Em 01 de outubro de 1828 o Império decretou o primeiro regulamento relativo ao funcionamento das Câmaras Municipais. Dentre as suas funções eram estabelecidas as diretrizes para as suas atribuições, entre as quais, fiscalizar e normatizar as Posturas, propondo aos Conselhos Gerais que fossem discutidas questões que objetivassem o benefício dos municípios. Ver: BRASIL. “Lei de 1º. de Outubro de 1828: Dá nova forma às Camaras municipais, marca suas attribuições, e o processo para sua eleição e os Juizes de Paz.” In: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1828. Actos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1878. Parte I. p.74-89. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18353>> Acesso em: 13 abr. 2013.

¹² CAMARA Municipal de Desterro. *Codigo de Posturas de Desterro de 08 de Outubro de 1831*. Livros de Registros de Correspondências da Câmara. 1828-1831. vol.2. Artigo 74º. fl.[?]. AHMF. apud MORAES, Laura do N. R. *Cães, vento sul e...*, op. cit. 1999 p.165.

¹³ CAMARA Municipal de Desterro. *Codigo de Posturas...*, op. cit. 1828-1831. vol.2. fls.[?]. AHMF. apud MORAES, Laura do N. R. *Cães, vento sul e...*, op. cit. 1999 p.166.

bengalês. Contudo, devia-se deixar de fazer menção à feitiçaria, “[...] por ser digno de lástima falar-se nisto em 1832.”¹⁴

O teor do parecer emitido deixa evidente o signo imputado às manifestações culturais que atravessavam o campo do sobrenatural e se espraiavam pelo território da Era da cientificidade, sendo impensável supor que em tal época estas práticas existissem de forma que precisassem ser reguladas através de instrumentos legais. Contudo, o Artigo 31º. do Capítulo 2, relativo às Posturas de 1845¹⁵ já aqui mencionadas, revela que aproximadamente 13 anos depois a feitiçaria era problema corrente na Ilha de Santa Catarina, sendo necessário criminalizá-la através de legislação que perdurou até 1888, quando em 22 de outubro, nova ordenação foi promulgada sob o número 1.238.¹⁶ Esta deixava de fazer qualquer menção aos chamados “feitiços”, embora nos periódicos desterrenses a sua existência fosse alardeada nas seções policiais, ao lado de uma infinidade de outros agentes de saúde que sem as licenças eram entendidos como marginais.

Mas essa imprensa, concebida já nos anos 30, exerceu seu protagonismo de forma mais vigorosa a partir dos anos 50. Para Siebert seus proprietários e redatores estavam sempre vinculados aos dois partidos políticos então existentes, o Liberal e o Conservador, o que fazia com que os periódicos evidenciassem as polaridades existentes entre as duas facções. Nesse sentido, traziam à luz, em suas páginas, matérias de natureza político-partidarista, não obstante deixarem evidentes os referenciais ideológicos que buscavam representar:

Eminentemente políticos, eram também noticiosos, comerciais e literários. Esta imprensa alimentava um forte sentimento iluminista; via-se enquanto um dos principais instrumentos de ligação entre o mundo “erudito e culto da civilização” e o mundo “bruto e rude da fronteira” – do qual eram a mais viva voz.¹⁷

¹⁴ CONSELHO Geral da Província de Santa Catharina. *Parecer do Código de Posturas de Desterro em 24 de Janeiro de 1831*. Pareceres da Comissão Especial e exame de diplomas do Conselho Geral da Província. 1829-1831, vol.8. 5º. pacote de folhas avulsas. fl.[?]. APESC. apud SILVA, Sandra Oenning da. *Estado monárquico e (des)centralizado: a dinâmica política em torno da formação dos conselhos provinciais de Santa Catarina 1824/1834*. Florianópolis, 2013. Dissertação (Mestrado em História), UFSC. p.125. Para acesso às Posturas de 1832 ver: PROVINCIA de Santa Catharina. *Código de Posturas da Câmara Municipal de Desterro do ano de 1832, aprovado pelo Conselho Geral da Província de Santa Catharina em 08 de Fevereiro de 1832*. Propostas do Conselho Geral da Província. 1829-1832. fls. avulsas. APESC. apud SILVA, Sandra O. da. *Estado monárquico..., op. cit.* 2013. Anexo.

¹⁵ Ver: PROVINCIA de Santa Catharina. “Lei nº. 222 de 10 de maio de 1845 – Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade do Desterro.” In: *Collecção das Leis da Província de Santa Catharina (1841-1847)*. [s.l]: [s.e], [18..?]. Capitulo Segundo. Artigo 31º. p.216. AHMF.

¹⁶ PROVINCIA de Santa Catharina. *Lei no. 1.238, de 22 de Outubro de 1888: Aprova o Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital*. [s.l]: [s.e], 1888. APESC.

¹⁷ SIEBERT, Itamar. *Um biênio de provações e entusiasmos nas origens do jornalismo catarinense (1855-1856): entre a polêmica política e o processo civilizador*. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em História), UFSC. p.6.

Para Siebert, extrapolando suas motivações políticas, os jornais de Desterro comportavam ambições civilizadoras. Em suas páginas fluíam notícias que apontavam as benesses do mundo civilizado e seus artigos evidenciavam as revelações da ciência. Nas seções literárias, folhetins e crônicas se constituíam difusores de um refinamento intelectual, ao passo que no interior dos muitos informes ali publicados residia o desejo maior de que a imprensa fosse vislumbrada enquanto importante instrumento para a normatização das condutas.¹⁸

Ainda de acordo com o autor, a expressão “civilização” e todo o sentido atribuído a sua ideia eram frequentes nos jornais, materializando-se nas publicações que pessoas ou instituições subsidiavam. A periodicidade com que ambos eram evocados traduziam, assim, “[...] uma necessidade irreduzível de afirmação e urgência, pois este conceito (de civilização) pulsava enquanto prática e objeto de discurso de inúmeras instituições, além de servir como amparo para as ações do Estado.”¹⁹

Em relação às questões ligadas ao terreno da saúde, a imprensa desterrense vociferou para que a sociedade se adequasse aos padrões consagrados ao novo modelo de medicina, objetivando que determinadas práticas sociais vinculadas ao trato das doenças fossem postas de lado em nome de um dado discurso científico. Nesse sentido, os periódicos defendiam os interesses da classe médica diplomada, exercendo constante vigilância sobre curadores populares e outros agentes de saúde, em geral não licenciados. Publicando em suas páginas matérias extraídas de jornais nacionais e estrangeiros, davam ênfase aos procedimentos adequados que deviam ser tomados para evitar as enfermidades, tratá-las, além de obstar as epidemias, utilizando o saber acadêmico produzido à época, como paradigma.

Nesse plano discursivo não eram esparsas as publicações de médicos enaltecendo a sua legítima capacidade em exercer a profissão em detrimento de curadores populares ainda bastante vulgares. Em 8 de março de 1850, por exemplo, o jornal “O Novo Iris”, vinculado ao Partido Conservador, divulgava um comunicado que iria tomar as páginas de suas três primeiras edições. Abordava, ele, sobre as enfermidades que mais incidiam sobre a população da Ilha de Santa Catarina, enfatizando, em seu número 2, que as “[...] complicações (deveriam

¹⁸ SIEBERT, Itamar. *Um biênio de..., op. cit.* 1995. p.7.

¹⁹ SIEBERT, Itamar. *Um biênio de..., op. cit.* 1995. p.7. Sobre o papel que a imprensa oitocentista exerceu no movimento de propalação dos ideais de civilização ver: SCHWARCZ, Lília M. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.; PEDRO, Joana Maria et al. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.; NEVES, Lúcia Maria et al. (Orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.; e BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro, Mauad, 2010.

ser) racionalmente combatidas pelo Professor que (cuidasse) do doente.”²⁰ Se assim era preciso ser, indagava sobre as razões para a morte de tanta gente, apontando, como resposta, o fato de que a medicina parecia ser exercida por qualquer um.

Se assim é, pois, nos dirão porquê morre tanta gente? É porque quereis todos ser médicos (e desgraçadamente não há cão nem gato que não receite o seu remediozinho pra tudo) aplicando um vomitório no que teve uma inflamação do estômago que o fazeis vomitar as próprias tripas; é porque quereis apertar os intestinos e ânus do vosso doente com pedra ume, goiaba, casca de boi, pele de lagarto, ovos de lagartixa, tripas de peru, feijão cozido, queijo assado, e outros tantos mixtifórios, que em vez de se vos apresentar o que esperais, fazeis mais inflamação, e mais complicação e por conseguinte mais sangue mais ejeções e mais mortes [...]. Todo mundo é medico. Vem um e anuncia que tem um específico que tudo cura, sobretudo as câmaras, embora sejam ou não simples, intensas ou complicadas, esteja a moléstia no começo ou na terminação [...]. Outro aparece como benzedor e enche o doente de fitas, medidas, breves e talismãs, etc., certificando-lhe o breve restabelecimento; e assim morre o desgraçado sem poder ter achada saúde [...].²¹

Professor, no sentido estrito da palavra, tinha por significado aquele indivíduo formado em medicina nas instituições de ensino, portanto, apto ao exercício da profissão. Era, pelo local que ocupava, o porta-voz de um poder discursivo que colocava as demais modalidades de curadores na zona da marginalidade, representantes de uma prática que deveria ser rechaçada à luz do mundo civilizado. O comunicado, assinado por M.P.P., era de autoria de Manoel Pinto Portella, Doutor em medicina e também vinculado ao Partido Conservador.²² Em 15 de março de 1850, ele era finalizado na edição 3, onde as críticas iniciadas nas duas antecedentes foram concluídas.

²⁰ Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 1, n.2, 12 mar. 1850. p.3.

²¹ Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 1, n.2, 12 mar. 1850. p.3. BPSC. O primeiro número do Jornal, onde se iniciou a publicação, não dispõe de todas as suas páginas, estando nas faltantes o início do comunicado referenciado.

²² Manoel Pinto Portella (ou Portela) nasceu no Rio de Janeiro, em 1820, e faleceu em 21 de julho de 1860 de hidropisia, segundo obituário publicado no jornal “Correio Mercantil” da mesma cidade. Médico-cirurgião formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com tese defendida no ano de 1842 e intitulada “Considerações sobre as resecções em geral e em particular da do maxillar inferior”, Portella exerceu suas atividades iniciais junto ao Comando Superior da Guarda Nacional. Residiu em Desterro em fins dos anos 40, permanecendo na Capital até o fim dos anos 50, onde trabalhou como médico vinculado à Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, no Hospital de Caridade. Como político, entre os anos de 1850 e 1857 foi deputado pela Assembleia Legislativa da Província de Santa Catarina nas 8ª., 9ª., 10ª. e 11ª legislaturas. Não foram encontradas informações precisas sobre a trajetória de Manoel Pinto Portella como médico. Alguns exemplares de jornais desterrenses, como o “Novo Iris” e “O Argos”, apontam a sua atuação na área da medicina, bem como pequenas notas em periódicos da Corte, entre eles o “Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial” e o já citado “Correio Mercantil”. Sobre a sua prática, apenas duas publicações de agradecimento pelo socorro prestado foram encontradas em Desterro, ambas no jornal “O Argos”, números 50 e 470, de 1856 e 1859. A primeira se referia à cura de uma hidropisia e a segunda a uma cirurgia torácica de sucesso. Estes exemplares se encontram disponíveis no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Sabe-se, contudo, pela análise de seu inventário *post-mortem*, que Portella foi um homem abastado. Seu patrimônio ultrapassava a 31 contos de réis, sendo os 9 escravos que possuía orçados, à época, em aproximadamente 4 contos. Ver: BILÉSSIMO, Angelo Renato. *Entre a praça e o porto: grandes fortunas nos inventários post-mortem em Desterro (1860-1880)*. Florianópolis/Itajaí: UDESC/Casa Aberta, 2008. Sobre a trajetória de Portella no âmbito da política ver: PIAZZA, Walter Fernando. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

[...] o médico sempre superior a todos os espíritos baixos, mal formados e pequenos, (sentia) a perda de seu enfermo, (compartilhando) as dores dos parentes e amigos, (não sendo) seu coração de bronze como lho (queriam) enxergar os olhos da ingratidão, perversidade, e ignorância [...].²³

Falava, o Doutor, da fatalidade da morte, quando a tentativa de cura para a enfermidade, diante das “impertinentes” investidas dos curadores populares, charlatães ou intrometidos, caracterizava-se irrealizável. Mas no discurso ali esboçado, tendo por intenção estabelecer uma apropriada autoridade sobre quem teria ou não legitimidade ao exercício da medicina, estava presente também um queixa, qual seja, a de que os médicos oficiais, tão bem intencionados e mais preparados para lidar com os problemas de saúde que acometiam a população, não eram os favoritos a quem esta mesma população procurava.

Caracterizava-se, o desabafo feito por Portella, de um proeminente discurso que iria ser observado nos demais jornais publicados em Desterro nas décadas subsequentes. Para além do já citado reclame feito pelo Doutor Almeida, o periódico “Comercial”, de 19 de fevereiro de 1868, abria sua seção de notícias com uma matéria intitulada “Curandeiros e Charlatães”. Extraída do jornal “Revolução de Setembro”, de Lisboa, afirmava o quanto esses personagens eram numerosos e “[...] tanto mais nocivos quando se (julgavam) aptos a curar toda a qualidade de moléstia que (afligia) o gênero humano.”²⁴ Salientava, ainda, que essa realidade também era fruto da credence popular. Para essa afirmação citava o caso de Caetano Brandão, arcebispo de Braga que, vítima de uma doença “obscura” e após ter recorrido aos “[...] médicos mais hábeis da cidade, dos arrebalde e do povo, (foi) levado à descrença da medicina – ciência! – (chamando) o alveitar da cidade para se tratar com ele.”²⁵

De acordo com a matéria, pediu-lhe, Brandão, que fosse cuidado de forma idêntica à que costumava fazer com suas bestas enfermas. O alveitar, dizendo-lhe que o examinaria, apalpou-lhe os joelhos, provocando-lhe dor e tremores pelo corpo. Foi nesse momento que começou a gritar com o paciente: “– Arre besta, esteja quieto!”²⁶, o que provocou no arcebispo imensa gargalhada que lhe induziu a expelir pus pela boca, encontrando-se curado quinze dias depois.

Segundo a notícia, tal fato ficou conhecido em toda a cidade de Braga. Embora o episódio fosse marcado por uma narrativa quase literária e pouco verossímil, servia como exemplo para lembrar aos leitores do jornal de Desterro, os absurdos que eram praticados por aqueles que se imiscuíam nas artes de curar na esfera da ilegalidade. Assim, finalizava a

²³ Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 1, n.3, 15 mar. 1850. p.3. BPSC.

²⁴ Jornal “Comercial”. Desterro. Ano 1, n.15, 19 fev. 1868. p.3. BPSC.

²⁵ Jornal “Comercial”. Desterro. Ano 1, n.15, 19 fev. 1868. p.3. BPSC.

²⁶ Jornal “Comercial”. Desterro. Ano 1, n.15, 19 fev. 1868. p.3. BPSC.

matéria, afirmando que “[...] estes e outros fatos (sopravam) com força o charlatanismo.”²⁷ E lembrava, ainda, que “[...] os verdadeiros médicos, que (gastavam) a vida na cultura da medicina, (suportavam) estes e outros insultos bestiais como os ministros de estado (tinham) de revelar, e com prudência, os insultos da população desenfreada, para não fazerem mártires.”²⁸

Mas ao empreender uma análise sobre os conteúdos desses jornais, percebe-se, entretanto, que a credence popular, ali veementemente criticada, também podia ser aceita através de práticas socialmente positivadas. Assim, em 1855, o jornal “O Conservador”, de 23 de outubro, noticiava um fato ocorrido em Desterro e “[...] testemunhado por muitas pessoas fidedignas”.²⁹ Tratava-se do caso de uma jovem, filha de Honorato Eloy de Medeiros, residente à Rua do Príncipe, e que desde 1853 sofria de ataques constantes os quais lhe provocavam a perda dos sentidos. De acordo com a matéria, os facultativos que atenderam Euphosina não conseguiram debelar sua enfermidade. Ela, então, resolveu recorrer ao Senhor Bom Jesus, através de uma novena, cujos resultados foram o desaparecimento dos ataques diários que reduziam “[...] a infeliz à aparência de um cadáver.”³⁰ Ao término da publicação, afirmava-se que “[...] de vez em quando a Providência, apesar dos pecados, (manifestava) a sua misericórdia, como (viu-se) neste acontecimento [...]”.³¹ Essa cura, qualificada como fruto de um “milagre”, foi noticiada de forma que fizesse lembrar à sociedade que a fé, devidamente creditada aos ícones do catolicismo, tinha lá suas vantagens, podendo providenciar a cura para uma doença que até mesmo os profissionais da saúde não deram conta de vencer. Seu sentido era positivo, haja vista que as orações empregadas com o objetivo de que fosse restituída a saúde de Euphosina partiram de sua própria ação em recorrer ao apoio divino. O mesmo não teria se dado caso Euphosina tivesse procurado ao auxílio de um curandeiro ou feiticeiro. Isso porque, muito embora esses personagens fizessem uso, dentro de seu arsenal terapêutico, de procedimentos ritualísticos os quais também compreendiam o emprego de orações, imiscuíam-se por um universo sobre o qual não eram autorizados a atuar.

É o que sugere, por exemplo, a denúncia feita pelo jornal “O Argos” de 27 de outubro de 1860. Nele, noticiava-se o aparecimento de mais um indivíduo tido como feiticeiro e curador nas proximidades da Ilha de Santa Catarina, semelhante às “[...] raridades que

²⁷ Jornal “Commercial”. Desterro. Ano 1, n.15, 19 fev. 1868. p.3. BPSC.

²⁸ Jornal “Commercial”. Desterro. Ano 1, n.15, 19 fev. 1868. p.3. BPSC.

²⁹ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 4, n.366, 23 out. 1855. p.3. BPSC.

³⁰ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 4, n.366, 23 out. 1855. p.3. BPSC.

³¹ Jornal “O Conservador”. Desterro, Ano 4, n.366, 23 out. 1855. p.3. BPSC.

(costumavam) atrair a curiosidade de muita gente grada [...]”³² e que, o povo crédulo, convertia-os “[...] em mistérios da Providência Divina, (admirando-os) e (chegando) até a submeter-se aos seus preceitos.”³³ O fato, dado em Biguaçu, localidade separada da Ilha por poucos quilômetros e ligada a ela pela baía norte, esteve vinculado à cura de uma paralisia de que padecia o Capitão Joaquim Luz Livramento, operada por um “[...] preto curandeiro, ou feiticeiro, como (costumavam) chamar [...]”³⁴, residente no lugar denominado ‘Bôdos’, e sendo seus feitos logo conhecidos pela população que o procurava para o tratamento de seus males.

Defeito veio o preto, e começou a cuidar do curativo. Nos primeiros dias, talvez pela fé que depositava no seu novo Hipócrates, declarou a várias pessoas que ia sentido muita melhora. Vulgarizou-se a notícia, e eis a casa do Senhor Livramento invadida por grande número de pessoas enfermas em busca do preto para tratá-las de suas enfermidades.

O rústico, vendo-se tão elevado, aproveitou-se da quadra feliz, e foi receitando quantas ervas e raízes medicinais conhecia, embora nada (pescasse) de patologia. Com este embuste (tinha) granjeado uma clientela espantosa, de modo que quando (saía) a passeio ou para visitar algum enfermo (acarretou) após de si avultado número de parvos, admiradores dos grandes “milagres” que (tinha) feito.³⁵

Mas a matéria não se restringia a dar publicidade à existência desse sujeito. Informava, ainda, que a Câmara Municipal, sabendo “[...] dessas ridicularias impróprias da época [...], na sua primeira reunião ordenou ao seu fiscal que desse cumprimento à Postura, multando o preto curandeiro caso não mostrasse título legal que o autorizasse para tanto.”³⁶ Assim, em cumprimento da ordem, o empregado foi à casa do Senhor Livramento, que espantosamente lhe recebeu com hostilidade, afirmando que o preto continuaria a morar em sua residência, prestando auxílio a quem quer que fosse a sua procura.

Ali chegando, sabendo o Senhor Livramento o fim a que ia o fiscal, saltou-lhe em cima, maltratou-o com palavras insultuosas! – só faltou dar-lhe com as muletas de que (usava). O fiscal sem embargo disso, impôs-lhe a multa de 30 réis., que foi paga logo pelo Senhor Livramento, fazendo ciente ao fiscal que o preto continuaria a residir em sua casa e a medicar que o procurasse!³⁷

Finalizava, a matéria, afirmando que o procedimento do Capitão Livramento era irregular, pois não podia proceder como quisesse em sua casa, contanto que estivesse dentro

³² Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.629, 27 out. 1860. p.4. BPSC.

³³ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.629, 27 out. 1860. p.4. BPSC.

³⁴ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.629, 27 out. 1860. p.4. BPSC.

³⁵ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.629, 27 out. 1860. p.4. BPSC.

³⁶ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.629, 27 out. 1860. p.4. BPSC.

³⁷ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.629, 27 out. 1860. p.4. BPSC.

da órbita traçada pelas leis do país. Excedendo-a, tornava-se réu de culpa, independente da posição que ocupava na sociedade.³⁸

O caso da cura promovida ao Capitão Livramento pelo preto curandeiro demonstra o alinhamento da imprensa desterrense com o modelo de medicina que se pretendia sedimentar no Brasil, prerrogativa de uma parcela da sociedade, a elite letrada apta a frequentar os centros de formação superior, amparada pelo Estado através de seus braços, a Junta Central de Higiene Pública e as Câmaras Municipais. Por outro lado revela, ainda, que a procura por esses indivíduos era uma constante, tanto porque as terapêuticas empregadas pelos profissionais licenciados se apresentavam ineficazes quanto porque boa parte da sociedade cria muito mais nas práticas populares de cura, sobre as quais já possuíam certa familiaridade.

Quem era curador não podia ter “cor”

No alvorecer da segunda metade do século XIX, o olhar inquisidor da imprensa desterrense sobre os curadores populares tinha cor. Isso pode ser asseverado tendo por fundamento o tom das publicações que abarcavam a atuação de curandeiros na Ilha de Santa Catarina e localidades próximas. Se para africanos e afrodescendentes elas vinham carregadas de atributos depreciativos associados a falcatuas, fraudes e inclusive, risco de vida, uma vez que eram quase sempre salientados os malefícios causados através dos tratamentos ministrados por um preto ou crioulo “feiticeiro”; o mesmo parece não ter se processado para outros sujeitos em que as características fenotípicas nem ao menos eram mencionadas.

José Francisco da Cruz Guimarães, morador da freguesia de Santa Anna do Mirim, Garopaba, em 14 de agosto de 1856 afirmava, no jornal “O Argos”, que “[...] seria ingrato se por meio do presente não manifestasse ao Senhor Manoel Francisco d’Oliveira Mendes Lino o mais cordial agradecimento por tê-lo com o favor de Deus salvo da grave enfermidade que por espaço de 22 dias sofreu procedida de uma forte constipação com ataque cerebral.”³⁹ Afirmava, ainda, que Mendes Lino não era médico, mas “[...] prático curandeiro, que por caridade (aplicava) seus remédios nestes lugares onde os enfermos não (tinham) recurso algum senão o da Divina Providência!”⁴⁰

Em 1858 o mesmo jornal veiculava a publicação “a pedido” feita por Eleutherio Francisco de Jesus. O conteúdo deixava expressa a destreza com que o Senhor Estevão Carpentier havia cuidado de sua escrava, Rosa, portadora de uma enfermidade provocadora de

³⁸ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.629, 27 out. 1860. p.4. BPSC.

³⁹ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.70, 2 set. 1856. p.3. BPSC.

⁴⁰ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.70, 2 set. 1856. p.3. BPSC.

enjoos e tremores pelo corpo que a deixava, durante muito tempo, abatida e desfalecida. Essa situação ocorria durante várias vezes ao dia, causando-lhe a falta de sensibilidade nas pernas e abaixo dos joelhos. Eleutherio afirmava, ainda, que embora Rosa tivesse sido tratada por médico desde o início, sua doença ia sempre aumentando, mesmo que por vezes apresentasse algumas melhoras, quadro que se alterou na noite do dia 5 para o 6 de agosto.⁴¹

[...] supus que ela não amanhecesse, por lhe amiudar a anciã e o tremor, de maneira a deixá-la inteiramente prostrada, amortecida e sem pulso. Nessa mesma noite disseram-me que mandasse chamar o Senhor Estevão Carpentier, morador nesta Cidade, dizendo-me ter ele curado de igual moléstia a uma filha do Senhor José Manou de Souza Rodrigues e a uma parda do Saco dos Limões. No dia 6 de manhã mandei chamar o dito Senhor Estevão, o qual vindo e examinando a doente declarou que ela não perigaria se chegasse a tomar o remédio que ele ia mandar; mandou, com efeito, duas garrafas com remédio, uma para tomar, e outra para esfregar nas pernas; principiou a tomar o remédio às 11 horas do dia pouco mais ou menos, passou melhor à tarde, à noite descansou e dormiu, e começou a sentir calor nas pernas e nos pés, ficando logo depois em estado natural de quentura; no fim de três fricções foi gradualmente melhorando, tomando sempre o mesmo remédio, e aos 15 dias estava de pé, (achando-se) atualmente de saúde.⁴²

Em ambas as publicações, dois sujeitos destituídos de titulação acadêmica, já que um não era médico, mas “prático curandeiro”; e o outro nem sequer foi chamado de “Doutor”, mereceram local de destaque nas páginas da imprensa de Desterro. Mesmo que nada tenha sido declarado sobre as terapêuticas por eles empregadas, nenhuma crítica foi gerada, por parte dos editores do periódico, à propaganda subliminar ali esboçada naquelas notas de agradecimento. E ainda que curadores populares africanos ou seus descendentes fossem comuns nessa localidade e comunidades circunvizinhas, os auxílios que prestavam não eram objeto de reconhecimento, salvo quando integravam as seções de notícias ou policiais para denotar as atividades que exerciam, sempre na esfera da ilegalidade. Nesse sentido, conquanto que houvesse quem os defendesse, a exemplo do já citado Capitão Livramento, fato bastante raro, seus préstimos não seriam esboçados nas páginas dos periódicos, mesmo que positivados cotidianamente através das experiências materializadas na prática social.

Assim, no ano de 1873, o jornal “O Conservador” noticiava a presença, na freguesia de Canasvieiras, de mais um crioulo que pela Ilha de Santa Catarina andava “[...] arvorado em curandeiro a tratar de todo mundo, e pondo em prática uma segunda edição das proezas do muito celebre Juca Rosa.”⁴³ A publicação, direcionada ao Chefe de Polícia, informava que Francisco Rodrigues, o acusado, era liberto e residente na mesma Freguesia. Salientava, ainda, que “[...] como sabido, ninguém (poderia) curar sem que se (achasse) competentemente

⁴¹ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 3, n.382, 25 dez. 1858. p.3. BPSC.

⁴² Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 3, n.382, 25 dez. 1858. p.3. BPSC.

⁴³ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 2, n.91, 21 dez. 1873. p.3. BPSC.

habilitado na [ilegível] e faculdades médicas do Império [...]”⁴⁴, sendo tais crimes punidos pela lei. Atentando para a legislação, indagava, a matéria, dos motivos para a permissão da profissão de curador, “[...] aliás perigosíssima a quem não (estivesse) habilitado, nem legalmente autorizado a exercê-la [...]”⁴⁵ E afirmava, ainda, que o “[...] tal crioulo nunca (havia sido) sequer enfermeiro [...]”⁴⁶, sendo impossível, portanto, que pudesse “[...] curar por estes lugares tão pertos da Capital, onde (existiam) tantos facultativos e habilíssimos farmacêuticos [...]”⁴⁷

Embora a publicação fizesse menção à existência de fatos atestando a “[...] perícia e o zelo filantrópico do tal curandeiro”⁴⁸, essa assertiva foi impressa de forma distintiva, carregada de tons de ironia. Nesse sentido, finalizava, “O Conservador” e em caráter apelativo, que “[...] devendo a autoridade [...] velar pela observância da Lei e pela omissão de fatos contrários ao interesse público [...]”⁴⁹, seus porta-vozes sentiam por terem de “[...] desagradar a alguém nesta Freguesia [...]”⁵⁰ pelo cumprimento do dever, qual fosse, o de chamar a “[...] atenção da autoridade competente para esse fato relatado, e a que não podia ser estranho ao bem-estar da sociedade em que (viviam).”⁵¹

Se é verdade que as atividades realizadas pelo liberto Francisco Rodrigues iam de encontro aos ditames da lei, para os quais os ofícios vinculados ao tratamento das doenças, fabricação e ministração de medicamentos só podiam ser realizados por licenciados; a assertiva de que Desterro era composta por um número expressivo de profissionais da saúde merece algumas considerações. De acordo com o censo de 1872, havia, na Capital situada a oeste da Ilha, 7 médicos, 3 cirurgiões, 14 farmacêuticos e 1 parteira.⁵² Contudo, para as demais seis freguesias, eles eram raros e em algumas localidades sequer existiam.

O povoado mais próximo de Desterro era a Santíssima Trindade, dotada de apenas 2 parteiras.⁵³ Em direção ao sul, encontrava-se Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, sem qualquer desses profissionais.⁵⁴ O mesmo se processava para a Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e São João Batista do Rio Vermelho, a leste e nordeste de Desterro, com seus

⁴⁴ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 2, n.91, 21 dez. 1873. p.3. BPSC.

⁴⁵ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 2, n.91, 21 dez. 1873. p.3. BPSC.

⁴⁶ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 2, n.91, 21 dez. 1873. p.3. BPSC.

⁴⁷ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 2, n.91, 21 dez. 1873. p.3. BPSC.

⁴⁸ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 2, n.91, 21 dez. 1873. p.3. BPSC.

⁴⁹ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 2, n.91, 21 dez. 1873. p.3. BPSC.

⁵⁰ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 2, n.91, 21 dez. 1873. p.3. BPSC.

⁵¹ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 2, n.91, 21 dez. 1873. p.3. BPSC.

⁵² DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral do Imperio do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. vol.11. p.3.

⁵³ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.18.

⁵⁴ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.9.

núcleos assentados em lado oposto a sua baía.⁵⁵ Ao nordeste estava localizada Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio. Ela era dotada de 1 médico, 1 cirurgião e 1 farmacêutico.⁵⁶ Canasvieiras figurava na extremidade norte da Ilha, dispondo, somente, de duas parteiras.⁵⁷ Embora estivesse mais próxima de Santo Antônio, podendo, sua população, recorrer ao médico, cirurgião ou parteira ali presentes, locomover-se de uma freguesia a outra não era tarefa simples, principalmente para quem se encontrava doente.

De fato, as vias terrestres eram bastante precárias, sendo todas essas localidades serpenteadas por morros em que a travessia era tarefa árdua. Quem dispunha de um carro de boi podia se beneficiar desse meio de transporte, tendo em mente a presença de obstáculos, como passagens mais estreitas, íngremes, ou um rio para atravessar. Viajar a cavalo era mais fácil, embora fosse incomum que enfermos se deslocassem em seu dorso. A via mais rápida era sem dúvida por mar, através de embarcações que frequentemente iam de uma extremidade a outra, geralmente para fins comerciais.⁵⁸ Mas não era também usual colocar um enfermo numa embarcação tendo em vista o desconhecimento da natureza das doenças e o medo que muitos tinham em se contaminar. Assim, quem as possuísse, poderia se ver de certa forma salvaguardado, embora ir até outra freguesia em busca de socorro não garantisse atendimento eficaz, tão pouco, possibilidades de arcar com os honorários médicos e os preços dos remédios, ainda que alguns oferecessem seus préstimos gratuitamente.

⁵⁵ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, *op. cit.* [1874?]. vol.11. p.12 e 21.

⁵⁶ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, *op. cit.* [1874?]. vol.11. p.6.

⁵⁷ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, *op. cit.* [1874?]. vol.11. p.15.

⁵⁸ Sobre os caminhos terrestres, fluviais e marítimos da Ilha de Santa Catarina ver: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2008. Ver especialmente o Capítulo 1: Desterro – Paisagens e seus arredores.

Em 1864, o consultório dos Doutores José do Rego Raposo e José Augusto de Souza Pitanga⁵⁹, localizado à Rua do Príncipe, 62, prestava atendimento à população ilhoa. Porém, em nota publicada no jornal “O Despertador”, os pobres poderiam obter seus auxílios sem qualquer ônus, desde que fossem apresentados atestados de pobreza de seus respectivos párocos. Aos doentes não carentes, o pagamento deveria ser efetuado à vista de maneira a evitar embaraço no âmbito do recebimento, o que usualmente era observado.⁶⁰ De acordo com o mapa estatístico de atendimento relativo ao mês de setembro, 69 pessoas procuraram o consultório de Raposo e Pitanga, sendo 43 delas desprovidas de posses e para as quais os medicamentos prescritos foram fornecidos também gratuitamente, com auxílio dos farmacêuticos da Capital.⁶¹

Não é possível saber qual o local de residência dos doentes atendidos naquele consultório. É provável que estivessem assentados em Desterro, onde os serviços de saúde pública eram menos invulgares, contando inclusive com uma instituição caritativa, o Hospital de Caridade, cuja clientela era, em princípio, composta por pobres, indigentes, embarcações e escravos, todos eles vítimas de uma infinidade de moléstias.⁶²

Mas um fato importante deve ser aqui salientado. Em Desterro estava concentrado todo o aparelho político e administrativo da Província, inclusive o de manutenção e controle da ordem, como a Câmara Municipal, estando suas ações voltadas à coerção e punição dos contraventores no âmbito da saúde.⁶³ Nesse sentido, é possível que os curadores populares,

⁵⁹ Ambos se formaram na Faculdade de Medicina da Bahia, na área de cirurgia. José Augusto de Souza Pitanga, em 1853 e José do Rego Raposo, em 1856. Ver: UNIVERSIDADE Federal da Bahia. *Levantamento nominal do formados de 1812 a 2012 da Faculdade de Medicina da Bahia – UFBA*. Salvador, [200?]. Disponível em: <<http://www.fameb.ufba.br/dmdocuments/formadosfmb1812a2007.pdf>> Acesso em 12 de dez. 2014. Não foi possível saber sob quais circunstâncias os doutores foram para a cidade de Desterro trabalhar como cirurgiões. De igual forma, nada foi encontrado sobre suas produções acadêmicas. De acordo com Jacobina, José Pitanga chegou a ser membro do Corpo de Saúde do Exército durante a campanha do Paraguai, vindo a falecer durante a Guerra. Quanto a Raposo, através de uma pesquisa atenta nos jornais de Desterro que circularam na segunda metade do século XIX, percebeu-se sua frequente atuação como cirurgião, prestando serviços contínuos ao Hospital de Caridade. De igual forma, constatou-se a sua participação em ações oficiais contra surtos epidêmicos, além de seu envolvimento no cenário político catarinense. Ver: JACOBINA, Ronaldo R. et al. “Os acadêmicos de medicina e os 200 anos da Faculdade de Medicina da Bahia: da criação da escola em 1808 à participação na Guerra do Paraguai (1864-1870).” *Gazeta Médica da Bahia*. Salvador, vol.142, n.1, p.11-23, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/234/225>> Acesso em 12 de dez. 2014.; e Coleção de periódicos de Desterro do século XIX, especialmente os títulos, “Correio Catharinense” (1852-1854), “O Argos” (1856-1861), “Correio Oficial” (1860-1861), “A Estrella” (1861), “O Mercantil” (1861-1868), “O Despertador” (1863-1889), “A Regeneração” (1868-1889), “A Lucta” (1885), disponíveis em versão impressa, microfilmada e digital. BPSC, BN-HDB e BN (Seção de periódicos).

⁶⁰ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 2, n.181, 7 out. 1864. p.3. BPSC.

⁶¹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 2, n.181, 7 out. 1864. p.3. BPSC.

⁶² O Hospital de Caridade será objeto de análise no Capítulo 6 deste trabalho.

⁶³ Sobre a configuração urbana de Desterro ver: ARAÚJO, Hermetes R. do. *A invenção do litoral...*, op. cit. 1989.; CHEREM, Rosângela M. *Caminhos para muitos...*, op. cit. 1994.; SANTOS, André Luiz. *Do mar ao morro...*, op. cit. 2009.; e VEIGA, Eliane V. da. *Florianópolis: memória urbana*. 3 ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

mormente os que se diferenciavam dos demais por seus traços fenotípicos, fossem mais discretos no exercício de suas atividades de forma a conseguir burlar a fiscalização posta pelo sistema. De todo o modo, eles continuariam a ser esboçados nas páginas dos jornais, sendo suas atividades continuamente remetidas ao campo da criminalidade.

Em 13 de dezembro de 1879 o jornal “O Despertador” noticiava o interrogatório dos africanos Manoel Pereira da Silva, também conhecido como Manoel Secretário, e Domingos Gama da Silva, moradores do Saco dos Limões. A investigação tinha por objetivo revelar as nuances das atividades de feitiçaria de que ambos estavam sendo acusados criminalmente.⁶⁴ Embora o Jornal não tivesse dado mais informações sobre o caso, Cabral recuperou detalhes da investigação a partir de outro periódico, “A Regeneração”, afirmando se tratar de dois homens pretos já velhos que se “[...] empregavam no exercício do fetichismo, pretendendo fazer curativos por meios supersticiosos, iludindo com um cerimonial ridículo e estúpido aos ignorantes.”⁶⁵

De acordo com a notícia, integrava a clientela dos feiticeiros “[...] parte da população daquele lugar e mesmo, (o que causava admiração e espanto), algumas pessoas da Capital que (eram julgadas) um pouco civilizadas.”⁶⁶ Estas, segundo depoimentos de testemunhas, mandavam, inclusive, “[...] bilhetes que acompanhavam seus escravos para serem curados.”⁶⁷ Tal realidade, de acordo com o informe, revelava o estado lastimável em que se encontrava a educação de Desterro. No intuito de chamar a atenção de seus leitores para tamanha vergonha, evidenciava, o A Regeneração, o arsenal ritualístico utilizado pelos feiticeiros, descrevendo, com detalhes, a ação que deu início ao inquérito policial.

O fato da prisão dos pretos foi efetuado da maneira seguinte: chegando ao conhecimento da polícia a existência, no Saco dos Limões, daqueles dois feiticeiros, foram imediatamente enviadas duas pessoas disfarçadas com o fim suposto de

⁶⁴ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 17, n.1749, 13 dez. 1879. p.2. BPSC.

⁶⁵ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano?, n.?, 14 dez. 1879. p.? apud CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos e...”, *op. cit.* 1977. p.121. Foi elaborada uma investigação atenta nas páginas dos jornais desterrenses publicados no período em que se deu a prisão dos dois acusados. Apenas “O Despertador” mencionou o fato. O “A Regeneração”, citado por Cabral, não foi encontrado. Este periódico, cujas impressões se iniciaram em 1868 e findaram em 1889, tinha publicação irregular e os exemplares dos anos de 1875, 1876 e 1879 deixaram de integrar o acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. É possível que ele faça parte do conjunto documental do próprio Oswaldo Cabral, atualmente indisponível para acesso. Com efeito, a manutenção de registros documentais nas instituições de sua guarda era, no passado, bastante débil, sendo lícito supor que exemplares tenham sido disponibilizados para consulta domiciliar sem que fosse efetuada a sua devida devolução. De todo o modo, a descrição feita por Cabral é bastante precisa, indicando, inclusive, os pormenores ritualísticos que envolviam as práticas de cura realizadas por africanos e afrodescendentes na Desterro oitocentista.

⁶⁶ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano?, n.?, 14 dez. 1879. p.? apud CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos e...”, *op. cit.* 1977. p.121.

⁶⁷ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano?, n.?, 14 dez. 1879. p.? apud CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos e...”, *op. cit.* 1977. p.121-122.

consultar sobre moléstias e poder depois de assistir às ridículas cerimônias de costume, apreender todos os objetos que foram entregues à Secretaria de Polícia, que são os seguintes: uma grande boneca de pano denominada VOROTA-HERVAS (?), que no dizer dos feiticeiros transmitia-lhes o conhecimento do que fazia objeto de consulta; outra, menor, que tinha o prenome de SENTINELLA; um caramujo com uma cabeça de cera; diversos pedaços de vela enfeitadas; raízes, frutas, figas, objetos de metal, 2 grandes borlas de penas que serviam para adivinhar; e que se chamam GONGA, além de um número de outros objetos, que costumam amontoar esta casta de pretos nocivos à sociedade.⁶⁸

Cabral deu visibilidade a esse episódio no ano de 1942.⁶⁹ Afirmava o então médico e memorialista de Desterro e Florianópolis, que os dois velhos acusados de feitiçaria, na verdade, “[...] (meteram-se) a espertos inventando uns nomes para os seus calungas a fim de explorarem a credulidade alheia.”⁷⁰ Isso porque o próprio Cabral afirmava não ter encontrado, em literatura coeva à cultura afro-brasileira, qualquer reconhecimento para as denominações “Vorota-Hervas”, “Sentinella” e “Gonga”, inferindo, nesse sentido, que os ditos africanos eram dados à enganação. Porém, em 1850 o historiador e folclorista Joaquim Ribeiro acreditava não ser difícil para um observador da linguagem popular e dos negros, o estabelecimento da exegese etimológica de parte das nomenclaturas referenciadas. Segundo Ribeiro, “Vorota-Hervas” se tratava de uma expressão ligada à ideia de brotar. Assim como era permitida a equivalência da palavra “baranco” a “branco” e “cabala” à “cavala”, a raiz “Vorota” era correlata à palavra “brota” ou “borota”.⁷¹ Embora não tenha sido possível comprovar tal assertiva, é certo que as práticas de cura associadas à cultura africana e também afro-brasileira dependiam de procedimentos ritualísticos para potencializar os princípios ativos das plantas ou outras substâncias utilizadas com fins medicinais. A boneca, nesse sentido, poderia ser tida como um símbolo de comunicação com os espíritos, um instrumento sobre o qual germinaria a revelação necessária para que o feiticeiro fosse efetivamente capaz de providenciar a restituição da saúde do enfermo.⁷²

Mesmo que Ribeiro não tenha feito alusão ao significado da expressão “Sentinella”, procurou discernir àquilo que foi denominado “Gonga”. De acordo com o autor,

⁶⁸ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano?, n.?, 14 dez. 1879. p.? apud CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos e...”, *op. cit.* 1977. p.122.

⁶⁹ A obra “Medicina, médicos e charlatães do passado”, aqui citada, teve a sua primeira edição publicada no ano de 1942, em Florianópolis, pela Imprensa Oficial de Santa Catarina.

⁷⁰ CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos e...”, *op. cit.* 1977. p.122.

⁷¹ RIBEIRO, Joaquim. “O negro em Santa Catarina.” *Letras e Artes: suplemento de A Manhã*. Rio de Janeiro, Ano 4, n.164, 14 maio 1950, p.11. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=114774&pagfis=2192&pesq=&esrc=s&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: 2 out. 2014.

⁷² Sobre os rituais de cura envolvendo a cultura africana e afro-brasileira ver: RODRIGUES, Nina R. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.; BASTIDE, Roger. *Medicina e magia nos candomblés*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1959.; ARAÚJO, Alceu M. de. *Medicina rústica...*, *op. cit.* 1979.; e VERGER, Pierre F. *Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

caracterizava-se por um recipiente habitualmente empregado para inserção de objetos variados, muito semelhante a um cesto, sendo, inclusive, citado nas obras de Jacques Raimundo e Renato Mendonça.⁷³ Debret chegou a reproduzi-la em desenho, demonstrando que seu interior era usado tanto para esconder um chicote, habitualmente empregado na punição de escravos, ou mesmo para acondicionar algumas peças de roupas.⁷⁴ No entanto, percebe-se que a “Gonga” citada entre o arsenal apreendido no Saco dos Limões não se tratava de um cesto e sim de uma esfera ou cabaça ornamentada com penachos de uma ave não identificada, sendo o objeto investido do poder da revelação.

De acordo com Souza, tanto na África central quanto no sudeste africano as penas fixadas em cabaças ou saídas de outros recipientes sugeriam iconograficamente o estabelecimento de uma relação com os espíritos.⁷⁵ Sendo os africanos presentes em Desterro em grande parte originários das regiões centrais, não seria equivocado pensar que Manoel e Domingos tivessem se apropriado dos conhecimentos de seus ancestrais para o exercício de feitiços ou práticas curativas em qualquer lugar onde se encontrassem.

Assim, a “Gonga” referenciada, ao lado dos caramujos e das velas, estas empregadas para aclarar a comunicação com as entidades metafísicas e afastar as enfermidades, carregavam sentidos muito específicos, geralmente incompreendidos quando desconsideradas as referências culturais que assinalavam esses instrumentos rituais. Com efeito, a presença de amuletos, a exemplo das figas de proteção; das raízes de natureza incógnita, algumas possivelmente dotadas de poderes medicinais; e mesmo das frutas, vulgarmente empregadas como oferendas destinadas aos espíritos, tinham por intenção garantir um profícuo procedimento ritualístico para que a boa ventura pudesse ser alcançada.⁷⁶

Certamente, o distanciamento de Cabral no que se referia às especificidades atinentes à cultura africana e mesmo àquelas gestadas no processo de crioulação, impediu o autor de um exercício intelectual mais acurado sobre o significado desses encontros rituais para os que buscavam o auxílio de um preto feitiçeiro com o fito de debelar qualquer que fosse o mal que

⁷³ RIBEIRO, Joaquim. “O negro em...”, *op. cit.* 1950. p.11.; RAIMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1933.; e MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

⁷⁴ DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque...*, *op. cit.* 1835. Tome II. p.53-54 e pl.12.

⁷⁵ SOUZA, Marina de M. e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. Nota 44. A autora se referiu à mostra artística apresentada por John Jansen em: JANZEN, John M. *Expressions of Belief: Masterpieces of African, Oceanic, and Indonesian Art: Museum voor Volkenkunde Rotterdam*. New York: Rizzoli, 1988. Gravura 14.

⁷⁶ Ver: RODRIGUES, Nina R. *O animismo fetichista...*, *op. cit.* 1935.; BASTIDE, Roger. *Medicina e magia...*, *op. cit.* 1959.; ARAÚJO, Alceu M. de. *Medicina rústica...*, *op. cit.* 1979.; PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos...*, *op. cit.* 2001.; BARROS, Marcelo (Org.). *O candomblé bem explicado: nações Bantu, Iorubá e Fon*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

os afligia. Mas a crítica elaborada pelo médico parecia se remeter, igualmente, à história de preconceito que envolveu desde muito tempo as manifestações culturais e religiosas de influência africana. No âmbito da religiosidade, essas manifestações iam contra o catolicismo, mesmo permitindo dado sincretismo. No âmbito da cultura, materializavam a negação de uma nova Era inspirada nos valores científicos em que somente o uso da razão podia ser capaz de dirimir as mazelas humanas associadas ao advento das doenças.

Torna-se importante lembrar que para a classe médica oitocentista, apelar para rezas ou benzeduras gestadas, habitualmente, no território católico-cristão, não oferecia os mesmos riscos que o apelo aos curandeiros ou feiticieiros. Isso porque, para os agentes de saúde recém-formados, não havia aí uma intromissão direta no universo sobre o qual almejavam dominar. Assim, mesmo que as benzeduras e rezas estivessem vinculadas ao campo do sobrenatural, correspondiam ao universo de uma fé socialmente aceita. Talvez por isso a cura de Euphosina, descrita anteriormente como resultado de uma novena ao Senhor Bom Jesus, tenha sido positivada no periódico “O Conservador”, diferentemente dos charlatães, principalmente dos curandeiros ou feiticieiros negros estampados nas seções policiais de tantos outros jornais.

Para Tramonte, o próprio Cabral, ao tentar recuperar a trajetória da medicina em Santa Catarina, oportunizou a distinção entre as figuras do benzedor, curandeiro e feiticieiro. De acordo com a autora, o primeiro seria “[...] redimido por sua ligação clara com os preceitos do catolicismo. Suas benzeduras (eram) compiladas cuidadosamente, diferindo em muito do generalismo com que (se tratava) as ‘feitiçarias’.”⁷⁷ Ainda segundo Tramonte, as primeiras seriam executadas por “[...] grupos de origem étnica europeia, sendo vagamente mencionadas (aquelas) praticadas por caboclos.”⁷⁸ Porém, “[...] as condenáveis ‘feitiçarias’, (vinculavam-se) diretamente à população negra.”⁷⁹ Estas, via de regra, abarcavam a utilização de substâncias medicamentosas que passaram a ser consideradas da alçada da medicina oficial, o que certamente, no dizer de Tramonte, representava um problema para terapeutas titulados que precisavam competir no mercado de bens e serviços e disputar a sua clientela.⁸⁰

Talvez por isso tenha sido possível observar nos periódicos de Desterro uma diferença pontual nos discursos ali presentes. Como foi afirmado anteriormente, se para os editores

⁷⁷ TRAMONTE, Cristina. “Religiões afro-brasileiras na grande Florianópolis: origens históricas e afirmação social.” *Revista Esboços*. Florianópolis, vol.17, n.23, 2010. p.89. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2010v17n23p79/17578>> Acesso em: 4 out. 2014.

⁷⁸ TRAMONTE, Cristina. “Religiões afro-brasileiras...”, *op. cit.* 2010. p.89.

⁷⁹ TRAMONTE, Cristina. “Religiões afro-brasileiras...”, *op. cit.* 2010. p.89.

⁸⁰ TRAMONTE, Cristina. “Religiões afro-brasileiras...”, *op. cit.* 2010. p.89.

desses jornais as práticas de cura eram valoradas a partir de quem as executava, sendo aos africanos e afrodescendentes imputados signos depreciativos; para os profissionais da saúde oficiais, qualquer indivíduo a interferir no seu campo de atuação era tomado como ameaça concreta, merecendo, portanto, emergente punição.

Em 12 de janeiro de 1881 o “Jornal do Comércio” denunciava, sob o título “Diabo no corpo”, que custava “[...] crer que em pleno século dezenove (houvesse) pessoas (crentes) no Diabo e no poder que este (tinha) de introduzir-se no corpo de uma criatura [...].”⁸¹ Lembrava, ainda, que principalmente na roça, todos acreditavam em tais absurdos, importando-se pouco com o ridículo que sobre elas pousava.⁸² Narrava, assim, um episódio ocorrido em Barreiros, vila de São José, próxima à Ilha de Santa Catarina por alguns quilômetros de distância. Tratava-se de uma mulher casada que sofria de ataques que lhe provocavam a perda do uso de suas faculdades, sendo o evento assistido por pessoas certas de que o mal decorria da incorporação do Diabo, tendo em vista que a moça, ao falar, emitia sons efetivamente masculinos.

Crendo se tratar de feitiço posto, atribuído a uma senhora pobre e doente a quem muitos chamavam de feiticeira, coube ao esposo da enferma requisitar os préstimos de um dito “Doutor” Aillaud, conhecido por suas habilidades na cura dos males do espírito. Consta que lá chegando, o tal Aillaud se aproximou da doente e, após proceder com o exame deu início ao tratamento. Remetendo-se ao Diabo, assim perguntou: “– Então, sais ou não sais?”⁸³ Negou-se, por certo, o Diabo a sair.

Ato contínuo, o “Doutor” (tirou da algibeira um vidro e (deu) à doente para respirar. Feito isto, (bradou) de novo: - Agora não sais?! Ao que (respondeu) o tal Diabo: - só se tu é que me (fizeres) sair!
Não satisfeito o Senhor Aillaud com este triunfo, (sacou) do bolso um espelho e nele (viu) a doente o retrato da pobre mulher conhecida como feiticeira.⁸⁴

Nenhuma continuidade foi dada ao episódio narrado, apenas que à figura de Aillaud coube a descoberta do que havia provocado o dano na mulher possuída, descoberta esta ligada ao campo do sobrenatural. Porém, a notícia publicada lembrava que não admirava que o povo, marcado pela ignorância, desse credulidade ao ocorrido, conquanto que assombrasse o “[...] cinismo do ‘Doutor’ que destarte (conseguia) lograr os pobres roceiros.”⁸⁵ Assim, finalizava a

⁸¹ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.8, 12 jan. 1881. p.2. BN (Seção de periódicos).

⁸² “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.8, 12 jan. 1881. p.2. BN (Seção de periódicos).

⁸³ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.8, 12 jan. 1881. p.2. BN (Seção de periódicos).

⁸⁴ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.8, 12 jan. 1881. p.2. BN (Seção de periódicos).

⁸⁵ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.8, 12 jan. 1881. p.2. BN (Seção de periódicos).

denúncia, solicitando que a polícia não “[...] perdesse de vista esse ‘médico especialista’, que, segundo (informavam), (andava) pela roça fazendo proezas do quilate do que vimos narrar.”⁸⁶

Estranhamente, não houve qualquer procedimento de inquérito policial sobre o referido curandeiro e, inclusive, sobre o fato relatado. Ao contrário, quatro dias após o queixume, o “Jornal do Comércio” voltava a estampar o nome de Aillaud em suas páginas, naquele momento, para evidenciar as benesses de seus tratamentos a quem havia socorrido. Registrados em cartório, os depoimentos alegavam que Aillaud tinha providenciado a melhora de pessoas acometidas pela alienação mental, anemia e incômodos gerais. Além disso, a cura para casos de gastralgia e bronquites, mormente após ter se recorrido a remédios convencionais ministrados por terapeutas licenciados cujos resultados haviam se mostrado improfícuos.

Os eventos se deram no Estreito e em Campinas, arraiais pertencentes a São José. Contudo, também foram observados em Desterro e Ribeirão, indicando que as atividades de Aillaud não se restringiam à margem oposta da Ilha. Além disso, os tratamentos empregados constados nos relatos não fizeram qualquer alusão a práticas de cura calcadas em procedimentos mágicos. Do total de cinco declarações em favor do suposto “Doutor”, a restituição da saúde ou a melhora do quadro clínico foram obtidas por meio de medicamentos, embora nenhuma referência tenha sido feita aos seus princípios ativos.⁸⁷

É de se supor, dadas evidências, que o incômodo gerado pelos serviços prestados por Aillaud não derivasse apenas do seu vínculo com as artes de curar associadas ao território do sobrenatural. Isso porque, ao administrar e oferecer remédios aos seus pacientes, o mesmo estaria entrando num campo cada vez mais restrito à medicina oficial, pondo em risco as suas aspirações pelo poder hegemônico na área da saúde. De todo o modo, novamente pode ser evidenciada, por parte da imprensa, a positivação da figura de Aillaud tendo por critério de distinção a cor da pele. Ao dar publicidade aos feitos benéficos de seus tratamentos, o “Jornal do Comércio” não via, no referido personagem, efetiva ameaça, provavelmente, porque a completa ausência de informações sobre a sua origem étnica indicasse não se tratar de um homem negro. Entre a primeira denúncia, redigida possivelmente por um representante oficial da medicina, e o apelo engendrado por aqueles que depuseram em favor de Aillaud, evidencia-se, nesse sentido, um desalinhamento de interesses. De um lado os representantes oficiais da medicina fundamentavam o seu discurso procurando legitimar seus saberes e fazeres na ideia que estavam a serviço e para o bem da saúde pública. De outro havia uma

⁸⁶ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.8, 12 jan. 1881. p.2. BN (Seção de periódicos).

⁸⁷ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.12, 16 jan. 1881. p.1 e 2. BN (Seção de periódicos).

população afeita a formas alternativas de cura que passou a ser constantemente criticada, vigiada e controlada em nome de uma dada ordem higiênica.

O controle e a vacina

A necessidade do controle, na Ilha de Santa Catarina e Desterro, parecia estar na ordem do dia, submetendo uma gama de expressiva de indivíduos à administração externa de seus corpos, impondo-lhes procedimentos certamente passíveis de indagação, tornando-os avessos às terapêuticas oficiais de cura. A prática da vacinação contra a varíola figura um exemplo. Introduzida em território catarinense a partir de 1830 com uma série de dificuldades, já que as linfas eram originárias da Corte e não se mantinham conservadas após longo período de viagem⁸⁸, seu uso passou a integrar a lista de medidas tomadas pelo governo provincial para o combate às doenças em Santa Catarina, para o qual a varíola se constituía um grande problema.⁸⁹ Em 1845, a problemática da vacinação já podia ser vista no Código de Posturas n°. 222, de 10 de maio:

Toda a pessoa do distrito da cidade que tiver a seu cargo a criação de alguma criança de qualquer cor ou condição que seja será obrigado a mandá-la à Casa da Vacina para ser vacinada, até pegar, ou fazê-la vacinar em casa (podendo) dentro de três meses do seu nascimento, e de um depois que a tiver a seu cargo, passando desta idade, e estando de saúde para receber o remédio. Os que se acharem em contravenção serão multados em 2 mil réis.⁹⁰

Dois anos mais tarde a Câmara Municipal elaborou um projeto que expandiu essa obrigatoriedade para além das crianças. Aprovado pela Assembleia Provincial em abril de 1847, constavam no documento as seguintes determinações:

1. Todos são obrigados a vacinar-se, se qual for a sua idade, sexo, estado ou condição, uma vez que não tenha tido ainda bexigas naturais ou vacina regular;
2. As crianças de três meses de idade ou de menos sendo possível, serão vacinadas, para o que os pais, seus tutores ou administradores as apresentarão na Casa da Vacina, nos dias marcados, e dentro do referido prazo, o qual ficará reduzido a 30 dias durante epidemias de bexigas, devendo voltar no 8º dia a fim de que possa verificar-se a vacina. O infrator sofrerá a multa de 6 réis;
3. A pessoa que tiver a seu cargo a criação de alguma criança exposta, e que esta tendo mais de três meses de idade ou 30 dias, quando haja epidemia de bexigas desta tenha morrido sem que se possa provar que foi vacinada, ou que por motivo

⁸⁸ Os ofícios da Inspetoria de Saúde para os presidentes da Província de Santa Catarina apresentam, em seus conteúdos, uma série de reclamações acerca da escassa quantidade material vacínico utilizado realização das vacinações e, inclusive, queixumes sobre o seu não aproveitamento em vista de sua má conservação. Ver: INSPECTORIA de Saude. *Ofícios dos Inspectores de Saude*. Ofícios da Inspetoria de Saúde para os Presidentes da Província de Santa Catarina. 1843-1881. Cx.50, 3 vols. APESC.

⁸⁹ Ver: CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos e...”, *op. cit.* 1977.; NIELSEN, Lawrence J. “Morte na cidade de Desterro (1804-1854): cifras, causas e consequências. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, 3ª. Fase, n.1, p.69-87, 1979.; e MORAES, Laura do N. R. *Cães, vento sul e...*, *op. cit.* 1999.

⁹⁰ PROVINCIA de Santa Catharina. “Lei n°. 222...”, *op. cit.* [18..]. Capítulo Segundo. Artigo 29º. p.215. AHMF.

justo não pôde ser, será multado em 20 réis, e não tendo com que sofrerá 30 dias de prisão;

4. Os comissários vacinadores darão certificados a todas as pessoas que vacinarem com aproveitamento, assim como informação ao procurador da Câmara Municipal de qualquer infração a respeito destas Posturas, a fim de que ele possa ele fazer efetuar a multa;

5. Nenhum professor de educação primária, diretor de colégio ou mestre de oficina, receberá discípulos, colegiais ou aprendizes, sem que estes lhe apresentem certificados de terem tido vacina regular, bexigas naturais ou que já tendo sido vacinados por 3 vezes não tenham aproveitado a vacina. Os infratores serão multados em 10 réis;

6. Os inspetores de quarteirão exigirão de todos os chefes de família do seu quarteirão, de 6 em 6 meses, contatos da publicação desta Postura o certificado de vacinação passado pelo comissário vacinador, dando igualmente parte ao mesmo comissário do que ocorrer a tal respeito.⁹¹

De acordo com Cabral, a Ilha vivenciou surtos de varíola nos anos de 1843, 1845, 1857, 1862, 1863, 1865, 1872, 1879, 1881 e 1882.⁹² Essa assertiva foi constatada a partir de uma análise realizada nos periódicos de Desterro e nos ofícios emitidos pela Inspetoria de Higiene de Santa Catarina aos presidentes da mesma Província, onde o número acometimentos, mortes e vacinações foram frequentemente listados. Entrementes, não eram raras as reclamações feitas pelas instâncias oficiais e os comissários vacinadores, então encarregados de aplicar a vacina nos municípios e freguesias, da baixa incidência de pessoas em busca da vacinação.⁹³ Com efeito, os impedimentos envolvendo o emprego da vacina foram, inclusive, pautados nas exposições provinciais.

Em 1853 o Presidente João José Coutinho afirmou em relato apresentando à Assembleia Legislativa, que “[...] muito atrasada ainda se (achava) a vacinação [...] devido esse atraso em grande parte a falta de [...] facultativos, ao descuido dos chefes de famílias, e as distâncias em que (residiam) das povoações onde (moravam) os encarregados da vacinação.”⁹⁴ Em 1860, Francisco de Araújo Brusque, também Presidente, enfatizou, que a vacinação continuava a “[...] encontrar sérios embaraços [...] especialmente no seio da população do interior [...] onde a inteligência, não podendo ainda medir os benéficos efeitos de sua aplicação, se (deixava) vencer por fantásticos receios.”⁹⁵ Após dezesseis anos, João de Mello Filho, em fala dirigida à Assembleia Legislativa, apresentou seu balanço sobre a prática da vacinação, afirmando o emprego de esforços para regularizar o serviço que, em sua percepção, encontrava-se “[...]”

⁹¹ CAMARA Municipal de Desterro. *Edital de Vacinação*. 17 abr. 1847. AHMF.

⁹² CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...*, op. cit. 1972. Notícia II. p.198.

⁹³ Ver: INSPECTORIA de Saude. *Ofícios dos Inspectores...*, op. cit. 1843-1881. APESC.

⁹⁴ COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Dr. João José Coutinho, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em 19 de abril de 1854*. Desterro: Typ. Catharinense, 1854. p.12.

⁹⁵ BRUSQUE, Francisco Carlos de A. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina Francisco Carlos de Araujo Brusque apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª. sessão da 10ª. legislatura*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860. p.24.

descurado (na) Província, como quase em todo o país.”⁹⁶ Para Mello Filho a varíola se constituía a mais mortífera das doenças, devendo-se, tal realidade, a algumas causas:

Por infelicidade muitas são as causas com que lutamos para conseguir a propagação da vacina, sendo as principais o desleixo dos pais, senhores e tutores de crianças e a repugnância absurda que tem, à vacinação, grande parte do povo, imbuída do preconceito de que a inoculação do pus vacínico importa introduzir a peste no corpo.⁹⁷

Por certo, a frequência com que os jornais publicavam as posturas, especialmente os artigos relativos à obrigatoriedade da vacinação, revela a necessidade, por parte dos poderes públicos, de impor um serviço para o qual a sociedade não se apresentava disposta a usufruir, mesmo que gratuitamente. A desconfiança da vacina não era fruto da imaginação, tornava-se palpável em função de situações concretas experienciadas na vida das pessoas e sob diferentes aspectos.

Alguns estudiosos, como Sevcenko, Carvalho e Chalhoub se debruçaram sobre umas das mais dramáticas revoltas populares ocorridas no Rio de Janeiro, tendo como pano de fundo a obrigatoriedade da vacina no alvorecer do século XX.⁹⁸ Se, para Sevcenko, a então chamada Revolta da Vacina esteve vinculada à história de exploração e discriminação sofrida pela população mais pobre e sobre a qual incidiam com mais intensidade os mecanismos de repressão instituídos pelo Estado, estando eles alinhados com a política de aburguesamento da sociedade envolta na ideia de construção de uma nação mais civilizada⁹⁹; para Carvalho, o estopim da guerra se caracterizou a partir do avanço do poder do Estado sobre a esfera da vida privada, materializada nas invasões perpetradas pelos oficiais de saúde sanitária que, ao lado de policiais, incumbiram-se no exercício da vacinação, sendo autorizados, inclusive, ao uso da força.¹⁰⁰

⁹⁶ MELLO FILHO, João C. B. de. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. João Capistrado Bandeira de Mello Filho abriu a 1ª. sessão da 21ª. legislatura da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catharina em 1º. de março de 1876*. Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1876. p.38.

⁹⁷ MELLO FILHO, João C. B. de. *Falla com que...*, op. cit. 1876. p.39.

⁹⁸ SEVCENLO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.; CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Ver Capítulo 4: Cidadãos ativos – A Revolta da Vacina; e CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Especialmente o Capítulo 3: Varíola, vacina e “vacinophobia”. A Revolta da Vacina eclodiu em 10 de novembro de 1904, após o médico sanitário Oswaldo Cruz obter, junto ao Congresso, a aprovação da Lei nº. 1.261, de 31 de outubro de 1904, tornando obrigatória, em todo o território nacional, a vacinação contra a varíola. Ver: BRASIL. “Lei nº. 1.261, de 31 de Outubro de 1904: Torna obrigatórias, em toda a Republica, a vacinação e a revaccinação contra a varíola.” In: *Collecção de Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1904*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. vol.1.

⁹⁹ SEVCENLO, Nicolau. *A Revolta da Vacina...*, op. cit. 1984.

¹⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados...*, op. cit. 1987.

De acordo com Chalhoub, tanto Sevcenko quanto Carvalho contemplaram, em suas abordagens, questões fundamentais que em certa medida influenciaram a eclosão dessa revolução popular. Uma delas teria sido a fomentação de um número expressivo de pessoas saídas da realidade da escravidão sem acesso ao trabalho e à moradia; outra, o afastamento dessa categoria de indivíduos para áreas mais afastadas, oportunizando a criação de bolsões de pobreza para onde estavam confluindo toda a sorte de indivíduos estigmatizados e incompatíveis com os reajustamentos urbanos pensados para o estabelecimento de uma cidade limpa, higienizada, moderna e desenvolvida. Porém, na perspectiva apresentada por Chalhoub, a Revolta também carregou outros sentidos.¹⁰¹

Recorrendo à história da implantação do serviço de vacinação da Corte a partir de 1808 e mais tarde, do Império e República do Brasil, Chalhoub buscou refletir sobre como as instituições médicas e seus porta-vozes se comportaram frente ao problema da varíola e ao recurso da vacinação, apontando a fragilidade de seus saberes e fazeres. Além disso, o autor procurou entender como aquela sociedade carioca, assinalada essencialmente por portugueses, luso-brasileiros, africanos e afrodescendentes concebia o estado de saúde e doença, lidava com as enfermidades de que padecia e vislumbrava a medicina oficial acadêmica.

Não é objeto deste trabalho analisar com profundidade as particularidades concernentes a esse levante popular. No entanto, algumas questões levantadas por Chalhoub possibilitam inferir sobre o comportamento de boa parcela da sociedade desterrense e demais freguesias da Ilha diante da vacina, do serviço de vacinação e por qual razão não dizer, dos agentes de saúde a mando dos poderes oficiais.

Nesse sentido, é possível perceber, através dos fragmentos dispostos nos relatórios dos presidentes da Província já aqui apresentados e, coadunando com as observações feitas por Chalhoub no âmbito da Corte, que na Ilha de Santa Catarina todo o processo ligado à vacinação era bastante precário. Em primeiro lugar havia o problema de manutenção das linfas anteriormente evidenciado. Elas, de fato, estavam sujeitas à deterioração em virtude do longo período de viagem, das intempéries do tempo e de seu mau acondicionamento. Em segundo, da aplicação da vacina. Ao que tudo indica os profissionais delegados para essa função tinham nula ou baixa remuneração. Além disso, eram obrigados a percorrer longas distâncias para o seu emprego. Isso porque, grande parcela da população não se dirigia aos locais indicados pelos comissários vacinadores, e em povoados distantes não havia quem se dispusesse a realizar este ofício. Em terceiro, todo o procedimento estava envolto por

¹⁰¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril...*, op. cit. 1996. Capítulo 3: Varíola, vacina e “vacinophobia”.

incertezas. Havia baixa qualidade e, portanto, acuidade do material utilizado, o que muitas vezes ocasionava lesões bastante dolorosas nos vacinados, possivelmente, afastando-os do procedimento.

Assim, em 14 de junho de 1844, manifestava-se o encarregado do serviço de vacina em Santa Catarina, Antonio José de Mello, ao Presidente da Província, o Marechal de Campo Antero de Brito:

Não tinha já informado para Vossa Excelência êxito que teve a penúltima vacina por dever esperar seus resultados, os quais se não podem obter senão depois de algum tempo, agora porem já o posso fazer. Logo que recebi a vacina que Vossa Excelência se serviu mandar-me com ofício de 26 do passado, tratei de fazer propagar, dirigindo-me mesmo a casas particulares, e tendo vacinado 20 pessoas, o resultado tem sido constantemente mau, pois em todos os vacinados tem aparecido poucas horas depois grande inflamação erizipelatosa em circunferência dos pontos da operação, a qual se estende logo para grande parte do braço sobrevindo imediatamente vesículas cheias de um líquido de cor citrina e corrosivo, que rompendo logo seu envoltório produz escoriações nas partes onde passa, terminando tudo por feridas mais ou menos grandes, superficiais, muito sensíveis, com bastante superação e difícil de curar-se, sendo para notar que todos estes efeitos são locais, pois os vacinados não tem tido febre. Devendo-se procurar a causa deste fenômeno entre a vacina e os vacinados, me parece dever achá-la na vacina, que, ou era má ou muito se alterou aqui chegando, e nem pode ser por menos, pois se quisesse explicar por circunstâncias individuais impróprias o desenvolvimento regular da vacina, não se poderia casualmente achar logo 20 indivíduos de diversas idades, sexos, e condições, nos quais se obtivesse sempre o mesmo resultado.¹⁰²

Ora, a reação observada por Antônio José de Mello naqueles que foram vacinados no mínimo induz à reflexão de que os efeitos da vacina foram desastrosos. Certamente, esta deveria ser uma das razões para que as pessoas se negassem a sua aplicação. Mas há de se considerar, ainda, o fato de a população fazer uso de meios próprios para evitar a doença. A despeito do que evidenciou Chalhoub no âmbito da Corte, frequentes eram as pessoas que recorriam a curadores populares para a prática da vacinação, ainda que ela se distinguisse da aplicada pelos agentes oficiais.¹⁰³ Essa realidade não era observada apenas no Rio de Janeiro. Em 1849, Antonio José Sarmento e Mello, Comissário Vacinador de Santa Catarina, informava ao Vice-Presidente da Província, o Doutor Severo Amorim do Valle, que no lugar do Estreito¹⁰⁴ existia um indivíduo que vinha inoculando “[...] a bexiga verdadeira em muitas pessoas, tirando-a indistintamente sem conhecer de suas qualidades, produzindo assim graves males, e o mais é que recebendo como taxa, ao que (informavam), 160 por cada pessoa a que

¹⁰² INSPECTORIA de Saude. *Ofícios dos Inspectores...*, op. cit. 1843-1881. Cx.50, vol.1, fl. 13. APESC.

¹⁰³ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril...*, op. cit. 1996. Ver Capítulo 3: Varíola, vacina e “vacínophobias” – Médicos e vacínophobos populares.

¹⁰⁴ O Estreito estava localizado na parte continental contígua à Ilha de Santa Catarina, e pertencia à freguesia de São José.

(fazia) esse mal.”¹⁰⁵ Atentando para a necessidade da vigilância de tais abusos, alertava, Antonio Mello, para o fato denunciado, objetivando, nesse sentido, que ele fosse ordenado de forma conveniente.

Um informe deste gênero ocorrido em 1849 e os constantes queixumes acerca da falta de adesão à vacinação que se estenderam por toda a segunda metade do século XIX sugerem que, no mínimo, havia resistência do povo em se vacinar pelos meios formais, sendo plausível pensar que o episódio descrito pudesse não ter sido o único ocorrido nas proximidades da Ilha de Santa Catarina. Com efeito, numa época em que as práticas médicas se contrapunham aos hábitos cotidianos relacionados ao trato do corpo e das enfermidades, e isso tanto para os mais pobres quanto para os mais abastados, os representantes da medicina oficial buscavam, por diversos meios, ampliar sua esfera de influência. Assim, a imprensa desterrense continuaria a ser forte aliada desse modelo de medicina, não obstante apresentar em suas publicações uma série de contradições com relação àquilo que procurava defender.

O discurso e suas contradições

Se como foi visto aqui, a imprensa se viu constantemente dando publicidade aos curadores populares, muitas vezes positivando as atividades realizadas por aqueles que se distinguiam dos demais por seus traços fenotípicos; foi também dedicada a dar visibilidade a um conjunto de panaceias propagandeadas como eficazes para a cura dos males que afetavam as gentes da Província de Santa Catarina. Assim, estampavam-se, em suas páginas, tratamentos medicamentosos para distintas enfermidades apontados como eficazes a partir de procedimentos experimentais realizados supostamente com sucesso. Ainda, eram veiculadas receitas tidas como verdadeiras descobertas capazes de debelar males que apenas no século posterior alçariam ao status de doenças curáveis. Também, divulgavam-se pílulas, extratos e elixires que prometiam a restituição da saúde, embora não houvesse qualquer informação a respeito de suas composições.

O Xarope do Bosque do Doutor Motts, produzido nos Estados Unidos já na primeira metade do oitocentos, ganhava destaque nas seções de anúncios dos jornais de Desterro, sendo propagandeado também nos demais periódicos publicados no Brasil. Durante o século XIX foi referenciado mais de mil vezes, afixando, de acordo “O Novo Iris” de outubro de 1850, a “[...] cura para a tísica em todos os seus diferentes graus, quer motivada por constipações, asma, pleuris, escarros de sangue, dores de costado e peito, palpitações no

¹⁰⁵ INSPECTORIA de Saude. *Ofícios dos Inspectores...*, op. cit. 1843-1881. Cx.50, vol.1, fl. 62. APESC.

coração, coqueluche, bronquite, dor na garganta; e todas as moléstias dos órgãos pulmonares.”¹⁰⁶

Contraditoriamente, já em 1850 a eficácia do Xarope do Bosque era questionada nos círculos dos intelectuais de Lisboa. A “Revista Universal Lisboense” de 7 de fevereiro assim se pronunciava:

O Xarope do Bosque parece não corresponder aos maravilhosos efeitos que dele apregoaram os anúncios dos jornais. Da Lousada escreveu-nos, há tempos, o Senhor Antonio Augusto da Silva Moreira, queixando-se dos malefícios do dito Xarope, e atribuindo-lhe uma grande influência na prematura morte de um seu parente próximo.

Não publicamos imediatamente a correspondência do nosso assinante porque esperávamos ver nos jornais de medicina os resultados das experiências, a que um cirurgião desta Capital dissera que procedia. Depois, além da incompetência desta REVISTA, também não encontramos na observação que nos foi remetida aquela individuação de que carecem em geral todas as observações médicas para poderem provar alguma coisa.

Hoje, porém, como já de mais algum fato havemos notícia em que o Xarope do Bosque tem sido prejudicial, declinamos perante o público toda a responsabilidade do anúncio que neste jornal fizemos, deixando-a inteira para os homens da arte que com ela podem e lhes compete de justiça.¹⁰⁷

Mesmo, a falta de informações sobre os princípios ativos que integravam a maior parte dos medicamentos induzia a uma série de dúvidas sobre a sua fidedignidade. Contudo, eles eram vulgarmente propagandeados, parecendo não importar se seus componentes eram mantidos em segredo, o que ia de encontro ao Regulamento da Junta, em seu Capítulo VII, Artigo 71º.:

Sem autorização especial é proibida a venda de remédios cuja composição for desconhecida; assim como o fazerem-se anúncios por meio de jornais, periódicos, ou cartazes de tais remédios, ou de máquinas e instrumentos como tendo virtudes específicas para certas e determinadas moléstias.¹⁰⁸

Com relação ao Xarope do Bosque, já no início dos anos de 1860 ele deixou de ser anunciado em Desterro, mas no restante do país, principalmente no Rio de Janeiro, sua propaganda se estendeu até meados dos anos 60.¹⁰⁹ Entrementes, outros remédios de conteúdos obscuros continuaram sendo divulgados durante todo o século XIX. Isso ocorreu

¹⁰⁶ Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 1, n.62. 15 out. 1850. p.4. BN-HDB.

¹⁰⁷ SÁ, Sebastião José R. (E.) “Xarope do Bosque.” *Revista Universal Lisboense*. Lisboa, Ano 9, n.18, 7 fev. 1850. p.208. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=bRAXAAAAYAAJ&pg=PA208&lpg=PA208&dq=%22xarope+do+bosque%22&source=bl&ots=1D8biMl1Mh&sig=n2hVksJml0i1P9sWqO69ySr1IY&hl=pt-BR&sa=X&ei=axhhVJm0G8KUNrmugagG&ved=0CCgQ6AEwAg#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 5 nov. 2014.

¹⁰⁸ BRASIL. “Decreto n°. 828...”, *op. cit.* 1852. Tomo XIV. Parte II. Capítulo VII, Artigo 71°. p.273.

¹⁰⁹ O Xarope do Bosque fez parte dos principais medicamentos anunciados no “Correio Mercantil” do Rio de Janeiro. Somente para este periódico foi constatada aproximadamente 600 publicações entre os anos de 1848 e 1866. Ver: Jornal “Correio Mercantil”. Rio de Janeiro. 1848-1866. BN-HDB.

em parte porque numerosos anúncios procuravam salientar a legalidade dos medicamentos de acordo com os dispositivos da Junta, afirmando a sua autorização pelas instâncias oficiais, embora muitas dessas autorizações fossem de natureza duvidosa. O certo é que o próprio Decreto n.º. 828, ainda em seu Capítulo VII, Artigo 73º. abria brechas para que os preparados fármacos pudessem ser comercializados sem a necessidade de externar o teor de suas composições.

Para que possam ser vendidos os remédios de composição desconhecida, seus autores os apresentarão com a receita, e com a declaração das moléstias para que são próprios, à Junta Central, que os examinará. Sendo aprovados, a receita será guardada no Arquivo da Junta debaixo da guarda do Secretario, sendo fechada e selada com as Armas Imperiais, lançando-se por fora uma declaração do objeto que encerra, e que será assinada pelo Presidente e Secretario da Junta, e pelo autor ou seu procurador.¹¹⁰

Ainda em relação ao Xarope do Bosque, em 21 de novembro de 1850 foi enviada à Academia Imperial de Medicina, enquanto instituição oficial do Estado e consultora da Junta no âmbito da aquiescência dos medicamentos¹¹¹, solicitação para que sua composição fosse avaliada, devendo-se manter em sigilo e, após aprovação, arquivada para garantir a “[...] integridade dos direitos de propriedade ao autor da mesma receita.”¹¹² Em 19 de dezembro do mesmo ano, ao que tudo indica, foi apresentado relatório sobre sua análise. Após discussão entre os membros da Academia o pedido foi colocado em votação, sendo naquele momento recusado.¹¹³ Restam dúvidas se a anuência para a venda do Xarope foi obtida depois. Essa é uma hipótese plausível, já que ele continuou sendo propagandeado durante as décadas de 1850 e 60, como pôde ser observado anteriormente, e inclusive nos jornais da Corte onde a fiscalização sobre a lisura dos medicamentos era feita com maior rigor. Embora Sampaio tenha evidenciado que houve registros de sua divulgação até os anos 80,¹¹⁴ o Xarope do Bosque veiculado neste período tinha sua patente em nome de W. Carneiro e não do Doutor Motts, sendo plausível inferir que se tratasse de outro remédio, cuja composição continuava silenciada, embora o rótulo fosse bastante semelhante ao anterior.¹¹⁵

¹¹⁰ BRASIL. “Decreto n.º. 828...”, *op. cit.* 1852. Tomo XIV. Parte II. Capítulo VII. Artigo 73º. p.273.

¹¹¹ Ver: EDLER, Flávio C. *Boticas & Pharmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

¹¹² ACADEMIA Imperial de Medicina. *Annaes Brasilienses de Medicina*. Rio de Janeiro. Ano 7, n.6, mar. 1852. p.129. BN-HDB

¹¹³ O resultado do parecer foi publicado nos “Annaes Brasilienses de Medicina”. Ver: ACADEMIA Imperial de Medicina. *Annaes Brasilienses...*, *op. cit. de Medicina*. 1852. p.133. BN-HDB.

¹¹⁴ SAMPAIO, Gabriela dos R. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.p.78.

¹¹⁵ Sobre a patente de medicamentos do século XVIII e a composição dos rótulos ver: REZENDE, Livia L. *Do projeto gráfico e ideológico: a impressão da nacionalidade em rótulos oitocentistas brasileiros*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em Artes e Design), PUC.

Mas excedendo o citado medicamento, outros foram publicados em Desterro. Havia o Elixir Antiescorbútico, que além de divulgado como um poderoso preventivo da cárie parecia ser um eficaz redutor das dores de dentes.¹¹⁶ Obviamente, em suas indicações não eram feitas menções sobre a cura do escorbuto, doença decorrente da carência severa da vitamina C no organismo. No entanto, o combate à enfermidade se mostrava subliminarmente esboçado em sua denominação, o que certamente induzia a que muitos recorressem a ele.

Interessante pensar que o fomentador do anúncio, publicado no jornal “A Estrela” de 11 de julho de 1861, afirmava que era um cirurgião dentista, “[...] ex-discípulo da Academia de Paris, e premiado na exposição universal do ano de 1855.”¹¹⁷ A chamada para a propaganda vinha em letras garrafais, qualificando-o como um “dentista popular” que participava ao público “[...] um rico sortimento de dentes minerais e de marfim, e também um rico sortimento de pós para embranquecer os dentes.”¹¹⁸ Além do Elixir Antiescorbútico, afirmava o anunciante dispor igualmente da “[...] Pomada Diaforética do Doutor Prestnaim, de que recebeu o segredo e que (servia) para curar o reumatismo o mais crônico e agudo; e as hérnias as mais rebeldes.”¹¹⁹ E lembrava, ainda, que os pós e os elixires estavam marcados com o seu nome no intuito de evitar qualquer falsificação. Embora essa afirmação sugerisse a identificação do anunciante, no Jornal não foi registrada indicação de seu nome, apenas o local onde prestava seus serviços, o Hotel Universo, localizado à Rua do Príncipe, contíguo à Praça da Matriz.¹²⁰ Assim, não é possível saber a origem desse suposto cirurgião dentista que vendia medicamentos sobre os quais não é possível atestar a licitude. Mas é factível inferir que se tratasse, a exemplo dos já citados curandeiros Manoel Mendes Lino, Estevão Carpentier e por qual razão não dizer, o “Doutor” Aillaud, de uma pessoa branca, para a qual a cor da pele podia pré determinar sua retidão.

Torna-se pertinente lembrar que tal suposição não significa dizer que africanos e afrodescendentes estivessem longe de atuar como dentistas ou vender seus preparados para fins medicamentosos. Alguns estudos já demonstraram que muitos deles exerciam o ofício de

¹¹⁶ Jornal “A Estrela”. Desterro. Ano 1, n.10, 11 jul. 1861. p.4. BN (Seção de periódicos).

¹¹⁷ Jornal “A Estrela”. Desterro. Ano 1, n.10, 11 jul. 1861. p.4. BN (Seção de periódicos).

¹¹⁸ Jornal “A Estrela”. Desterro. Ano 1, n.10, 11 jul. 1861. p.4. BN (Seção de periódicos).

¹¹⁹ Jornal “A Estrela”. Desterro. Ano 1, n.10, 11 jul. 1861. p.4. BN (Seção de periódicos).

¹²⁰ A Praça da Matriz, durante o século XIX, foi também denominada Largo da Matriz, Praça do Palácio e Largo do Palácio. Após a Proclamação da República passou a se chamar Praça XV de Novembro. Ver: VEIGA, Eliane V. da. *Florianópolis...*, op. cit. 2003. Anexos: Equivalências toponímicas.; e SANTOS, André Luiz. *Do mar ao morro...*, op. cit. 2009. Tabela 1: Nomes de ruas, travessas, becos, largos e praças.

barbeiros, sendo hábeis na extração de dentes, na realização de pequenas cirurgias, sangrias com uso de lancetas e na aplicação de sanguessugas.¹²¹

Debret, na primeira metade do século XIX, indicava o quanto era comum ver esses personagens pelas ruas do Rio de Janeiro, sendo que alguns até dispunham de um estabelecimento para a realização de suas atividades.

Imagem 2

Fonte: “Boutique de Barbiers”. Planche 12. Dessin Jean-Baptiste Debret. Lithographie Thierry Frères. In: DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Imprimeurs de L’Institut de France, 1835. Tome II.

O panorama pintado por Debret em “Loja de barbeiros” é claro e bastante elucidativo na mediana em que traz à luz algumas funções laborais exercidas por africanos e afrodescendentes no Brasil oitocentista nas condições de escravos, livres ou libertos. Na tela pintada pelo viajante se reconhece quatro figuras negras, possivelmente, escravos, já que se apresentavam descalços. De um lado da porta há um adulto sentado a costurar meias, atividade que de acordo com Debret era realizada nas horas de folga e em geral como meio de acumulação de

¹²¹ Ver: PIMENTA, Tânia S. “Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX.” *Cadernos do CEDES*. Campinas, vol.23, n.59, p. 91-102, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n59/a07v23n59.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2013.; _____. e DANTAS, Rodrigo A. “Barbeiros-sangradores no Rio de Janeiro oitocentista: transformações de um ofício.” *Revista da ABPN*. Rio de Janeiro, vol.6, n.14, p.6-24, 2014. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/488/332>> Acesso em: 12 nov. 2014.; FIGUEIREDO, Betânia G. “Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.6, n.2, p.277-291, jul./out. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701999000300003&script=sci_arttext> Acesso em: 15 ago. 2013.; e _____. *A arte de curar: medicina, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. 2 ed. Brasília/Belo Horizonte: CAPES/Argumentvm, 2008.

renda para a compra da alforria.¹²² De outro, um homem e uma criança se dedicam a amolar navalhas, instrumentos imprescindíveis para a prática da barbearia. Um pouco adiante se vê uma mulher com tabuleiro na cabeça, possivelmente uma transeunte a vender seus quitutes por diferentes ruas da cidade. Acima da porta de entrada, uma placa é indicativa. Ali se prestavam os serviços de barbeiro, cabeleireiro, sangrador, dentista e deitador de bichas.¹²³

Para Debret, assim como em Lisboa, “[...] as barbearias imitaram o tipo espanhol, oferecendo a mesma disposição interior e o mesmo cenário ao ar livre, com a diferença de que o mestre barbeiro, no Brasil, (era) quase sempre negro ou pelo menos mulato.”¹²⁴ Ainda de acordo com o viajante tal contraste, considerado “chocante” aos olhos europeus, não impedia que os habitantes do Rio entrassem confiantes em um desses estabelecimentos, na certeza de que iam encontrar, numa mesma pessoa, capacidades para o exercício de múltiplas funções: a de um mestre barbeiro portador de navalhas e tesouras e igualmente familiarizado com lancetas para a realização de sangrias, além de um hábil deitador de sanguessugas também preparado para fornecê-las.¹²⁵

Para estes, no entanto, as restrições e as fiscalizações ocorreram com maior intensidade e foram aumentando paulatinamente. À época da Fisicatura, até obtinham registros de licença, já que essas funções eram nada glamourosas para os poucos doutores em medicina que existiam no Brasil.¹²⁶ Mas com a introdução das faculdades, além da fundação da Academia Imperial de Medicina e de uma estrutura governamental atenta às questões relacionadas à saúde, foram aos poucos se tornando marginais. Atuariam, nesse sentido, de maneira invisível, deixando de evidenciar sua destreza no trato do corpo enfermo.

Assim, embora pudessem ser encontrados nas páginas dos jornais desterrenses anúncios de barbeiros sangradores ou deitadores de bichas¹²⁷, não é possível afirmar em que medida havia, entre eles, africanos e afrodescendentes. Para o ofício de sangrador era preciso ter

¹²² DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Imprimeurs de L’Institut de France, 1835. Tome II. p.51.

¹²³ DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque...*, op. cit. 1835. Tome II. pl.12.

¹²⁴ O fragmento original em francês se encontra em: DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque...*, op. cit. 1835. Tome II. p.50.

¹²⁵ DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque...*, op. cit. 1835. Tome II. p.50.

¹²⁶ De acordo com Scliar, os médicos se diferenciavam dos barbeiros e cirurgiões. Os primeiros porque frequentavam as escolas de medicina, diagnosticando enfermidades e receitando medicamentos, estando os segundos vinculados a um saber obtido por experiência, mormente na aplicação de curativos, ventosas e clisteres; na realização de sangrias e na feição de barbas e cabelos para fins de adequação estética. SCLiar, Moacyr. “Introdução.” In: *A Saúde Pública no Rio de D. João*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2008. p.13-22.

¹²⁷ A expressão “deitar bichas” estava relacionada à colocação de sanguessugas em áreas do corpo que fizessem o serviço de retirada do sangue, técnica considerada eficaz no tratamento de algumas enfermidades. Ver: LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomo III. p.412-423.; e CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.938-945 e 947-950.

licença, esta, obtida junto à Câmara Municipal, de acordo com a Lei n°. 222.¹²⁸ Esse fato não impedia que alguns sujeitos atuassem na clandestinidade, a exemplo dos curandeiros e feiticeiros vistos anteriormente. Entrementes, um passeio pelas seções de anúncios desses periódicos permite o reconhecimento de barbeiros sangradores dispondo de seus serviços, embora a maior parte anunciasse apenas o aluguel ou a venda de sanguessugas, provavelmente para evitar a fiscalização e o pagamento de uma multa de 16 mil réis pela contravenção.¹²⁹

Nos anos 50 foram encontradas publicidades nos jornais “O Novo Iris” (1850), “Correio Catarinense” (1853), “O Mensageiro” (1855 e 56) e “O Argos” (1856, 58 e 59). Na década de 60, os jornais “O Mercantil” (1867 e 68) e “A Regeneração” (1869) também publicaram anúncios dessa ordem. A partir dos anos 70, nenhum mais foi evidenciado.¹³⁰ Atentando para os locais indicados onde as sangrias eram realizadas ou as bichas alugadas e vendidas, percebeu-se relativa concentração na zona central de Desterro, perto da Praça do Palácio ou da Matriz, com destaque para a Rua do Príncipe e Rua da Constituição.¹³¹ A Rua do Príncipe era a mais importante da cidade e onde estavam agrupados os estabelecimentos comerciais. A Rua da Constituição fazia parte do bairro da Pedreira, que englobava numa perspectiva mais alargada o Campo do Manejo onde se localizava o quartel. Nos dizeres do médico João Ribeiro de Almeida, essa região era habitada por soldados, conquanto que mais significativamente fosse morada das lavadeiras de várias condições sociais, sendo algumas libertas e outras tantas escravas que tinham permissão para morar longe de seus senhores, geralmente em casas bastante precárias.¹³²

Mas foram também encontrados registros para as ruas do Vinagre e Menino Deus. A primeira também estava localizada no Campo do Manejo, e a segunda no bairro da Toca, logo abaixo do Hospital de Caridade e do morro cujo nome era idêntico ao da Rua. Com vista para

¹²⁸ Ver: PROVINCIA de Santa Catharina. “Lei n°. 222...”, *op. cit.* [18..]. Capítulo Primeiro. Artigo 2°. p.209-210. AHMF.

¹²⁹ PROVINCIA de Santa Catharina. “Lei n°. 222...”, *op. cit.* [18..]. Capítulo Primeiro. Artigo 2°. p.210. AHMF.

¹³⁰ Os exemplares dos jornais identificados correspondem aos seguintes números: “O Novo Iris”. Desterro. Ano 1, n.36, 12 jul. 1850. p.4. O “Correio Catharinense”. Desterro. Ano 1, n.48, 12 out. 1853, p.4. “O Mensageiro”. Desterro. Ano 1, n.8. 13 out. 1855. p.4; Ano 2, n.113, 22 out. 1856. p.4. “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.75, 23 set. 1856. p.2 e 3; Ano 3, n.339, 16 set. 1858. p.4; Ano 3, n.343, 25 set. 1858. p.4; Ano 3, n.348, 7 out 1858. p.4; Ano 3, n.360, 4 nov. 1858. p.4; Ano 4, n.535, 24 dez. 1859. p.4. “O Mercantil”. Desterro, Ano 7, n.685, 24 nov. 1867. p.4; Ano 8, n.736, 28 maio 1868. p.4; Ano 8, n.737, 31 maio 1868. p.4; Ano 8, n.738, 4 jun.1868. p.4; Ano 8, n.740, 11 jun. 1868. p.4. “A Regeneração”. Desterro. Ano 2, n.58, 3 abr. 1869. p.4; Ano 2, n.59, 7 abr. 1869. p.4. BPSC, BN-HDB e BN (Seção de periódicos).

¹³¹ A Rua do Príncipe, também foi denominada Rua do Comércio e atualmente recebe o nome de Conselheiro Mafra. A Rua da Constituição, anteriormente denominada Rua da Cadeia, recebe o atual nome de Rua Tiradentes. Ver: SANTOS, André Luiz. *Do mar ao morro...*, *op. cit.* 2009. Tabela 1: Nomes de ruas, travessas, becos, largos e praças.

¹³² ALMEIDA, João R. de. “Ensaio sobre a...”, *op. cit.* Desterro, Ano 2, n.190, 8 nov. 1864. p.2-3. BN-HDB.

a baía sul, a região era habitada por pescadores e igualmente por lavadeiras. Esses trabalhadores, fossem eles negros ou pardos, prestavam seus serviços ali mesmo ou nas vias de Desterro. Suas residências, geralmente dotadas de um ou dois cômodos, caracterizavam-se, nas palavras de Almeida, insuficientes ao abrigo de seus moradores.¹³³

Fonte: Mapa topográfico elaborado a partir do cartão detalhe “Cidade do Desterro em 1868.” Litografia do Instituto Filomático. 1868. In: ALMEIDA, Candido M. *Atlas do Imperio do Brasil dedicado a sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Litographa do Instituto Philomathico. Mapa XIX.

Não é difícil imaginar que para essas regiões, da Pedreira, Campo do Manejo e Toca, os autores dos anúncios fossem africanos ou seus descendentes. É plausível supor, ainda, que alguns se encontrassem na condição de cativo e que conseguissem auferir certo lucro com a prestação desses serviços, no intuito de obter a liberdade. Por certo o ofício de barbeiro sangrador requeria preparo, sendo necessário, inclusive, no interior dos hospitais cuja demanda poderia ser expressiva.

Em 23 de setembro de 1856, a recém-eleita Mesa Diretora da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, mantenedora do Hospital do Caridade, apresentava relatório de suas atividades até o dia 4 do corrente, publicando-o no jornal “O Argos”. Salientava, entre seus informes, que estavam a cargo da Instituição doze africanos livres, dos quais um, de nome Varella e menor de idade, foi entregue ao Mestre Barbeiro João José de Moraes a fim de que aprendesse o ofício, considerado “[...] muito necessário para que na casa (houvesse) um

¹³³ ALMEIDA, João R. de. “Ensaio sobre a...”, *op. cit.* Desterro, Ano 2, n.190, 8 nov. 1864. p.2-3. BN-HDB.

oficial que (evitasse) as despesas no corte de cabelos, barbas, e aplicação de bichas e ventosas, aos doentes.”¹³⁴

Depreende-se, do fragmento apresentado, que no ano de 1856 não havia no Hospital de Caridade qualquer indivíduo licenciado para o exercício da função de barbeiro sangrador. Dentre os custos listados com seus funcionários, foram efetuados pagamentos ao médico, capelão, enfermeiro e enfermeira, respectivos ajudantes, além do escriturário e capelão.¹³⁵ Se não havia gente habilitada para cortar cabelos, fazer as barbas e aplicar as bichas e ventosas aos doentes, subentende-se que o Mestre Barbeiro João José de Moraes não estava vinculado à Instituição, sendo lícito supor que o próprio prestasse esses serviços quando necessário ou qualquer outra pessoa familiarizada com as artes da barbearia, quem sabe, os anunciantes da Ruas do Vinagre e Menino Deus, tão próximos que estavam do Hospital.

Imagem 3

Fonte: Imagem do bairro da Toca e Hospital de Caridade, com Rua do Menino Deus que se iniciava à direita da foto, subindo até a Instituição. Século XIX (entre os anos de 1854 e 82). Sem autor. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC).

Mas uma outra reflexão pode ser feita acerca do Relatório apresentado pela Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, a de que mesmo no interior de um estabelecimento de saúde, à luz da segunda metade do século XIX e, portanto, já sob a égide dos novos procedimentos que passaram a envolver o tratamento das doenças, alçada dos médicos e cirurgiões titulados pelos centros de formação acadêmica, ainda se recorria às gentes sem titulação. Dotados de saberes

¹³⁴ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.75, 23 set. 1856. p.3. BPSC.

¹³⁵ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.75, 23 set. 1856. p.3. BPSC.

e fazeres os quais não integravam as aspirações dos profissionais da medicina e da cirurgia, principalmente dos segundos, que alçaram a um status elevado na medida em que a ciência cirúrgica foi se tornando um ramo de destaque no âmbito das artes de curar¹³⁶, esses barbeiros sangradores e deitadores de bichas continuavam sendo importantes e requisitados, embora sequer fizessem parte das preocupações dispostas no Regulamento da Junta Central de Higiene Pública.¹³⁷

Certamente, outras atividades ligadas ao território da saúde eram importantes e frequentemente desempenhadas por africanos e seus descendentes. Em 1555, em face da epidemia do cólera, morria a crioula livre Maria Bahiana. De acordo com o jornal “O Mensageiro” de 27 de outubro, ela havia saído da Capital para a Fortaleza de Ratoes para auxiliar no trato dos enfermos do vapor Imperatriz, que se encontrava em quarentena. Faleceu com brevidade, mas deixou a impressão de seus serviços para os médicos e facultativos que foram prestar socorros ali, fato que foi publicado na imprensa de Desterro:

[...] e mais uma crioula livre, conhecida pelo nome de Maria Bahiana, que foi desta Cidade para a enfermaria, a qual sucumbiu em 3 horas; esta infeliz havia atraído a atenção dos facultativos que visitaram o lazareto, pela sua nobre conduta, e entre estes o Senhor Doutor Souto, que declarou recluir esse resultado, pela fadiga e esforços que ela empregava no desempenho de sua piedosa tarefa; tal proceder em pessoa dessa condição passa despercebido, entretanto em nossa opinião deve mais sobressair por ser nessa classe que mais ingenuamente se revela a verdadeira expansão da natureza, e dos puros sentimentos da alma; por isso rendemos a devida homenagem a essa heroica dedicação, e rogamos a Deus para lhe dar repouso eterno na mansão celestial.¹³⁸

Maria Bahiana foi apenas uma entre tantas personagens que desenvolveram outras funções que não aquelas vinculadas diretamente aos setores da economia. O sentido dado para

¹³⁶ De acordo com Figueiredo, o século XIX foi assinalado por novos padrões de comportamento, além de regras adequadas ao desenvolvimento da vida cotidiana em que as profissões sofreram significativa adequação. Com a introdução das faculdades de medicina e cirurgia, as tarefas manuais antes exercidas pelos cirurgiões barbeiros, geralmente associadas ao contato direto com o sangue, traumatismos e feridas, bem como extração de dentes, sofreram fragmentação. Procedimentos cirúrgicos minuciosos integraram a lista de prerrogativas dos cirurgiões formados uma vez que passaram a fazer parte de um conhecimento gestado no universo intelectual. Inclusive o trato dos dentes passou a requerer formação acadêmica, ainda que práticos por experiência continuassem a officiar como dentistas. Por outro lado, procedimentos mais simples, como as sangrias e aplicações de sanguessugas, continuariam a ser executadas pelos barbeiros, geralmente negros e pardos, embora fosse necessário ter licença para atuar. Ver: FIGUEIREDO, Betânia G. “Barbeiros e cirurgiões...”, *op. cit.* 1999. Sobre a profissão de dentista ver: PEREIRA, Wander. “Uma história da odontologia no Brasil.” *Revista História & Perspectivas*. Uberlândia, vol.25, n.47, p.147-173. Jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/21268/11525>> Acesso em: 5 nov. 2014.

¹³⁷ Nos oito capítulos relativos ao Decreto n°. 828, que executou o Regulamento da Junta Central de Higiene Pública em 29 de setembro de 1851, não foram encontradas referências sobre as atividades de sangrar ou aplicar sanguessugas. No âmbito dos dentistas, o Capítulo IV, Artigo 28°, obrigava que médicos, cirurgiões, boticários, dentistas e parteiras apresentassem os seus diplomas na Corte, à Junta, e nas províncias, às comissões e provedores de saúde, pressupondo-se que era necessário ter formação acadêmica para atuar nessas profissões. Ver: BRASIL. “Decreto n°. 828...”, *op. cit.* 1852. Tomo XIV. Parte II. Capítulo IV. Artigo 28°. p.265.

¹³⁸ Jornal “O Mensageiro”. Desterro. Ano 1, n.11. 24 out. 1855. p.1-2. BPSC.

a figura dessa mulher, contudo, merece algumas considerações. A primeira delas parte da ideia de uma pessoa abnegada e entregue à caridade, que arriscava a sua própria vida para cuidar de enfermos. Não é possível saber a que termos Maria foi levada para o Ratonês para exercer essa função, tão pouco, suas condições de vida na cidade, para ter aceitado desempenhá-la. As lides exercidas junto aos doentes não eram comuns entre a população letrada, principalmente aquelas relacionadas à limpeza das vestes, dos corpos suados pelas altas temperaturas e manchados com todo o tipo de excrementos. Geralmente, religiosos exerciam tais formas de labor, em virtude dos votos de pobreza, de compaixão e de entrega da vida ao plano espiritual.¹³⁹ Contudo, para onde não eram enviados esses indivíduos, restava recorrer ao auxílio daqueles cuja manutenção da vida não se constituía importante.

É impossível saber se este foi o caso de Maria. No entanto, tratando-se de uma crioula livre, não seria incorreto pensar que ao lado de enfermeiros brancos ela se constituísse a primeira opção. Sob outra perspectiva, não é lícito descartar a possibilidade da baiana ter sido, de fato, uma mulher abnegada a desenvolver uma atividade de tamanha periculosidade. Acerca dessa hipótese, recai-se sobre a segunda consideração, qual seja, a de que Maria, por sua condição, tornava invisível qualquer atitude digna de louvor e, por sua classe, a evidência de que indivíduos assim, negros ou ligados ao mundo do cativeiro, podiam desenvolver ações e sentimentos benéficos, sendo, portanto, capazes de evoluir.

Nesse sentido, a lembrança prestada no jornal “O Mensageiro” revela o papel que Maria desempenhava naquela sociedade. Era uma mulher livre que, por ser crioula, adequava-se para o exercício de uma atividade perigosa e, em certos aspectos, também repulsiva. Além disso, essa forma de labor não se distinguia de outras que eram designadas para que africanos e afrodescendentes escravos, livres ou libertos desempenhassem. Contudo, a entrega da vida ao cuidado dos doentes imprime tons mais amenos a personagens cujos signos eram quase sempre negativos.

O caso de Maria, nesse sentido, torna-se bastante revelador e evidencia as faces dos diferentes papéis desempenhados por essas pessoas na vida cotidiana da Ilha de Santa Catarina. Porém, a sociedade escravista, ao agregar a apropriação das capacidades físicas desses indivíduos à distinção entabulada pela sua cor da pele, deixava evidente em quais setores os seus préstimos deviam ser empregados. Assim, na esteira do movimento de

¹³⁹ Ver: ORNELLAS, Cleuza P. *O paciente excluído: história e crítica das práticas médicas de confinamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.; ARIËS, Philippe. *História da morte...*, op. cit. 2003.; e UJVARI, Stefan C. *A história e as suas epidemias: a convivência do homem com os microorganismos*. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Senac Rio/ Senac São Paulo, 2003.

medicalização que foi engendrado nessa localidade, era permitido que um barbeiro ou enfermeiro negro laborassem junto a enfermos. O próprio Hospital de Caridade, como se viu, almejava ter como prestador de serviços, à aplicação de bichas, um menor africano sem qualquer titulação. Porém, tanto a função de barbeiro quanto da prática da enfermagem eram tidas como menores para os profissionais da saúde licenciados, e geralmente na direção destes últimos, a imprensa de Desterro saía em defesa, propagandeando as benesses do mundo civilizado e o papel importante que a medicina oficial desempenhava ao desenvolvimento da sociedade. Entretanto, essa imprensa, ávida em propalar tal discurso, frequentemente entrava em contradição, já que foi a grande veiculadora de uma infinidade de medicamentos que não tinham qualquer evidência científica comprovada, fato que também constituía um problema aos agentes de saúde saídos dos centros de formação.

O que mais pode curar

Em 1869 o jornal “A Regeneração” publicava a descoberta de um medicamento que prometia a cura da “morfeia”.¹⁴⁰ Tratava-se do Xarope Regenerador. Ao tratamento, prescrevia-se aos adultos que tomassem meio cálice do remédio, dissolvido em idêntica medida de água fria, em jejum. Para a sua eficácia, era necessário fazer uso do Banho Regenerador e, após terminado, da Pomada Regeneradora. Afirmava, o anúncio, que passado alguns dias de seus usos era comum o surgimento de pequenos tumores, mas que estes logo vinham a desaparecer, denotando o efeito da medicação, cujo procedimento dava-se por finalizado. De acordo com o anúncio era importante que o enfermo seguisse uma dieta adequada, evitando comer carne de porco, salgados em excesso e alimentos adubados. Além disso, proibia-se a ingestão de vinhos, qualquer bebida espirituosa e “[...] tudo que (pudesse) transtornar os sentidos e entorpecer a marcha da cura.”¹⁴¹ Afiançava, o anunciante, que o restabelecimento da saúde era certo, e que o pagamento dos preparados poderia ser feito apenas depois que o enfermo estivesse curado. No entanto, era necessário ver os doentes na farmácia licenciada para a sua venda, que estava situada no Rio de Janeiro. Ora, se o remédio era vendido na Capital do Império, como afirmava o anúncio, caracterizava-se inviável aos doentes o seu deslocamento até o local indicado, principalmente no que se referia à “lepra”, marcada por práticas de exclusão de seus portadores. Nesse sentido, o acesso a ele só poderia

¹⁴⁰ Também denominada *lepra*, *mal de São Lázaro* e *elefantíase dos gregos*. Atualmente se denomina, no Brasil, *hanseníase*. Ver: MATTOS, Débora M. *Fora do arraial: hanseníase e instituições asilares em Santa Catarina (1940-1950)*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2013.

¹⁴¹ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 1, n.78, 12 jun. 1879. p.4. BN-HDB.

ser feito por remessa ou através de algum comerciante que se interessasse em negociá-lo, ficando a garantia da cura para segundo plano.

Numa época em que não se sabia ao certo quais eram os agentes causadores das doenças, qualquer possibilidade de que a saúde fosse restituída era vantajosa, não importando os meios para alcançá-la. Embora na década de 1860 as descobertas feitas pelo cientista francês Louis Pauster tenham comprovado que os microrganismos eram os principais responsáveis pelas enfermidades infectocontagiosas, a ideia de que os miasmas seriam os agentes primários a produzi-las e comunicá-las continuaria a ser teoria sem grandes contestações.

Para Garcia houve uma associação entre algumas doenças adquiridas por vias aéreas e comuns no contexto do século XIX, que propiciaram a sedimentação da crença de que o adoecimento provinha de matérias em decomposição, por meio da absorção de vapores pestilenciais oriundos da água e propagados no vento. Entre elas, a pneumonia e a tuberculose. De acordo com a autora, é possível que a recorrência de tais enfermidades tenha estendido o apego dos profissionais ligados a área da saúde, à teoria dos miasmas, externando, nesse sentido, a importância de se promover na cidade um ambiente salubre. Mas para a autora, também a teoria hipocrática daria seu contributo. Fundamentada na concepção de que o equilíbrio dos humores corporais (o sangue, a fleuma, a bÍlis amarela e negra) era essencial à manutenção da saúde, percebia, na proliferação dos gases tóxicos e na sua inalação elementos constitutivos para o desequilíbrio da vida.¹⁴²

Garcia afirmou, ainda, que foram sobre essas noções, de equilíbrio e desequilíbrio dos humores, que se estabeleceram técnicas de purificação dos líquidos corpóreos, entre as quais, as sangrias, as ventosas, os purgativos e os vomitórios. Mas essas estratégias não foram únicas a objetivar a estabilidade do organismo. A adoção de uma dieta adequada e o rechaço a alimentos e bebidas que provocavam a conspurcação de sua integridade eram de igual forma importantes. Não por acaso, o anúncio dos preparados “regeneradores” publicado no jornal “A Regeneração” lembrava aos possíveis usuários o que podia e não podia ser ingerido como alimento e bebidas. Além disso, salientava ser conveniente não “[...] molhar-se em água fria, nem apanhar umidade e nem o rigor do sol.”¹⁴³ Era cabível ainda, que o doente fizesse uso da “[...] de flanela (camisa de lã) e meias de lã, e quando (houvesse) muito frio, ceroula de lã

¹⁴² GARCIA, Carla L. *Emanações perniciosas...*, op. cit. 2006. p.41-42.

¹⁴³ Jornal “A Regeneração.” Desterro. Ano 1, n.78, 12 jun. 1879. p.4. BN-HDB.

também.”¹⁴⁴ Devia, ele, andar “[...] calçado e evitar as constipações, dar passeios a pé sempre, e a cavalo quando (fosse) preciso [...].”¹⁴⁵

Esses cuidados com a alimentação, com as bebidas, com as vestes, com o ar e com o exercício físico estavam na ordem das discussões estabelecidas entre os intelectuais da saúde, fazendo reverberar nos espaços públicos e privados a crença de que a prática de hábitos salutareis era constitutiva ao desenvolvimento da sociedade, e mais, importante para o declínio das doenças. Assim, nos trabalhos acadêmicos produzidos na época sobre os diferentes tipos de enfermidades que grassavam no Brasil eram evidenciadas, enquanto formas de tratamento, procedimentos sobre os quais imperava a positividade de condutas reconhecidamente saudáveis. De igual maneira, quando as abordagens se detinham a discursar sobre a causalidade das doenças, a ausência desses hábitos, aliada à falta de higiene e aos miasmas continuavam a integrar a lista dos fatores determinantes, como bem lembraram, em suas teses, os médicos Adolpho Arthur da Fonseca e Theodoro Mattos.¹⁴⁶

Nesse ambiente assinalado por contradições, publicavam-se, ainda nos jornais, remédios para a cura de outras tantas doenças. Havia o Leite Virginal, próprio para tirar “[...] panos brancos e pardos, sardas, manchas, espinhas, marcas recentes de bexigas e queimaduras do sol.”¹⁴⁷ A Água Dentrifícia, que servia para fortificar as gengivas, destruindo “[...] todos os miasmas e (anulando) completamente o mau hálito, (curando) as dores de dentes provenientes da cárie [...].”¹⁴⁸ O Sabão Bareginoso, eficaz no combate às “[...] impigens, sarnas, Mal de São Lázaro, lepra, sarabulhos, sífilis [...]”¹⁴⁹, sendo seus portadores curados sem a necessidade de qualquer recolhimento. E igualmente, havia as Pílulas Sulfurosas, que

¹⁴⁴ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 1, n.78, 12 jun. 1879. p.4. BN-HDB.

¹⁴⁵ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 1, n.78, 12 jun. 1879. p.4. BN-HDB.

¹⁴⁶ FONSECA, Adolpho Arthur R. da. *Das emanções palustres*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1876. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/teses/TM-0081.pdf>> Acesso em: 3 ago. 2013.; MATTOS, Theodoro da C. *Das causas de molestia*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. de Matheus Costa & C., 1878. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/teses/TM-0149.pdf>> Acesso em: 3 ago. 2013. Eugênio se deteve a analisar o discurso médico-higienista presente nas teses de medicina produzidas no Brasil, no contexto do século XIX. De acordo com o autor, foram identificados 47 trabalhos acadêmicos realizados junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre a temática da higiene. Acerca da alimentação, 19; e sobre o alcoolismo, 6. Ainda mais 10 discorriam sobre a problemática dos pântanos, já que eles eram considerados importantes veiculadores dos miasmas. Ver: EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes...*, op. cit. 2008. Anexo 2: Quadro 2. José Gondra e Leandro de Paula também realizaram análise semelhante, mas sob a ótica da educação escolar. Assim, os autores igualmente vislumbraram a importância dada aos aspectos acima descritos nos postulados médicos sobre a manutenção da saúde e a incidência das doenças. Ver: GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação na Corte imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.; e PAULA, Leandro S. de. *Higiene, educação e cuidados com a infância: o discurso médico nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Juiz de Fora, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação), UFJF.

¹⁴⁷ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 8, n.813, 11 nov. 1870. p.4. BPSC.

¹⁴⁸ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 8, n.813, 11 nov. 1870. p.4. BPSC.

¹⁴⁹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 8, n.813, 11 nov. 1870. p.4. BPSC.

curavam as “[...] moléstias cutâneas, dartros, impigens, lepra, morfeia, boubas, elefantíase dos árabes, sífilis, tumores e todas provenientes da impureza do sangue [...] (não exigindo) nem cautela, nem resguardo.”¹⁵⁰ Essas pílulas eram tidas mesmo como milagrosas e iam, inclusive, de encontro às costumeiras prescrições médicas que associavam o comedimento no período de convalescença, já que podiam ser tomadas em “[...] todos os tempos, sem mudar de modo algum os costumes ordinários, podendo passear, apanhar-se chuvas e tomar banhos, sem temer nenhum incômodo.”¹⁵¹

Em 1872 era anunciado, no jornal “O Despertador”, o Xarope Depurativo de Ferreira de Abreu, indicado para reumatismo, boubas, úlceras sifilíticas, cancros venéreos e gonorreia. Mas não era apenas propagandeado como eficaz no âmbito dessas enfermidades. O Xarope combatia:

[...] as sarnas gálicas, a hipocondria, os tumores brancos, a tosse rebelde, as flores brancas, as moléstias do fígado e baço, a esterilidade, a asma, as moléstias dos ossos, o catarro da bexiga, a perversão das regras, a paralisia, as sarnas, o dartros, a surdez, as constipações desprezadas, as moléstias do coração, a impotência, as feridas na garganta, a goma, a gota, as dores nos ossos, o ozagre, as úlceras do útero e finalmente todas as moléstias escrofulosas.¹⁵²

A lista de doenças para as quais o Xarope prometia a cura era sem dúvida extensa, e muito embora o anúncio sugerisse que a sua composição era à base de substâncias vegetais, não havia qualquer indicação de quais eram elas. Seu autor, Guilherme Ferreira de Abreu propagandeava o medicamento em outra localidade. No “Correio Paulistano” de 15 de dezembro de 1871, o mesmo Xarope era propagandeado em sua seção de anúncios. No espaço reservado, constavam ainda de declarações de pessoas que supostamente teriam sido beneficiadas por ele.

Excelentíssimo Senhor Guilherme Ferreira de Abreu, Porto-Alegre, 28 de abril de 1871. Como lhe prometi dizer o efeito que seu xarope produzia em seus doentes, vou cumprir esta promessa. Apliquei a uma preta velha que tenho, que há muitos anos sofria horivelmente de reumatismo gotoso a ponto de poucos serviços poder prestar, mormente no inverno, que parte conserva se medicando. Só com uma garrafa de seu xarope ficou curada. Já se molha sem que sofra coisa alguma, o que até então não acontecia. Assim, pois, tenho o seu remédio como o mais eficaz para esta enfermidade. Sou seu venerador e criado – Luiz José da Fontoura Palmeiro.¹⁵³

Em mais três números do “Correio Paulistano” de 1872 foram publicados anúncios do Xarope de Ferreira de Abreu. Todos vinham acompanhados de uma lista de declarações, apontando a eficácia do preparado. Elas seguiam a mesma estrutura da que foi citada acima,

¹⁵⁰ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 8, n.813, 11 nov. 1870. p.4. BPSC.

¹⁵¹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 8, n.813, 11 nov. 1870. p.4. BPSC.

¹⁵² Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 10, n.989, 23 jul. 1872. p.4. BPSC.

¹⁵³ Jornal “Correio Paulistano”. São Paulo. Ano 8, n.4605, 15 dez. 1871. BN-HDB.

indicando que os seus usuários eram residentes da cidade Porto Alegre, provavelmente região onde era efetuada a sua produção. Ao que tudo indica, a venda parece não ter sido muito expressiva, tendo em vista que apenas em São Paulo e em Santa Catarina o Xarope foi propagandeado na imprensa, e num pequeno espaço de tempo, entre os anos de 1871 e 1872, quando saiu nas páginas do “Correio Paulistano” e do “O Despertador”.¹⁵⁴ Há de se considerar que nenhum dos locais indicados para a sua aquisição eram boticas, mas casas que se prestavam ao comércio de gêneros variados, sendo plausível supor que o remédio indicado sequer tivesse autorização da Junta Central de Higiene Pública. Esse fato denota a fragilidade do controle sobre os recursos utilizados naquele contexto acerca do tratamento das enfermidades e, de igual forma, para o fato de que a própria imprensa, porta-voz dos novos paradigmas que se estabeleciam em torno da saúde, não tinha ainda definida, a sua posição. Talvez por isso ela não hesitasse em dedicar páginas e mais páginas às “receitas caseiras” que vez por outra apareciam como importantes descobertas a serviço da manutenção da vida.

Em tempos de epidemia, a exemplo do Cólera que surgiu em Belém e fez perecer uma grande quantidade de gente de norte a sul do Brasil em meados da década de 1850, para além das medidas de saneamento e de controle de contágio, como a fiscalização das embarcações e as quarentenas, o jornal “O Argos” de 18 de janeiro de 1856 dedicava alguns de seus números à publicação da eficácia do sumo de limão para a restituição da saúde. E deveria ser mesmo publicada a notícia, já que a descoberta era matéria de interesse público, afiançada por um médico renomado, o Doutor Francisco da Silva Castro, então Presidente da Comissão de Higiene Pública do Pará.

O interessante é que a revelação não havia sido fruto de uma investigação científica executada pelos agentes de saúde oficiais, como médicos, cirurgiões ou farmacêuticos. Tratava-se de um acaso ocorrido no meio de uma comunidade indígena do Amazonas.

[...] um dia indo uns pobres índios pescadores, em sua montaria, para o lago de Vila França com o fim de pescar, aconteceu que um deles foi atacado fulminantemente do cólera, a ponto de cair na água.

Sendo logo recolhido para bordo da pequena canoa pelos seus companheiros, e conduzido para terra, cuidaram estes em socorrê-lo, como puderam em tão remotas e inhóspitas paragens.

Não possuindo, porém, remédios alguns dos recomendados como próprios para resistir à doença, e não sabendo como valer em tão apuradas circunstâncias ao seu semelhante gravemente enfermo, lembrou-se, um deles, talvez inspirado pela GRAÇA CELESTE, de buscar no fundo da montaria alguns limões que ali levavam para o seu gasto, de os espremer e de dar a beber o sumo ao paciente.

¹⁵⁴ Foram investigados junto ao acervo da Hemeroteca Digital Brasileira e somente para esses dois periódicos constatarem-se anúncios para o Xarope de Ferreira de Abreu. No Jornal “O Correio Paulistano”, seus anúncios estiveram presentes nos números 4.605, de 1871; e 4626, 4633 e 4635, de 1872. Em “O Despertador”, nos números, 989, 993, 997, 999 e 1001, todos de 1872. BN-HDB.

Repetiram isto por algumas vezes mais no mesmo dia.
 Mas qual não foi o espanto desses homens semisselvagens ao verem o seu
 companheiro reanimar-se, falar, assentar-se e finalmente ficar curado sem outro
 algum socorro mais!?
 Logo depois adoeceram os outros índios. Foi o remédio o mesmo; e sempre o
 mesmo resultado!
 Espalhou-se a nova da preciosa descoberta, correu de boca em boca a notícia, e
 todos quantos adoeceram por aquelas bandas usaram do mesmo remédio, e todos
 sararam!!!¹⁵⁵

De acordo com o médico, a descoberta se caracterizava por uma providência divina. Porém, era importante testá-la, tomando para alçada dos licenciados o poder de garantir a sua autenticidade. É fato que a notícia já havia se espalhado para comunidades vizinhas e que muitos estavam experimentando o sumo do limão, colhendo dele bons resultados. Assim, o próprio Doutor Castro resolveu aplicá-lo, primeiramente com uma criança de três anos de idade, que se restabeleceu. Depois, com mais “[...] trinta coléricos em diversos graus por meio do sumo de limão, auxiliado em certas circunstâncias por alguns outros terapêuticos, e todos, menos um (foram) curados [...]”¹⁵⁶

Mesmo sendo o achado fruto de uma casualidade, fato comum no que dizia respeito aos saberes e fazeres relativos ao tratamento das doenças gestados no universo popular, o médico buscou atestar a sua eficácia amparado em estudos reconhecidos pela comunidade acadêmica, mormente de química e medicina, em que o uso do limão também se mostrou eficaz no tratamento de coléricos já por volta de 1832, em Paris. Diluído em água ou *in natura*, lembrava, Castro, que em 1855 o “[...] emprego deste agente medicinal contra o cólera não (era) novidade, todavia estava desprezado e dele ninguém mais falava.”¹⁵⁷

Ao atentar para o fato de que o uso do limão já era conhecido, o Doutor dava ênfase a um conhecimento originado num campo intelectualizado, em sua visão, muito mais sólido e genuíno do que o obtido entre os índios amazonenses, resultado positivo para uma ação improvisada diante do iminente risco de morte. De todo o modo, ao reverberar o episódio que supostamente teria desencadeado a retomada de experiências no trato do cólera através do sumo do limão, deixou evidente que, naquele contexto, em que os médicos titulados almejaram tomar para si a prerrogativa de lidar de maneira exclusiva com as questões relacionadas à saúde e à doença, seus saberes continuavam atravessados por aqueles que recorrentemente buscavam negar. Assim, transplantavam qualquer indicativo de autoria atribuído ao domínio do povo, ao crivo de seus conhecimentos. Entrementes, para a

¹⁵⁵ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.6, 18 jan. 1856. p.3. BPSC.

¹⁵⁶ Jornal “O Argos”. Desterro, Ano 1, n.7, 22 jan. 1856. p.3. BPSC.

¹⁵⁷ Jornal “O Argos”. Desterro, Ano 1, n.7, 22 jan. 1856. p.3. BPSC.

população, pouco importava quem havia sido o descobridor do remédio. Interessava, muito mais, a facilidade com que pelas terras podia ser encontrada ou cultivada a árvore do limão.

Outros medicamentos, no entanto, eram igualmente anunciados para o combate do cólera. A folha de laranjeira, preparada em chá, integrava as prescrições dos médicos licenciados. Em 30 de outubro de 1855, no intuito de evitar que a doença fizesse morada em Desterro, a Câmara Municipal publicou uma matéria intitulada “Conselho ao Povo”, tendo por autores os Doutores Manoel Pinto Portella e Hermógenes de Miranda Souto.¹⁵⁸ Descreviam os sintomas gerais da “[...] epidemia reinante e os meios a empregar com rapidez até a chegada do médico.”¹⁵⁹

SINTOMAS – Indisposição, fraqueza, perda de apetite, sede, dores de ventre, diarreia amarelada, esbranquiçada, fétida, falta do sono, frio geral particularmente nas extremidades, vômitos de matérias semelhantes as das evacuações, e dores de cabeça.

TRATAMENTO – Sendo o doente acometido por todos estes sintomas ou por parte deles se empregará com prontidão as fricções de álcool canforado: em seguida se administrará de hora em hora uma xícara de cozimento de folhas de laranja azeda ajuntando a ela quinze gotas de láudano líquido [...].

Aconselha-se o uso do cozimento de folhas de laranja azeda para o almoço e ceia em lugar do café ou chá, e toda regularidade no uso das comidas.¹⁶⁰

Tanto o chá de folhas de laranjeira quanto o sumo do limão, preferencialmente diluídos em água, caracterizavam-se eficazes por incluírem no procedimento terapêutico o modo mais adequado à restituição da saúde em casos de cólera, qual seja, o da reidratação. Mas outras tantas substâncias eram igualmente empregadas, não sendo possível identificar, ao certo, se o reconhecimento de suas propriedades curativas tinham origem nos meios acadêmico ou popular.

Segundo Beltrão, os terapeutas populares faziam uso, para além dos recursos da flora e da fauna que estavam à mão, de outros emprestados dos curadores oficiais e que haviam sido “[...] incorporados à prática cotidiana de populações habituadas à ausência de profissionais médicos.”¹⁶¹ Entre eles:

¹⁵⁸ Hermógenes de Miranda Ferreira Souto nasceu na Bahia, no ano de 1833, formando-se pela Faculdade de Medicina em 1853. Atuou como médico cirurgião do corpo de saúde da armada brasileira, servindo na Companhia de Aprendizes Marinheiros, em Desterro. Atuando no campo da saúde ao lado de outros profissionais da área, a exemplo do já citado Manoel Pinto Portella, foi também deputado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina entre os anos de 1866 e 1867, falecendo em 1 de fevereiro de 1867, aos 34 anos, de enfermidade desconhecida. Ver: PIAZZA, Walter Fernando. *Dicionário Político...*, op. cit. 1985.; e Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 5, n.423, 5 fev. 1867. p.1. BN-HDB.

¹⁵⁹ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 4, n.368, 30 out. 1855. p.4 BPSC.

¹⁶⁰ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 4, n.368, 30 out. 1855. p.4 BPSC.

¹⁶¹ BELTRÃO, Jane F. “A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX.” *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.6 (supl.), p.857, set. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v6s0/v6s0a04.pdf>> Acesso em: 19 ago. 2013.

[...] o álcool; a água de canela, de flor de laranjeira e de hortelã; os bálsamos; a beladona; a camomila; a cânfora; o clorofórmio; os elixires; as essências; o éter; a farinha de linhaça e de mostarda; a ipecacuanha; o láudano; a potassa; a raiz de valeriana silvestre; o ruibarbo; e as tinturas.¹⁶²

Como sugere a autora, Chernoviz já os listava em seu “Dicionário de medicina popular”.¹⁶³ Mas embora a obra pudesse ser encontrada nas lojas comerciais, nas boticas, nas bibliotecas e nas residências dos mais abastados, não estava à disposição da população de poucos recursos sequer alfabetizada. Além disso, as ervas, folhas, raízes e todas as substâncias integradas ao dicionário contemplavam, em parte, conhecimentos certamente gestados fora do saber acadêmico, ainda que fossem afiançadas por ele. A ipecacuanha¹⁶⁴, por exemplo, integrava o arsenal terapêutico dos indígenas brasileiros muito antes da colonização do Brasil e era sugerida pelos médicos como eficiente inibidor de diarreias, um dos maiores efeitos do cólera.¹⁶⁵ De acordo com Camargo, ela foi uma das espécies aprendidas dos índios pelos negros transplantados ao Brasil à luz do escravismo.¹⁶⁶ No tratamento das infecções gastrointestinais que levavam os enfermos à contínua expulsão das matérias fecais, a ipecacuanha era utilizada como poderoso medicamento por médicos formados, terapeutas populares e pessoas comuns que dispunham do arbusto em seus quintais ou nas áreas verdes próximas as suas residências, entre eles, africanos e afrodescendentes livres, escravos ou libertos, já familiarizados com as suas propriedades curativas.

Atentando para os registros de receitas prescritas aos enfermos internados no Hospital de Caridade entre os anos de 1872 a 1874 e 1886 a 1887, reconheceu-se o uso frequente de plantas medicinais ou seus compostos, a saber, todos vulgares ao conhecimento do povo. Entre elas estavam a ipecacuanha, as folhas de laranjeira e a casca da fruta, além do sumo do limão. Constavam, ainda, a camomila, o sene, o ruibarbo, a macela, o óleo de amêndoas doces e de rícino, a salsaparrilha, os pós de canela, a erva cidreira, a melissa, as flores de sabugueiro, a chicória, a losna, a beladona, o mamão, o óleo e a farinha de linhaça, a alfazema, o óleo de copaíba, a farinha de mostarda e o guaco.¹⁶⁷

¹⁶² BELTRÃO, Jane F. “A arte de curar...”, *op. cit.* 2000. p.857.

¹⁶³ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, *op. cit.* 1890. vols.1 e 2.

¹⁶⁴ *Cephaelis ipecacuanha*, da família das rubiáceas.

¹⁶⁵ Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, *op. cit.* 1890. vol.2. p.244-245.

¹⁶⁶ CAMARGO, Maria Thereza L. de A. *As plantas medicinais e o sagrado: a etnofarmacobotânica em uma revisão historiográfica da medicina popular no Brasil*. São Paulo: Ícone, 2014. Especialmente Parte 2: As plantas medicinais e os primeiros habitantes das Américas, Item 2.9: Matriz africana, subitem 2.10.2: Novas plantas aprendidas com os indígenas.

¹⁶⁷ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de receituário médico do Hospital de Caridade*. vol.1, 1 jan. 1872/14 maio 1873; vol.2, 1 maio 1873/3 set. 1874; vol.3, 26 set. 1886/10 mar. 1887, vol.4, 10 mar. 1887/16 jul. 1887. CMIHC. Outras plantas possivelmente estavam inseridas na lista, mas a escrita de punho de época não permitiu a sua decodificação.

De acordo com Maestri Filho, citado por Camargo, algumas já haviam sido inseridas em território africano antes da Era das navegações e outras posteriormente. Da Ásia foram transportadas para a África, a laranjeira, o limoeiro, a cidreira e a mamoneira. Da Europa, o linho e a chicória. E das Américas, o milho e a árvore mamoeira.¹⁶⁸ No âmbito dos contatos, todas as demais puderam ser apreendidas em função do comércio ultramarino e do deslocamento de pessoas realizado à luz das colonizações e da escravidão negra. Mesmo que as regiões de origem dessas plantas fossem diversas, colonizadores, comerciantes, religiosos e uma infinidade de sujeitos interessados se imiscuíam a levar consigo alguns exemplares que lhes eram reconhecidos. Objetivavam, entre tantas intenções, que não lhes faltasse recursos para dirimir qualquer efeito drástico proporcionado pelas enfermidades.¹⁶⁹

E recursos assim podiam ser encontrados na Ilha de Santa Catarina. Alguns viajantes que aportaram em Desterro no contexto do século XVIII já mencionavam em seus relatos a riqueza de sua flora. Em 1712, o francês e engenheiro militar Amédée François Frézier afirmava que, embora a alimentação na região fosse precária, a terra oferecia o necessário para a manutenção de sua população, inclusive remédios naturais para a cura de algumas enfermidades, como o sassafrás, uma madeira de bom aroma utilizada no trato das doenças venéreas e o “[...] guaiaco, empregado também para os mesmos fins.”¹⁷⁰

O guaiaco¹⁷¹, conhecido vulgarmente como pau-santo e originário das Américas, era bastante empregado no tratamento de afecções reumáticas, de doenças pulmonares e venéreas, a exemplo da sífilis.¹⁷² De igual forma, o sassafrás.¹⁷³ Este era indicado para o tratamento da gota, das doenças reumáticas e cutâneas e também das manifestações sifilíticas.¹⁷⁴ Aliados a

¹⁶⁸ FILHO MAESTRI, Mário José. *A agricultura africana nos século XVI e XVII no litoral angolano*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS, 1978. apud CAMARGO, Maria Thereza L. de A. *As plantas medicinais...*, op. cit. 2014. p.187-188.

¹⁶⁹ Ver: KURY, Lorelai B. et al. (Orgs.). *Usos e circulação...*, op. cit. 2013.

¹⁷⁰ FRÉZIER, Amédée François. *Relation du Voyage de La Mer du Sud aux Côtes du Chily et du Perou*. Paris: Jean-Geoffroy Nyon/Etienne Ganeau/Jacque Quillau, 1716. apud HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Assembléia Legislativa, 1979. p.21. Amédée François Frézier esteve em Santa Catarina durante a viagem realizada às possessões espanholas da América do Sul, entre os anos de 1712 e 1714, cujo objetivo era construir fortificações que as defendessem dos holandeses e ingleses. Como botânico, aproveitou a viagem para coletar informações a respeito das terras visitadas, principalmente acerca de sua fauna e flora. Em passagem pela Ilha de Santa Catarina, permaneceu entre os dias 1 e 12 de abril de 1712, chegando a confeccionar um mapa cartográfico de sua extensão, além de algumas considerações sobre o seus habitantes. Ver: HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina...*, op. cit. 1979. p.15-25.

¹⁷¹ *Guaiacum officinalis*, da família das Zygophyllaceae.

¹⁷² LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomo II. p.435-436.; e CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.104.

¹⁷³ *Laurus sassafras*, da família das laurineas.

¹⁷⁴ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.963-964.

essas plantas, Desterro possuía muitas árvores frutíferas, podendo ser encontrados, entre os frutos, limas, limões, goiabas, bananas, canas-de-açúcar e melancias.¹⁷⁵

George Anson, em estada na Ilha durante o ano de 1740, salientou a presença de outras, como o abacaxi, o pêssago, a uva, o melão e os abricós.¹⁷⁶ E em 1763, Antoine Joseph Pernetty fez referência à existência da copaíba, comum nas Américas e inclusive em todo o Brasil. Para o viajante as propriedades da planta eram vulgares, sendo ele mesmo instruído por um negro liberto de que ela constava na região.¹⁷⁷ Sua resina, de acordo com Chernoviz, constituía-se eficaz no trato de blenorragias e flores brancas, atuando como um poderoso adstringente.¹⁷⁸

Entre as plantas medicinais referenciadas por Pernetty, constava ainda um tipo de avenca de flores amarelas própria para as doenças do estômago. Além dela, a goiabeira, sendo seus brotos e frutos aproveitados à elaboração de uma tisana bastante utilizada para o combate às dores no ventre. Segundo o viajante, um de seus homens, adoentado, fez uso do preparado, naquele contexto, manipulado por um negro livre que lhe ofereceu seus préstimos.¹⁷⁹

Com efeito, Theodoro João Langgaard, em seu “Dicionário de medicina doméstica e popular” afirmava que as folhas e as cascas da goiabeira eram boas para o tratamento das

¹⁷⁵ FRÉZIER, Amédée François. *Relation du Voyage...*, op. Cit. 1716. apud HARO, Martim A. P. de. (Org.). *Ilha de Santa Catarina...*, op. cit. 1979. p.21.

¹⁷⁶ ANSON, George. *A Voyage round the World, in the years MDCCLX, I, II, III, IV*. 15 ed. London: W. Bowyer/J. Nichols/W. Strahan/J. F. and C. Rivington/T. Daviers/L. Hawars and Co. R. Hosfield/T. Becket/T. Lowdes/S. Crowder/J. Knox/T. Cadell/W. Otridge/G. Robinson/R. Baldwin/W. Woodfall/E. Johnston, 1779. apud HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina...*, op. cit. 1979. p.67-68. George Anson, em nome do governo inglês, foi comandante de uma esquadra de 8 embarcações enviadas ao Pacífico norte para proteger as suas possessões das investidas espanholas. Aportou em Santa Catarina no contexto da viagem, em 21 de dezembro de 1740, saindo da Ilha em 18 de janeiro. A exemplo de Frézier, Anson descreveu suas impressões locais, percorrendo principalmente sobre a população a fauna e a flora. Ver: HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina...*, op. cit. 1979. p.63-75.

¹⁷⁷ PERNETTY, Antoine Joseph. *Histoire d'un Voyage aux Isles Malouines, fait en 1763 & 1764; Avec des Observations sur le Detroit de Magellan, et sur les Patagons*. Paris: Saillant & Nyon/Delalain, 1770. apud HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina...*, op. cit. 1979. p.91. Antoine Pernetty, navegador francês, rumou às Malvinas com o fito de fundar uma colônia francesa, junto à expedição organizada por Louis Antoine Bougainville. Na viagem, aportou na Ilha de Santa Catarina em 29 de novembro, permanecendo até 15 de dezembro. Em seu relato, Pernetty elaborou descrições detalhadas sobre a Ilha e Desterro, dando maior atenção às plantas ali encontradas, principalmente por seus princípios terapêuticos. Ver: HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina...*, op. cit. 1979. p.83-115.

¹⁷⁸ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.1. p.698-699.

¹⁷⁹ PERNETTY, Antoine Joseph. *Histoire d'un Voyage...*, op. cit. 1770. apud HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina...*, op. cit. 1979. p.112.

anginas subagudas e crônicas. Em forma de colutórios, para dirimir o amolecimento das gengivas. Transformadas em chás, constituíam-se eficazes contra as disenterias e diarreias.¹⁸⁰

Ao que tudo indica, na Desterro de meados do século XVIII africanos já podiam estar familiarizados com as benesses oferecidas pelas plantas locais. Isso porque, o mesmo negro referenciado por Pernetty providenciou a cura para uma mulher “[...] cujas pernas tinham se tornado tão inchadas, que ela tinha bastante dificuldade para se sustentar.”¹⁸¹ Não foi possível identificar de que doença a mulher padecia. No entanto, dizia ela sentir “[...] grandes dores nos tornozelos que cessaram depois que o negro lhe fez uma fomentação com algumas ervas da região, fervidas com água pura.”¹⁸² Ao procurar identificar quais ervas eram essas, Pernetty foi informado de que se tratavam apenas de derivados da goiabeira. Esse fato acena para o reconhecimento, entre as gentes comuns, de outras propriedades oferecidas pela planta para além daquelas citadas por Langgaard.

No início do século XIX outros viajantes fizeram, igualmente, considerações sobre a flora de Santa Catarina. Adam Johann von Krusenstern aportou em Desterro e identificou, ali, a presença da mamoneira. De seu fruto, como já foi demonstrado, extraía-se o óleo de rícino utilizado como emoliente e purgativo.¹⁸³ No mesmo período, Georg Heinrich von Landsgorff reconhecia uma série de problemas de saúde presentes entre os habitantes da Ilha, entre os quais as doenças venéreas, as inflamações decorrentes dos bichos-de-pé e os acidentes com

¹⁸⁰ LANGGAARD, Theodoro João Henrique *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomo II. p.407. Theodoro Langgaard nasceu em Copenhagen, em 1813, mas se radicou no Brasil. Formado em medicina em sua terra natal e em Kiel, na Alemanha, validou seu diploma junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, desenvolvendo, a partir disso, dois dos mais importantes compêndios de medicina da época, o *Diccionario de medicina domestica e popular* (1865) e *Novo formulario medico e pharmaceutico* (1868). Atuando como médico principalmente na Corte, dedicou-se a discorrer sobre obstetrícia e maternidade, principalmente no âmbito do tratamento que as mães deveriam empregar aos filhos. Ver: GUIMARÃES, Maria Regina C. “Chernoviz e os manuais...”, op. cit. mai./ago. 2005.

¹⁸¹ PERNETTY, Antoine Joseph. *Histoire d'un Voyage...*, op. cit. 1770. apud HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina...*, op. cit. 1979. p.112.

¹⁸² PERNETTY, Antoine Joseph. *Histoire d'un Voyage...*, op. cit. 1770. apud HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina...*, op. cit. 1979. p.112.

¹⁸³ KRUSENSTERN, Adam Johann von. *Reise Um Die Welt in den Jahren 1803, 1804, 1805 und 1806*. Berlin: bei Haude und Spener, 1811. apud HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina...*, op. cit. 1979. p.151. Adam Krusenstern esteve em Santa Catarina no contexto de uma expedição russa enviada ao Pacífico norte para fins de exploração comercial. Desembarcou na Ilha em fins de 1803, permanecendo durante todo o mês de janeiro de 1804. A exemplo de outros viajantes coletou informações sobre seus habitantes, sua fauna e sua flora, elaborando, inclusive, pranchas ilustrativas de algumas áreas de Desterro. Ver: HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina...*, op. cit. 1979. p.143-156.

animais peçonhentos. A picada de cobra era a mais comum. Naquela época o contraveneno parecia se restringir às benzeduras e à cauterização.¹⁸⁴

Por certo, na lista de medicamentos incluídos na botica doméstica de Chernoviz em caso de mordidas por cães raivosos ou picadas de cobras, prescrevia-se a cauterização com ácido sulfúrico, manteiga de antimônio e potassa.¹⁸⁵ O médico também sugeria o uso do ferro em brasa e, apenas no âmbito das feridas por cobra, a aplicação de um pano embebido em aguardente, acrescido de cataplasma de linhaça e fécula. Internamente, ainda deveriam ser administrados chás de folhas de laranjeira.¹⁸⁶ Embora Chernoviz fizesse alusão a outras plantas utilizadas na remissão do veneno pelo saber popular, nenhuma foi aviada em sua eficácia. No entanto, em 1881 um anônimo publicava, no “Jornal do Comércio” de Desterro, um remédio “infalível” para mordeduras de serpentes e cães “danados”.

Por experiência própria e de muitas pessoas a quem tenho ensinado, verifiquei que não há remédio melhor, nem mais pronto e mais fácil para tais mordeduras do que a água fria.

A aplicação é simples, basta imergir em água pura (se for corrente, melhor) durante meia hora ou uma hora a parte da mordida, para que tenha desaparecido todo o vírus venenoso e se fique a salvo de seus terríveis efeitos.

Por acaso fiz esta maravilhosa descoberta, que torno bem pública no interesse da humanidade.¹⁸⁷

De acordo com a publicação, a água era suficiente para inibir a extensão dos efeitos funestos de uma picada de cobra venenosa ou do vírus da raiva. Mas se é fato que os próprios médicos indicavam a água acrescida da cauterização para tais eventos¹⁸⁸, no âmbito raiva apenas em meados dos anos 80 estudos mais profícuos realizados por Pasteur oportunizaram a descoberta de uma vacina que seria eficiente no sentido de evitar o desenvolvimento da doença, potencialmente fatal. Entrementes, ela só chegaria no Brasil anos mais tarde, sendo integrada aos programas de saúde no alvorecer do século XX, com a criação do Instituto

¹⁸⁴ LANDSGORFF, Georg Heinrich von. *Bemerkungen auf einer Reise um die Welt in den Jahren 1803 bis 1807*. Frankfurt am Main: Verlag bei Friedrich Wilms, 1812. apud HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina...*, op. cit. 1979. p.191-192. Georg Landsgorff, nascido em Wöllstein, um ducado da Alemanha, formou-se em medicina pela faculdade de Göttingen. Participou da expedição integrada por Krusenstern, estando na Ilha de Santa Catarina no mesmo período, de dezembro de 1803 a meados de janeiro de 1804. Sua descrição sobre a Capital da Província de Santa Catarina e arredores se manteve análoga ao modelo dos demais registros elaborados pelos viajantes ali aportados. Contudo, Landsgorff, pela familiaridade no campo da saúde, atentou para as condições de vida e a problemática das doenças. Ver: HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina...*, op. cit. 1979. p. 171-195.

¹⁸⁵ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.1. p.353-356.

¹⁸⁶ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.1. p.625.

¹⁸⁷ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.60, 17 mar. 1881, p.2. BN (Seção de periódicos).

¹⁸⁸ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.872-874.

Pasteur em São Paulo.¹⁸⁹ Para Langgaard, mesmo que uma infinidade de substâncias fosse utilizada para o combate aos venenos das cobras e ao vírus da raiva, as quais muitas vinham aliadas a procedimentos terapêuticos diversos, a exemplo de vomitórios, seus resultados eram rasos na medida em que não conseguiam evitar a entrada do mal na corrente sanguínea.¹⁹⁰ De todo o modo, a população recorria ao que estava à mão. Geralmente, plantas que por experiência tinham se mostrado eficientes em circunstâncias semelhantes.

Há de se considerar que acidentes com outros animais, como vespas, abelhas ou marimbondos, também eram publicados nos periódicos de Desterro. O mesmo “Jornal do Comércio” indicava a maceração de alguns “[...] grelos de azedinha ou folhas de vassourinha do mato, (aplicando-as) sobre a mordedura, destarte (desparecendo) a dor quase instantaneamente e (evitando-se) a inflamação.”¹⁹¹ De fato, a azedinha¹⁹², por suas propriedades anti-inflamatórias e refrescantes; e a vassourinha¹⁹³, enquanto planta antisséptica, adstringente e emoliente, configuravam-se apropriadas no trato das irritações derivadas de picadas de insetos. Chernoviz prescrevia a vassourinha contra a tosse.¹⁹⁴ Originária da Américas foi, de acordo com Camargo, apreendida dos indígenas, exercendo especial relevância para os negros escravizados.¹⁹⁵ Verger, em estudo sobre a utilização das plantas nas sociedades iorubás, categorizou-a enquanto instrumento medicinal e eficiente remédio antitussígeno.¹⁹⁶

Durante toda a segunda metade do século XIX, e inclusive já no XX, os jornais continuaram publicando medicamentos caseiros, os quais, muitos, não tinham qualquer aviação científica, embora estivessem presentes no âmbito das práticas sociais. Alguns deles também se constituíam por derivados da fauna nativa, integrando o arsenal terapêutico recomendado na imprensa desterrense. Assim, em abril de 1871, o jornal “O Cacique”, noticiava uma cura notável ocorrida na cidade de Lisboa. O enfermo, padecendo de uma hidropisia para a qual o auxílio da medicina oficial não tinha sido capaz de curar, via-se

¹⁸⁹ Ver: BABBONI, Selene Daniela e MODOLO, José Rafael. “Raiva: origem, importância e aspectos históricos.” *Unopar Científica: ciências, biológicas e da saúde*. Londrina, vol.13 (edição especial), p.349-356, dez.2011. Disponível em: <<http://revista.unopar.br/biologicaesaude/revistaBiologicas/list>> Acesso em: 10 nov. 2014.

¹⁹⁰ LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomo III. p.378-382.

¹⁹¹ “Jornal do Commercio”. Desterro, Ano 2, n.9, 13 jan. 1881. p.4. BN (Seção de periódicos).

¹⁹² *Rumex acetosa* L, da família das poligonáceas.

¹⁹³ *Scoparia dulcis* L, da família das escrofulariáceas.

¹⁹⁴ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.1187.

¹⁹⁵ CAMARGO, Maria Thereza L. de A. *As plantas medicinais...*, op. cit. 2014. Especialmente Parte 2: As plantas medicinais e os primeiros habitantes das Américas, Item 2.9: Matriz africana, subitem 2.10.2: Novas plantas aprendidas com os indígenas.

¹⁹⁶ VERGER, Pierre F. *Ewé...*, op. cit. 1995. Ver especialmente Parte 2: Receitas medicinais e mágicas, Item 2: *Oògùm*, receitas de uso medicinal.

sujeito a uma série de operações, sendo sempre abundante a extração de água de seu corpo. De acordo com a matéria, veio ao seu encontro uma “caridosa” senhora estrangeira que o instruiu a empregar um remédio “[...] simples, barato e de tão pronta aplicação e rápido efeito que o enfermo (achava-se) bom, completamente bom, como ele próprio (havia afirmado).”¹⁹⁷ Para tanto bastou ferver duas xícaras de água com um punhado de burriés ou caramujos do mar, sem que lhes fosse retirado o lodo. Em seguida, beber o líquido assim que estivesse frio, observando-se a melhora em um período de aproximadamente 12 horas.

De acordo com o informe, a água de burriés foi ainda ingerida por mais alguns dias, reconhecendo-se nela um poderoso diurético que promoveu a recuperação do doente em um curto período de tempo.¹⁹⁸ Considerado como um “virtuoso” remédio, lembrava, a senhora que o indicou, a vulgaridade com que era empregado entre o povo da Alemanha, afirmando que “[...] mesmo sem hidropisia ou anasarca, o uso em menor quantidade [...] (era) efficacíssimo em todos os padecimentos em que se (tornavam) úteis as bebidas diuréticas, (sendo) o chá facílmo de tomar, (por) seu gosto agradável a marisco.”¹⁹⁹

Para uma localidade cercada por águas, não seria estranho acreditar que os caramujos podiam ser empregados a tal fim e que a imprensa visse nessa facilidade uma realidade oportuna para divulgar a notícia. Com efeito, já em 22 de agosto do mesmo ano o jornal “O Despertador” publicava, em sua seção de “Diversas ocorrências”, que na Vila de São João da Boa Vista, São Paulo, uma mulher padecendo da doença fez uso da água de caramujos a partir do informe sobre o caso de Lisboa e, de maneira idêntica, teve recobrada a sua saúde.²⁰⁰ Em 1 de setembro o mesmo periódico já publicava a manipulação de um preparado em Desterro.

Pessoa competente, dotada de sentimentos humanitários, logo que leu em o noticiário do n. 884 deste Jornal, o curativo feito a uma enferma de hidropisia por meio do caramujo, cuidou em preparar um xarope desse molusco, remetendo-nos três garrafinhas acompanhadas de uma ligeira ideia sobre o que sabe relativamente ao mesmo molusco.²⁰¹

De acordo com a notícia, o medicamento se achava em poder do proprietário do Jornal e “[...] por conseguinte, gratuitamente à disposição da pessoa que, sofrendo essa gravíssima enfermidade, (quisesse experimentá-lo).”²⁰² Solicitava, no entanto, que fosse informado por escrito, dos resultados obtidos, sendo a identidade do autor mantida em sigilo pela “[...]”

¹⁹⁷ Jornal “O Cacique”. Desterro. Ano 1, n.35. 1 abr. 1871. p.3.

¹⁹⁸ Jornal “O Cacique”. Desterro. Ano 1, n.35. 1 abr. 1871. p.3. BPSC.

¹⁹⁹ Jornal “O Cacique”. Desterro. Ano 1, n.35. 1 abr. 1871. p.3. BPSC.

²⁰⁰ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 9, n.894, 22 ago. 1871. p.2. BPSC.

²⁰¹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 9, n.897, 1 set. 1871. p.2. BPSC.

²⁰² Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 9, n.897, 1 set. 1871. p.2. BPSC.

excessiva modéstia do preparador do remédio.”²⁰³ Pelo teor da carta enviada ao editor de “O Despertador”, tratava-se de uma pessoa instruída, já que para dar legitimidade às propriedades medicinais do “xarope”, lembrava os estudos feitos por Oscar Figuiet, cientista e farmacêutico belga, cujas pesquisas identificaram, nos caramujos de vinha, a “helicina”, considerada um eficiente medicamento peitoral.²⁰⁴ Afirmava ainda, o autor, que se “[...] na realidade (aproveitasse) aos enfermos hidrópicos, este seu assinante (tomaria) o trabalho de ensinar melhor a questão, remetendo (ao editor) maior quantidade de preparados e o resultado da análise.”²⁰⁵

Seria ele, um médico ou farmacêutico licenciado? É bem plausível supor que sim, já que o tom erudito da carta e o conhecimento versado nas pesquisas científicas realizadas no exterior denotavam a sua familiaridade com o universo dos agentes de saúde oficiais. Contudo, mesmo que não desfrutasse de evidências conclusas sobre a funcionalidade dos caramujos, o saber popular, por experiência, parecia apresentar indícios de sua eficácia, denotando que com frequência, ainda nos anos 70, os doutores em medicina ou seus pares se apropriavam dele para o exercício de suas práticas de cura. Assim, em 6 de outubro de 1871 o mesmo periódico anunciava, afiançado “[...] por pessoa competente, que o medicamento extraído do caramujo para combater a terrível enfermidade – a hidropisia – (era) heroico.”²⁰⁶ Para tanto, afirmava que “[...] três enfermos que padeciam desse mal experimentaram os seus efeitos salutareis, (achando-se) salvos.”²⁰⁷

É pertinente inferir que a notícia fosse continuidade da anterior, e que os três enfermos hidrópicos tenham feito uso do remédio sugerido por pessoa anônima que, ao mesmo tempo, constituía-se “competente” na visão do jornal “O Despertador”. Ao ser evidenciado o processo de cura desses doentes, sedimentava-se, aos poucos, a ideia de que o preparado de caramujos era de fato eficaz. No entanto, a experiência realizada, ao que tudo indica promovida por um profissional titulado, não perseguia qualquer protocolo de conduta científica. Isso porque, nada impedia que os três sujeitos recorressem a outros medicamentos paralelamente ao uso dos caramujos, fato que certamente poderia corromper os resultados do

²⁰³ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 9, n.897, 1 set. 1871. p.2. BPSC.

²⁰⁴ A “helicina” se trata da baba do caramujo que extraída e preparada, transformava-se em medicamento. Ver: FIGUIET, Oscar. “Observations sur les escargots.” In: *Encyclographie des Sciences Médicales*. Belgique, Série 4, vol.1, n.2, p.262-263, avril 1840. Disponível em : <http://books.google.com.br/books?id=M9FbAAAAQAAJ&pg=PA263&lpg=PA263&dq=figuier+escargot&source=bl&ots=4UKpCIVIOF&sig=9iPxCXPIiER-kGPRZyqAC1bLxHQ&hl=pt-BR&sa=X&ei=oXl4VN_6B4OnNuePg4AP&ved=0CD0Q6AEwAw#v=onepage&q=figuier%20escargot&f=false> Acesso em: 6 nov. 2014.

²⁰⁵ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 9, n.897, 1 set. 1871. p.2. BPSC.

²⁰⁶ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 9, n.907, 6 out. 1871. p.2. BPSC.

²⁰⁷ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 9, n.907, 6 out. 1871. p.2. BPSC.

tratamento indicado, expondo, nesse sentido, a fragilidade do próprio exercício científico à luz de meados da segunda metade do século XIX.

Com efeito, a hidropisia, relacionada ao acúmulo de líquido no corpo, era uma condição constante em Desterro, sendo inclusive presente nos registros do Hospital de Caridade. Entre os anos de 1850 e 1859, dos 41 internamentos realizados em virtude da hidropisia ou anasarca, 23 vieram a óbito. Destes, 18 eram brancos e 5 ex-escravos. Considerando os casos de ascites que acometiam a região do ventre, mais 12 ocorrências foram observadas resultando em 10 mortes, 6 entre a população branca e 4, entre a africana e afrodescendente representada por 2 mulheres alforriadas, 1 homem forro e 1 homem sem posição social definida.²⁰⁸

Ainda no Hospital de Caridade, entre os anos de 1864 e 1879, somente para os registros de óbito a hidropisia ou a anasarca fizeram 51 vítimas das 1.487 verificadas. Destas, 18 corresponderam a africanos e afrodescendentes em um total de 349 assentamentos.²⁰⁹ Embora a hidropisia não fosse tomada como problema inicial do estado de doença, já que se configurava uma reação sintomática de outras enfermidades, ela parecia estar na lista dos maiores problemas de saúde enfrentados na Ilha de Santa Catarina, buscando-se auxílio onde quer que ele se encontrasse. Entre as 10 causas mais frequentes para as mortes registradas no Hospital de Caridade de 1864 a 1879, a hidropisia esteve em 4º. lugar no acometimento de brancos e em 3º. no acometimento africanos e afrodescendentes.

Mas se a medicina oficial indicava o uso de purgantes, diuréticos e sudoríficos convencionais²¹⁰, vez por outra apareciam outros remédios tomados como eficazes pelo saber popular. Em 27 de dezembro de 1878, portanto nove anos depois da indicação dos caramujos, “O Despertador” publicava uma notícia extraída do “Jornal do Recife”, afirmando ser a manipueira também eficiente para o combate à hidropisia.

A manipueira nada mais era do que o sumo extraído da mandioca prensada e dotado de grande toxicidade por conter ácido cianídrico. Contudo, ao ser submetido a longas horas de fervura o ácido se evaporava, restando apenas a parte nutritiva do líquido. Enfatizava, o relator do informe, que ele mesmo havia aplicado em um seu agregado, “[...] atacado por essa moléstia, já todo inchado e desenganado pelo médico, [...] (afirmando) um resultado

²⁰⁸ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros de internamentos no Hospital de Caridade*. vol.6, 22 jan. 1850/13 dez. 1850; vol.7, 6 jan.51/15 set. 1855; vol.8, 16 set. 1855/31 dez. 59. CMIHC.

²⁰⁹ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros de sepultamentos no cemitério da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade*. vol.1, 8 jul. 1864/30 dez. 1879. CMIHC.

²¹⁰ Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.160-161.

maravilhoso, pois que em quatro dias desapareceu completamente a moléstia, (achando-se) o doente perfeitamente restabelecido, já em trabalho.”²¹¹

Embora nenhuma outra referência tenha sido feita à manipueira como remédio eficaz para o combate à hidropisia, não é difícil pensar que a população ilhoa se utilizasse dela, sobretudo, por ser grande produtora de mandioca²¹², cuja manipulação era feita, principalmente, por mão de obra escrava. Já no que se refere aos caramujos, a ausência do preparado nos jornais não impedia que a matéria prima estivesse disponível a qualquer pessoa que se interessasse em coletá-la próximo ao mar. No entanto, em 1879 a farmácia de Raulino Horn anunciava a venda de um xarope contra a enfermidade sem qualquer indicação de sua substância matriz, sendo lícito pensar que nele contivesse a água de caramujos anteriormente descrita.

Fonte: Jornal *O Despertador*. Desterro, Ano 17, n.1666, 21 fev. 1879. p.4. BPSC.

Com efeito, é possível que o próprio Raulino Horn fosse o anunciante de 1871, já que era farmacêutico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo versado em línguas e vinculado ao ambiente acadêmico onde estavam à disposição as pesquisas científicas realizadas no Brasil e no exterior. Mas essa assertiva, contudo, caracteriza-se apenas especulação, já que em sua farmácia também eram anunciados outros medicamentos

²¹¹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 16, n.1650, 27 dez. 1878. p.1. BPSC.

²¹² A mandioca produzida em Desterro, da espécie doce e também denominada aipim, não se tratava da mesma da qual se obtinha a manipueira, atribuída à mandioca brava ou amarga, com grande concentração de ácido cianídrico. No entanto, os mesmos procedimentos eram realizados para a extração do líquido da planta, sendo vulgar o emprego de plantas correlatas para os mesmos fins.

igualmente afiançados para a doença, sendo alguns derivados de outros elementos, a exemplo da jurubeba, também dotada de propriedades diuréticas.²¹³

Não é objetivo deste trabalho listar todos os remédios publicados nos jornais desterrenses, os quais, muitos, caracterizavam-se isentos de qualquer comprovação sobre sua eficácia. Intenta-se, com a discussão até aqui esboçada, problematizar as dicotomias presentes no discurso da imprensa local, e por qual razão não dizer, também dos agentes oficiais de cura, que deram voz a um novo modo de se lidar com a saúde, prerrogativa de profissionais formados e dotados de um saber erudito que se mostravam contrários àquele gestado na cultura popular, embora muitas vezes recorressem a ele.

Não por acaso, em 1869, o “Voz da Verdade” tenha publicado uma matéria crítica alusiva aos remédios que prometiam a tudo curar, sendo alguns deles reverberados nos jornais:

Remédios que curam tudo!!

Não deixamos de confessar que há alguns remédios que produzem salutareos efeitos, mas quando vemos que um só remédio cura todos os males, não podemos acreditar que assim seja, e custa-nos a engolir a “pílula”, se bem que dourada.

Outra mal resulta desta especulação e é o de prejudicar os farmacêuticos que mereceram este nome, gastam anos em estudos, sujeitando-se a provas de suas capacidades.

É triste que uma classe inteira fique prejudicada com esta especulação, e que muitos dos boticários se vejam privados de vender seus remédios, ao passo que esses especuladores enchem as algibeiras.

Temos uma Junta de Higiene, e a essa respeitável corporação médica compete pôr termo a esse novo modo de vida.

Percorra o público os jornais diários que admirará o prodigioso número de remédios que por aí se vendem. E essa venda está autorizada pela Junta de Higiene? Perguntamos nós.

A classe médica não é menos prejudicada com isso, porque aqueles que acreditam nesses elixires deixam de recorrer aos médicos e vão procurar essas panaceias que muitas vezes custam mais dinheiro do que a visita, a receita, etc., de um homem habilitado e profissional.

No Brasil onde há tantas ervas medicinas, o uso delas é muitas vezes mais proveitoso do que o dessas panaceias feitas de ingredientes que se não conhecem cujas virtudes, ninguém pode apregoar.

Algumas vezes o uso desses remédios pode aproveitar, mas não se segue por isso que se possa fazer uso deles – sem se atender às circunstancias do enfermo – à complicação da enfermidade de que se ele queixa com outra latente.

E, portanto, o uso dessas panaceias é incontestavelmente prejudicial em muitos casos.

[...] voltaremos ao assunto, que por sua gravidade, visto como se trata da *salus populi* merece a atenção das nossas autoridades, a quem cumpre velar sobre a saúde publica.²¹⁴

²¹³ *Solanum paniculatum* L, da família das solanáceas e procedente das Américas. Sobre a propaganda da jurubeba ver seção de anúncios do jornal “A Regeneração” de Desterro, Ano 6, n.583, 18 jun. 1874. p.4.; e Ano 17, n.220, 11 out.1885, p.2. BN-HDB.

²¹⁴ Jornal “Voz da Verdade”. Desterro. Ano 1, n.22, 2 set. 1869. p.3. BPSC.

A crítica, em sua essência, vinha na direção de repudiar os medicamentos universais, geralmente prescritos pelos médicos homeopatas, também alvo dos porta-vozes da medicina oficial, já que disputavam com estes a sua clientela. No entanto, mesmo os alopatas faziam uso da homeopatia, inserindo-a vez por outra em suas receitas, a exemplo dos Doutores José do Rego Raposo e José Augusto Pitanga já citados.

Com efeito, no consultório em que prestavam atendimento no mês de setembro de 1864, dos 69 doentes socorridos, 26 foram tratados pelo sistema homeopático.²¹⁵ Durante o mês de outubro mais 116 pessoas foram assistidas ali, das quais 40 tiveram seu tratamento restrito à homeopatia.²¹⁶ Também no Hospital de Caridade, a partir da análise de seus livros de receituário médico, observou-se, com frequência, o seu emprego.²¹⁷ Analogamente, nos jornais desterrenses, a exemplo de outros que veiculavam o seu uso no Brasil, eram publicadas prestações de serviços médicos e medicamentos fundamentados em doses homeopáticas.

Ora, estudos recentes sobre as práticas de cura presentes no Brasil oitocentista já apontaram que a medicina oficial procurava, sob quaisquer circunstâncias, impor o seu modelo de tratamento. Nesse sentido, via de regra os médicos desprezavam o entendimento, de seus pacientes, sobre o estado de saúde e doença. Como bem demonstrou Pimenta, esse fato contribuiu para que a homeopatia fosse mais aceita entre as classes menos favorecidas, incluindo aí africanos e afrodescendentes nas condições de escravos, livres ou libertos. Isso porque ela se aproximava, muito mais, das “[...] concepções de doença e de cura populares, incluindo as africanas, ao considerar elementos não físicos em sua anamnese, diagnóstico e terapêutica.”²¹⁸

Em Desterro, onde as culturas de ascendência lusa e africana eram hegemônicas, as representações sobre as enfermidades, à luz do século XIX, ainda eram fortemente ligadas a conceitos metafísicos. Cabral afirmou ser comum a crença em “[...] maus olhados e quebrantos, olhos ruins e penetrantes – o temido olho grande – capazes de fazer fenecer flores em pleno viço: e de matar passarinhos nos poleiros em que cantavam: e de quebrantar as saúdes mais robustas.”²¹⁹ Ainda de acordo com o autor, acreditava-se que as bruxas vinham

²¹⁵ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 2, n.181, 7 out. 1864. p.3. BPSC.

²¹⁶ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 2, n.190, 8 nov. 1864. p.2. BPSC.

²¹⁷ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de receituário...*, op. cit. vol.1, 1 jan. 1872/14 maio 1873; vol.2, 1 maio 1873/3 set. 1874; vol.3, 26 set. 1886/10 mar. 1887, vol.4, 10 mar. 1887/16 jul. 1887. CMIHC.

²¹⁸ PIMENTA, Tânia S. “Doses infinitesimais contra a epidemia do cólera em 1855.” In: NASCIMENTO, Dilene R. do e CARVALHO, Diana M. (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004. vol.1. p.37.

²¹⁹ CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos e...”, op. cit. 1977. p.120.

“[...] chupar o sangue das crianças no berço, tornando-as anêmicas, fracas, transparentes. E remédios de Doutor não as haviam de curar, senão as benzeduras de entendidas.”²²⁰

Em 13 de agosto de 1881, o jornal “O Despertador” informava a prisão de “um outro” feiticeiro em São José. Tratava-se de João Paixão, crioulo conhecido entre a população, segundo o Periódico. De acordo com a notícia o “[...] sujeito (fazia) umas ‘ligeirezas de mão’, (e) sendo perseguido, passou para o outro lado do Estreito.”²²¹ Ainda segundo “O Despertador”, ali “[...] começou a curar de ‘feitiços’, ‘mau olhados’, e a dar remédios etc., tudo mediante a competente espórtula.”²²² Como desdobramento, coube ao Delegado de São José encaminhá-lo para a prisão da Capital.²²³

Como afirmou Moraes ao abordar em sua pesquisa o mesmo fato descrito, se João Paixão era “outro feiticeiro”, isto significa dizer que existiam mais. Se “[...] ele curava feitiços e mau-olhados, é porque se acreditava que essas coisas existiam.”²²⁴ Com efeito, ao longo dos casos descritos neste capítulo, a expressão “mais um” parece ter sido comum nas publicações que davam visibilidade a esses personagens. Por certo, eles estavam espalhados pelas freguesias da Ilha e margem continental, prestando serviços a quem os procurasse, e obviamente deviam fazer uso de seus saberes para curar, inclusive, os males de que padeciam. Alguns, possivelmente, utilizavam a sua arte para garantir a sobrevivência quando, fugidos do cativeiro, precisavam se alimentar. Talvez tenha sido este o caso do escravo Domingos, pertencente ao Tenente Miranda Santos, cuja fuga foi anunciada no “Jornal do Comércio” de 7 de julho de 1881. Afirmava, o anúncio, que o mesmo andava “[...] por diversas partes (da) cidade, curando de feitiços, e fazendo remédios para dar fortuna e servindo de ‘onze’ por preços razoáveis.”²²⁵

Semanas depois, “mais um” feiticeiro foi levado à cadeia, sendo igualmente estampado nas páginas do “Jornal do Comércio”:

²²⁰ CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos e...”, *op. cit.* 1977. p.120. Sobre a cultura lusa presente na Ilha de Santa Catarina, especialmente a açoriana, é possível constatar, na obra de Franklin Cascaes, algumas características relativas às artes de curar associadas a representações imagéticas que atravessaram o século XIX se estenderam ao XX. CASCAES, Franklin. *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. Ver também: CARUSO, Raimundo. *Franklin Cascaes: vida, arte e a colonização açoriana*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.; e MALUF, Sônia W. “Bruxas e bruxaria na Lagoa da Conceição: um estudo sobre representações de poder feminino na Ilha de Santa Catarina.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, n.34, p.99-112, fev. 1992. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/34/Sonia%20Weidner%20Maluf%20-%20Bruxas%20e%20Bruxaria%20na%20Lagoa%20da%20Conceicao.pdf#page=1&zoom=auto,-202,70>> Acesso em: 5 mar. 2013.

²²¹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 19, n.1920, 13 ago. 1881. p.3. BPSC.

²²² Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 19, n.1920, 13 ago. 1881. p.3. BPSC.

²²³ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 19, n.1920, 13 ago. 1881. p.3. BPSC.

²²⁴ MORAES, Laura do N. R. Cães, vento sul e..., *op. cit.* 1999 p.206.

²²⁵ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.142, 7 jul. 1881. p.4. BN (Seção de periódicos).

O Subdelegado de polícia apreendeu ontem um “trem” completo de feitiçaria e o feiticeiro se chama Manoel Batista, é preto e natural do Maranhão. O “trem” ou “arsenal” consta de grande quantidade de saquinho com pedras e outros objetos, dentes de javali, penas de coruja, figas, [...] ervas, trancinhas, cotos de velas, uma peça de metal com três fitas passadas em buracos e uma moeda de 200 réis, na ponta um lenço em nós, raízes, incenso e uns bonecos de madeira, etc.

O feiticeiro diz que aqueles objetos serviam para benzer de mordedura de cobras e de outras coisas, mas que tudo era de forma a não fazer mal nenhum.²²⁶

Finalizava, o Jornal, que parecia incrível que ainda naquela época se acreditasse em coisas do gênero²²⁷, e informava, em edição de 4 de agosto, que Batista já se achava solto, conquanto estivesse intimado a pagar multa de 30 mil réis ou a sofrer 15 dias de prisão.²²⁸

Em 18 de outubro do mesmo ano, nova denúncia era publicada. Desta vez, não sobre um feiticeiro negro, mas sobre um curandeiro que no lugar dos Coqueiros se ocupava em “[...] fornecer remédios homeopáticos aos habitantes daquele lugar, e que ultimamente, exigiu de uma pobre viúva a quantia de 15 mil réis por duas doses que lhe forneceu.”²²⁹

Não é impossível imaginar que numa sociedade servida por tantos meios alternativos de cura, os médicos oficiais se sentissem forçados, vez por outra, a fazer uso da homeopatia em seus procedimentos terapêuticos, a exemplo dos Doutores Raposo e Pitanga. Isso porque, frequentemente apareciam gentes a administrar poções homeopáticas que caíam na simpatia do povo, sendo preciso combatê-las, como foi visto anteriormente.²³⁰ Tal simpatia, de acordo com Luz, residia na grande diferença entre esse modelo de tratamento se comparado àquele empregado pelos alopatas. Para a autora, a homeopatia desprezava o conceito fundamental de doença, enquanto entidade patológica e, igualmente, a ideia de substância ou entidade mórbida sobre as quais se davam a racionalidade médica. Por sua vez, ela entendia, e ainda entende, que os eventos mórbidos conhecidos como doenças seriam a expressão sintomática e visível do desequilíbrio ou desarmonia da vida, percepção esta que era muito mais próxima do sistema de pensamento popular.²³¹

Depreende-se, dessa realidade, que aos médicos oficiais adstritos de uma medicina alopática, não bastava apenas denunciar nos jornais esses personagens contrários ao espírito científico que se buscava preconizar naquele contexto. Tão pouco, fomentar o rechaço aos

²²⁶ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.162, 30 jul. 1881. p.4. BN (Seção de periódicos).

²²⁷ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.162, 30 jul. 1881. p.4. BN (Seção de periódicos).

²²⁸ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.166, 4 ago. 1881. p.3. BN (Seção de periódicos).

²²⁹ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.224, 18 out. 1881. p.2. BN (Seção de periódicos). Coqueiros estava localizado na parte oposta à Ilha, também pertencente a São José.

²³⁰ Ver: SAMPAIO, Gabriela dos R. *Nas trincheiras...*, op. cit. 2001.; FARIA, Fernando Antonio. *Querelas brasileiras: homeopatia e política imperial*. Rio de Janeiro: Notrya, 1994.; LUZ, Madel Terezinha. *A arte de curar versus a ciência das doenças: história social da homeopatia no Brasil*. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2013.

²³¹ LUZ, Madel Terezinha. *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p.123.

homeopatas e a sua filosofia, ao publicar matérias na imprensa pondo em dúvida os efeitos positivos desse sistema terapêutico. Era preciso, na medida em que a homeopatia ia se fortalecendo no Brasil, fazer algumas concessões. Nesse sentido, apropriar-se de um conhecimento sobre o qual a sociedade se afeiçoava poderia ser estratégia eficaz para a atração de uma clientela.

Mas a manutenção da vida, o trato da doença, o controle sobre as questões relacionadas à saúde que eram propaladas através do discurso da medicina oficial mostrava, de fato, uma série de contradições. Contradições porque era atravessado pela experiência cotidiana que a própria sociedade havia fabricado, a partir de suas demandas, sendo muitas vezes tal discurso incompatível com a prática social.

Ora, se a medicina gestada nas academias pretendia estar ao lado do Estado no objetivo de oportunizar a constituição de uma sociedade plenamente desenvolvida, era preciso combater todas as formas questionáveis, do ponto de vista médico e inclusive moral, de se lidar com o corpo. De forma semelhante, era preciso debelar tudo o que representasse ameaça ao corpo, não o de qualquer indivíduo, mas aquele potencialmente capaz de elevar o status do Brasil à categoria de nação civilizada. Sob essa perspectiva, como as populações atravessadas pelo cativo seriam ou não inseridas nos discursos em defesa da medicalização da sociedade e do alcance da civilização? Essas questões serão objetos de discussão na última parte deste trabalho que se inicia a seguir.

TERCEIRA PARTE

Saúde e Escravidão no Brasil e Ilha de Santa Catarina

CAPÍTULO 5

Dos maus-tratos e das fugas

Em 10 de janeiro de 1872, o jornal “A Província”, de Desterro, em sua centésima segunda edição, publicava a seguinte denúncia:

Cristãos! Eu sou uma infeliz escrava que sendo maltratada com bárbaros castigos, e para terminar os dias de minha existência precipitei-me de uma das janelas do sobrado onde reside o mesmo mau senhor, verdugo da humanidade!
 Não há no mundo quem tenha sofrido um cativeiro igual! Sobrecarregada de trabalhos pesados, mesmo assim faço todo o possível de agradar; porém o ingrato ainda acha pouco, e me força a fazer aquilo que minhas débeis forças não permitem. No leito da dor onde me acho, sofro cruéis tormentos!
 Tenho muitas vezes pedido que me deem uma gota de água: negam-me esse alimento precioso da vida! Deram-me para descansar este corpo descarnado um leito de palhas, sem uma luz à noite! Eis o meu triste viver, que antes nunca vivesse.
 Infeliz escrava! Quem diria que “aquela”, a quem muitas vezes ensinei a encetar os primeiros passos da vida, que a apertei muitas vezes em meus braços... Seria a própria que no auge de meus sofrimentos me negasse sua proteção!!!! Paciência!
 Apelo para Deus, e nas minhas orações, peço que termine os meus dias.

Ignorará estes fatos o senhor.

Bacorinho!¹

A declaração ora exposta, embora sem indicar autoria precisa, revela que na cidade de Desterro, em meados da segunda metade do século XIX e, portanto, numa época em que as discussões sobre o fim da escravidão no Brasil tinham por mote também condenar o abuso com que se recorria aos maus-tratos, práticas dessa natureza continuavam sendo comuns. Essa assertiva evidencia uma realidade assinalada por condições de sobrevivência e vida igualmente vexatórias para as populações ali escravizadas, sendo tais condições semelhantes às aquelas praticadas nas demais regiões brasileiras.

Embora alguns estudiosos tenham apontado para a existência de relações harmoniosas entre senhores e escravos em Santa Catarina e na Ilha², torna-se pertinente lembrar que elas eram próprias de uma estrutura paternalista de dominação em que a proteção e o amparo do cativo se constituíam estratégias para levá-lo a uma dívida de gratidão e, por conseguinte, a

¹ Jornal “A Província”. Desterro. Ano 2, n.102, 10 jan. 1872. p.3. BN (Seção de periódicos).

² Tratam-se, especificamente, dos estudos de Walter Fernando Piazza e Oswaldo Cabral. Ver: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972. Memória I e II/Notícia I e II. PIAZZA, Walter Fernando. *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis: Editora da UDESC, 1975.; e _____. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Garapuvu, 1999.

uma esperada subserviência.³

Nesse sentido, a afirmação feita por Cabral de que em Desterro muitos senhores, “[...] aos escravos se afeiçoavam, tratando-os como se da sua família fossem [...]”⁴, deve ser tomada com cautela, assim como a de que essa realidade os levava os permanecer no interior das residências senhoriais, mesmo após a emancipação, “[...] como se pela Lei não tivessem sido alcançados, presos pelo afeto, cativos sempre, mas pelo amor.”⁵

Ora, o queixume publicado no jornal “A Província” oportuniza reconhecer que a suposta subserviência escrava em face de relações paternalistas estava longe de ser efetiva. Isso porque os sujeitos levados ao cativeiro sabiam reconhecer o lugar que ocupavam naquela estrutura de exploração. Muito embora alguns esperassem de seus senhores ou daqueles a quem serviam atitudes de compaixão, a exemplo do relato transcrito acima, estas poderiam ser sempre malogradas em função das especificidades que marcavam as relações de poder implícitas ao escravismo. Como resultado, restava ao escravo, fosse ele homem ou mulher, agir. Essa ação poderia assumir múltiplas roupagens. Contudo, diante dos constantes castigos e maus-tratos impostos, recorria-se ao que estivesse à mão. Para além das insurreições ou tentativas de homicídio já discutidas na segunda parte deste trabalho, muitos optavam pela fuga, embora não soubessem, ao certo, o que pela frente iam encontrar.

O quinto capítulo deste trabalho visa dar relevo às condições de sobrevivência e vida das populações submetidas ao cativeiro ou por ele atravessadas, principalmente em Desterro e demais freguesias da Ilha. Nesse sentido, busca descortinar as formas de tratamento que lhes eram dispensadas, apontando os vieses de um cotidiano assinalado por frequentes castigos e maus-tratos.

Além disso, intenciona-se dar visibilidade aos discursos que foram produzidos no Brasil acerca dessa problemática, os quais, como será demonstrado, estiveram mais empenhados na promoção de uma economia da escravidão, ambicionando a manutenção de corpos imprescindíveis à conservação do sistema. Para isso, propõe-se desvelar em quais argumentos eles se baseavam, salientando inclusive em que medida foram capazes de espargir para a

³ Sobre a ideia de paternalismo ver: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Sanzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25 ed. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1987.; GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Trad. Maria Inês Rolim e Donaldison M. Gashagen. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e Terra/Cnpq, 1988.; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. ; GRAHAM, Sandra L. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.; e LIBBY, Douglas C. “Repensando o conceito de paternalismo nas Américas.” In: PAIVA, Eduardo F. e IVO, Isnara P. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo/Belo Horizonte/Vitória da Conquista: Annablume/PPG-UFMG/Edunesb, 2008. p.27-39.

⁴ CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...*, op. cit. 1972. Memória II. p.124.

⁵ CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...*, op. cit. 1972. Memória II. p.124.

Capital da província catarinense e arredores, sendo objetos de discussão na imprensa desterrense.

Reconhecendo o fato de que os castigos e os maus-tratos eram situações por vezes determinantes para que mulheres e homens escravizados resolvessem fugir, evidencia-se, através dos anúncios de fuga publicados nos jornais de Desterro, as marcas da escravidão nessa porção sul do Brasil, tendo por objeto de análise uma série de representações erigidas sobre seus corpos. Essas representações, para além de denotar uma intencionalidade a serviço da classe senhorial no intuito de formar um perfil o mais preciso possível para a restituição do bem perdido, revela que esses sujeitos, levados forçosamente ao cativeiro, eram capazes de engendrar estratégias próprias de sobrevivência e constante luta pela liberdade, mesmo quando lhes faltava saúde e condições físicas favoráveis para seguir em frente, desaparecendo definitivamente das vistas de seus senhores e de uma sociedade que os tomava como objetos ao seu dispor.

Por uma breve genealogia dos discursos

A problemática das condições de vida sobre as quais os escravos eram submetidos, desde o seu transporte, através do tráfico transatlântico, até sua inserção no mundo colonial português, sob a égide do trabalho forçado, foi objeto de interesse já entre alguns missionários que atuaram no Brasil durante a colonização. Tem-se em relevo os padres Antônio Vieira, André João Antonil e Jorge Benci.⁶ Em linhas gerais, suas narrativas procuraram apontar a situação precária vivenciada pelas populações escravizadas, capaz de ser observada na má alimentação que lhes era oferecida, no desprovido do amparo em face de suas doenças, na falta de zelo com suas condições higiênicas e na brutalidade exagerada exercida no controle do labor diário. Para esses porta-vozes da fé cristã, essa realidade se constituía em um modo de lidar questionável e devia, portanto, ser prática combatida e transformada.

Ao propor uma análise acerca dos sentidos atinentes aos conteúdos presentes nas obras desses missionários, Casimiro trouxe à luz alguns elementos da visão jesuítica acerca da escravidão negra. De acordo com a autora, se por um lado o cativeiro do homem era condenável, por outro fazia parte da história cultural dos povos, tornando-se legítimo em algumas circunstâncias: em face da guerra, através da conquista e submissão dos vencidos, ou

⁶ Em relação às obras desses missionários ver: VIEIRA, Padre Antônio. *Sermões pregados no Brasil II: a vida social e moral na Colônia*. Org. e notas de Hernani Cidade. Lisboa: República Portuguesa/Ministério das Colônias/Divisão de Publicações e Bibliotecas/Agência Geral das Colônias, 1940. vol.3.; ANTONIL, Padre André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas*. Lisboa: Officina Real Dislandesiana, 1711. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/06000400#page/1/mode/1up>> Acesso em: 13 jul. 2012.; e BENCI, Padre Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos: livro brasileiro de 1700*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

em virtude de um “bem maior”, como o de oferecer salvação às almas infiéis, a exemplo dos povos oriundos da África.⁷

No décimo quarto sermão pregado pelo padre Antônio Vieira à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Bahia e publicado na série “Maria Rosa Mística”, é possível entrever essa afirmação. Nele, a escravidão se mostra legítima diante do renascimento garantido aos africanos através de sua conversão à fé cristã.

Começando, pois, pelas obrigações que nascem do vosso povo, e tão alto nascimento, a primeira e maior de todas é que deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras onde vossos pais e vós viveis como gentios; e vos ter trazido a esta, onde instruídos na fé, vivais como cristãos, e vos salvais.⁸

Atenta-se, no mais, para o fato de que a Igreja Católica foi historicamente um dos grandes pilares da empresa colonial e proprietária de escravos. Nesse sentido, ainda que as críticas tecidas por alguns religiosos acerca da precariedade das condições de vida da mão de obra cativa tenham se estabelecido sob o signo da compaixão, do amor a Deus e ao próximo, elas não parecem ter pretendido assumir o tom de se contrapor à escravidão. Buscavam, apenas, delinear meios para lhe imprimir feições menos desumanizadas.

Usar o senhor dos escravos como de brutos, é coisa tão indigna, que Clemente Alexandrino julgou que não podia caber em homem de razão e de juízo. E se isto não é obra de homem racional, muito menos o pode ser de homem Cristão, a quem o mesmo Cristo encomendou tanto o amor e caridade com o próximo.⁹

De fato, os discursos presentes nas obras desses religiosos buscaram atender tanto aos axiomas da religião quanto aos interesses do sistema escravista. Assim, ao lado de missivas recheadas de críticas direcionadas aos proprietários, enunciavam-se procedimentos pedagógicos objetivando garantir o melhor aproveitamento da força de trabalho escrava.

Sampaio e Marquese apontaram a íntima relação entre os discursos presentes nesses escritos e os interesses que lhes permeavam. No plano econômico, a garantia da produtividade através da sustentação da mão de obra essencial à manutenção da riqueza. No plano religioso, a importância de dar tons mais amenos à realidade do escravismo praticado em nome da

⁷ CASIMIRO, Ana Palmira B. S. *Delineamento metodológico de uma pesquisa científica: Economia cristã dos senhores no governo dos escravos - uma proposta pedagógica jesuítica no Brasil colonial*. Salvador, 2002. Tese (Doutorado em Educação), UFBA.; e _____. “Quatro visões do escravismo colonial: Jorge Benci, Antônio Vieira, Manuel Benardes e João Antônio Andreoni.” *Politeia*. Vitória da Conquista, vol.1, n.1, p.141-159, 2001. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/142/156>> Acesso em: 12 set. 2012.

⁸ VIEIRA, Padre Antônio. “Serman XIV. Na Bahia, a Irmandade dos Pretos de hum Engenho em dia de S. João Evangelista, Anno de 1633.” In: *Maria Rosa Mystica*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes. 1686. Parte I. p.502. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01952550#page/1/mode/1up>> Acesso em: 13 ago. 2012.

⁹ BENCI, Padre Jorge. *Economia cristã...*, op. cit. 1977. p.52.

religião.¹⁰

Não obstante, percebe-se que esses tons mais amenos esbarravam, via de regra, na própria violência inerente ao sistema escravista que, para além da perda da liberdade, da precariedade das condições de sobrevivência e vida impostas às populações em cativeiro, podia também ser vislumbrada nas táticas de controle e coerção utilizadas para a garantia do exercício do trabalho. Sob esse prisma, ao mesmo tempo em que Benci atribuía à brutalidade dos senhores o sinônimo de prática indigna que escapava à “razão” e ao “juízo”, a eficácia das punições foi tema de destaque no conjunto de suas prescrições.

O trabalho, o sustento e o castigo: [...] todas três são igualmente necessárias, para que plena e perfeitamente satisfaça ao que como senhor deve ao servo. Porque sustentar ao servo sem lhe dar ocupação e castigo, quando o merece, é querê-lo contumaz e rebelde; e mandá-lo trabalhar e castigar, faltando-lhe com o sustento, é coisa violenta e tirana.¹¹

De acordo com Casimiro, Benci utilizou os conteúdos das “Escrituras” e do pensamento aristotélico como base argumentativa para o seu discurso.¹² No plano pedagógico voltado aos proprietários delineou três eixos fundamentais que se constituíam essenciais ao bom exercício do labor diário da escravaria sem a necessidade de ferir os preceitos cristãos: o controle acerca do trabalho, a necessidade da punição e a importância do subsídio a sua alimentação, apontando, nesse último, para a recorrência de descasos.

Casimiro fez lembrar, ainda, que se Benci observava o negro como um ser capaz de aprendizado e merecedor dos ensinamentos religiosos, observava-o, igualmente, como um ser inferior. Para a autora, essa percepção era típica do pensamento etnocentrista europeu que atribuía aos povos da África a inerência para uma natureza ruim, para a rudeza de costumes, para a ausência de vontade ao exercício do trabalho, para a indolência e para a falta de pudor,

¹⁰ SAMPAIO, Gabriela dos R. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.; e MARQUESE, Rafael de B. “A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847.” *Revista de História*. São Paulo, n.137, dez. 1997. p.2. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003483091997000200006&lng=pt&n=i>. Acesso em: 23 mar. 2012.

¹¹ BENCI, Padre Jorge. *Economia cristã...*, op. cit. 1977. p.51.

¹² Referem-se aos livros sapienciais do “Antigo Testamento” (Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Sirac ou Eclesiástico e Sabedoria) e ao modelo aristotélico apresentado em “Aeconômica”, Capítulo 5 e 6 do Livro 1, sob o signo da razão natural e atualmente considerado apócrifo, sendo creditado a um dos discípulos de Aristóteles. Nos livros sapienciais do “Antigo Testamento”, vislumbra-se a negação da escravidão do homem, com exceção em virtude da guerra. Em Provérbios (Pro, 31,13) vê-se a equiparação dos senhores à mulher dona de casa, que comanda o lar e alimenta seus escravos. No Eclesiástico (Eclo, 33, 25-30) encontra-se a base pedagógica direcionada à escravaria: a oferta do pão, a necessidade da correção e o controle sobre o trabalho. Ver: BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. Trad. Euclides M. Balancin et al. São Paulo: Paulus, 2012.; ARISTOTLE. *Oeconomica*. Trad. Edward S. Foster. Oxford: Oxford University Press, 1920. Book 1. Capítulos 5 e 6. Disponível em: <<http://archive.org/details/oeconomica01arisuoft>> Acesso em 12 fev. 2013.

sendo suas ações “governadas pelo temor”, fato que daria legitimidade aos castigos.¹³

[...] se os escravos fossem de condição tão branda e bem domada, que se acomodassem ao que é de razão. Mas como eles ordinariamente são voluntários, rebeldes, e viciosos, não é possível que saiam bem disciplinados sem a disciplina e sem o castigo.¹⁴

Instrumento de educação, controle, coerção ou punição, os castigos se enraizaram no interior da sociedade colonial e foram parte de uma realidade naturalizada no conjunto das práticas cotidianas do Brasil escravista, resultando muitas vezes em morte.¹⁵ Até a primeira metade do século XIX eram vulgares, podendo ser aplicados nos ambientes públicos ou privados. Foi o seu excesso em detrimento de outras formas de tratamento consideradas mais eficazes e menos vexatórias, o principal alvo das críticas dos religiosos. Em “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas”, escrito por Antonil e publicado em Lisboa no ano de 1711, o padre jesuíta assim registrava:

No Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau; contudo prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos: de que fé não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de meia dúzia de escravos: pois o cavalo é servido e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor e sela, e freio dourado.¹⁶

Mas se os escritos religiosos teceram críticas à forma como os escravos eram tratados, deve-se considerar que eles não foram os únicos. Ainda no universo colonial, personagens letrados vinculados às artes de curar recorreram sobre essa problemática, a exemplo de Luis Gomes Ferreira, em seu “Erário mineral”.¹⁷

Como pôde ser visto no terceiro capítulo deste trabalho, ao mesmo tempo em que o “Erário” se caracterizava uma espécie de manual de consulta em medicina numa época em que os serviços de saúde eram parques e precários, integrava na lista de seus conteúdos a problemática das condições de vida da escravaria, já que era ela a principal força de trabalho nas Minas Gerais, realidade que se estendia ao restante do Brasil. Assim, entre os diversos

¹³ CASIMIRO, Ana Palmira B. S. “Quatro visões do escravismo...”, *op. cit.* 2001.

¹⁴ BENCI, Padre Jorge. *Economia cristã...*, *op. cit.* 1977. p.126.

¹⁵ Sobre castigos ver: GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.; e IVANO, Rogério. “O corpo supliciado: dores e horrores da escravidão negra africana na literatura brasileira (1871-1895).” *Histórica*. São Paulo, Ano 5, n.36, p.1-9, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/materia03/texto03.pdf>> Acesso em: 13 out. 2011.

¹⁶ ANTONIL, Padre André João. *Cultura e opulência...*, *op. cit.* 1711. p.26.

¹⁷ FERREIRA, Luís G. *Erário mineral*. Org. de Júnia Ferreira. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. vols.1 e 2.

tópicos de interesses contidos na obra, foram apontadas as razões pelas quais os escravos eram recorrentemente vitimados pela doença, principalmente no âmbito da exploração mineira. Entre elas estavam a umidade, o trabalho excessivo e as moradias insalubres. A partir dessa realidade o “Erário” advertia para a necessidade de que alguns cuidados fossem dispensados aos cativos, evidenciando, tal como Benci, que não era raro os senhores os terem com negligência.

E advirto que, se o doente for preto, se lhe dê boa cobertura, casa bem recolhida e o comer de boa substância, que nisto pecam muito os senhores de escravos que hão de dar conta a Deus, e que, por nenhum modo, tendo catarrões, bebam água fria, porque se encruarão mais, antes, quanto mais quente a beberem melhor será, e que não façam desmanchos de mulher, ou cachaça, de que são muito afeiçoados. Outrossim, advirto que os senhores vão ver os seus escravos quando estiverem doentes e lhes façam boa assistência, porque nisto lhes darão muita confiança e consolação, metendo-lhes ânimo e esforço para resistirem melhor à doença; e se assim não o fizerem, como há muitos que tal não fazem, encham-se os tais de confusão, vendo que não têm outro pai, e se deixam ir passando sem comer, ainda que lho mandem, até que ultimamente morrem, o que digo pelo ter visto assim suceder; e assim, por conveniência, como por obrigação, devem tratá-los bem em saúde e melhor nas doenças, não lhes faltando com o necessário, que desta sorte farão o que devem, serão bem servidos, terão menos doenças, mais conveniência, experimentarão menos perdas e terão menos contas que dar no dia deles.¹⁸

Mas outra obra que circulou pelo espaço colonial português, além de “Erário mineral”, foi “Observações sobre as enfermidades dos negros”. De acordo com Marquese, ela foi originalmente escrita em francês pelo médico Jean-Barthelemy Dazille e teve sua publicação lançada no ano de 1776, estando em consonância com as reformas promovidas pelo governo francês no estabelecimento de conexões entre o saber médico e o poder público. Ainda segundo o autor, a produtividade derivada da força de trabalho cativa foi o eixo norteador das principais preocupações de Dazille. Isso porque era imprescindível para a França promover a diminuição da mortalidade entre os negros, causa inquestionável para colocar em risco a riqueza auferida com a exploração das colônias.¹⁹

A população das colônias determina-lhes o grau de prosperidade. Se ela é numerosa, produz força, e riqueza; se fraca, ou medíocre, ela indica igualmente pobreza, e frouxidão. Todas as colônias geralmente existem, ou devem existir debaixo destas duas proporções, força, e riqueza; estes são os dois grandes objetos do seu destino. A riqueza refluí no reino, e concorre poderosamente para a sua prosperidade geral; a força assegura estas vantagens contra os inimigos de fora, independentemente dos socorros da metrópole, sempre demasiado incertos, e demasiado tardos. Apenas e especialmente numa população abundante de negros, que as colônias encontram a fonte primitiva de sua opulência; porque sem os negros nada de cultura, nada de

¹⁸ FERREIRA, Luís G. *Erário...*, op. cit. 2002. vol.1. p.276.

¹⁹ MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1680)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Capítulo 2: Antiescravidão, reforma e governo dos escravos nas Antilhas francesas e inglesas, 1750-1800.

produtos, nada de riqueza.²⁰

Em 1801, Antônio José Vieira de Carvalho, Cirurgião-mor do Regimento da Cavalaria da Capitania de Minas Gerais e professor no Hospital Real Militar de Vila Rica, publicou em Lisboa a versão portuguesa da obra de Dazille.²¹ Com essa tradução, ficavam mais nítidos os contornos que sublinharam os escritos elaborados acerca da saúde dos escravos em território português, já àquela época, paulatinamente influenciados pelos ideais da Ilustração, sendo categorizados enquanto tratados ou manuais.

Entre aqueles escritos por letrados vinculados à área da saúde, merecem destaque o “Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros generalizado a todas as classes”, de Jean-Baptiste Alban Imbert (1834); os já citados “Formulário ou Guia médico” e “Dicionário de medicina popular”, de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1841 e 1842); além do “Dicionário de medicina doméstica e popular”, de Theodoro João Henrique Langgaard (1865).²² Mas eles não foram os únicos. De acordo com Marquese, houve alguns produzidos por administradores de fazendas que, influenciados pelo pensamento ilustrado e estudos de agronomia, voltaram suas atenções ao trabalho escravo, ensejando o bom aproveitamento da propriedade rural.²³ A exemplo, “O manual do agricultor brasileiro”, de Carlos Augusto Taunay (1839); e “Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro”, de autoria de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, publicado em

²⁰ Para original em francês ver: DAZILLE, Jean-Barthelemy. *Observations sur les maladies des negres: leurs causes, leurs traitemens et les moyens de les prevenir*. Paris: Chez Didot le Jeune, Libraire, quai des Augustins, 1776. p.1-2. Disponível em:

<<http://books.google.com.br/books?id=4Lh8hveGPWoC&printsec=frontcover&dq=dazille+jean+barthelemy&hl=ptBR&sa=X&ei=rSu1UOXdMI89QSwnoCABA&ved=0CDIQ6AEwAQ#v=onepage&q=dazille%20jean%20barthelemy&f=false>> Acesso em: 13 ago. 2012.

²¹ DAZILLE, Jean-Barthelemy. *Observações sobre as enfermidades dos negros: suas causas, seus tratamentos e os meios de as prevenir*. Trad. Antonio José Vieira de Carvalho. Lisboa: Typ. chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco Verde, 1801. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00622200#page/4/mode/1up>> Acesso em: 10 ago. 2012.

²² IMBERT, Jean-Baptiste A. *Manual do fazendeiro ou tratado domestico sobre as enfermidades dos negros generalizado a todas as classes*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1834.; CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Formulario ou Guia medico*. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, 1841.; _____. *Diccionario de medicina popular*. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, 1842.; _____. *Diccionario de medicina popular*. 6 ed. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. vols.1 e 2.; e LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina domestica e popular*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865. Tomos I, II e III. Ver também: FONSECA, Antônio Caetano da. *Manual do agricultor dos gêneros alimentícios ou método da cultura mixta destes gêneros nas terras causadas pelo sistema vegeto-animal; modo de criar e tratar o gado, e um pequeno tratado de medicina doméstica para fazendeiros*. Rio de Janeiro: Ed. Eduardo & Henrique Laemmert, 1863.

²³ MARQUESE, Rafael de B. “A administração do trabalho...”, *op. cit.* 1997. Ver, do mesmo autor: *Administração & Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999.

1847.²⁴

Ao empreender uma análise acurada acerca dos teores contidos nas obras influenciadas pelos ideais da Ilustração, Eugênio procurou demonstrar de que forma o pensamento ilustrado esteve nelas presente. Para o autor, ele poderia ser visto através das críticas tecidas acerca do sistema desumano e predatório do tráfico, do trabalho escravo e de sua dissonância com os princípios da natureza do homem postos em evidência através da obra do Barão de Montesquieu, “Do espírito das leis”.²⁵ Porém, em detrimento da ideia de que a liberdade se constituía um bem inalienável e de que ao semelhante se devia respeito, salvaguardava-se o direito sobre a propriedade que, no Brasil e demais sociedades escravistas da Era moderna, era representado pela figura do escravo.²⁶

Ainda segundo Eugênio, havia no discurso iluminista apregoado no Brasil acerca da escravidão um pretense projeto de fazer caminhar, ao lado do sentimento de amor ao próximo e de preocupação com suas adversidades, a satisfação das necessidades de interesse econômico.²⁷ Sob este aspecto, não causa estranhamento que grande parte dos escritos elaborados sobre a problemática das condições de vida dos escravos tenha pontuado, de forma categórica, as vantagens em se ter essa força de trabalho com diligência. Para Dazille,

²⁴ TAUNAY, Carlos Alberto. *Manual do agricultor brasileiro: obra indispensavel a todo senhor de engenho*. Rio de Janeiro: Typ. J. Villeneuve & Comp., 1839.; e WERNECK, Francisco P. de L. (Barão Paty do Alferes). *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro (1847-1878)*. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985. Os manuais ou tratados de medicina que discorreram acerca da problemática da saúde dos escravos foram objeto de análise de vários pesquisadores. Ver, para além dos já citados trabalhos de Marquese (1999) e Eugênio (2008), as referências de: RODRIGUES, Kassia. *Das páginas ao corpo: escravidão e práticas de saúde em manuais de fazendeiros do século XIX*. São Gonçalo, 2011. Dissertação (Mestrado em História), UERJ.; GUIMARÃES, Maria Regina C. *Os africanos numa vila portuária no sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro (1788-1850)*. Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em História), PUC. p.87.; _____. “Os manuais de medicina popular do Império e as doenças dos escravos: o exemplo do “Chernoviz”.” *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, vol.11, n.4, p.827-840, dez. 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=233020554009>> Acesso em: 2 maio 2012.

²⁵ A obra de Montesquieu foi publicada em 1748. Nela, a ideia da antinatureza da escravidão seria derivada da máxima de que como “todos os homens (nasciam) iguais, (tornava-se) forçoso concluir que a escravidão (era) contrária à natureza.” Ver: MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martins Claret, 2007. p.254. Outros pensadores da Ilustração discorreram sobre a problemática da escravidão a partir da perspectiva da liberdade enquanto um bem inalienável. Entre eles John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Entretanto, esses pensadores apresentavam ideias bastante contraditórias acerca da escravidão, ora condenando, ora justificando. Ver: LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Trad. Anuar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1997.; RUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

²⁶ EUGÊNIO, Alisson. “Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no Novo Mundo.” *Varia História*. Belo Horizonte, vol.25, n.41, p.227-244, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/23p154.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2012.

²⁷ Davis denominou de “ambivalência do racionalismo” a humanização do trabalho escravo para fins de atender aos interesses econômicos do Estado e dos proprietários. De acordo com o autor, foi comum a apropriação das ideias do iluminismo em defesa da permanência da escravidão, mesmo quando os movimentos abolicionistas se intensificavam no mundo ocidental. Ver: DAVIS, David B. “O iluminismo como fonte do pensamento antiescravocrata: a ambivalência do racionalismo.” In: DAVIS, David B. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Trad. Wanda C. Brant. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.431-465.

A administração pode ainda eficazmente concorrer pela circunspecção de suas vistas, por sua firmeza, pelo sustento das leis da polícia, pela diminuição das causas das enfermidades dos negros; e suspender, ou ao menos reduzir a despovoação entre eles.

Esta obra contém verdades, que não se saberia bem repetir aos habitantes das Colônias; e cuidados, que se lhes não saberia recomendar. Com a satisfação real de aliviar a desgraça da humanidade, eles terão a vantagem de conservar mais tempo servos, que se lhes tornarão sempre mais úteis pela inclinação, e fidelidade, que este cuidado da sua parte deve infalivelmente inspirar a estes entes desgraçados.²⁸

Acerca das produções textuais concebidas por profissionais da saúde, deve-se considerar, ainda, o paulatino papel que a medicina assumiu no intento de promover o desenvolvimento das sociedades, através da prevenção e tratamento das enfermidades e, mormente, do reordenamento das condutas sociais que punham em risco os ideais de progresso inspirados nos ilustrados e gestados em muitas nações. Essa medicina, autodeclarada social e que se firmou a partir de ações de caráter higiênico-intervencionistas, buscava o esquadramento da sociedade de forma a delimitar espaços e interferir sobre a vida daqueles personagens que se constituíam perigosos, através de suas doenças ou mazelas, para a nova ordem que se impunha.²⁹

Em fins do século XVIII e início do XIX, para além das doenças advindas das embarcações do tráfico, da crença de que os africanos eram portadores de enfermidades, de que seriam naturalmente propensos a condutas lascivas, hábitos desregrados e rebeldia, percebe-se que os discursos voltados à problemática de suas condições de vida, presentes nos tratados ou manuais, versavam inclusive sobre a importância em se tê-los dóceis e sob controle. No cerne dessa realidade, os castigos entravam igualmente na ordem do dia e assumiam o status de tática eficaz para a garantia do trabalho, malogrados quando de sua aplicação em excesso.³⁰

Subliminarmente, diante das campanhas estabelecidas em nível internacional contra a escravidão, mas inclusive após o aumento das discussões atinentes ao fim do tráfico, tornava-se mais prudente, para os próprios senhores, salvaguardar a propriedade que ainda lhes restava. Porém, essa salvaguarda esteve longe de ser adotada de forma massiva, fato que não permitiu ao Brasil proporcionar o crescimento vegetativo de sua população em cativeiro tal como os Estados Unidos proporcionaram ao vivenciar experiências semelhantes.

Isso não quer dizer que os Estados Unidos tenham dispensado o recurso à violência

²⁸ DAZILLE, Jean-Barthelemy. *Observações sobre...*, op. cit. 1801. p.174-175.

²⁹ Sobre a medicina social ver: MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

³⁰ EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde. (Brasil do século XIX)*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História), USP. Ver especialmente o Capítulo 4: O combate às más condições de saúde dos escravos – O impacto da Ilustração; e o Capítulo 5: O combate às más condições de saúde dos escravos – O impacto do fim do tráfico.

física para coibir manifestações de sublevação escrava. A revolta de São Domingos, ocorrida no Haiti entre os anos de 1791 e 1804, gerou um temor coletivo nas colônias escravistas que assumiu proporções mundiais, incorrendo no endurecimento das táticas coercitivas impingidas aos escravos, sobretudo no Sul. Entretanto, as medidas restritivas ao tráfico e o movimento emancipacionista engendrado ao longo do século XIX resvalavam no problema da manutenção dessa mão de obra, cujo declínio parecia se constituir inevitável não fossem providenciadas ações que garantissem a sua reprodução e a melhora de suas condições de vida.³¹

Como demonstrou Savitt em seu estudo sobre a medicina e a escravidão na Virgínia, a melhora das condições de vida dos cativos implicou na manutenção e no aumento relevante de sua população. Essa melhora foi resultado de estratégias adotadas nos ambientes das fazendas, onde a boa alimentação, o cuidado com o vestuário e um atendimento médico mais adequado se constituíram táticas decisivas para isso.³²

Ainda sobre essa questão, Davis estabeleceu uma comparação entre a população escrava nos Estados Unidos e no Brasil quando o tráfico continuava em vigor. De acordo com o autor, o início do século XIX assinalou para esses dois lugares um índice populacional similar, de aproximadamente 1 milhão, muito embora as importações feitas pelo Brasil tenham sido três vezes maiores. Essa similitude numérica a integrar os diferentes espaços territoriais, segundo Davis, esteve relacionada ao fornecimento, nos Estados Unidos, de uma alimentação mais rica em nutrientes à população escrava, bem como a condições de saneamentos mais adequadas as suas moradias.³³ Tal fato foi pouco observado no Brasil até a efetiva proibição do tráfico, ocorrida apenas em 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós.³⁴

Retomando a discussão proposta acerca dos tratados de saúde e manuais voltados ao governo dos escravos no Brasil, percebe-se que elas foram concebidas num cenário

³¹ O tráfico de escravos para os Estados Unidos foi proibido a partir de 1815, embora, na ilegalidade tenha ocorrido até os anos de 1860, cinco anos antes do decreto da abolição. Ver: GENOVESE, Eugene. *A economia política da escravidão*. Trad. Fanny Wrobel e Maria Cristina Cavalcante. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

³² SAVITT, Todd L. *Medicine and Slavery: the diseases and health care of blacks in Antebellum Virginia*. Urbana/Chicago/London: University of Illinois Press, 1978.

³³ DAVIS, David B. *O problema da escravidão...*, op. cit. 2001. Ver especialmente o Capítulo 8: A contradição contínua da escravidão: uma comparação entre a América Inglesa e a América Latina.

³⁴ No Brasil, o acordo estabelecido com a Inglaterra resultou na promulgação da Lei Diogo Feijó, em 7 de novembro de 1831, proibindo o tráfico de escravos e prevendo a liberdade aos africanos que ingressem no território após essa data. Contudo, o tráfico não diminuiu, continuando a ocorrer até a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850. Essa lei também não impediu que embarcações clandestinas aportassem no Brasil até o ano de 1857, muitas delas sendo malogradas por intervenção do Estado. Sobre o tráfico ilegal ver: BETHEL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos para o Brasil*. Trad. Vera N. N. Pedroso. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.; TAVARES, Luís Henrique D. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988.; e RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

dicotômico, onde os princípios da Ilustração que conferiam aos escravos o status de “seres humanos”, reservando-lhes o direito à liberdade, mesclavam-se ao terror provocado pelos constantes levantes que vinham, por eles, sendo provocados.³⁵ Para além dessa questão havia a própria dinâmica social, política e econômica que envolveu o processo paulatino de extinção da escravidão no Brasil, onde o negro, fosse ele escravo ou liberto, passou a ser visto como um desvio à ordem que se almejava construir; onde o Estado cristalizava seu desejo pelo alcance da modernidade; mas também onde a riqueza era resultado da exploração da mão de obra cativa. Porquanto, ao que tudo indica, a manutenção dessa riqueza seria o fator preponderante que daria sustentação às justificativas contidas nesses tratados ou manuais. No entanto, ela não parece ter sido levada significativamente em conta para a sociedade escravista da Ilha de Santa Catarina.

Escravidão e maus-tratos na Ilha de Santa Catarina

Um passeio pelas páginas dos principais jornais publicados na Ilha de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX permite verificar a completa ausência de um discurso motivado a abordar a importância em se ter os escravos com cuidado sob a justificativa de garantir a manutenção de sua mão de obra. Embora alguns senhores recorressem aos serviços oficiais de saúde para tratar das doenças que acometiam seus cativos, nada foi abordado no âmbito do cuidado de suas vidas que atentasse para resguardo dessa força de trabalho. Ainda que se tenha encontrado em Desterro o funcionamento de uma companhia de seguros voltada a indenizar os proprietários que perdiam seus escravos em eventos que se desdobravam em invalidez ou morte, a sua existência não esteve atrelada a um interesse, por parte dos senhores, em lhes garantir melhores condições de sobrevivência e vida. Intentava, apenas, dirimir os efeitos onerosos de suas ausências quando era possível despendar algum valor para se ter acesso a essa garantia.³⁶

Santos, em estudo sobre a história da pobreza em Desterro e Florianópolis, evidenciou

³⁵ A Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia em janeiro de 1835, caracteriza-se um exemplo. Contudo, inúmeras outras foram evidenciadas no Brasil, sobretudo no século XIX. Acrescentam-se, a elas, os crimes frequentemente cometidos por escravos contra seus senhores por razões infinitas, como a quebra de contratos, busca pela liberdade e até mesmo maus-tratos. Sobre revoltas e crimes ver: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.; MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.; _____. *O Plano e o Pânico: movimentos sociais na década da abolição*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2010.; e ALVES, Máira C. *Quando falha o controle: crimes de escravos contra senhores. Campinas, 1840/1870*. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em História), USP.

³⁶ Sobre a Companhia de Seguros Feliz Lembrança ver: PIAZZA, Walter Fernando. *O escravo numa..., op. cit.* 1975.; e PAYAR, André J. F. *A escravidão entre os seguros: as seguradoras de escravos na província do Rio de Janeiro (1831-1888)*. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Direito), USP.

que no período oitocentista a Ilha de Santa Catarina era assinalada por uma sociedade de poucos recursos financeiros.³⁷ Se é verdade que existiam grandes fortunas, sobretudo derivadas do comércio marítimo e portuário, é fato, igualmente, que elas estavam concentradas nas mãos de empresários, em geral, ligados aos poderes públicos e que possuíam um número mais expressivo de escravos, estes, fundamentais à manutenção de suas riquezas³⁸ Porém, é importante lembrar que a população mais carente recorria, sempre que dispunha de alguma reserva financeira, à compra de um cativo. Dadas as precárias condições em que viviam, tanto no âmbito de suas moradias como de sua pobre dieta alimentar, seria correto supor que não conseguissem dar conta ter seus escravos com zelo, absorvendo a mesma lógica de manutenção praticada pelos grandes proprietários.

Mas embora a lógica da manutenção da força de trabalho não estivesse presente no conjunto de suas preocupações, o uso da força, da coerção e dos castigos parece ter se inscrito no rol das táticas de controle e dominação ali utilizadas, a exemplo do modelo adotado e naturalizado na sociedade escravista brasileira. Mesmo os médicos que discorreram sobre a saúde dos escravos apontavam os castigos como tática pedagógica apropriada para garantir o pleno exercício do labor diário. No entanto, era importante que os senhores não cometessem exageros, realidade que implicava, para eles próprios, prejudiciais desdobramentos, como lembrou José de Lima Duarte em tese defendida junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1849:

O menor resultado, mas infalível, de excesso no castigo, e nos meios correcionais, é os escravos servirem constrangidamente; insurrecionam-se ou são apoderados de tal desespero que alguns se suicidam, outros recorrem ao punhal e o veneno contra os senhores, ou embrenham-se pelos matos. Não se infira, porém, que pretendamos nem de leve abolir o castigo dos pretos; antes o aprovamos, mas com moderação e dentro da esfera das leis da humanidade.³⁹

Não foi estranho à história da escravidão no Brasil o recurso aos castigos como instrumento de correção e punição, bem como a realidade dos maus-tratos em seu sentido mais amplo, como a privação das condições dignas de sobrevivência, entre as quais a alimentação, o vestuário, o socorro médico e o abrigo, só para citar alguns exemplos. Alguns viajantes enfatizaram os maus-tratos e os castigos em seus relatos, descrevendo e ilustrando a vulgaridade com que eram impingidos. Entre os instrumentos mais evidenciados estavam as

³⁷ SANTOS, André Luis. *Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis*. Florianópolis, 2009. Tese (Doutorado em Geografia), UFSC.

³⁸ Ver: BILÉSSIMO, Angelo Renato. *Entre a praça e o porto: grandes fortunas nos inventários post-mortem em Desterro (1860-1880)*. Florianópolis/Itajaí: UDESC/Casa Aberta, 2008.

³⁹ DUARTE, José Rodrigues de Lima. *Ensaio sobre a hygiene da escravatura no Brasil*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1849. p.33.

máscaras, as correntes, o tronco e o chicote.⁴⁰ Mas havia também o ferro em brasa, as palmatórias e os espancamentos.⁴¹

Imagem 4

Fonte: “Une visite a la campagne.” Planche 10. Dessin Jean-Baptiste Debret. Lithographie Ch. Motte. In: DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Imprimieurs de L’Institut de France, 1835. Tome II.

Imagem 5

Fonte: “Le collier de fer, châtiment des fugitifs.” Planche 42. Dessin Jean-Baptiste Debret. Lithographie Thierry Frères. In: DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque.., op. cit.* 1835. Tome II.

⁴⁰ Ver: DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Imprimieurs de L’Institut de France, 1835. Tome II. ; e RUGENDAS, Johann M. *Voyage pittoresque dans le Brésil*. Paris: Engelmann & Cia, 1835.

⁴¹ Ver: GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao...*, *op. cit.* 1971.; e IVANO, Rogério. “O corpo supliciado...”, *op. cit.* 2009.

Imagem 6

Fonte: “Chatimens publiques”. Division IV, Planche 15. Dessin Johann M. Rugendas. Litographie Laurant Deroy. In: RUGENDAS, Johann M. *Voyage pittoresque dans le Brésil*. Paris: Engelmann & Cia, 1835.

Imagem 7

Fonte: “Chatimens domestiques”. Division IV, Planche 10. Dessin Johann M. Rugendas. Litographie Laurant Deroy. In: RUGENDAS, Johann M. *Voyage pittoresque dans le Brésil*. Paris: Engelmann & Cia, 1835.

Como podem ser evidenciadas acima, as imagens ilustradas por Jean-Baptist Debret e Johann Moritz Rugendas⁴² acenam para as situações cotidianas vivenciadas pelos escravos, em diferentes ambientes. A primeira delas, “Uma visita ao campo” (imagem 4), retrada o interior de uma residência senhorial onde podem ser vistos pelo menos onze mulheres negras a desempenhar variadas funções, como a de espantar os insetos que perturbavam os encontros diários de suas senhoras. A cena pintada por Debret sobre a pessoa levada ao exercício de tal atividade evidencia, ainda, o recurso da máscara, instrumento vulgarmente empregado com aqueles escravos que eram descobertos ingerindo bebidas alcoólicas ou, mais assiduamente, comendo terra.⁴³ Essa prática da geofagia esteve durante muito tempo associada à nostalgia, uma tristeza imensa que acometia principalmente os africanos recém-inseridos no Brasil, levando-os a um estado geral de apatia, falta de apetite e severo emagrecimento que culminava com a ingestão de terra como forma alternativa ao suicídio.⁴⁴

Recentemente, historiadores se debruçaram sobre a problemática da geofagia, dissociando-a das interpretações que a vincularam à nostalgia e ao ato de se suicidar. Karasch identificou que o problema derivava de uma extrema deficiência nutricional decorrente da pobre dieta oferecida aos cativos, fato que os levava à necessidade de ingerir os recursos minerais disponíveis no solo. De todo o modo, a autora não conseguiu entrever por quais razões os senhores relacionavam o hábito às tentativas de suicídio. Segundo Karasch, ele seria plausível se adotado enquanto meio de eliminar “[...] a dor da fome enquanto definhavam até a morte.”⁴⁵ Nesse sentido, consistiria em estratégia consciente de lidar com a proposital decisão de parar de comer objetivando morrer, atitude atribuída a um estado de melancolia

⁴² Johann Moritz Rugendas nasceu em Augsburg, Alemanha, e se formou em artes pela Academia de Belas-Artes de Munique. Esteve no Brasil durante os anos de 1821 e 1825, em companhia da missão científica do Barão de Landsdorff. Sua tarefa era registrar a paisagem e os costumes dos povos encontrados. Em 1835 publicou as versões alemã e francesa de sua “Viagem pitoresca ao Brasil”, constando, além de uma narrativa escrita sobre o que viu e encontrou, uma série de desenhos sobre a natureza e a vida cotidiana dos brasileiros. Ver: RUGENDAS, Johann M. *Voyage pitoresque...*, op. cit. 1835.; e DIENER, Pablo e COSTA, Maria de Fátima. *Rugendas e o Brasil: obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2012.

⁴³ Lara, em trabalho sobre o escravismo no contexto colonial, atribuiu o uso das máscaras também aos escravos que se alimentavam indevidamente no período em que estavam realizando alguma atividade laboral. Para a autora, nos engenhos de açúcar essa punição era dada àqueles que eram pegos comendo cana ou rapadura. Nas explorações mineiras, aos que escondiam pedras preciosas ou pepitas na boca. Ver: LARA, Silvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p.71.

⁴⁴ Ver: DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque...*, op. cit. 1835. Tome II.; SIGAUD, Joseph F. X. *Du climat et des maladies du Brésil ou statistique médicale de cet empire*. Paris: Fortin, Masson et Cie, 1844. Section Deuxième. Géographie médicale. Chapitre III: Des maladies des noirs. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=MrRQAAAacAAJ&printsec=frontcover&dq=du+climat+e+das+maladie+s&hl=pt-BR&sa=X&ei=BBY-UNGmJ-W80QGAvoDwAg&ved=0CC8Q6AEwAA>> Acesso em: 2 fev. 2012.; _____. *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.; KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luis da C. Cascudo. 2 ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.; e FREYRE, Gilberto. *Casa Grande &...*, op. cit. 1987.

⁴⁵ KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro M. Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.417.

profunda a que muitos denominaram “banzo”, e não nostalgia. No entanto, nem todos os escravos que praticavam a geofagia optaram por se privar de alimento por conta própria. Assim, embora essas interpretações tenham uma parcela de fundamento, outros componentes podem também ser introduzidos à discussão, como a prática milenar de alguns povos, inclusive da África, em ingerir terra ou argila para fins de complementar a sua nutrição, coadunando com a inferência feita por Karasch.⁴⁶ Fosse por qualquer um dos motivos aqui apontados, a ingestão de argila ou terra significava, para a classe senhorial um problema cuja resolução era premente. Sendo assim, a máscara se constituía um instrumento de punição e ao mesmo tempo mecanismo profilático, já que o risco de morte se mostrava iminente.

Há de se considerar que termo profilático, aqui, assume um aspecto metafórico na medida em que o uso da máscara não privilegiava evitar que os cativos, sob quaisquer circunstâncias, adoecessem. Caracterizava-se, muito mais, por um mecanismo preventivo vislumbrado pelos senhores a fim de que não perdessem a sua principal fonte de riqueza. Confeccionada com metal maleável, a máscara certamente causava grande desconforto. Algumas podiam cobrir todo o rosto, como na ilustração de Debret, o que dificultava a livre respiração e provocava, em épocas de calor, frequentes lesões de pele.

Mas a máscara não era o único meio de castigo empregado. Nesses termos as imagens de Debret e Rugendas parecem elucidativas. Vê-se em “O colar de ferro, castigos de fugitivos” (imagem 5), escravos acorrentados a instrumentos de suplício e aviltamento, a exemplo do cepo e do libambo, em geral, utilizados para punir cativos fugidos e identificá-los. Principalmente no que se refere ao cepo, uma espécie de tronco espesso de madeira que era levado à cabeça e preso ao corpo por uma corrente estendida até o tornozelo, traduzia-se por significativo suplício e fardo a ser carregado enquanto se realizava o labor do dia. Já o libambo, embora também trouxesse incômodo físico, tinha por função maior dar visibilidade ao escravo que havia tentado fugir. Assim, caracterizava-se, no Brasil, por uma gargantilha presa ao pescoço e de onde saíam uma ou duas hastes para cima da cabeça. Estas terminavam

⁴⁶ Estudos profícuos sobre nutrição apontam a presença de uma série de substâncias importantes ao organismo presentes na terra e principalmente na argila. O solo, geralmente rico em ferro, cálcio e sódio, pode oferecer a comunidades que não dispõem destes minerais em sua dieta alimentar, os fatores promotores da energia necessária ao bom funcionamento do organismo. Mormente a argila funciona como instrumento tampão para algumas toxinas presentes no corpo, impedindo-as de entrar na corrente sanguínea e sendo facilmente expelidas nas fezes. Embora no contexto do Brasil escravista a ingestão da argila e da terra tenha sido evidenciada como derivada da nostalgia e de uma propensão viciosa inerente aos povos africanos, ela parece ter se dado em virtude de uma prática cultural empiricamente comprovada acerca de seus benefícios à manutenção da vida. Ver: SHERIDAN, Richard B. *Doctors and Slaves: a medical and demographic history of slavery in British West Indies, 1680-1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.; e ODA, Ana Maria G. R. “Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo.” In: MONTEIRO, Yara N. e CARNEIRO, Maria Luíza T. (Orgs.). *As doenças e os medos sociais*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012. p.105-132.

presas a um chocalho ou vinham em formato de forquilha. Num caso, buscava-se apenas identificar o cativo “fujão”, no outro, dificultar qualquer nova tentativa de fuga, principalmente pelo mato, já que a forquilha tendia a se prender nos galhos das árvores, deixando o escravo imobilizado.⁴⁷

Em “Castigos públicos” (imagem 6), Rugendas imprimiu um suplício público realizado no tronco e com auxílio do açoite. Em “Castigos domésticos” (imagem 7), vê-se a punição de uma mulher através da palmatória igualmente auxiliada pelo chicote.

Mattoso lembrou que até o ano de 1824 era permitido que os senhores mutilassem seus escravos em face da desobediência. De igual forma, que seus dedos fossem esmagados por algemas de tarrachas. Assentidos, ainda, eram o corte de orelhas, a amputação dos pés, conquanto fosse o chicote o meio mais amplamente empregado.⁴⁸

Embora o uso do açoite⁴⁹ tenha sido regularizado através do Artigo 60 do Código criminal do Império de 1830, incluindo posteriormente a Lei n°. 4, de 10 de junho de 1835, a prática só seria efetivamente revogada com a Lei n°. 3.310, de 15 de outubro de 1886, ou seja, mais de cinquenta anos depois e aproximadamente um ano em meio antes de ser abolida a escravidão.⁵⁰ Durante todo esse período tal recurso foi cotidianamente utilizado, fosse no

⁴⁷ Ver: LARA, Silvia H. *Campos da... op. cit.* 1988. Parte I: Violência e Paternalismo, Capítulo III: O castigo exemplar.

⁴⁸ MATTOSO, Kátia M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. Trad. James Amado. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p.156. A Constituição de 1824 previu, em seu Artigo 179, que fossem abolidas as penas cruéis, como os açoites, a tortura e o ferro quente. Torna-se oportuno lembrar que ela se referia aos cidadãos brasileiros, não sendo aplicável, portanto, aos escravos. Isso pode ser evidenciado tomando como exemplo o Código Criminal do Império que foi promulgado em 1830. Nele, em seu Artigo 60, afirmava-se que se o réu fosse escravo e incorresse em pena que não capital ou de galés, seria condenado ao açoite, e depois de o sofrer, entregue ao seu respectivo senhor, que se obrigaria a mantê-lo com ferro por tempo e modos designados pelo juiz. Além disso, o mesmo Artigo informava que o número de açoites seria estipulado no âmbito da sentença, sendo 50 diários o máximo permitido. Ver: BRASIL. *Constituição Política do Imperio do Brazil, de 25 de março de 1824*. Rio de Janeiro: Conselho de Estado, 1824. Especialmente o Título 8, Artigo 179.; e BRASIL. *Codigo Criminal do Imperio do Brazil de 1830*. Recife: Typ. Universal, 1858. Especialmente o Artigo 60 do Título II: Das penas, Capítulo I: Da qualidade das penas, e da maneira como se hão de impor, e cumprir. Trata-se de uma nova edição publicada, contendo as leis, decretos e portarias promulgados desde a primeira edição de 1831, impressa no Rio de Janeiro pela tipografia de P. Plancher-Seignot.

⁴⁹ O instrumento do açoite podia ter várias denominações. Entre as quais, o chicote, a chibata, relho, bacalhau, vergalho, peia e correia. Havia também açoites realizados com vara-de-marmelo, galhos de árvores envergados, e cipó-de-boi. Ver: GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao... op. cit.* 1971. p.85-86.; e Ver: KARASCH. Mary C. *A vida dos escravos... op. cit.* 2000. Especialmente o Capítulo 5: Sob o açoite.

⁵⁰ A Lei n°. 4, de 1835 passava para a alçada exclusiva da justiça do Estado as punições aos escravos que incorressem em crimes. No âmbito de ferimentos graves ou assassinatos cometidos contra senhores, familiares ou administradores, a punição se daria com a perda da vida. Em delitos mais leves seriam aplicados os açoites, estes calculados de acordo com a gravidade do crime, conforme já era previsto no Código Criminal de 1830. Ver: BRASIL. “Lei n°. 4, de 10 de junho de 1835: Determina as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem, ferirem ou cometerem outra qualquer offensa physica contra seus senhores, etc.; e estabelece regras para seu processo.” In: *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1835*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1864. Parte I. p.5-6.

tronco⁵¹, a exemplo da imagem de Rugendas, “Castigos públicos”, ou fora dele, sendo possível reconhecer sua recorrência no conjunto das denúncias de maus-tratos veiculadas na imprensa do Império e de suas províncias.

Assim, em 15 de setembro de 1854 o jornal “O Conservador” de Desterro publicava uma denúncia a pedido, cujo teor era “[...] chamar a atenção das autoridades para que (fossem) reprimidos tão escandalosos procedimentos, proibidos pela legislação em vigor.”⁵² Tratava-se, a queixa, de um ato tomado para o “[...] bem da humanidade e da moral pública [...]”⁵³, e narrado nos seguintes termos:

Domingo, 10 do corrente mês pelo meio dia foi, a vizinhança do Senhor Antônio Luiz Cabral, mimoseada com o desagradável espetáculo de um preto escravo desse senhor que o castigava a açoites, e se pode evadir atravessando a rua nu, com a cara, costas e nádegas ensanguentadas, tendo ainda os pulsos atados; assim entrou em frente a uma casa de família onde uma escrava desse senhor levou uma calça e camisa com o que um quarto de hora depois saiu o preto precedido do Senhor Cabral que o aguardava na porta dessa casa.⁵⁴

Finalizava, a denúncia, questionando se o público estaria, naquele contexto, condenado a “[...] ser expectador de cenas de semelhante natureza, tendo ainda na semana passada, um outro escravo (do) mesmo senhor, sido castigado, (podendo) evadir-se, correndo ao longo da rua sem camisa.”⁵⁵ Embora o tom da denúncia desse ênfase à cena, salientando uma certa preocupação com um suposto atentado ao pudor, encerrava o reclame enfatizando o “[...] modo bárbaro e brutal com que esse senhor (fazia) o castigo aos seus escravos, vedando-lhes até artificialmente, os gritos de dor!”⁵⁶

Ao que tudo indica, a tela pintada pelo denunciante, autorreferenciado como um “expectador contristado”, sugere que, à vista de todos, os maus-tratos por meio do açoite andavam por causar significativo incômodo, não sendo cabível aceitar, à luz de uma

⁵¹ O tronco podia assumir formas distintas. Por vezes consistia em um pedaço retangular de madeira subdividido em duas partes com círculos abertos para encaixar e prender a cabeça ou as mãos e as pernas dos escravos. O mais usual, era aquele fixado ao chão, frequentemente utilizado para que os cativos fossem amarrados e açoitados, ou ainda suspensos. Bastante comum nos ambientes rurais, podia também ser colocado em praça pública, no meio de alguns vilarejos, sendo a punição executada a mando dos proprietários, por seus feitores. O pelourinho, embora semelhante ao segundo modelo de tronco, era aplicado igualmente como instrumento de punição, porém, salvaguardado pelas instâncias oficiais da justiça, podendo ser usado com qualquer indivíduo que fosse penalizado por crime cometido, independente de sua condição social. Ver: MOURA, Clovis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004. p.403-404.; e GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao... op. cit.* 1971. p.63-70.

⁵² Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 3, n.256, 15 set. 1854. p.4. BN-HDB.

⁵³ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 3, n.256, 15 set. 1854. p.4. BN-HDB.

⁵⁴ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 3, n.256, 15 set. 1854. p.4. BN-HDB.

⁵⁵ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 3, n.256, 15 set. 1854. p.4. BN-HDB.

⁵⁶ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 3, n.256, 15 set. 1854. p.4. BN-HDB.

sociedade que se empenhava em alçar ao status de civilizada, tamanhos horrores.⁵⁷

Certamente, o espetáculo dos castigos, derivado de uma justiça que se estendeu até o período absolutista europeu e que foi perdendo força com a conformação de uma estrutura de poder mais fragmentada a partir da queda do Antigo Regime, contrapunha-se aos novos valores e costumes ocidentais.⁵⁸ O suplício público como forma de punição passava, assim, a ser substituído por uma legislação calcada na ideia de privação das liberdades, conquanto a pena de morte ainda fosse aplicada.⁵⁹ Porém, no que se refere à escravidão, a disposição dos senhores sobre aquilo que lhes era sinônimo de propriedade parecia reservar a eles o direito costumeiro de fazer valer o seu tribunal privado sobre corpos que há muito tempo já não eram livres. Entrementes, a sociedade letrada, comprometida com avanço dos princípios humanistas e os ideais da Ilustração, não via com bons olhos essa modalidade de “direito”.

De fato, exageros eram praticados e através dos açoites, acrescidos de tantos outros fatores associados aos maus-tratos, os escravos ficavam debilitados. Essa debilidade podia certamente levar à morte, realidade que causava vergonha aos personagens mais progressistas da sociedade. Numa época em que os debates sobre o fim da escravidão pululavam nos círculos intelectuais e que a justiça se consolidava enquanto instância oficial para formalizar qualquer punição decorrente de crime, as extravagâncias não seriam lícitas. Talvez por isso, o jurista Agostinho Perdigão Malheiro, em narrativa sobre a escravidão no Brasil fosse tão contundente em afirmar que somente ao juiz cabia determinar nas sentenças a quantidade de açoites empregada nas condenações, não podendo, estes, exceder ao número de 50, conforme estipulava o Código Criminal de 1830.⁶⁰

Malheiro lembrava, ainda, que à aplicação da correção, não poderiam ser permitidas

⁵⁷ Ver: CHEREM, Rosângela M. *Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em História), USP.

⁵⁸ Ver: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramallete. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

⁵⁹ A pena de morte no Brasil, referenciada pela última vez no Código Criminal de 1830, foi abolida com a promulgação da Constituição de 1891, no âmbito da instauração da República. Seu instrumento seria dado pela força, sem a utilização da tortura e exposição de cadáveres, embora o enforcamento se desse publicamente. Ver: BRASIL. *Código Criminal...*, op. cit. 1858. Especialmente o Artigo 38 do Título II: Das penas, Capítulo I: Da qualidade das penas, e da maneira como se hão de impor, e cumprir. No âmbito da população escrava, os crimes de homicídio foram regulados pela já citada Lei nº. 4, de 10 de junho de 1835. De acordo com o seu Artigo 1, seriam punidos com a pena de morte, homens ou mulheres escravizados que matassem a seu senhor, cônjuge, descendentes e ascendentes, além de quem quer que morasse na mesma propriedade, inclusive os administradores, feitores e respectivos familiares. Ver: BRASIL. “Lei nº. 4...”, op. cit. 1864. Parte I. p.5. A partir de 1854, Dom Pedro II se investiu do poder de decidir sobre as penas capitais. Em 1876 foi o último caso ocorrido, embora já nessa época o Imperador optasse por comutar a pena capital por galés perpétuas. Ver: RIBEIRO, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a Lei de 10 de junho de 1835*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

⁶⁰ MALHEIRO, Agostinho M. P. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866. Parte 1. p.13

arbitrariedades. Para tanto era preciso que ela fosse executada com “[...] prudência e humanidade, de modo que não (excedesse) uma justa punição, e (degenerasse) em pena mais grave do que a lei assim (queria impor), como seria se o castigo fosse tal que dele proviesse ou pudesse provir a morte.”⁶¹ Porém, mesmo que os açoites estivessem enquadrados na legislação do Império, as chamadas arbitrariedades seriam constantemente cometidas. De acordo com Goulart, “[...] era da pena de açoites que mais se lançava mão, não só nas sentenças proferidas pela justiça como em determinações do Poder Executivo, visando à correção de escravos.”⁶² A própria legislação era arbitrária, já que a quantidade máxima de 50 açoites era relativa ao limite diário, o que abria brechas para que o escravo fosse açoitado consecutivamente durante vários dias.

E os açoites eram mesmo empregados em diversas situações e quase sempre sem considerar a base legal que estabelecia a sua negação. Esse fato podia ser observado corriqueiramente quando, por exemplo, os senhores solicitavam a prisão de cativos em fuga que haviam sido capturados, sendo os açoites aplicados nas cadeias, assim como o ferro em brasa, as palmatórias e os espancamentos. De igual forma, quando os próprios senhores executavam a punição.⁶³

Em 1857, o jornal “O Mensageiro”, de Desterro, publicava uma matéria de capa sob o título de “O escravo perante as nossas leis”. O discurso ali impresso era peremptório ao afirmar que em nome da civilização, da caridade e como outros denominavam da filantropia, o tráfico havia sido extinto no Brasil. Mas embora salientasse que o governo do país estivesse à testa do movimento de batalha aos traficantes, levando-os à bancarrota, a missão da civilização, da caridade e da filantropia ainda não tinha sido alcançada. Isso porque, mesmo diante de uma legislação que procurava regular as formas de punição relacionadas a crimes, no âmbito daqueles cometidos contra escravos, no foro da vida privada, da relação que se estabelecia entre o senhor e o escravo, arbitrariedades podiam ser permitidas.⁶⁴

Ora, já em 1828, pela Lei de 1º de outubro que deu nova forma às Câmaras Municipais e assinalou as suas atribuições, foi estipulado, em seu Título II, Artigo 59, que a elas caberia comunicar, ao Conselho Geral das Infrações da Constituição, os “[...] maus tratamentos e atos de crueldade que se (costumavam) praticar com os escravos, indicando os meios de preveni-

⁶¹ MALHEIRO, Agostinho M. P. *A escravidão no Brasil...*, op. cit. 1866. Parte 1. p.13-14.

⁶² GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao...*, op. cit. 1971. p.81.

⁶³ Ver: GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao...*, op. cit. 1971.; e KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000. Especialmente o Capítulo 5: Sob o açoite.

⁶⁴ Jornal “O Mensageiro”. Desterro. Ano 2, n.162, 26 abr. 1857. p.1-2. BPSC.

los.”⁶⁵ No ano de 1830 o Conselho Geral da Província de Santa Catarina se reuniu em Desterro e registrou em ata o problema dos escravos que andavam pelas ruas acorrentados e com ferros aos pescoços. Indicava, a sessão, que os proprietários fossem proibidos de aplicar tão desumano tratamento. Para tanto, foi enviada às Câmaras catarinenses uma correspondência com a indicação para a criação de uma postura que desse conta da questão.⁶⁶ Mas no dia 11 de outubro a de Desterro achou por bem não adotar a medida proposta com a justificativa de que iria ferir aos parágrafos e artigos de outra legislação que sequer era mencionada.⁶⁷ Como resultado, nenhuma referência foi feita à regulação dos maus-tratos a escravos nas posturas de Desterro. E isso, tanto naquele contexto quanto em toda a segunda metade do século XIX. Assim, salvo quando os castigos incorriam em morte, um inquérito podia ser providenciado. Do contrário, cabia aos incomodados dar publicidade aos proprietários que eram pegos flagelando seus cativos, estigmatizando suas condutas.

Foi assim que no dia 5 de fevereiro de 1857, também “O Mensageiro” informava que José Xavier Pacheco, Subdelegado de polícia de Desterro, havia tomado conhecimento da morte da preta Joaquina, octogenária falecida há poucos dias e escrava de Francisca Leopoldina da Silva. De acordo com a notícia corrente, a morte de Joaquina tinha se dado em decorrência de “[...] maus-tratos, ou castigos imoderados que sofria de sua senhora.”⁶⁸ No intuito de apurar os fatos era preciso proceder ao exame de corpo de delito através de autópsia cadavérica. Como resultado, concluiu-se que a escrava “[...] sofria bastante de enfermidades crônicas, mas que os maus-tratos lhe abreviaram os dias.”⁶⁹

Com o desfecho da análise médica feita sobre o cadáver de Joaquina, pelo qual se concluiu que ela havia sido vítima de maus-tratos, a justiça tratou de providenciar a prisão de Francisca, sendo a ação do Subdelegado reverenciada no Jornal pelo cumprimento do seu “[...] dever de (fazer) ver a alguns senhores bárbaros, que também lhes (podia) chegar o dia, e que a autoridade não se (deixaria) cegar.”⁷⁰ No entanto, 24 horas depois da publicação de “O Mensageiro”, o periódico “O Argos” igualmente se debruçava sobre a questão, embora se posicionando contrário à investigação, que no seu entendimento só demonstrava a falta de

⁶⁵ BRASIL. “Lei de 1º. de Outubro de 1828: Dá nova fôrma ás Camaras municipaes, marca suas attribuições, e o processo para sua eleição, e dos Juizes de Paz.” In: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1828. Actos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1878. Parte I. p.82

⁶⁶ CONSELHO Geral da Provincia de Santa Catharina. *Correspondencia de 8 de maio de 1830*. Livro de registros de correspondência e ordens do Conselho da Província para a Câmara Municipal. Cx.9. AHMF.

⁶⁷ CAMARA Municipal de Desterro. *Correspondencia de 11 de maio de 1830*. Livro de officios e portarias da Câmara Municipal de Desterro. Cx.36. AHMF.

⁶⁸ Jornal “O Mensageiro”. Desterro. Ano 2, n.141, 5 fev. 1857. p.2. BPSC.

⁶⁹ Jornal “O Mensageiro”. Desterro. Ano 2, n.141, 5 fev. 1857. p.2. BPSC.

⁷⁰ Jornal “O Mensageiro”. Desterro. Ano 2, n.141, 5 fev. 1857. p.2. BPSC.

profissionalismo policial perante o ocorrido, tentando apurar um suposto assassinato num corpo já em estado de decomposição e, portanto, difícil de análise.⁷¹

Para sustentar seus argumentos, “O Argos” enfatizava que a exumação de um cadáver enterrado havia nove dias apenas revelava “[...] a absoluta inação da polícia, que só se (conhecia) dos fatos criminosos pelo alvoroço popular.”⁷² Sugeriu, ainda, que o inquérito e a denúncia poderiam ser fruto de uma vingança qualquer contra a pessoa de Francisca da Silva, encarcerada inadvertidamente, já que era provável inocente.⁷³ Para desqualificar o trabalho policial, trazia à tona mais um episódio funesto ocorrido com uma jovem parda livre, também de nome Francisca e moradora de Desterro. De acordo com a denúncia, ela teria dado entrada no Hospital de Caridade em 20 de janeiro, sendo observada pelo facultativo apenas no dia seguinte, quando veio a falecer em face de inúmeras contusões sofridas. A polícia resolveu, então, instaurar inquérito. O resultado da investigação era claro: Francisca Rita Januária foi vítima de espancamentos. No entanto, algumas testemunhas afirmaram que as lesões apresentadas eram, na verdade, fruto de quedas levadas em montaria, versão que o Jornal custava a acreditar, criticando severamente a polícia.⁷⁴

Obviamente, no dia 8 de fevereiro de 1857 veio “O Mensageiro” responder as objeções publicadas em “O Argos”. Entre elas, a de que a investigação sobre a morte de Joaquina havia se processado equivocadamente. Além disso, de que o falecimento de Francisca Januária não tinha decorrido de quedas levadas ao tentar cavalgar.⁷⁵ A réplica de “O Argos” foi publicada na sua edição de número 114. Nela, questionava-se como poderia ser possível, numa cidade populosa e importante como Desterro, que a polícia inumasse um cadáver, o de Joaquina, há dias enterrado com o fito de proceder a inquérito policial. Indagava, ainda, como uma mulher, Francisca Januária, debilitada por espancamentos ou tombos de cavalo, “[...] não (se deparava) com uma alma caridosa que em tempo (fizesse) recolhê-la ao hospital, (deixando-a) vagar pelas ruas, lançando escarros sanguíneos com mau cheiro (e sem) ninguém (para se compadecer) dessa pobre infeliz, senão quando (estava) próxima a expirar!”⁷⁶ Assim, continuava “O Argos” a fazer sua crítica à polícia, desqualificando os argumentos impressos em “O Mensageiro”.

Ora, o jornal “O Argos”, editado entre os anos de 1856 e 1862, era vinculado ao Partido Conservador, enquanto “O Mensageiro”, publicado entre 1855 e 1857, era ligado ao Partido

⁷¹ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.113, 6 fev. 1857. p.1. BPSC.

⁷² Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.113, 6 fev. 1857. p.1. BPSC.

⁷³ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.113, 6 fev. 1857. p.1. BPSC.

⁷⁴ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.113, 6 fev. 1857. p.1. BPSC.

⁷⁵ Jornal “O Mensageiro”. Desterro. Ano 2, n.142, 8 fev. 1857. p.2-3. BPSC.

⁷⁶ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.114, 10 fev. 1857. p.1. BPSC.

Liberal.⁷⁷ Ambos os periódicos se posicionavam em relação à escravidão, apontando em suas páginas a necessidade de que ela fosse extinta, desde que, segundo sua lógica, os proprietários não fossem vilipendiados. Ambos denunciavam situações de maus-tratos vivenciadas pela população africana e afrodescendente, fosse ela livre, cativa ou liberta.

Não é possível saber por qual razão os dois periódicos divergiram quanto aos eventos denunciados, se a rixa foi fruto de posições políticas distintas ou desavenças particulares. Porém, viu-se no caso de Joaquina que “O Argos” procurou inocentar previamente a senhora acusada de assassinato, pondo em dúvida, inclusive, a perícia médica que atestou a morte da escrava como efeito de maus-tratos. Nesse sentido é plausível estabelecer algumas suposições, entre elas, a de que Francisca Leopoldina da Silva fosse conhecida dos editores, e que estes tivessem saído em sua defesa prévia por considerarem que o crime pelo qual responderia incorreria em punição severa, causando dano expressivo para ela.

Com efeito, o Código Criminal do Império estipulava, na parte correspondente aos homicídios, especialmente no Artigo 193, que se a morte de outra pessoa não tivesse sido revestida das circunstâncias consideradas agravantes, a pena consistiria em galés perpétuas no “[...] grau máximo; de prisão com trabalho por doze anos no médio; e por seis no mínimo.”⁷⁸ Se era esse o temor de “O Argos” não é factível concluir. No entanto, a postura distinta tomada quanto ao episódio que envolveu o falecimento da parda Francisca sugere que, no mínimo, havia aí uma contradição, já que o suposto responsável por sua morte não era conhecido, não sendo cabível, portanto, sair em sua defesa. De todo o modo, as dúvidas levantadas pelo “O Argos” parecem não ter surtido grande efeito. O caso da jovem mestiça se deu por encerrado, sendo o seu óbito atribuído a quedas de cavalo. Já no âmbito de Joaquina, em 19 de fevereiro de 1857, “O Mensageiro” publicava o pronunciamento de sua senhora pelo Subdelegado José Xavier Pacheco, qual seja, o de incursa no Artigo 193 do Código Criminal do Império, sendo a pronúncia sustentada “[...] pelo Doutor Juiz Municipal.”⁷⁹

Realizando uma observação atenta sobre os registros de polícia do período, e de igual forma sobre as páginas da imprensa desterrense, a figura de Francisca Leopoldina da Silva parece ter desaparecido. Nem mesmo foi encontrado qualquer resultado sobre o julgamento que a envolveu, não sendo exequível inferir se ela foi considerada culpada ou inocente. De todo o modo ambos os episódios são indicativos de que na cidade de Desterro da segunda metade do século XIX excessos eram cometidos, havendo quem os denunciasse e quem se

⁷⁷ Ver: PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

⁷⁸ BRASIL. *Código Criminal...*, op. cit. 1858. Título II. Capítulo I. Seção I. Artigo 193. p.80-81.

⁷⁹ Jornal “O Mensageiro”. Desterro. Ano 2, n.145, 19 fev. 1857. p.2-3. BPSC.

empenhasse para obscurecê-los.

Tomando como exemplo o caso da parda Francisca, infere-se sobre outra questão relevante para o debate que envolveu a prática dos maus-tratos. Trata-se, em essência, do atentado contra o “outro” pela chave da suposta inferioridade racial.⁸⁰ Sob essa perspectiva, não foram raros os eventos relacionados ao espancamento de africanos e afrodescendentes nas condições de escravos, livres e libertos, do trato imoderado para com seus corpos e inclusive, como já foi salientado no primeiro capítulo, da redução indevida à escravidão.

Assim, em 26 de novembro de 1857 novamente “O Mensageiro” entrava em cena. Dessa vez, para noticiar a surra que o preto forro Antônio Maria de Alvarenga havia tomado de João Vicente e Faustino Fernandes na localidade do Pântano do Sul⁸¹. De acordo com a matéria, os dois só largaram Antônio “[...] quando o julgaram morto”⁸², tendo o crime sido motivado por este ter se negado a dar para Vicente e Faustino “[...] uns ‘tatuís’ que pescara!”⁸³

Ora, por qual razão Antônio deveria entregar seus tatuís⁸⁴, já que na condição de forro estaria com eles, provavelmente, a providenciar seu sustento? E por qual razão os dois homens se achavam no direito de interpelá-lo, punindo-o a pancadas por não acatar suas ordens? Seria a ação de Vicente e Faustino a mesma, caso Antônio fosse um homem livre e branco? As pancadas que lhe foram desferidas teriam sido naturalizadas pela sua origem étnica e social?

Sobre essas interrogações é possível apenas especular e chegar a um posicionamento em face de algumas evidências, entre as quais, a de que não houve no material jornalístico consultado denúncia de maus-tratos cujas vítimas eram brancas, salvo no caso de abandono de

⁸⁰ Sobre a temática do racismo ver: SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.; SIQUEIRA, Carlos Henrique R. de. *A alegoria patriarcal: escravidão, raça e nação nos Estados Unidos e Brasil*. Brasília, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UNB.; e MACHADO, Maria Helena P. T. e HUBER, Sasha. *(T)racer of Louis Agassiz: photography, body and science, yesterday and today/Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje*. São Paulo: Capacete & 29th São Paulo Biennial, 2010.

⁸¹ O Pântano do Sul pertencia à freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão.

⁸² Jornal “O Mensageiro”. Desterro. Ano 2, n.220, 26 nov. 1857. p.3. BPSC.

⁸³ Jornal “O Mensageiro”. Desterro. Ano 2, n.220, 26 nov. 1857. p.3. BPSC.

⁸⁴ Tatuí ou tatuíra, cujo nome científico é *Emerita brasiliensis*, corresponde a um crustáceo de tamanho reduzido, não excedendo a poucos centímetros. Bastante comum no litoral brasileiro, caracteriza-se uma fonte de alimento para as comunidades pesqueiras, sendo atualmente uma iguaria na culinária. Ver: HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.2678.

crianças ou infanticídio e, além disso, danos físicos resultantes de eventos passionais.⁸⁵ Sendo assim, depreende-se que o atentado físico praticado contra africanos e afrodescendentes em Desterro e na Ilha de Santa Catarina era atravessado pela racialização desses sujeitos e pelo estigma da escravidão.⁸⁶

Um fato ocorrido nas dependências do Hospital de Caridade é bastante elucidativo, sendo publicado através de “O Argos” de 29 de maio de 1860:

Informa-nos pessoa de crédito que anteontem à tarde, em ocasião que o Exmo. Senhor Presidente da Província se achava no adro da Capela do Menino Deus, e onde as Santas e Santos servos do Senhor revezavam o terço, ouviram-se gritos dolorosos, que parecia partirem de uma das enfermarias, causando surpresa ao que ali estavam.

Um sujeito, que é Irmão da Santa Casa perguntou ao Tesoureiro se os gritos eram de algum enfermo, este lhe respondeu que eram de uma preta da Casa, que (costumava) embriagar-se e dar gritos como louca; mas continuando cada vez mais fortes os gritos, por quem os dava se aproximava do portão, reconheceu-se que o azorrange (por grande caridade) batia horivelmente no lombo da pobre preta embriagada!⁸⁷

Do episódio descrito, “O Argos” afirmaria, em tom de ironia, que as pancadas eram um “[...] ótimo remédio para os bêbados! adotado na Casa de Caridade, dominada pelas Santas Irmãs e pelos Reverendos Padres.”⁸⁸ Lembraria, ainda, que se fato semelhante se desse em uma residência “[...] de família honesta, a polícia tomaria imediatamente conta para quem ousasse aplicar tão bárbaro castigo a um escravo ou filho [...]”⁸⁹ Porém, em se tratando de fato ocorrido “[...] na SANTA CASA (que já havia sido de caridade) dominada, repetimos, por tão santas criaturas, e em uma africana, embora livre, não (havia quem desse) fé disso.”⁹⁰

Dando continuidade à questão, o Jornal pontuava que deveria existir gente coadunando com a surra denunciada. Isso porque era ela um indicativo de “[...] haver ali forte disciplina por efeito de GRANDE CARIDADE, e remédio eficaz para os bêbados.”⁹¹ Ao finalizar a publicação queixosa, assegurava “[...] sem receio de errar, porque desde muito tempo (estava)

⁸⁵ Foram verificados os 68 títulos publicados entre os anos de 1850 e 1888, sendo encontradas denúncias de maus-tratos nos seguintes periódicos: “Correio Catharinense” (1853-1844), “O Conservador” (1852-1855), “O Mensageiro” (1855-1857), “O Argos” (1856-1862), “O Cruzeiro do Sul” (1858-1860), “O Mercantil” (1861-1869), “O Despertador” (1864-1888), “A Regeneração” (1868-1888), “A Província” (1870-1872), “O Conservador” (1873-1880), “Jornal do Commercio” (1880-1888), “A Matraca” (1882-1888), e “A Lucta” (1885). Em nenhum deles foi observada violência física de civis contra brancos que não aquelas vinculadas a brigas circunstanciais e, como já foi apontada, a prática do abandono e do infanticídio e da violência entre casais. Os títulos estão no BPSC, BN-HDB e BN (Seção de periódicos).

⁸⁶ Ver: LOBO, Lilia F. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes na Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. Especialmente a Parte III: Corpo cativo e corpo assujeitado: as marcas da deficiência.; e BARROS, José D’Assunção. *A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

⁸⁷ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.584, 29 maio 1860. p.1. BPSC.

⁸⁸ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.584, 29 maio 1860. p.1. BPSC.

⁸⁹ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.584, 29 maio 1860. p.1. BPSC.

⁹⁰ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.584, 29 maio 1860. p.1. BPSC.

⁹¹ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.584, 29 maio 1860. p.1. BPSC.

no domínio público, é que ali poucos (passavam) vida regalada à custa de todos; muitos (sofriam) privações e maus-tratos, e alguns (levavam) vergalho sem compaixão!”⁹² E novamente em tom de ironia, asseverava, “O Argos”, que o primeiro estabelecimento de caridade de Santa Catarina ia as “mil maravilhas”, “[...] menos para os enfermos e os poucos africanos livres que (prestavam) ali os seus serviços!!!”⁹³

É possível constatar, a partir dessa denúncia, que o próprio Jornal reconhecia a vulnerabilidade a que um africano ou seu descendente estava sujeito, e a liberdade com que o Hospital de Caridade exercia práticas punitivas numa mulher livre se constituía prova disso. Também em 1860, outra denúncia era estampada no mesmo periódico. Tratava-se de um caso de abuso de autoridade ocorrido em Canasvieiras, quando Manoel, pardo forro de 10 anos de idade foi levado à cadeia por ter cometido, em companhia de outros, “[...] uma travessura contra a pessoa de um infeliz que (costumava) embebedar-se ao ponto de ficar caído na rua.”⁹⁴

De acordo com a notícia, o ocorrido teria sido suficiente para “[...] provocar a ira da autoridade, e a ordenar a um guarda policial que fosse procurar o suposto delinquente, e o conduzissem a sua presença.”⁹⁵ Capturado, o Delegado Francisco Duarte Silva, que “[...] (era) homem de energia sem igual no mundo, [...] o acompanhou para assistir o castigo de bolos a que o condenou, apesar de declarar-lhe, o paciente, que era forro!”⁹⁶ Em tom de questionamento, “O Argos” enfatizava ao Delegado sob qual “[...] disposição da lei (havia se fundado) para mandar bolos em pessoa livre, ou mesmo escrava que fosse [...].”⁹⁷ E afirmava, de maneira taxativa, que para aquela autoridade a lei não era necessária, bastando-lhe, apenas, a vontade.

Bolos era sinônimo de palmatoadas. Como já foi enfatizado, era apenas um das modalidades de punição vulgarizadas no Brasil escravista. Segundo Goulart, o seu instrumento, a palmatória, “[...] consistia de uma roda de madeira resistente e pesada, de razoável diâmetro, [...] para qual se juntava um cabo [...] que permitisse firmeza para segurar-se [...].”⁹⁸ Ainda de acordo com o autor, “arrebentar as mãos de bolos” tinha por significado “[...] provocar violentas equimoses e ferimentos no epitélio delicado das palmas [...].”⁹⁹ Como resultado, sobretudo quando as palmatoadas eram dadas em excesso, o que constituía prática

⁹² Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.584, 29 maio 1860. p.1. BPSC.

⁹³ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.584, 29 maio 1860. p.1. BPSC.

⁹⁴ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.617, 15 set. 1860. p.2. BPSC.

⁹⁵ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.617, 15 set. 1860. p.2. BPSC.

⁹⁶ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.617, 15 set. 1860. p.2. BPSC.

⁹⁷ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.617, 15 set. 1860. p.2. BPSC.

⁹⁸ GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao...*, op. cit. 1971.p.58.

⁹⁹ GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao...*, op. cit. 1971.p.58.

costumeira, sentia-se imensa dor física, sendo que o procedimento provocava inchaço dos membros, edemas, deformidade e atrofia.

Outro evento semelhante, também arbitrado pelo poder policial, apareceu novamente em “O Argos”. Em de outubro de 1860, Manoel José de Oliveira, redator do Periódico, assinava mais uma denúncia intitulada “Abuso de autoridade”. Tratava-se de um fato ocorrido na freguesia da Santíssima Trindade detrás do Morro, quando Julião, crioulo escravo, foi mordido por um cão de propriedade de Manoel Rodrigues que andava solto. Queixando-se sobre o ocorrido, teve como resposta de Manoel, o destrato verbal seguido de ameaças físicas. Além disso, o dono do cachorro efetuou reclamação formal contra Julião, junto ao Subdelegado de polícia. Este, por sua vez, mandou prender o escravo, que foi açoitado com um laço de couro, nas palavras de Manoel José de Oliveira, “[...] sem dó nem compaixão!”¹⁰⁰

Ora, o Código de Posturas de n.º. 222, em seu Capítulo 4, Artigo 51.º, deixava evidente a proibição de ter “[...] solto nas portas das casas, ruas, praças das povoações e suas estradas, animais bravos que (pudessem) ofender aos passageiros.”¹⁰¹ A pena era de 2 mil réis, aumentando para 4 mil caso houvesse reincidência. Ao que tudo indica era vetado para aqueles que se encontravam na condição de cativo dispor da respectiva legislação.

Ser africano ou afrodescendente na Desterro da segunda metade do século XIX, mesmo com uma crescente propaganda veiculada na imprensa criminalizando os maus-tratos, significava andar na berlinda, sujeito a qualquer momento ser vítima de violência. Em 24 de janeiro de 1858 parece ter sido esse o fato que levou aos passantes da Igreja Matriz, a ficarem consternados com os “[...] gritos dolorosos que por vergonha e miséria dos habitantes (da) Capital (persistiam) na Praça principal.”¹⁰² Enfatizava, a denúncia, que ninguém, “[...] a não ser com um coração de fera, (escutaria) tais gritos sem viva emoção.”¹⁰³ Atribuía-se, ao episódio, os maus-tratos desferidos contra um cativo, cujo senhor, de forma incontinente, queria expressar o seu poder, punindo qualquer ofensa sofrida para saciar a sua paixão.¹⁰⁴

E paixões desse tipo parecem ter sido vulgares. Já em 1859 “O Argos” denunciava a crueldade de uma senhora proprietária, residente no centro da Capital, para com seus escravos:

Procedimentos escandalosos

¹⁰⁰ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.627, 20 out. 1860. p.1. BPSC.

¹⁰¹ PROVINCIA de Santa Catharina. “Lei n.º. 222 de 10 de maio de 1845 – Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade do Desterro.” In: *Collecção das Leis da Provincia de Santa Catharina (1841-1847)*. [s.l]: [s.e], [18..?]. Capitulo Quarto. Artigo 51.º. p.220. AHMF.

¹⁰² O episódio foi descrito no jornal “O Argos”. Desterro. Ano 3, n.240, 26 jan. 1858. BPSC.

¹⁰³ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 3, n.240, 26 jan. 1858. BPSC.

¹⁰⁴ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 3, n.240, 26 jan. 1858. BPSC.

Mora no sobrado de propriedade do Senhor Costa Mello na Rua do Príncipe uma senhora um pouco desumana para com os seus desgraçados cativos, máxime uma crioula. Esta pobre criatura é martirizada com castigos sucessivos a toda a hora do dia e da noite, ao ponto de incomodar os vizinhos em horas remotas.¹⁰⁵

Por certo, também as proprietárias aderiam à prática. Sobre essa questão alguns relatos de viajantes foram minuciosos ao descreverem a rudeza com que as senhoras costumavam tratar, especialmente, as mulheres escravas.¹⁰⁶ Karasch trouxe à luz a narrativa de Friedrich von Weech, oficial do exército germânico nascido em Munique que residiu no Brasil durante a década de 1820, mais especialmente no Rio de Janeiro. De acordo com a autora, a descrição de Weech foi bastante precisa ao enfatizar a história de uma senhora habituada a bater frequentemente em seus escravos, “[...] num espetáculo que durava geralmente três horas.”¹⁰⁷ Ainda de acordo com Karasch, Weech presenciou a aplicação de 50 palmatoadas desferidas pela mesma proprietária em uma cativa. Além disso, o uso do chicote em uma “[...] menina de quinze anos cujas mãos estavam inchadas, porque ela rogara não ser batida com a palmatória.”¹⁰⁸

Na percepção de Cabral, “[...] as mulheres, por incrível que (pudesse) parecer, eram as mais duras de coração, as patroas mais impiedosas no trato dos escravos, principalmente quando cuidavam de punir as cativas, as servidoras do seu próprio sexo.”¹⁰⁹ Ainda de acordo com o autor, isso foi uma regra em Desterro, sendo os homens, sempre mais brandos na ministração dos castigos quando se tratava de punir cativos do sexo feminino.¹¹⁰

Verifica-se, na consideração feita por Cabral, que havia aí uma percepção atravessada por questões de gênero. Isso porque a violência que era praticada pelas senhoras, frequentemente direcionada com as escravas mulheres evidenciava um cotidiano doméstico em que a cativa, principalmente quando jovem, punha em risco a harmonia do lar, geralmente

¹⁰⁵ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 4, n.504, 13 out. 1859. BN-HDB.

¹⁰⁶ Entre eles estavam Henry Koster, através de “Viagens ao Nordeste do Brasil” (1816); Auguste de Saint-Hilaire, em “Viagens pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil” (1833); e Otto von Kotzebue, em “Voyage of Discovery into the South Sea and Bering’s Straits for the Purpose of exploring a North-East Passage, undertaken in the Years 1815–1818 (1821).” Ver: KOTZEBUE, Otto von. *Voyage of Discovery into the South Sea and Bering’s Straits for the Purpose of exploring a North-East Passage, undertaken in the Years 1815–1818*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1821.; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil*. Trad. Leonam de A. Pena. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.; e KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luís da C. Cascudo. 2 ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. Sobre maus-tratos praticados por senhoras, ver: KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000. Capítulo 5: Sob o açoite.; e GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao...*, op. cit. Capítulo 4: As sinhas e os castigos.

¹⁰⁷ KARASCH, M. C. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000. p.172. A referência de Karasch foi tirada da obra de WEECH, Friedrich von. *Reise über England und Portugal nach Brasilien und den vereinigten Staaten des La Plata Stromes während den Jahren 1823 bis 1827*. Munique: [s.n.], 1831. vol.2. p.12-15.

¹⁰⁸ KARASCH, M. C. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000. p.172-173.

¹⁰⁹ CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...*, op. cit. 1979. Memória II. p.130.

¹¹⁰ CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...*, op. cit. 1979. Memória II. p.130.

por ser objeto de olhares e desejos de seus maridos.

De acordo com Goulart, elas se enraiveciam com as negras e se enciumavam com as mulatas de “[...] boas coxas, bons dentes, bons peitos, e admirável flexibilidade, escolhidas a dedo para as obrigações da cama.”¹¹¹ Nesse sentido, as chamadas “sinhas”, sentiam-se preteridas pelos maridos, que optavam por aquelas “[...] beldades de ébano, ou cor de mel.”¹¹² As senhoras, geralmente “[...] esbranquiçadas, obesas, de barriga quebrada, dentes podres e peitos flácidos, expandiam seus recalques e suas frustrações através de requintadas perversidades de que eram vítimas suas indefesas e, a rigor, inocentes rivais.”¹¹³

Torna-se oportuno considerar que tanto a afirmação de Cabral quanto a de Goulart minimizaram o próprio papel desempenhado pelas senhoras no âmbito da sociedade escravista, qual seja, o de que a crueldade era estritamente vinculada ao universo dos afetos. Além disso, ambos os autores, creditaram às mulheres escravas um aspecto pitoresco e sexualizado datado do século XIX e reverberado quase sempre através dos relatos dos viajantes, imagem que cristalizou a ideia de que eram elas as responsáveis por levar os senhores à cobiça.¹¹⁴ Embora houvesse de fato um componente afetivo no exercício dos castigos aplicados pelas senhoras, sobretudo no que dizia respeito às escravas mais jovens, as relações de poder, dominação e exploração do trabalho podiam ser aí muito mais complexas, do contrário, não haveria como explicar por que uma escrava octogenária, como foi o caso da já citada Joaquina, veio a falecer em Desterro vítima dos maus-tratos de sua senhora.

Por extensão, outra questão subjaz acerca dessa problemática. Trata-se da existência de um número significativo de mulheres sozinhas e chefes de família, na sociedade escravista, que dispunham de mão de obra escrava. Essa realidade foi demonstrada por Dias, no cenário da São Paulo oitocentista, e igualmente em Desterro, por Sbravati. Ambas as autoras revelaram que um número significativo de mulheres solteiras, abandonadas de seus maridos e mesmo viúvas, personificavam o poder senhorial.¹¹⁵ Muitas dessas mulheres viviam sob

¹¹¹ GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao...*, op. cit. 1971.p.47.

¹¹² GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao...*, op. cit. 1971.p.47.

¹¹³ GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao...*, op. cit. 1971.p.47.

¹¹⁴ Sobre a sexualização das mulheres escravas ver: MACHADO, Maria Helena P. T e HUBER, Sacha (Orgs.). *(T)Races of Louis Agassiz...*, op. cit. 2010.; e BELTRAMIM, Fabiana. *Sujeitos iluminados: a reconstrução das experiências vividas no estúdio de Christiano Jr.* São Paulo: Alameda, 2013.

¹¹⁵ DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.; SBRVATI, Daniela Fernanda. *Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX*. Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado em História), UFSC. Sobre a questão do gênero e do poder na sociedade escravista ver também: PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.; SILVA, Gilvan V. da et al. (Orgs.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes, 2006.; e SAMARA, Eni de M. et al. “Senhoras e escravos na São Paulo do café (1830-1870).” *Anos 90*. Porto Alegre, vol.15, n.25, p.37-64, jul. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/5402/3059>> Acesso em: 5 mar. 2014.

condições adversas. Algumas, mesmo sendo proprietárias, encontravam-se empobrecidas. Nesse sentido, os maus-tratos que praticavam certamente não estavam associados a sentimentos de paixão ou ciúmes desdenháveis. Vinculavam-se, muito mais, à própria natureza da escravidão, que se materializava cotidianamente através do uso da violência física.

A veiculação de denúncias na imprensa desterrense acerca de homens que praticavam maus-tratos contra mulheres africanas e afrodescendentes, fossem elas escravas, livres ou libertas, sugere que a assertiva feita por Cabral sobre a suposta brandura dos senhores, incluído também os seus pares, era ilusória. Em 1869 o periódico “A Regeneração” chamava à atenção do Subdelegado de polícia ou de quem competisse, para a casa de número 42, situada à Rua Fernando Machado, antes denominada do Vigário, no centro da Capital da Província. De acordo com o reclame, “[...] por vezes repetidas (castigava-se) barbaramente uma rapariga agregada, ao ponto de chamar a atenção e até a intervenção das pessoas da vizinhança.”¹¹⁶ Asseverava, o Jornal, que era conveniente lembrar ao proprietário da casa sobre o crime a que incorria ao infligir “[...] tais castigos, já proibidos até contra os próprios escravos a fim de que eles (cessassem) a bem da paciente, da vizinhança e da moralidade pública.”¹¹⁷

Em 1871, nova denúncia foi feita, desta vez relativa a uma parda de 17 anos, escrava de Theóphilo Cabral, brutalmente espancada na freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio. De acordo com a queixa “[...] a infeliz ficou toda cortada e começou a botar sangue pela boca.”¹¹⁸ No dia seguinte foi encontrada morta perto da praia, tendo no pescoço uma corda atada a uma pedra. Segundo opinião pública, ainda que as circunstâncias indicassem o suicídio, tratava-se, na verdade, de um crime, “[...] por motivos reprovados e torpes, ocasionando o espancamento, na conveniência de não deixar fôlego à vítima, que poderia fazer revelações importantes.”¹¹⁹

Em abril do mesmo ano era veiculado, através de “O Despertador”, um exame de corpo de delito feito na “crioulinha” Fausta, escrava da professora Lydia Ambrozina. De acordo com a denúncia o procedimento se deveu ao espancamento da jovem, praticado pelo Capitão João Machado de Souza no dia 14, por volta das 9 ou 10 horas da manhã, junto à praça do Mercado. De acordo com a perícia, os lábios de Fausta apresentavam pequena contusão, caracterizando-se, na visão do Delegado de polícia, apenas dano leve e, portanto, inapropriado

¹¹⁶ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 2, n.127, 1 dez. 1869. p.3. BPSC.

¹¹⁷ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 2, n.127, 1 dez. 1869. p.3. BPSC.

¹¹⁸ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 3, n.241. 12 jan. 1871. p.3. BN-HDB.

¹¹⁹ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 3, n.241. 12 jan. 1871. p.3. BN-HDB.

para proceder com “[...] ex-offício por não ser caso de denúncia.”¹²⁰ O fato é que Fausta havia sido agredida por João Machado sob o uso do chicote. Mesmo que as lacerações provocadas na boca e um pequeno corte nas mãos parecessem superficiais, a disposição sobre o corpo alheio, não o corpo de propriedade da professora Lydia, mas o de Fausta, demonstra o quanto o sexo feminino, atravessado pelo cativo, podia ser vilipendiado pelo sexo oposto.

Com efeito, outro crime reforça essa assertiva. Em 1875 o periódico “O Conservador” dava evidência à captura, pela polícia, de Thomaz Pinheiro de Castro, acusado ter assassinado a escrava de Faustino Martins a pancadas. Segundo o Jornal, o “[...] bárbaro assassino [...] prevalecendo-se da superioridade de seu sexo [...]”¹²¹ teria espancado a cativa depois de tentar degolá-la com uma faca, o que lhe resultou ferimentos graves seguidos de morte.

É possível perceber, a partir dos exemplos evidenciados, as diferentes formas de disposição do corpo feminino. A própria mestiçagem que aos poucos ia tomando vulto em Desterro indicava uma realidade significativamente atroz para as cativas, qual seja, a de que muitos de seus filhos eram fruto de constantes estupros sofridos.

Em 1866, havia em toda a Ilha 21.099 pessoas assentadas. Destas, 16.026 eram brancas, 3.167 eram pretas e 1.906 eram pardas.¹²² Em 1872 a população foi contabilizada em 25.572 almas, das quais 19.175 eram brancas, 3.343 pretas e 3.074 mestiças.¹²³ Isso significa dizer que em termos absolutos, o período foi marcado pelo crescimento de apenas 19% de brancos, 6% de pretos, conquanto que os pardos ou mestiços tenham crescido 61%. Já no ano de 1890, o número de brancos era de 25.738; pretos 2.062 e mestiços 3.534.¹²⁴ Embora a quantidade de pretos tenha declinado em 38%, os mestiços continuaram a crescer em aproximadamente 16%.

Há de se considerar, ainda, tomando como exemplo somente o ano de 1866, que dos 5.073 pretos e pardos existentes na Ilha, 3.416 viviam na condição de cativo, ou seja, aproximadamente 67%, entre os quais, pessoas do sexo feminino escravizadas e frequentemente sujeitas às investidas de seus senhores. Embora não se tenha dados fragmentados a respeito do número de mulheres cativas para o ano de 1866, em 1864,

¹²⁰ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 9. n.858, 18 abr. 1871. p.1-2. BPSC.

¹²¹ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 4, n.202, 30 jan. 1875. p.3. BN (Seção de periódicos).

¹²² LACERDA, Adolpho de B. C. d’A. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa provincial de Santa Catharina na sua sessão ordinaria pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti d’Albuquerque Lacerda, no ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867. Anexo B.

¹²³ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral do Imperio do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. vol.11. p.1-21.

¹²⁴ DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil, em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1895. apud CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000. p.136.

Francisco José de Oliveira, então Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, apresentava em seu relato de gestão, um panorama geral da população presente na Ilha no ano anterior. Nela havia 1.381 pessoas ditas pretas e pardas de condição livre, estando entre elas, possivelmente, sujeitos alforriados. Do total, 571 eram do sexo masculino e 810 do feminino, respectivamente, 41% e 59%, uma diferença positiva de 8% para as mulheres. Entre os escravos, foram contabilizados 3.849. Destes, 2.099 eram homens e 1.750 eram mulheres, ou seja, 55% e 45%.¹²⁵ Mesmo que o percentual de homens fosse maior em 10% para a população cativa, havia aí uma representatividade expressiva de mulheres escravas cujo sexo levava a uma maior vulnerabilidade aos assédios senhoriais.

Em 1872, entre os 2.940 escravos contabilizados, 1.411 eram mulheres, ou seja, 48%. Nesse mesmo censo, mestiços livres de ambos os sexos totalizavam 2.157 pessoas e cativos 917. Isso significa dizer que somente entre a população mantida em cativeiro a mestiçagem havia alcançado um índice de 31%, ao passo que entre a população livre ou liberta, contabilizada em 3.074 pessoas, chegava aos 70%.¹²⁶

Conclui-se, portanto, que entre os 6.417 africanos e afrodescendentes presentes na Ilha de Santa Catarina e demonstrados no censo de 1872, 48% foram gerados da mistura entre negros e brancos.¹²⁷ É plausível supor, inclusive, que a desaceleração do crescimento de mestiços na região, de 1872 a 1890, tenha sido resultado do processo de desmantelamento do sistema escravista, dificultando as relações sexuais estabelecidas entre senhores e escravas. De todo o modo, para se chegar a uma conclusão precisa a esse respeito seria necessário fazer um levantamento dos nascimentos e dos óbitos de todas as classes sociais, considerando a cor da pele e, além disso, da natalidade derivada de relações consensuais ou não entre indivíduos já marcados pela mestiçagem. Outro fator a ser considerado se refere à emigração de escravos para outras províncias do Império e, incluindo aí, pessoas atravessadas pelo cativeiro, como livres ou libertos e seus descendentes. Porém, essa tarefa não será possível neste trabalho, conquanto seja importante lembrar a sua merecida investigação.

No Brasil, estudos sobre a violência praticada contra o gênero feminino no âmbito do intercurso sexual ainda estão por ser desenvolvidos. Porém, pesquisas em inventários *post-mortem* têm demonstrado um número expressivo de escravas que geraram filhos de seus senhores, sendo ambos beneficiados em testamentos e favorecidos com a alforria. Exemplo

¹²⁵ D'OLIVEIRA, José Francisco. *Relatorio do Vice Presidente da Provincia de Santa Catharina o Commendador Francisco José D'Oliveira apresentado á Assembleia Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 12ª Legislatura*. Desterro: Typ. Catharinense de V. Avila & Co., 1864. p.8.

¹²⁶ Ver: DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.1-21.

¹²⁷ Ver: DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral...*, op. cit. [1874?]. vol.11. p.1-21.

disso pode ser verificado através dos bens inventariados por Manoel Victorino de Menezes, um dos maiores negociantes de escravos de Desterro, assassinado em Campinas no ano de 1885. De acordo com Scheffer, em 1880, Manoel era responsável pela criação e educação de Hercílio Victorino de Menezes, filho da Maria Margarida Duarte, parda liberta. Ainda de acordo com o autor, em 1880 o comerciante fez a doação de um sobrado situado no Largo do Palácio, avaliado em 6 contos de réis, passando a pagar um aluguel a Hercílio, no valor de 50 mil réis mensais, soma guardada até que o mesmo completasse a maioridade.¹²⁸

Scheffer revelou, ainda, que no início dos anos de 1870, Manoel Victorino de Menezes era casado, embora sua mulher não morasse com ele em Desterro. Por outro lado, partilhando de seu dia a dia estava Maria Margarida, escrava de sua propriedade que por ele foi alforriada. Nessa mesma época Manoel doou 2 contos de réis a Hercílio, naquele contexto recém-nascido. Além disso, deixou-lhe, em testamento lavrado no ano de 1874, os utensílios, as roupas e os demais objetos de uso doméstico que se achavam em sua residência. Embora Manoel não tenha reconhecido a paternidade de Hercílio, tudo leva a crer que fosse fruto de sua relação com Maria.¹²⁹ Percebe-se, nesse sentido, que embora houvesse em suas ações uma dada preocupação em salvaguardar a sobrevivência de Hercílio, os vieses da relação que estabeleceu com a parda alforriada ainda são nebulosos. Isso porque não é possível saber de que forma Maria era tratada estando em cativeiro, fato que certamente permitia a Manoel dispor de seu corpo como desejasse.¹³⁰

Assim, especialmente a partir das reflexões de Freyre¹³¹, embora se tenha forjado a ideia de que a miscigenação brasileira foi processada amparada em relações interraciais harmoniosas que permitiam, inclusive, algumas atitudes associadas à benevolência senhorial, pode-se inferir que os sentidos dessa benevolência carregavam muitos matizes.

Hartman, em estudo sobre o significado do poder senhorial exercido sobre o corpo cativo na esfera da sexualidade, reconheceu, no âmbito das mulheres, que estas

¹²⁸ SCHEFFER, Rafael da C. “Victorino de Menezes: um comerciante de escravos em Desterro.” In: MAMIGONIAN, Beatriz G. e VIDAL, Joseane Z. (Orgs.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p.182.

¹²⁹ SCHEFFER, Rafael da C. “Victorino de Menezes...”, *op. cit.* 2013. p.1.

¹³⁰ Sobre relações afetivas e de poder entre senhores e escravos ver: SLENES, Robert. A. W. “Senhores e subalternos no oeste paulista.” In: ALENCASTRO, Luis Felipe de. e NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil: Império – a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol.2. p.233-290.; FLORENTINO, Manolo. “Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa.” *Topoi*. Rio de Janeiro, vol.3, n.5, p.9-40, set. 2002. <<http://www.revistatopoi.org/numerosanteriores/topoi05/topoi5a1.pdf>> Acesso em: 2 mar. 2014.; e ALMEIDA, Suely Creusa C. “Vida íntima entre senhores e escravos no Recife e na Lisboa Setecentistas: três histórias, três memórias...” *Afro-Asia*. Salvador, vol.43, n.43, p.195-212, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/770/77021122006.pdf>> Acesso em: 2 mar. 2014.

¹³¹ Ver: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande &...*, *op. cit.* 1987.

experienciavam uma realidade cotidiana significativamente atroz nos Estados Unidos escravistas. De acordo com a autora, a ideia de permissão do intercuro sexual, em sua acepção estrita, era anulada na medida em que a condição de cativoiro não facultava, às escravas, o direito de poder negar qualquer investida de seus senhores. Ainda de acordo com a autora, a própria justiça, que definia o estupro como o ato sexual forçado praticado sem o consentimento e a vontade do outro, neste caso, essencialmente do gênero feminino, tendia a ignorar ou desvirtuar a apropriação dessa violência quando se tratava de mulheres negras. Como resultado, culpabilizava-se a vítima, num primeiro momento, por ofender a honra do agressor e, num segundo, porque teria sido violada em decorrência de sua suposta natureza lasciva, estigma imputado às chamadas populações “de cor”.¹³²

No Brasil, o Código Criminal do Império de 1830, em seu Capítulo II, Seção I, discorria sobre os crimes contra a segurança da honra. Nele, a mulher escrava sequer era mencionada, conquanto que o defloramento de virgens menores de dezessete anos incorresse em pena de desterro “[...] para fora da comarca, em que (residissem) a deflorada, por um a três anos [...]”¹³³; o estupro de pessoa sob poder ou guarda, em penalidade de “[...] desterro para fora da província, em que (residissem) a deflorada, por dois a seis anos [...]”¹³⁴; o estupro por parente que não permitisse a união matrimonial, em “[...] degredo por dois a seis anos para a província mais remota da em que (residissem) a deflorada [...]”¹³⁵; e o sexo por meio da violência ou ameaça com qualquer mulher honesta, à pena de “[...] prisão por três a doze anos [...]”¹³⁶. Porém, se a violentada fosse prostituta, a prisão era significativamente reduzida, qual seja, “[...] por um mês a dois anos.”¹³⁷

Ora, se naquela época a justiça entendia que a condição de prostituição amenizava o sentido da violência praticada, a saber, pela posição em que a própria prostituta se colocava a serviço da atividade sexual, a condição de cativoiro, que relegava à mulher escrava a posição de propriedade, tornava legítima a apropriação de seu corpo pelo poder senhorial, não sendo a violação, portanto, tomada enquanto violência. Nesses termos, restava a ela recorrer ao que estivesse à mão para sufocar o mal impingido, fosse ele de natureza sexual ou outro qualquer dano físico. Cabe aqui lembrar o depoimento publicado no jornal “A Província”, a partir do qual foi iniciada a terceira parte deste trabalho. Para aquela escrava a tentativa de suicídio foi

¹³² HARTMAN, Saidiya. “Seduction and the Ruses of Power.” In: KAPLAN, Karin et al (EE.). *Between Woman and Nation: nationalisms, transnational feminisms, and State*. Durham/London: Duke University Press, 1999. p.111-141.

¹³³ BRASIL. *Código Criminal...*, op. cit. 1858. Capítulo II. Seção I: Estupro. Artigo 219. p. 87-88.

¹³⁴ BRASIL. *Código Criminal...*, op. cit. 1858. Capítulo II. Seção I: Estupro. Artigo 220. p. 88.

¹³⁵ BRASIL. *Código Criminal...*, op. cit. 1858. Capítulo II. Seção I: Estupro. Artigo 221. p. 88.

¹³⁶ BRASIL. *Código Criminal...*, op. cit. 1858. Capítulo II. Seção I: Estupro. Artigo 222. p. 88.

¹³⁷ BRASIL. *Código Criminal...*, op. cit. 1858. Capítulo II. Seção I: Estupro. Artigo 222. p. 88.

a sua alternativa.

Mas como foi observado até o momento, não eram apenas as mulheres que sofriam. Durante as décadas de 50, 60, 70 e 80, periódicos diferentes noticiaram maus-tratos praticados contra escravos, livres e libertos. Em 1861, “O Argos” informava que um cativo de Joaquim Luiz Livramento, da freguesia de São Miguel, localidade separada da Ilha pela baía norte em sua porção continental, havia sido levado à igreja da comunidade para que fosse sepultado. De acordo com depoimentos de algumas pessoas, a morte tinha ocorrido por “[...] ter-lhe saído a quebradura, e não conseguir-se recolher.”¹³⁸ Porém, outros disseram que “[...] viram ir pingando muito sangue que saía do cadáver por entre as palhas da esteira em que o haviam envolvido.”¹³⁹ Assim, depois de “[...] sepultado o cadáver, trataram de examinar se a esteira estava com efeito ensanguentada [...]”¹⁴⁰, encontrando-a no mato escondida e com muito sangue. O fato foi noticiado na imprensa, que alertava para que a polícia tomasse as devidas providências, não sendo aceitável que passasse despercebido. Asseverava, ainda, que era possível que a morte do escravo tivesse sido decorrente de uma quebradura, no entanto, não era sabido que tal doença provocasse tamanha hemorragia.¹⁴¹ E finalizava indagando se o fato não era, com efeito, resultado de uma “[...] grande sova que (tinham lhe mandado) dar.”¹⁴²

Nova denúncia foi realizada em 18 de agosto de 1864. Desta vez “O Mercantil” informava a exumação do corpo de um escravo menor de idade, pertencente ao Senhor João de Souza Lobo, por haver a suspeita de que a morte provinha de castigos bárbaros a ele infligidos. No entanto, os resultados não foram divulgados.¹⁴³

Em 1865, “O Despertador” se manifestava em relação aos castigos físicos presenciados na Capital da Província. Relatava, ele:

Castigos – Como Deus me deu um coração humano, não posso deixar que senhores desalmados castiguem barbaramente seus escravos, por isso chamo a atenção de quem competir para certa casa desta cidade onde se costuma infligir tais castigos. Em uma das noites passadas, doeu-me o coração ao ouvir os gritos abafados, como de quem tinha as goelas comprimidas para não serem ouvidos, de uma das vítimas do bárbaro senhor. Valha-nos Deus!¹⁴⁴

Dois anos depois, ainda “O Despertador” publicava uma matéria intitulada “O escravo”,

¹³⁸ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.666, 26 fev. 1861. p.1. BPSC.

¹³⁹ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.666, 26 fev. 1861. p.1. BPSC.

¹⁴⁰ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.666, 26 fev. 1861. p.1. BPSC.

¹⁴¹ O termo sair a quebradura estava relacionado à saída de um órgão para fora da cavidade que o continha. Vulgarmente era associada às hérnias mais diversificadas, no entanto podia também estar relacionada ao deslocamento intestinal. Ver: CHERNOVIZ, Padro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p. 834-843.

¹⁴² Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.666, 26 fev. 1861. p.1. BPSC.

¹⁴³ Jornal “O Mercantil”. Desterro. Ano 4, n.369, 18 ago. 1864. p.2. BN-HDB.

¹⁴⁴ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 3, n.209, 20 jan. 1865. p.1. BPSC.

extraída de outro periódico não identificado. No cerne do artigo, lembrava que aqueles que estavam acostumados a ler as descrições da imprensa moderna, julgavam que o mundo havia chegado ao “[...] maior grau de civilização que (era) possível atingir!”¹⁴⁵ Declarava, ainda, que à época a liberdade estava posta por toda a parte, não sendo um mito, mas “[...] uma verdade real, que todos (tinham) a felicidade de gozar, e por assim dizer, de viver com ela e por ela!”¹⁴⁶ E advertia:

A imprensa diz: a sociedade é hoje livre: e livre o trabalho; os homens são iguais: a religião e as leis garantem o direito do homem. Mas essas belas ilusões caem por terra, com a simples realidade – *Escravidão!* Esse legado vergonhoso que o barbarismo dos séculos passados, legou ao século presente, existe ainda! A inquisição com todos os seus horrores baqueou perante o facho fulgurante da civilização que se aproximava! A escravidão, porém, amparando-se no “egoísmo” da raça privilegiada, e acobertando-se com o “ceticismo” do século, tem podido resistir aos combates da razão e da filosofia! Quando a civilização ateou com o seu sopro, a fogueira que consumiu para sempre esses instrumentos da crueldade dos inquisidores, julgou ter cumprido a sua missão, mas esqueceu que ainda ficavam de pé, como uma afronta à sociedade, como sátira pungente ao orgulho do século XIX os instrumentos da escravidão de uma parte do gênero humano, provando exuberantemente o despotismo exercido por uma raça forte e poderosa, sobre outra raça oprimida!

A razão, a humanidade e a filosofia nos ensinam que só a palavra e o exemplo moralizam o homem; mas apesar do que a razão ensina, os instrumentos de tortura ainda existem!

O “vira-mundo”, o “tronco”, a “coleira”, os “machos” e os “anjinhos”; o “azorrague” e o “açoite”, substituíram dignamente e a “polé”, “cavalete” e o “potro”. A religião diz: “trabalha que Deus ajuda e recompensa o trabalho do homem.” E o escravo trabalha de noite e de dia; rega os campos com o suor de seu rosto; mas outro que não ele, colhe o fruto da terra que ele arroteou.”

A sociedade mostra-nos as suas galas; embala-nos com o canto harmonioso da liberdade; mas lá geme o escravo, “opresso” e “envilecido”, que nos mostra feridas gotejantes, que nos implora piedade, fazendo-nos ouvir os seus gemidos, sem que a sociedade se importe com as suas feridas, ou com os seus lamentos!

Não esta ele condenado e fora da lei comum?

Quando será que a liberdade seja uma realidade e não uma utopia; que as classes niveladas tornem os homens iguais em seus direitos? Até quando gerará o escravo debaixo do açoite anti-humanitário?

Só Deus sabe!¹⁴⁷

O texto, publicado em “O Despertador”, era peremptório: a escravidão não condizia com a ideia de civilização. Os castigos se constituíam vexatórios. O direito à liberdade era um bem do qual todos os seres humanos deviam usufruir. Mas essas aspirações pareciam afastadas da concretização. O próprio Jornal entrava em contradição no âmbito do discurso veiculado e supostamente defendido, com a prática exercida diariamente. A liberdade por ele tão veementemente abraçada, chocava-se com o serviço prestado em nome da escravidão. Afinal, como tantos outros periódicos, com exceção daqueles que se declararam oficialmente

¹⁴⁵ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 5, n.470, 21 jul. 1867. p.2. BPSC.

¹⁴⁶ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 5, n.470, 21 jul. 1867. p.2. BPSC.

¹⁴⁷ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 5, n.470, 21 jul. 1867. p.2. BPSC.

antiescravistas ou abolicionistas¹⁴⁸, esses mesmos seres humanos para os quais o direito à liberdade devia ser assegurado eram estampados em suas páginas como mercadorias; anunciados em negociações de compra, venda e aluguel; noticiados como bens materiais perdidos, no âmbito de cativos fugidos, assistindo aos senhores na tarefa da captura; reprimidos quando se manifestavam culturalmente pelas ruas da Desterro oitocentista.

Com efeito, somente no ano de 1867 foram registrados mais de 30 anúncios de venda de escravos, 12 de aluguel e 5 de compra.¹⁴⁹ Quanto aos fugidos, “O Despertador” publicou dois reclames.¹⁵⁰ Em 18 de janeiro de 1867, sob o título de “Escândalo”, o Jornal chamava a “[...] atenção da autoridade competente para o fato abusivo de andar todas as noites, ao som de desafinado violão, um negrejante trovador de mau gosto a incomodar os moradores da Rua da Imperatriz e caminho do José Jaques.”¹⁵¹ O fato era tomado como imoral, referindo-se à constatação de um escravo estar “[...] a tais horas fora da casa de seu senhor, (dando) descantes indecentes com infernal algazarra [...]”¹⁵² A própria expressão “negrejante” utilizada para identificar o violeiro carregava tons explícitos de sua racialização, o que era bastante comum nos periódicos brasileiros que se diziam alinhados com a causa da emancipação e da abolição.¹⁵³ Conquanto que “O Despertador”, a partir de 1876, não desse mais publicidade às fugas de escravos, os anúncios de compra, venda e aluguel continuaram tendo, ali, visibilidade.

Ao que tudo indica, na medida em que a problemática da libertação ia ganhando fôlego na Província de Santa Catarina, as matérias impressas no Jornal iam assumindo novos contornos. Até mesmo as agências escravas enquadradas na esfera da criminalidade eram em

¹⁴⁸ Alguns jornais de Desterro foram declaradamente abolicionistas, entre os quais, “O Abolicionista” (1884) e “O Vigilante” (1887). No entanto, ao longo do século XIX outros títulos se posicionavam em favor da emancipação e da abolição. Cabe citar “O Argos” (1856-1862) que antecedeu “O Despertador” (1863-1885), “A Regeneração” (1868-1889), e “A Voz do Povo” (1885). Ver: AMARAL, Tamelusa C. do. *As “Camélias” de Desterro: a campanha abolicionista e a prática de alforriar cativos (1870-1888)*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2008.; PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

¹⁴⁹ Ver: Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 5, n.413-415, 1 jan. 1867/27 dez. 1867. BPSC.

¹⁵⁰ Ver: Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 5, n.444, 19 abr. 1867. p.4 e n.510, 10 dez. 1867. p.4. BPSC.

¹⁵¹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 5, n.418, 18 jan. 1867. p.2. BPSC.

¹⁵² Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 5, n.418, 18 jan. 1867. p.2. BPSC.

¹⁵³ Sobre o negro nos periódicos brasileiros do século XIX ver: SCHWARCZ, Lília M. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.; PEDRO, Joana Maria et al. *Negro e terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.; _____. *Nas tramas entre... op. cit.* 1995.; NEVES, Lúcia Maria et al. (Orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.; e BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro, Mauad, 2010.

certa medida abrandadas.¹⁵⁴ Em 1875, na seção “Diversas ocorrências”, dava-se publicidade a uma notícia intitulada “Cenas da escravidão”. Nela, relatava-se a fuga dos escravos Antônio e José, pertencentes a Manoel Luiz Martins, residente em Laguna. Segundo a notícia, ambos teriam se dirigido a Desterro, sendo presos logo em seguida. A mando do proprietário, a polícia se encarregou de remetê-los de volta ao local de origem, através do vapor Itapirobá, que ia zarpar com brevidade, devendo ali aportar. No entanto, ambos se negaram a sair da cadeia. Sofrendo insistência dos agentes em serviço, responderam com golpes, conseguindo se apropriar de algumas armas que resultaram no ferimento de seis indivíduos. Mas a ação foi rapidamente abafada, restando ao chefe de polícia proceder com inquérito policial. Para “O Despertador”, seria esta “[...] mais uma cena lamentável da escravidão.”¹⁵⁵ Advertia igualmente que os senhores não atentavam ao “[...] risco que corria a sua existência nem aos prejuízos a que se expunham, (pretendendo) por um capricho vão, forçarem os escravos a servi-los contra sua vontade.”¹⁵⁶ Sobre o episódio ocorrido, o Jornal assim se pronunciava:

Os negros do Senhor Manoel Luiz Martins o deixaram na Laguna e vieram para esta Capital, fato este que prova bastantemente a má vontade dos escravos em servi-lo. Pedia a prudência que lhes desse outro senhor; porém não. Manoel em pessoa foi à cadeia para ver desfilar por sua frente os seus cativos, mas não o conseguiu porque eles, no auge do desespero, preferiram o crime e suas consequências a voltar para sua companhia. Sirva este exemplo a muitos senhores que seguem a opinião do Senhor Martins.¹⁵⁷

A partir do fragmento acima, percebe-se que a escravidão era entendida como responsável por atitudes extremadas cometidas por escravos no propósito de fazer valer suas vontades. Cabia aos proprietários compreendê-las, reconhecendo o dano maior que o cativo representava à sociedade. Mas ao mesmo tempo em que era a escravidão a fonte geradora do

¹⁵⁴ Nos Estados Unidos, alguns estudiosos da escravidão, como Genovese e Johnson, definiram a expressão “agência” a partir de toda e qualquer ação, individual ou coletiva, praticada por africanos e seus descendentes escravizados e cujos objetivos estiveram centrados na transformação da realidade a qual estavam submetidos ou na sua conformação de acordo com suas necessidades ou anseios. No Brasil, os trabalhos de Machado, Reis, Silva e Chalhoub deram vida à expressão, articulando-a aos diversos meios engendrados pelos escravos na busca pela liberdade. Posteriormente, outros pesquisadores utilizariam o conceito de “agência”, inserindo-o, inclusive, na esfera da vida privada, onde valores afetivos iriam permear um contingente de manobras erigido pela população atravessada pelo cativo no âmbito da vida cotidiana. Sobre agência nos Estados Unidos ver: GENOVESE, Eugene. *A terra prometida...*, op. cit. 1988.; e JOHNSON, Walter. “On Agency.” *Journal of Social History*. Virginia, vol.37, n.1, p.113-124, 2003. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/HS18-09textos/JohnsonJSH.pdf>> Acesso em: 13 set. 2012. Sobre agência no Brasil ver: MACHADO, Maria Helena P. T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão.” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.8, n.16, p.143-160, mar./ago. 1988.; REIS, João J. e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. cit. 1990.; SLENES, Robert A. W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁵⁵ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 13, n.1279, 22 maio 1875. p.1. BPSC.

¹⁵⁶ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 13, n.1279, 22 maio 1875. p.1. BPSC.

¹⁵⁷ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 13, n.1279, 22 maio 1875. p.1. BPSC.

problema, não desaparecia, sobre o indivíduo oriundo do cativeiro, a marca indelével de sua diferença. Assim, ainda que “O Despertador” se pronunciasse em favor das liberdades, denotava em seu discurso um entendimento sobre o negro fortemente cimentado na ideia de sua inferioridade.

Em “Educação para os libertos”, publicado em 21 de maio de 1884, “O Despertador” entoava uma matéria extraída do “Jornal do Comércio” de Porto Alegre, enaltecendo o movimento de imigração europeia para o Brasil e salientando os seus benefícios para a consolidação da Era que se iniciava, livre de trabalho escravo. No entanto, alertava para uma questão premente de ser evitada, qual seja, a de produzir indivíduos ociosos e avessos ao exercício do trabalho.

É para o interior das nossas cidades que as circunstâncias exigem a mais pronunciada atenção. Aí a camada social já formada dos elementos de ociosidade, miséria e prostituição, como, aliás, sempre se encontra em todo o centro populoso, virá, em breves tempos, engrossar pela multidão de libertos; e estes, cuja inteligência se acha obliterada, cujos sentimentos facilmente se pervertem, manifestarão repugnância ao trabalho, indiferença ao dever.¹⁵⁸

Coadunando com o discurso veiculado no “Jornal do Comércio” de Porto Alegre, o jornal “O Despertador” espargia em suas páginas conceitos sobre a compleição dos povos originários da África e seus descendentes que iam oportunizar, mesmo depois da abolição, a sua inacessível entrada no universo da equidade. Os negros eram tidos como ociosos por natureza, mesmo que durante três séculos tenham sido a força de trabalho empregada na economia brasileira e, nesse sentido, buscava-se justificar o incentivo à entrada de braços que não possuíam tal atributo. Convinha dar incentivo à imigração europeia, esquecendo-se das gentes provenientes do cativeiro ou imputando a elas signos depreciativos que inviabilizavam incluí-las na construção da sociedade almejada.

Ao reverberar tais percepções, a imprensa atendia aos interesses das elites, mantendo uma categoria de indivíduos à margem da sociedade e, portanto, forçadamente subserviente já que o acesso a melhores condições de vida lhes era tolhido. Ao mesmo tempo, enaltecia o desejo pela construção de uma sociedade majoritariamente branca, antevendo o desaparecimento paulatino da cor que manchava a sua existência. Para isso, tratou de pintar a figura do negro liberto de maneira depreciativa, apontando-lhe crimes, práticas cotidianas desregradas, vícios e condutas lascivas. Para Pedro, o resultado foi a representação de seu papel social “[...] cada vez mais passível de questionamento, seu lugar cada vez mais restringido, sua humanidade cada vez mais dispensável”, seria ele, “[...] no final das contas, o

¹⁵⁸ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 22, n.2199, 21 maio 1884. BPSC.

grande responsável pelos males que (afligiam) o país: o ócio, a vadiagem, a ignorância [...].”¹⁵⁹

Com efeito, não foi observado em qualquer periódico de Desterro a franca oposição à libertação dos escravos. Embora alguns evidenciassem a necessidade da liberdade ser concedida atentando para o direito de propriedade que cabia aos senhores, sobretudo acerca de sua devida indenização, os editores dos periódicos pareciam acompanhar os debates mais progressistas que estavam em evidência no Império, reverberando falas de importantes nomes que se manifestavam sobre a questão, a exemplo de Joaquim Nabuco e Agostinho Perdigão Malheiro.¹⁶⁰

Nesse sentido, ao lado dos discursos em nome da liberdade, frequentemente os periódicos evidenciavam os abusos cometidos pelo sistema escravista, apontando cativeiros ilegais ou injustos, a exemplo do menor pardo Domingos, nascido de ventre livre e reduzido à escravidão por constar como cativo inscrito ilegalmente na Alfândega no ano de 1853.¹⁶¹ A exemplo também de Floriano, de 20 anos de idade, submetido ao cativeiro no Rio Grande do Sul, conquanto fosse nascido igualmente de ventre livre em Santa Catarina, sendo sua “[...] mãe cabra forra de nome Anjelica, e seu pai José de tal, que morreu combatendo os rebeldes na ocasião em que foram expelidos da cidade de Laguna [...]”¹⁶², sendo ele, Floriano, remetido ao Rio Grande do Sul vestido com uma farda e vendido ilegalmente por um militar. Novamente, a exemplo de Laurindo, preto metade liberto com a condição de servir exclusivamente ao esposo de Sophia Magdalena depois de sua morte, sendo pelo mesmo repassado ao Delegado de polícia de Desterro, Francisco Duarte Silva, a fim de prestar-lhe serviços tomados como ilegais pelas Consolidações das Leis do Império.¹⁶³

Ainda sobre cativeiro indevido ou injusto, “O Despertador” de 3 de março de 1874 noticiava a descoberta, no município de Biguaçu e em posse de Francisco de Andrade Leite, de uma “[...] família inteira composta de treze pardos, entre os quais algumas crianças

¹⁵⁹ PEDRO, Joana Maria et al. *Negro em terra de...*, op. cit. 1988. p.49.

¹⁶⁰ Falas de Joaquim Nabuco foram encontradas nos jornais “O Despertador” (1879 e 1883), “A Regeneração” (1870 e 71, 1880 e 81, 1883 a 1888) e “Conservador” (1885 e 1887). Posicionamentos de Perdigão Malheiro sobre a escravidão e inclusive sobre a imigração europeia para o Brasil foram localizados em “O Despertador” (1869 a 1871). BPSC, BN-HDB E BN (Seção de periódicos microfilmados).

¹⁶¹ Jornal “Correio Catharinense”. Desterro. Ano 1, n.19, 23 mar. 1853. p.4. BPSC.

¹⁶² Jornal “O Cruzeiro do Sul”. Desterro. Ano 1, n. 93, 13 fev. 1859. p.4. BPSC.

¹⁶³ A matéria atestava a ilegalidade do transpasse de Laurindo ao Delegado Duarte Silva, tendo por base o Artigo 586, § 6º. da Consolidação das Leis Civis, aprovada pelo Decreto de 22 de dezembro de 1858, cujo conteúdo atestava não ser possível vender ou alienar qualquer “coisa” quando em função de disposições testamentárias, nos termos dos Artigos 553 e 554, a venda ou alienação se devesse fazer à pessoa designada. Note-se, aí, que o escravo enquanto propriedade era considerado bem material, portanto, coisa na legislação em vigor. Ver: BRASIL. *Consolidação das Leis Civis*. 3 ed. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1876. Especialmente os Artigos 553, 554 e 686. A denúncia foi publicada em “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.627, 20 out. 1860. p.1. BPSC.

brancas.”¹⁶⁴ Ao que tudo indica, todos foram libertados, porém, em função de que o crime havia sido cometido há bastante tempo, tornando-se prescrito pelas leis em vigor, Francisco não recebeu punição.¹⁶⁵

Quatro meses após o episódio descrito, “O Despertador” voltava a evidenciar crime parecido. Tratava-se do caso de Antônio, residente na freguesia de São Miguel. De acordo com a denúncia, Joaquim Godinho e sua mulher, Umbelina Rosa, haviam passado carta de alforria à escrava Rita. Após Umbelina ter falecido, Rita, ainda em companhia de seu ex-senhor, concebeu Antônio, sendo ele, portanto, nascido de ventre livre. Porém Joaquim se desfez do documento antigo, lhe passando outra carta de libertação com data posterior ao nascimento do menino, que foi vendido ilegalmente a Manoel Joaquim de Carvalho. Ainda de acordo com a notícia, após o fato ter sido denunciado a justiça intercedeu e acabou concedendo a Antônio a restituição da liberdade, embora nada tenha sido publicado a respeito da punição para a fraude de Joaquim.¹⁶⁶

Mas não eram registrados na imprensa apenas cativeiros indevidos. “O Conservador” de 14 de outubro de 1876 narrava uma notícia extraída de Porto Alegre que era importante por traduzir tamanha consternação que provocava numa época em que todos, “[...] sem distinção, (proclamavam) a liberdade.”¹⁶⁷

Horror, Horror, Horror – Ontem em pleno dia era a Rua do Arvoredo, teatro da mais vergonhosa, da mais repugnante e mesmo da mais horrorosa cena!

O povo estava aglomerado no quintal de uma casa daquela rua e contemplando uma mísera criatura, uma pardinha escrava do Senhor Silveira Martins, que num estado lastimoso ali se achava, presa a um grande cepo por grossas correntes e argolas de ferro, que lhe prendiam as pernas!...

O corpo macerado era horrível de se contemplar! Os cabelos cortados deixavam ver a cabeça da mísera criatura cheia de úlceras e cicatrizes.

As vestes ensanguentadas, as pernas e pés inchados pelos grossos ferros que prendiam, mostravam os grandes sofrimentos dessa infeliz escrava!

Confessou a mísera vítima de tão horrendo cativo, que saiu de casa de seu senhor na madrugada de ontem a pedir socorro a humanidade, porque seus padecimentos eram atrozes!

A notícia se espalhou e o povo ali se reuniu para ser espectador dos maus-tratos da ferocidade de um bárbaro senhor.

Parece incrível, mas é verdade, testemunhada por centenas de pessoas que ali compareceram e ficaram indignados, porque custa à imaginação acreditar que haja uma criatura humana que martirize a seu semelhante por aquela forma.

Ainda não vimos um infeliz de condição escrava, que tanto tenha sofrido!

A mártir é moça e apesar do estado mutilado em que todos a viram mostra que foi bonita e de corpo delicado; porém as torturas que tem passado a transformaram a ponto de se assemelhar a um ente disforme.

Parece incrível que no século XIX, onde todos, sem distinção, proclamam a liberdade, tenhamos de presenciar cenas que o mais feroz coração se constrange ao ver!

Assim é que o dia 5 de outubro de 1876 será sempre lembrado pelos habitantes de Porto Alegre,

¹⁶⁴ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 12, n.1154, 3 mar. 1874. p.2. BPSC.

¹⁶⁵ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 12, n.1154, 3 mar. 1874. p.2. BPSC.

¹⁶⁶ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 12, n.1194, 24 jul. 1874. p.1. BPSC.

¹⁶⁷ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 5, n.330, 14 out. 1876. p.3. BN (Seção de periódicos).

que foram testemunhas de ato mais iníquo que a imaginação mesmo custa a conceber; porém que é a realidade, sendo além disso a vítima escrava do Senhor Doutor Silveira Martins, o mesmo que em alto e bom som apregoa ser o genuíno, o delicado apóstolo da “liberdade”.

Pessoas que ali se achavam nos disseram que aquele senhor não era culpado dos maus-tratos daquela escrava; porém perguntamos quem governa a casa do Senhor Doutor Silveira Martins?

No nosso e no entender de todos é o principal culpado!

Temos fé que o Senhor Doutor Chefe de polícia e as autoridades judiciárias saberão manterem-se na altura do seu dever, arrastando ao banco dos réus o culpado dessas horríveis sevícias.

A justiça é uma para todos e pouco importa que o autor de qualquer crime seja ou não altamente colocado.¹⁶⁸

Depreende-se da denúncia transcrita que mesmo na década de 1870 castigos extremamente severos continuavam sendo utilizados pelos senhores de escravos. Percebe-se ainda, que eles não ocorriam apenas nas regiões mais distantes ou rurais, cujo afastamento das cidades permitia que se ocultassem tais práticas. Além disso, é possível constatar que o nível de violência empregado com a escrava de Silveira Martins comportava as três modalidades instrumentais de castigo definidas por Ramos e que foram vulgarmente empregadas no Brasil escravista, qual seja, a de capturar ou castigar, a de supliciar e a de aviltar.¹⁶⁹ Embora o Jornal afirmasse que o fato presenciado causava comoção generalizada num momento histórico em que a ideia de liberdade era abraçada por toda a população, parece que havia uma categoria de indivíduos que resistia em se afeiçoar a ela, categoria esta sobre a qual a justiça deveria intervir. Assim, mesmo que episódio tenha se dado na Província do Rio Grande do Sul, “O Conservador” achava relevante lhe dar visibilidade de forma que o seu público de leitores ficasse atento a fatos semelhantes ocorridos em Desterro.

Com efeito, era preciso multiplicar o número de pessoas afeitas à nova concepção de mundo que ia se sedimentando, em que as várias roupagens do escravismo, aí materializadas na violência física, não eram condizentes com a sociedade moderna e civilizada que se pretendia construir.¹⁷⁰ Nesse sentido, não seria infrequente na imprensa a divulgação de acontecimentos semelhantes em outras localidades do Brasil. Essas notícias tinham por meta reforçar a necessidade de que as condutas precisavam ser revistas.¹⁷¹

¹⁶⁸ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 5, n.330, 14 out. 1876. p.3. BN (Seção de periódicos).

¹⁶⁹ Foi Artur Ramos, em artigo publicado na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, no ano de 1838, quem imprimiu essa divisão acerca das modalidades de castigos. Tal definição foi retomada por Lara em um dos capítulos da obra *Campos da Violência*. Ver: RAMOS, Artur. “Castigos de Escravos. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo, vol.XLVII, maio 1838. p.79-104.; e LARA, Silvia H. *Campos da... op. cit.* 1988. Parte I: Violência e Paternalismo, Capítulo III: O castigo exemplar.

¹⁷⁰ Ver: CHEREM, Rosângela M. *Caminhos para... op. cit.* 1994.; e SCHWARCZ, Lília M. *Retrato em branco e... op. cit.* 1987.

¹⁷¹ Em 2 de outubro de 1880 o jornal “O Despertador” deu notícia ao espancamento, até a morte, de um escravo na Província de Minas Gerais. Em 12 de outubro de 1882, o mesmo periódico publicava, sob o título “Mais uma cena da escravidão”, as más condições de transporte de um número aproximado de 60 escravos em Estrela do Sul, Minas Gerais, que iam ser vendidos. Todos estavam acorrentados e alguns haviam sido separados de seus parentes. Ver: Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 18, n.1832, 2 out. 1880. p.2. BPSC.; e Ano 20, n.2039, 12 out. 1882. p.3. BPSC.

E as notícias seguiam. Benta, escrava de Dona Maria Azevedo, moradora da Ilha de Santa Catarina, recorreu à polícia junto de sua senhora para dar queixa do boleeiro dos carros fúnebres Antônio de tal, por ter lhe espancado no dia 21 de abril de 1880.¹⁷² Em 19 de abril o “Jornal do Comércio” informava que em “[...] uma das ruas mais públicas da Capital, andando um reto velho pedindo esmolas, (parou) em frente de uma porta para o fim indicado.”¹⁷³ O dono da casa, incomodando-se com a presença do negro “[...] veio à porta e deu-lhe tamanho empurrão que o negro caiu de costas na calçada ficando aí sem sentidos.”¹⁷⁴ Em 18 de junho de 1881, Antônio José Machado, carneiro do Mercado de Desterro, desentendeu-se com uma preta e “[...] passou as vias de fato, ministrando-lhe um pontapé no ventre, pelo que foi recolhido no xadrez.”¹⁷⁵ A violência foi agravada em função de que a mulher estava grávida, decorrendo do golpe o aborto da criança. O periódico “O Despertador” assinalou o episódio como ato brutal, sendo solicitada às autoridades providências para que não fosse permitido, no Mercado, “[...] indivíduos ocupados na venda da carne, os quais, sem moralidade nem respeito, (praticavam) atos de tamanha vergonha as pessoas sisudas que diariamente ali (concorriam).”¹⁷⁶ Em 17 de maio de 1885, “A Luta” noticiava o espancamento de um “[...] homem de cor preta, na ocasião em que era introduzido no xadrez da polícia.”¹⁷⁷ O Jornal, em tom de ironia, enfatizava que o fato não causava estranhamento, já que a guarda da cidade e da tranquilidade pública, quando se tratava de punir pessoas indefesas, era de uma valentia capaz de desbancar qualquer um.

Fossem perpetrados por policiais, agentes de segurança, qualquer outra pessoa ou senhores de escravos, os maus-tratos continuavam sendo prática comum naqueles poucos anos que antecederiam a abolição. De fato, dias antes daquele em que “A Luta” publicou o seu queixume, o periódico “A Matraca” notificava:

O senhor que hoje levanta a mão para bater num escravo, calca a pés os brios de uma sociedade, e cospe nas faces do Brasil.

[...] Em pleno dia, e muito perto das autoridades e do clube abolicionista, foi esbofeteado um escravo, pelo senhor, pelo motivo de ter fugido.

Parece incrível que no seio da sociedade catarinense, onde o amor pelos seus semelhantes faz curvar agradecidos, os que nela têm ingresso, e que goza de renome além-mares, tivesse lugar aquele ato indigno, baixo, vil, sem que nenhuma autoridade advogasse em defesa do infeliz “criminoso”, castigando aquele que cinicamente o esbofeteara.

Na época atual, em que o país se evoluciona na questão do elemento servil, os fatos dessa ordem erguem a abolição à altura de uma necessidade urgentíssima e atiram a

¹⁷² Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 18, n.1786, p.3. BPSC.

¹⁷³ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.78, 19 abr. 1881. p.2. BN (Seção de periódicos).

¹⁷⁴ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.78, 19 abr. 1881. p.2. BN (Seção de periódicos).

¹⁷⁵ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 19, n.1904, 18 jun. 1881. p.2. BPSC.

¹⁷⁶ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 19, n.1904, 18 jun. 1881. p.2. BPSC.

¹⁷⁷ Jornal “A Luta”. Desterro. Ano 1, n.2, 17 maio 1885. p.2. BPSC.

raça maldita, a raça escravocrata à vala comum, onde ela cai já corroída dos vermes. [...] Não é lícito que as respectivas autoridades, os homens abolicionistas e, sobretudo a nossa sociedade fique imparcial ante esse ato revoltante que teve lugar entre nós, pelo amor que um tirano escravocrata tem para meia dúzia de vinténs.¹⁷⁸

O mesmo Jornal informava, ainda, que para encobrir “vergonha” do senhor, não seria publicado o seu nome, conquanto que o cativo referenciado era conhecido por Alexandre.¹⁷⁹ Mas decidir ocultar o responsável pelo ato sobre o qual “A Matraca” tecia considerações tão reprováveis, contraditoriamente, evidenciava o “direito” reservado à classe senhorial de continuar agindo como bem quisesse no âmbito dos maus-tratos. Nesse sentido, embora ele fosse porta-voz de um discurso em defesa da liberdade, propalando a necessidade de pôr fim à escravidão, imiscuía-se em proteger aqueles que a representavam.

O próprio movimento encetado nos jornais de Desterro que era contrário ao regime escravista vinha enaltecer uma elite escravocrata pintada em nuances bastante suaves na medida em que ela se constituía, sobretudo, uma das responsáveis pela paulatina concessão de liberdades. Nesse sentido, como bem afirmou Pedro, a libertação dos escravos foi evidenciada como resultado, “[...] pura e simplesmente, da ação benemérita dos proprietários de bom coração e imbuídos de espírito civilizatório.”¹⁸⁰ Ainda de acordo com a autora, a liberdade surgia, assim, “[...] não exatamente como uma dádiva, mas sobretudo como sinal de um novo tempo.”¹⁸¹

Por certo, a trajetória das atividades que se estabeleceram na Ilha de Santa Catarina pelo fim da escravidão estiveram articuladas com aquelas evidenciadas em nível nacional, assinaladas por debates dados, principalmente, no campo da política, local considerado ideal para que fossem concebidos os instrumentos adequados à promoção da emancipação ou da abolição. No plano das ações governamentais, legislações foram aprovadas, seguindo a tendência adstrita a um movimento de caráter emancipacionista que objetivou diminuir os efeitos negativos da libertação dos escravos à classe proprietária, sendo esta temática

¹⁷⁸ Jornal “A Matraca”. Desterro. Ano 5, n.26, 9 maio 1885. p.1. BN (Seção de periódicos).

¹⁷⁹ Jornal “A Matraca”. Desterro. Ano 5, n.26, 9 maio 1885. p.1. BN (Seção de periódicos).

¹⁸⁰ PEDRO, Joana Maria et al. *Negro em terra...*, op. cit. 1988. p.49.

¹⁸¹ PEDRO, Joana Maria et al. *Negro em terra...*, op. cit. 1988. p.49.

amplamente discutida na historiografia brasileira.¹⁸²

Mas tal como era desenhado nas páginas da imprensa, todo esse processo parecia, de fato, ser “coisa de branco”, a propósito do que evidenciou Pedro.¹⁸³ Isso porque, diariamente, ela se incumbia em dar visibilidade a um conjunto de ações para as quais os sujeitos escravizados sequer tendiam a participar. Nesse sentido, evidenciavam manumissões concedidas pelos fundos de emancipação criados na Província¹⁸⁴; divulgavam a criação de associações voltadas à causa da emancipação, a exemplo da Sociedade Abolicionista de Desterro e do Clube Abolicionista¹⁸⁵; e davam ênfase ao espírito benemérito e filantrópico de senhores de escravos que se empenhavam em conceder alforrias.¹⁸⁶

Alforrias. – O Senhor João Antônio Monteiro Braga, Vereador da Câmara Municipal desta cidade, alforriou, no dia 24 do corrente, dois de seus escravos – Eduardo, de 16 anos de idade, e Ignácia de 30 anos.

Este ato do Senhor Monteiro Braga põe bem patente os sentimentos de humanidade e filantropia que alimenta em seu coração, tornando-se por isso merecedor dos maiores encômios.

Registrando com prazer em nossas colunas o nobre proceder do Senhor Monteiro Braga, fazemos votos sinceros para que outros possuidores de escravos o imitem.

O Império brasileiro, que a mais de meio século se constitui em nação livre e independente, deve banir a escravidão no menor tempo eu for possível.¹⁸⁷

Como é possível observar a partir do fragmento acima, a liberdade concedida aos escravos Eduardo e Ignácia foi retratada, no jornal “O Despertador”, como reflexo do espírito

¹⁸² Sobre emancipação e abolição no Brasil ver: GRIMBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade: ações de liberdade da Corte imperial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.; MENDONÇA, Joseli N. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.; NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.; AZEVEDO, Célia Maria M. de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.; BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas, 2004.; AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo em São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. Sobre emancipação e abolição em Santa Catarina ver: AMARAL, Tamelusa C. do. *As “Camélias” de..., op. cit.* 2008., e DAUWE, Fabiano. *Estratégias institucionais de liberdade: um estudo acerca do Fundo de Emancipação dos Escravos em Nossa Senhora do Desterro, 1872-1888*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2008.

¹⁸³ PEDRO, Joana Maria et al. *Negro em terra..., op. cit.* 1988.

¹⁸⁴ Sobre os fundos de emancipação em Santa Catarina ver: DAUWE, Fabiano. *Estratégias institucionais..., op. cit.* 2008.

¹⁸⁵ Em 10 de junho de 1883 foi criada a Sociedade Abolicionista de Desterro, por uma iniciativa do Secretário do governo provincial, João Lopes Ferreira Filho. De acordo com Piazza, teve pouca durabilidade, sendo dirigida pelo Major Afonso de Albuquerque Mello. Ainda de acordo com Piazza, foi responsável pela manumissão direta ou indireta de 69 pessoas. Em 1884, ela foi extinta e substituída pelo Clube Abolicionista, fundado no início de abril, e cuja direção também foi entregue ao Major Mello, tendo, alguns de seus integrantes, feito parte da antiga Sociedade Abolicionista. Ver: PIAZZA, Walter Fernando. *A escravidão negra..., op. cit.* 1999. p.99-100. Ver também: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora..., op. cit.* 1979. Memória II. p.138-146.; e AMARAL, Tamelusa C. do. *As “Camélias” de..., op. cit.* 2008.

¹⁸⁶ Sobre as alforrias na imprensa de Santa Catarina ver: CHEREM, Rosângela M. “Uma abordagem sobre as alforrias nos jornais de Desterro de 1884 a 1888.” *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, n.1, p.47-54, maio 1990.

¹⁸⁷ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 21, n.2108, 27 jun. 1883. p.1. BPSC.

humanitário que ia se espargindo sobre a classe proprietária. A nota, contudo, não revela a que termos as manumissões foram concedidas, já que era prática comum a sua subscrição a título de indenizações ou de serviços que os libertandos eram obrigados a oferecer. Nesse sentido, a própria leitura feita dos jornais enquanto fonte importante para a compreensão dessa temática precisa ser interpretada. Embora Cabral e Piazza tenham atentado para as publicações feitas na imprensa desterrense acerca da emancipação e da abolição, evidenciaram-nas em sua literalidade, fato que ofereceu a impressão de que todo o processo de libertação dos escravos decorreu, em essência, da boa vontade de parte da classe senhorial e do interesse de uma elite letrada e branca.¹⁸⁸ No entanto, pesquisas mais recentes já demonstraram o quanto africanos e seus descendentes, nas condições de escravos, livres ou libertos, protagonizaram ações pontuais a fim de alcançar a liberdade ou contribuir com ela.¹⁸⁹

Assim, um informe publicado no jornal “O Despertador” já em 1865 caracterizou-se bastante revelador:

Ato filantrópico. – Informam-nos que uma parda escrava de Dona Libânia, viúva de Pedro Asch, foi ao Hotel do Vapor com uma filhinha de pouco mais de 3 anos pedir àqueles nobres filhos de Marte uma esmola para alforria de sua inocente filha. Tão bem sucedida foi em sua tentativa, que em pouco tempo se reuniu a quantia de 380 mil réis de uma subscrição promovida pelo Senhor Tenente Coronel Rocha Lima entre os seus camaradas.

Disseram-nos mais, que essa quantia foi entregue ao Excelentíssimo Senhor Presidente de Província para fazer realizar esse negócio.

Ato tão filantrópico, praticado por homens que se destinam à guerra e cujos recursos são exíguos, são próprios de brasileiros civilizados, verdadeiros amigos da liberdade, entre os quais sobressai o povo baiano.

Igualmente nos informam que, além dessa quantia subscreveu a de 40 réis, que entregaram ao Senhor Doutor Hermógenes para auxílio da alforria de outra pardinha, que de há tempos procura resgatar por meios pecuniários a sua liberdade.

Sentimos o mais vivo prazer em registrar, em nosso Jornal, atos tão meritórios que altamente enobrecem a todos que os praticam.¹⁹⁰

Verifica-se, a partir da publicação transcrita acima, a centralidade com que se deu evidência à ação daqueles que contribuíram para obtenção da verba necessária à libertação da filha de uma escrava de Dona Libânia, de 3 anos de idade. Essa ação, ali, foi tomada como ato filantrópico praticado por pessoas dotadas de espírito civilizado e amigas da liberdade. Mas por trás do gesto supostamente benemérito enaltecido, há de se considerar a ação de outra personagem, qual seja, a da escrava que autonomamente buscou alternativa para conseguir

¹⁸⁸ Ver: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...*, op. cit. Memória II.; PIAZZA, Walter Fernando. *O escravo numa...*, op. cit. 1975.; _____. *A escravidão negra...*, op. cit. 1999.

¹⁸⁹ CHEREM, Rosângela M. “Uma abordagem...”, op. cit. 1990.; AMARAL, Tamelusa C. do. *As “Camélias” de...*, op. cit. 2008.; e DAUWE, Fabiano. *Estratégias institucionais...*, op. cit. 2008.; e DAUWE, Fabiano. *Estratégias institucionais...*, op. cit. 2008.;

¹⁹⁰ Jornal “O Despertador”. Desterro, Ano 3, n.208, 14 fev. 1865. p.1. BPSC.

que sua filha fosse alforriada.¹⁹¹

Não são sabidas as circunstâncias em que vivia a cativa de Dona Libânia. É provável que ela já tivesse obtido os recursos para obtenção da própria alforria, não desejando se afastar da filha ainda em cativeiro. Mas se fosse o caso de dispor de recursos, a escrava não poderia providenciar a libertação da menor? Certamente que sim. E talvez por isso ela apenas quisesse garantir a liberdade da criança, caso alguma fatalidade lhe abstinhasse de proteção. Ou, por outro lado, tivesse alguém de confiança já livre disposto a cuidar da menina, quem sabe, em um local mais seguro que a casa de sua senhora, onde mesmo liberta, corria o risco de experimentar situações análogas àsquelas experienciadas por sua mãe.

Especulações à parte, o fato, já demonstrado pela historiografia brasileira, é que a escravidão não impediu que laços afetivos e familiares fossem estabelecidos na esfera da vida em cativeiro.¹⁹² Nesse sentido, as suposições aqui levantadas estão imersas numa dimensão do cotidiano para a qual a imprensa desterrense e mesmo a produção historiográfica catarinense mais conservadora, a exemplo dos estudos de Cabral e Piazza, não foram capazes de considerar e que perpassavam pelo território das agências.¹⁹³

Se para o alcance da liberdade também os escravos tiveram participação, fosse por vias legais ou não, manifestar-se contra as condições de vida que lhes eram impostas podia assumir diferentes roupagens. Entre elas, a fuga foi bastante comum, revelando uma possibilidade de liberdade quase sempre malograda, dado o empenho da imprensa em noticiar os escravos fugidos. Mas para além do simples noticiamento desses sujeitos, servindo, os jornais, como instrumentos de controle a serviço da classe senhorial, o retrato descritivo impresso nos periódicos possibilita outras revelações, inclusive, sobre suas condições físicas e de saúde, tema que será discutido a seguir.

Quando a alternativa é fugir

Em estudo pioneiro sobre os anúncios de escravos, Gilberto Freyre, no ano de 1934,

¹⁹¹ Ver: MACHADO, Maria Helena P. T. “Em torno da...”, *op. cit.* 1988.

¹⁹² Sobre família escrava ver: FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1997.; SLENES, Robert A. W. *Na senzala uma flor...*, *op. cit.* 1999.; FERREIRA, Elisângela O. “Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco.” *Afro-Ásia*. Salvador, n.32, p.185-218, 2005. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia32_pp185_218_FamiliaSertao.pdf> Acesso em: 13 mar. 2010.; CASTRO, Hebe Maria da C. M. G. de. *Das cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora do Arquivo Nacional, 1995.; _____. “Laços de família e direitos no final da escravidão.” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.337-383.

¹⁹³ Ver: GENOVESE, Eugene. *A terra prometida...*, *op. cit.* 1988.; e JOHNSON, Walter. “On Agency.” *op. cit.* 2003.; REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito...*, *op. cit.* 1989.; e CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, *op. cit.* 1990.

proferiu uma palestra na Sociedade Felipe d'Oliveira, Rio de Janeiro, intitulada “O escravo nos anúncios de jornal do tempo do Império”. No mesmo ano, a exposição de Freyre ganhou as páginas da revista “Lanterna Verde”, caracterizando-se a primeira publicação sobre o assunto em que o teor evidenciava, a partir da imprensa periódica do século XIX, o retrato dos corpos cativos que eram veiculados nos jornais brasileiros. Ainda naquele ano, Freyre organizou o I Congresso Afro-brasileiro, que ocorreu no Recife, onde mais uma vez destacou os anúncios de escravos como fontes profícuas de investigação e análise. De acordo com Alberto da Costa e Silva, com “Deformação de corpo dos negros fugidos”, publicado na obra “Novos estudos afro-brasileiros”, Freyre transformava a seção de anúncios dos jornais do Império em registros de grande importância a serviço da história, mormente aqueles relativos a fugas.¹⁹⁴

Das primeiras inferências realizadas por Freyre naqueles anos 30 foi preciso mais três décadas para que suas pesquisas fossem reunidas numa única obra. Assim, em 1963 o autor publicou “O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX”. Em linhas gerais, seu conteúdo versava sobre uma série de reflexões feitas acerca das populações escravizadas retratadas de forma descritiva na imprensa da época, especialmente nas seções de anúncios, onde homens e mulheres eram divulgados como mercadorias ou como “peças” perdidas que precisavam ser restituídas a seus donos.

No que se referia aos anúncios de fuga, o teor preciso das informações, essencial para que esse instrumento a serviço da classe senhorial fosse eficiente, era significativamente revelador. Ali, exibia-se uma série de detalhes sobre os sujeitos que se investiam de vontade própria, decidindo fugir. Havia referência às suas compleições físicas, sexos e idades. Tratando-se de africanos, informava-se a etnia a que pertenciam ou apenas eram salientadas as suas marcas. Quando crioulos, evidenciava-se, ainda, se eram fruto de miscigenação ou não. Mas para além desses detalhes, os anúncios muitas vezes agregavam informações de valor estético e moral. Entre elas, se os escravos eram bem ou mal apessoados; se seus traços eram finos ou grossos; se seus narizes eram grandes ou pequenos, aquilinos ou achatados; se seus lábios eram delicados ou avantajados; se seus cabelos eram curtos ou longos, lisos ou crespos demais. Realçava-se, por extensão, se tinham uma personalidade dócil ou eram dados a confusões; se eram bem ou mal encarados, tímidos ou falantes e se mostravam alguma habilidade que podia destacá-los. Por vezes, informava-se se haviam fugido munidos de

¹⁹⁴ SILVA, Alberto da C. e. “A escravidão nos anúncios de jornais.” In: FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4 ed. São Paulo: Global, 2010. p.11. Trata-se da apresentação feita por Costa e Silva à posterior publicação dos estudos freyrianos sobre os corpos escravos impressos nos anúncios de jornais, editado em 1963.

provisões, como roupas e alguns mantimentos, e até mesmo se haviam se apropriado de algum bem senhorial. Além disso, atentava-se para suas condições físicas, denotando velada ou desveladamente o estado de saúde em que muitos se encontravam, incluindo os maus-tratos a que foram submetidos.

Sem dúvida, todas essas informações se caracterizavam de uma riqueza imensa, suscitando inúmeras possibilidades de interpretação. Porém, como evidenciou Amantino, a comunidade científica continuou dando pouca relevância à obra de Freyre. Evidentemente, esse quadro não perdurou. A partir dos anos 80, principalmente na esteira do movimento de comemoração do centenário da abolição, a historiografia acerca do escravismo no Brasil ganhou novas nuances, oportunizando que fontes até então negligenciadas merecessem maior atenção. Nesse sentido, os estudos propostos por Freyre, amparados nos registros de anúncios de escravos, foram ressignificados, sendo revisitados e servindo de inspiração para a construção de outras interpretações acerca do mesmo aporte documental sobre o qual o autor se debruçou.¹⁹⁵

Em 1981, Graf elegeu a imprensa paranaense do século XIX como fonte de investigação para refletir a escravidão no Paraná. Alguns anos mais tarde, em 1886, a mesma autora se ateve à análise dos anúncios de escravos publicados nos jornais para a compreensão de sua vida cotidiana nessa região.¹⁹⁶ Em 1987, foi a vez de Scharwcz trazer à luz sua interpretação acerca da mesma tipologia de documentos, conquanto que relativas a São Paulo de fins do oitocentos. Nela, a autora dava voz à problemática das fugas, sistematizando as informações extraídas do conjunto de anúncios encontrados no “Correio Paulistano” e em “A Província de São Paulo”.¹⁹⁷

Mas outros pesquisadores, igualmente, reconheceram as possibilidades de interpretação que o material evidenciado por Freyre oportunizava. No que se refere aos anúncios de fuga, a problemática recorrentemente notabilizada associou o ato de fugir do cativeiro como reflexo dos maus-tratos, embora uma infinidade de outras razões podia contribuir para as fugas.¹⁹⁸

Karasch, imiscuindo-se no universo da escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade

¹⁹⁵ AMANTINO, Márcia. “As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no *Jornal do Commercio* (RJ) em 1850.” *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.14, n.4, 2007. p.1378. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702007000400015&script=sci_arttext> Acesso em: 5 jan. 2010.

¹⁹⁶ GRAF, Márcia Elisa de C. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1981; e _____. “O escravo no cotidiano: através dos anúncios dos jornais brasileiros da 2ª metade do século XIX.” *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Tropicologia*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 117-122.

¹⁹⁷ SCHWARTZ, Lília M. *Retrato em branco e... op. cit.* 1987.

¹⁹⁸ Ver: GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

do século XIX, afirmou que as fugas comportavam algumas razões pontuais. Para a população africana recém-introduzida em território brasileiro, a cidade se confundia com feitorias portuguesas na África, levando muitos escravos a fugir na certeza de que poderiam voltar ao lugar de onde haviam sido retirados. Ainda segundo a autora, muitos fugiam para o interior, em direção às florestas que integravam a paisagem carioca na certeza de que encontrariam pares vivendo em comunidades próprias onde havia segurança, proteção e alimento em abundância. Ao lado dessas duas justificativas, havia aqueles que fugiam por temor aos castigos em período de adestramento e igualmente por não aceitar mais sofrê-los, dada a vulgaridade com que a correção física era empregada.¹⁹⁹

Mas, na medida em que muitos africanos escravizados se aclimatavam; em que se estabeleciam laços sócio-afetivos no interior das propriedades senhoriais; em que o trabalho cativo era realizado nas ruas da cidade, permitindo uma complexa rede de relações; em que acordos entre senhores e escravos eram fundamentais para que o próprio sistema não fosse colapsado em função de levantes individuais ou coletivos, pode-se supor que havia outras tantas razões que faziam o escravo fugir.

Pois, se acordos entre senhores e escravos eram firmados, eles também eram desfeitos, geralmente por parte dos primeiros, fato que levava os segundos a desaparecer. Parentes separados quando de suas vendas para outro senhor eram, nesse sentido, uma boa razão para a prática da fuga. A comercialização do corpo escravo proporcionava o seu frequente repasse para outra tutela senhorial, realidade que muitas vezes dissolvia relações de amizade, afeto e solidariedade já consolidadas na propriedade do antigo senhor e que se agravava quando a negociação resultava na quebra de vínculos parentais.²⁰⁰

Segundo Gomes, havia inclusive escravos que fugiam sob tais circunstâncias para ir ao encontro de seus antigos senhores em virtude de laços de apadrinhamento já há tempo sedimentados, o que certamente lhes proporcionava uma sobrevivência mais previsível e suportável, se comparada àquela que teriam de enfrentar sob o domínio de um outro alguém.²⁰¹

¹⁹⁹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000. p.402-403. Karasch se referiu ao período de adestramento pelo qual o escravo recém-trazido da África passava a fim de que se tornasse um escravo obediente. De acordo com a autora, era comum o emprego da violência física com aqueles que se mostravam avessos ao trabalho e às regras impostas, sendo esta violência motivo para que muitos optassem por fugir.

²⁰⁰ Ver: SLENES, Robert A. W. *Na senzala uma flor...*, op. cit. 1999.; FERREIRA, Elisângela O. "Os laços de uma família...", op. cit. 2005.; CASTRO, Hebe Maria da C. M. G. de. *Das cores do...*, op. cit. 1995.; _____. "Laços de família...", op. cit. 1997.

²⁰¹ GOMES, Flávio dos S. "Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista." *Tempo*. Rio de Janeiro, vol.1, n.1, 1996. p.3. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg1-5.pdf> Acesso em: 17 maio 2013.

Na Ilha de Santa Catarina, as motivações para as fugas poderiam ser múltiplas, agregando, inclusive, as que foram anteriormente elencadas. Elaborando um levantamento dos jornais publicados em Desterro que contemplaram anúncios de escravos fugidos, observa-se, em alguns deles, a compra recente e a possibilidade de que o rumo tomado tenha sido para a casa do antigo senhor.

Dos 68 títulos de jornais investigados e que circularam durante a segunda metade do século XIX, apenas 6 apresentaram anúncios de fuga entre os anos de 1850 a 1859. Na década de 60 foram encontrados 7 títulos. Na de 70, 6 e na década de 80, apenas 1.²⁰² Durante todo o período dos anos 50, ocorreram 104 registros. Nos anos 60, foram 128. Nos anos 70, 47. Por fim, nos anos 80, apenas 1. Essa contagem, no entanto, refere-se ao total de publicações encontradas para escravos que residiam na Ilha, outras localidades de Santa Catarina e mesmo outras províncias do Império. Deve-se considerar que se contemplou nessa amostragem, anúncios repetidos correspondentes a cativos já anunciados num mesmo periódico ou replicados em outros jornais. Considerando apenas a singularidade de cada anúncio para a Ilha e outras localidades de Santa Catarina, a tabela 15 demonstra o número exato de sua incidência:

Tabela 15

Fugas anunciadas nos jornais de Desterro (1850-1888)					
Período	Anos 50 (a)	Anos 60 (b)	Anos 70 (c)	Anos 80 (d)	Total
Desterro e Ilha	39	32	10	1	81
Outras localidades de Santa Catarina	14	16	9	0	38
Total	53	48	19	1	121

Fonte: Dados colhidos juntos aos jornais publicados em Desterro: (a) “O Novo Iris” (1850-1851), “Correio Catharinense” (1852-1854), “O Conservador” (1854-1855), “O Mensageiro” (1855-1857), “O Argos” (1856-1859), “O Cruzeiro do Sul” (1858-1859). (b) “O Argos” (1860-1862), “O Progressista” (1860), “A Estrella” (1861), “O Mercantil” (1861-1868), “O Despertador” (1863-1869), “Commercial” (1868), “A Regeneração” (1869). (c) O “Despertador” (1870-1876), “A Regeneração” (1870-1874), “A Provincia” (1871-1872), “O Patriota” (1873), “Opinião Catharinense” (1875), “O Conservador” (1876-1877). (d) “Jornal do Commercio” (1880-1881).

Depreende-se, dos números apresentados acima, que a década de 1850 foi a que mais anunciou escravos fugidos na Ilha de Santa Catarina. Por outro lado, nas demais localidades catarinenses, o número de fugas anunciadas foi quase equivalente durante os anos 50 e 60, declinando para a metade entre 1870 e 1879, e não havendo qualquer ocorrência de 1880 em diante. Algumas dessas fugas ocorriam em localidades bem próximas da Ilha, como São José, Palhoça e Santo Amaro, além de Biguaçu e São Miguel. Outras correspondiam a áreas mais

²⁰² Para a década de 80, período em que os jornais “O Despertador”, “A Regeneração” e o “Jornal do Commercio” circularam, apenas este último publicou anúncio de fuga, correspondente ao ano de 1881. Ver: “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.142, 7 jul. 1881. p.4. BN (Seção de periódicos).

distantes. Em direção ao norte, Tijucas e São Francisco. Ao sul, Garopaba, Laguna e Tubarão. Para o interior, na região que compreendia o planalto serrano, Lages. Para o lado do vale do rio Itajaí, Trombudo.

Fonte: mapa de Santa Catarina elaborado com a configuração do território atual e localização aproximada dos locais das fugas anunciadas nos jornais de Desterro.

A exemplo do que evidenciou Gomes em relação às motivações para as fugas²⁰³, das 121 ocorrências encontradas durante as décadas de 50, 60, 70 e 80, 19 registros indicavam que esses escravos já haviam passado pelas mãos de outros senhores, uma representatividade de aproximadamente 16%. Destes 19, 16 eram da Ilha de Santa Catarina.

Embora nem todos os anúncios indicassem a direção do cativo, algumas referências sugeriam o retorno à propriedade anterior, como o casal Antônio e Maria, residentes em Desterro, porém, ex-escravos do finado Thomé da Rocha, de São Miguel, para onde se supunha terem fugido de acordo com anúncio publicado em 9 de julho de 1850.²⁰⁴ Ou mesmo de Camillo, morador do Ribeirão, cativo de Francisco Antônio da Silva, antes pertencente a Joaquim Antônio de Souza, residente na Guarda do Embaú, próximo a Garopaba, afiançando, o anúncio, a certeza de que o fugitivo andava por aqueles lados.²⁰⁵ Anunciado também foi Agostinho, africano de 30 ou 40 anos de idade, morador de Laguna, embora houvesse notícias de seu paradeiro em São José e Tijucas, onde se presumia estar acoitado, já que a região era morada de seu antigo senhor e bastante conhecida do escravo.²⁰⁶ E mesmo da parda

²⁰³ GOMES, Flávio dos S. “Jogando a rede...”, *op. cit.* 1996.

²⁰⁴ Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 1, n.35, 9 jul. 1850. p.4. BPSC.

²⁰⁵ Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 2, n.132, 1 jul. 1851. p.4. BPSC.

²⁰⁶ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 3, n.246, 23 maio 1865. p.4. BPSC.

Gertrudes, de 26 anos e moradora do Aririú, comunidade pertencente à região de Palhoça, constando, de acordo com o anúncio de sua fuga, ter se dirigido para a Serraria, localidade mais próxima a São José e onde residia sua primeira senhora.²⁰⁷

A ausência de informações profícuas sobre a suposta direção dos escravos fugidos vendidos ou alugados a outros senhores não permite comprovar a hipótese de que o retorno à residência anterior se constituía motivação para a fuga. No entanto, um dado posto é que esses sujeitos eram semoventes, deslocando-se cotidianamente num certo território às vezes familiar, embora com frequência fossem procurar refúgio em zonas mais distantes.

Em 12 de janeiro de 1853 era anunciada a fuga de um escravo pardo, propriedade do Comendador Thomaz Silveira de Souza, residente em Desterro. Seu nome não foi informado, mas a publicação lembrava que ele havia pertencido ao finado Bazílio Ferreira, igualmente morador da Capital. O reclame enfatizava, ainda, que o dito escravo parecia ter andado por Tubarão, além de Lages e Curitiba, localidades significativamente distantes da Ilha, podendo, a rota, ter sido percorrida por mar ou por terra, de Desterro a Tubarão, subindo-se pela Serra Geral em direção a Lages e Curitiba, por caminhos bastante tortuosos e íngremes já acessados desde o século XVIII.²⁰⁸ Em 1865, a crioula Maria, carregando um pequeno tabuleiro com quitanda de doces, também escapuliu de sua senhora, Dona Ana Brígida Custódia de Jesus, residente na Capital. Ao que tudo indica, Maria teria rumado para o lado do Estreito, em Capoeiras, em terrenos de Dona Mariana, irmã de um tal Luiz Comandante, já falecido, conquanto que mais nada tenha sido revelado sobre seu paradeiro.²⁰⁹ Em 1868, Estevão fugiu de sua senhora, Luiza Maria Sabino, moradora de Desterro. Tinha entre 24 e 28 anos, constando ter aparecido no Sambaqui, próximo à freguesia de Santo Antônio, e em Canasvieiras. De acordo com o anúncio, a intenção de Estevão era embarcar em alguma nave norte-americana ancorada no Porto de Santa Cruz.²¹⁰

Outros registros, porém, indicavam que os fugitivos não se dirigiam a áreas distantes. No caso da Ilha, eram freguesias próximas, redutos de escravos ou forros, locais certamente já conhecidos dessa população acostumada com a geografia local, habituada a mercadejar pelas

²⁰⁷ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 4, n.371, 20 jul. 1866. p.4. BPSC.

²⁰⁸ Jornal “Correio Catharinense”. Desterro. Ano 1, n.9, 12 jan. 1853. p.4. BPSC. Curitiba estava localizada no planalto serrano, entre Lages e Trombudo. Ver: GOULARTI FILHO, Alcides et al. “Integrando o território catarinense: a construção da estrada de Lages.” *Anais eletrônicos do 39º. Encontro Nacional de Economia – ANPEC*. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011. p.1-20. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/novosite/br/encontro-2011#AREA_2> Acesso em: 10 fev. 2015. Sobre as rotas de fugas em Santa Catarina ver: RABELATTO, Martha. *Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX*. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

²⁰⁹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 3, n.221, 24 fev. 1865. p.4. BPSC.

²¹⁰ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 6, n.551, 1 maio. 1868. p.4. BPSC.

ruas da Capital, onde se davam os contatos sociais e as relações afetivas.

De acordo com Lara, as fugas eram um dado posto da escravidão, e não apenas porque faziam parte das táticas de resistência perpetradas pelos escravos, mas inclusive, porque eram reconhecidas pelos senhores e pela legislação como algo permanente.²¹¹ Realidade impossível de ser ignorada, as fugas eram observadas cotidianamente e podiam ser constatadas a partir da quantidade de anúncios publicadas nos jornais.

Para Gomes, muitas fugas eram passageiras, já outras, não. Ainda de acordo com o autor, “[...] alguns escravos podiam fugir temporariamente porque receavam, por exemplo, ser castigados.”²¹² E isso, de fato, constituía-se motivo para temer o retorno. Talvez por essa razão Nicolau Antônio Elles, residente em São José, em anúncio publicado sobre a fuga de seu escravo no dia 6 de junho de 1861, afirmasse que se o mesmo aparecesse num prazo de 15 dias seria perdoado, ficando isento do “merecido” castigo pela fuga.²¹³ O cativo andava fugido desde 12 de maio daquele ano, e se fosse de sua intenção retornar, é provável que o medo da correção estivesse presente em seus pensamentos.

Se alguns saíam apenas com a roupa do corpo, prevendo uma escapulida breve para ter com um parente ou amigo qualquer, ou mesmo por razões materiais em face de suas precárias condições de sobrevivência; outros podiam levar algumas provisões. Havia quem se apropriasse de alguns pertences de seus senhores, certamente para oferecer como moeda de troca, caso precisasse de alimento ou acoite. Em março de 1855, a crioula Laura de 28 anos e residente em Desterro, fugiu levando “[...] grande porção de roupa branca, diversos vestidos de cores de diferentes fazendas e doze colheres de prata, 4 grandes e 8 pequenas.”²¹⁴ Em 1865, o crioulo de 14 anos Veríssimo, fugiu de seu senhor, morador de Desterro, vestindo calça e camisa de algodão azul. Dirigiu-se à região do Mato Grosso, Praia de Fora e freguesia da Trindade. Levou consigo 192 mil e quinhentos réis em moedas de ouro e prata.²¹⁵

Mas da infinidade de razões para as fugas, os maus-tratos eram um componente a se considerar. Aliás, a lista de denúncias apresentadas anteriormente neste capítulo e publicadas nos jornais de Desterro da segunda metade do século XIX revela que essa era uma realidade presente na vida cotidiana dos escravos, africanos e afrodescendentes também livres e libertos, não escapando à regra do que acontecia em todo o Brasil. Cabe aqui salientar que os maus-tratos não se referiam apenas à prática dos castigos. A negligência diária, por exemplo,

²¹¹ LARA, Silvia H. *Campos da violência...*, op. cit. 1988. p.295.

²¹² GOMES, Flávio dos S. “Jogando a rede...”, op. cit. 1996. p.3.

²¹³ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 6, n.709, 6 jun. 1861. p.4. BPSC.

²¹⁴ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 4, n.308, 20 mar. 1855. P.4. BPSC.

²¹⁵ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 3, n.234, 11 abr. 1865. p.4. BPSC.

na oferta de uma precária dieta alimentar, no provimento de moradias e roupas inadequadas ou no descaso à manutenção da saúde constituíam outras modalidades de maus-tratos.

O escravo Camillo, morador do Ribeirão, tinha uma cicatriz na face direita, bem contra o nariz.²¹⁶ Era um crioulo “fula”, portanto, o sinal que apresentava não era de nação. Embora pudesse ser decorrente de algum acidente de trabalho, é plausível inferir que se tratasse de marca de correção. Do mesmo modo, a cicatriz semelhante apresentada pelo escravo pardo de Bazílio Ferreira, já referenciado e fugido para os lados de Tubarão, Lages e Curitiba. Este inclusive tinha os dentes podres e os pés esparramados no chão por sempre andar descalço.²¹⁷ Aliás, dos registros aqui já indicados, a crioula Laura, a mesma que fugiu furtando, entre roupas, doze colheres de prata, tinha os pés e as pernas inchados.²¹⁸ Do mesmo modo a Maria, que ao escapar carregou um tabuleiro de quitanda de doces.²¹⁹

Assim, sinais, indicações de castigos, marcas físicas de origem variada, deformidades, doenças e outras tantas características apontadas nos anúncios com o fito de reaver o bem perdido, continham encobertas uma realidade cruel para tais sujeitos que se investiam de força e escapavam dos olhos de seus senhores, por qualquer motivo que fosse. Eram fugas individuais, em dupla e às vezes coletivas, as quais, muitas, revelavam que ali havia esperança de experimentar uma outra forma de vida distante do cativeiro.

Em março de 1860, Eva, preta e escrava do médico e cirurgião Manoel Pinto Portella, fugiu de seu senhor, oferecendo-se, pela captura, 50 mil réis. Tinha estatura regular, os dentes alvos e são e uma cor retinta. Afirmava-se que Eva era falante, e apesar de aparentar uma boa condição de saúde, possuía uma marca de escaldadura sobre uma das fronte. Não é possível saber em que medida Eva fugiu em decorrência de maus-tratos. O sinal de queimadura acena para essa possibilidade. No entanto, Eva levou consigo “[...] uma trouxa com muita roupa, e alguma de criança.”²²⁰ Por qual razão a escrava se importaria em levar, entre os suprimentos para a fuga, alguma roupa de criança? Seria, Eva, uma mãe afastada do filho? Ela decidiu encontrá-lo com o intuito de lhes proporcionar um futuro conjunto?

Ora, em novembro de 1867, Rita, parda de 20 anos residente em Itajaí, foi ter em Desterro fugida de seu senhor ao lado de um preto também fugido saído de Paranaguá, Província de Paraná.²²¹ Não é sabido como os dois se conheceram. Estavam vivendo, eles, uma história de amor?

²¹⁶ Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 2, n.132, 1 jul. 1851. p.4. BPSC.

²¹⁷ Jornal “Correio Catharinense”. Desterro. Ano 1, n.9, 12 jan. 1853. p.4. BPSC.

²¹⁸ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 4, n.308, 20 mar. 1855. P.4. BPSC.

²¹⁹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 3, n.221, 24 fev. 1865. p.4. BPSC.

²²⁰ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.563, 6 mar. 1860. p.3. BPSC.

²²¹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 5, n.510, 10 nov. 1867. p.4. BPSC.

Pouco mais de um mês depois, Francisca, crioula de 35 anos, fugiu da Capital de Santa Catarina. Ela havia sido escrava do Vigário da paróquia de São Miguel. Era alta, sabia lavar, engomar e passar. Não possuía marcas indicativas de maus-tratos ou castigos, mas de acordo com o anúncio, a fuga se deu pelo fato de ter sido “[...] desencaminhada por alguém.”²²² Que relações com outras pessoas Francisca mantinha, mesmo sendo cativa, ao ponto de ter coragem de fugir? Teria sido, ela, influenciada por um novo parceiro de Desterro ou qualquer outra pessoa de seu convívio quando ainda residia em São Miguel? Certamente, separações afetivas forçadas também podiam se configurar uma modalidade de maus-tratos, incorrendo em tristeza, desespero, sentimentos de dor psicológica que culminavam, para além da iniciativa da fuga, na vontade de se suicidar.²²³ No entanto, a fuga sempre refletia uma agência. Mas, se para a população escravizada era uma dimensão atrelada à vontade de se desvencilhar das amarras, para a sociedade escravista, caracterizava-se fruto da inerente natureza negativa atribuída ao caráter das populações atravessadas pelo cativo.²²⁴

Atualmente, estudos sobre a escravidão no Brasil têm levantado um sem número de anúncios de fuga publicados nos jornais do Império com o objetivo de melhor compreender as condições de vida da população cativa sob a perspectiva da saúde.²²⁵ Na Ilha de Santa Catarina, embora Cabral, Piazza, Rabelatto e Ouriques tenham realizado pesquisas sobre o

²²² Jornal “O Mercantil”. Desterro. Ano 7, n.695, 29 dez. 1867. p.4. BN-HDB.

²²³ Ver: VENÂNCIO, Renato P. “A última fuga: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888).” *Revista de História do LPH*. Mariana, vol.1, n.1, p.80-89, 1990.; AMANTINO, Márcia. “As condições físicas...”, *op. cit.* 2007.; CARNEIRO, Maria Elizabeth R. “Experiências de dor, resistências e liberdades: pequenas histórias de escravos fugidas.” *Anais do 9º Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, diversidade, deslocamentos*. Florianópolis: UFSC, 2010. p.1-10. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277863819_ARQUIVO_TextocompletodeMERCcarneiro submetidoFG9.pdf> Acesso em: 13 out. 2014.

²²⁴ Ver: MACHADO, Geosiane M. *Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2010. Dissertação (Mestrado em História), UFMG.

²²⁵ Ver: SILVA, Andersen L. et al. “Saúde dentária dos escravos de Salvador.” In: NASCIMENTO, Dilene R. do e CARVALHO, Diana M. de. (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004. vol.1. p.266-276.; _____. “Saúde bucal dos escravos da Sé de Salvador. Bahia, séc. XIX.” *Rede-A*. Niterói, vol.1, n.1, p.19-43, jan./jun. 2011. Disponível em: <[http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=4revistaafroamericanas4&page=article&op=view&path\[\]=454&path\[\]=pdf_1](http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=4revistaafroamericanas4&page=article&op=view&path[]=454&path[]=pdf_1)> Acesso em: 7 nov. 2013.; AMANTINO, Márcia. “Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832.” *Locus*. Juiz de Fora, vol.12, n.2, p.59-74, jun./dez. 2006. Disponível em: ><http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2698/2102>< Acesso em: 5 jan. 2010.; _____. “As condições físicas...”, *op. cit.* 2007.; 2011. DIAS, Elaine Cristina J. “Dentes limados: a saúde bucal dos escravizados a partir dos anúncios de fuga, Paraíba (1850-1888).” *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, vol.2, n.1, p.1-12. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/view/14125/8761>> Acesso em: 7 nov. 2013.; MATTOS, Débora M. “Nas páginas dos jornais, peculiares experiências de vida: saúde e escravidão na Ilha de Santa Catarina da segunda metade do século XIX – anúncios de fuga, notas de suicídio e denúncias de maus-tratos. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: ANPUH, 2013. p.1-20. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372278793_ARQUIVO_Naspaginasdosjornais,peculiarresexperienciasdevida,Anpuh2013,TEXTOREVISADO.pdf> Acesso em: 12 mar. 2014

mesmo aporte documental, salientando indicativos de problemas físicos e de saúde encontrados nos anúncios investigados, a abordagem empreendida pelos autores não se ateve a analisar a questão.²²⁶

A respeito das fugas anunciadas nos jornais publicados em Desterro, fez-se um levantamento sistemático das informações contidas em cada uma das publicações. Assim, percebeu-se que as fugas ocorridas na Ilha de Santa Catarina e Desterro foram sempre mais expressivas em relação àquelas processadas nas demais localidades catarinenses, talvez porque a escravidão fosse ali também mais expressiva. Outro indicativo reconhecido foi o fato de que elas declinaram progressivamente no conjunto das quatro décadas estudadas, como demonstra o gráfico 6. Esse declínio, significativamente mais acentuado entre os anos 70 e 80, certamente decorreu do processo de esfacelamento do regime escravista em virtude do aumento das alforrias e mesmo da campanha que se fazia em favor da abolição, para a qual muitos jornais mais progressistas se posicionavam favoráveis, deixando de publicar reclames dessa natureza em suas páginas.

Gráfico 6

Fonte: Dados colhidos juntos aos jornais publicados em Desterro: Anos 50 – “O Novo Iris” (1850-1851), “Correio Catharinense” (1852-1854), “O Conservador” (1854-1855), “O Mensageiro” (1855-1857), “O Argos” (1856-1859), “O Cruzeiro do Sul” (1858-1859). Anos 60 – “O Argos” (1860-1862), “O Progressista” (1860), “A Estrella” (1861), “O Mercantil” (1861-1868), “O Despertador” (1863-1869), “Commercial” (1868), “A Regeneração” (1869). Anos 70 – “O Despertador” (1870-1876), “A Regeneração” (1870-1874), “A Província” (1871-1872), “O Patriota” (1873), “Opinião Catharinense” (1875), “O Conservador” (1876-1877). Anos 80 – “Jornal do Commercio” (1880-1881).

²²⁶ Ver: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...*, op. cit. 1972. Memória II. p.132-136.; PIAZZA, Walter Fernando. *O escravo numa...*, op. cit. 1975. p.113-123.; RABELATTO, Martha. *Fugas escravas...*, op. cit. 2006.; e OURIQUES, Mariana. “As fugas de escravos na Ilha de Santa Catarina anunciadas no jornal “O Argos” (Desterro, 1856-1860). *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis, vol.1, n.1, p.3-13, 2010. Disponível em: <<http://www.nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/482/163>> Acesso em: 4 jan. 2012.

Dos números apresentados acima, conclui-se que as fugas declinaram em 9% dos anos 50 para os 60; 60% dos anos 60 para os 70; e 95% nos anos 80. No âmbito das condições de saúde, evidencia-se, pelos indicativos dispostos no gráfico 6, que a década de 50 foi a única em que o número de escravos fugidos com problemas físicos ou patológicos superou os demais. De um total de 53 ocorrências, 31 se referiam a eles, representando um percentual de 58%. Por outro lado, nas décadas de 60 e 70, cativos impressos em anúncios de fuga com essas características representaram, respectivamente, 31% e 33%, sendo que nos anos 80 nenhum caso foi observado.

É provável que esse declínio estivesse relacionado, a exemplo do que foi evidenciado acerca da problemática dos maus-tratos, à fiscalização da sociedade, avessa aos castigos e à negligência senhorial, o que os tornava execráveis e frequentemente objeto de denúncia na imprensa. De todo o modo, o pouco caso que se fazia da vida do escravo podia igualmente se refletir nos conteúdos dos anúncios, fazendo com que o senhor sequer considerasse essa dimensão do corpo apropriado.²²⁷

De acordo com o gráfico 7, é factível verificar que a maior parte dos anúncios de fuga não deu relevância ao registro das idades. Do total de 64 anúncios em que não se explicitava a idade, 46 corresponderam a homens e 18 a mulheres. No entanto, tendo por base as suas características físicas, chegou-se à conclusão de que se tratava de pessoas adultas, possivelmente maiores de 20 anos. O mesmo procedimento foi utilizado para a identificação dos idosos, que nos anúncios eram caracterizados apenas como velhos. Nas escalas de idades, reconheceu-se que os homens entre 30 e 40 anos empreenderam o maior número de fugas, sendo as faixas etárias entre 15 e 19 anos, 20 e 29 anos, e 40 e 50 anos, todas iguais, com 10 ocorrências cada. Já no âmbito das mulheres, as fugas foram mais frequentes entre os 20 e 29 anos, seguida dos 30 e 39, e finalmente dos 15 e 19. Dos 10 aos 14 anos houve apenas 3 registros, todos para o sexo masculino.

²²⁷ Ver: “As condições físicas...”, *op. cit.* 2007. p.1379-1383.

Gráfico 7

Fonte: Dados colhidos juntos aos jornais publicados em Desterro: Anos 50 – “O Novo Iris” (1850-1851), “Correio Catharinense” (1852-1854), “O Conservador” (1854-1855), “O Mensageiro” (1855-1857), “O Argos” (1856-1859), “O Cruzeiro do Sul” (1858-1859). Anos 60 – “O Argos” (1860-1862), “O Progressista” (1860), “A Estrella” (1861), “O Mercantil” (1861-1868), “O Despertador” (1863-1869), “Commercial” (1868), “A Regeneração” (1869). Anos 70 – “O Despertador” (1870-1876), “A Regeneração” (1870-1874), “A Provincia” (1871-1872), “O Patriota” (1873), “Opinião Catharinense” (1875), “O Conservador” (1876-1877). Anos 80 – “Jornal do Commercio” (1880-1881).

Outro dado importante se refere à origem desses indivíduos. A tabela 16 demonstra que os crioulos foram sempre superiores nas fugas, se comparados aos africanos e indefinidos. Entre os anos de 1850 a 1888, do total de 82 registros ocorridos somente para a Ilha de Santa Catarina e Desterro, 71% se referiam a crioulos, 19% a africanos enquanto 10% não tinham caracterizadas as suas origens. Acerca de outras localidades catarinenses, a mesma tendência se processou. Enquanto a população crioula representava 77%, africanos refletiam 15% e indefinidos 8%.

Tabela 16

Fugas por origem anunciadas nos jornais de Desterro (1850-1888)						
Período	Africanos I e D	Crioulos I e D	Indefinidos I e D	Africanos OL SC	Crioulos OL SC	Indefinidos OL SC
1850-1859	7	30	2	4	10	0
1860-1869	7	22	3	2	13	1
1870-1879	2	6	2	0	7	2
1880-1888	0	0	1	0	0	0
Total	16	58	8	6	30	3
Legenda: I e D - Ilha de Santa Catarina e Desterro / OL SC: Outras localidades de Santa Catarina						

Fonte: Dados colhidos juntos aos jornais publicados em Desterro: Anos 50 – “O Novo Iris” (1850-1851), “Correio Catharinense” (1852-1854), “O Conservador” (1854-1855), “O Mensageiro” (1855-1857), “O Argos” (1856-1859), “O Cruzeiro do Sul” (1858-1859). Anos 60 – “O Argos” (1860-1862), “O Progressista” (1860), “A Estrella” (1861), “O Mercantil” (1861-1868), “O Despertador” (1863-1869), “Commercial” (1868), “A Regeneração” (1869). Anos 70 – “O Despertador” (1870-1876), “A Regeneração” (1870-1874), “A Província” (1871-1872), “O Patriota” (1873), “Opinião Catharinense” (1875), “O Conservador” (1876-1877). Anos 80 – “Jornal do Commercio” (1880-1881).

Considerando somente os africanos, vê-se, conforme demonstrado na tabela 17, que a maior parte era proveniente da África central, seguida da ocidental e oriental. Além disso, que os homens se sobrepunham às mulheres. Dos 22 registros encontrados, 19 corresponderam ao sexo masculino e apenas 3 ao feminino.

Tabela 17

Fugas de africanos anunciadas nos jornais de Desterro (1850-1888)											
Africa central	H	M	África ocidental	H	M	África oriental	H	M	Genérico	H	M
Angola	1	-	Mina	2	-	Moçambique	1	1	Africano	5	-
Benguela	-	2	-	-	-	-	-	-	Nação	6	-
Cabinda	1	-	-	-	-	-	-	-		-	-
Congo	2	-	-	-	-	-	-	-		-	-
Monjolo	1	-	-	-	-	-	-	-		-	-
Total	5	2	Total	2	-	Total	1	1	Total	11	-
Legenda: H – Homens / M – Mulheres											

Fonte: Dados colhidos juntos aos jornais publicados em Desterro: Anos 50 – “O Novo Iris” (1850-1851), “Correio Catharinense” (1852-1854), “O Conservador” (1854-1855), “O Mensageiro” (1855-1857), “O Argos” (1856-1859), “O Cruzeiro do Sul” (1858-1859). Anos 60 – “O Argos” (1860-1862), “O Progressista” (1860), “A Estrella” (1861), “O Mercantil” (1861-1868), “O Despertador” (1863-1869), “Commercial” (1868), “A Regeneração” (1869). Anos 70 – “O Despertador” (1870-1876), “A Regeneração” (1870-1874), “A Província” (1871-1872), “O Patriota” (1873), “Opinião Catharinense” (1875), “O Conservador” (1876-1877). Anos 80 – “Jornal do Commercio” (1880-1881).

Esse maior número de fugidos do sexo masculino também se refletiu na contagem geral dos anúncios publicados, de acordo com o que pode ser evidenciado na tabela 18. Do total, foram encontrados 94 registros de homens e apenas 27 de mulheres em Desterro, Ilha e demais localidades de Santa Catarina, respectivamente, um percentual de 78% e 22%.

Tabela 18

Fugas por sexo anunciadas nos jornais de Desterro (1850-1888)				
Período e Região	Homens I e D	Mulheres I e D	Homens OL SC	Mulheres OL SC
1850-1859	30	9	12	2
1860-1869	24	8	14	2
1870-1877	5	5	8	1
1880-1888	1	0	0	0
Total	60	22	34	5
Legenda: I e D - Ilha de Santa Catarina e Desterro / OL SC: outras localidades de Santa Catarina				

Fonte: Dados colhidos juntos aos jornais publicados em Desterro: Anos 50 – “O Novo Iris” (1850-1851), “Correio Catharinense” (1852-1854), “O Conservador” (1854-1855), “O Mensageiro” (1855-1857), “O Argos” (1856-1859), “O Cruzeiro do Sul” (1858-1859). Anos 60 – “O Argos” (1860-1862), “O Progressista” (1860), “A Estrella” (1861), “O Mercantil” (1861-1868), “O Despertador” (1863-1869), “Commercial” (1868), “A Regeneração” (1869). Anos 70 – “O Despertador” (1870-1876), “A Regeneração” (1870-1874), “A Província” (1871-1872), “O Patriota” (1873), “Opinião Catharinense” (1875), “O Conservador” (1876-1877). Anos 80 – “Jornal do Commercio” (1880-1881).

O número maior de fugas registrado para o sexo masculino revela algumas condições circunstanciais do cativo. Amantino, ao analisar o perfil sexual dos escravos fugidos em Minas Gerais que foram publicados no jornal “O Universal” na primeira metade do século XIX, atribuiu essa realidade, entre alguns fatores, à significativa expressividade de homens na contagem geral da escravaria mineira, se comparada com a de mulheres. Mas ainda de acordo com a autora, outras conjunturas podiam estar relacionadas ao fato:

[...] Um dos motivos principais para tão baixo resultado, se comparado com os homens, é provavelmente o estabelecimento de laços familiares fortes o bastante para evitar as fugas, e principalmente a existência de crianças que dependeriam delas. No caso mineiro, há ainda a grande possibilidade de alforrias conseguidas pelas mulheres, desencorajando-as a partir para uma atitude tão radical como a fuga.²²⁸

Atentando para a primeira hipótese, o número de escravos do sexo masculino, somente para a Ilha de Santa Catarina, sempre foi superior ao do sexo feminino durante a segunda metade do século XIX. No entanto, essa superioridade jamais foi significativa, não ultrapassando os 10% de diferença, conforme pode ser observado na tabela 19.

²²⁸ AMANTINO, Márcia. “Os escravos fugitivos...”, *op. cit.* 2006. p.62.

Tabela 19

Escravos por sexo na Ilha de Santa Catarina (1854-1872)					
Anos	Homens	Percentual	Mulheres	Percentual	Total
1854	1.951	53%	1.741	47%	3.592
1856	2.073	52%	1.905	48%	3.978
1859	1.929	54%	1.668	46%	3.597
1864	2.099	55%	1.750	45%	3.849
1872	1.529	52%	1.411	48%	2.940

Tabela elaborada a partir de: 1854 - COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Dr. João José Coutinho, apresentado à Assembleia Legislativa provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em o 1º. de março de 1855*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1855. p.36.; 1856 - COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigio á Assembleia Legislativa provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em o 1º. de março de 1857*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857. p.37.; 1859 - BRUSQUE, Francisco Carlos de A. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina Francisco Carlos de Araujo Brusque apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª. sessão da 10ª. legislatura*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860. p.6.; 1866 - LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa provincial de Santa Catharina na sua sessão ordinaria pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda, no ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867. Anexo B.; e 1872 - DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral do Imperio do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. vol.11. p.1-21.

Assim, conforme sugeriu Amantino, é provável que as relações afetivas, os vínculos parentais e até mesmo os arranjos de trabalho executados pelas mulheres, os quais poderiam lhes providenciar a alforria, fossem razões substanciais para que não decidissem fugir. No entanto, essa realidade não deve ser tomada como regra, já que muitas delas não deixaram de empreender fugas por uma ou mais vezes. Isso significa dizer que as 27 que resolveram escapar de seus donos, na Ilha de Santa Catarina, andaram na contramão do que para elas era esperado pela sociedade da época. Fazendo isso, deixaram o registro de uma face de suas agências na história da escravidão catarinense, quando, por seus senhores, foram anunciadas nos jornais.²²⁹

E essas mulheres tinham motivos para fugir. As circunstâncias materiais de sobrevivência, os maus-tratos, os castigos, as investidas furtivas de seus senhores, a perda dos filhos, a revolta por negligenciá-los forçosamente quando trabalhavam como amas, são apenas alguns aspectos desse cotidiano hostil que não pretendiam mais aceitar. Por ora, os anúncios revelam apenas um pequeno fragmento desse universo experienciado pelas escravas e igualmente pelo seu gênero oposto, sendo as condições físicas e de saúde apenas um fragmento.

Nesse sentido, observaram-se 52 registros de escravos fugidos com alguma indicação de problema físico ou de saúde. Parte desses problemas estava associada, entre tantos fatores, às más condições de sobrevivência, como uma maior exposição às doenças em virtude de uma

²²⁹ Ver: CARNEIRO, Maria Elizabeth R. "Experiências de dor...", *op. cit.* 2010.

dieta alimentar inadequada, moradias insalubres, vestuário insuficiente e falta de higiene. Porém, havia aquelas que correspondiam a situações vivenciadas no universo do cativo, como acidentes, trabalho pesado e excessivo e mesmo os maus-tratos, reconhecidos através das marcas impressas nos corpos anunciados.

Para sistematização das informações, optou-se pela divisão anatômica do corpo humano em cabeça, pescoço e tronco, membros superiores e membros inferiores. Além disso, foram incluídos os registros de escravos residentes em Desterro, Ilha e demais localidades de Santa Catarina, dada a frequência com que os escravos eram repassados para outros proprietários, dissolvendo-se as fronteiras.

A identificação da causa para os problemas encontrados, por sua imprecisão, torna-se quase impossível de ser reconhecida. Amantino, ao atentar para essa tipologia de registros, levou em consideração os aspectos patológicos e etiológicos apresentados nos corpos descritos nos anúncios de fuga. No primeiro caso, seriam incluídas aquelas notas genéricas sobre os agentes dos problemas apresentados, em geral, de ordem “[...] carencial, infectocontagiosa, traumática, tumoral, reumática, psicossocial, má-formação, ou disfunção orgânica.”²³⁰ A exemplo, magreza extrema, sinais de bexigas ou varíola, lombo no braço, dedos curvados, gagueira, pernas arcadas, rachadura nas mãos. No segundo caso, abarcariam as referências precisas para a causalidade do problema, como uma cicatriz qualquer apresentada no corpo, obtida em decorrência de uma queimadura, de um tiro, de uma pancada. Optou-se, aqui, por não adotar o mesmo procedimento, mas antes, estabelecer algumas possibilidades de interpretação para as representações efetuadas, atribuindo-as a causas de ordem traumática ou indeterminada.

Dos cativos anunciados que apresentaram algum problema físico ou de saúde na região da cabeça, somaram-se 38, distribuídos em 31 homens e 7 mulheres, uma expressividade total de 73%. Num primeiro momento, deu-se relevância às condições dentárias. Na primeira delas, constatou-se 21 registros relacionados a problemas nos dentes, um percentual de 40%, entre 16 homens e 5 mulheres, como pode ser evidenciado na tabela 20:

²³⁰ AMANTINO, Márcia. “As condições físicas...”, *op. cit.* 2007. p.1382.

Tabela 20

Fugas anunciadas nos jornais de Desterro											
Problemas físicos ou de saúde											
Cabeça											
(1850-1888)											
Período	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888		Total		
Dentes											
Causa indeterminada	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Ausência de alguns dentes	5	1	2	2	2	1	-	-	9	4	
Dentes enegrecidos	1	-	1	-	-	-	-	-	2	-	
Dentes limados	3	1	-	-	-	-	-	-	3	1	
Dentes ralos	-	-	1	-	1	-	-	-	2	-	
Total	9	2	4	2	3	1	-	-	16	5	
Face e demais regiões											
Causa traumática	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Cicatriz nos lábios	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	
Cicatriz na face ou nariz	2	-	-	1	1	-	-	-	4	1	
Falta de cabelo	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-	
Ferida nos olhos	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	
Total	3	-	3	1	1	-	-	-	8	1	
Face e demais regiões											
Causa indeterminada	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Barba em mulher	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	
Fístula no rosto	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	
Lábios arrebatados	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	
Olho apertado	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	
Olho vermelho	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	
Rosto descarnado	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	
Sinais semelhantes a espinhas	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	
Sinal encarnado no queixo	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	
Total	4	-	2	-	1	1	-	-	7	1	
Total geral	16	2	9	3	5	2	-	1	31	7	
Legenda: H – Homens / M – Mulheres											

Legenda: H – Homens / M – Mulheres

Fonte: Dados colhidos juntos aos jornais publicados em Desterro: Anos 50 – “O Novo Iris” (1850-1851), “Correio Catharinense” (1852-1854), “O Conservador” (1854-1855), “O Mensageiro” (1855-1857), “O Argos” (1856-1859), “O Cruzeiro do Sul” (1858-1859). Anos 60 – “O Argos” (1860-1862), “O Progressista” (1860), “A Estrella” (1861), “O Mercantil” (1861-1868), “O Despertador” (1863-1869), “Commercial” (1868), “A Regeneração” (1869). Anos 70 – “O Despertador” (1870-1876), “A Regeneração” (1870-1874), “A Província” (1871-1872), “O Patriota” (1873), “Opinião Catharinense” (1875), “O Conservador” (1876-1877). Anos 80 – “Jornal do Commercio” (1880-1881).

As razões para a falta de dentes, o seu escurecimento ou afinamento, podiam ser variadas. Os dentes enegrecidos sugeriam um desdobramento da falta de higiene, do fumo e da ingestão de alimentos com excesso de açúcares ou carboidratos, embora neste caso, pesquisas atuais venham revelando que o consumo da sacarose não se caracterizava uma regra entre as populações mais pobres e escravizadas.²³¹

Quanto à falta de dentes, acidentes de trabalho, pancadas e cáries muitas vezes

²³¹ Ver: FREITAS, Sergio F. T. de. *Uma história social da cárie dentária*. Niterói, 1995. Tese (Doutorado em Odontologia), UFF.; e SILVA, Andersen L. “Saúde bucal dos escravos da Sé de Salvador. Bahia, séc. XIX.” *Revista de Estudos Americanos – Rede-A*. Niterói, vol.1, n.1, p.19-43, jan./jun. 2011. Sobre problemas dentários de várias naturezas ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.1. p.794-803.

resultavam em sua queda ou na necessidade de extração. O escorbuto, bastante comum entre as populações escravizadas, principalmente aquelas que se viam em trânsito nas embarcações e privadas de alimentos com vitamina C, constituía-se, igualmente, fator predisponente.²³² A periodontite, condição decorrente do acúmulo de placas bacterianas e da gengivite, frequentemente induzia a um quadro de infecção severa, costumando caminhar para a consequente perda dos dentes na ausência de cuidados.²³³ Embora não seja factível saber as causas para a inexistência de dentes nos 13 registros encontrados, torna-se importante informar que nenhum tinha a sua completa privação, tratando-se apenas da falta de 1 ou 2, geralmente, os incisivos.

Vale considerar que entre os anúncios que mostraram características bucais havia 4 escravos identificados com dentes limados. Três eram do sexo masculino e apenas um do feminino. Mesmo sendo comum que povos de origem africana tivessem os dentes limados ou recortados como sinal de pertencimento étnico, apenas 1 homem foi identificado como sendo de procedência africana, mais precisamente da região central, identificado como “monjolo”.²³⁴

Silva, ao se debruçar sobre o estudo paleopatológico de esqueletos escavados da Santa Sé da Bahia durante o século XIX, constatou que muitos apresentavam dentes limados ou cortados. Suas formas eram variadas, em “V” invertido, retangulares ou pontiagudos, semelhantes a dentes de piranha. Silva sugeriu, ainda, que os registros encontrados não eram de crioulos, mas de indivíduos escravizados trazidos da África. Para o autor, embora os indígenas brasileiros tenham apropriado dos africanos a prática da mutilação dentária, escravos nascidos no Brasil dificilmente conseguiam executá-la. Isso porque o procedimento requeria cuidados que se estendiam por meses, inclusive no que se refere à alimentação, fazendo que muitos ficassem impossibilitados de exercer as funções laborais a contento de seus senhores.²³⁵

No âmbito dos escravos anunciados nos jornais de Desterro, não é possível saber se esse foi o caso dos 3 registros encontrados.²³⁶ Conquanto que 2 deles tenham sido identificados como pardos, o terceiro, Laurindo, não teve a sua origem divulgada. Era homem, de 27 anos, sendo plausível supor que tivesse vindo da África após os anos de 1830, quando o tráfico já

²³² Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.1. p.1013-1016.

²³³ Sobre periodontite ver: ELEY, Barry M. et al. *Periodontia*. Trad. Tatiana F. Robaina et al. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

²³⁴ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 1, n.67, 9 out. 1863. p.4. BPSC.

²³⁵ SILVA, Andersen L. “Saúde bucal...”, op. cit. 2011. p.25-28.

²³⁶ Ver: Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 1, n.64, 21 out. 1850. p.4.; Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 2, n.168, 4 nov. 1851. p.4.; e Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 3, n.250, 2 ago. 1854. p.4. BPSC, BN-HDB.

era considerado ilegal.²³⁷ Quais seriam as causas prováveis para essas ocorrências com dentes limados? Se, a exemplo do que evidenciou Silva, o corte dos dentes não era comum entre a população crioula, deve-se considerar que a expressão fosse também utilizada para descrever o seu desgaste severo, fato denotado de forma mais explícita nos dois casos encontrados para dentes ralos. Como é sabido, o estresse decorrente do cativeiro se manifestava de diferentes maneiras. Não seria incorreto inferir que entre essas manifestações estivesse presente a prática bastante comum, embora involuntária, de contrair as mandíbulas entre si, esfregando ambas as arcadas dentárias. Atualmente essa condição é denominada “bruxismo” ou “briquismo” e é considerada a principal responsável pela erosão acentuada dos dentes. No entanto, a ação de ranger os dentes ainda merece considerações nos estudos de paleopatologia quando de sua análise sobre os dentes limados, principalmente aqueles em formato retangular na horizontal. Certamente, uma avaliação do nível de consumo da região temporomandibular pode oferecer novas possibilidades de interpretação sobre o assunto.²³⁸

Ainda considerando os dados apresentados na tabela 20, os problemas evidenciados na região da cabeça, que cobria a face e as partes superior e lateral do crânio, demonstram 8 ocorrências para possíveis causas traumáticas, aí incluídas as de ordem accidental ou decorrentes de maus-tratos. Destas, apenas uma era mulher. Embora não tenham sido reveladas as origens da maior parte das cicatrizes, uma delas, correspondentes à face, foi adquirida em decorrência de queimadura.²³⁹ De forma semelhante, um dos registros para a falta de cabelos²⁴⁰, sendo o outro, resultado de ferida indefinida.²⁴¹ Todos os 8 eventos, juntos, representaram 15% do total de 52.

De causas indeterminadas, reconheceram-se 8 ocorrências, 7 para o sexo masculino e uma para o feminino, ou seja, aproximadamente 15%. O primeiro caso, cuja descrição apontava para a presença de barba em uma escrava moradora da Ilha de Santa Catarina, sugere a possível existência de um distúrbio glandular, condição predisponente ao desenvolvimento de excessos de pelos na face, chamado “hirsutismo”. Mais vulgarmente é tomado por uma alteração por vezes relacionada à produção irregular de cistos ovarianos que consequentemente induz ao aumento de hormônios masculinos. Porém, outras condições, embora mais raras, podiam levar ao crescimento excessivo da pelosidade em mulheres. Entre

²³⁷ Jornal “O Conservador”. Desterro. Ano 3, n.250, 2 ago. 1854. p.4. BN-HDB.

²³⁸ Ver: TUFIK, Sergio. *Medicina e biologia do sono*. Barueri: Manole, 2008.; e e SILVA, Andersen L. “Saúde bucal...”, *op. cit.* 2011.

²³⁹ Ver: Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.563, 6 mar. 1860. p.4. BPSC.

²⁴⁰ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 7, n.657, 15 maio 1869. p.4. BPSC.

²⁴¹ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.692, 30 abr. 1861. p.4. BPSC.

elas, as alterações nas glândulas da tireoide e os tumores ovarianos.²⁴²

De maneira semelhante, as demais indicações indeterminadas podiam estar vinculadas a condições fisiológicas de causa variada. A fístula no rosto, muitas vezes decorrente de ferimentos infeccionados, também se manifestava por lesões dentárias, causando fissuras externas na face. Olhos apertados eram sugestivos de ptose pauperal, fosse congênita, vinculada a infecções ou perda da força muscular, sendo inclusive relacionada à idade ou agentes tumorais.²⁴³ Podendo estar associado a tumores, havia igualmente o sinal encarnado no queixo do “[...] pardinho Manoel, com idade de 12 anos pouco mais ou menos [...]”²⁴⁴, que fugiu em 4 de janeiro de 1864. Já Isidoro, escravo que trabalhava como sapateiro e chapeleiro em Laguna, tinha o rosto descarnado, sendo plausível pensar que se tratasse de uma reação aos produtos utilizados no exercício de suas funções.²⁴⁵ Quanto ao crioulo Antônio, portador de sinais no rosto semelhantes a espinhas²⁴⁶, essa representação foi registrada apenas para servir de base a sua identificação, não sendo factível asseverar se as marcas que carregava eram provenientes de acne ou qualquer outra afecção de pele, como as dermatites e foliculites.²⁴⁷

Miguel, de nação “mina” e com 36 anos, tinha por característica os olhos avermelhados.²⁴⁸ Seriam eles resultados de alguma afecção oftalmológica, como a conjuntivite ou a oftalmia, ou o rubor de sua visão era indicativo de alcoolismo?²⁴⁹ Camillo, crioulo de 40 anos, costumava ter os “beiços” arrebetados²⁵⁰, o que sugeria se tratar de um caso de herpes labial. Chernoviz informava, em seu “Dicionário de medicina” que as herpes nos lábios eram vulgarmente conhecidas por “beiços arrebetados” e costumavam se manifestar através de numerosas vesículas.²⁵¹ Provavelmente fosse esse o caso de Camillo. De fato, as fontes investigadas sugerem apenas suposições, mas ainda que suposições, são importantes para tecer algumas considerações sobre as más condições de saúde desses escravos.

²⁴² Ver: SPRITZER, Poli Mara. “Revisitando o hirsutismo.” *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia*. São Paulo, vol.46, n.2, p.127-136, abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0004-27302002000200003&script=sci_arttext> Acesso em: 10 jan. 2015.

²⁴³ Ver: FRIEDMAN, Neil J. et al. *Manual ilustrado de oftalmologia*. Trad. Denise C. Rodrigues et al. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

²⁴⁴ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 2, n.104, 12 jan. 1864. p.4. BPSC.

²⁴⁵ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.618, 18 set. 1860. p.4. BPSC.

²⁴⁶ Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 2, n.135, 11 jul. 1851. p.4. BPSC.

²⁴⁷ Ver: BARROS, Lúcia A. (Coord.). *Dicionário de Dermatologia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

²⁴⁸ Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 2, n.128, 17 jun. 1851. p.4. BPSC.

²⁴⁹ Ver: SIGAUD, Joseph F. X. *Do clima e das... op. cit.* 2009. Especialmente o Capítulo III: Das doenças dos negros e Capítulo VII: Das doenças dos olhos.; e FRIEDMAN, Neil J. et al. *Manual ilustrado... op. cit.* 2011.

²⁵⁰ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 3, n.399, 3 fev. 1859. BN-HDB.

²⁵¹ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina... op. cit.* 1890. vol.2. p.144.

Mas houve marcas também nas regiões do pescoço e tronco, como demonstra a tabela 21, com 8 registros para os homens e 1 para as mulheres, representatividade aproximada de 17%.

Tabela 21

Fugas anunciadas nos jornais de Desterro Problemas físicos ou de saúde Pescoço e Tronco (1850-1888)										
Período	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888		Total	
Pescoço e Tronco Causa traumática	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Andar curvado	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Cicatriz no peito	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Cicatriz no peito por cáustico	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Cisura no estômago por ventosa	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
Corcunda	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Pescoço curvo para frente	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
Sinal de castigo nas costas	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Total	3	1	1	-	2	-	-	-	6	1
Pescoço e Tronco Causa indeterminada	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Escroto grande	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Estômago crescido	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Total	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-
Total geral	-	-	3	-	2	-	-	-	8	1
Legenda: H – Homens / M – Mulheres										

Fonte: Dados colhidos juntos aos jornais publicados em Desterro: Anos 50 – “O Novo Iris” (1850-1851), “Correio Catharinense” (1852-1854), “O Conservador” (1854-1855), “O Mensageiro” (1855-1857), “O Argos” (1856-1859), “O Cruzeiro do Sul” (1858-1859). Anos 60 – “O Argos” (1860-1862), “O Progressista” (1860), “A Estrella” (1861), “O Mercantil” (1861-1868), “O Despertador” (1863-1869), “Commercial” (1868), “A Regeneração” (1869). Anos 70 – “O Despertador” (1870-1876), “A Regeneração” (1870-1874), “A Província” (1871-1872), “O Patriota” (1873), “Opinião Catharinense” (1875), “O Conservador” (1876-1877). Anos 80 – “Jornal do Commercio” (1880-1881).

Num primeiro momento, foram identificadas duas cicatrizes, sendo ambas no peito. Porém, o anúncio da primeira não fazia qualquer menção à origem, embora o da segunda especificasse ser resultado de procedimento curativo. De acordo com Chernoviz, os cáusticos ou vesicatórios eram uma espécie de emplastro preparado com substâncias específicas e que normalmente se aplicavam sobre ferimentos ou picadas de animais peçonhentos de forma a possibilitar a drenagem da região e a sua posterior recuperação.²⁵² Das razões para que o escravo Antônio tivesse cicatriz em decorrência desse procedimento terapêutico, não é factível precisar.²⁵³ No entanto, o cativo Paschoal, morador de Tijucas, tinha abertas na região do estômago algumas cisuras. Eram elas fruto de tratamento terapêutico feito com

²⁵² CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.1. p.515-516.

²⁵³ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 3, n.283, 13 maio 1858. p.4. BPSC.

ventosas.²⁵⁴ Mas se as marcas de Antônio e Paschoal indicam que de alguma forma esses sujeitos podiam acessar alguns recursos para a restituição da saúde, fossem eles auferidos por seus pares ou por disposição dos próprios senhores, o sinal nas costas do pardo Isidoro, o mesmo sapateiro e chapeleiro de Laguna já mencionado, era peremptório: tratava-se de correção.²⁵⁵

Andar curvado, ser corcunda ou apresentar o pescoço em curva para frente no mínimo indica que os escravos desenvolviam graves problemas nas regiões da coluna cervical e torácica. O trabalho pesado e excessivo, fosse na roça ou na cidade, incorria em condições físicas dessa natureza. Nesse sentido, embora não se tratasse de traumas imediatos, o longo e extenuante período de labor, carregando caixas, pedras e outros artefatos, ou mesmo os senhores em suas “cadeirinhas”, acabavam por resultar em graves deformidades, incidindo sobre suas condições de saúde e vida.

Evidentemente, os problemas encontrados para as regiões do pescoço e do tronco podiam ser de outra natureza e os anúncios não foram muito explícitos em suas descrições, deixando de revelar as razões pelas quais os escravos portavam tais características. Assim, vê-se na categoria das causas indeterminadas apenas duas ocorrências. A primeira, cujo anúncio deu relevância ao estômago crescido do crioulo Victorino, residente em Canasvieiras²⁵⁶, sugere inúmeras condições predisponentes. Entre elas, os vermes intestinais, as hérnias, a cirrose e mesmo o câncer.²⁵⁷ Na segunda, para a qual foi evidenciado o escroto “bastante” grande do escravo José, de nação “Moçambique”²⁵⁸, poderia indicar variados tipos de tumores nos testículos, além de contusões, erisipela e até mesmo doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis.²⁵⁹

Há de se considerar que os membros superiores também foram objetos de descrição nos anúncios de fuga, um total de 8 registros, 5 para o sexo masculino e 3 para o feminino, representatividade de 15%, como pode ser observado na tabela 22.

²⁵⁴ Jornal “Opinião Catharinense”. Desterro. Ano 1, n.27, 29 abr. 1875. BPSC.

²⁵⁵ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.618, 18 set. 1860. p.4. BPSC.

²⁵⁶ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 2, n.130, 12 abr. 1864. P.4. BPSC.

²⁵⁷ Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.1.p.1049-1058.

²⁵⁸ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 6, n.906, 6 fev. 1862. p.4. BPSC.

²⁵⁹ Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.1. p.1021-1022.

Tabela 22

Fugas anunciadas nos jornais de Desterro Problemas físicos ou de saúde Membros superiores (1850-1888)										
Período	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888		Total	
Membros superiores Causa traumática	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Cicatriz de talho no braço	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Cicatriz no braço	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Cicatriz no cotovelo	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Dedo da mão encolhido	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Dois dedos aleijados	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Ferida de bala no braço	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Queimadura no braço	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Total	2	3	2	-	-	-	-	-	4	3
Membros superiores Causa indeterminada	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Mão grossa talhada por fígado brabo	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
Total geral	2	3	2	-	1	-	-	-	5	3
Legenda: H – Homens / M – Mulheres										

Fonte: Dados colhidos juntos aos jornais publicados em Desterro: Anos 50 – “O Novo Iris” (1850-1851), “Correio Catharinense” (1852-1854), “O Conservador” (1854-1855), “O Mensageiro” (1855-1857), “O Argos” (1856-1859), “O Cruzeiro do Sul” (1858-1859). Anos 60 – “O Argos” (1860-1862), “O Progressista” (1860), “A Estrella” (1861), “O Mercantil” (1861-1868), “O Despertador” (1863-1869), “Commercial” (1868), “A Regeneração” (1869). Anos 70 – “O Despertador” (1870-1876), “A Regeneração” (1870-1874), “A Província” (1871-1872), “O Patriota” (1873), “Opinião Catharinense” (1875), “O Conservador” (1876-1877). Anos 80 – “Jornal do Commercio” (1880-1881).

De origem traumática, foram encontrados 7 registros 4 para homens e 3 para mulheres, podendo se referir tanto a acidentes de trabalho quanto a maus-tratos. Especialmente no que tange ao encolhimento dos dedos, tal condição era frequentemente associada ao reumatismo ou à artrite articular.²⁶⁰ Analisando os internamentos do Hospital de Caridade entre os anos de 1850 a 1859, dos 524 correspondentes a africanos e afrodescendentes, 42 tinham como doença o reumatismo em suas diferentes variações, incluindo a artrite reumatoide.²⁶¹ Se forem consideradas as doenças identificadas no livro de sepultamentos da mesma instituição que abrangeu o período de 1864 a 1879, evidencia-se 38 registros para um total de 349 africanos e afrodescendentes assentados.²⁶² Mas o registro encontrado tinha uma particularidade. Apenas

²⁶⁰ Ver: LANGGAARD, Theodoro J. H. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomo III. p.387-398.; CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.892-900.;

²⁶¹ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros de internamentos no Hospital de Caridade*. vol.6, 22 jan. 1850/13 dez. 1850; vol.7, 6 jan.51/15 set. 1855; vol.8, 16 set. 1855/31 dez. 59.

²⁶² IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros de sepultamentos no cemitério da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade*. vol.1, 8 jul. 1864/30 dez. 1879.

um dos dedos da mão do africano Antônio, de nação “monjolo” e já referenciado por ter um dente limado, era encolhido.²⁶³ Isso induz a acreditar que também essa deformidade tinha por causa algum trauma sofrido e de natureza imprecisa, ao contrário de ser reumatismo. Teria sido resultado de uma palmatoada?

Assim, no âmbito das ocorrências indeterminadas, apenas um registro foi computado. Correspondeu ao crioulo Francisco, cuja mão direita era grossa e “[...] talhada por fígado brabo.”²⁶⁴ Embora não se tenha encontrado, para época, significado condizente com a expressão, é provável que muitos associassem as rachaduras a problemas de fundo hepático, ainda que as condições predisponentes mais comumente vinculadas ao evento fossem o aumento do ácido úrico, as afecções da pele e a manipulação de produtos abrasivos.²⁶⁵

Aos membros inferiores é possível reconhecer, na tabela 23, um total de 23 registros. Isso significa dizer que 44% dos problemas físicos ou de saúde apresentados nos anúncios dos jornais investigados refletiram sobre essa área do corpo. Destes, 4 eram de origem traumática, aproximadamente 8%, incididos sobre o sexo masculino e sem qualquer indicação de suas naturezas.

De causa indeterminada houve 19 eventos, 16 para homens e apenas 3 para mulheres, um índice de 37%. Vê-se que a maior parte das intercorrências esteve condicionada, possivelmente, a problemas de má formação: dedos sobrepostos, pernas apenas tortas, tortas para dentro e arcadas, mancas, ou ainda, pés virados para o centro. Porém, outras situações levavam a deformações dos membros inferiores, inclusive, lesões traumáticas, paralisia infantil e raquitismo sendo, portanto, origens difíceis de identificar. Dedos dos pés em garra, igualmente, podiam ser frutos de problemas congênitos. No entanto, traumas ósseos ou de tendões por vezes resultavam nesse tipo de deformidade, além de afecções reumáticas.²⁶⁶

²⁶³ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 1, n.77, 9 out. 1863. p.4. BPSC.

²⁶⁴ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 5, n.451, 13 fev. 1873. p.4. BPSC.

²⁶⁵ Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.865.; BARROS, Lidia A. (Coord.). *Dicionário de Dermatologia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.; RIVITTI, Evandro A. *Manual de dermatologia clínica*. São Paulo: Artes Médicas, 2014.

²⁶⁶ Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. Especialmente o volume 2.; e HEBERT, Sízínio et al. *Ortopedia e Traumatologia: princípios e prática*. 4 ed. Porto Alegre: 2009.

Tabela 23

Fugas anunciadas nos jornais de Desterro Problemas físicos ou de saúde Membros inferiores (1850-1888)										
Período	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888		Total	
Membros inferiores Causa traumática	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Falta de dedos nos pés	1	-	1	-	-	-	-	-	2	-
Ferida na perna	1	-	1	-	-	-	-	-	2	-
Total	2	-	2	-	-	-	-	-	4	-
Membros inferiores Causa indeterminada	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Dedos dos pés em garra	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Dedos sobrepostos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Lombo nos pés	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Perna arcada	1	-	1	-	-	-	-	-	2	-
Perna manca	1	-	1	-	-	-	-	-	2	-
Pernas e pés inchados	1	1	-	1	-	-	-	-	1	2
Perna para dentro	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Perna torta	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
Pés esparramados	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Pés rachados	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
Pés tortos para dentro	2	-	1	-	-	-	-	-	3	-
Tornozelos grossos	1	-	1	-	-	-	-	-	2	-
Total	9	2	5	1	2	-	-	-	16	3
Total geral	11	2	7	1	2	-	-	-	20	3
Legenda: H – Homens / M – Mulheres										

Fonte: Dados colhidos juntos aos jornais publicados em Desterro: Anos 50 – “O Novo Iris” (1850-1851), “Correio Catharinense” (1852-1854), “O Conservador” (1854-1855), “O Mensageiro” (1855-1857), “O Argos” (1856-1859), “O Cruzeiro do Sul” (1858-1859). Anos 60 – “O Argos” (1860-1862), “O Progressista” (1860), “A Estrela” (1861), “O Mercantil” (1861-1868), “O Despertador” (1863-1869), “Commercial” (1868), “A Regeneração” (1869). Anos 70 – “O Despertador” (1870-1876), “A Regeneração” (1870-1874), “A Província” (1871-1872), “O Patriota” (1873), “Opinião Catharinense” (1875), “O Conservador” (1876-1877). Anos 80 – “Jornal do Commercio” (1880-1881).

Pés rachados, a exemplo do que foi evidenciado para as mãos, também estavam associados a doenças hepáticas, dermatológicas e excesso de ácido úrico no organismo. Porém, é sabido que para grande parte dos escravos era incomum o uso de calçados, levando à rachadura ou ao engrossamento dos calcanhares. Com efeito, essa foi a causa determinada para os pés esparramados daquele escravo pardo fugido para os lados de Tubarão, Lages e Curitiba aqui já citado. De acordo com o anúncio, eles eram desse jeito porque nunca haviam sido calçados.²⁶⁷

Ainda, foram encontrados 3 casos com pernas e pés inchados e 2 com tornozelos grossos. No primeiro, a hidropisia, a má circulação sanguínea, problemas linfáticos e renais, para citar poucos exemplos, caracterizavam-se algumas das responsáveis. No segundo, é

²⁶⁷ Jornal “Correio Catharinense”. Desterro. Ano 1, n.9, 12 jan. 1853, p.4. BN-HDB.

provável que se tratasse apenas de uma característica física de ordem genética, no entanto, todas as situações apresentadas para as pernas e pés inchados podiam estar associadas ao grande tamanho dos tornozelos.²⁶⁸

Para encerrar esta discussão, cabe lembrar os registros de escravos que, além de apresentarem deformidades físicas, indicavam ter sido vítimas de algumas doenças pontuais, como a varíola, consensualmente denominada bexiga. Eles não foram incluídos nas tabelas porque não especificavam a incidência sobre alguma região do corpo. A exemplo, tem-se José, crioulo e padeiro de 22 anos que fugiu da Padaria Francesa, localizada em Desterro, no ano de 1858.²⁶⁹ Também a exemplo de um outro José, evadido de Laguna no ano de 1859.²⁷⁰ E finalmente de Jacob, desaparecido da casa de seu proprietário, na Ilha de Santa Catarina, em 1860.²⁷¹ Mas semelhante à análise feita para as outras condições de saúde aqui evidenciadas, igualmente no caso da varíola, torna-se difícil estabelecer uma identificação precisa, uma vez que as marcas deixadas na pele, geralmente na face, confundiam-se com os sintomas da sífilis, de algumas dermatoses e de lesões provenientes de acnes ou espinhas, estas sugeridas no anúncio do escravo Antônio, de 18 anos de idade, fugido em 11 de julho de 1851, como se viu anteriormente.²⁷²

No conjunto de todas essas representações, foram encontrados cativos com outras características. Entre as quais, um certo “gosto” pela bebida evidenciado no reclame do africano de 40 anos João, publicado no jornal “O Despertador” de 30 de janeiro de 1869.²⁷³ Ou mesmo o embaraço na fala de Antônio, aquele de nação “monjolo” que tinha, por características, um dente limado e o dedo da mão encolhido.²⁷⁴ E até de Firmino, fugido de Biguaçu em 30 de dezembro de 1872, cujo “[...] único sinal particular que (tinha), (era) ser um pouco gago, quando (falava) com medo.”²⁷⁵ Ainda sobre Firmino, o anúncio publicado sobre sua fuga parecia bastante revelador. Embora gago, levou vestido “[...] calça de brim rocambole, paletó preto, camisa branca e chapéu de palhinha com fita preta.”²⁷⁶ Foi descrito como uma bonita figura. Sua estatura era regular, o corpo reforçado e, além disso, tinha todos

²⁶⁸ Os dicionários de medicina de Langgaard e Chernoviz, em todos os seus volumes, apresentam uma série de condições patológicas e as variantes das causas condicionadas a elas. Ver: LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomos, I, II e III.; e CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vols.1 e 2.

²⁶⁹ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 3, n.337, 11 set. 1858. p.4. BPSC.

²⁷⁰ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 4, n.399, 3 fev. 1859. p.4. BN-HDB.

²⁷¹ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.578, 28 abr. 1860. p.4. BPSC.

²⁷² Jornal “O Novo Iris”. Desterro. Ano 2, n.135, 11 jul. 1851. p.4. BPSC. Sobre a varíola ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril...*, op. cit. 1996. Especialmente o Capítulo 3: Varíola, vacina e “vacinophobia”.

²⁷³ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 7, n.628, 30 jan. 1869. p.4. BPSC.

²⁷⁴ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 1, n.77, 9 out. 1863. p.4. BPSC.

²⁷⁵ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 11, n.1039, 18 jan. 1863. p.4. BPSC.

²⁷⁶ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 11, n.1039, 18 jan. 1863. p.4. BPSC.

os dentes, apresentando uma pequena barba apontada no buço. Não é possível saber se Firmino era de fato gago, dado o modo despojado de se apresentar. Com efeito, não deviam ser raros os escravos que dissimulavam situações para escapar dos maus-tratos e punições de seus senhores, ou mesmo fugir. Muitos eram falantes, outros bem relacionados.

Machado descortinou a história de uma personagem que, na década de 1880, com o nome de Benedicta Maria, circulou por vários lugares da Corte, passando-se por mulher livre, mantendo contato com pessoas influentes para garantir a sua liberdade. Era fula, de 25 anos de idade e tinha falta de dentes na frente. Após a averiguação de sua identidade, quando apreendida no Vale do Paraíba, verificou-se, contudo, que Benedicta chamava-se Ovídia, cativa de propriedade do Major Fernando Pinheiro, residente no Rio de Janeiro. A narrativa de sua trajetória, de acordo com Machado, permite verificar os vieses do cotidiano de africanos e afrodescendentes escravos, livres e libertos no Brasil, nos anos próximos à abolição, em que as atitudes de autonomia engendradas por esses sujeitos se materializavam de diferentes formas, inclusive, através de certa dissimulação.²⁷⁷

A fuga do pardo Vicente, preso na cadeia também de Biguaçu e escravo de Francisco Baptista de Almeida, caracteriza-se um exemplo emblemático. Foi anunciado em 16 de setembro de 1864. De acordo com o anúncio, tinha altura mediana, cabelos corredios e olhos azuis. Além disso, fazia-se de “atoleimado” e queria se passar por livre.²⁷⁸ Certamente, Vicente tinha consciência de suas “peculiaridades” físicas. Era mais branco do que negro, dados os olhos claros e os cabelos lisos. Talvez por isso se fizesse de “bobo” e livre, buscando quem sabe o acolhimento mais fácil de alguém.

Nos anúncios de fuga que foram publicados nos jornais de Desterro, muitas representações sobre os corpos escravizados foram impressas. Alguns eram magros, um total de 15 registros. Porém, não é factível saber se essa magreza esteve relacionada apenas a suas constituições físicas ou à carência alimentar.²⁷⁹

Outros eram “prosas”, “ladinos”, “muito vivos” e “políticos”. Houve quem falasse pausadamente, andasse devagar e até tocasse viola. Sabino foi um destes. Preto, um tanto “fula”, tinha estatura regular. Era magro, de pouca barba, mas com bigode. Além de violeiro, cantava e dançava, sendo, inclusive, “bastante falador”.²⁸⁰ Já Ezequiel, “cabra” de cabelos

²⁷⁷ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880).” *Afro-Ásia*. Salvador, n.42, p.157-193, 2011. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_42_MHPTMachado.pdf> Acesso em: 13 out. 2011.

²⁷⁸ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 2, n.175, 16 set. 1864. p.4. BPSC.

²⁷⁹ Ver: KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos...*, op. cit.2000. Especialmente o Capítulo 5: Sob o açoite – Dieta.

²⁸⁰ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.692, 30 abr. 1861. p.4. BPSC.

“grenhos” e morador de Desterro, também gostava de tocar viola, porém, “[...] ao gosto do Norte, de onde (era) crioulo.”²⁸¹ Metido a cantar modinhas, carregava, inclusive, um anel de ouro na mão. Outro escravo, o Antônio, parecia não ter dotes musicais. Era também crioulo, tinha o rosto comprido, o nariz grande e pouca barba. Foi representado como uma figura falante. Entendia um pouco de alemão. Levou na fuga uma muda de roupa, as peças do corpo e um chapéu de palha. Saiu precavido, carregando consigo, além de uma faca, arma de fogo para defesa e proteção.²⁸²

Considerando-se a utilização da mão de obra escrava para diversas finalidades, tem-se, ainda através dos anúncios de fuga, indícios sobre as atividades desenvolvidas por esses personagens. Embora as profissões de alguns escravos sequer fossem mencionadas, algumas de suas habilidades eram descritas nas páginas dos jornais, a exemplo de Sabino e Ezequiel, tocadores de viola, e mesmo de Antônio, que sabia falar um pouco do alemão. Assim, foram levantados 99 registros sem qualquer identificação de ofício, 75 para homens e 24 para mulheres. Entre aqueles referenciados aos homens, houve 5 para carpinteiros, 3 para pedreiros, 3 para marinheiros, 3 para sapateiros, 2 para padeiros, 1 para chapeleiro, 1 para charqueador e 1 para vendedor de pães. Para o sexo feminino, duas vendiam quitandas em tabuleiro e uma sabia lavar, passar e engomar. Há de se considerar, ainda para os homens fugidos, mais 1 registro, o do escravo Domingos, citado no “Jornal do Comércio” em 7 de julho de 1881 e sobre o qual já se discorreu no quarto capítulo deste trabalho. Era ele feiticeiro curador.²⁸³

Assim, a ausência de informações mais detalhadas acerca das profissões dos escravos precisa ser entendida em sua especificidade. De fato, como sugere Rabelatto, ela pode ter sido condicionada, entre tantos fatores, ao exercício concomitante de diversas funções laborais, ao contrário da especialização e execução de uma única atividade.²⁸⁴ No que correspondia a escravos vinculados ao campo, havia o aproveitamento dessa mão de obra dentro e fora de casa. No interior das residências, eram necessários à manutenção da limpeza doméstica, à preparação dos alimentos, ao cuidado dos filhos dos senhores, apenas para citar poucos exemplos. No exterior, caracterizavam-se imprescindíveis para adubar a terra, plantar, além de coletar o que era produzido e oportunizar a sua venda. O mesmo se processava na cidade, onde homens escravizados serviam como pagens, carregadores, vendedores

²⁸¹ Jornal “O Despertador”. Ano 2, n.202, 20 dez. 1864. p.4. BPSC.

²⁸² Jornal “O Cruzeiro do Sul”. Desterro. Ano 2, n.130. 17 jul. 1859. p.4. BPSC.

²⁸³ “Jornal do Commercio”. Desterro. Ano 2, n.142, 7 jul. 1881. p.4. BN (Seção de periódicos).

²⁸⁴ Ver: RABELATTO, Martha. “Fugas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX.” *Afro-Ásia*. Salvador, n.36, 2007. p.81-110. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia36_pp081_110_Rabelatto.pdf> Acesso em: 6 mar. 2014.

ambulantes ao lado de mulheres da mesma condição que trabalhavam como mucamas, cozinheiras, lavadeiras, domésticas também preparadas para vender quitutes nas ruas e outras coisas mais. Como classificar em termos profissionais e a partir desse cenário, escravos que eram designados a uma infinidade de funções?

Obviamente, algumas atividades requeriam preparação. Para Rabelatto, a especialização profissional era um dado considerável à melhora da condição de vida dos cativos. De acordo com a autora, esse fato lhes oferecia certo poder de barganha perante o senhor, que resultava, quase sempre, na constituição de uma posição um pouco mais privilegiada que os outros, desestimulando-os a fugir. Isso não quer dizer que eles não empreendessem fugas, apenas se caracteriza uma das razões para que elas se dessem em menor proporção.

A especialização poderia garantir uma situação privilegiada ao escravo por dois motivos básicos: primeiro, o senhor não poderia delegar os trabalhos pertinentes a esse escravo a qualquer outro; segundo, alguns trabalhos malfeitos poderiam colocar em risco toda a produção. Essa relação de dependência entre o senhor e o escravo especializado pode ter garantido, em alguns momentos, uma condição melhor a esses cativos. Quanto à motivação para as fugas, esses escravos especializados talvez tivessem mais chance de negociar, fugindo apenas quando os objetivos da negociação não fossem alcançados.²⁸⁵

Embora a reflexão feita por Rabelatto tenha uma base de fundamento, acredita-se, aqui, que o menor número de registro de fugas para escravos com profissão detalhada estivesse mais vinculado ao menor número de escravos profissionalizados. Como foi observado na primeira parte deste trabalho, o censo de 1872 já demonstrava que tanto entre a população livre quanto entre a escrava havia um índice bem mais significativo de pessoas sem qualquer indicação profissional do que o contrário.

Nesse sentido, o que se reconhece é um dado imbricado à realidade da escravidão na Ilha de Santa Catarina e outras localidades catarinenses, qual seja, a de que o trabalho, em sua hegemonia, diluía-se num conjunto indefinido de funções que sequer conseguiam ser reconhecidas ao ponto de se constituírem relevantes nos anúncios de fuga. Como pôde ser constatado através das informações coletadas, apenas 22, dos 121 registros, deram ênfase à profissão, sendo os demais negligenciados, um percentual de 82% contra 18%.

Longe de pretender correlacionar a problemática das fugas com as profissões, o que se vislumbra, com essa discussão, é apenas evidenciar que a maior parte das atividades desenvolvidas pelos escravos não eram consideradas profissões, mesmo que para eles fossem o instrumento com o qual conseguiam obter algum recurso extra para acumular um pecúlio, certamente objetivando o alcance da liberdade, fosse por vias legais, através da compra da

²⁸⁵ RABELATTO, Martha. "Fugas e quilombos...", *op. cit.* 2007. p.99-100.

alforria; fosse através da fuga. O caso de Domingos, feitiçeiro curador, é um deles. Mas se o cativo decidia fugir, qualquer justificativa tinha como premissa a marca indelével dos maus-tratos em seu sentido mais amplo, já que o sistema escravista e a condição de cativo, por si, não estavam dissociados de todas as faces de materialização da violência. E se a materialização da violência tinha faces, certamente elas incidiam igualmente sobre a saúde desses indivíduos, tema que será objeto de discussão no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 6

Da saúde e das doenças

Em 1864 o médico e cirurgião Doutor João Ribeiro de Almeida, com residência na Capital da província catarinense, dava publicidade, através do jornal “O Despertador”, de seu “Ensaio sobre a salubridade, estatística e patologia da Ilha de Santa Catarina, e em particular da cidade de Desterro”. Para além de denunciar a incidência com que pessoas sem formação se imiscuíam no exercício de atividades ligadas ao campo da saúde, como foi observado no quarto capítulo deste trabalho, Almeida versava sobre as condições sanitárias da região. Para ele, a salubridade era, a todos os que não conheciam a Ilha de perto, “[...] coisa proverbial, dogmática mesmo.”¹ Isso porque, afirmava o médico, a boa imagem feita do local era possível de ser dissolvida rapidamente, bastando uma estada de três anos para se evidenciar que o “[...] provérbio era falso e a reputação imerecida.”² Entre as razões elencadas para esse quadro, foram listadas as condições geográficas desfavoráveis, as intempéries do clima, a umidade excessiva, a água palustre e contaminada, a falta de higiene pública e privada, a alimentação precária e as práticas cotidianas desregradas, como a prostituição e do alcoolismo.³

Saído de uma escola formação fundamentada nos cânones da medicina social, Almeida acreditava que os poderes públicos e privados precisavam atentar para o diminuto crescimento da população ilhoa, comparado a outras localidades catarinenses. Por extensão, era preciso dedicar maior atenção à problemática de sua expressiva mortalidade. Nesse sentido, coadunava com os discursos mais proeminentes acerca da medicalização da sociedade, buscando identificar as desordens para fins de obliterá-las, já que representavam os elementos deflagradores das doenças, fato que impedia o desenvolvimento da nação. Entre essas desordens, estavam os corpos que eram seus vetores, muitos deles personificados nas figuras de africanos e afrodescendentes escravizados, livres ou libertos, massa significativa de homens e mulheres que habitava e circulava por diferentes espaços sociais, misturando-se com as gentes potencialmente capazes elevar o status econômico do Brasil, transformando-o num Império moderno e civilizado.

¹ ALMEIDA, João R. de. “Ensaio sobre a salubridade, estatística e pathologia da Ilha de Santa Catharina, e em particular da cidade de Desterro.” *O Despertador*. Desterro. Ano 2, n.174, 13 set. 1864. p.3. BN-HDB.

² ALMEIDA, João Ribeiro de. “Ensaio sobre a salubridade...”, *op. cit.* Ano 2, n.174, 13 set. 1864. p.3. BN-HDB.

³ ALMEIDA, João Ribeiro de. “Ensaio sobre a salubridade...”, *op. cit.* Ano 2 e 3, n.174-221, 13 set. 1864/24. fev. 1865. BN-HDB.

Na lista dos locais habitados e frequentados por esses sujeitos, constavam os bairros da Toca, Pedreira e Tronqueira, além da Figueira, todos assinalados por “[...] casinhas inferiores às senzalas de pretos de certas fazendas; tão pequenas, imundas, esburacadas e enfumaçadas (eram) elas.”⁴ Sobre a Toca, a Pedreira e a Tronqueira, Almeida assim se pronunciava:

A Toca, situada na encosta da montanha do Menino Deus e na praia que a circunda, é habitada por toda uma prolífica população de pescadores. Entre as casas que habitam, existem algumas que podendo em rigor abrigar duas pessoas, acomodam o quádruplo ou quántuplo. As mulheres são lavadeiras (em geral) e conseqüentemente tem de guardar em casa roupa molhada, sua ou alheia [...]. Resulta disto que a umidade, que pouco a pouco se vai evaporando, satura o ar e impregna tudo até a própria cama. Além da roupa lavada, guarda-se nessas casas peixe e os utensílios da pesca, tudo molhado e exalando cheiro característico de maresia. Na praia vê-se a cada passo imundícies, como nos outros dois bairros, acrescendo detritos de peixes e também de plantas marinhas, que vêm presas às redes e são atiradas depois à praia. Este bairro habitado por gente dada ao trabalho, mas pouco amiga do asseio, é dizimado por todas as epidemias que aqui aparecem.

[...] Na Pedreira, uma parte da Tronqueira e becos adjacentes, em miseráveis choupanas (algumas piores do que as da Toca), reside uma tribo de lavadeiras de condições diversas, umas livres, outras escravas (mas com permissão de residir fora da casa) e outras também escravas que só vem lavar; este bairro quanto a habitantes do sexo masculino só conta com soldados. Desta união bem se pode prever o que deve resultar.”⁵

Especialmente no âmbito da Figueira, as asserções feitas pelo médico eram ainda mais pontuais:

A aparência deste famoso bairro é um pouco melhor do que a dos precedentes; e como não, se aí habita grande número de “sacerdotisas da sífilis”? Situado no extremo da cidade oposto à Toca, junto ao mar e à montanha da Rita Maria, construído sobre terreno argiloso silicoso, é este bairro varrido pelo vento sul, que sobre quase fronteiro. É habitado em grande parte por meretrizes da mais baixa classe, que aí vivem aos grupos em casinhas mais ou menos célebres nos anais da polícia do Desterro. Bairro tenebroso, onde o assassinato não é extremamente raro, e onde os que nele tentam aventuras, se não perdem a vida ou a bolsa, pelo menos sofrem gravemente na saúde. Eis o que acontece a soldados e marinheiros. Muitas das megeras em questão moram às vezes numa só casa, que com a volubilidade e imundície próprias de tal gente, entregam em breve no mais asqueroso estado ao ávido proprietário, o qual trata logo de alugá-la a outras da mesma “grey”. Resulta disto que estes covis são outros tantos focos de infecção e de escândalo para poucas famílias, cuja má sina obriga a morar perto de semelhante gente.”⁶

Esses cenários, preenchidos por pessoas que ganhavam a vida executando ofícios variados, sendo muitos deles africanos e afrodescendentes de diferentes condições sociais atreladas a um universo marcado pela pobreza, pareciam representar a fonte propulsora para os males de saúde evidenciados em Desterro e Ilha.

⁴ ALMEIDA, João Ribeiro de. “Ensaio sobre a salubridade...”, *op. cit.* Ano 2, n.190, 8 nov. 1864. p.3. BN-HDB.

⁵ ALMEIDA, João Ribeiro de. “Ensaio sobre a salubridade...”, *op. cit.* Ano 2, n.190, 8 nov. 1864. p.3. BN-HDB.

⁶ ALMEIDA, João Ribeiro de. “Ensaio sobre a salubridade...”, *op. cit.* Ano 2, n.191, 11 nov. 1864. p.2. BN-HDB.

No rol das doenças que mais se destacavam, constavam as do sangue, como a anemia, decorrente de uma dieta alimentar carente em ferro; as enfermidades do aparelho gastrointestinal, a exemplo das gastrites, gastroenterites, das diarreias e disenterias, provenientes do armazenamento e preparo inadequado dos alimentos, acrescentando-se, ainda, da água contaminada; os distúrbios do aparelho respiratório, como a bronquite, a asma e a pneumonia, atribuídas às intempéries do tempo, à umidade, ao convívio aglomerado de pessoas numa única e pequena moradia; as moléstias infectocontagiosas, como a tísica ou tuberculose, a varíola, a “lepra”, a sífilis e outras enfermidades sexualmente transmissíveis, tão comuns entre as gentes que ali habitavam, como a gonorreia.

Mas embora Almeida apresentasse um inventário bastante detalhado sobre o conjunto de doenças que frequentemente acometia a população da Ilha, deixou de identificar quais afetavam africanos e afrodescendentes, fossem eles escravos, livres ou libertos, com pequena exceção quando de sua abordagem acerca das epidemias. Essa ausência em seu relato, certamente produziu uma lacuna sobre o entendimento a respeito da salubridade pública na região, já que desconsiderou uma categoria de indivíduos que vivia sob circunstâncias distintas daquelas experienciadas pelos demais habitantes da Ilha, mesmo que muitos destes fossem, igualmente, singrados pela falta de recursos. Tal lacuna extrapolou o tempo de Almeida. Foi observada, analogamente, em estudos de teor compatível realizados por pesquisadores a partir do século XX, entre eles, os já citados trabalhos de Cabral, além das obras de Moraes e Garcia.⁷

Visando deixar transparecer mais esse viés do cotidiano daqueles que foram atravessados pelo cativeiro em Desterro e Ilha, tem-se por intenção, no presente capítulo, dar evidência às doenças que os acometiam, salientando, inclusive, quais incorriam em óbitos. Para tanto, serão considerados duas tipologias de documentos específicas: os livros de internamentos do Hospital de Caridade, correspondentes aos anos de 1850 a 1859; e o livro de sepultamentos no cemitério da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos, mantenedora da

⁷ CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos e charlatães do passado.” *Arquivos Catarinenses de Medicina – Edição cultural*. Florianópolis, n.1, p.1-127, abr. 1977.; MORAES, Laura do N. R. *Cães, vento sul e urubus: higienização e cura em Desterro/Florianópolis (1830-1918)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História), PUC.; e GARCIA, Carla L. *Emanações perniciosas, moralidade corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1864)*. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

referida instituição hospitalar, datado de 1864 a 1879.⁸ A sistematização das informações contidas em ambas as fontes documentais, para além de permitir identificar qual era o público atendido por essa entidade de socorro no campo da saúde visa reconhecer em que medida os pressupostos da medicina social foram adotados por ela.

Tendo como pano de fundo para a discussão os discursos produzidos acerca da medicalização da sociedade no Brasil, o presente capítulo pretende, ainda, deslindar de que forma a medicina social incorporou a problemática da escravidão em suas abordagens, promovendo ou não a melhora das condições de saúde de milhares de sujeitos que, embora sendo a principal força de trabalho a gerir a economia nacional, eram tomados como inaptos ao processo de desenvolvimento da sociedade tendo por justificativa o seu brutal rebaixamento racial. Para isso serão considerados os escritos médicos da época, materializados em artigos jornalísticos e acadêmicos, incluindo algumas teses de medicina que serviram à consolidação de um saber bastante frágil e assinalado por contradições.

Escravidão no discurso da medicina social

A implementação da medicina social no Brasil foi um processo paulatino e gradual, acelerado com a criação das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, da Academia Imperial de Medicina e do efetivo respaldo do Estado ao empoderamento dos profissionais da saúde formados pelas instituições de ensino para que pudessem atuar em duas questões postas como centrais ao projeto de medicalização da sociedade: de um lado, a cura das enfermidades que acometiam a população; de outro, a elaboração de meios para evitar que elas aparecessem. De acordo com Lopes, esse novo aspecto da medicina conferiu à figura do médico, a própria reinvenção de sua imagem.⁹

Com essa nova medicina, o médico deveria atuar para proteger os indivíduos contra tudo o que, no espaço social, pudesse intervir no seu bem-estar físico e moral. Ele não deveria se limitar ao tratamento dos doentes, mas deveria começar a supervisionar a saúde da população.¹⁰

⁸ Os livros de internamentos do Hospital de Caridade correspondem a 3 volumes e são os únicos exemplares que sobreviveram ao incêndio da Instituição no ano de 1994, estando disponíveis para consulta no Centro de Memória do Imperial Hospital de Caridade. De igual forma, o livro de sepultamentos e óbitos. Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros de internamentos no Hospital de Caridade*. vol.6, 22 jan. 1850/13 dez. 1850; vol.7, 6 jan.51/15 set. 1855; vol.8, 16 set. 1855/31 dez. 59.; e _____. *Livro de registros de sepultamentos no cemitério da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade*. vol.1, 8 jul. 1864/30 dez. 1879.

⁹ LOPES, Fábio Henrique. “Análise historiográfica e histórica da medicina brasileira.” *Locus*. Juiz de Fora, vol.9, n.2. jul./dez. 2003. p.103. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/edicoes-antiores/volume-9-numero-2-jul-dez-2003/analise-historiografica-e-historica-da-medicina-brasileira-fabio-henrique-lobes/>> Acesso em: 13 ago. 2012.

¹⁰ LOPES, Fábio Henrique. “Análise historiográfica...” *op. cit.* 2003. p.103.

Para os autores de “Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil”, esse modelo de medicalização foi bastante lacunar no país. Isso porque, ao mesmo tempo em que o discurso erigido pelos seus porta-vozes incluiu os escravos em suas discussões, tidos como sujeitos considerados nocivos à ordem social, veiculadores de doenças e hábitos desregrados, constituidores de uma influência negativa à manutenção das famílias, ao ambiente citadino assinalado pelo progresso; configuravam-se uma categoria à parte para a qual essa medicina não obtinha alcance.¹¹

No conjunto de suas pretensões residia a intenção de transformar os homens em cidadãos dotados de perfectibilidade. Contudo, sendo os escravos isentos do status jurídico que lhes conferia cidadania, não podiam, assim, ser totalmente atendidos pela medicina social.

A medicina social será um dos núcleos em que se pensa, no Brasil, a instauração de uma sociedade civilizada, fundada no direito e livre do arbítrio da soberania. Mas a garantia do exercício racional da esfera jurídica é a prática de normalização do indivíduo e da população, prática ancorada no conhecimento científico da própria natureza física e moral do homem.

[...] a referência ao negro como objeto de normalização – seja ele visto como pura animalidade instintiva, rebelde ou não à tarefa civilizadora, ou como plenamente participante da natureza humana em geral – esbarra em sua condição de escravo que o exclui objetivamente da cidadania.

Se a tecnologia disciplinar é vista como condição de possibilidade para a transformação do indivíduo em cidadão perfeito, livre e trabalhador, a articulação necessária entre o sujeito do contrato social e o sujeito à disciplina, não pode, face à escravidão, se concluir. Esta dificuldade está nas bases das diferenças táticas do discurso médico sobre a desumanidade da condição escrava, presença corruptora do escravo na cidade e as raras propostas de um escravo higienizado no campo.¹²

Porquanto a medicina social tenha assumido a prerrogativa de engendrar estratégias pontuais para lidar com os problemas de saúde que atingiam a população através de táticas de intervenção da sociedade, sob a perspectiva apresentada em “Danação da norma” essas estratégias não foram similares a todos os indivíduos, sendo negros e escravos atingidos de maneira avessa. Para comprovar essa asserção, os autores da obra realizaram uma análise atenta das práticas médicas estabelecidas no meio urbano e rural objetivando “[...] compreender a singularidade e os limites da medicina social brasileira.”¹³

O escravo, na cidade, através dos efeitos de sua presença no seio da família branca, é visto como causa de desordem, sexualidade desregrada, paixões, doenças, vaidade, egoísmo, brutalidade. Ao procurar transformá-la através de sua higienização, a medicina tematiza o escravo como obstáculo fundamental à criação de uma família

¹¹ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Ver especialmente a Parte II: Melhor prevenir do que remediar, Capítulo 2: Nada que é urbano lhe é estranho – O negro do pensamento médico.

¹² MACHADO, Roberto et al. *Danção da norma...*, op. cit. 1978. p.353-354.

¹³ MACHADO, Roberto et al. *Danção da norma...*, op. cit. 1978. p.354.

brasileira sadia. O escravo causa malefícios a todos os seus membros: crianças, jovens e pais têm sua saúde e moral danificadas pela presença do escravo.¹⁴

Ao reconhecer os escravos como fonte de problema, a medicina social, sob a interpretação empreendida em “Danação da norma”, deslocou o interesse pela manutenção da saúde de seus corpos para a manutenção da saúde da família, da sociedade branca e civilizada. Nesse sentido, propunha uma reforma dos costumes impregnados das influências negativas que esses personagens poderiam exercer. Exemplo disso pode ser verificado pelo repúdio paulatino à alimentação mercenária, ofício corrente desempenhado por mulheres africanas e afrodescendentes que geralmente viviam em situação de cativo.¹⁵

O ataque a esse costume estava ligado a várias vertentes. Para alguns médicos, as escravas possuíam doenças transmissíveis pelo leite, além de uma infinidade de atributos negativos e de ordem moral que influíam sobre o desenvolvimento da criança. Ideias sobre a transmissibilidade da herança genética através do aleitamento também eram colocadas em evidência. Propugnava-se, ainda, que o leite poderia ser corrompido em virtude de influências naturais e sociais exercidas sobre o indivíduo e o seu sistema nervoso.¹⁶

Interessante refletir no âmbito dessa última vertente, acerca de como a situação da escrava que exercia a função de ama era posta, através desses discursos, de maneira enviesada. Embora os médicos afirmassem que a amamentação mercenária era uma situação incômoda às amas, já que a alimentação de seu filho era vilipendiada em função da alimentação dos filhos das senhoras, pouca importância era dada, de fato, aos danos psicológicos que essa realidade causava à mãe na condição de escrava. O aspecto considerado relevante, ao que parece, constituía-se em avaliar os danos que essa situação poderia causar ao sistema nervoso da ama, incorrendo na má qualidade do leite a ser dado à criança branca.

[...] a mulher que possui os sentimentos da maternidade e quem a bárbara lei da escravidão lhe impôs o ignominioso ferrete é coagida a abandonar seu filho, para

¹⁴ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma...*, op. cit. 1978. p.354-355.

¹⁵ Sobre a alimentação mercenária há um vasto conjunto de teses e artigos datados do século XIX e que foram elaborados por profissionais da saúde. Neles os discursos acerca dos efeitos danosos de tal prática podem ser evidenciados. De acordo com Eugênio, somente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foram defendidas 32 teses entre os anos de 1830 e 1880. Ver: EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde. (Brasil do século XIX)*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História), USP. p.214.

¹⁶ Ver: SÁ, Miguel Antonio H. *Algumas reflexões sobre a copula, o onanismo e a prostituição, em especial na cidade do Rio de Janeiro*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1845.; SILVA, Peçanha da. “Memoria ou observações do Sr. Dr. Peçanha da Silva sobre a amamentação e as amas de leite.” *Annaes Brazilienses de Medicina*. Rio de Janeiro, n.7, Tomo 21, p.253-257, dez. 1869. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/annaes-brasilienses-de-medicina-jornal-da-academia-imperial-de-medicina-do-rio-de-janeiro/062014>> Acesso em: 26 set. 2012.; e CARDOZO, Emiliano de O. *Influencia da civilização sobre o desenvolvimento das affecções nervosas*. These apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: FAMEB, 1857.

receber seu regaço o filho estranho a quem tem de vender as carícias que a natureza lhe deu para transmitir ao furto de suas entranhas e de seus amores; porque a despojaram de um direito, porque ela foi obrigada a abandonar o filho; ela sente constantemente as alternâncias da paixão veemente por ter sido obrigada a abandonar seu filho, para não vê-lo mais, e ter que acariciar o menino que é obrigada a amamentar! Mas de que gênero são essas carícias! Elas não são expressivas de sentimentos íntimos, são falazes e enganadoras; seu sistema nervoso excitado, seu amor de mãe contrariado, afeta o leite e o menino sofre, e vai sofrendo até que as desordens funcionais chegam a tal ponto, que a morte termina a cena que, começando por uma lei de opressão, termina tão tragicamente, para exemplos das mães desnaturadas.¹⁷

Em Desterro, o grande número de anúncios publicados nos jornais requisitando o serviço de amas era significativamente expressivo.¹⁸ Não importava se tratar de mulheres livres ou cativas, contanto que tivessem bom leite, fossem limpas e carinhosas. Essa atividade era também oferecida por proprietários de escravas recém-paridas. Em 1867 “O Despertador” anunciava: “Aluga-se uma boa ama, preta, moça, com abundante leite de 15 dias; na Rua Augusta, n.º. 11, encontrará com quem tratar.”¹⁹ Mas por trás do anúncio publicado havia uma realidade bastante cruel, conforme já foi evidenciado no primeiro capítulo deste trabalho. Eram, as crias, frequentemente vilipendiadas em nome da comercialização do alimento essencial para que pudessem sobreviver. Esse fato aponta para uma perspectiva de interpretação acerca da problemática em torno do aleitamento mercenário que extrapola os conteúdos dos discursos empreendidos pela medicina social, qual seja, o da inserção do cotidiano de mulheres numa modalidade de trabalho que as forçava a negar aos descendentes o direito à existência.

Para Machado, essa análise é bastante recente no Brasil. Em estudo intitulado “Entre dois Benedictos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão”²⁰, a autora entrevistou na problemática do aleitamento mercenário o controle do poder senhorial exercido sobre o corpo das escravas para as quais era negado o pleno exercício da maternidade. Essa situação, certamente, culminava em alguns desdobramentos. Se por um lado a mãe escrava e ama deixava de alimentar o filho da senhora, poderia ser rechaçada de diferentes formas,

¹⁷ LOBO, Luiz A. de S. “Memoria apresentada á Academia Imperial de Medicina, pelo Dr. Luiz Alves de Souza Lobo, afim de obter o titulo de Membro Adjunto da Secção Medica. Causa da mortalidade das crianças recém-nascidas na capital do Imperio.” *Annaes Brazilienses de Medicina. Jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.6/7, Tomo 28, nov./dez. 1876. p.279. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/annaes-brasilienses-de-medicina-jornal-da-academia-imperial-de-medicina-do-rio-de-janeiro/062014>> Acesso em: 26 set. 2012.

¹⁸ Entre os jornais de maior circulação de Desterro, “O Novo Iris”, “O Argos”, “O Despertador”, “A Regeneração” e o “Jornal do Commercio” publicaram frequentemente anúncios requisitando ou oferecendo serviços de amas de leite.

¹⁹ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 5, n.416, 11 jan. 1867. p.4. BPSC.

²⁰ MACHADO, Maria Helena P. T. “Entre dois Benedictos: histórias de amas-de-leite no ocaso da escravidão.” In: GOMES, Flávio dos S. et al. (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Summus Editorial, 2012. vol.1. p.199-213.

incorrendo, inclusive, em perigo à vida de sua própria cria, exposta à punição para lhe forçar a dar prioridade à amamentação da criança branca. É o que sugere, por exemplo, o fragmento apresentado pela autora acerca das memórias de um ex-escravo da Geórgia que, ao relatar sobre a vida nas propriedades agrícolas do sul dos Estados Unidos antes da Guerra da Secessão, narrou um episódio marcante experienciado por uma parente próxima.²¹

Minha tia Mary pertencia ao Senhor John Craddock e quando sua mulher morreu deixando um nenê bem pequeno – a pequena Senhorita Lucy – tia Mary estava amamentando um bebê seu, recém-nascido, então o seu Senhor John fez com que o bebê dele mamasse também. Se tia Mary estivesse alimentando seu próprio nenê e Senhorita Lucy começasse a chorar, seu Senhor John agarrava o nenê dela pelas pernas, de cabeça para baixo, e batia nele e dizia para tia Mary amamentar o nenê dele primeiro. Tia Mary não podia responder nada, mas minha mãe me contou que ela sempre via Tia Mary chorar tanto que suas lágrimas corriam pela face.²²

Mas ainda no estudo de Machado outras situações foram vislumbradas, inclusive, sob a perspectiva das agências exercidas pelas mulheres escravizadas que, aptas à amamentação, chegavam a situações limites no intuito de preservar a vida de sua prole. Exemplo disso pode ser verificado através da personagem central da narrativa da autora: Ambrosina, mulher, escrava e levada a alimentar dois meninos de nome Benedicto. Embora fosse mãe de apenas um, na condição de ama deveria alimentar o outro. Porém, ao constatar que seu filho passava fome, Ambrosina decidiu lhe preservar a vida, causando a morte do Benedicto de sua senhora por meio de sufocamento. Os vieses do processo criminal que envolveram o ato de Ambrosina não serão discutidos aqui. O que importa, neste momento, é verificar como o exercício do aleitamento mercenário traduzia uma situação de grande violência às mulheres escravizadas que realizavam essa função, estendendo-se, igualmente, àqueles gerados por elas. Esse lado obscuro do aleitamento não foi evidenciado nas teses de medicina do Brasil oitocentista, tão pouco, nos escritos dos médicos higienistas. Ao que tudo indica, coube a eles, como já foi aqui pontuado, dar voz aos riscos que supostamente as amas representavam à formação de menores potencialmente capazes de promover o desenvolvimento da sociedade brasileira.²³

²¹ De acordo com Machado, o depoimento de William McWhorter pode ser encontrado em *Born in Slavery: Federal Writers Project (1936-1938)*. Manuscript Division, Library of Congress. Disponível em: <<http://memory.loc.gov/ammem/snhtml/>>

²² Ver: Depoimento de William McWhorter em MACHADO. “Entre dois Benedictos...”, *op. cit.* 2012. p.203.

²³ Para pesquisas atuais sobre amamentação mercenária ver: CARNEIRO, Maria Elizabeth R. *Procura-se uma “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1880)*. Brasília, 2006. Tese (Doutorado em História), UFB.; _____. “Uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca oitocentista.” *Textos de História*. Brasília, vol.15, n.1/2, 2007. p.122. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/964/631>> Acesso em: 5 ago. 2012.; CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em História), USP.; _____. “Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família.” *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.19 (supl.), p.197-214, dez. 2012.

Para além da problemática do aleitamento mercenário apresentada pelos porta-vozes da medicina social, de acordo com “Danação da norma”, “[...] como causa poderosa de ‘decadência’, mortalidade e doença das crianças [...]”²⁴, estabeleceu-se uma série de discursos acerca da sexualidade. Sob esse aspecto, novamente o escravo foi o principal responsável pelos desvios atinentes ao desenvolvimento sexual dos que pertenciam, sobremaneira, às classes mais abastadas, sendo as cativas, sinônimo de maior periculosidade.

As escravas são as amigas, as companheiras, as confidentes da mocidade de seu sexo, naquelas famílias em que a austeridade de costumes é considerada uma tirania e então... não é mister que patenteemos o fruto das lições de tão hábeis mestras. [...] ninguém ignora as desordens domésticas que frequentemente suscita uma escrava. Quantos homens há que deixam o leito nupcial para irem conspurcar-se nas imundas senzalas onde dorme a escrava, que é preferida a uma esposa terna e amável?²⁵

Esses desvios podiam ser vislumbrados também em relação à educação, reverberando na imprensa desterrense através de pareceres que responsabilizavam, principalmente as mulheres cativas, pela formação inadequada das meninas, futuras representantes da nação que se pretendia erguer:

De pequenina embalada nos braços de criadas ignorantes, e pela maior parte escravas, cheias de preconceitos, vícios e crimes, cresce a menina brasileira abeberando-se nos princípios de uma moral subversiva, ouvindo os risos e disputas da cozinha, aprendendo histórias e contos supersticiosos, peias dos assomos de sua inteligência, e... coitadinha!²⁶

E se as escravas eram as responsáveis pelo desvio familiar, causando danos à prole dos senhores, agiam de maneira negativa sobre todo o ambiente doméstico, caracterizando-se fator imponderável para o desregramento dos costumes, “[...] um dos obstáculos à construção da família nuclear, medicalizada, impedindo o progresso da sociedade.”²⁷ Assim, no discurso produzido pelos médicos, a cativa, presença constante no interior do lar era, inclusive, a responsável pelos relacionamentos extraconjugais que de forma recorrente colocavam em risco a harmonia do matrimônio.

[...] ninguém ignora as desordens domésticas que frequentemente suscita uma escrava. Quantos homens há que deixam o leito nupcial para irem conspurcar-se nas

²⁴ MACHADO, Roberto et al. *Danção da norma...*, op. cit. 1978. p.358.

²⁵ CUNHA, Herculano Augusto L. *Dissertação sobre a prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Paula F. Brito, 1845. p.32. apud MACHADO, Roberto et al. *Danção da norma...*, op. cit. 1978. p.360.

²⁶ Jornal “A Regeneração”. Desterro. Ano 12, n.24, 1 abr. 1880. p.3. BN-HDB.

²⁷ MACHADO, Roberto et al. *Danção da norma...*, op. cit. 1978. p.360.

imundas senzalas onde dorme a escrava, que é preferida a uma esposa terna e amável.²⁸

Depreende-se, dos fragmentos ora apresentados, e coadunando com interpretação expressa em “Danação da norma”, que o escravo se caracterizava objeto de interesse para a medicina social enquanto elemento propagador daquilo que se contrapunha à ordem, aos bons costumes, à constituição de um modelo de família urbana consonante com os ideais de medicalização que visava colaborar com o progresso da sociedade. Suas condições de vida e sobrevivência, uma maior ou menor predisposição à aquisição de doenças, eram refletidas com base nos danos que essa realidade poderia causar ao outro, àqueles a quem a medicina social deveria efetivamente agraciar.

Um olhar mais cuidadoso sobre o cotidiano da escravidão permite a verificação dos limites de atuação da medicina social também no ambiente rural. Isso porque, embora algumas teses de medicina tenham evidenciado as péssimas condições a que os escravos eram submetidos, assumiram, com maior efeito, o papel de criar estratégias pontuais de intervenção sobre a vida desses indivíduos de forma a evitar a sua sublevação e garantir a produtividade nas lavouras.

Em síntese, o que se propugnava era uma higiene da escravatura, tática que se tornava evidente ao mesmo tempo em que a manutenção do sistema escravista passava a ser questionada; ao mesmo tempo em que o fim do tráfico de escravos se configurava uma realidade, possibilitando o declínio dessa força de trabalho.

Na visão de alguns médicos que dedicaram seus estudos à escravidão, a revolta, a doença e a mortalidade decorriam das péssimas condições de sobrevivência a que os escravos estavam submetidos. De acordo com David Gomes Jardim, figuravam como medidas essenciais ao aumento de sua sobrevida, a melhoria das habitações, da dieta alimentar, do vestuário, do tempo de trabalho e do atendimento médico em face da enfermidade.²⁹ Atentava-se, ainda, para a promoção de uma educação moral de fundamentação cristã cujo efeito era o de garantir a docilidade da população escrava, afastando-a de práticas tidas como supersticiosas e consideradas danosas a sua própria vida.³⁰

No cerne das discussões propostas pelos especialistas em medicina, uma atenção particular foi dada aos tratamentos de saúde empregados aos escravos, em geral, considerados

²⁸ CUNHA, Herculano Augusto L. apud MACHADO, Roberto et al. *Danção da norma...*, op. cit. 1978. p.360.

²⁹ Sobre as medidas defendidas para o aumento da sobrevida dos escravos ver: JARDIM, David G. *Algumas considerações sobre a hygiene dos escravos*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1847.

³⁰ DUARTE, José R. de L. *Ensaio sobre a hygiene da escravatura no Brasil*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1849.

nocivos, frutos de um saber popular repudiado pela ciência médica. Em substituição aos despreparados espaços que nas fazendas eram destinados ao alojamento dos enfermos, refletia-se sobre a importância em se construir uma arquitetura hospitalar específica, que atentasse a padrões ideais de atendimento.

As salas para os enfermos devem ser espaçosas, com um número de janelas que esteja em relação a sua extensão, e estas mais elevadas que os leitos dos enfermos, e guarnecidas de cortinas móveis que servirão para entrada da luz, para a ventilação do edifício, para a defração dos raios solares, e ao mesmo tempo pela sua direção a modificar a temperatura do lugar.³¹

No intuito de transformar o quadro geral de morbidade apresentado pela população cativa, a medicina social atuaria no ambiente rural de forma propositiva, apontando os meios mais adequados para garantir a submissão e a produtividade dos escravos. No conjunto das propostas apresentadas, o fornecimento de uma alimentação ideal ganhou destaque. Nesse sentido, atentava-se para a importância da diversidade, da qualidade, das propriedades e da higiene dos alimentos. A adequação do vestuário também se caracterizava uma necessidade premente. As roupas deveriam estar sempre limpas de forma que não absorvessem matérias nocivas à saúde, dar proteção ao corpo e estar em harmonia com as condições do tempo. A jornada de trabalho era, nesse sentido, tema relevante. Defendia-se a necessidade de que o trabalho fosse individualizado, atentando-se para os limites físicos de cada trabalhador. Propugnava-se a distribuição de tarefas como o mecanismo mais eficaz, uma vez que o labor em excesso, além de provocar o “embrutecimento e o idiotismo” dos negros, incorria em deformidades físicas.

O trabalho deve ser proporcionado às forças do escravo, e não confiado indistintamente a uns de dez e onze anos, como se fossem de vinte e trinta, e é certamente esta incúria que engendra muitas de tantas deformidades que apresentam os crioulos; pois tendo ainda seus ossos flexíveis, o menor peso e exercício não proporcional as suas forças os torna defeituosos; havendo até fazendas onde quase todos os escravos apresentam os joelhos voltados pra dentro.³²

Ainda no âmbito do trabalho, o uso da violência deveria ser substituído pelo uso da premiação, da garantia de melhores condições de vida de forma que o escravo se tornasse um bom trabalhador. Dessa forma, de acordo com a linha de interpretação proposta em “Danação da norma”, a atenção dada por alguns médicos à problemática do trabalho seria o ponto de aproximação do discurso por eles produzido com a efetividade da medicina social. Isso porque o trabalho se caracterizava o centro de irradiação dos mecanismos de controle

³¹ DUARTE, José R. de L. *Ensaio sobre a hygiene...*, op. cit. 1849. p.22.

³² DUARTE, José R. de L. *Ensaio sobre a hygiene...*, op. cit. 1849. p.44.

imputados a essa mão de obra específica, mecanismos inspirados no modelo utilizado na Europa e que teria no operariado o seu alvo de atuação.

[...] a tematização do escravo no campo o circunscreve como objeto específico. Seu objetivo é uma transformação da relação entre senhor e escravo, através da modificação das duas figuras que a compõem e da criação de um quadro legal que a regulamente.

Ao se propor a transformação, garantidora da saúde e submissão do escravo, colocase a necessidade de controlar toda a sua vida, desde a infância até a morte, durante o trabalho, o repouso, a diversão. Não se deve permitir ao escravo a manutenção de uma diferença que faça dele alguém desconhecido e impossível de ser controlado. Retirar o escravo de suas “superstições” tem, portanto um efeito político: a superstição é terreno não penetrado pelo senhor, é território do perigo. Educá-lo, vigiá-lo, dar-lhe saúde significam construir o bom trabalhador, de eficácia garantida. Nesse sentido proposta em relação ao escravo aproxima-se daquelas relativas ao operário europeu feitas pelos médicos [...].³³

Assim, ao tematizar o escravo sob a perspectiva epistemológica que fundamentava a medicina social, os autores de “Danação da norma” defenderam a tese de seus limites práticos em relação ao Brasil escravista. Na cidade o escravo não era vislumbrado enquanto um trabalhador, não sendo considerada a sua importância no campo da força produtiva. Sua vida se caracterizava, antes de tudo, em objeto de preocupação quando da interferência diretamente exercida ao desenvolvimento harmônico do ambiente doméstico a partir de seus desvios morais, de sua conduta lasciva, de suas doenças, colocando em risco a constituição da família sadia, da sociedade que se pretendia civilizar. Já no campo, ainda que o trabalho e a produtividade se constituíssem objetos centrais na agenda dos interesses médicos, a reflexão alçada sobre eles foi elaborada a partir da realidade circunscrita ao operariado europeu, demonstrando “[...] a ausência de um pensamento integrado que desse conta globalmente da escravidão como especificidade da sociedade brasileira, quando comparada aos países da Europa.”³⁴

Não considerando a mão de obra escrava na cidade, equivocando-se quando a estuda no campo, a medicina social nunca fez da realidade específica da escravidão – a principal força de trabalho da época – a sua questão mais fundamental, nem prática nem teoricamente. Tem sob sua mira a transformação da cidade – e principalmente da Corte – promovendo seus habitantes livres a indivíduos saudáveis e patriotas, perfeitos cidadãos. O que é mais um testemunho de que no momento de sua constituição a medicina social brasileira não é uma medicina do trabalho ou do proletário, mas uma medicina urbana.³⁵

Ao refletir sobre saúde e escravidão no Brasil do século XIX, Pôrto colocou em questão a abordagem feita em “Danação da norma” no que se refere aos cuidados direcionados aos

³³ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma...*, op. cit. 1978. p.368-369.

³⁴ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma...*, op. cit. 1978. p.371

³⁵ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma...*, op. cit. 1978. p.371-372.

escravos. Para ela não houve uma única regra de tratamento dispensada a eles em todo o território brasileiro, onde a propriedade cativa era utilizada para funções distintas, onde a escravidão urbana se diferenciava da rural e por consequência as relações entre senhores e escravos também se diferiam.³⁶

Sob outra perspectiva, Kury evidenciou que o saber médico iniciou o seu processo de institucionalização em sintonia com o movimento de nacionalização do país, estando o seu sentido fortemente atrelado ao pensamento iluminista. De acordo com a autora, a própria Academia Imperial de Medicina tinha por objetivo reforçar a estrutura do Estado nacional, aproximando-o das nações europeias, consideradas modernas e civilizadas. Porém, essa instituição possuía faces diversas, traduzindo contradições em relação aos discursos produzidos por seus representantes.³⁷ Isso porque, embora eles estivessem alinhados com o ideário da Ilustração, de onde provinham as críticas mais incisivas à escravidão, identificavam-se com o sistema escravista na medida em que eram defensores dos interesses da classe senhorial.³⁸

Outros historiadores da saúde, ao constatarem o vínculo entre a Academia Imperial com a defesa dos interesses da classe senhorial denotaram o equívoco na interpretação feita, em “Danação da norma”, sobre o negligenciamento do corpo escravo na agenda dos interesses da medicina social.³⁹ Segundo Lima, essa afirmação seria derivada da suposta inexistência de um número significativo de escritos elaborados por médicos, com destaque para as teses⁴⁰, em que o cativo foi o objeto central de discussão. De acordo com o autor, a partir de um estudo mais detalhado sobre os trabalhos acadêmicos publicados em periódicos médicos, a figura dos escravos era bastante expressiva, “[...] ora como pacientes, ora como objetos de estudo.”⁴¹

³⁶ PÔRTO, Ângela de A. “O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas.” *História Ciências Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.13, n.4, out./dez. 2006. p.1022. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v13n4/12.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2010.

³⁷ KURY, Lorelai B. *O império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850)*. Niterói, 1990. Dissertação (Mestrado em História), UFF. p.105.

³⁸ Ver: KURY, Lorelai B. *O império dos miasmas...*, op. cit. 1990. p.6

³⁹ LIMA, Silvio Cezar de S. *O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850)*. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em História), FIOCRUZ.; e EDLER, Flávio C. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro (1854-1884)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História), USP.

⁴⁰ Durante o século XIX apenas quatro teses foram defendidas na Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, tendo o escravo em seus títulos. Ver: JARDIM, David G. *Algumas considerações sobre a hygiene...*, op. cit. 1847.; DUARTE, José R. de L. *Ensaio sobre a hygiene...*, op. cit. 1849.; SOUZA, Antonio José de. *Do regimem das classes pobres, e dos escravos na cidade do Rio de Janeiro em seus alimentos, e bebidas. Qual a importancia desse regimen sobre a saude?* These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1851.; e TEUSCHER, Reinhold. *Algumas observações sobre a estatística sanitaria dos escravos em fazendas de café*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1853.

⁴¹ LIMA, Silvio Cezar de S. *O corpo escravo...*, op. cit. 2011. p.2.

Eles estavam por toda parte no cotidiano médico: eram seus pacientes, seus auxiliares como enfermeiros e serventes no hospital e na Faculdade de Medicina e ainda, eram objeto de estudos após sua morte nas aulas de anatomia e clínica médica e estavam presentes em muitos artigos, figurando como “cobaías” de experimentos médicos.⁴²

Essa assertiva é merecedora de algumas considerações. O fato de serem os escravos tratados pelos profissionais da medicina oficial não significa dizer que eles eram bem tratados. Pimenta, ao pesquisar sobre a epidemia do cólera na cidade do Rio de Janeiro em 1855 refletiu sobre essa questão. Em vista das medidas sanitárias tomadas na cidade acerca dos mecanismos utilizados para combater a doença, muitos dos quais eram fundamentados na retirada do enfermo de seu ambiente doméstico e seu posterior confinamento em instituição asilar, ficava “[...] evidente o conflito social a tais medidas: enquanto os grupos mais abastados podiam escolher onde e como se tratar, a camada subalterna era a mais atingida pela remoção e sequestro de doentes.”⁴³

Ainda segundo a autora,

Essa desigualdade poderia impressionar “perigosamente a classe necessitada”, revestindo a enfermidade de um caráter muito mais grave do que seria realmente. Situação agravada pelo fato de que as pessoas mais pobres, cujo acesso à água limpa era mais difícil e que não possuíam empregados para despejar as “imundícies” longe de casa, tinham maior probabilidade de ser atingidas pelo flagelo.⁴⁴

Cabe aqui salientar que, mesmo tendo sido os escravos referenciados em teses de medicina ou artigos acadêmicos produzidos ao longo do século XIX, figurando como “pacientes” ou “objetos de estudo”, isso não significa dizer que eles recebiam os tratamentos mais adequados e que as investigações sobre seus corpos eram realizadas com cautela. Seria necessário, para se chegar a essa conclusão, traçar um quadro comparativo acerca dos modos de atuação da medicina sobre indivíduos de diferentes categorias sociais.⁴⁵ Em uma sociedade escravista para a qual as teorias racialistas passaram a sustentar a ideia da inferioridade dos negros no plano das hierarquias biológicas atribuídas ao homem, não seria errado pensar que a medicina tenha atuado sobre os corpos da população branca de forma distinta e em detrimento da população negra.

⁴² LIMA, Silvio Cezar de S. *O corpo escravo...*, op. cit. 2011. p.2.

⁴³ PIMENTA, Tânia S. “Doses infinitesimais contra a epidemia do cólera em 1855.” In: NASCIMENTO, Dilene R. do e CARVALHO, Diana M. (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004. vol.1. p.36.

⁴⁴ PIMENTA, Tânia S. “Doses infinitesimais...”, op. cit. 2004. p.37.

⁴⁵ Embora existam alguns estudos sobre o exercício da medicina acerca das populações negras ou escravizadas, não foram realizados, ainda, estudos comparativos que possam dar conta de vislumbrar os modos de experiência científica ou tratamentos médicos realizados com diferentes categorias sociais.

No que se refere ao uso do corpo escravo para fins de investigação científica, a história tem demonstrado como ele se constituiu prática vulgar no universo das sociedades escravistas, sendo seus modos de execução, de fato, bastante desiguais, se comparados aos utilizados com outros grupos que, à época, não eram marginalizados.⁴⁶

Schwartz, ao estudar sobre a problemática da maternidade entre mulheres escravas do sul dos Estados Unidos no período anterior à Guerra Civil, demonstrou como a medicina, naquela região, atuou de forma invasiva sobre o corpo feminino. Ao empreender uma análise das complicações que ocorriam no pós-parto, reconheceu a ocorrência de procedimentos cirúrgicos que, à época, além de serem bastante duvidosos, ora não faziam uso de anestésicos para medir o grau de tolerância dessas mulheres à dor, ora os utilizavam de maneira tão recorrente que, sendo muitas delas levadas ao vício, entregavam-se como cobaias.

Em relação às complicações evidenciadas, Schwartz dedicou especial atenção à cirurgia para a correção da fístula vesico-vaginal e reto-vaginal. Assim, reconheceu a sua vulgaridade entre mulheres escravas, com ênfase naquelas consideradas incapacitadas para o trabalho, cuja morte para o proprietário não se constituía ônus a sua economia.⁴⁷

Deve-se atentar para o fato de que as fístulas não se configuravam complicações exclusivas às mulheres escravas. Assim, de acordo com a autora, ao mesmo tempo em que os procedimentos cirúrgicos figuraram recurso para restituir a saúde da escrava de forma que ela se tornasse apta a retornar ao trabalho, constituíram-se, inclusive, mecanismos eficazes para a

⁴⁶ O exercício de experiências científicas com negros extrapola o contexto da escravidão, embora esteja intimamente ligado a sua memória. O caso mais expressivo, talvez, seja o que ocorreu no Alabama, Estados Unidos, entre as décadas de 1930 e 1970, e que ficou conhecido como o caso Tuskegee. A experiência envolveu 399 portadores de sífilis que não foram informados de sua enfermidade, mas apenas que tinham uma doença do sangue. Acreditando estar sendo tratados, recebiam comprimidos de placebo. O objetivo do experimento consistia na verificação dos efeitos sobre a evolução da doença em indivíduos negros. O desdobramento foi a morte da maior daqueles que tinham participado do estudo, sendo muitos em decorrência direta da sífilis e outros das complicações dela derivadas. Além disso, observou-se um número significativo de mulheres que se contaminaram e deram à luz crianças sífilíticas. Em 1972, quando o estudo foi encerrado, apenas 74 afro-americanos estavam vivos. Ver: JONES, James H. *Bad blood: the Tuskegee syphilis experiment*. New York: The Free Press, 1981.; e BONFIM, Jonilda R. “Estudo Tuskegee e a falsa pesquisa de Hwang: nas agendas da mídia e do público.” *Revista Redbioética*. Montevideo, Ano 1, n.1, p.1-19, 2010. Disponível em: <http://www.unesco.org.uy/shs/red-bioetica/fileadmin/shs/redbioetica/revista_1/Ribeiro.pdf> Acesso em: 7 ago. 2012.

⁴⁷ A fístula vesico-vaginal e reto-vaginal são fissuras que comunicam o trato urinário ou intestinal com o canal da vagina, impossibilitando o controle de saída de urina e fezes. Decorrem, em geral, de procedimentos cirúrgicos mal realizados ou de partos complicados, em que a assistência adequada não foi oferecida. Nas mulheres escravas, sobretudo nos Estados Unidos e em função da sobrecarga laboral, foi bastante comum. No Brasil não há estudos, sob a perspectiva da história, acerca dessa problemática. Ver: BEREK, Jonathan S. *Tratado de ginecologia*. 14 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

resolução de um problema que comumente incidia sobre as mulheres brancas, embora sobre seus corpos não fossem realizadas experiências exploratórias.⁴⁸

Percebe-se, dessa forma, que a análise sobre os cuidados dispensados pelos médicos, aos escravos, merece maior atenção. Certamente os sentidos desses cuidados extrapolam a assertiva de que a medicina atuava sobre o corpo escravizado, prestando-lhe socorro em face da doença, da forma mais correta possível. Logicamente, no propósito de empreender essa análise, é preciso observar as múltiplas faces da própria medicina no contexto do século XIX, em que o saber de seus profissionais ainda caminhava a passos lentos e as concepções que tinham sobre as populações de origem africana e seus descendentes lhes relegavam atributos depreciativos que eram tomados, naquele contexto, como legítimos para o exercício de práticas médicas peculiares.

Torna-se relevante perceber, ainda, que diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, o Brasil não produziu uma medicina particularizada ao escravo.⁴⁹ Muito embora fosse possível, a ele, recorrer aos cuidados médicos oficiais, essa realidade era mais exequível nos ambientes urbanos, onde havia, em maior número, a presença desses profissionais, alguns até dispostos a prestar assistência gratuita, como foi observado no quarto capítulo deste trabalho. E mesmo que as cidades dispusessem de estabelecimentos voltados às classes sociais menos favorecidas, a exemplo das Santas Casas de Misericórdia⁵⁰ e do próprio Hospital de Caridade de Desterro, sobre o qual será feito uma análise mais adiante, o mesmo não se dava nos ambientes rurais. Neles era difícil até mesmo ao senhor mais abastado ser atendido por médicos formados, fato que se estendia à escravaria, geralmente assistida por seus pares ou curandeiros locais.

No que se refere aos escritos elaborados pelos intelectuais vinculados ao universo da saúde, verifica-se, de fato, que não foram poucos os que incluíram os escravos em suas discussões. Atentaram, inclusive, para a identificação das enfermidades que mais acometiam a escravaria, propondo soluções para o seu declínio, a exemplo de algumas abordagens presentes nos já citados tratados, manuais ou teses de medicina. De forma não menos importante, discorriam sobre aquelas que eram atribuídas aos negros e disseminadas em

⁴⁸ SCHWARTZ, Marie J. *Birthing a slave: motherhood and medicine in the Antebellum South*. Cambridge/London: Harvard University Press, 2006. Ver especialmente o Capítulo 7: Gynecological Surgery.

⁴⁹ Ver: SAVITT, Todd L. *Medicine and Slavery: the diseases and health care of blacks in Antebellum Virginia*. Urbana/Chicago/London: University of Illinois Press, 1978.

⁵⁰ Sobre o atendimento de escravos nas Santas Casas de Misericórdia ver: KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro M. Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Especialmente o Capítulo 4: As almas: os que morriam, e Capítulo 5: Sob o açoite.

virtude do tráfico atlântico, como a obra “Do clima e das doenças do Brasil, ou estatística médica deste Império” escrita pelo médico francês Joseph François Xavier Sigaud.

A introdução dos negros vindos das costas de Cabinda, Angola, Benguela e da parte oriental da África disseminou, nas praias do Brasil, o escorbuto, a sarna, a oftalmia, a varíola, o piã e a disenteria; tratam-se de companheiros inevitáveis de um tráfico que estabeleceu uma troca de doenças mortíferas entre os dois continentes.⁵¹

Para além das enfermidades acima salientadas, uma série de outras eram estudadas pelos Doutores em medicina, como o máculo, o ainhum e o amarelão, também chamado de hipoemia intertropical ou opilação.

O máculo, nome derivado do quimbundo “ma’kulu”, caracterizava-se por uma enfermidade endêmica na maior parte do Brasil colonial e era tida como decorrente da falta de higiene, preponderantemente entre os escravos. Foi denominada, igualmente, como “corrupção”, “mal-de-bicho”, “achaque” ou “mal do sesso”. Manifestava-se pela inflamação do ânus, provocando febre, disenteria, apatia e, nos casos mais graves, a deposição de larvas de insetos nos ferimentos. Esse quadro da doença era geralmente acompanhado de gangrena, fato que inevitavelmente incorria em morte.⁵²

O ainhum, expressão nagô que significava “serrar”, foi descrita pela primeira vez em 1867, quando o médico José Francisco da Silva Lima publicou um artigo na “Gazeta Médica da Bahia”. Constituíam-se por uma enfermidade que acometia o dedo mínimo dos pés, em formato de auréola, provocando a sua deformação com aumento da extremidade. Não havia cura para o ainhum e sua causa era desconhecida, embora fosse atribuída à carência nutricional. Para muitos ela se confundia com uma frieira, fato que, de acordo com o médico estava “[...] longe de dar a mínima ideia do mal, e que designa em nossa língua cousa muito diversa.”⁵³ Para dirimir a dificuldade de caminhar naqueles que eram acometidos, prescrevia-

⁵¹ Para versão em francês do fragmento ver : SIGAUD, Joseph F. X. *Du climat et des maladies du Brésil ou statistique médicale de cet empire*. Paris: Fortin, Masson et Cie, 1844, p.127. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=MrRQAAAacAAJ&printsec=frontcover&dq=du+climat+e+das+maladie+s&hl=pt-BR&sa=X&ei=BBY-UNGmJ-W80QGAvoDwAg&ved=0CC8Q6AEwAA>> Acesso em: 2 fev. 2012. Para a versão brasileira da obra ver: _____. *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

⁵² Ver: LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina domestica e popular*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865. Tomos III. p.1-2.; CHRNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular*. 6 ed. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. vol.2. p.348-349.; FREITAS, Octávio de. *Doenças africanas no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935. p.31. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=gAHAAAacAAJ&printsec=frontcover&dq=dicion%C3%A1rio&lr=&hl=ptBR&cd=16#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 13 set. 2012.; e MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004. p.135.

⁵³ Ver: LIMA, José Francisco da S. “Estudo sobre o – “Ainhum” – molestia ainda não descripta, peculiar á raça ethioptica, e affectando os dedos minimos dos pés.” *Gazeta Medica da Bahia*. Bahia, Ano 1, n.13, 10 jan. 1867. p.146. Disponível em: <<http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/view/27/21>> Acesso em: 8 set. 2012.

se a amputação. De acordo com Rodrigues, o processo degenerativo provocado pela doença culminava no estrangulamento do dedo e consequentemente na sua queda, derivando desse evento a expressão “serrar”.⁵⁴ Mas ainda de acordo com o autor, se até então o ainhum havia sido identificado como uma enfermidade própria dos negros, no ano de 1868, A. Collas, Médico-Chefe da Marinha britânica refutou essa teoria, publicando um artigo também na “Gazeta Médica da Bahia” em que afirmava ter presenciado, na Índia, sua manifestação entre um povo de “raça ariana cruzada” identificado como “tamoul”.⁵⁵

Imagem 8

Fonte: Xilogravura presente em LIMA, José Francisco da S. “Estudo sobre o – “Ainhum” – molestia ainda não descripta, peculiar á raça ethioptica, e affectando os dedos minimos dos pés.” *Gazeta medica da Bahia*. Bahia, Ano 1, n. 13, 10 jan. 1867. p.149.

Em 1835 o amarelão, também chamado hipoemia intertropical ou opilação, era descrito pelo médico José Martins da Cruz Jobim enquanto uma enfermidade decorrente de ambientes com alta umidade, consumo de alimentos feculentos e abuso de bebidas alcoólicas.⁵⁶

⁵⁴ RODRIGUES, Jaime. “Reflexões sobre tráfico de africanos, doenças e relações raciais.” *História e Perspectivas*. Uberlândia, vol.25, n.47, jul./dez. 2012. p.24. Acesso em: 18 maio 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/21261/11510>>

⁵⁵ RODRIGUES, Jaime. “Reflexões sobre...”, *op. cit.* 2012. p.24. Para o estudo citado pelo autor ver: COLLAS, A. “Nota sobre a molestia descrita como o nome de ainhum.” *Gazeta Medica da Bahia*. Bahia, Ano 2, n.37, p.151-155, 15 jan. 1868. Acesso em: 18 maio 2013. Disponível em: <<http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/view/38/32>>

⁵⁶ JOBIM, José M. da C. *Discurso sobre as molestias que mais affligem a classe pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Fluminense de Brito e Cia., 1835.

Langgaard a teve por “clorose” ou disfunção sanguínea que provocava anemia. Sua interpretação era muito próxima daquela proposta por Jobim, inclusive em relação as suas causas, que decorriam da “[...] alimentação insuficiente e de má qualidade; moradas em lugares sombrios e mal arejados; trabalhos excessivos, privação ou abuso nos prazeres venéreos, paixões vivas ou tristes, desejos contrariados, e mesmo excesso na comida e nas bebidas espirituosas.”⁵⁷ De acordo com Edler, em 1866 essa explicação foi reformulada por Otto Edward Henry Wucherer, vinculado à Escola Tropicalista Baiana de Medicina, que identificou o agente causador da doença em uma verminose que se alojava na parede do duodeno, o *Ancistostoma duodenale*, sendo seu estudo publicado na “Gazeta Médica da Bahia”.⁵⁸

Bastantes comuns entre os escravos, as verminoses integravam a maior parte dos tratados médicos. Chernoviz dedicou aproximadamente seis páginas de seu “Dicionário de medicina popular” à descrição dos vermes ou lombrigas.⁵⁹ Langgaard também se apropriou do assunto, reservando-lhe mais de doze páginas em seu dicionário, onde discutia acerca de suas etiologias, sintomas e tratamentos.⁶⁰ O problema das verminoses atingia significativa parte da população do Brasil, com destaque para as camadas sociais mais pobres, pela precariedade de suas condições de vida, de sua alimentação e higiene. Nesse cenário, os cativos estavam inseridos, haja vista que eram os que viviam em situações mais austeras.

Ao retomar a leitura de todas as obras até agora salientadas, questões importantes podem ser levantadas sobre a saúde, a doença, a vida e a morte dos escravos no território brasileiro. Para além do sentido de compaixão vislumbrado nos textos dos religiosos e dos intelectuais que discorreram sobre a precariedade das condições de vida e sobrevivência dos escravos tendo por fundamento princípios do cristianismo e da Ilustração, observados no quinto capítulo deste trabalho, percebe-se que a salvaguarda dos interesses econômicos obteve lugar de destaque.

Em relação aos escritos elaborados especificamente por profissionais ligados à saúde ora apresentados, especialmente após a introdução das instituições médicas de ensino, verifica-se a presença de um discurso altruísta acompanhado da intenção em se preservar aquilo que dava sustentação à riqueza da sociedade, concentrada nas mãos dos proprietários de escravos, com destaque para os proprietários rurais. A postergação dessa riqueza,

⁵⁷ Ver: LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomo III. p.140.

⁵⁸ Ver: EDLER, Flávio C. “Opilação, hipoemia ou ancistostomíase? A sociologia de uma descoberta científica.” *Vária História*. Belo Horizonte, n.32, p.48-74, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/32p48.pdf>> Acesso em: 19 mar. 2012.

⁵⁹ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.1194-1200.

⁶⁰ LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomo III. p.651-663.

entretanto, estava em franca negociação. O tráfico foi proibido no ano de 1850. Como já foi visto aqui, os debates em defesa da abolição replicavam nos jornais, nos discursos políticos, resultando em práticas e leis de caráter emancipacionista que acenavam para o fim de uma Era assinalada pela exploração do trabalho cativo.

Em 1847, quando David Gomes Jardim perguntou a um proprietário se o alto índice de mortalidade entre os escravos não lhe causava prejuízo, o mesmo, em resposta, afirmou que “[...] pelo contrário não lhe vinha dano algum, pois que quando comprava um escravo era só como o intuito de desfrutá-lo durante um ano, tempo além do qual poucos poderiam sobreviver”⁶¹ Ainda de acordo com o mesmo proprietário, “[...] fazia-os trabalhar por modo tal que chegava não só a recuperar o capital que neles havia empregado, porém ainda a tirar lucro considerável.”⁶² Certamente, essa concepção poderia ter sido diferente alguns anos depois, em face do fim do tráfico e das leis emancipacionistas. Entretanto, torna-se necessária a realização de estudos mais acurados sobre a melhora, ou não, das condições de vida dos escravos, de sua saúde e suas doenças, à luz da segunda metade do século XIX.

Eugenio, ao recuperar alguns escritos médicos desse período, aponta para a possibilidade de ter havido, a partir de 1850, uma melhora nas condições de vida e sobrevivência da população cativa. De acordo com o autor, em 1853, Reinhold Teuscher, em tese defendida junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, teceu algumas considerações acerca das condições sanitárias dos escravos que residiam nas fazendas da vila de Cantagalo, durante cinco anos de pesquisa. O médico chegou à conclusão que ali foi possível observar dados positivos: as moradias eram salubres, arejadas e bem construídas; os alimentos eram fartos e sempre disponíveis; o atendimento médico era feito em enfermarias apropriadas, dotadas de recursos, tendo à disposição um enfermeiro branco pronto a prestar socorro. Ainda de acordo com Teuscher, houve aumento no número da população escrava, com declínio dos óbitos, principalmente entre os recém-nascidos.⁶³

Essa realidade também foi vislumbrada, de acordo com Eugênio, em propriedades rurais de Minas Gerais, “[...] particularmente após a proibição definitiva da importação de africanos, nas quais as atividades econômicas estavam voltadas para produção de gêneros de primeira necessidade destinada ao abastecimento do mercado interno.”⁶⁴

⁶¹ JARDIM, David G. *Algumas considerações...*, op. cit. 1847. p.12.

⁶² JARDIM, David G. *Algumas considerações...*, op. cit. 1847. p.12.

⁶³ TEUSCHER, Reinhold. 1853. *Algumas observações...*, op. cit. 1853. apud UGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes...*, op. cit. 2008. p.137.

⁶⁴ UGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes...*, op. cit. 2008. p.137.

Consultando os documentos relativos ao balanço demográfico de 78 localidades da mesma província enviados ao seu governo no ano de 1856, em 63 delas foram registrados 3.411 nascimentos e 2.509 óbitos de escravos, perfazendo um saldo positivo de 902 indivíduos.⁶⁵

Teixeira, ao estudar sobre a reprodução da população cativa em Mariana a partir de vínculos familiares, percebeu que, entre os anos de 1850 e 1888, houve um aumento significativo nos arranjos que garantiam a reprodutividade natural. Para a autora, a diminuição do tráfico interno se tornou cada vez mais evidente, ao passo que nos plantéis houve o favorecimento de uniões matrimoniais que frutificaram em filhos, mesmo após a lei do Ventre Livre, que se por um lado dava liberdade à prole dos escravos, como já foi visto neste trabalho, permitia a sua exploração até a idade de 21 anos.⁶⁶ Esse fato acena para uma mudança no comportamento dos proprietários, uma vez que o incentivo às uniões matrimoniais e à reprodução natural figurava entre as medidas propostas pelos médicos à garantia da mão de obra nas lavouras.⁶⁷

De todo o modo, ainda após a década de 1850, não foram raros os textos que continuaram discorrendo sobre a precariedade das condições de vida dos escravos, atentando, inclusive, para o universo da infância. Antônio Ferreira Pinto, no ano de 1859, discorreu sobre a mortalidade infantil nos ambientes rurais do Rio de Janeiro, chegando à conclusão de seu alto índice de mortalidade. De acordo com o médico, essa situação era agravada pelo trabalho exaustivo que eram sujeitadas as escravas grávidas, cujos partos, muitas vezes, aconteciam em meio ao labor diário, ficando suas crias vulneráveis às intempéries do ambiente.⁶⁸

De acordo com Eugênio, em 1862 José Vieira dos Santos, que exercia medicina no Rio Grande do Sul, publicou um artigo na “Gazeta Médica do Rio de Janeiro”, atentando para a necessidade de se realizar um estudo geográfico sobre a incidência das verminoses. Para o autor, Santos acreditava que o Brasil ocupava lugar de destaque, tendo em vista que nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo as verminoses eram vulgares, em especial no ambiente das fazendas.⁶⁹

⁶⁵ EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes...*, op. cit. 2008. p.137.

⁶⁶ O trabalho da autora esteve fundamentado na análise de inventários *post-mortem*. Ver: TEIXEIRA, Maria Heloisa. “Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888).” *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Caxambu: ABEP, 2000. vol.1. p.1-17 Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_3.pdf> Acesso em: 10 ago. 2012.

⁶⁷ Sobre o aumento da população escrava em Minas Gerais após 1850 ver: PAIVA, Clotilde A. e LIBBY, Douglas C. “Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais.” *Estudos Econômicos*. São Paulo, vol.25, n.2, p.203-233, 1995.

⁶⁸ PINTO, Antonio F. *O medico da primeira infancia, ou o Conselheiro da mulher grávida e hygiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1859.

⁶⁹ EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes...*, op. cit. 2008. p.139. O título do artigo de Santos não foi inserido na bibliografia de Eugênio. No entanto, encontra-se na *Gazeta medica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ano 1, n.4, 15 set. 1863. p.41.

Mas a precaridade das condições de vida dos escravos sob a perspectiva das doenças não se constituiu, como se sabe, realidade exclusiva do ambiente rural. Como foi possível verificar também através de alguns estudos médicos, a problemática da saúde dos cativos nos centros urbanos esteve presente em muitos escritos, embora eles tenham atentado para a sua salvaguarda a partir de outros objetivos. Sob os auspícios da medicalização da sociedade e de políticas de caráter sanitarista, o interesse por ela parece ter se dado, de fato, em relação à manutenção da sociedade que se almejava construir, sendo este quadro também observado para a Ilha de Santa Catarina, tema para a próxima discussão.

Sob os cuidados do Hospital de Caridade

A trajetória do Hospital de Caridade remonta ao fim do século XVIII e está atrelada à fundação da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, instituída no ano de 1765 e com sede na Capela do Menino Deus, localizada no alto do Morro da Boa Vista em Desterro.⁷⁰ Suas primeiras instalações foram construídas em 1789 e objetivavam oportunizar o atendimento aos moradores doentes que careciam de recursos, incluindo a sua assistência material e espiritual.

Para Oliveira, no contexto do Brasil colonial os hospitais materializavam um espaço onde uma série de confrarias religiosas cumpria o segundo item das sete obras corporais de misericórdia postuladas pelas Santas Casas portuguesas, qual seja, a de cuidar dos enfermos.⁷¹ Porém, mesmo solicitando ao Reino de Portugal a aprovação para que o Caridade obtivesse direitos idênticos aos conferidos a elas, a saber, essencialmente no âmbito de recursos para o seu funcionamento, os mesmos não foram conquistados. De acordo com Oliveira, a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos garantiu o auxílio da terça parte dos legados consensuais, além de uma pensão anual de 300 mil réis, oriunda dos dízimos paroquiais da Ilha.⁷²

⁷⁰ Sobre a criação da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos ver: FONTES, Henrique da S. *A Irmandade do Senhor dos Passos e o seu hospital, e aqueles que os fundaram*. Florianópolis: Edição do autor, 1965.; CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972. Notícia II, Capítulo 11: Templos, imagens, confrarias e vários casos registrados.; e PEREIRA, Nereu do V. (Org.). *Memorial histórico da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos*. Florianópolis: Ministério da Cultura, 1997. vols.1 e 2.

⁷¹ OLIVEIRA, Luis Henrique P. *Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em História), PUC. p.163. As sete obras são: dar de comer a quem tem fome, dar abrigo aos peregrinos, assistir aos enfermos, dar de beber a quem tem sede, vestir os nus, socorrer os prisioneiros e enterrar os mortos. Ver: BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. Trad. Euclides M. Balancin et al. São Paulo: Paulus, 2012. Especialmente os evangelhos de São João, São Lucas, São Marcos, São Mateus e São Tiago.

⁷² OLIVEIRA, Luis Henrique P. *Os filhos da falha..., op. cit.* 1990. p.166.

Dedicada ao culto religioso da imagem que lhe deu origem ao nome, a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos foi composta por sujeitos de classes sociais distintas, sendo todos brancos e livres. Entre os anos de 1857 e 1865 contou com o auxílio das Irmãs da Ordem de São Vicente de Paula, mormente no trato de crianças expostas, embora as religiosas também tenham realizado atividades junto ao Hospital.⁷³

Mas entre os representantes da Irmandade também havia figuras de grande expressão política. Nesse sentido, conseguiu garantir parte das rendas necessárias para dar continuidade à tarefa de prestar assistência à população carente e enferma de Desterro, arredores, além daqueles que pela Ilha transitavam temporariamente. Através de subsídio provincial, esmolas, loterias, doações de propriedades repassadas em testamento e alugadas a terceiros, assegurava-se o funcionamento de sua instituição hospitalar. No entanto, sempre com dificuldades financeiras, até meados do século XIX o Caridade não se distinguiu de outras instalações similares alçadas no Brasil, muito mais voltadas à prestação de socorro aos necessitados do que à promoção da restituição da saúde.⁷⁴

Com uma estrutura física bastante rudimentar, passou por reformas no ano de 1855 devido às condições impróprias ao atendimento de doentes afetados pelas epidemias que frequentemente atingiam a população ilhoa. Segundo o Presidente da Província João José Coutinho, a remodelação do Hospital, que a partir dessa data recebeu o nome de Imperial Hospital de Caridade, oportunizou na ala norte a edificação de uma cozinha e um espaço destinado à inserção de 120 leitos, “[...] número muito superior ao que (demandavam) os socorros [...]”.⁷⁵ Na ala sul, ficou para ser terminada a enfermaria, considerada de grande importância a fim de que os doentes de ambos os sexos pudessem ser atendidos separadamente. Ainda segundo o Presidente da Província, nesse mesmo ano foram tratados no interior do Hospital 277 enfermos, os quais, 205 eram do sexo masculino e 72 do feminino. Destes, curaram-se 161 homens e 49 mulheres, vindo a falecer 23 e 18, respectivamente.⁷⁶

Esses dados, contudo, precisam ser reconhecidos com cuidado. Ao analisar os livros de registros de internamentos dessa instituição para o referido ano foi possível perceber que os números apresentados por Coutinho não pareciam coincidir. O que se constatou foi um total de 244 internações, sendo que 184 foram de homens e 60 de mulheres. Entre os óbitos houve

⁷³ Ver: OLIVEIRA, Luis Henrique P. *Os filhos da falha...*, op. cit. 1990.; e CARMELATO, Fabiana. “Hospital de Caridade, parte da história de Santa Catarina.” *Biblos*. Rio Grande, vol.15, p.69-85, 2003. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/393>> Acesso em: 6 out. 2014.

⁷⁴ Ver: CARMELATO, Fabiana. “Hospital de Caridade...” op. cit. 2014

⁷⁵ COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto d’abertura de sua sessão ordinaria em o 1º. de março de 1856*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1856. p.14.

⁷⁶ COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1856. p.14.

22 registros para o sexo masculino e 15 para o feminino, isso considerando os internamentos efetuados em 1855 e as mortes ocorridas no mesmo ano.⁷⁷

Na lista dos que faleceram constava Catharina, preta forra “benguela” internada com úlceras em 25 de agosto e morta cinco meses depois. Ainda, Josina, também forra e “benguela”, falecida de colerina logo após ter dado entrada no Caridade, em março de 1855. E mesmo Joaquim Soares, preto liberto de 42 anos e morador da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, internado em 17 de abril de reumatismos crônicos e falecido em 1 de agosto do mesmo ano.⁷⁸

Entre os que morreram, estava igualmente José, pardo alforriado, natural do Rio de Janeiro, solteiro e com 46 anos de idade, tendo perdido a vida de hemoptise em 26 de maio. Lourenço, preto liberto de 27 anos morto de tubérculos pulmonares no mês de setembro, quinze dias após ter sido internado. E Eufosina Rosa, parda, ex-escrava moradora da freguesia de Santo Antônio. Ela era casada, tinha 30 anos de idade e morreu de uma peripneumonia após dois meses de internação.⁷⁹

Antônio, africano alforriado que foi internado em 15 de setembro, faleceu mesmo dia de seu internamento. Não foi registrada a causa de seu padecimento, porém, certamente era de natureza grave, já que não desfrutou de um mínimo de tempo para se tratar. Um outro Antônio, de sobrenome Miranda, forro e natural do Congo, foi a óbito de hidrotorax em 16 de novembro de 1855. E por fim, João e Leopoldina. Ele, natural da África, ex-cativo e falecido de anasarca. Ela, preta forra da Bahia, tendo morrido de febre hética.⁸⁰

Para Coutinho, a razão para que os homens falecessem em maior proporção que as mulheres estava vinculada à baixa procura que estas faziam do serviço assistencial. De acordo com o Presidente da Província, geralmente quem recorria ao Hospital de Caridade eram “[...] mulheres de vida irregular, e já quando pelo adiantamento do mal poucas esperanças (davam) de se restabelecerem [...]”.⁸¹ Esse cenário não era observado para os homens, “[...] marinheiros robustos (que procuravam) os socorros em princípio de suas moléstias por não poderem ser tratados a bordo.”⁸²

⁷⁷ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.7 e 8, 2 jan. 1855/29 dez. 55. CMIHC. Foram encontrados mais 2 óbitos masculinos e 3 femininos no ano de 1856, correspondentes a pessoas internadas no ano de 1855.

⁷⁸ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.7 e 8, 2 jan. 1855/29 dez. 55. CMIHC.

⁷⁹ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.7 e 8, 2 jan. 1855/29 dez. 55. CMIHC.

⁸⁰ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.7 e 8, 2 jan. 1855/29 dez. 55. CMIHC.

⁸¹ COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1856. p.15.

⁸² COUTINHO, João José. *Falla que o Presidente...*, op. cit. 1856. p.15.

De fato, a constante vigilância estabelecida sobre as embarcações fazia com que as enfermidades obtidas a bordo fossem consideradas perigosas para a saúde pública. Temendo surtos epidêmicos, as naves eram frequentemente inspecionadas, sendo deslocados para tratamento, os sujeitos que apresentavam algum problema mais grave. Quando qualquer doença potencialmente mortal e com grande capacidade de alastramento era evidenciada, as táticas de controle se davam através das quarentenas e do deslocamento coletivo dos tripulantes e viajantes para locais específicos, afastados das zonas populosas e urbanas, a exemplo das fortalezas de Santa Cruz e Ratonés.⁸³ De todo o modo, a vulnerabilidade à aquisição de uma série de condições patológicas dentro das embarcações permitia que o Hospital fosse reconhecido, pela marinharia, como única alternativa à possível restituição da saúde.

Analisando os livros de registros de internamentos do Caridade entre os anos de 1850 a 1859, constatou-se, para o sexo masculino, que os marinheiros eram parte expressiva de sua clientela. Essa realidade também foi observada para a população escrava. Dos 224 internamentos de homens na condição de cativo, 81 foram registrados como marinheiros, isso sem contar aqueles em que a profissão não foi mencionada, embora seus proprietários fossem empresários do ramo do comércio de navegação, como José Maria do Valle, Martinho José Callado e Francisco Duarte Silva.⁸⁴

Conquanto que o maior número de internamentos tenha sido de escravos da Casa, ou seja, da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, o labor no mar e até junto aos rios podia incorrer em sérios problemas de saúde, muitas vezes representando risco iminente de morte, como já foi observado no primeiro capítulo deste trabalho. Assim, o gráfico 8 traz o demonstrativo dos internamentos de homens escravizados, de acordo com suas funções laborais ou vínculos senhoriais.

⁸³ Ver: GARCIA, Carla L. *Emanações perniciosas...*, op. cit. 2006. p.24-25.

⁸⁴ Ver: BILÉSSIMO, Angelo Renato. *Entre a praça e o porto: grandes fortunas nos inventários post mortem em Desterro (1860-1880)*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2008.

Gráfico 8

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros de internamentos no Hospital de Caridade*. vol.6, 22 jan. 1850/13 dez. 1850; vol.7, 6 jan.51/15 set. 1855; vol.8, 16 set. 1855/31 dez. 59. CMIHC.

Em termos percentuais, os 81 registros de internamentos de escravos marinheiros corresponderam a 36%. Se forem acrescidos os pertencentes a José Maria do Valle, Martinho José Callado, da barca Constância, do brique Inca e de Francisco Duarte Silva, o índice de internações para homens escravizados ligados à marinharia pode ter alcançado, aproximadamente, 44%. Isso induz a pensar que a vida de marinheiro era significativamente austera e que esses sujeitos constantemente padeciam. Nos assentamentos encontrados não foram raros os episódios de homens internados várias vezes. De maneira semelhante, de cativos de um mesmo proprietário sendo levados aos cuidados do Hospital de Caridade em datas muito aproximadas.

Essa realidade torna factível concluir que as condições de trabalho, para esses sujeitos, eram bastante adversas. Certamente, careciam de alimentação e vestuários adequados, incluindo água limpa. A falta de higiene presente dentro das embarcações se configurava elemento predisponente à vulnerabilidade.⁸⁵ Assim, as doenças se manifestavam com frequência e suas origens eram de ordem variada, como a diarreia e a disenteria, as boubas, as

⁸⁵ Ver: SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica das gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. Campinas: Papyrus, 2001.; BARREIRO, José Carlos. "Marinheiros, portos e sociabilidades: o Brasil e a ascensão do Atlântico Sul (1780-1850)." *VIII Congresso Internacional da Brasa – Brazilian Studies Association*. Nashville: Vanderbilt University, 2007. vol.1. p.1-16.; _____. "A formação da força de trabalho marítima no Brasil: cultura e cotidiano, tradição e resistência (1808-1850)." *Tempo*. Niterói, vol.15, n.29, p. 189-209, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v15n29/08.pdf>> Acesso em: 5 fev. 2014.; OLIVEIRA, Vinícius P. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864)*. Porto Alegre, 2013. Tese (Doutorado em História), UFRGS.

febres gástricas ou apenas febres. Além delas, a oftalmia, o carbúnculo, o reumatismo, as bexigas, as chagas, a constipação, o catarro pulmonar, a blenorragia, a anasarca, a contusão, os panarícios, abscessos, feridas e úlceras. Também a sífilis, infecções renais, a asma, os problemas lombares, a cefalgia, as queimaduras, os edemas, a pleurisia, a contusão, a laringite, as lombrigas, a pneumonia, as escrófulas, a erisipela, a tísica, a supressão da transpiração, a angina, as hepatites, os embarços gástricos e as cólicas.⁸⁶

Extrapolando essa grande quantidade de condições patológicas, havia o problema da febre amarela e do cólera. Em face da presença do *morbus* em Desterro, os barcos ficavam em quarentena e ainda que os acometidos fossem levados a espaços de campanha reservados, o Hospital de Caridade não deixava de atender aos que invariavelmente acabavam contaminados em função da dificuldade que era, naquela época, ter-se pleno controle sobre os contatos.⁸⁷

Um elemento relevante a se considerar sobre os internamentos efetuados entre os anos de 1850 e 1859 corresponde à clientela. Do total de 2.010 internamentos, 524 se referiram a pessoas de alguma forma ligadas ao universo da escravidão. Eram africanos e afrodescendentes escravos, livres ou libertos, além de pretos, crioulos e pardos de diferentes condições sociais, conforme pode ser verificado na tabela 24:

Tabela 24

Internamentos por condição social Hospital de Caridade (1850-1859)											
Branços		Africanos e afrodescendentes								Total	
Livres		Escravos		Forros		Livres		Sem condição			
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1.003	483	224	30	118	88	7	0	39	18	1.391	619
1.486		524								2.010	

Legenda: H: Homem / M: Mulher

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros de internamentos no Hospital de Caridade*. vol.6, 22 jan. 1850/13 dez. 1850; vol.7, 6 jan.51/15 set. 1855; vol.8, 16 set. 1855/31 dez. 59. CMIHC.

Somente com relação à população escrava, que totalizou 254 registros de internamentos, 136 corresponderam a propriedades da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos. Isso significa dizer que mais da metade desses internamentos se referia a escravos da Casa, um percentual de 43% entre o sexo masculino, com 110 registros, e de 10% entre o sexo feminino, com 26.

⁸⁶ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

⁸⁷ Ver: CABRAL, Oswaldo R. "Medicina, médicos e...", op. cit. 1977.; MORAES, Laura do N. R. *Cães, vento sul e...*, op. cit. 1999.; e GARCIA, Carla L. *Emanações perniciosas...*, op. cit. 2006.

Embora cativos de outros proprietários fossem atendidos pela Instituição, a exemplo dos marinheiros aqui já apresentados, 54% dos socorros foram destinados a pessoas em cativeiro vinculadas direta ou indiretamente a ela. Nesse sentido, depreende-se que entre os anos de 1850 a 1859 o Hospital não funcionou como um local para onde os escravos eram enviados em sua maioria, salvo quando se tratava de homens vinculados à marinha mercante, condição que de certa forma acabava forçando o envio desses sujeitos para um possível tratamento em função do controle do poder público sobre as embarcações e seus trabalhadores.

Mas um outro fator deve ser, aqui, também considerado. O de que no Hospital de Caridade, para o período estudado, cativos que eram da Irmandade adoeciam constantemente, sendo levados a internamentos por mais de uma vez. Antônio Pequeno, africano “cabinda”, foi internado em 7 de dezembro de 1854 com dores reumáticas. Em 5 de fevereiro de 1855 voltou a se internar por causa de uma contusão. No dia 16 de dezembro deu entrada no Caridade por padecer de um abscesso. Dois meses após, era vítima de uma diarreia, sendo dirigido novamente ao Hospital. No mês de abril do mesmo ano foi novamente internado, a saber, acometido de um tumor. Sebastião Pequeno, um provável parente de Antônio, dada a mesma naturalidade e o sobrenome (ou apelido), foi internado em 3 de fevereiro de 1855 com lombrigas. Em 31 de março deu entrada no Hospital vítima de uma constipação. De ambos, nada mais se registrou.⁸⁸

Maria Jerônima, escrava da Casa e natural de Montevidéu, internou-se em fevereiro e em outubro de 1854. Nas duas vezes não houve registro de sua doença. Porém, em 15 de novembro de 1855 novamente foi levada ao Hospital vítima de uma gastroenterite. Nessa época ela tinha 40 anos. Mas em 1856, Maria novamente se internou, e três vezes. Primeiro, de enterite crônica; depois, de colerina; e finalmente, de erisipela. Tal como Antônio e Sebastião Pequenos, Maria desapareceu dos registros do Hospital.⁸⁹

Antônio, Joaquim, José e Sebastião foram internados em maio de 1851. Os primeiros, de edemacia; os segundos, de sarnas ou escabiose. Apenas 1, o Joaquim, veio a falecer.⁹⁰ Em junho de 1854, Henrique e Antero, ambos africanos “cabindas”, sofriam de constipação. Além deles, Januário, natural de Desterro. Somente durante esse mês 10 escravos da Casa padeceram, 9 homens e 1 mulher. É possível que a constipação referenciada se tratasse de uma inflamação das mucosas nasais. Isso porque um outro cativo foi internado com defluxo.

⁸⁸ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6 e 7, 22 jan. 1850/15 set. 55. CMIHC.

⁸⁹ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

⁹⁰ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vol.7, 6 jan.51/15 set. 1855. CMIHC.

Embora nenhuma menção tenha sido feita sobre as doenças dos 6 internos restantes, não é incorreto inferir que se tratassem de causas semelhantes.⁹¹

Em março de 1856, quando a epidemia do cólera atingia com maior intensidade a Capital da Província de Santa Catarina, 35 pessoas deram entrada no Hospital.⁹² Destas, 11 foram de colerina, tida como a fase inicial da doença, e uma do *morbus*. Entre eles estavam 7 escravos da Casa, 4 homens e 3 mulheres. No âmbito dos forros, havia 1 de cada sexo, ambos do Congo. Por fim, uma parda de 60 anos de idade sem condição social definida e morta no dia seguinte de sua internação.⁹³ Apenas 2 afetados eram brancos, o que implica dizer que dos 12 casos relacionados ao cólera naquele mês de março, 83% incidiram sobre sujeitos atravessados pela escravidão.⁹⁴

Na lista das doenças presentes entre os escravos da Casa, constavam aquelas que também acometeram os marinheiros. Além delas, uma série de condições que apontavam para o recurso de punições ou práticas de maus-tratos. Agostinho, falecido em 1851, era histérico. Tômas, internado em janeiro de 1852, tinha a perna quebrada. Antônio Pequeno, já aqui referenciado, foi internado em 1855 em face de uma contusão; assim como Leonor, africana “benguela” e Duarte de nação “cabinda”, este por causa de escoriações. Bonifácio de Angola, em 1856 se encontrava com feridas. E em 1858, Joana do Moçambique, solteira de 30 anos de idade falecia de alienação mental.⁹⁵

Mesmo que o Hospital de Caridade tenha pretendido, durante todo esse período dos anos 50, alçar ao status de uma instituição voltada ao tratamento das doenças, através da incorporação, em seu quadro de funcionários, de profissionais formados nos centros de saber brasileiros, a exemplo dos Doutores Antônio José Sarmiento e Mello⁹⁶ e Manoel Pinto Portella; evidencia-se que a população escrava, em sua multiplicidade, não era ali atendida. Esse fato induz a refletir sobre a ausência de uma preocupação, por parte dos proprietários de

⁹¹ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vol.7, 6 jan.51/15 set. 1855. CMIHC.

⁹² Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vol.8, 16 set. 1855/31 dez. 59. CMIHC.

⁹³ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vol.8, 16 set. 1855/31 dez. 59. CMIHC.

⁹⁴ Sobre a epidemia do cólera em Desterro ver: SIEBERT, Itamar. *Um biênio de provações e entusiasmos nas origens do jornalismo catarinense (1855-1856): entre a polêmica política e o processo civilizador*. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em História), UFSC. Especialmente o Capítulo 1: Jornalismo, política e calamidade natural.

⁹⁵ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros de...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

⁹⁶ Antônio José Sarmiento e Mello foi médico e cirurgião formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Atuou na área da saúde como responsável pelo Hospital de Caridade, sendo também Deputado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina durante os anos de 1850 a 1853, 1864 a 1869, e 1880 a 1881. Ver: PIAZZA, Walter Fernando. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

Desterro e Ilha, no trato dos problemas de saúde que acometiam os seus cativos. De igual forma, de uma possível resistência desses sujeitos a procurar auxílio médico oficial, sendo capazes, eles próprios, de lidar com as suas enfermidades.

Embora fosse exequível que senhores recorressem a médicos particulares ou curadores populares para tratar de seus escravos doentes, como foi evidenciado no quarto capítulo deste trabalho e sugerido em dois anúncios de fuga vistos no quinto capítulo, acredita-se que tal fato não se configurava uma regra. A precariedade de condições financeiras que assinalava grande parte da população ilhoa, proprietária, em geral, de 1 ou 2 escravos, permite fazer essa reflexão. Isso implica asseverar que a saúde dos cativos e a busca pela manutenção de suas vidas não faziam parte da agenda dos interesses públicos e privados. Tal assertiva pode ser comprovada ao realizar uma observação atenta sobre os artigos de jornais publicados na imprensa Desterrense em que a temática da saúde pública mereceu lugar de destaque. Ali não houve qualquer menção à importância em se preservar essa força de trabalho. Quando escravos entravam na pauta das discussões, tendiam a ser referenciados como responsáveis pelos riscos que representavam àquela sociedade que emergia desejando adquirir o status de moderna e civilizada.

Ora, atentando para os internamentos de africanos e afrodescendentes forros, livres e sem condição social registrados nos livros do Hospital de Caridade entre os anos de 1850 e 1859, vê-se um expressivo percentual de internações relativas a eles, ou seja, aproximadamente 51%, contra 26% de escravos da Casa, 19% de marinheiros ou indivíduos possivelmente ligados à marinha mercante e apenas 4% de cativos de outras propriedades senhoriais. Isso significa dizer que, ao contrário dos pacientes cativos de senhores diversificados, a população africana e crioula, fosse ela alforriada, livre ou sem posição social definida, recorria com frequência ao Hospital de Caridade e observava, na Instituição, um local de amparo em face de suas doenças, podendo contar com ela sempre que fosse necessário, não importando se o mal era extremamente grave ao ponto de mobilizar o poder público para forçar os internamentos, a exemplo do cólera, ou de natureza mais simples, como uma ferida qualquer.

Gráfico 9

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros de...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

A partir da análise dos livros de registros de internamentos do Hospital de Caridade não se conseguiu identificar quantos indivíduos foram exatamente internados entre os anos de 1850 e 1859. Isso porque a escritura do material foi marcada por informações lacunares, em alguns momentos mencionando os nomes dos internos acrescidos de sua filiação, naturalidade, condição civil e idade; em outros, identificando apenas a primeira denominação desses sujeitos, podendo se tratar de reinternações, e muitas eram. No entanto, foi viável identificar, a partir dessa fonte documental, quais foram as enfermidades mais recorrentes. Além disso, as que podiam levar ao óbito. Isso permitiu estabelecer o perfil das doenças que incidiam sobre as populações singradas pelo sistema escravista nessa localidade, objeto de interesse para a presente discussão.

Com efeito, pouco se sabe sobre a saúde desses indivíduos na Ilha de Santa Catarina. As pesquisas que foram realizadas no campo da história da medicina ou dos processos de remodelação das condutas em Desterro estiveram voltadas à trajetória da implementação dos serviços oficiais na região, acompanhando uma vertente historiográfica que dedicou especial atenção à inserção da medicina social no Brasil no contexto do século XIX.⁹⁷ Por consequência, não trouxeram à luz os sujeitos que passaram a ser atendidos por ela, atentando, inclusive, para os desdobramentos dessa nova forma de lidar com os problemas que

⁹⁷ Ver: CABRAL, Oswaldo R. "Medicina, médicos e...", op. cit. 1977.; CHEREM, Rosângela M. *Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em História), USP.; MORAES, Laura do N. R. *Cães, vento sul e...*, op. cit. 1999.; e GARCIA, Carla L. *Emanações perniciosas...*, op. cit. 2006.

resultavam no seu padecimento. Enfatizaram, em essência, os processos de institucionalização do saber médico sob a perspectiva das políticas sanitárias, esquecendo-se de que a realidade da escravidão forçava aos que se encontravam em cativeiro a situações de sobrevivência extremamente vexatórias, as quais, geralmente, estendiam-se aos que obtinham a liberdade em algum momento de sua vida.⁹⁸

Como é sabido, a desumanização de africanos e seus descendentes foi muito bem descrita na literatura referente à escravidão. Materializava-se, via de regra, no excessivo labor diário, nos constantes castigos impingidos, na quebra forçada de vínculos parentais, na precariedade das moradias, na baixa qualidade de sua dieta alimentar, na carência de ter o que vestir e o que calçar.

Pelo não uso de calçados, ficava-se mais vulnerável à aquisição de doenças ou intercorrências originadas de ferimentos, picadas ou mordidas de animais peçonhentos.⁹⁹ Pés descalços se feriam e estes ferimentos se transformavam em ulcerações que alcançavam tamanho grau de infecção que podiam provocar um caso agudo de septicemia. Muitos eram inoculados com a bactéria *Clostridium tetani*, vindo a perecer de tétano. Outros contraíam o bicho-de-pé, podendo morrer igualmente de tétano ou ficar aleijados. Havia quem era alvejado por mordidas de cobras, na maior parte das vezes, potencialmente letais.

Karasch lembrou que a “regra” que proibia o uso dos calçados era ainda mais nociva se combinada aos vestuários. De acordo com autora, eles eram inadequados ao frio, porta de entrada para a aquisição de doenças respiratórias severas, como a bronquite, a pneumonia e a tuberculose, esta, infectocontagiosa.¹⁰⁰ Porém, essas situações obtusas não eram apenas experienciadas por escravos. Africanos e afrodescendentes livres e libertos, como pôde ser observado no quinto capítulo deste trabalho, muitas vezes se tornavam vítimas de maus-tratos e suscetíveis a condições de sobrevivência e vida insalubres através de um cotidiano marcado pela precarização de suas liberdades acrescida de uma pobreza extrema.

Sob essa perspectiva, Carneiro, ao analisar acervo documental do Asilo dos Alienados São João de Deus, fundado na cidade de Salvador em 1874, problematizou os reflexos das

⁹⁸ Na contramão dessa corrente, a pesquisa de Santos, intitulada “Do mar ao morro: geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis”, caracteriza-se o único estudo que se propôs a discutir as condições de sobrevivência das populações africanas e seus descendentes em suas diferentes posições sociais, ainda que o objetivo central de sua investigação não estivesse centrado nas problemáticas da saúde e da doença. Ver: SANTOS, André Luis. *Do mar ao morro: geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis*. Florianópolis, 2009. Tese (Doutorado em Geografia), UFSC.

⁹⁹ Ver: FIGUEIREDO, Betânia G. “As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde.” In: NASCIMENTO, Dilene R. do et aliae. *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. vol.2. p.252-273.

¹⁰⁰ KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000. Especialmente o Capítulo 6: Armas dos feiticeiros: as doenças.

liberdades concedidas aos escravos da Bahia nos anos próximo da abolição.¹⁰¹ A partir de suas pesquisas, a autora reconheceu que os problemas de caráter mental que afetavam essa categoria social não tinham relação com a alienação propriamente dita, mas com as privações sofridas.

Abandonado à sua própria sorte, o negro livre acabava por se confundir com as bordas do mundo marginal que não lhe oferecia melhores opções, além do servilismo e de atividades esporádicas. Alternando mendicância com trabalho temporário, os ex-escravos mergulhavam neste mundo surdo, superpondo a máscara de mendigo à de louco, velho ou doente.¹⁰²

O que se percebe, a partir do estudo de Carneiro, é a manifesta precarização dessas liberdades. Na cidade de Salvador da segunda metade do século XIX, o estado de loucura se confundia com o estado de pobreza. Como resultado, era imputado ao ex-escravo ou recém-liberto o signo da anormalidade para qual o internamento era justo. O sentido de justiça, aí, integrava o pensamento coletivo de uma parcela da população amedrontada com pessoas consideradas racialmente inferiores, livres e cheias de ódio em virtude da escravidão, portadoras de todos os vícios e males, portanto, máxima expressão do perigo.¹⁰³ Nesse cenário era inimaginável considerar que os delírios desses indivíduos fossem fruto de outras enfermidades e que essas enfermidades, por conseguinte, decorressem de privações.¹⁰⁴

Por certo, realidades semelhantes podiam ser observadas em Desterro, levando, inclusive, à vontade de se suicidar. É o que sugere o fato ocorrido no ano de 1860, descrito no jornal “O Argos”:

¹⁰¹ CARNEIRO, Maria Luiza T. “Negros, loucos negros.” *Revista da USP*. São Paulo, n.18, p.146-151, ju./jul./ago. 1993. Carneiro utilizou como fontes os livros de ofícios de internamentos (1875-1877/1877-1879), os livros de ofícios diversos (1875-1877), o Relatório Administrativo (1878), além de alguns atestados médicos.

¹⁰² CARNEIRO, Maria Luiza T. “Negros, loucos negros...”, *op. cit.* 1993. p.147.

¹⁰³ Ver: AZEVEDO, Célia Maria M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites*. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2004.

¹⁰⁴ O estudo de Carneiro foi avaliado por Mattos em: MATTOS, Débora M. “Nas páginas dos jornais, peculiares experiências de vida: saúde e escravidão na Ilha de Santa Catarina da segunda metade do século XIX – anúncios de fuga, notas de suicídio e denúncias de maus-tratos. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: ANPUH, 2013. p.1-20. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372278793_ARQUIVO_Naspaginasdosjornais,peculiaresexperienciasdevida,Anpuh2013,TEXTOREVISADO.pdf> Acesso em: 5 fev. 2014.

Às 3 horas da manhã do dia 11 andando pelas ruas desta Capital a preta liberta Catharina, que se achava em estado de alienação mental, uma patrulha de policiais a recolheu ao saguão da cadeia para não continuar em seus distúrbios. Ela, porém, logo que ali chegou e se viu desembaraçada dos seus condutores, subiu ligeiramente pela escada e se precipitou por uma das janelas, que dão para o largo do Palácio, caindo sobre uns paus que ali se conservavam.

Como do choque não lhe resultasse instantânea inação, levantou-se; e os policiais tornaram a conduzi-la para o saguão.

Logo que amanhece, mandaram-na sair. Foi ter à casa do cidadão João Francisco Cidade e ali recebeu algum socorro; mas não sossegou. Procurou a casa do cidadão João Tavares de A. Bueno que a recolheu e a tratou caridosamente, mas os efeitos da queda não permitiram que vivesse muitas horas, por isso em pouco tempo de estada na última casa faleceu.

A polícia sendo avisada do seu falecimento, deu as providências que lhe cumpria, e o caso reclamava.

Do exame para que se procedeu no cadáver, reconhece-se que a morte foi originada da queda.¹⁰⁵

Não é factível saber a idade de Catharina. Contudo, a notícia deixou evidente que ela era preta e liberta, e que na condição de alienada mental, provocadora de distúrbios, deveria ser presa, uma marca do controle sobre o intolerável. As condições de vida que fizeram com que ela se encontrasse no “suposto” estado de alienação mental não são passíveis de investigação através da notícia publicada. Porém, dada a realidade de um cotidiano marcado pela falta de recursos, torna-se exequível inferir que o seu distúrbio decorresse da precarização de sua liberdade. Não obstante, a ação de Catharina pode ser vislumbrada sob outra perspectiva, qual seja, a da agência de sujeitos, mormente de origem africana que em face da adversidade decidiam se suicidar objetivando rearmonizar o mundo em que viviam.¹⁰⁶

Para Slenes, a ideia de rearmonização esteve ligada ao pensamento centro-ocidental africano, amparando-se no princípio do complexo ventura/desventura. De acordo com o autor, esse princípio se baseava na crença de que o universo, em seu estado de equilíbrio, era assinalado pela harmonia, o bem-estar e a saúde. Porém, ao estar desequilibrado, movia-se pela desgraça, pela doença, geralmente ocasionadas por ações malévolas de espíritos ou pessoas, todas dotadas de elementos sobrenaturais. É fato que a vida em cativeiro, tal como foi estabelecida no Brasil, era geradora de infortúnios. Nesse sentido, necessitava-se restituir a harmonia e o equilíbrio alterados. Essa restituição podia ser alcançada de diferentes formas. Geralmente através de práticas rituais em que se buscava estabelecer um diálogo com o mundo metafísico. Mas inclusive através de suicídio, em que a morte podia

¹⁰⁵ Jornal “O Argos”. Desterro, Ano 5, n.575, 17 abr. 1860. p.1. BPSC.

¹⁰⁶ O suicídio de Catharina foi discutido por Mantos em: MATTOS, Débora M. “Nas páginas dos jornais...,” *op. cit.* 2013. p.12-13.

significar a certeza de uma existência no além, mais harmoniosa e feliz.¹⁰⁷ Sob essa perspectiva, o ato de Catharina não necessariamente representou um dado posto da condição de insanidade mental em que se encontrava, mas ao contrário, constituiu-se uma expressão própria e consciente de busca pela plena restituição de sua vida.¹⁰⁸ De todo o modo, o desespero certamente pode tê-la induzido a uma ou outra situação, materializando o sentido de experiências cotidianas pintadas com tintas nada suaves.

Mesmo que entre os anos de 1850 e 1859 o Hospital de Caridade não tenha registrado qualquer internamento decorrente de tentativas de suicídios envolvendo africanos e afrodescendentes escravizados, livres ou libertos, houve casos de problemas mentais, sendo 5 de maníacos, 4 de alienados, 1 de demente e 1 de histérico. Destes, 4 eram escravos, 6 eram forros e 1 não tinha posição social definida.¹⁰⁹ Que situações de vida teriam levado esses indivíduos a desenvolver diferentes tipos de distúrbios psíquicos? A essa questão não é possível se obter resposta, apenas fazer suposições a partir das evidências até agora apresentadas.

Do que eles padeciam

Dos internamentos ocorridos no Hospital de Caridade durante os anos 50, estabeleceram-se alguns padrões de classificação para as enfermidades encontradas. Do total de 524 registros de africanos e afrodescendentes escravos, livres, libertos ou sem condição social, 65 não apresentaram as causas para os internamentos. Além desses, 14 continham uma escrita ilegível, ficando igualmente sem identificação. Nesse sentido, serão aqui desveladas apenas as informações correspondentes as 445 internações restantes, incluindo as 1.042 relativas à população branca e livre identificada com os mesmos problemas de saúde. Nessa amostragem, um número maior de escravos, se comparado aos forros, foi identificado em suas especificidades patológicas, perfazendo um total de 206 registros contra 176 de alforriados, sendo que dos 63 restantes, 7 eram livres e 56 sem posição social definida.

¹⁰⁷ SLENES, Robert W. A. “Malungu, ngoma vem!: África coberta e descoberta do Brasil.” *Revista USP*. São Paulo, n.12, fev. 1992. p.58. Sobre suicídios de escravos em Desterro ver: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...*, op. cit. 1972. Memória II. Especialmente o Capítulo 10: Porque a história é longa e extenso o capítulo, aqui se continua...; e MATTOS, Débora M. “Nas páginas dos jornais...,” op. cit. 2013. Sobre suicídio escravidão ver: VENÂNCIO, Renato P. “A última fuga: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888).” *Revista de História do LPH*. Mariana, vol.1, n.1, p.80-89, 1990.; FERREIRA, Jackson. “Por hoje se acaba a lida: suicídio escravo na Bahia (1850-1888).” *Afro-Ásia*. Salvador, n.31, p.197-234, 2004. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/31_12_porhoje.PDF> Acesso em: 12 abr. 2010.

¹⁰⁸ Essa interpretação sobre a morte de Catharina foi apresentada Mattos em: MATTOS, Débora M. “Nas páginas dos jornais...,” op. cit. 2013. p.12-13.

¹⁰⁹ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

Como critério para classificação a respeito dos agentes indutores das internações, procurou-se adequar as enfermidades, quando possível, à parte do corpo em que elas incidiam, tendo em vista que muitas das informações eram vagas e superficiais, não sendo permitida a sua detalhação. Além disso, houve acometimentos que não se tratavam de doenças, caracterizando-se por manifestações sintomáticas de patologias ou situações circunstanciais externas, como acidentes que levavam à hospitalização e, em muitos casos, ao óbito.

Estudos atuais que se debruçaram sobre fontes hospitalares do século XIX refletiram a dificuldade na especificação das enfermidades, principalmente aquelas que incorriam em morte. Esse panorama tem como razão evidente a ausência, para a época, de um protocolo unificador de operacionalização, oportunizando a distinção entre a causa do falecimento e a sintomatologia.¹¹⁰ Assim, se os livros de registros de internamentos do Hospital de Caridade apresentaram as razões que levaram, deliberadamente ou forçosamente, os sujeitos ali assentados ao recurso da Instituição, os fatores que culminaram na perda de vidas merecem uma outra discussão que aqui não será totalmente contemplada. Isso porque houve internamentos que resultaram em mortes processadas muito tempo depois, possivelmente até de outras doenças ou intercorrências distintas das que levaram essas pessoas à internação.

Dos dados compilados, a tabela 25 representa um esforço em categorizar as doenças ou acometimentos responsáveis pelos internamentos ocorridos entre os anos de 1850 e 1859. O que se constata é um expressivo número de registros para problemas decorrentes de bactérias, vírus ou parasitas, assinalando uma grande vulnerabilidade à aquisição de condições patológicas de ordem infectocontagiosa. Posteriormente, vê-se um número também relevante para manifestações sintomáticas de enfermidades variadas, inclusive, com mais ocorrências para a população africana e afrodescendente em sua totalidade do que àquelas observadas na classificação anterior. Acometimentos ou doenças respiratórias e pulmonares estiveram em terceiro lugar, seguidas por problemas articulares, musculares ou esqueléticos, além de gastrointestinais.

Embora as afecções neuropsíquicas tenham sido mais expressivas em relação ao total de internamentos, as causas acidentais ou outros fatores externos afetaram em, maior número,

¹¹⁰ Ver: FIGUEIREDO, Betânia G. “As doenças dos escravos...”, *op. cit.* 2006. vol.2. p.252-273.; e SOUZA, Jorge P. “A presença do cólera, da diarreia, e as condições sanitárias durante a guerra contra o Paraguai: registros médicos e memórias.” In: NASCIMENTO, Dilene R. do et aliae. *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. vol.2. p.233-251.; e EDLER, Flávio. C. *A medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

africanos e afrodescendentes. Posteriormente, problemas tumorais, hepáticos, sistêmicos, renais e geniturinários e, por fim, cardíacos, cerebrais ou circulatórios.

Tabela 25

Doenças ou condições físicas e de saúde circunstanciais Hospital de Caridade Internamentos (1850-1859)						
Ocorrências	BL	AAE	AAF	AAL	AASC	Total
Infecções contagiosas, bacterianas, parasitárias e virais	306	65	31	1	9	412
Manifestações sintomáticas	270	42	66	1	14	393
Respiratórias e pulmonares	133	41	26	1	12	213
Articulares, musculares e esqueléticas	105	19	19	1	12	156
Gastrointestinais	90	16	14	2	4	126
Neuropsíquicas	56	4	6	0	1	67
Acidentais ou externas	41	12	5	0	1	59
Tumorais	12	3	5	1	0	21
Hepáticas	12	2	0	0	1	15
Nutricionais	11	1	2	0	0	14
Renais e geniturinárias	5	1	2	0	0	8
Cardíacas, cerebrais e circulatórias	1	0	0	0	2	3
Total	1042	206	176	7	56	1487
Legenda: BL: Brancos livres. AAE/F/L/SC: Africanos e afrodescendentes escravos, forros, livres e sem condição social.						

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

Importante considerar, a partir dos dados apresentados, a impossibilidade de se estabelecer um percentual dos acometimentos, sobretudo porque para isso seria necessário quantificar a população branca da Ilha de Santa Catarina, comparando-a com a africana e afrodescendente de forma a se verificar o índice com que as doenças ou ocorrências incidiam sobre essas duas categorias de indivíduos.¹¹¹ Outro fator de limitação corresponde ao grande número de registros sem a determinação da doença ou a causa da internação, o que faria aumentar ou diminuir o percentual de ocorrências na lista de classificação proposta, inserindo, inclusive, enfermidades ou condições físicas e de saúde circunstanciais não observadas. Fora isso, como já foi mencionado, houve vários registros que se tratavam de reinternações, sendo grande parte assinalada pela ausência de informações detalhadas sobre os sujeitos internados, impossibilitando também a sua quantificação. Nesse sentido, o que se propõe aqui, é uma análise qualitativa dos dados de forma que eles possam permitir uma reflexão mais abrangente sobre a vida das populações atravessadas pelo cativo que foram assistidas pelo Hospital de Caridade.

¹¹¹ Essa análise só seria exequível se fossem obtidos os números exatos desses indivíduos presentes na Ilha de Santa Catarina para todo o período estudado. Além disso, se o Hospital de Caridade atendesse exclusivamente aos residentes permanentes de Desterro e demais freguesias, o que não foi o caso.

Doenças bacterianas, parasitárias, virais ou infectocontagiosas

Entre as doenças bacterianas, parasitárias, virais ou infectocontagiosas, a tísica, as afecções boubáticas, o cólera ou colerina, a erisipela e a disenteria foram as que mais se destacaram, como pode ser observado na tabela 26. Entre africanos e afrodescendentes, ocorreram 16 registros para a tísica, 15 para as boubas, 13 para o cólera ou colerina, 12 para a erisipela e 10 para a disenteria. Essas enfermidades representaram, para brancos livres, respectivamente, em 43, 21, 9, 20 e 19 registros.

Tabela 26

Doenças bacterianas, parasitárias, virais ou infectocontagiosas Hospital de Caridade Internamentos (1850-1859)											
Ocorrências	HB	MB	HE	ME	HF	MF	HL	ML	HSC	MSC	T
Afecção boubática ¹¹²	14	7	11	0	0	3	0	0	1	0	36
Afecção verminosa ¹¹³	13	1	4	1	0	0	0	0	0	0	19
Angina ¹¹⁴	5	2	3	2	0	1	0	0	0	0	13
Antraz ¹¹⁵	1	2	1	0	1	0	0	0	0	0	5
Bexiga ¹¹⁶	10	10	1	0	0	1	0	0	0	1	23
Blenorragia ¹¹⁷	3	0	1	0	0	1	0	0	0	0	5
Boubão venéreo ¹¹⁸	18	8	3	0	0	0	0	0	0	0	29
Disenteria ¹¹⁹	8	11	7	1	2	0	0	0	0	0	29
Cólera morbus	2	2	0	1	1	0	0	0	0	0	6
Colerina	2	3	5	3	0	2	0	0	0	1	16
Elefantíase	3	2	0	0	0	1	0	0	0	0	6
Erisipela	15	5	5	3	2	1	0	0	0	1	32
Escrófulas ¹²⁰	2	3	1	0	0	0	0	0	0	0	6
Febre amarela	3	3	0	0	0	1	0	0	0	0	7
Opilação	34	2	0	0	1	0	0	0	0	0	37
Panarício	3	0	3	1	0	0	0	0	0	0	7
Sarna	11	6	3	0	0	0	0	0	0	1	21
Sífilis ¹²¹	27	22	3	0	2	1	0	0	0	0	55
Tétano traumático	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Tísica ¹²²	21	22	1	1	4	5	1	0	0	4	59
Total	195	111	52	13	14	17	1	0	1	8	412
Legenda: HB: Homem branco. MB: Mulher branca. HE/F/L/SC: Homem escravo, forro, livre e sem condição social. ME/F/L/SC: Mulher escrava, forra, livre e sem condição social.											

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

¹¹² Boubá, boubão, calo ou úlcera boubática.

¹¹³ Lombrigas ou vermes intestinais, bichas.

¹¹⁴ Amidalite.

¹¹⁵ Carbúnculo.

¹¹⁶ Varíola.

¹¹⁷ Gonorreia.

¹¹⁸ Cancro, chaga, tumor ou úlceras venéreas.

¹¹⁹ Câmara de sangue.

¹²⁰ Úlceras escrofulosas.

¹²¹ Boubão, cancro, pápula, sarna, tumor ou úlcera sífilítica.

¹²² Tubérculo pulmonar ou tuberculose.

A afecção boubática, provocada pela bactéria *Treponema pallidum pertenue*, caracterizava-se pela apresentação de lesões papulares na pele, sendo transmitida, geralmente, pelo contato da região contaminada. No entanto, pela semelhança do microrganismo com o agente causador da sífilis, o *Treponema pallidum pallidum*, incluindo suas manifestações, uma ou outra facilmente se confundiam.¹²³ Certamente, os contatos íntimos podiam levar a outras doenças sexualmente transmissíveis para além da sífilis, como a blenorragia ou os boubões venéreos cujas etiologias não foi possível identificar.

O cólera, como já foi mencionado, manifestava-se de tempos em tempos e mesmo quando havia táticas de controle sobre as embarcações provenientes de locais afetados, um ou outro embarcado, ainda sem os sintomas da doença, conseguia transitar pelas ruas, acessar latrinas coletivas e espalhar o vibrião pelos focos de água frequentemente ingeridos pela população. De igual forma, o contato com alimentos contaminados, manipulados por diferentes pessoas se constituía um risco potencial.¹²⁴

A Erisipela, doença provocada por uma bactéria da família do *streptococcus* ou pela *haemophilus influenzae*, era adquirida por meio de ferimentos ou picadas de insetos que deixavam a pele exposta à contaminação, causando lesões cutâneas, vermelhidão, edema localizado e reações diversificadas, como vômitos, febre alta e dores de cabeça.¹²⁵ No entanto, para Chernoviz, outros fatores poderiam levar a essa condição, a exemplo da exposição severa ao sol, o consumo de alimentos grosseiros e o abuso de bebidas alcoólicas, evidenciado que o seu agente causador, àquela época, ainda não havia sido identificado.¹²⁶

Não é difícil compreender as razões pelas quais a erisipela estivesse entre as doenças bacterianas que frequentemente acometiam os escravos. O trabalho pesado, executado sob condições precárias sem qualquer segurança incorria em constantes ferimentos. O não uso de calçados, por extensão, causava fissuras nos pés que se traduziam em situações propícias à contaminação. Aliás, os panarícios, inflamações relacionadas aos dedos das mãos e especialmente em torno das unhas, eram provocados por ferimentos infectados por bactérias *staphylococcus*. O tétano traumático, decorrente de abscesso contaminado pelo *clostridium*

¹²³ Sobre as boubas ver: MUNIZ, Erico S. “Do mal duradouro à doença curável: a história da pesquisa sobre a boubá no Brasil.” In: *Basta aplicar uma injeção? Desafios e contradições da saúde pública nos tempos de JK (1956-1961)*. Minas Gerais/Paraíba/Rio de Janeiro: Fino Traço/EDUEPB/FIOCRUZ, 2006. p.35-60.

¹²⁴ Ver: CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos...”, *op. cit.* 1977. Especialmente o Capítulo 6: O cólera.; e SIEBERT, Itamar. *Um biênio de...*, *op. cit.* 1995. Especialmente o Capítulo 1: Jornalismo, política e calamidade natural.

¹²⁵ Ver: LOPES, Antônio Carlos (E.). *Clínica médica: diagnóstico e Tratamento*. Barueri: Manole, 2006. vol.2. p.1252.

¹²⁶ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, *op. cit.* 1890. vol.1. p.1000-1003.

tetani, atingia o sistema nervoso central, provocando graves espasmos de contração muscular, febre alta, hipertensão arterial, e invariavelmente levava à morte.¹²⁷

Mas a ausência de condições higiênicas, a convivência aglomerada numa mesma habitação onde certamente havia uma ou outra pessoa doente, a umidade excessiva, o consumo de alimentos putrefatos, aumentava os riscos de se contrair qualquer uma das enfermidades enumeradas. Todas as doenças infectocontagiosas ou não, fossem de natureza bacteriana, parasitária ou viral, estavam associadas à sobrevivência nefasta desses indivíduos, traduzindo-se em grande vulnerabilidade.

Há de se mencionar o fato de que o Hospital de Caridade era um local de recurso principalmente de pessoas carentes, já que a população mais abastada se tratava em suas próprias residências, quando profissionais licenciados, ainda pelo costume, iam aos seus encontros.¹²⁸ Nesse sentido, as enfermidades de origem bacteriana, viral ou parasitária, algumas transmissíveis via contato humano e listadas na tabela 26, refletem um cenário para a Ilha de Santa Catarina bastante aterrador.

A água contaminada, os alimentos mal acondicionados, estragados e sem preparação adequada, eram a porta de entrada para o desenvolvimento de parasitas frequentemente ingeridos que culminavam em disenterias ou no acúmulo de vermes intestinais. A opilação aqui já mencionada, embora não provocasse a evacuação severa de fezes, levava, inclusive, a deficiências respiratórias, sangramentos excessivos das gengivas e por consequência, à anemia.¹²⁹ A anemia, inclusive, era listada como um mal significativamente presente entre as gentes de Desterro. De acordo com o médico João Ribeiro de Almeida, causava “[...] lástima ver os habitantes de certas localidades; (eram) de cor amarelada, quase esverdeada, (tinham) os pés e mãos edemaciados, e ainda assim por forma alguma (abandonavam) o favorito prato de pirão, seu quase único alimento.”¹³⁰ Pela declaração de Almeida, não é possível saber em que medida a anemia fazia parte das patologias que incidiam sobre africanos e afrodescendentes, mas sabe-se que a do tipo falciforme, comum entre negros, podia acometê-

¹²⁷ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.1069-1072.

¹²⁸ Ver: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...*, op. cit. 1972. Memória II.; MORAES, Laura do N. R. *Cães, vento sul e...*, op. cit. 1999.; e GARCIA, Carla L. *Emanações perniciosas...*, op. cit. 2006. Para a região sul do Brasil ver: WITTER, Nikelen A. *Males e epidemias: sofrendores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Niterói, 2007. Tese (Doutorado em História), UFF.

¹²⁹ Ver: EDLER, Flávio C. “Opilação, hipoemia...”, op. cit. 2004.; e LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomo III p.138-145

¹³⁰ ALMEIDA, João Ribeiro de. “Ensaio sobre a salubridade...”, op. cit. Ano 2, n.196, 29 nov. 1864. p.3. BN-HDB.

los, conquanto que nenhuma indicação tenha sido encontrada nos livros de registros do Caridade.¹³¹

A angina, também conhecida como amidalite, era geralmente decorrente de infecções na garganta proveniente de vírus ou bactérias. A elefantíase, doença parasitária transmitida por picada de moscas ou mosquitos contaminados, podia ser adquirida em locais de água parada ou de acúmulo de matérias em decomposição. A febre amarela, doença viral não transmitida pelo contato humano, igualmente tinha no mosquito o seu agente transmissor, mesmo que na época fosse creditada a miasmas saídos das regiões pantanosas da cidade. De acordo com Cabral, ela afetou a população da Ilha de Santa Catarina em vários momentos do século XIX, fazendo perecer um número significativo de pessoas.¹³² Em 1854, segundo relatório provincial apresentado pelo Presidente João José Coutinho, a febre “[...] desenvolveu-se com força em fins de março a julho do ano passado nesta Capital.”¹³³

Atacou a mais da metade de sua população, e afetou de preferência o lado sul, acometido indistintamente a ricos e pobres, habitantes de lugares baixos e altos, de pantanosos ou secos, aos de beira-mar e aos dos centros e bem ventilados. Estrangeiros e nacionais; dobrava de intensidade sempre que o tempo esfriava, fosse por chuva ou por fortes ventos do quadrante do sul. A febre não atacou a uma só pessoa das tripulações dos navios, quer nacionais, quer estrangeiros. Faleceram 69 brasileiros, 11 estrangeiros e 10 escravos.¹³⁴

Esses números foram considerados pouco consistentes por Cabral. Isso porque o mesmo autor, ao investigar os registros de enterros do Cemitério Público de Desterro, reconheceu que somente nele foi enterrado o montante expresso no relato de Coutinho.¹³⁵ No entanto, havia outros espaços de sepultamento, a exemplo do Hospital de Caridade, que registrou 7 mortes por febre amarela, sendo 1 de mulher alforriada.¹³⁶

Embora a não seja factível saber onde foram processados os sepultamentos daqueles que faleceram no Caridade, uma vez que o campo santo da Instituição estava destinado ao atendimento dos sócios e membros da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, todas as estimativas de morte ou de acometimentos por doenças consideradas epidêmicas precisam ser

¹³¹ Ver: Sobre a anemia falciforme ver: KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000. p.251-252.; e CAVALCANTI, Juliana M e MAIO, Marcos C. “Entre negros e miscigenados: a anemia e o traço falciforme no Brasil nas décadas de 1930 e 1940.” *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.2, p.337-403, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18n2/07.pdf>> Acesso em: 3 abr. 2015.

¹³² Ver: CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos...”, op. cit. 1977. Capítulo 5: A febre amarela.

¹³³ COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Dr. João José Coutinho, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em 19 de abril de 1854*. Desterro: Typ. Catharinense, 1854. p.11-12.

¹³⁴ COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente...*, op. cit. Desterro: Typ. Catharinense, 1854. p.11-12.

¹³⁵ CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos...”, op. cit. 1977. p.64.

¹³⁶ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vol.7, 6 jan.51/15 set. 1855.

interpretadas com um mínimo de desconfiança. Isso porque, em locais mais afastados do centro da Capital, era comum que corpos fossem enterrados em cemitérios atrás das igrejas, sem qualquer identificação da causa morte nos livros paroquiais. Especialmente sobre a população africana e afrodescendente fosse ela escrava, livre ou liberta, havia ainda a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, que possuía um espaço de enterramento no Cemitério Público da Ilha, após a sua construção em 1841.¹³⁷ De fato, como reconheceu Cabral, ocorreram, nesse local, 60 enterramentos relacionados à febre amarela naquele ano de 1853.¹³⁸ Porém, os registros conferem apenas 6 episódios para escravos, sendo 4 de homens e 2 de mulheres. De todo o modo, mais 6 casos foram evidenciados para africanos e afrodescendentes. Destes, 3 pessoas do sexo feminino e 2 do masculino não tinham posição social definida, havendo mais um homem registrado como ex-cativo.¹³⁹

Mas como pôde ser observado, havia outras enfermidades. O Antraz ou carbúnculo, adquirido via o bacilo *anthracis*, possuía vários vetores, podendo ser adquirido pelo ar.¹⁴⁰ As sarnas ou piodermes, doença parasitária de pele que provoca coceira intensa, descamação e prurido, adquiria-se pelo contato íntimo e mesmo através de roupas contaminadas.¹⁴¹ Aliás, os 3 registros de escravos encontrados no Hospital correspondiam a propriedades da Casa, evidenciando que as condições sanitárias da Instituição também não eram adequadas.¹⁴²

As bexigas ou varíolas frequentemente grassavam na Ilha de Santa Catarina, como foi observado no quarto capítulo deste trabalho. Mas embora Cabral tenha afirmado que podia haver surtos em qualquer local da cidade, em dadas circunstâncias, os bairros mais pobres,

¹³⁷ Sobre a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos ver: MALAVOTA, Claudia M. *Os homens pretos do Desterro: um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860)*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em História), PUC.; _____. e CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco (Orgs.). *Pretos/as do Rosário: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX)*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2008.; SIMÃO, Maristela dos Santos. *Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria, agora e na hora de nossa morte: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro (1860-1880)*. Florianópolis/Itajaí: NEAB/Casa Aberta, 2008.; e RASCHE, Karla L. *Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860-1890)*, Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2010.; e _____. “Um funeral “digno”: celebrações da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888-1925).” *Afro-Ásia*. Salvador, n.50, p.129-169, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S000205912014000200129&lng=en&nrm=iso&tlng=en> Acesso em: 1 abr. 2015.

¹³⁸ CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos...”, *op. cit.* 1977. p.64.

¹³⁹ Ver: CEMITÉRIO Público de Desterro. *Livro de registros de sepultamentos no cemitério público de Desterro*. Cx.1, n.4, dez. 1851/nov. 1854. AHMF.

¹⁴⁰ Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, *op. cit.* 1890. vol.1. p.189-190.

¹⁴¹ Ver: BARROS, Lidia A. (Coord.). *Dicionário de dermatologia...*, *op. cit.* 2009. p.338-339.; e LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, *op. cit.* 1865. Tomo III. p.412-429.

¹⁴² Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, *op. cit.* vol.7, 6 jan.51/15 set. 1855.

como a Figueira e a Toca pareciam ser mais vulneráveis.¹⁴³ No surto de 1857, houve 42 óbitos reconhecidos pelo poder público. Somente no Caridade, deram-se 23 internamentos, sendo que apenas três sobre africanos e afrodescendentes, entre eles, um escravo, uma mulher forra e outra sem condição social definida. No entanto, ocorreram apenas duas mortes, todas de brancos do sexo masculino.¹⁴⁴

No rol das doenças evidenciadas, a tísica ou tuberculose se caracterizou o problema mais vulgar entre os habitantes da Ilha, mesmo entre africanos e afrodescendentes. Karasch salientou a frequência com que ela incidia sobre esses sujeitos, especialmente na condição de escravos.¹⁴⁵ O *mycobacterium tuberculosis*, transmitido entre humanos por via aérea, era facilmente propagado em locais onde residia um grande número de pessoas. Somente entre os 59 acometimentos verificados no livro de registros do Hospital de Caridade, 49 pessoas vieram a óbito. Entre a população branca, assinalada por 43 indivíduos doentes, 36 faleceram. Entre a população africana e afrodescendente, registraram-se 13 falecimentos.

Importante considerar que a escrófula era referenciada por Chernoviz como uma enfermidade determinada pela constituição física de indivíduos que dispunham de “[...] pele fina e alva, cabelos louros, formas arredondadas, tez rosa, beijos grossos, mandíbula inferior larga, dentes negros e cariados, cabeça volumosa, peito estreito, ventre grande e carnes moles [...]”.¹⁴⁶ Ainda de acordo com Chernoviz, havia uma predisposição hereditária, caracterizada pela origem mais comum da doença. Porém, o fator mais forte para a sua aquisição estava associado às habitações insalubres, úmidas e sem acesso à luz solar, além da baixa qualidade dos alimentos consumidos.¹⁴⁷

É factível reconhecer, aqui, que o médico ainda não dispunha de elementos científicos para relacionar essa enfermidade com a tuberculose. O próprio *mycobacterium tuberculosis* foi descoberto apenas em 1882, quando o cientista alemão Robert Kock associou a doença ao contato humano através da eliminação do bacilo por espirro ou tosse. A partir desse “achado”, evidenciou-se que locais fechados ou ambientes mal ventilados de convivência coletiva eram favoráveis ao contágio, mas não a sua causa. No caso da escrófula, mesmo que atualmente se reconheça a participação de outras bactérias, o número mais expressivo de casos decorre do

¹⁴³ Ver: CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos...”, *op. cit.* 1977. Capítulo 3: Máculo, varíola, lepra.

¹⁴⁴ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, *op. cit.* vol.8, 16 set. 1855/31 dez. 59. CMIHC.

¹⁴⁵ KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos...*, *op. cit.* 2000. Capítulo 4: As almas: os que morriam.

¹⁴⁶ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, *op. cit.* 1890. vol.1. p.1017.

¹⁴⁷ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, *op. cit.* 1890. vol.1. p.1017.

mycobacterium tuberculosis, quando este alcança a corrente linfática, atingido os gânglios e provocando a elevação ou fístulas nas regiões afetadas.¹⁴⁸

Do total de 100 mortes observadas para as doenças bacterianas, parasitárias, virais ou infectocontagiosas, 69 registros corresponderam a brancos e 31 a africanos e afrodescendentes. A tísica foi a que mais incorreu em óbitos, 49 no total, tirando a vida de 13 indivíduos atravessados pelo cativo, ou seja, onze pessoas forras e duas sem condição social. Posteriormente, o cólera e a colerina foram responsáveis pela morte de 12 indivíduos, 4 brancos, 5 escravos, 2 forros e 1 sem condição social. Embora a disenteria tenha feito também 12 vítimas, apenas 2 escravos faleceram, um homem e uma mulher. Já a erisipela, levou a vida de 3 brancos, 1 cativo de cada sexo e 2 homens alforriados.

Num plano geral, fora a blenorragia e o tétano traumático, que acometeram apenas uma mulher e um homem alforriados, todas as demais enfermidades apresentadas na tabela 26 incorreram e óbitos de pessoas livres e brancas, um total de 16 registros, sem contar os já enumerados. No âmbito de africanos e afrodescendentes, um homem escravo morreu de afecção boubática e uma mulher liberta morreu de febre amarela.¹⁴⁹

Torna-se importante lembrar que embora algumas enfermidades não tenham implicado no óbito de africanos e afrodescendentes, os 22 registros de morte sem indicação da causa para a internação, além dos 4 que se encontravam ilegíveis, não permite saber se algumas dessas enfermidades estavam aí incluídas, a exemplo das verminoses de todos os tipos, da varíola e da sífilis. Se forem considerados os assentamentos do Cemitério Público de Desterro relativo aos óbitos ocorridos entre 1851 e 1854, os vermes acometeram 17 pessoas, 14 eram escravas, uma era forra e duas não tinham condição social definida. Além das chamadas “bichas”, as bexigas tiraram a vida de mais três cativos.¹⁵⁰

Manifestações sintomáticas de outras enfermidades

Retomando os registros de internamentos ocorridos no Hospital de Caridade entre os anos de 1850 e 1859, 393 episódios se referiram a manifestações sintomáticas de enfermidades variadas ou eventos circunstanciais. Destes, 270 incorreram sobre brancos e 123 sobre africanos e afrodescendentes, como pode ser observado na tabela 27:

¹⁴⁸ Ver: BERTOLLI FILHO, Claudio. *História social da tuberculose e do tuberculoso no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.; e CAPONE, Domenico et al. “Tuberculose extra-pulmonar.” In: TARANTINO, Affonso B. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002. p.324-334.

¹⁴⁹ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

¹⁵⁰ CEMITÉRIO Público de Desterro. *Livro de registros...*, op. cit. 1851/1854. AHMF.

Tabela 27

Manifestações sintomáticas de outras enfermidades Hospital de Caridade Internamentos (1850-1859)											
Ocorrências	HB	MB	HE	ME	HF	MF	HL	ML	HSC	MSC	Total
Abscesso ¹⁵¹	10	0	8	0	2	2	0	0	0	0	22
Amaurose ¹⁵²	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5
Ascite ¹⁵³	7	1	0	0	1	2	0	0	1	0	12
Cefalgia ¹⁵⁴	2	4	1	0	0	0	0	0	0	0	7
Dartros ¹⁵⁵	8	7	0	0	0	3	0	0	0	0	18
Dor	8	5	6	1	2	0	0	0	0	0	22
Dor no peito	1	2	1	0	0	1	0	0	0	0	5
Edemacia ¹⁵⁶	3	0	3	0	3	0	0	0	0	0	9
Entrevado	1	1	0	0	0	2	0	0	0	0	4
Epilepsia	4	1	0	0	0	0	1	0	0	0	6
Espasmo	3	0	0	0	4	0	0	0	0	0	7
Febre	7	5	2	0	0	1	0	0	2	0	17
Febre eruptiva	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Febre héctica ¹⁵⁷	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Febre intermitente ¹⁵⁸	8	0	0	0	0	1	0	0	1	0	10
Ferida ¹⁵⁹	33	1	6	0	10	2	0	0	0	0	52
Flegmasia ¹⁶⁰	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Fístula	3	0	0	0	1	0	0	0	1	0	5
Fraqueza nas pernas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Hemoptise ¹⁶¹	3	2	0	0	2	0	0	0	0	0	7
Gangrena ¹⁶²	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Regorgitamento	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Hemorroida	11	2	1	0	1	1	0	0	1	0	17
Hidropisia ¹⁶³	22	7	1	0	10	1	0	0	0	0	41
Invalidez	8	4	0	0	1	1	0	0	2	0	16
Laringite	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Moribundo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Nevralgia	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Oftalmia ¹⁶⁴	7	1	2	0	0	0	0	0	0	0	10
Paralisia	20	8	0	0	1	0	0	0	1	0	30
Pústulas	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Secreção	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Supressão da transpiração	10	3	2	0	0	0	0	0	1	0	16
Úlceras	22	6	4	0	3	2	0	0	1	0	38
Urticária	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	208	62	41	1	44	22	1	0	12	2	393
Legenda: HB: Homem branco. MB: Mulher branca. HE/F/L/SC: Homem escravo, forro, livre e sem condição social. ME/F/L/SC: Mulher escrava, forra, livre e sem condição social.											

¹⁵¹ Apostema.¹⁵² Gota serena, cegueira.¹⁵³ Barriga d'água ou hidropisia de ventre.¹⁵⁴ Dor de cabeça.¹⁵⁵ Impigem.¹⁵⁶ Inchaço por edema.¹⁵⁷ Febre longa, febre consumptiva.¹⁵⁸ Sezões.¹⁵⁹ Chaga.¹⁶⁰ Inflamação.¹⁶¹ Escarro de sangue.¹⁶² Úlcera gangrenosa.¹⁶³ Anasarca.¹⁶⁴ Inflamação nos olhos.

Com base nos dados apresentados acima, vê-se que algumas manifestações sintomáticas de outras enfermidades podiam se confundir. Os abscessos eram interpretados como feridas inflamadas, geralmente, com acúmulo de pus, assim como as pústulas. Porém, feridas ou úlceras agregavam sentidos similares.¹⁶⁵ Acidentes de trabalho e maus-tratos quase sempre culminavam em ferimentos e processos inflamatórios severos. Se for considerado o número de acometimentos para abscessos, feridas, pústulas, úlceras e gangrena, torna-se exequível reconhecer que dos 43 registros relativos a africanos e afrodescendentes, 23 se deram sobre escravos.

A hidropisia ou anasarca foi mencionada no quarto capítulo deste trabalho. Estava relacionada ao acúmulo de serosidade ou líquido no organismo, apresentando-se por um quadro generalizado que provocava o inchamento do corpo. Decorria de doenças hepáticas, tumorais e mau funcionamento renal, diferenciando-se da ascite, que afetava a região do abdômen. Para Chernoviz, a ascite advinha de doenças do coração, fígado, baço, rins e má circulação sanguínea.¹⁶⁶ Porém, ambas as condições resultavam em óbitos frequentes. Todas elas juntas levaram a 33 mortes em sua totalidade, 26 entre a população branca e 10 entre a africana e afrodescendente, sendo destes 9 forros e 1 sem posição social definida.¹⁶⁷

A lista de acometimentos era grande. As dores parecem também ter sido causa frequente para que escravos fossem internados na Instituição, um total de 12 registros, incluindo a cefalgia, as dores no peito ou apenas dores. Além dos cativos, 3 alforriados foram vitimados pelas mesmas afecções. Importante lembrar que o sexo masculino se sobrepôs ao feminino, inclusive, para todas as posições sociais evidenciadas. Entre a população escrava houve apenas 1 registro de mulher. Cativos homens eram edemaciados e mesmo não sendo possível identificar se esta condição era de caráter generalizado, confundindo-se com a hidropisia, tal hipótese merece consideração.

Mas cativos igualmente tinham febres, efeito de várias enfermidades difíceis de enumerar. Muitas delas eram seguidas de erupções cutâneas, podendo corresponder à catapora, à rubéola e ao sarampo. Mas as febres também eram hécticas, lentas, causando consumpção progressiva, em geral, decorrentes de estágios avançados de doenças graves.¹⁶⁸ Outras eram intermitentes, periódicas, associadas ao paludismo ou malária, ou mesmo

¹⁶⁵ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.1. p.2.; vol.2. p.1141-1145.

¹⁶⁶ Sobre as diferentes formas de hidropisia ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.160-170.

¹⁶⁷ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

¹⁶⁸ Ver: LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomo II. p.196-242.; e CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.1085-1102.

patologias crônicas que levavam à debilidade do organismo. Tanto as héclicas quanto as intermitentes não incidiram sobre a população escrava, somente sobre forros e sem condição social. Aliás, a flegmasia, considerada sinônimo de inflamação, poderia também se desdobrar em febres.¹⁶⁹ Embora atualmente a flegmasia esteja associada à trombose das veias profundas da perna, não foi encontrada referência à expressão associando-a a esta afecção.

O regorgitamento era mais comum na infância, nos primeiros anos de vida, no entanto, problemas gástricos provocavam contrações e o consequente refluxo dos alimentos. Escravos também apresentavam quadros de hemorroidas, laringite, oftalmia, secreção, supressão da transpiração, todos de natureza incógnita.¹⁷⁰

Acidentes de trabalho podiam levar à paralisia, à invalidez, ao entrevamento. Porém, a paralisia podia estar associada derrames cerebrais.¹⁷¹ Essas condições não se processaram aos escravos, sendo observadas sobre homens e mulheres alforriados e sem condição social. Esse fato induz a refletir sobre as razões para a concessão de alforrias. Certamente, muitos podem ter alcançado a liberdade por não mais atenderem as expectativas laborais de seus senhores.

Outras manifestações sintomáticas não se deram sobre escravos, incorrendo sobre africanos e afrodescendentes libertos, livres e sem condição. Entre elas a amaurose, o dertos, a epilepsia, os espasmos, a fraqueza nos nervos das pernas, a hemoptise, a nevralgia, a urticária. Mas algumas observadas na população cativa acometeram igualmente essa categoria de indivíduos, assim como a população branca e livre referenciada, como pôde ser observado na tabela 27.

Dos óbitos constatados, 47 incorreram sobre brancos e 29 sobre africanos e afrodescendentes, sendo os de forros mais expressivos, um total de 22. Morreram homens internados com ascites, edemacia, espasmo, febre intermitente, febre héclica, flegmasia, hidropisia e úlceras. Além disso, houve casos de morte atrelados a pessoas incapacitadas fisicamente, 1 paralítico e 2 entrevados. Quanto às mulheres alforriadas, faleceram internas com ascites, dertos e úlceras, além de mais uma que chegou no Hospital em vias de morrer. Entre os escravos, houve apenas 1 interno acometido por edemacia. No âmbito dos livres, 1 homem com epilepsia. Por fim, com relação aos sem condição social definida, houve casos de mortes de homens atrelados a internamentos com ascites, fístula, invalidez e paralisia; e de mulheres com fraqueza nos nervos das pernas. As únicas condições processadas para a

¹⁶⁹ LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomo III p.253.; e CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.728.

¹⁷⁰ Para identificação das enfermidades relacionadas aos sintomas ver: LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomos I, II e II.; e CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vols.1 e 2.

¹⁷¹ Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.619-622.

população branca que não estiveram vinculadas a óbitos de africanos e afrodescendentes foram a cefalgia, a febre intermitente e a laringite. Embora brancos não tenham sido vitimados com óbito por fraqueza nas pernas, morte iminente e invalidez, esta última podia ser sinônimo de paralisia, o que alteraria o perfil de internos brancos com esse problema de saúde, já que houve 28 registros de brancos paráliticos. Dada a potencialidade dos derrames resultarem em morte, essa é uma hipótese que não pode ser descartada, conquanto que não seja possível a sua comprovação.

Doenças respiratórias ou pulmonares

Mas as doenças respiratórias ou pulmonares também mobilizaram internações, um total de 213 registros, dos quais 133 se referiram a brancos livres, 41 a escravos, 26 a forros, 1 a livres e 12 a pessoas sem condição social, como demonstra a tabela 28

Tabela 28

Doenças respiratórias ou pulmonares Hospital de Caridade Internamentos (1850-1859)											
Ocorrências	HB	MB	HE	ME	HF	MF	HL	ML	HSC	MSC	Total
Asma	2	7	3	0	1	0	0	0	0	1	14
Bronquite	21	8	3	0	2	2	0	0	3	0	39
Catarro	5	9	4	1	4	0	0	0	0	0	23
Catarro pulmonar	10	9	1	0	4	0	0	0	0	1	25
Constipação	10	7	20	2	1	1	0	0	1	0	42
Defluxo	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	3
Hidrotorax ¹⁷²	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Pneumonia ¹⁷³	8	10	1	0	1	1	0	0	1	0	22
Pleurisia ¹⁷⁴	9	6	5	0	2	4	0	0	2	0	28
Pulmão	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Resfriamento	8	3	0	0	0	0	1	0	2	0	14
Total	73	60	38	3	17	9	1	0	10	2	213
Legenda: HB: Homem branco. MB: Mulher branca. HE/F/L/SC: Homem escravo, forro, livre e sem condição social. ME/F/L/SC: Mulher escrava, forra, livre e sem condição social.											

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

Algumas doenças, como a constipação, o defluxo e o resfriamento, podiam se referir a viroses. A constipação, favorecida em ambientes frios e úmidos, chegou a exceder o número de casos observado nos africanos e afrodescendentes, comparando-os com a população branca. Ela também se configurava um dos sintomas dos resfriados e mesmo das gripes. Atingiu, em maior número, os escravos, vinte homens e duas mulheres. Todas essas condições podiam levar à debilidade extrema, favorecendo casos mais graves que afetavam o

¹⁷² Hidropisia no peito.

¹⁷³ Peripneumonia.

¹⁷⁴ Pleuris, inflamação da pleura.

aparelho respiratório e especificamente os pulmões, o que representava significativo risco à vida.

Karasch, ao empreender uma análise sobre os internamentos ocorridos na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, enfatizou que “[...] resfriados, gripes e bronquite raramente levavam à hospitalização, mas é provável que afetassem a maioria dos escravos.”¹⁷⁵ Para a autora, o perigo residia no fato de que essas doenças debilitavam o organismo dos indivíduos, vitimando-os de uma outra condição fatal, a exemplo da pneumonia.

Com efeito, 47 mortes foram observadas nos registros de internamentos analisados. Somente a asma, a bronquite, o catarro pulmonar, a pneumonia, a pleurisia e por fim uma afecção indefinida dos pulmões parecem ter sido responsáveis por 42 das mortes ocorridas no Caridade relacionadas a problemas pulmonares ou respiratórios mais pontuais. Contudo, a população branca representou a parcela preponderante, com 31 registros, seguida por alforriados de ambos os sexos, com 9, além de um homem escravo e uma mulher sem condição social.

O médico João Ribeiro de Almeida salientou, em seu relato sobre a salubridade da Ilha, que as doenças respiratórias acometiam grande parcela da população de Desterro e litoral continental. Ele não fez menção a africanos e afrodescendentes em suas diferentes condições sociais.¹⁷⁶ Certamente, isso permitiria uma reflexão mais acurada sobre o nível de incidência dessas afecções patológicas sobre categorias de indivíduos distintas. Ao que tudo indica, considerando os registros do Hospital de Caridade de 1850 a 1859, tais afecções, embora presentes, não se desdobraram em mortes expressivas de indivíduos escravizados, já que dos 41 registros, houve apenas 1 homem falecido de constipação e outro de pleurisia.

Doenças das articulações, músculos e esqueleto

Internamentos também foram evidenciados para problemas de saúde relacionados às articulações, aos músculos ou ao esqueleto. A tabela 29 apresenta as principais causas que levaram aos 156 registros encontrados:

¹⁷⁵ KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos...*, *op. cit.* 2000. p.243.

¹⁷⁶ ALMEIDA, João Ribeiro de. “Ensaio sobre a salubridade...”, *op. cit.* Ano 2, n.200, 13 dez. 1864. p.3. BN-HDB.

Tabela 29

Doenças das articulações, músculos e esqueleto Hospital de Caridade Internamentos (1850-1859)											
Ocorrências	HB	MB	HE	ME	HF	MF	HL	ML	HSC	MSC	Total
Hérnia de hiato ¹⁷⁷	1	1	1	0	3	0	0	0	1	0	7
Infecção nos joelhos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Lombares	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Reumatismo	82	21	15	0	11	5	1	0	8	2	145
Torcicolo	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Total	83	22	19	0	14	5	1	0	10	2	156
Legenda: HB: Homem branco. MB: Mulher branca, HE/F/L/SC: Homem escravo, forro, livre e sem condição social. ME/F/L/SC: Mulher escrava, forra, livre e sem condição social.											

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

O que se evidencia, a partir dos dados apresentados acima, são alguns problemas menos expressivos do que os outros. As hérnias de hiato, responsáveis pelo internamento de 7 pessoas, decorrem do enfraquecimento do diafragma, camada muscular que separa o tórax do abdômen proporcionando a projeção de parte do estômago para a caixa torácica. Suas causas, no século XIX, não eram definidas. Chernoviz afirmava que algumas condições, como a gravidez e o volume corporal excessivo, podiam provocar o esticamento do diafragma. Após o parto ou em circunstâncias que levavam ao emagrecimento de pessoas obesas, ele se tornava mais fino e mais suscetível à formação de protuberâncias.¹⁷⁸

Atualmente, esse tipo de hérnia é entendida pela medicina como um problema do sistema digestório. De acordo com Macedo, o esôfago, ao passar pelo peito, atravessa o diafragma, entrando no abdômen por uma pequena abertura localizada nesse músculo e denominada hiato esofágico. Abaixo do diafragma o esôfago se encontra com o estômago. Em pessoas que desenvolvem a hérnia, a abertura do hiato é maior, possibilitando que uma parte do estômago superior se projete ao peito. Ainda segundo o autor, problemas gástricos, a exemplo dos refluxos, podem provocar o encurtamento do esôfago puxando uma parte do estômago através da abertura do diafragma.¹⁷⁹ No entanto, grandes esforços físicos que sobrecarregam a região abdominal em diafragmas lesionados são fatores constituintes para essa precipitação. Como é sabido, africanos e afrodescendentes costumavam realizar trabalhos que demandavam grande esforço físico. O deslocamento de materiais pesados por longos trajetos podia influenciar no desenvolvimento das hérnias, principalmente quando uma dieta

¹⁷⁷ Quebradura no estômago, hérnia do estômago.

¹⁷⁸ Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.834-842.

¹⁷⁹ MACEDO, Antonio Luiz de V. "Gastrenterologia, o sistema digestório." In: HELITO, Alfredo S e KAUFFMAN, Paulo. *Saúde: entendendo as doenças, a enciclopédia médica da família*. São Paulo: Nobel, 2006. Ver: Item 13.1: Hérnias.

alimentar nada adequada, ácida e acrescida de bebidas alcoólicas, favorecia episódios de gastrites, contribuindo para alterações esofágicas.

Os torcicolos e os problemas lombares podiam estar associados ao trabalho excessivo. As infecções nos joelhos, geralmente, eram associadas a problemas reumáticos. Com efeito, o reumatismo foi bastante expressivo, correspondendo a 105 internamentos processados sobre brancos livres, e 42 sobre escravos, livres, forros e sem condição social. Porém, em decorrência do reumatismo apenas 8 pessoas brancas morreram, enquanto que 9 registros de morte foram constatados para alforriados e sem posição definida. Duas dessas mortes ocorreram após reinternação. Foi o caso de Angélica, preta, forra e solteira, interna pela primeira vez em 15 de janeiro de 1851 e reinternada em 29 de agosto de 1852, vindo a falecer em 19 de outubro do mesmo ano. Além dela, de Manoel Joaquim, preto liberto, natural do Congo, casado e com 70 anos de idade, sendo registrado pela primeira vez em 19 de novembro de 1856, reinternado em 1 de março de 1857 e morto em 25 de abril.¹⁸⁰

Não é sabido em que medida o reumatismo fazia parte do cotidiano de africanos e afrodescendentes em diferentes condições sociais. Nos registros de óbito do Cemitério Público de Desterro que ocorreram entre 1851 e 1854 nenhum falecimento foi observado para essa afecção. Mas a partir da análise de assentamentos de morte relativos ao próprio Hospital de Caridade entre os anos de 1864 e 1879 foi possível constatar que os reumatismos atingiram direta ou indiretamente 20 pessoas das 349 ocorrências para africanos e afrodescendentes. De caquexia reumática houve duas mulheres sem condição social. De reumatismo, além de 3 escravos e 1 forro do sexo masculino, foram reconhecidas 5 mulheres e 6 homens igualmente sem condição. Com varíola, epilepsia e sífilis, acrescidas de reumatismo, listavam 3 homens escravizados. Isso significa dizer que 6% das mortes estiveram influenciadas pelo reumatismo, conquanto que a varíola, a sífilis e a epilepsia, devessem ser mais mortais.¹⁸¹

Doenças gastrointestinais

Em último lugar no grupo de problemas mais frequentes que levaram a internações estavam as doenças gastrointestinais, conforme evidencia a tabela 30:

¹⁸⁰ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

¹⁸¹ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros...*, op. cit. vol.1, 8 jul. 1864/30 dez. 1879.

Tabela 30

Doenças gastrointestinais Hospital de Caridade Internamentos (1850-1859)											
Ocorrências	HB	MB	HE	ME	HF	MF	HL	ML	HSC	MSC	Total
Cólica	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	4
Colite	3	2	1	0	0	0	0	0	0	0	6
Colite ventosa ¹⁸²	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Diarreia	12	4	3	0	1	2	1	0	1	0	24
Embaraço gástrico	17	5	2	0	1	0	0	0	1	1	27
Enterite	8	2	2	1	0	0	0	0	0	0	13
Estomatite	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Febre gástrica	8	1	3	0	2	1	0	0	0	0	15
Gastrite	16	3	0	1	3	2	0	0	0	0	25
Gastroenterite	3	2	0	1	1	0	1	0	0	1	9
Total	69	21	13	3	9	5	2	0	2	2	126
Legenda: HB: Homem branco. MB: Mulher branca. HE/F/L/SC: Homem escravo, forro, livre e sem condição social. ME/F/L/SC: Mulher escrava, forra, livre e sem condição social.											

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

As febres gástricas, tal como as diarreias, constantemente se relacionavam a parasitas. O consumo de alimentos contaminados e a falta de saneamento levavam a distúrbios digestivos severos, afetando inclusive os intestinos, e isso decorria quase sempre de infecções alimentares. Bactérias e vírus também provocavam afecções. As gastrites e gastroenterites, as enterites, as cólicas e as colites podiam ser de origem diversa, embora todos esses problemas estivessem condicionados ao campo da nutrição.¹⁸³

Em 1864, o Doutor Almeida afirmava que as doenças do aparelho digestivo ocupavam o primeiro lugar das causas para os óbitos de Desterro. Para isso, contribuía “[...] a alimentação grosseira, indigesta ou insuficiente e os excessos alcoólicos [...], (determinando), inflamações agudas ou crônicas de parte ou totalidade do aparelho [...]”¹⁸⁴ Entre os anos de 1851 e 1854, o Cemitério Público de Desterro sepultou 31 africanos e afrodescendentes de afecções do sistema gastrointestinal. Destes, 22 eram escravos, 4 eram forros, 1 era livre e 6 não apresentavam a sua condição social. Dos problemas mais comuns constavam a gastroenterite e a diarreia.¹⁸⁵ Esse quadro parece ter sido semelhante no Hospital de Caridade, pelo menos para a diarreia. Das 31 mortes observadas, 13 foram dela, afetando 9 brancos, 1 escravo, 2 forros e 1 livre.

¹⁸² Gases intestinais.

¹⁸³ Ver: PEREIRA, Júlio Cesar M. da S. “Práticas de saúde, doenças e sociabilidade escrava na Imperial Fazenda de Santa Cruz, da segunda metade do século XIX.” *Histórica*. São Paulo, n.35, p.1-16, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao35/materia01/>> Acesso em: 13 mai. 2013.

¹⁸⁴ ALMEIDA, João Ribeiro de. “Ensaio sobre a salubridade...”, op. cit. Ano 2, n.197, 2 dez. 1864. p.2. BN-HDB.

¹⁸⁵ CEMITÉRIO Público de Desterro. *Livro de registros...*, op. cit. 1851/1854. AHMF.

Mas houve também mortes atribuídas a cólicas, à colite, ao embaraço gástrico, à enterite, à estomatite, à febre gástrica, à gastrite e à gastroenterite. De cólica e colite faleceram dois homens brancos. De embaraço gástrico, um homem branco e uma mulher sem condição. De enterite, dois homens brancos e uma mulher sem condição. De estomatite, um homem forro. De febre gástrica, uma mulher branca e um homem escravo. De gastrite, um homem branco, duas mulheres brancas e uma alforriada. E de gastroenterite um homem forro e um livre, além de uma mulher branca e uma sem condição social.¹⁸⁶ Certamente, alguns desses óbitos deveriam estar vinculados a outras afecções do aparelho digestivo, já que as cólicas, as gastrites e as estomatites não implicavam, necessariamente, em mortes, embora evidenciassem o mau funcionamento do organismo, muitas vezes resultando em episódios hemorrágicos que invariavelmente levavam à morte.

Doenças neuropsíquicas

Das doenças neuropsíquicas observadas nos internamentos do Hospital de Caridade, um total de 67 registros, houve casos de alienação mental, demência, histeria e mania. Com exceção da histeria, todas eram enquadradas ao território da loucura, tomadas pela ausência das faculdades mentais.¹⁸⁷

Tabela 31

Doenças neuropsíquicas Hospital de Caridade Internamentos (1850-1859)											
Ocorrências	HB	MB	HE	ME	HF	MF	HL	ML	HSC	MSC	Total
Alienação mental	18	8	2	1	0	1	0	0	0	0	30
Demência	4	4	0	0	0	1	0	0	0	0	9
Histeria	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	4
Mania	15	4	0	0	2	2	0	0	1	0	24
Total	37	19	3	1	2	4	0	0	1	0	67
Legenda: HB: Homem branco. MB: Mulher branca. HE/F/L/SC: Homem escravo, forro, livre e sem condição social. ME/F/L/SC: Mulher escrava, forra, livre e sem condição social.											

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

Como se observa na tabela 31, o maior número de registros se deu sobre a população branca. Somente a alienação e a histeria afetaram escravos. De alienação, foi internado em 6 de fevereiro de 1855, Caetano, natural de Angola e cativo marinheiro de Martinho José Callado. Ele foi reinternado em 2 de abril. Também Rosa, forra, nascida na África, solteira e com 30 anos de idade, deu entrada no Caridade em 15 de fevereiro de 1858. E por fim Joana,

¹⁸⁶ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

¹⁸⁷ Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.2. p.331-334.

escrava da Casa igualmente registrada em 1858 e já referenciada neste trabalho. Ela foi a única entre os cativos que faleceu de alienação, conquanto que Agostinho, já aqui mencionado, sucumbiu de um ataque de histérico em 1851. Com demência, em 16 de julho de 1856 foi internada Ignácia, forra, natural do Congo e solteira. Ela faleceu três dias depois. Com mania, a preta liberta Maria Rosa deu entrada no Hospital em 1 de novembro de 1851, falecendo em 15 de julho de 1852. Em fevereiro desse mesmo ano, Manoel José, “rebolo”, sem condição definida, era também internado, vindo a óbito em 28 de abril. Ainda em 1852, Severina Francisca dos Santos, parda, alforriada, natural de Desterro, solteira e com apenas 24 anos de idade, era levada aos cuidados do Caridade, assim como José, liberto internado no mês de dezembro e reinternado em janeiro seguinte.¹⁸⁸

Os problemas neuropsíquicos para a população africana e afrodescendente, como já foi discutido, estavam atrelados a uma série de situações, sendo a realidade da escravidão e mesmo a precarização das liberdades, fatores predisponentes. Porém, não havia em Desterro um local específico para o internamento desses sujeitos, tomados como promotores de distúrbio à ordem pública. Assim, era frequente a sua prisão na cadeia da Capital, ficando sujeitos às enfermidades ali presentes.

Em 1861, o jornal “O Argos” dava publicação ao relatório provincial referente ao ano antecedente. Na parte relativa ao funcionamento do Hospital de Caridade, afirmava, o Presidente Francisco Carlos Araújo Brusque, que ele carecia de “[...] acomodações necessárias e convenientes para guarda, e tratamento dos alienados.”¹⁸⁹ Pontuava, ainda, que seria impossível acudir a este reclame com os poucos recursos da Instituição. E asseverava que o “[...] coração se (confragia), a razão (condenava), e a religião (repelia) o quadro, que de quando em quando se vos (apresentava), traçando a dolorosa situação do alienado, conservado nas cadeias públicas.”¹⁹⁰ Lembrava, o Presidente, que naquele contexto havia “[...] dois destes infelizes na cadeia desta cidade, por não haver onde colocá-los.”¹⁹¹ Cabe aqui lembrar de Catharina, aquela que se jogou do segundo andar da prisão de Desterro no ano de 1860. Ela foi presa por distúrbio provocado em face da alienação.

¹⁸⁸ Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols. 6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

¹⁸⁹ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.681, 4 abr. 1861. p.1. BPSC.

¹⁹⁰ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.681, 4 abr. 1861. p.1. BPSC.

¹⁹¹ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 5, n.681, 4 abr. 1861. p.1. BPSC.

Causas acidentais ou externas

Mas os registros de internamentos relacionados a acidentes ou fatores externos foram mais expressivos entre africanos e afrodescendentes do que os problemas neuropsíquicos. E acerca dessa questão muito já foi discutido no quinto capítulo deste trabalho. A tabela 32 reflete o panorama dos internamentos. A população branca contabilizou 41 registros, enquanto a africana e afrodescendente, 18, sendo que as contusões foram a causa mais relevante para as internações.

Tabela 32

Causas acidentais ou externas Hospital de Caridade Internamentos (1850-1859)											
Ocorrências	HB	MB	HE	ME	HF	MF	HL	ML	HSC	MSC	Total
Contusão ¹⁹²	24	3	5	1	1	1	0	0	0	0	35
Escoriação	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Combustão ¹⁹³	3	1	1	0	1	0	0	0	0	0	6
Ferida na cabeça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Ferida na perna	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Ferida no pé	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Ferida por tiro	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Fratura	3	2	1	0	1	0	0	0	0	0	7
Luxação	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	33	8	10	2	3	2	0	0	0	1	59
Legenda: HB: Homem branco. MB: Mulher branca. HE/F/L/SC: Homem escravo, forro, livre e sem condição social. ME/F/L/SC: Mulher escrava, forra, livre e sem condição social.											

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

Interessante refletir que nessa categoria de acometimentos os escravos representaram o maior número. Isso implica pensar se a condição de cativo os deixava mais vulneráveis a acidentes de trabalho ou lesões decorrentes de maus-tratos, fossem elas provenientes de açoites, pancadas ou palmatoadas.

De todo o modo, essas condições tomaram a vida de 4 pessoas. Um homem branco internado por ferida na perna e mais 3 africanos e afrodescendentes, por contusão e luxação. De contusão morreu o escravo marinho Joaquim, no dia 27 de janeiro de 1853. Além dele, Maria, preta forra falecida um ano depois. Em outubro de 1852 Luzia, também preta e alforriada, não conseguiu resistir, possivelmente por causa de intercorrências resultantes de uma luxação.¹⁹⁴

¹⁹² Ferida contusa.

¹⁹³ Queimadura, feridas combustas.

¹⁹⁴ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

Certamente, acidentes ou maus-tratos por vezes não se desdobravam em óbitos. No caso das contusões, expressas por Chernoviz enquanto lesões geradas por “[...] quedas, pancadas e outras violências externas”¹⁹⁵, elas se apresentavam com grande gravidade quando afetavam regiões vitais, no abdômen ou na cabeça. Embora atualmente as contusões sejam consideradas lesões de natureza superficial, à época eram reconhecidas de maneira diferente. Assim, traumatismos cranianos ou pancadas na cabeça que induziam a coágulos cerebrais, via de regra levavam à morte, muitas vezes sendo categorizadas por contusões. Já no âmbito das luxações, que geralmente envolviam lesões nas extremidades dos membros onde se processavam deslocamentos ósseos, o problema maior se evidenciava quando havia falta de circulação sanguínea, acarretando em gangrenas.¹⁹⁶

Doenças tumorais

No que se referiu às doenças tumorais, estas recebiam várias denominações e afetavam qualquer indivíduo, independente de sua condição social. Alguns médicos as registravam como cancros, outros como chagas cancrosas, úlceras cancrosas ou cancros ulcerados.¹⁹⁷

Tabela 33

Doenças tumorais Hospital de Caridade Internamentos (1850-1859)												
Ocorrências	HB	MB	HE	ME	HF	MF	HL	ML	HSC	MSC	Total	
Tumor	8	4	3	0	1	4	1	0	0	0	21	
Total	8	4	3	0	1	4	1	0	0	0	21	
Legenda: HB: Homem branco. MB: Mulher branca. HE/F/L/SC: Homem escravo, forro, livre e sem condição social. ME/F/L/SC: Mulher escrava, forra, livre e sem condição social.												

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

Dos 21 internamentos processados para essa afecção, apenas 2 pessoas morreram, entre elas, um homem branco e uma mulher forra, acometida de Sirro.

O Sirro era considerado uma das modalidades de câncer no seio.¹⁹⁸ Em 19 de fevereiro de 1856, o jornal “O Argos” dava publicidade, como costumava fazer, acerca dos procedimentos cirúrgicos realizados no Hospital de Caridade pelos médicos-cirurgiões que atuavam em Desterro. Dizia o informe:

¹⁹⁵ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.1. p.683.

¹⁹⁶ Ver: HEBERT, Sízínio et al. *Ortopedia e Traumatologia: princípios e prática*. 4 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

¹⁹⁷ Ver: LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomos I, II e III.; e CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vols. 1 e 2.

¹⁹⁸ Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vol.1. p.440-443.

Comunicado sobre a cirurgia realizada no dia 13 de fevereiro, no Hospital de Caridade, pelo Doutor Mello e ajudada pelo Doutor Souto, em uma moça que sofria de sirro que lhe tomava o seio direito, cuja ferida ou cancro a fazia sofrer continuadas dores. O procedimento se deu através de um corte local do seio, sendo a mesma anestesiada quase que completamente por clorofórmio, fato que fez reduzir as dores durante a cirurgia. A operação durou de 7 a 8 minutos até se ligarem as artérias.¹⁹⁹

Tratava-se da crioula forra, solteira e de nome Floriana, que não resistiu à doença ou ao procedimento cirúrgico sobre o qual foi submetida.²⁰⁰

Doenças hepáticas, nutricionais, renais e geniturinárias, do coração, cérebro e circulação

Das doenças hepáticas, a hepatite foi a única evidenciada. Ela foi responsável por 15 internações de 9 homens brancos, 2 escravos e 1 sem condição social, além de mais 3 mulheres brancas. Suas causas poderiam ser variadas, fossem em decorrência de vírus ou pelo abuso de bebidas alcoólicas. Assim, sua incidência foi relativamente pequena. João Ribeiro de Almeida afirmava que o consumo de álcool não era uma regra em Desterro. De acordo como o médico, apenas os soldados e poucos negros faziam o seu uso. Para ele, o mesmo não se processava nas demais freguesias da Ilha, quando noites festivas incorriam na ingestão exagerada da bebida.²⁰¹ De todo o modo, deve-se ter em conta a produção da cachaça na Ilha de Santa Catarina, o que certamente poderia facilitar o acesso à bebida aos trabalhadores que manejavam com a sua fabricação, muitos deles escravos. Ainda assim, dos internamentos relacionados à hepatite, faleceram três homens e uma mulher, sendo todos brancos livres.²⁰²

De problemas nutricionais, um total de 14 registros, 11 foram atribuídos às diabetes, com 5 falecimentos de brancos e 1 da liberta Joaquina, morta em junho de 1852.²⁰³ Além disso, houve 3 casos de escorbuto, 2 de pessoas brancas e 1 de Francisco, escravo “cabinda”, falecido em 25 de agosto de 1855.

As diabetes podiam ser comuns. Essa doença decorre da ausência de insulina ou da incapacidade desta funcionar adequadamente no organismo, resultando na má absorção dos açúcares presentes no corpo e implicando em cansaço, sede, micção frequente, perda da visão

¹⁹⁹ Jornal “O Argos”. Desterro. Ano 1, n.15, 19 fev. 1856. p.4. BPSC.

²⁰⁰ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, *op. cit.* vol.8, 16 set. 1855/31 dez. 59. CMIHC.

²⁰¹ ALMEIDA, João Ribeiro de. “Ensaio sobre a salubridade...”, *op. cit.* Ano 2, n.89, 4 nov. 1864. p.3. BN-HDB.

²⁰² IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, *op. cit.* vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

²⁰³ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, *op. cit.* vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

e difícil cicatrização, podendo levar à morte.²⁰⁴ O escorbuto, como já foi evidenciado, era derivado da falta de vitamina C e bastante comum entre embarcações e marinheiros, principalmente em face dos longos períodos no interior das naves onde não havia alimentação adequada. Porém, nenhum dos casos de óbito foi evidenciado entre marinheiros. Sendo o escravo acometido, propriedade da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos.²⁰⁵

As doenças renais ou geniturinárias levaram a 8 internamentos. Cinco mulheres brancas e uma forra foram internadas com leucorreia. Além delas, mais uma, também forra, acometida de cistite. Por fim, 1 homem escravo deu entrada no Caridade vítima de uma inflamação renal.

As leucorreias e as cistites tinham por principal causa infecções bacterianas, muitas delas adquiridas, inclusive, por contato sexual. A leucorreia foi a única que resultou no óbito de uma mulher branca. Já as inflamações renais podiam ser de ordem variada, desde aquelas provenientes de infecções quanto de natureza tumoral. Geralmente, o mau funcionamento dos rins acarretava em problemas graves, dada a importância do órgão em filtrar as toxinas presentes no organismo. Eram muito comuns que as hidropisias decorressem de problemas renais.

Em relação às doenças do coração, do cérebro e da circulação, um total de 4 registros, houve casos de afecção cerebral para 2 pessoas brancas de ambos os sexos, e igualmente para sem 2 condição social. Ela levou ao óbito, em maio de 1859, da preta Joana Francisca, 45 anos, solteira e natural do Moçambique. De igual forma, dois meses depois, de José da Silva, 74 anos, pardo e solteiro.²⁰⁶

Um panorama dos internamentos

Durante os anos de 1850 a 1859, 524 internações foram processadas no Hospital de Caridade relacionadas a africanos e afrodescendentes de diferentes condições sociais, incluindo-se os registros sobre os quais não foi possível identificar as causas que levaram aos internamentos. Entre a população escrava houve 224 assentamentos de homens e 30 de mulheres, equivalendo a 43% e 6%. Entre a forra houve 118 para o sexo masculino e 88 para o feminino, respectivamente 23% e 17%. Entre os livres, um total de 7 registros, todos se deram sobre o sexo masculino, representando 1%. E entre aqueles cujas condições sociais não

²⁰⁴ Ver: ARDUINO, Francisco. *Diabetes Mellitus*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1980.

²⁰⁵ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

²⁰⁶ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vol.8, 16 set. 1855/31 dez. 59. CMIHC.

foram referenciadas, 39 estiveram relacionadas a homens e 18 a mulheres, um índice de 7% e 3%.

Num plano geral, escravos contabilizaram 49% das internações, forros 39%, livres 1% e pessoas sem condição definida 11%. Isso implica dizer que os escravos foram mais expressivos em relação aos internamentos de pessoas direta ou indiretamente atravessadas pelo cativo. Porém, dos 254 registros identificados para internações de escravos, 136 se tratavam de propriedades da Casa, 81 de marinheiros e 18 de possíveis marinheiros, já que seus proprietários eram empresários do ramo da navegação. Tais números refletem um cenário em que os primeiros representaram 54% das internações e os segundos, 39%, atribuindo-se os 7% restantes a cativos de proprietários indefinidos.

Esses percentuais apontam para uma questão já mencionada anteriormente neste capítulo, qual seja, a de que a população cativa presente na Ilha de Santa Catarina não fazia uso do Hospital de Caridade para tratar de seus problemas de saúde. No entanto, ao que tudo indica, forros, livres e pessoas sem condição social, que juntas equivaleram a 52% dos internamentos, procuravam esse local com mais frequência, assim como pessoas brancas e livres, que totalizaram 1.042 registros.

Como também já foi mencionado, o Caridade, embora na segunda metade do século XIX já dispusesse de profissionais de saúde, caracterizava-se um local destinado a pessoas carentes, adequado, inclusive, em estabelecimento de campanha quando havia surtos epidêmicos na região.²⁰⁷ Nesse sentido, não é difícil compreender por qual razão forros, livres e sem condição social recorressem a ele, tendo em vista que tais indivíduos, quase sempre marcados por uma árdua sobrevivência sem grandes recursos financeiros, raramente conseguiam pagar os honorários dos profissionais de saúde licenciados, conquanto que alguns, como pôde ser visto no quarto capítulo deste trabalho, até oferecessem seus serviços gratuitamente.

Mas para saber se de fato essa população procurava o Caridade com grande intensidade, seria necessário considerar outros fatores, como o número total de habitantes da Ilha enquadrado nessas categorias sociais. Além disso, seria forçoso atentar para as especificidades relativas de cada internamento, principalmente a respeito da naturalidade e residência dos sujeitos assentados, de maneira que eles pudessem ser equiparados ao total de moradores da Ilha de Santa Catarina, tarefa que não pode ser realizada dada a inexistência de dados censitários pormenorizados e efetuados ano a ano.

²⁰⁷ Ver: CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos e...”, *op. cit.* 1977.; MORAES, Laura do N. R. *Cães, vento sul e...*, *op. cit.* 1999.; e GARCIA, Carla L. *Emanações perniciosas...*, *op. cit.* 2006.

Especificamente com relação aos registros do Caridade, além do problema das reinternações havia uma multiplicidade de locais vinculados à naturalidade que possivelmente correspondiam ao lugar das residências dos internos. Só para citar um exemplo, expressões como “preto” e “preta”, normalmente associadas à origem africana, equivaliam a pessoas provenientes de África, de outras províncias do Império e mesmo de Santa Catarina e da Ilha. Em muitos casos, não havia sequer informação.

Outra questão a ser considerada se remete ao fato de que muitos dos indivíduos atravessados pelo cativeiro tinham seus próprios meios de lidar com os problemas de saúde. Sob essa perspectiva, é possível que a procura pelo Caridade não fosse mesmo tão grande, e que os assentamentos observados para o período não refletissem ser uma regra à busca pelos préstimos do Hospital.²⁰⁸

Acerca dos escravos, já que a grande maioria foi representada por propriedades da Casa e marinheiros, depreende-se, a partir do que foi visto, que os demais proprietários não recorriam ao Caridade para eliminar as moléstias que debilitavam a saúde de seus cativos. Mas sobre isso é possível também acreditar que eles mesmos, os cativos, longe que estavam da fiscalização das embarcações ou do Hospital, fizessem valer mais uma face de suas agências, negando-se ao tratamento que era oferecido por esta instituição de amparo. Esse panorama pode ter se modificando tempos depois. Contudo, para verificar tal hipótese seria preciso acessar os internamentos ocorridos nos anos subsequentes, sobre os quais não há registros disponíveis.

Considerando os óbitos ocorridos no Hospital de Caridade que foram processados após internações efetuadas entre os anos de 1864 e 1879, constatou-se um número pequeno de escravos se comparado ao de forros, livres e sem condição. Enquanto 58 falecimentos se deram sobre os primeiros, 291 incorreram sobre os demais, um percentual de 17% e 83% aproximadamente. Porém, entre esses 58 sujeitos escravizados que morreram num período de 16 anos, 12 corresponderam a escravos da Casa, 6 para cada sexo. Além deles houve mais 1 registro de escravo marinheiro. Isso quer dizer que 45 pessoas escravizadas eram de proprietários indefinidos, revelando que neste período pode ter havido uma procura mais intensa desses sujeitos ao recurso do Hospital.²⁰⁹ Esses dados sugerem a presença de um perfil mais eclético para as pessoas escravizadas ali atendidas, conquanto que continuassem sendo

²⁰⁸ Ver: WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.; _____. *Males e epidemias...*, op. cit. 2007.; e PÔRTO, Ângela de A. “O sistema de saúde...”, op. cit. 2010.

²⁰⁹ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros...*, op. cit. vol.1, 8 jul. 1864/30 dez. 1879.

inexpressivas, mesmo se tratando de uma amostragem circunscrita a falecimentos, lembrando aqui que esses falecimentos advinham de anteriores internações.

Tal fato pode indicar que durante as décadas de 60 e 70 do século XIX, ou a saúde desses sujeitos continuava não sendo objeto de interesse para seus proprietários ou tais indivíduos continuavam resistindo em receber o auxílio da Instituição e dos profissionais de saúde que ali prestavam socorro. Isso pelo fato de não ser plausível pensar que a saúde das populações escravizadas pudesse ser melhor que a dos demais, resultando na invisibilidade desses sujeitos no obituário do Hospital. Sobre essa questão, a historiografia brasileira e internacional já demonstrou o contrário.²¹⁰

Porém, para a Ilha de Santa Catarina, outro fator pode ser acrescido a esse panorama, o de que entre os anos de 1864 e 1879 a população cativa tendeu a declinar em face das alforrias e da venda para outras províncias, mormente àquelas produtoras de café, incidindo, esse declínio, também sobre os óbitos observados no Caridade. Já no que se referiu a forros, livres e sem condição, um total de 291 registros, conclui-se que o número de atendimentos processados aumentou para o período, e que ele deve ter sido inclusive maior, já que esse montante se referiu exclusivamente aos que faleceram.

Um elemento a se dar relevância, ainda, diz respeito às doenças ou circunstâncias que interferiam sobre as condições de saúde daqueles que eram atravessados pelo cativo, independente de suas condições sociais, comparando-as com aquelas processadas sobre a população branca. Nos internamentos ocorridos no Hospital de Caridade entre 1850 e 1859, a tabela 34 evidencia as 10 com maior número de frequências.

²¹⁰ Ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.; KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000.; e SAVITT, Todd L. *Medicine and Slavery...*, op. cit. 1978.; VIANA, Irnara da S. "Morte de escravos, forros e livres na Vassouras oitocentista: uma análise comparativa, 1840-1870." *Anais do XIII Encontro História Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2008. p.1-10. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212972785_ARQUIVO_TextoAnpuhRio2008.pdf> Acesso em: 15 fev. 2013.

Tabela 34

Causas mais comuns para os internamentos Africanos e afrodescendentes/Branco livres Hospital de Caridade (1850-1859)		
Ocorrências	Africanos e afrodescendentes	Branco livres
Reumatismo	42	103
Constipação	25	17
Feridas	18	34
Tísica	16	43
Afecção boubática	15	21
Hidropisia	12	29
Erisipela	12	20
Abscesso	12	10
Cólera e colerina	12	9
Bronquite	10	29
Total	174	315

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de registros...*, op. cit. vols.6, 7 e 8, 22 jan. 1850/31 dez. 59. CMIHC.

O que se constata é que embora as doenças infectocontagiosas, bacterianas, parasitárias e virais estivessem no topo da lista dos acometimentos, o reumatismo, isoladamente, caracterizou-se mais vulgar para africanos e afrodescendentes. Porém, somente a constipação foi mais recorrente entre essa categoria de indivíduos, sendo todas as demais causas de internamentos, superiores para a população branca.

Esse cenário sofreu algumas alterações entre os anos de 1864 a 1879, especialmente no plano das mortes ocorridas no Hospital de Caridade. Dos 1.156 registros efetuados, 981 corresponderam a doenças ou causas circunstanciais passíveis de reconhecimento, os quais 667 se deram sobre brancos e 314 sobre africanos e afrodescendentes.

Tabela 35

Natureza das causas mais comuns para os óbitos Africanos e afrodescendentes/Brancos livres Hospital de Caridade (1864-1879)			
Ocorrências	AA	BL	Total
Infecção contagiosas, bacterianas, parasitárias e virais	87	251	338
Manifestações sintomáticas	111	192	303
Gastrointestinais	31	84	115
Respiratórias ou pulmonares	26	69	95
Cardíacas, cerebrais e circulatórias	18	21	39
Articulares, musculares e esqueléticas	15	20	35
Neuropsíquicas	8	11	19
Hepáticas	5	8	13
Tumoriais	5	7	12
Geniturinárias e renais	5	4	9
Total	314	667	981
Óbitos sem referência	35	140	175
Total	349	807	1.156

Legenda: BL: Brancos livres. AA: Africanos e afrodescendentes.

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros de sepultamentos no cemitério da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade*. vol.1, 8 jul. 1864/30 dez. 1879.

Como pode ser observado na tabela 35, as doenças infectocontagiosas, bacterianas, parasitárias e virais continuaram sendo as mais expressivas, seguidas pelas manifestações sintomáticas de outras enfermidades. Porém, para a população africana e afrodescendente, foram estas as que levaram ao maior número de óbitos, seguindo a tendência observada para os internamentos ocorridos entre 1850 e 1859.²¹¹

Por se ter uma quantidade relevante de assentamentos sem identificação das causas para os falecimentos, não é possível estabelecer um percentual comparativo de incidências sobre as duas categorias especificadas. Porém, é factível evidenciar quais doenças pareciam determinar tais falecimentos, e nesse cenário, a tísica passou a ser a mais expressiva entre africanos e afrodescendentes, retrato que não era diferente daquele pintado ao Brasil.

²¹¹ IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros...*, op. cit. vol.1, 8 jul. 1864/30 dez. 1879.

Tabela 36

Causas mais comuns para os óbitos Africanos e afrodescendentes/Brancos livres Hospital de Caridade (1864-1879)		
Ocorrências	Africanos e afrodescendentes	Brancos livres
Tísica	37	99
Decrepitude	22	23
Hidropisia	18	33
Diarreia	17	44
Reumatismo	14	20
Cólera	11	10
Disenteria	10	24
Ascites	9	15
Hética	7	10
Total	145	278

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros...*, op. cit. vol.1, 8 jul. 1864/30 dez. 1879.

Importante lembrar que dos 22 assentamentos de óbitos relativos à decrepitude ou velhice demonstrados na tabela acima, 18 se referiam a africanos, evidenciando o paulatino desaparecimento desses indivíduos no cômputo da população de Desterro e Ilha. Quanto aos escravos, viu-se óbitos decorrentes de anasarca ou hidropisia, angina, ascites, varíola, bronquites, caquexia²¹², disenteria, catarro, cólera, concussão cerebral, congestão pulmonar, diarreia, elefantíase, epilepsia, hética, febre atáxica e febre perniciosas²¹³, gastroenterite, gastroperitonite²¹⁴, hérnia, hipertrofia²¹⁵, moléstia interior²¹⁶, oftalmia, pneumonia, reumatismo, sífilis e tísica.²¹⁷

Das 349 mortes processadas para africanos e afrodescendentes de diferentes condições sociais, 195 incorreram sobre homens e 154 sobre mulheres, o que demonstra que o sexo masculino representou 56% enquanto que o feminino 44%. Das idades para as mortes, 2 corresponderam a inocentes, 11 a menores de 10 anos, e 8 a pessoas entre 10 e 19 anos, denotando que estas faixas etárias foram as que menos óbitos se processaram, como pode ser reconhecido no gráfico 10:

²¹² Perda de peso associada a múltiplas afecções.

²¹³ Ambas relacionadas ao relacionadas ao tifo.

²¹⁴ Inflamação do estômago e peritônio, membrana que reveste o abdômen.

²¹⁵ Crescimento exagerado de algum órgão, a exemplo do coração.

²¹⁶ Não foi encontrado significado para a expressão. Para identificação das enfermidades listadas ver; LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1865. Tomos I, II e III.; e CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina...*, op. cit. 1890. vols.1 e 2.

²¹⁷ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros...*, op. cit. vol.1, 8 jul. 1864/30 dez. 1879.

Gráfico 10

Fonte: Dados colhidos em IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros...*, op. cit. vol.1, 8 jul. 1864/30 dez. 1879.

Tal evidência não significa dizer que esses sujeitos não faleciam. Estudos sobre o padrão da mortalidade brasileira no século XIX já evidenciaram o nível de vulnerabilidade de mortes ocorridas na primeira infância ou nos anos iniciais da juventude. No caso de crianças filhas de mães escravas, essa realidade podia ser ainda mais marcante.²¹⁸ Mas um outro dado que não diz respeito a essa categoria de indivíduos expresso na tabela acima, refere-se ao grande número constatado para pessoas com idade superior aos 50 anos, com maior recorrência à faixa entre os 70 e 79, demonstrando que era possível haver, na Ilha de Santa Catarina, relativa longevidade. Ainda assim, esse montante atribuído aos idosos induz a pensar que para esses sujeitos o Caridade podia se caracterizar a única e última alternativa de assistência. Ora, das 349 pessoas que faleceram, 22 eram casadas, 13 viúvas e 16 sem condição civil.²¹⁹ Embora já se tenha discutido aqui sobre os vários laços socioafetivos que eram estabelecidos, tanto na vida em cativeiro quanto em liberdade, essa relevante quantidade de solteiros um total 298 pessoas, pode indicar sobre os mais velhos, que a falta de se ter a quem recorrer acabava os levando a procurar amparo no Hospital.

Em vias de finalizar, torna-se importante lembrar mais uma outra questão. Trata-se, estritamente, da problemática da saúde tomada enquanto objeto de interesse pelos poderes

²¹⁸ Ver: VAILATI, Luiz L. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil do oitocentos* (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.; DEL PRIORE, Mary M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.; e KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos...*, op. cit. 2000. Especialmente o Capítulo 6: “Armas dos feiticeiros”: as doenças.

²¹⁹ Ver: IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros...*, op. cit. vol.1, 8 jul. 1864/30 dez. 1879.

públicos e privados ao longo do século XIX. Mesmo que em Santa Catarina ela tenha se constituído tema de destaque entre os círculos intelectuais, especialmente os que eram integrados por profissionais da área, os escravos não estiveram presentes na agenda de suas preocupações, assim como também, africanos e afrodescendentes livres e libertos, salvo quando representavam ameaça à sobrevivência dos demais, da população branca a se preservar. Assim, ainda que sujeitos atravessados pelo cativeiro pudessem acessar os serviços de saúde oficiais, através de uma instituição caritativa, a manutenção de suas vidas nunca foi assunto de destaque, com exceção para acontecimentos esporádicos que podiam dar visibilidade à aptidão de alguns médicos e cirurgiões da cidade ao exercício de suas funções. Tal assertiva pode ser evidenciada através de um informe publicado no jornal “O Despertador” de 5 de setembro de 1865:

Desastre: Domingo, às 7 horas da noite, um pardo escravo do Senhor advogado Manoel Jose d’Oliveira, no delírio da febre de bexigas, lançou mão de um lampião que estava pendurado na parede, e com um dos vidros fez um golpe fundo no pescoço, cortando algumas veias, por onde lançou sangue em tal quantidade que ao chegar o Senhor Doutor Raposo, que se não fez esperar, levando em sua companhia o Senhor Doutor Jacutinga, apenas dava sinais de vida. Avisada a autoridade, procedeu-se *in continenti* o auto de corpo de delito, e em seguida o mesmo Senhor Doutor Raposo, ajudado pelo seu digno colega, uniu a ferida com pontos verdadeiros. O paciente acha-se em grande risco de vida.²²⁰

Não é possível saber em qual lugar se deu o procedimento, mas é provável que tenha sido nas dependências do Hospital de Caridade. Moraes reconheceu que na segunda metade do século XIX ele foi aos poucos se constituindo um espaço de restituição da saúde, promovida por um conjunto de profissionais devidamente capacitados ao trato do corpo enfermo, e amparados na ciência médica da época.²²¹ Mas não é factível saber se havia ou não distinção no protocolo de atendimento para pessoas de origens sociais e procedências diversas. E essa é uma dúvida que não será exequível sanar.

Mas descortinar, a partir dos livros de internamentos e óbitos do Hospital de Caridade, todas as nuances acerca das condições de saúde, sobrevivência e vida de africanos e afrodescendentes que circularam por Desterro e Ilha durante a segunda metade do século XIX, é tarefa igualmente impossível de ser realizada. E é por isso que aqui, encerra-se a presente discussão, que pretendeu antes de tudo, trazer à luz mais uma face da trajetória desses personagens, cuja historiografia catarinense, durante muito tempo, deixou de mencionar.

²²⁰ Jornal “O Despertador”. Desterro. Ano 3, n.273, 5 set. 1865. p.1. BPSC.

²²¹ MORAES, Laura do N. R. *Cães, vento sul e...*, op. cit. 1999. p.32-33.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa de doutoramento pretendeu refletir sobre a escravidão negra na Ilha de Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888, estabelecendo como pano de fundo uma discussão sobre a problemática da saúde.

Dividida em três partes, a primeira objetivou dar evidência à presença das populações de origem africana e seus descendentes, tanto na Capital da Província de Santa Catarina quanto nas demais freguesias da Ilha. A intenção foi demonstrar inicialmente que os sujeitos atravessados direta ou indiretamente pelo cativeiro tiveram uma participação ativa na dinâmica cotidiana dessa região, representando uma parcela expressiva da sociedade que desenvolvia diferentes funções laborais, tanto na cidade quanto no campo.

Através deste estudo, foi possível constatar que mesmo não existindo na Ilha um número elevado de propriedades agrícolas com renda suficiente para adquirir uma grande quantidade de escravos, elas existiam, sendo que algumas dispunham de um montante significativo, ainda que tenham prevalecido aquelas que não ultrapassaram cinco. O ramo da pesca das baleias, embora mais arrojado em período anterior ao que foi aqui estudado, demandou considerável número de escravos. O plantio da mandioca e o processamento da farinha, igualmente, valeram-se dessa mão de obra. O comércio marítimo e fluvial dos insumos produzidos na Ilha requereu diariamente o serviço de indivíduos escravizados. E isso só para citar poucos exemplos.

Mas o que se propôs com essa discussão foi refletir sobre os modos pelos quais essas populações se conectaram com as demais e integraram uma sociedade que, hipoteticamente desatrelada da lógica do sistema escravista observado nas áreas de grande cultivo do Brasil, beneficiava-se com a exploração de seu trabalho, tão necessário ao ponto de ser conivente com o tráfico ilegal.

Os dois primeiros capítulos demonstram o quanto africanos e afrodescendentes, nas condições de escravos, livres e libertos, foram expressivos. Em 1810 somente escravos representaram 27% da população. Acrescentando-se os alforriados, alcançaram um índice de 29%. Em 1859, quando foi realizado o censo da Província de Santa Catarina que incorporou à amostragem o número de alforriados, ambos, escravos e ex-escravos correspondiam a 22% do total de habitantes da Ilha. Em 1872, embora cativos tivessem sido reduzidos a 11%, pretos e pardos alcançavam um índice de 25%.

Esses índices percentuais revelam que a presença das populações de origem africana e seus descendentes, ali, jamais foi insignificante e que a sua participação na esfera da vida

coletiva não se restringia à produção material dos meios convencionais atrelados à produção da riqueza, como o trabalho no campo para fins de produção de excedentes destinados à comercialização, só para citar um exemplo. A mão de obra escrava era usada para as mais diferentes funções, e de forma análoga, a de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Certamente, a destreza desses sujeitos no exercício de alguns ofícios podia se constituir muito importante, inclusive, no campo da manutenção da vida e do trato das doenças.

Assim, a segunda parte da tese se dedicou a mostrar como esses indivíduos se imiscuíram pelo universo da saúde e quais os significados de seus saberes e fazeres para aquela sociedade. Num primeiro momento, viu-se que a criação das faculdades de medicina, a partir da Independência, propiciou a formação de um corpo de profissionais engajado no projeto de medicalização da sociedade, tomado como chave de acesso à promoção do desenvolvimento da nação. Tendo no conhecimento científico da época a base para seus fundamentos, os agentes de saúde egressos dessas instituições passaram a defender seus interesses, e para isso, desqualificaram todas as demais artes de curar exercidas por gente sem diplomação. Na esteira desse movimento, curadores populares foram alvos de suas críticas, principalmente africanos e afrodescendentes para os quais o trato da saúde e da doença era assinalado por concepções de mundo distintas daquelas professadas nas academias. Porém, tanto no Brasil quanto na Ilha de Santa Catarina, constatou-se que tais indivíduos continuaram tendo um lugar privilegiado no âmbito das práticas sociais, sendo procurados, requisitados e muitas vezes até defendidos quando as instâncias de controle tentavam puni-los por suas atuações.

Ao lado dos médicos recém-formados, encampando um discurso calcado na pretensa necessidade de ordenar as condutas, a imprensa foi exemplar. E através dela se evidenciou em que medida a cor podia se constituir característica definidora da criminalização dos modos exercidos por africanos e afrodescendentes no cuidado do corpo enfermo. Com efeito, a habilidade desses indivíduos no manuseio de substâncias retiradas da natureza era questão a ser considerada, já que muitos se rebelavam contra seus senhores, ministrando-lhes venenos ou mesmo se tornando figuras de liderança entre as comunidades cativas, geralmente através de um poder espiritual. Tal foi o caso, que os jornais do Império e de Desterro não se furtaram em dar visibilidade a esses sujeitos, salientando o perigo que podiam representar.

Mas havia também os profissionais da saúde, médicos, cirurgiões e farmacêuticos, ávidos em salvaguardar seus interesses, proibindo, através de ordenações legais, que curadores populares, raizeiros, mezinheiros, muitos deles tomados como feiticeiros, pudessem atuar. No entanto, esses mesmos profissionais que afirmavam que os seus procedimentos

eram fruto de um saber científico, ainda estavam muito distantes de ser a expressão máxima da ciência, já que entre o seu arsenal terapêutico estavam presentes formas de se lidar com as doenças há muito tempo gestadas no saber popular.

Sobre essa questão, a própria imprensa do período, que se dizia porta-voz de uma nova Era de ilustração e de progresso, entrava em contradição. Via de regra, criticava os curadores populares, os curandeiros negros que frequentemente faziam grande clientela, usurpando-a dos médicos profissionais, embora não perdesse a oportunidade de propagandar as panaceias que apareciam vez por outra como verdadeiros achados em benefício da saúde da população.

E se a saúde da população era o que importava, a saúde daqueles que foram atravessados pelo cativoiro parece ter assumido outros tons no discurso propalado, questão evidenciada na última parte deste trabalho. Com efeito, a medicina que se impôs, pouco intencionou salvaguardar a vida desses indivíduos, mesmo que eles tenham sido objeto de investigações e cuidados médicos. Pelo que foi possível perceber, em algumas regiões do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro onde havia propriedades com grande número de escravos, até houve discussões no sentido de viabilizar estratégias para garantir a sua sobrevivência, já que a precária situação de vida nas fazendas geralmente incorria em mortes. No entanto, essas questões foram pontuadas num período da história do Brasil em que o escravismo estava em descenso, com leis de caráter emancipacionista e impeditivas ao tráfico, sendo necessário, aos proprietários, salvaguardar a mão de obra que ainda lhes restava.

Por outro lado, havia os escravos que não estavam apenas presentes nos ambientes rurais. Era uma massa de trabalhadores a circular pelas ruas das cidades, tomados como portadores dos mais variados tipos de doenças que colocavam em risco a saúde do restante da população, a quem a medicina deveria especialmente velar. De igual forma, ex-cativos, trabalhadores urbanos que desempenhavam uma infinidade de ofícios, muitos deles domésticos a dividir o interior das residências locais, eram símbolo de perigo. Isso porque a mentalidade da época havia lhes atribuído signos depreciativos, entre os quais o de serem portadores de vícios e condutas lascivas necessárias de uma atenção especial. Porém, essa atenção não estava voltada ao zelo por sua saúde, mas, ao contrário, movia-se no sentido de evitar que esses indivíduos oferecessem danos àqueles a quem interessava servir, àqueles tidos como promissores ao desenvolvimento do Brasil pelo seu hipotético refinamento racial.

Na Ilha de Santa Catarina, a ausência de grandes propriedades agrícolas possivelmente não fomentou a ebulição de discursos em defesa da mão de obra escrava sob o viés da saúde. No entanto, o controle sobre as populações atravessadas pelo cativoiro pôde ser observado através de uma imprensa periódica que cotidianamente estampou em suas páginas que

africanos e afrodescendentes deveriam ser objeto de atenção de maneira que não atrapalhassem o sobejo anseio em transformar aquela localidade em modelo de civilização.

Essa realidade ficou evidente ao se analisar os registros de internamentos do Hospital de Caridade entre os anos de 1850 e 1859. Neles, reconheceu-se um número significativo de escravos, conquanto que a sua maioria era propriedade da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, que geria o Hospital. Além destes, havia os cativos de comerciantes marítimos, a quem a lei obrigava fiscalização. No entanto, nesses registros o número de escravos de outros domínios senhoriais era reduzido, embora fossem muito mais numerosos proporcionalmente. Tal fato propiciou refletir sobre a falta de interesse dos senhores de Desterro e Ilha em lhes providenciar amparo junto ao Hospital, mesmo que alguns poucos até recorressem a médicos formados ou curadores populares para tratar dos problemas que faziam seus escravos padecer. Mas ter um posicionamento unívoco diante dessa questão é o mesmo que andar em terreno movediço. Isso porque, o baixo número de cativos não vinculados à Irmandade ou à marinha mercante que foram internados no Caridade nesse período também podia estar atrelado à resistência desses sujeitos em receber tratamento pautado na medicina oficial, recorrendo aos seus próprios conhecimentos ou a curandeiros que lhes eram familiares.

Com efeito, ao analisar os registros de óbitos da mesma instituição durante os anos de 1864 e 1879, viu-se um maior número de cativos vinculados a proprietários distintos. Porém, eles continuaram sendo inexpressivos entre os demais africanos e afrodescendentes de outras condições sociais. Embora nessa época a escravidão estivesse em declínio, sendo plausível supor que o pequeno número de escravos falecidos estivesse atrelado à diminuição de indivíduos nessa condição, acredita-se que ou o interesse dos proprietários em tratá-los continuava ínfimo ou eles se mantinham firmes, negando-se ao socorro oferecido pela Instituição.

Por outro lado, o montante expressivo de africanos e afrodescendentes livres e libertos vislumbrado nos dois registros documentais do Caridade possibilitou inferir que essa categoria de indivíduos acabava recorrendo ao seu auxílio. E as razões para isso também são difíceis de precisar. Porém, o maior número de casos evidenciado entre os anos de 1864 e 1879 para pessoas solteiras e com idade superior a 50 e 89 anos possibilita inferir que tais sujeitos entravam no Caridade por ele ser a última alternativa de amparo, fosse em face das diversas enfermidades que os acometiam, fosse em função de fatores circunstanciais que debilitavam a sua condição de saúde, como foi visto no último capítulo desta tese.

Por certo, as condições de sobrevivência de africanos e afrodescendentes escravizados, livres ou libertos não eram nada favoráveis. Provavelmente essa foi uma das mais importantes

razões para as fugas registradas nos jornais, em que os corpos em cativeiro agenciavam suas vidas fazendo valer suas vontades. Muitos desses corpos eram machucados, marcados, evidenciando implicitamente as suas mais tenebrosas mazelas. Aliás, os maus-tratos eram tão comuns que chegavam a movimentar a imprensa, afeita aos conceitos da Ilustração para os quais, as punições físicas exacerbadas eram motivos de rechaço. Porém, essa mesma imprensa, parte dela defensora da emancipação, quase sempre não conseguia atravessar a fronteira, escolhendo o lado onde queria ficar. Como se viu, embora frequentemente denunciasse indivíduos que praticavam atos, à época, tomados como manifestação da barbárie, não se furtava em omitir seus nomes ou em sair em suas defesas.

Com efeito, havia outras formas de maus-tratos que não se traduziam apenas pelo uso da violência física, e estas deixavam impressões que extrapolavam o plano do visível. Davam-se pela discriminação racial e pela desqualificação do outro, só para citar dois exemplos. Atingiam a alma, levando tais sujeitos a criar estratégias próprias de resistência, de sobrevivência e mesmo de desistência da vida, para quem sabe, em outro mundo, obter a sua restituição.

“Saúde e escravidão na Ilha de Santa Catarina” caracteriza-se, nesse sentido, como um esforço em dar visibilidade à memória desses personagens. Reconhecendo-os enquanto protagonistas das questões que envolveram a saúde na Ilha de Santa Catarina da segunda metade do século XIX, vislumbraram-se, aqui, outras possibilidades de interpretação sobre a história da medicina e do escravismo na região, até então encobertas pela historiografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

1. ESCRITOS DE ÉPOCA

• Estudos de medicina (séculos XVIII e XIX)

ALMEIDA, João R. de. “Ensaio sobre a salubridade, estatística e pathologia da Ilha de Santa Catarina e, em particular, da cidade de Desterro.” *O Despertador*. Desterro. Ano 2 e 3, n.174-221, 13 set. 1864/24 fev. 1865.

BONTEMPO, José Maria. “Regulamento interino para a Fisicatura Mór do Imperio do Brasil.” In: *Trabalhos medicos offerecidos á Magestade do Senhor D. Pedro I, Imperador do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1825.

CARDOZO, Emiliano de O. *Influencia da civilização sobre o desenvolvimento das affecções nervosas*. These apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: FAMEB, 1857.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Formulario ou guia medico*. 6 ed. Pariz: Casa do Autor, 1841.

_____. *Diccionario de medicina popular*. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, 1842.

_____. *Formulario ou guia medico*. 6 ed. Pariz: Casa do Autor, 1864.

_____. *Diccionario de medicina popular*. 6 ed. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. vols.1 e 2.

COLLAS, A. “Nota sobre a molestia descrita como o nome de ainhum.” *Gazeta medica da Bahia*. Bahia, Ano 2, n.37, p.151-155, 15 jan. 1868.

COSTA, Francisco de P. *Algumas reflexões sobre o charlatanismo em medicina*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1841.

CUNHA, Herculano Augusto L. *Dissertação sobre a prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Paula F. Brito, 1845.

DAZILLE, Jean-Barthelemy. *Observations sur les maladies des negres: leurs causes, leurs traitemens et les moyens de les prévenir*. Paris: Chez Didot le Jeune, Libraire, quai des Augustins, 1776.

_____. *Observações sobre as enfermidades dos negros: suas causas, seus tratamentos e os meios de as prevenir*. Trad. Antonio José V. de Carvalho. Lisboa: Typ. chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco Verde, 1801.

DUARTE, José R. de L. *Ensaio sobre a hygiene da escravatura no Brasil*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1849.

FERREIRA, Luís G. *Erário mineral*. Org. de Júnia Ferreira. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. vols.1 e 2.

FIGUIER, Oscar. “Observations sur les escargots.” In: *Encyclographie des Sciences Médicales*. Belgique, Série 4, vol.1, n.2, p.262-263, avril 1840.

FONSECA, Adolpho Arthur R. da. *Das emanações palustres*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1876.

FRAGOSO, Antonio Marcelino. *Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convem que o exercicio da medicina seja inteiramente livre?* These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1850.

GUEDES JUNIOR, Joaquim A. P. *Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convem que o exercicio da medicina seja inteiramente livre?* These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, 1853.

HAHNEMANN, Samuel. *Exposição da doutrina homeopática ou Organon da Arte de Curar*. Trad. Davi Castro et al. São Paulo: GEHSP “Benoit Mure”, 2013.

IMBERT, Jean-Baptiste A. *Uma palavra sobre o charlatanismo e os charlatões*. Rio de Janeiro: Typ. de J. S. Saint-Amant e L. A. Burgain, 1837.

JARDIM, David G. *Algumas considerações sobre a hygiene dos escravos*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1847.

JOBIM, José M. da C. *Discurso sobre as molestias que mais affligem a classe pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Fluminense de Brito e Cia., 1835.

LANGGAARD, Theodoro João Henrique. *Diccionario de medicina domestica e popular*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865. Tomos I, II e III.

LEITE, Tobias R. *Breves considerações acerca da policia sanitaria*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. do Archivo Medico Brasileiro, 1849.

LIMA, José Francisco da S. “Estudo sobre o – “Ainhum” – molestia ainda não descripta, peculiar á raça ethioptica, e affectando os dedos minimos dos pés.” *Gazeta medica da Bahia*. Bahia, Ano 1, n.13, p.146-151, 10 jan. 1867.

_____. “Estudo sobre o – “Ainhum” – molestia ainda não descripta, peculiar á raça ethioptica, e affectando os dedos minimos dos pés.” *Gazeta medica da Bahia*. Bahia, Ano 1, n.15, p.172-176, 10 fev. 1867.

LOBO, Luiz A. de S. “Memoria apresentada á Academia Imperial de Medicina, pelo Dr. Luiz Alves de Souza Lobo, afim de obter o titulo de Membro Adjunto da Secção Medica. Causa da mortalidade das crianças recém-nascidas na capital do Imperio.” *Annaes Brazilienses de Medicina*. Rio de Janeiro, n.6-7, Tomo 28, p.264-282, nov./dez. 1876.

MARTIUS, Carl Friedrich von. *Systema de materia medica vegetal*. Trad. Henrique V. d’O. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1855.

MATTOS, Theodoro da C. *Das causas de molestia*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. de Matheus Costa & C., 1878.

PINTO, Antonio F. *O medico da primeira infancia, ou o Conselheiro da mulher gravida e hygiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1859.

SÁ, Miguel Antonio H. *Algumas reflexões sobre a copula, o onanismo e a prostituição, em especial na cidade do Rio de Janeiro*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1845.

SAMPAIO, Raymundo Jacintho. *Da metro-peritonite puerperal*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Brito & Irmão, 1864.

SIGAUD, Joseph F. X. *Du climat et des maladies du Brésil ou statistique médicale de cet empire*. Paris: Fortin, Masson et Cie, 1844.

_____. *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

SILVA, Peçanha da. “Memoria ou observações do Sr. Dr. Peçanha da Silva sobre a amamentação e as amas de leite.” *Annaes Brazilienses de Medicina*. Rio de Janeiro, n.7, Tomo 21, p.253-257, dez. 1869.

SOUZA, Antonio José de. *Do regimen das classes pobres, e dos escravos na cidade do Rio de Janeiro em seus alimentos, e bebidas. Qual a importancia desse regimen sobre a saude?* These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1851.

TEUSCHER, Reinhold. *Algumas observações sobre a estatística sanitaria dos escravos em fazendas de café*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1853.

- **Manuais de fazendeiros (século XIX)**

FONSECA, Antônio Caetano da. *Manual do agricultor dos gêneros alimentícios ou método da cultura mixta destes gêneros nas terras causadas pelo sistema vegeto-animal; modo de criar e tratar o gado, e um pequeno tratado de medicina doméstica para fazendeiros*. Rio de Janeiro: Ed. Eduardo & Henrique Laemmert, 1863.

IMBERT, Jean-Baptiste A. *Manual do fazendeiro ou tratado domestico sobre as enfermidades dos negros generalizado a todas as classes*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1834.

TAUNAY, Carlos Alberto. *Manual do agricultor brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839.

WERNECK, Francisco P. de L. (Barão Paty do Alferes). *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro (1847-1878)*. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985.

- **Relatos de viajantes (séculos XVIII e XIX)**

ANSON, George. *A Voyage round the World, in the years MDCCLX, I, II, III, IV*. 15 ed. London: W. Bowyer/J. Nichols/W. Strahan/J. F. and C. Rivington/T. Daviers/L. Hawars and Co. R. Hosfield/T. Becket/T. Lowdes/S. Crowder/J. Knox/T. Cadell/W. Otridge/G. Robinson/R. Baldwin/W. Woodfall/E. Johnston, 1779.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Imprimeurs de L’Institut de France, 1835. Tome II.

FRÉZIER, Amédée François. *Relation du Voyage de La Mer du Sud aux Côtes du Chily et du Perou*. Paris: Jean-Geoffroy Nyon/Etienne Ganeau/Jacque Quillau, 1716.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luis da C. Cascudo. 2 ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

KOTZEBUE, Otto von. *Voyage of Discovery into the South Sea and Bering's Straits for the Purpose of exploring a North-East Passage, undertaken in the Years 1815–1818*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1821.

KRUSENSTERN, Adam Johann von. *Reise Um Die Welt in den Jahren 1803, 1804, 1805 und 1806*. Berlin: bei Haude und Spener, 1811.

LANDSGORF, Georg Heinrich von. *Bemerkungen auf einer Reise um die Welt in den Jahren 1803 bis 1807*. Frankfurt am Main: Verlag bei Friedrich Wilmans, 1812.

PERNETTY, Antoine Joseph. *Histoire d'un Voyage aux Isles Malouines, fait em 1763 & 1764; Avec des Observations sur le Detroit de Magellan, et sur les Patagons*. Paris: Saillant & Nyon/Delalain, 1770.

RUGENDAS, Johann M. *Voyage pitoresque dans le Brésil*. Paris: Engelmann & Cia, 1835.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Trad. Affonso de E. Taunay. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. *Viagens pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil*. Trad. Leonam de A. Pena. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.

_____. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Trad. Regina R. Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978.

WEECH, Friedrich von. *Reise über England und Portugal nach Brasilien und den vereinigten Staaten des La Plata Stromes während den Jahren 1823 bis 1827*. Munique: [s.n.], 1831. vol.2.

• **Obras de referência**

BARROS, Lidia A. (Coord.). *Dicionário de Dermatologia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. Trad. Euclides M. Balancin et al. São Paulo: Paulus, 2012.

BRASIL. *Constituição Política do Imperio do Brazil, de 25 de março de 1824*. Rio de Janeiro: Conselho de Estado, 1824.

_____. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1851. Actos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1852.

_____. *Codigo Criminal do Imperio do Brazil de 1830*. Recife: Typ. Universal, 1858.

_____. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1835*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1864.

_____. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1871. Actos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1871.

_____. *Consolidação das Leis Civis*. 3 ed. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1876.

_____. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1828. Actos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1878.

_____. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.e.], 1890.

_____. *Collecção das Leis do Brasil de 1810. Cartas de lei, Alvaras, Decretos e Cartas Regias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

_____. *Collecção de Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1904*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento geral do Imperio do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?].

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

PORTUGAL. *Collecção da Legislação Portuguesa (1775-1790)*. Lisboa: Typ. Maignrense, 1828.

PORTUGAL. *Codigo Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. 14 ed. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Livro IV.

- **Textos de religiosos (séculos XVI e XVII e XVIII)**

ANCHIETA, Padre Joseph. *Cartas, Informações, Fragmentos historicos e Sermões*. (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

ANTONIL, Padre André João. *Cultura e opulencia do Brasil por suas drogas, e minas*. Lisboa: Officina Real Dislandesiana, 1711.

BENCI, Padre Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos: livro brasileiro de 1700*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. (1548?-1625). Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925.

CAVAZZI, Padre João Antônio. *Descrição histórica dos Reinos de Congo, Matamba e Angola*. (1687). Trad. Padre Graciano Maria de Leguzzano. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965. vols.1 e 2.

VIEIRA, Padre Antônio. “Serman XIV. Na Bahia, a Irmandade dos Pretos de hum Engenho em dia de S. João Evangelista, Anno de 1633.” In: *Maria Rosa Mystica*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes. 1686. Parte I. p.502.

_____. *Sermões pregados no Brasil II: a vida social e moral na Colônia*. Org. e notas de Hernani Cidade. Lisboa: República Portuguesa/Ministério das Colônias/Divisão de Publicações e Bibliotecas/Agência Geral das Colônias, 1940. vol.3.

2. BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Yolanda V. de. e BARROS, Carlos Alexandre A. *Visões sobre a economia colonial: a contribuição do negro*. Málaga: Eumed.Net, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de e FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador/Brasília: CEAQ/Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Carla Berenice S. de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMEIDA, Diádiney Helena de. “Um estudo das interações culturais entre curandeiros e médicos acadêmicos no Rio de Janeiro oitocentista.” *Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades*. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2008. p.1-10

_____. *hegemonia e contra-hegemonia nas artes de curar oitocentistas brasileiras*. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em História), FIOCRUZ.

ALMEIDA, Suely Creusa C. “Vida íntima entre senhores e escravos no Recife e na Lisboa Setecentistas: três histórias, três memórias...” *Afro-Asia*. Salvador, vol.43, n.43, p.195-212, 2011.

ALVES, Maíra C. *Quando falha o controle: crimes de escravos contra senhores. Campinas, 1840/1870*. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em História), USP.

AMANTINO, Márcia. “Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832.” *Locus*. Juiz de Fora, vol.12, n.2, p.59-74, jun./dez. 2006.

_____. “As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no *Jornal do Commercio* (RJ) em 1850.” *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.14, n. 4, p. 1377-1399, 2007.

AMARAL, Tamelusa C. do. *As “Camélias” de Desterro: a campanha abolicionista e a prática de alforriar cativos (1870-1888)*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2008.

ANDRADE, Maria José de S. *A mão de obra escrava em Salvador*. São Paulo/Brasília: Currupio/CNPq, 1988.

APPELBOOM, Thierry et al. (Org.). *The Art of Healing in Africa: between tradition and modernity/L’art de guérir en Afrique: entre tradition et modernité/A Arte de Curar em África: entre a tradição e a modernidade*. Bruxelles/Budapest/Lisboa: Musée de la Médecine/Semmelweis Orvostörténeti Múzeum, Konyvtár és Levéltár/Sociedade de Geografia de Lisboa, 2005.

ARAÚJO, Alceu M. *Medicina rústica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

ARAÚJO, Felipe N. *Tolerância, vigilância e repressão: práticas socioculturais africanas e crioulas em Desterro e litoral adjacente, 1845-1890*. Florianópolis, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFSC.

ARAÚJO, Hermes R. do. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira República*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História), PUC.

ARAÚJO, Iaponan S. de. *Santo Antônio de Lisboa: vida e memória*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Trad. Priscila V. de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARISTOTLE. *Oeconomica*. Trad. Edward S. Foster. Oxford: Oxford University Press, 1920.

ARIZA, Marília B. de A. *O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830-1888)*. São Paulo: Alameda, 2014.

ASSIS, Marcelo F. de. *Tráfico atlântico, impacto microbiano e mortalidade escrava*. Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado em História), UERJ.

AZEVEDO, Célia Maria M. de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo em São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

BABBONI, Selene Daniela e MODOLO, José Rafael. “Raiva: origem, importância e aspectos históricos.” *Unopar Científica: ciências, biológicas e da saúde*. Londrina, vol.13 (edição especial), p.349-356, dez.2011.

BARBOSA, Keith Valéria de O. e GOMES, Flávio dos Santos. Doença, morte e escravidão africana: perspectivas historiográficas. *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre, n.44, p. 237-259, jul./dez. 2008.

_____. *Doença e cativeiro: um estudo sobre mortalidade e sociabilidades escravas no Rio de Janeiro, 1809-1831*. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em História), UFRRJ.

_____. *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, Cantagalo (1815-1888)*. Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado em História), FIOCRUZ.

MACEDO, Lisandra B. Àiyé'-`Orun: o mundo do além. *Culturas africanas em Desterro nas décadas da abolição*. Florianópolis, 2003.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro, Mauad, 2010.

BARICKMAN, Bert. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860)*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARREIRO, José Carlos. “Marinheiros, portos e sociabilidades: o Brasil e a ascensão do Atlântico Sul (1780-1850).” *VIII Congresso Internacional da Brasa – Brazilian Studies Association*. Nashville: Vanderbilt University, 2007. vol.1. p.1-16.

_____. “A formação da força de trabalho marítima no Brasil: cultura e cotidiano, tradição e resistência (1808-1850).” *Tempo*. Niterói, vol.15, n.29, p.189-209, 2010.

BARROS, José D'Assunção. *A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BARROS, Marcelo (Org.). *O candomblé bem explicado: nações Bantu, Iorubá e Fon*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

BASTIDE, Roger. *Medicina e magia nos candomblés*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1959.

_____. e RIBEIRO, René. *Negros no Brasil: religião, medicina e magia*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, 1971.

BASTOS, Ana Carla. “Escravidão nos engenhos de farinha da Lagoa da Conceição.” In: MAMIGONIAN, Beatriz, G. e ZIMMERMANN, Josiane V. (Orgs.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p.70-84.

BEAU, Georges. *A medicina chinesa*. Trad. Maria Cristina P. Bastos e Maria Ângela C. da Silva. Rio de Janeiro: Interciência, 1982.

BELTRÃO, Jane F. “A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX.” *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.6 (supl.), p.833-866, set.2000.

BELTRAMIM, Fabiana. *Sujeitos iluminados: a reconstrução das experiências vividas no estúdio de Christiano Jr*. São Paulo: Alameda, 2013.

BEREK, Jonathan S. *Tratado de ginecologia*. 14 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas, 2004.

BETHEL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos para o Brasil*. Trad. Vera N. N. Pedroso. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BILÉSSIMO, Angelo Renato. *Entre a praça e o porto: grandes fortunas nos inventários post-mortem em Desterro (1860-1880)*. Florianópolis/Itajaí: UDESC/Casa Aberta, 2008.

BOEIRA, Sabrina. *Projeto Escravidão na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: NEAB/UDESC, 2003.

BONFIM, Jonilda R. “Estudo Tuskegee e a falsa pesquisa de Hwang: nas agendas da mídia e do público.” *Revista Redbioética*. Montevideo, Ano 1, n.1, p.1-19, 2010.

BURKE, Peter. *Cultura popular na cidade moderna: Europa, 1500-1800*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CABRAL, Oswaldo R. “Medicina, médicos e charlatões do passado.” *Arquivos Catarinenses de Medicina – Edição cultural*. Florianópolis, n.1, p.1-127, abr. 1977.

_____. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972. Memória I e II/Notícia I e II.

CALAINHO, Daniela B. “Jesuítas e medicina no Brasil colonial.” *Tempo*. Niterói, vol.10, n.19, p.61-75, jul. 2005.

CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. “AMANSA-SENHOR: a arma dos negros contra seus senhores.” *Revista Pós Ciências Sociais*. São Luís, vol.4, n.8, p.31-42, jul./dez. 2007.

CAPONE, Domenico et al. “Tuberculose extra-pulmonar.” In: TARANTINO, Affonso B. *Doenças Pulmonares*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002. p.324-334.

CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2008.

CARMELATO, Fabiana. "Hospital de Caridade, parte da história de Santa Catarina." *Biblos*. Rio Grande, vol.15, p.69-85, 2003.

_____. "Arqueologia e patrimônio nas armações baleeiras catarinenses." *Tempos acadêmicos*. Criciúma, n.10, p.1-15, 2010.

_____. "As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais." *Tempos históricos*. Marechal Cândido Rondon, vol.15, n.2 p.481-501, 2011.

CARNEIRO, Maria Elizabeth R. *Procura-se uma "preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa": uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1880)*. Brasília, 2006. Tese (Doutorado em História), UFB.

_____. "Uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca oitocentista." *Textos de História*. Brasília, vol.15, n.1/2, p.121-142, 2007.

_____. "Experiências de dor, resistências e liberdades: pequenas histórias de escravas fugidas." *Anais do 9º. Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, diversidade, deslocamentos*. Florianópolis: UFSC, 2010. p.1-10.

CARNEIRO, Maria Luiza T. "Negros, loucos negros." *Revista da USP*. São Paulo, n.18, p.146-151, ju./jul./ago. 1993.

CARNEY, Judith. "Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial." *África*. São Paulo, n.22, p.25-47, 1999/2001.

CARRIGAN, Jo Ann. "Early Nineteenth Century folk remedies." *Lousiana Folklore Miscellany*. Lousiana, vol.1, n.4, p.43-64, jan. 1860.

_____. "Some medical remedies of the early Ninettenth Century." *The Historian*. Tampa, vol.22, n.1, p.64-89, nov. 1959.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em História), USP.

_____. "Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em *A Mãe de Família*." *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.19 (supl.), p.197-214, dez. 2012.

CARUSO, Raimundo. *Franklin Cascaes: vida, arte e a colonização açoriana*. Florianópolis: editora da UFSC, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASCAES, Franklin. *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

CASIMIRO, Ana Palmira B. S. *Delineamento metodológico de uma pesquisa científica: Economia cristã dos senhores no governo dos escravos - uma proposta pedagógica jesuítica no Brasil colonial*. Salvador, 2002. Tese (Doutorado em Educação), UFBA.

_____. “Quatro visões do escravismo colonial: Jorge Benci, Antônio Vieira, Manuel Benardes e João Antônio Andreoni.” *Politeia*. Vitória da Conquista, vol.1, n.1, p.141-159, 2001.

CASTRO, Hebe Maria da C. M. G. de. *Das cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora do Arquivo Nacional, 1995.

_____. “Laços de família e direitos no final da escravidão.” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.337-383.

CAVALCANTI, Juliana M e MAIO, Marcos C. “Entre negros e miscigenados: a anemia e o traço falciforme no Brasil nas décadas de 1930 e 1940.” *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.2, p.337-403, abr./jun. 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manoela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difel, 2002.

CHEREM, Rosângela M. “Uma abordagem sobre as alforrias nos jornais de Desterro de 1884 a 1888.” *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, n.1, p.47-54, maio1990.

_____. *Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em História), USP.

COELHO, Manoel Joaquim de A. *Obra completa*. Florianópolis: IHGSC, 2005.

CONRAD, Robert E. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. Trad. Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis*. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e Norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COUCEIRO, Luiz Alberto A. *Pai Gavião e a coroa da salvação: crença e acusações de feitiçaria no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), UFRJ.

_____. “Acusações de feitiçaria e insurreições escravas no sudeste do Império do Brasil.” *Afro-Ásia*. Salvador, n.38, p.211-244, ago. 2009.

DAUWE, Fabiano. *Estratégias institucionais de liberdade: um estudo acerca do Fundo de Emancipação dos Escravos em Nossa Senhora do Desterro, 1872-1888*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2008.

DAVIS, David B. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Trad. Wanda C. Brant. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DEL PRIORE, Mary M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

DIAS, Elaine Cristina J. “Dentes limados: a saúde bucal dos escravizados a partir dos anúncios de fuga, Paraíba (1850-1888).” *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, vol.2, n.1, p.1-12. 2012.

DIAS, Marcelo R. *Repressão ao curandeirismo nas Minas Gerais na segunda metade do oitocentos*. São João Del-Rei, 2010. Dissertação (Mestrado em História), UFSJ.

DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. “Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e ganho.” *Estudos Econômicos*. São Paulo, n.15, p.89-109, 1992.

_____. “Corpo, natureza e sociedade nas Minas (1680-1730).” *Projeto História*. São Paulo, vol.25, p.325-360, 2002.

DIENER, Pablo e COSTA, Maria de Fátima. *Rugendas e o Brasil: obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. “Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica.” *História*. Assis, vol.30, n.2, p.401-419, ago./dez. 2011.

EDLER, Flávio C. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro (1854-1884)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História), USP.

_____. “A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico.” *Asclepio*. Madrid, vol.50, n.2, p.169-186, 1998.

_____. “Opilação, hipoemia ou ancistostomíase? A sociologia de uma descoberta científica.” *Vária História*. Belo Horizonte, n.32, p.48-74, jul./dez. 2004.

_____. *Boticas & Pharmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

_____. *A medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

ELEY, Barry M. et al. *Periodontia*. Trad. Tatiana F. Robaina et al. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ELLIS, Miriam. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde. (Brasil do século XIX)*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História), USP.

_____. “Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no Novo Mundo.” *Vária História*. Belo Horizonte, vol.25, n.41, p.227-244, jan./jun. 2009.

FAGE, John D. *História da África*. Trad. Aida Freudenthal et al. Lisboa: Edições 70, 2010.

FARIA, Fernando Antônio. *Querelas brasileiras: homeopatia e política imperial*. Rio de Janeiro: Notrya, 1994.

FERREIRA, Elisangela O. "Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco." *Afro-Ásia*. Salvador, n.32, p.185-218, 2005.

FERREIRA, Jackson. "Por hoje se acaba a lida: suicídio escravo na Bahia (1850-1888). *Afro-Ásia*. Salvador, n.31, p.197-234, 2004.

FERREIRA, Luiz Otávio. "Medicina impopular, ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)." In: CHALHUB, Sidney et al. (Orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p.101-122.

FERREIRA, Sérgio Luiz. *Nós não somos de origem: populares de ascendência açoriana e africana numa Freguesia do Sul do Brasil (1780-1960)*. Florianópolis, 2006. Tese (Doutorado em História), UFSC.

FETT, Sharla M. *Working cures: healing, health, and power on Southern slave plantations*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2002.

FIGUEIREDO, Betânia G. "Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular." *Educar*. Curitiba, n.25, p.59-73, 2005.

_____. "As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde." In: NASCIMENTO, Dilene R. do et aliae. *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. vol.2. p.252-273.

_____. *A arte de curar: medicina, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. 2 ed. Brasília/Belo Horizonte: CAPES/Argumentvm, 2008.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1997.

FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. "Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa." *Topoi*. Rio de Janeiro, vol.3, n.5, p.9-40, set. 2002.

_____. et al. "Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil, séculos XVIII e XIX." *Afro-Ásia*. Salvador, n.31, p.83-126, 2004.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Trad. Luis Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FONTES, Henrique da S. *A Irmandade do Senhor dos Passos e o seu hospital, e aqueles que os fundaram*. Florianópolis: Edição do autor, 1965.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramallete. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

- FREITAS, Octávio de. *Doenças africanas no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.
- FREITAS, Sergio F. T. de. *Uma história social da cárie dentária*. Niterói, 1995. Tese (Doutorado em Odontologia), UFF.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Sanzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25 ed. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1987.
- FRIEDMAN, Neil J. et al. *Manual ilustrado de oftalmologia*. Trad. Denise C. Rodrigues et al. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GARCIA, Carla L. *Emanações perniciosas, moralidade corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1864)*. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.
- GENOVESE, Eugene D. *A economia política da escravidão*. Trad. Fanny Wrobel e Maria Cristina Cavalcante. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.
- _____. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Trad. Maria Inês Rolim e Donaldison M. Gashagen. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e Terra/Cnpq, 1988.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 34/Universidade Cândido Mendes, 2001.
- GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. Trad. Nilson M. Lousada. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia B. de M. L. Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOMES, Flávio dos S. “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista.” *Tempo*. Niterói, vol.1, n.1, p.67-93, 1996.
- _____. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. “A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos.” *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.19 (supl.), p.81-106, dez. 2012.
- GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação na Corte imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.
- _____. *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.
- GOULARTI FILHO, Alcides et al. “Integrando o território catarinense: a construção da estrada de Lages.” *Anais eletrônicos do 39º. Encontro Nacional de Economia – ANPEC*. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011. p.1-20.
- GRAHAM, Sandra L. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRAF, Márcia Elisa de C. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1981.

_____. "O escravo no cotidiano: através dos anúncios dos jornais brasileiros da 2ª metade do século XIX." *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Tropicologia*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 117-122.

GRIMBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade: ações de liberdade da Corte imperial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. "Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX." In: MENDONÇA, Joseli Maria N. e LARA, Silvia H. *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p.101-128.

GUIMARÃES, Elione S. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito*. (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo/Juiz de Fora: Annablume/Funalfa Edições, 2006.

GUIMARÃES, Maria Regina C. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no império*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em História), FIOCRUZ.

_____. "Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império." *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.12, n.2, p.501-514, maio/ago. 2005.

_____. "Os manuais de medicina popular do Império e as doenças dos escravos: o exemplo do "Chernoviz"." *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, vol.11, n.4, p.827-840, dez. 2008.

GURGEL, Cristina. *Doenças e Curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010.

HANDLER, Jerome S. and JACOBY, Jo Ann. "Slave medicine and plant use in Barbados." *Journal of the Barbados Museum and Historical Society*. Barbados, vol.41, p.75-98, 1994.

HARO, Martim A. P. de (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Assembléia Legislativa, 1979.

HARRIS, Joseph E. "A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo." In: OGOT, Bethwel A. (E.) *História geral da África: África do século XVI ao XVIII*. Trad. David Y. Chaigne et al. Brasília: UNESCO, 2010. vol.5. p.135-163.

HARTMAN, Saidiya. "Seduction and the Ruses of Power." In: KAPLAN, Karin et al (EE.). *Between Woman and Nation: nationalisms, transnational feminisms, and State*. Durham/London: Duke University Press, 1999. p.111-141.

HEYWOOD, Linda M. (Org.). *Diáspora negra no Brasil*. Trad. Ingrid de C. V. Fregonez et al. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

HÜBENER, Laura M. *O movimento comercial do porto de Nossa Senhora do Desterro no século XIX*. Florianópolis, 1979. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

HEBERT, Sízínio et al. *Ortopedia e Traumatologia: princípios e prática*. 4 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

IVANO, Rogério. "O corpo supliciado: dores e horrores da escravidão negra africana na literatura brasileira (1871-1895)." *Histórica*. São Paulo, Ano 5, n.36, p.1-9, jun. 2009.

IWU, Maurice M. *Handbook of African medicinal plants*. 2 ed. Boca Raton: CRC Press/Taylor & Francis Group, 2014.

JACOBINA, Ronaldo R. et al. “Os acadêmicos de medicina e os 200 anos da Faculdade de Medicina da Bahia: da criação da escola em 1808 à participação na Guerra do Paraguai (1864-1870).” *Gazeta Médica da Bahia*. Salvador, vol.142, n.1, p.11-23, jan./jun. 2008.

JOHANN, Karyne. *Experiências e vivências de africanos e afrodescendentes em processos criminais em Desterro no século XIX: o caso Adalgiso*. Florianópolis, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UDESC.

JONES, James H. *Bad blood: the Tuskegee syphilis experiment*. New York: The Free Press, 1981.

JOHNSON, Walter. “On Agency.” *Journal of Social History*. Virginia, vol.37, n.1, p.113-124, 2003.

KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro M. Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KURY, Lorelai B. *O império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850)*. Niterói, 1990. Dissertação (Mestrado em História), UFF.

_____. “Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar.” *Intellèctus*. Rio de Janeiro, Ano 1, n.3, p.1-11, 2003.

_____. et al. (Orgs.) *Usos e circulação de plantas no Brasil, século XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.

LAGUARRE, Michel. *Afro-Caribbean folk medicine*. South Hadley: Bergin & Garven Publishers, 1987.

LAPLANTINE, François e RABEYRON, Paul-Louis. *Medicinas paralelas*. Trad. Ramon A. Vasques. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LARA, Silvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. (Org.). *Ordenações Filipinas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Livro V.

LEITE, Ilka B. (Org.) *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LÉPINE, Claude. “As metamorfoses de Sakpatá, deus da varíola.” In: MOURA, Carlos Eugênio M. de (Org.). *O leopardo dos olhos de fogo: escritos sobre a religião dos orixás*. Cotia: Ateliê Editorial, 1999. vol.1, p. 139-163.

LIBBY, Douglas C. “Repensando o conceito de paternalismo nas Américas.” In: PAIVA, Eduardo F. e IVO, Isnara P. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo/Belo Horizonte/Vitória da Conquista: Annablume/PPG-UFMG/Edunesb, 2008. p.27-39.

LIMA, Henrique E. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade do trabalho no século XIX.” *Topoi*. Rio de Janeiro, vol.6, n.11, p.289-326, 2005.

_____. “Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade.” *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*. Campinas, vol.14, n.26, p.137-175, 2009.

LIMA, Silvio Cezar de S. *O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850)*. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em História), FIOCRUZ.

LIMA, Valéria. J.-B. *Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

LOBO, Lília F. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes na Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Trad. Anuar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

LOPES, Antônio Carlos (E.). *Clínica médica: diagnóstico e tratamento*. Barueri: Manole, 2006. vols.1, 2 e 3.

LOPES, Fábio Henrique. “Análise historiográfica e histórica da medicina brasileira.” *Locus*. Juiz de Fora, vol.9, n.2.p.99-115, jul./dez. 2003.

LUNA, Francisco V. e KLEIN, Herbert S. *O escravismo no Brasil*. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

LUZ, Madel Terezinha. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. *A arte de curar versus a ciência das doenças: historia social da homeopatia no Brasil*. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2013.

LUZ, Sergio R. da. *Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810 a 1930*. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

MACEDO, Antonio Luiz de V. “Gastrenterologia, o sistema digestório.” In: HELITO, Alfredo S e KAUFFMAN, Paulo. *Saúde: entendendo as doenças, a enciclopédia médica da família*. São Paulo: Nobel, 2006. p.259-286.

MACHADO, Geosiane M. *Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2010. Dissertação (Mestrado em História), UFMG.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão.” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.8, n.16, p.143-160, mar./ago. 1988.

_____. *O Plano e o Pânico: movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Editora da UFRJ, 1994

_____. “Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo.” In: PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império (1823-1889)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. vol.2. p.59-99.

_____. “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880).” *Afro-Ásia*. Salvador, n.42, p.157-193, 2010.

_____. *O Plano e o Pânico: movimentos sociais na década da abolição*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. “Entre dois Benedictos: histórias de amas-de-leite no ocaso da escravidão.” In: GOMES, Flávio dos S. et al. (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Summus Editorial, 2012. vol.1. p.199-213.

_____. e GOMES, Flávio dos S. “Outros poderes.” *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Dossiê Escravidão. Rio de Janeiro, Ano 5, n.54, p.28-29, mar. 2010.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MALAVOTA, Claudia M. MALAVOTA, Claudia M. *Os homens pretos do Desterro: um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860)*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em História), PUC.

_____. *Os africanos numa vila portuária no sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro (1788-1850)*. Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em História), PUC.

_____. e CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco (Orgs.). *Pretos/as do Rosário: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX)*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2008.

MALHEIRO, Agostinho M. P. “Pareceres sobre a admissão de sócios: noticia sobre o Sr. Dr. João Ribeiro d’Almeida, a que se refere o parecer supra. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. Tomo XXIX. Parte II.

_____. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866. Parte 1.

MALUF, Sônia W. “Bruxas e bruxaria na Lagoa da Conceição: um estudo sobre representações de poder feminino na Ilha de Santa Catarina.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, n.34, p.99-112, fev. 1992.

MAMIGONIAN, Beatriz G. “O litoral de Santa Catarina na rota do abolicionismo britânico, décadas de 1840 e 1850.” *Anais do II Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: GT Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional, 2005. p.1-14

MARQUES, Vera Regina B. *Natureza em boiões: medicina e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

_____. “Medicinas Secretas: magia e ciência no Brasil setecentista.” In: CHALHOUB, Sidney et al. (Orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p.163-196.

MARQUESE, Rafael de B. “A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847.” *Revista de História*. São Paulo, n.137, p.95-111, dez. 1997.

_____. *Administração & Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1680)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MATTOS, Débora M. *Fora do arraial: hanseníase e instituições asilares em Santa Catarina (1940-1950)*. Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2013.

_____. “Nas páginas dos jornais, peculiares experiências de vida: saúde e escravidão na Ilha de Santa Catarina da segunda metade do século XIX – anúncios de fuga, notas de suicídio e denúncias de maus-tratos. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: ANPUH, 2013. p.1-20.

MATTOS, Regiane A. de. *De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em História), USP.

MATTOSO, Kátia M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. Trad. James Amado. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MEDEIROS, François de. “Os povos do Sudão: movimentos populacionais.” In: EL FASI, Mohammed. (E.) *História geral da África: África do século VII ao XI*. Trad. David Yann Chaigne et al. Brasília: UNESCO, 2010. vol.3. p.143-167.

MEDEIROS, Maria F. T. et al. “Histórico e o uso da “salsa parrilha” (*Smilax* spp.) pelos boticários no Mosteiro São Bento.” *Revista Brasileira de Biociências*. Porto Alegre, vol.5, supl.1, p.27-29, jul. 2007.

MENDONÇA, Joseli N. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MIRANDA, Carlos Alberto C. *A arte de curar nos tempos da Colônia: limites e espaços de cura*. Recife: Fundação de Cultura da cidade de Recife, 2004.

MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martins Claret, 2007.

MORAES, Laura do N. R. *Cães, vento sul e urubus: higienização e cura em Desterro/Florianópolis (1830-1918)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História), PUC.

MOREIRA, Paulo S. *Faces da liberdade, máscaras do cativo*. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul/EDIPUCRS, 1996.

MUNIZ, Erico S. “Do mal duradouro à doença curável: a história da pesquisa sobre a boubá no Brasil.” In: *Basta aplicar uma injeção? Desafios e contradições da saúde pública nos tempos de JK (1956-1961)*. Minas Gerais/Paraíba/Rio de Janeiro: Fino Traço/EDUEPB/FIOCRUZ, 2006. p.35-60.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

NAVA, Pedro. *Capítulos da história da medicina no Brasil*. Cotia/Londrina/São Paulo: Ateliê/EDUEL/Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2003.

NEVES, Lúcia Maria et al. (Orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

NIELSEN, Lawrence J. “Morte na cidade de Desterro (1804-1854): cifras, causas e consequências. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, 3ª. Fase, n.1, p.69-87, 1979.

ODA, Ana Maria G. R. “Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo.” In: MONTEIRO, Yara N. e CARNEIRO, Maria Luiza T. *As doenças e os medos sociais*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012. p.105-132.

OLIVEIRA, Luis Henrique P. *Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em História), PUC.

OLIVEIRA, Maria Inês C. de. “Quem eram os “negros de Guiné”? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*. Salvador, n.19-20, p.1-37, 1997.

_____. *O liberto: o seu mundo e os outros. Salvador (1790-1890)*. São Paulo: Currupio, 1998.

OLIVEIRA, Vinícius P. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864)*. Porto Alegre, 2013. Tese (Doutorado em História), UFRGS.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde. *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. 1946.

ORNELLAS, Cleuza P. *O paciente excluído: história e crítica das práticas médicas de confinamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

OURIQUES, Mariana. “As fugas de escravos na Ilha de Santa Catarina anunciadas no jornal *O Argos* (Desterro, 1856-1860). *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis, vol.1, n.1, p.3-13, 2010.

PAIVA, Clotilde A. e LIBBY, Douglas C. “Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais.” *Estudos Econômicos*. São Paulo, vol.25, n.2, p.203-233, 1995.

PARÉS, Luis Nicolau e SANSE, Roger (EE.). *Sorcery in the Black Atlantic*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

PAULA, Leandro S. de. *Higiene, educação e cuidados com a infância: o discurso médico nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Juiz de Fora, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação), UFJF.

PAYAR, André J. F. *A escravidão entre os seguros: as seguradoras de escravos na província do Rio de Janeiro (1831-1888)*. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Direito), USP.

PEDRO, Joana Maria et al. *Negro e terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

_____. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

PENNA, Clemente G. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

PEREIRA, Júlio Cesar M. da S. “Práticas de saúde, doenças e sociabilidade escrava na Imperial Fazenda de Santa Cruz, da segunda metade do século XIX.” *Histórica*. São Paulo, n.35, p.1-16, 2009.

PEREIRA, Nereu do V. *Ribeirão da Ilha: vida e retratos*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991.

_____. (Org.). *Memorial histórico da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos*. Florianópolis: Ministério da Cultura, 1997. vols.1 e 2.

PEREIRA, Wander. “Uma história da odontologia no Brasil.” *Revista História & Perspectivas*. Uberlândia, vol.25, n.47, p.147-173. Jul./dez. 2012.

PIAZZA, Walter Fernando *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis: Editora da UDESC, 1975.

_____. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

_____. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Garapuvu, 1999.

PIMENTA, Tânia S. *As artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX*. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP.

_____. “Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX.” *Cadernos do CEDES*. Campinas, vol.23, n.59, p. 91-102, 2003.

_____. “Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos.” *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.11 (supl.), p.67-92, 2004.

_____. “Doses infinitesimais contra a epidemia do cólera em 1855.” In: NASCIMENTO, Dilene R. do e CARVALHO, Diana M. (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004. vol.1. p.31-51.

_____. e DANTAS, Rodrigo A. “Barbeiros-sangradores no Rio de Janeiro oitocentista: transformações de um ofício.” *Revista da ABPN*. Rio de Janeiro, vol.6, n.14, p.6-24, 2014.

POPIGINIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores no comércio carioca (1850-1911)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. “Aos pés de pretos e pretas quitandeiras: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro. 1840-1890.” *Afro-Ásia*. Salvador, n.46, p.193-226, 2012.

PÔRTO, Ângela de A. “O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas.” *História Ciências Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.13, n.4, p.1019-1027, out./dez. 2006.

_____. (Org.). *Doenças e Escravidão: sistemas de saúde e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: COC/FIOCRUZ, 2007. CD-Room.

_____. “Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XIX.” *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, vol.11, n.4, p.726-734, dez.2008.

_____. “Fontes para a história da saúde dos escravos no Brasil.” *Anais do 4º. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: UFPR, 2009. p.1-12.

PORTO, Liliana. *A ameaça do outro: magia e religiosidade no Vale do Jequitinhonha*. São Paulo: Attar, 2007.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação*. Trad. Jézio H. B. Gutierrez. Bauru: EDUSC, 1999.

QUATTROCCHI, Umberto. *CRC World Dictionary of Plant Names: common names, scientific names, eponyms, synonyms, and etymology*. Boca Raton: CRC Press/Taylor & Francis Group, 1999.

QUEIROZ, Jonas M. “Escravidão, crime e poder: a rebeldia negra e o processo político da abolição.” *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, vol.13, n.2, p.7-45, inverno 2008.

QUEIROZ, Suely R. R. de. “Rebeldia escrava e historiografia.” *Estudos Econômicos*. São Paulo, vol.17, (número especial), p.7-43, 1987.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (1870-1890)*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História), USP.

RABELATTO, Martha. *Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX*. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

RABELATTO, Martha. “Fugas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX.” *Afro-Ásia*. Salvador, n.36, p.81-110, 2007.

RAIMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1933.

RASCKE, Karla L. *Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860-1890)*, Florianópolis/Itajaí: NEAB-UDESC/Casa Aberta, 2010.

_____. “Um funeral “digno”: celebrações da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888-1925).” *Afro-Ásia*. Salvador, n.50, p.129-169, 2014.

REDIKER, Marcus. *O navio negreiro: uma história humana*. Trad. Luciano V. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REIS, João J. e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. *A morte é uma festa: rituais fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, Liana Maria. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720-1800)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

REZENDE, Livia L. *Do projeto gráfico e ideológico: a impressão da nacionalidade em rótulos oitocentistas brasileiros*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em Artes e

Design), PUC.

RIBEIRO, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a Lei de 10 de junho de 1835*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RIBEIRO, Márcia M. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RIVITTI, Evandro A. *Manual de dermatologia clínica*. São Paulo: Artes Médicas, 2014.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

_____. *De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. “Reflexões sobre tráfico de africanos, doenças e relações raciais.” *História e Perspectivas*. Uberlândia, vol.25, n.47, p.15-34, jul./dez. 2012.

RODRIGUES, Kassia. *Das páginas ao corpo: escravidão e práticas de saúde em manuais de fazendeiros do século XIX*. São Gonçalo, 2011. Dissertação (Mestrado em História), UERJ.

RODRIGUES, Nina R. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

ROSENBAUM, Paulo. *Homeopatia e Vitalismo: um ensaio acerca da animação da vida*. São Paulo: Robe editorial, 1996.

RUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

SÁ, Sebastião José R. (E.) “Xarope do Bosque.” *Revista Universal Lisboense*. Lisboa, Ano 9, n.18, p.205-216. 7 fev. 1850.

SAGRE, Marco e FERRAZ, Flávio C. “O conceito de saúde.” *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, vol.31, n.5, p.538-542, out. 1997.

SALLES, Pedro. *História da medicina no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2004.

SAMARA, Eni de M. et al. “Senhoras e escravos na São Paulo do café (1830-1870).” *Anos 90*. Porto Alegre, vol.15, n.25, p.37-64, jul. 2007.

SAMPAIO, Gabriela dos R. *A história do feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em História), UNICAMP.

_____. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. “A história do feiticeiro Juca Rosa: matrizes culturais da África subsaariana em rituais religiosos brasileiros do século XIX.” *Atas do IV Seminário Internacional Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subsariana*. Porto: Centro de Estudos Africanos/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002. vol.4. p.105-119.

SANTOS, André Luis. *Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis*. Florianópolis, 2009. Tese (Doutorado em Geografia), UFSC.

SANTOS, Beatriz C. dos. *Entre mouros e cristãos: os mandingas da “Guiné de Cabo Verde” (séc. XVI e XVII)*. Niterói, 2013. Dissertação (Mestrado em História), UFF.

SANTOS, Vanicleia S. *Bolsas de mandinga no espaço Atlântico, século XVIII*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História), USP.

SAVITT, Todd L. *Medicine and Slavery: the diseases and health care of blacks in Antebellum Virginia*. Urbana/Chicago/London: University of Illinois Press, 1978.

SBRAVATI, Daniela Fernanda. *Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX*. Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

_____. “Os sentidos da liberdade: as libertas e o trabalho doméstico na Freguesia de Desterro de 1870 a 1920.” *Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: ANPUH, 2013. p.1-13.

SCHEFFER, Rafael da C. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

_____. “Victorino de Menezes: um comerciante de escravos em Desterro.” In: MAMIGONIAN, Beatriz G. e VIDAL, Joseane Z. (Orgs.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p.177-196.

SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Marie J. *Birthing a slave: motherhood and medicine in the Antebellum South*. Cambridge/London: Harvard University Press, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura T. Motta. São Paulo/Brasília: Companhia das Letras/Cnpq, 1988.

SCHWEITZER, Maria Helena Rosa e MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos no sul do Brasil: rotas do tráfico e identidade étnica*. Florianópolis, 2006. Relatório (Iniciação Científica), UFSC.

SCLIAR, Moacyr. “Introdução.” In: *A Saúde Pública no Rio de D. João*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2008. p.13-22.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Trad. Maria Lucia Lamounier. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Editora da UNICAMP, 1991.

SEVCENLO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SHERIDAN, Richard B. *Doctors and Slaves: a medical and demographic history of slavery in British West Indies, 1680-1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SIEBERT, Itamar. *Um biênio de provações e entusiasmos nas origens do jornalismo catarinense (1855-1856): entre a polêmica política e o processo civilizador*. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

SILVA, Alberto da C. e. “A escravidão nos anúncios de jornais.” In: FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4 ed. São Paulo: Global, 2010. p.11-19.

SILVA, Andersen L. et al. “Saúde dentária dos escravos de Salvador.” In: NASCIMENTO, Dilene R. do e CARVALHO, Diana M. de. (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004. vol.1. p.266-276.

_____. “Saúde bucal dos escravos da Sé de Salvador. Bahia, séc. XIX.” *Rede-A*. Niterói, vol.1, n.1, p.19-43, jan./jun. 2011.

SILVA, Gilvan V. da et al. (Orgs.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes, 2006.

SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica das gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. Campinas: Papirus, 2001.

SILVA, Osvaldo Paulino. *Arqueologia dos engenhos da Ilha de Santa Catarina*. Erechim: Habilis Press, 2007.

SILVEIRA, Felipe Augusto de B. “Pela medicina rumo à civilização: a medicina como mediador do processo civilizatório no Brasil Império (1808-1832).” *Histórica*. São Paulo, n.44, p.1-9, out. 2010.

SIMÃO, Maristela dos Santos. *Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria, agora e na hora de nossa morte: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro (1860-1880)*. Florianópolis/Itajaí: NEAB/Casa Aberta, 2008.

SIQUEIRA, Carlos Henrique R. de. *A alegoria patriarcal: escravidão, raça e nação nos Estados Unidos e Brasil*. Brasília, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UNB.

SLENES, Robert W. A. “Malungu, ngoma vem!: África coberta e descoberta do Brasil.” *Revista USP*. São Paulo, n.12, p.48-67, fev. 1992.

_____. “Senhores e subalternos no oeste paulista.” In: ALENCASTRO, Luis Felipe de. e NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil: Império – a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol.2. p.233-290.

_____. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. “A árvore de Nsanda transplantada: cultos kongo de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro (século XIX).” In: FURTADO, Junia F. e LIBBY, Douglas C. (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p.273-314.

SOARES, Cecília M. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX.” *Afro-Ásia*. Salvador, n.17, p.57-71, 1996.

SOARES, Márcio de S. “O fantasma da reescravização: alforria e revogação da liberdade no Campos de Goitacases (1750-1830).” *Anais eletrônicos do XXV Simpósio Nacional de História: história e ética*. Fortaleza: ANPUH, p.1-17, 2009.

SOARES, Marisa de C. *Devotos de cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SPRITZER, Poli Mara. “Revisitando o Hirsutismo.” *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia*. São Paulo, vol.46, n.2, p.127-136, abr. 2002.

- SOUZA, Jorge P. “A presença do cólera, da diarreia, e as condições sanitárias durante a guerra contra o Paraguai: registros médicos e memórias.” In: NASCIMENTO, Dilene R. do et aliae. *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. vol.2. p.233-251.
- SOUZA, Laura de M. e. *O Diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade no Brasil colonial*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *Inferno atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- STEWART, Scott C. *The Sarsaparilla Kings: a biography of Dr. James Cook Ayer and Frederick Ayer with a record of their family*. Cambridge: Cambridge Press, 1993.
- SWEET, James H. *Recreating Africa: culture, kinship and religion in the african-portuguese world, 1441-1770*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.
- TAVARES, Luís Henrique D. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988.
- TEIXEIRA, Maria Heloisa. “Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888).” *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Caxambu: ABEP, 2000. vol.1. p.1-17.
- TELLES, Lorena F. da S. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.
- TELLES, Vicente de S. S. “Sobre a cultura do Ricino em Portugal, e manufatura de seu oleo.” In: ACADEMIA Real das Sciencias de Lisboa. *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia Real de Sciencias de Lisboa, 1791. Tomo III.
- THOMPSON, Edgar T. *Plantation, societies, race relations, and the South: the representation of populations*. Durham: Duke University Press, 1975.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico*. Trad. Marisa R. Motta. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- TONERA, Roberto e OLIVEIRA, Mário M. (Orgs.) *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande em 1786*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- TRAMONTE, Cristina. “Religiões afro-brasileiras na grande Florianópolis: origens históricas e afirmação social.” *Revista Esboços*. Florianópolis, vol.17, n.23, p.79-106, 2010.
- TUFIK, Sergio. *Medicina e biologia do sono*. Barueri: Manole, 2008.
- UJVARI, Stefan C. *A história e as suas epidemias: a convivência do homem com os microorganismos*. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Senac Rio/ Senac São Paulo, 2003.
- UNIVERSIDADE Federal da Bahia. *Levantamento nominal do formados de 1812 a 2012 da Faculdade de Medicina da Bahia – UFBA*. Salvador, [200?].
- VAILATI, Luiz L. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil do oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. São Paulo: Alameda, 2010.

VÁRZEA, Virgílio dos R. *Santa Catarina: a Ilha*. Florianópolis: IOESC, 1984.

VEIGA, Eliane V. da. *Florianópolis: memória urbana*. 3 ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

VENÂNCIO, Renato P. “A última fuga: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888).” *Revista de História do LPH*. Mariana, vol.1, n.1, p.80-89, 1990.

VERGER, Pierre F. *Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Notas sobre o culto dos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil e na antiga Costa dos Escravos, na África*. Trad. Carlos Eugênio M. de Moura. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

VIANA, Irnara da S. “Morte de escravos, forros e livres na Vassouras oitocentista: uma análise comparativa, 1840-1870.” *Anais do XIII Encontro História Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2008. p.1-10.

VOEKS, Robert A. “Landscape legacies of the African Diaspora in Brazil.” *Progress in Human Geography*. Wollongong, n.27, p.139-152, abr. 2003.

VOIGT, André Fabiano. “Memória do bairro Trindade em Florianópolis.” *Agora*. Florianópolis, vol.21, n.43, p.111-123, 2011.

VOVELLE, Michel. *Ideologia e Mentalidades*. Trad. Maria Julia Goldwasser. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. Trad. Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria/Bauru: UDSM/EDUSC, 1999.

WISSEMBACH, Maria Cristina C. “Gomes Ferreira e os símplices da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil Colonial.” In: FERREIRA, Luís G. *Erário mineral*. Org. de Júnia Ferreira. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. vol.1. p.107-150.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Niterói, 2007. Tese (Doutorado em História), UFF.

ZIMMERMANN, Fernanda e MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX*. Florianópolis, 2004. Relatório (Iniciação Científica), UFSC.

ZIMMERMANN, Fernanda. *O funcionamento da Armação baleeira da Lagoinha: hierarquia do trabalho e o controle dos escravos na caça à baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825)*. Florianópolis, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFSC.

_____. “Relações de trabalho na Armação da Lagoinha: da caça à baleia ao beneficiamento do azeite.” *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: ANPUH, p.1-9, 2007.

_____. *De armação baleeira a engenhos de farinha: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme. Santa Catarina: 1800-1860*. Florianópolis, 2011. Dissertação (Mestrado em História), UFSC.

3. FONTES

BPSC

Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Setor de Obras Raras: Rua Tenente Silveira, 343 – Centro – CEP 88010-301 – Florianópolis/SC. Telefone: (48) 3665-6420. Email: biblio@fcc.sc.gov.br

- Jornal *O Argos*. Desterro. 1856, 1858, 1860, 1861, 1862.
- Jornal *Commercial*. Desterro. 1868. .
- Jornal *O Conservador*. Desterro. 1855.
- Jornal *O Conservador*. Desterro. 1873.
- Jornal *Conservador*. Desterro. 1884, 1887.
- Jornal *Correio Catharinense*. 1853.
- Jornal *O Cruzeiro do Sul*. 1859.
- Jornal *O Despertador*. Desterro. 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1874, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883.
- Jornal *O Mensageiro*. Desterro. 1855, 1856, 1857.
- Jornal *O Novo Iris*. Desterro. 1850, 1851.
- Jornal *O Progressista*. Desterro. 1860.
- Jornal *A Regeneração*. Desterro. 1869, 1873, 1883, 1884.
- *Voz da Verdade*. Desterro. 1869.

CMIHC

Arquivo do Centro de Memória do Imperial Hospital de Caridade: Rua Menino Deus, 376 – Centro – CEP 88020-210 – Florianópolis/SC. Telefone: (48) 3221-7598. Email: biblioteca@hospitaldecaridade.com.br

- IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros de internamentos no Hospital de Caridade*. vol.6, 22 jan. 1850/13 dez. 1850; vol.7, 6 jan.51/15 set. 1855; vol.8, 16 set. 1855/31 dez. 59.
- IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livro de registros de sepultamentos no cemiterio da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade*. vol.1, 8 jul. 1864/30 dez. 1879.
- IRMANDADE do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade. *Livros de receituário médico do Hospital de Caridade*. vol.1, 1 jan. 1872/14 maio 1873; vol.2, 1 maio 1873/3 set. 1874; vol.3, 26 set. 1886/10 mar. 1887, vol.4, 10 mar. 1887/16 jul. 1887.

AHESC

Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina: Rua Esteves Junior, 447 - Centro - CEP 88-15-130 - Florianópolis/SC. Telefone: (48) 3224-4799. Email: arquivo.arquifln@gmail.com

- PAROQUIA de Desterro. *Livro de registro de obitos de escravos da paróquia de Nossa Senhora do Desterro*. (1799-1814).

AHMF

Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis: Praça XV de Novembro, 180 - Centro - CEP 88010-4000 - Florianópolis/SC. Telefone: (48) 3228-6821. Email: arquistorico@pmf.sc.gov.br

- CAMARA Municipal de Desterro. *Editais – Vacinação*. 17 abr. 1847.
- _____. *Correspondência de 11 de maio de 1830*. Livro de ofícios e portarias da Câmara Municipal de Desterro. Cx.36.
- _____. *Livro Caixa: receita e despesa da Câmara Municipal de Desterro (1854-1855)*. Cx.50.
- CEMITÉRIO Público de Desterro. *Livro de registros de sepultamentos no cemitério público de Desterro*. Cx.1, n.4, dez. 1851/nov. 1854. AHMF.
- CONSELHO Geral da Província de Santa Catharina. *Correspondência de 8 de maio de 1830*. Livro de registros de correspondência e ordens do Conselho da Província para a Câmara Municipal. Cx.9.
- PROVÍNCIA de Santa Catharina. “Lei nº. 222 de 10 de maio de 1845 – Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade do Desterro.” In: *Collecção das Leis da Província de Santa Catharina (1841-1847)*. [s.l]: [s.e], [18..?].

APESC

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina: Rua Duque de Caxias, 261 - Saco dos Limões - CEP 88045-250 - Florianópolis/SC. Telefone: (48) 3239-6000. Email: arquivopublico@sea.sc.gov.br

- BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória política sobre a Capitania de Santa Catharina, escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829.
- BRITO, Antero José F. de. *Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina, o brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, dirigio á Assembleia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinaria em o 1º. de março de 1841*. Desterro: Typ. provincial, 1841.
- _____. de. *Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina o Marechal de Campo graduado Antero José Ferreira de Brito dirigio á Assembleia Legislativa da mesma província na abertura de sua sessão ordinaria em o 1º. de março de 1842*. Desterro: Typ. Provincial, 1842.
- _____. *Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina, o Marechal de Campo Antero José Ferreira de Brito dirigio á Assembleia Legislativa da mesma*

provincia no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1º. de março de 1847.
Desterro: Typ. Provincial, 1847

- _____. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina o Marechal de Campo Antero José Ferreira de Brito dirigio á Assembleia Legislativa da mesma provincia no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1º. De março de 1848.*
Desterro: Typ. Provincial, 1848.
- BRUSQUE, Francisco Carlos de A. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina Francisco Carlos de Araujo Brusque apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª. sessão da 10ª. legislatura.* Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860.
- CAMARA Municipal de Desterro *Regulamento do Mercado Publico.* Ofícios da Câmara Municipal de Desterro a Presidência da Província de Santa Catarina. 1850, fls. 120-126.
- COUTINHO, João José. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Dr. João José Coutinho, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em 19 de abril de 1854.* Desterro: Typ. Catharinense, 1854.
- _____. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Dr. João José Coutinho, apresentado à Assembleia Legislativa provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em o 1º. de março de 1855.* Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1855.
- _____. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigio á Assembléa Legislativa no acto d'abertura de sua sessão ordinária em o 1º. de março de 1856.* Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1856.
- _____. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigio á Assembleia Legislativa provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em o 1º. de março de 1857.* Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857.
- DESTERRO. *Auto de representação e denuncia de tentativa de homicidio.* Ofícios do Presidente de Província para os Chefes de Polícia, jan./mar.1861. fl.23.
- D'OLIVEIRA, José Francisco. *Relatorio do Vice Presidente da Provincia de Santa Catharina o Commendador Francisco José D'Oliveira apresentado á Assembleia Legislativa Provincial na 1ª. Sessão da 12ª. Legislatura.* Desterro: Typ. Catharinense de V. Avila & Co., 1864.
- INSPECTORIA de Saude. *Ofícios dos Inspectores de saúde.* Ofícios da Inspetoria de Saúde para os Presidentes da Província de Santa Catarina. 1843-1881. Cx.50, 3 vols.
- LACERDA, Adolpho de B. C. d'A. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa provincial de Santa Catharina na sua sessão ordinaria pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda, no ano de 1867.* Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867.
- LAYTANO, Dante. "Corografia da Capitania de Santa Catarina." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro.* vol.245, p.3-187, out./dez. 1959.

- LOBO, Francisco de Paula F. *Relatorio de Francisco de Paula da Silveira Lobo, ministro da Marinha á Assembléa Legislativa*. [s.l.]: [s.e], 1865.
- MELLO FILHO, João C. B. de. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. João Capistrado Bandeira de Mello Filho abriu a 1ª. sessão da 21ª. legislatura da Assembleia Legislativa da Provincia de Santa Catharina em 1º. de março de 1876*. Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1876.
- POLICIA de Desterro. *Oficios dos delegados de policia para os presidentes de provincia*. Cx. 24, vol.1, fl. 97, 1842-1869.
- PROVINCIA de Santa Catharina. *Lei no. 1.238, de 22 de Outubro de 1888 – Aprova o Codigo de Posturas da Camara Municipal da Capital*. [s.l.]: [s.e], 1888.
- ROCHA, Francisco José da. *Relatorio com que ao Exm. Sr. Coronel Augusto Fausto de Souza Presidente da Provincia de Santa Catharina passou a administração da mesma Provincia o Dr. Francisco José da Rocha, em 20 de maio de 1886*. Desterro: Typ. do Conservador, 1886.

BN-HDB

Arquivo da Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira:
<http://hemerotecadigital.bn.br/>

- ACADEMIA Imperial de Medicina. *Annaes Brasiliensis de Medicina*. Rio de Janeiro: Academia Imperial de Medicina. 1851 a 1885.
- Jornal *O Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*. Rio de Janeiro. 1851.
- Jornal *O Argos*. 1859.
- Jornal *O Conciliador Catharinense*. Desterro. 1849.
- Jornal *O Conservador*. Desterro. 1854.
- Jornal *O Conservador*. Desterro. 1879.
- Jornal *O Correio Catharinense*. Desterro. 1853, 1854.
- Jornal *Correio Mercantil*. 1861 a 1868.
- Jornal *Correio Paulistano*. São Paulo. 1871, 1872.
- Jornal *O Despertador*. Desterro. 1867, 1873, 1874, 1876.
- Jornal *Diario de Noticias*. Rio de Janeiro. 1870.
- Jornal *O Mercantil*. Desterro. 1864, 1867, 1868.
- Jornal *A Regeneração*. Desterro. 1869, 1870, 1871, 1874, 1880, 1885.

BN (Seção de periódicos)

Arquivo da Fundação Biblioteca Nacional: Avenida Rio Branco, 219 - Centro - CEP 20040-008 - Rio de Janeiro/RJ. Telefone: (21) 2220-8428 e 3095-3874. Email: periodicos@bn.br

- Jornal *A Estrella*. Desterro. 1861.

- *Jornal A Provincia*. Desterro. 1872.
- *Jornal O Conservador*. Desterro. 1875, 1876, 1877.
- *Jornal do Commercio*. Desterro. 1881.

AN

Arquivo Nacional: Rua Azeredo Coutinho, 77 - Centro - CEP 20230-170 - Rio de Janeiro/RJ.
Telefone: (21)3806-6135. Email: acesso@arquivonacional.gov.br

- REAL Administração da Pesca das Baleias. Junta do Comercio. *Inventario da Armação de Sant'Anna da Lagoinha*. Rio de Janeiro, 1816. Cx. 360.

ANEXOS

Anexo 1

Fonte: “Mapa da Ilha de Santa Catharina”. José Correia Rangel. 1786. In: TONERA, Roberto e OLIVEIRA, Mário M. (Orgs.) *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande em 1786*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Anexo 2

Fonte: BOEIRA, Sabrina. "Mapa aproximado de Desterro no século XIX." In: *Projeto Escravidão na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: NEAB/UEDESC, 2003.